

13
2013

R

evista de História da Sociedade e da Cultura



Centro de História da Sociedade e da Cultura
Universidade de Coimbra

Coimbra

Estatuto editorial / Editorial guidelines

A *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, fundada em 2001, é uma revista de periodicidade anual publicada em português, cujos artigos são sujeitos a avaliação prévia por parte de uma comissão de arbitragem externa. Publica textos de natureza histórica (desde a Idade Média à Época Contemporânea), noticiário de actividades científicas e resenhas críticas de livros. Aceita artigos de investigadores integrados e de colaboradores do Centro de História da Sociedade e da Cultura da FCT, bem como de quaisquer outros historiadores externos à instituição, estimulando especialmente a participação de todos aqueles que, de qualquer modo, mantêm colaboração ou desenvolvem actividades em rede com o referido Centro de investigação.

The *Journal of History of Society and Culture*, founded in 2001, is a peer reviewed scientific publication published once a year, in Portuguese. The Journal publishes historical scholarly articles (since the Middle Ages until the present), news of scientific activities and book reviews in the field of History. It accepts articles from affiliated members and collaborators of the Foundation for Science and Technology's Centre for History of Society and Culture, as well as from any other historians currently outside the Institution, especially encouraging the participation of those who, in any way cooperate or develop network activities with the above-mentioned research Centre.

Director/Director

Irene Vaquinhas – CHSC da U. Coimbra / irenemcv@fl.uc.pt

Conselho Editorial/Editorial Board

Amadeu Carvalho Homem (CHSC da U. Coimbra); Ana Maria Jorge (CEHR da U. Católica Portuguesa); António Oliveira (CHSC da U. Coimbra); Fernando Catroga (CHSC da U. Coimbra); Fernando de Sousa (CEPESE da U. Porto); Irene Vaquinhas (CHSC da U. Coimbra); João Paulo de Oliveira Costa (CHAM da U. Nova de Lisboa); Mafalda Soares da Cunha (CIDEHUS da Universidade de Évora); Manuela Tavares Ribeiro (CEIS XX da U. Coimbra); Maria Alegria Marques (CHSC da U. Coimbra); Maria Helena Coelho (CHSC da U. Coimbra); Maria José Azevedo Santos (CHSC da U. Coimbra); Zulmira Santos (CIHE da U. do Porto).

Avaliadores externos/External referees

Adeline Rucquoi (École des Hautes Études en Sciences Sociales - Paris, França); Alice Raviola (U. Turim, Itália); Ana Isabel Buescu (U. Nova de Lisboa, Portugal); Ana Leonor Pereira (U. Coimbra, Portugal); Ângela Barreto Xavier (ICS, Lisboa, Portugal); António Eiras Roel (U. Santiago de Compostela, Espanha); Avelino Freitas Meneses (U. Açores, Portugal); Bernardo Vasconcelos e Sousa (U. Nova de Lisboa, Portugal); Cristina Scheibe Wolff (U. Federal de Santa Catarina, Brasil); Domingo González Lopo (U. Santiago de Compostela, Espanha); Everton Sales Souza (U. Federal da Bahia, Brasil); Fátima Sequeira Dias (U. Açores, Portugal); Fernanda Rollo (U. Nova de Lisboa, Portugal); Fernando Bouza Alvarez (U. Complutense de Madrid, Espanha); Francisco Contento Domingues (U. Lisboa, Portugal); Francisco Garcia Fitz (U. Cáceres, Espanha); Helena Maria Gomes Catarino (U. Coimbra, Portugal); Herminia Vasconcelos Vilar (U. Évora, Portugal); Inês Amorim (U. Porto, Portugal); Isabel dos Guimarães Sá (U. Minho, Portugal); Isabel Drummond Braga (U. Lisboa, Portugal); João Paulo Avelãs Nunes (U. Coimbra, Portugal); João Rui Pita (U. Coimbra, Portugal); Jorge Alves (U. Porto, Portugal); José Augusto Pizarro (U. Porto, Portugal); José M. Amado Mendes (U. Coimbra, Portugal); Laura Mello e Souza (U. São Paulo, Brasil); Luís Miguel Duarte (U. Porto, Portugal); Luís dos Reis Torgal (U. Coimbra, Portugal); Luísa Trindade (U. Coimbra, Portugal); Magda Pinheiro (ISCTE-IUL, Portugal); Manuel Ferreira Rodrigues (U. Aveiro, Portugal); Maria Amélia Polónia (U. Porto, Portugal); Maria de Fátima Nunes (U. Évora, Portugal); Maria Helena Santana (U. Coimbra); Maria João Vaz (ISCTE-IUL, Portugal); Maria José Moutinho Santos (U. Porto, Portugal); Maria Marta Lobo (U. Minho, Portugal); Maria Rita Robles Monteiro Garnel (FCSH da UNL, Portugal); Mário Jorge Barroca (U. Porto, Portugal); Nuno Gonçalo Monteiro (ICS, Lisboa, Portugal); Paula Pinto Costa (U. Porto, Portugal); Paulo Almeida Fernandes (CEAUCP-CAM, Portugal); Ramon Villares (U. Santiago de Compostela, Espanha); Raquel Henriques (U. Nova de Lisboa); Rui Bebiano (U. Coimbra, Portugal); Stéphane Boisselier (U. Poitiers, França); Stuart Schwartz (U. Yale, EUA); Susana Serpa Silva (U. Açores, Portugal).

Coordenador do volume/Volume editor

Leontina Ventura (CHSC da U. de Coimbra) / ldvdf@fl.uc.pt

Propriedade/Ownership

Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra

Endereços/Address

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Largo da Porta Férrea. 3004-530 Coimbra. Portugal.

Página/Web site: <https://www.uc.pt/chsc> Correo electrónico/e-mail: chsc@ci.uc.pt

Telefone/Phone: (351) 239859900

Direitos de autor/Copyright ©

Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra e Palimage.

Reservados todos os direitos de acordo com a legislação em vigor.

Preço de capa/Price

20,00 EUR

Imagem da capa/Cover illustration

Postal antigo de Coimbra (Coleção particular de Jorge Oliveira), Jardim da Universidade (finais do século XIX).

A *Revista de História da Sociedade e da Cultura* está referenciada e indexada nos seguintes catálogos internacionais: IBZ e IBR (Alemanha), ERIH (Estrasburgo), EBSCO Publishing – Historical Abstracts (EUA), Latindex (México) e SciELO (Lisboa). The *Revista de História da Sociedade e da Cultura* is covered by the following indexing and abstracting services: IBZ and IBR (Germany), ERIH (Strasbourg), EBSCO Publishing – Historical Abstracts (USA), Latindex (Mexico) and SciELO (Lisbon).

FCT Fundação para a Ciência e a Tecnologia
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA



Este trabalho é financiado por Fundos FEDER através do Programa Operacional Factores de Competitividade – COMPETE e por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia no âmbito do projecto PEst-C/HIS/UI0311/2011, (Ref. COMPETE FCOMP-01-0124-FEDER-022679).

Sumário

Editorial

Artigos

*La recepción de Américo en España: los primeros años
de la vida en el exilio y la recepción en la cultura
española de la literatura del siglo XIX*

Américo Tizabi (U. Valencia)

Propriedade e D. Alonso

Walter D'Almeida (U. Coimbra)

Revista de História da Sociedade e da Cultura

13

Quelqu'un d'autre

Maria Helena da Silva (U. Coimbra)

Exilios e viagens

Francisco José de Almeida (U. Coimbra)

Exilios e viagens

Francisco José de Almeida (U. Coimbra)

Exilios e viagens

Francisco José de Almeida (U. Coimbra)

Exilios e viagens

Francisco José de Almeida (U. Coimbra)

Exilios e viagens

Francisco José de Almeida (U. Coimbra)

Exilios e viagens

Francisco José de Almeida (U. Coimbra)

Exilios e viagens

Francisco José de Almeida (U. Coimbra)

Exilios e viagens

Francisco José de Almeida (U. Coimbra)

Exilios e viagens

Francisco José de Almeida (U. Coimbra)

Exilios e viagens

Francisco José de Almeida (U. Coimbra)



Palimage
A Imagem e A Palavra

Coimbra – 2013

**Lista de Avaliadores Externos do Vol. 13 da
Revista de História da Sociedade e da Cultura**

Almir Leal de Oliveira (U. Federal do Ceará, Brasil)	José Antunes (U. Coimbra)
Amélia Aguiar Andrade (U. Nova de Lisboa)	José Augusto Sotto Mayor Pizarro (U. Porto)
Ana Cristina Bartolomeu Araújo (U. Coimbra)	José Carlos Miranda (U. Porto)
Ana Isabel Buescu (U. Nova de Lisboa)	José d'Encarnação (U. Coimbra)
Ana Leonor Pereira (U. Coimbra)	José Esteves Pereira (U. Nova de Lisboa)
Ana Maria Machado (U. Coimbra)	José Manuel Azevedo e Silva (U. Coimbra)
Ângela Barreto Xavier (U. Lisboa)	José Marques (U. Porto)
António Martins da Silva (U. Coimbra)	Laura de Mello e Souza (U. São Paulo, Brasil)
António de Oliveira (U. Coimbra)	Laurinda Abreu (U. Évora)
António Resende de Oliveira (U. Coimbra)	Luís Miguel Duarte (U. Porto)
Arnaldo Rui Azevedo Sousa Melo (U. Minho)	Mafalda Soares da Cunha (U. Évora)
Bernardo de Vasconcelos e Sousa (U. Nova de Lisboa)	Manuel Silvio Conde (U. Açores)
Cristina Scheibe Wolff (U. Federal de Santa Catarina, Brasil)	Maria Alegria Fernandes Marques (U. Coimbra)
Everton Sales Souza (U. Federal da Bahia, Brasil)	Maria Antónia Lopes (U. Coimbra)
Fernando Augusto Machado (U. Minho)	Maria Aparecida Ribeiro (U. Coimbra)
Fernando Jesus Bouza Álvarez (U. Complutense de Madrid)	Maria José Azevedo Santos (U. Coimbra)
Fernando Catroga (U. Coimbra)	Maria Luisa Trindade (U. Coimbra)
Fernando Taveira da Fonseca (U. Coimbra)	Maria Manuela Tavares Ribeiro (U. Coimbra)
Francisco Bethencourt (King's College London)	Maria Marta Lobo Araújo (U. Minho)
Gonçalo Vasconcelos e Sousa (U. Católica, Porto)	Maurício Waldman (U. São Paulo, Brasil)
Grça Videira Lopes (U. Nova de Lisboa)	Nelson Correia Borges (U. Coimbra)
Irene Maria Vaquinhas (U. Coimbra)	Olga Pombo (U. Lisboa)
Isabel Drumond Braga (U. Nova de Lisboa)	Pedro Vilas Boas Tavares (U. Porto)
Isabel Ferreira da Mota (U. Coimbra)	Ramón Villares (U. Santiago de Compostela)
João Carlos Firmino de Carvalho (U. Algarve)	Rui de Ascensão Ferreira Cascão (U. Coimbra)
João Gouveia Monteiro (U. Coimbra)	Rui Bebiano (U. Coimbra)
João Paulo Avelãs Nunes (U. Coimbra)	Saúl António Gomes (U. Coimbra)
João Rui Pita (U. Coimbra)	Zília Osório de Castro (U. Nova de Lisboa)
Jorge F. Alves (U. Porto)	

Sumário

Editorial	7
Artigos	
<i>La recepción de “Annales” en España: las reuniones de metodología histórica de 1973 y 1982. Para una metodología aplicada a la historia social</i>	
Antonio Eiras Roel	9
<i>Propuesta de interpretación de Rei D. Afonso, se Deus vos pardom</i>	
William S. Kurtz	67
<i>O território português nos inícios do século XIV. Espaço e narrativa nos relatos do reinado de D. Dinis</i>	
Covadonga Valdaliso	89
<i>A Jurisdicionalização do Poder: D. Afonso IV e o Chamamento Geral</i>	
Jorge Manuel de Matos Pina Martins Prata	103
<i>A Baixa de Coimbra em finais da Idade Média: Sociedade e cotidiano nas freguesias de S. Bartolomeu e Santiago</i>	
Octávio Cunha Gonçalves Simões Augusto	131
<i>Marcos de referência e topónimos da cidade medieval portuguesa: o exemplo de Coimbra nos séculos XIV e XV</i>	
Maria Amélia Álvaro de Campos	157
<i>Erasmus: la araña y el escarabajo</i>	
Virginia Iommi Echeverría	177
<i>Inquisição e Caridade – O caso do tribunal inquisitorial de Lisboa no século XVI</i>	
Daniel Norte Giebels	187
<i>Mundus Novus, Novus Homo. Cartografias do imaginário e do Outro no Novo Mundo (séc. XVI-XVII)</i>	
Luís Manuel Neves Costa	205
<i>«A felice acclamação del Rey Dom João o IV». Cerimónias e cultura política na Goa seiscentista</i>	
José Miguel Ferreira	231
<i>Linguagem Política e Leituras do Contrato Social nos alvares da Revolução Liberal em Portugal</i>	
Ana Cristina Araújo	249
<i>Processo inquisitorial e processo régio: semelhanças e diferenças (o caso português)</i>	
Ana Santiago de Faria	269

<i>Utopia e Profetismo no Século das Luzes. D. José (1761-1788), Príncipe do Brasil, Imperador do Mundo</i>	
Ana Isabel Buescu	291
<i>As Romarias no Planalto Beirão, desde os inícios do Século XVIII</i>	
José Manuel Azevedo e Silva	319
<i>Doutrinas e profilaxia da tuberculose em Portugal nos finais do século XIX</i>	
Ismael Cerqueira Vieira	335
<i>Linha de Cascais: muito mais do que uma via-férrea turística, um estímulo à concentração populacional na faixa costeira por ela servida (1911-1944)</i>	
Joana Catarina Vieira Paulino	361
<i>Tempo de Passagem: Os Governos Provisórios no Contexto da Adesão de Portugal à CEE (1974-76)</i>	
Alice Cunha	381
<i>Ovos, Ovos, Ovos e mais Ovos. Cultura, Economia, Dietética e Gastronomia</i>	
Isabel M. R. Mendes Drumond Braga	399
Recensões	433
Notícias	463

Editorial

O reconhecimento *mundial*, em 2013, do património material e imaterial de Coimbra, centrado no saber da sua Universidade e dos seus “colégios”, na sua arquitectura monumental e popular, na sua paisagem rural e urbana profundamente moldada desde a Idade Média, no seu peculiar e propalado *modus vivendi*... não surpreendeu o conhecedor e o amante de tal património. Que convém estudá-lo e divulgá-lo mais, como se procede através de alguns artigos inseridos no actual número da “Revista de História da Sociedade e da Cultura”, também merecerá a unanimidade. Contudo, não estamos a defender, nem sequer a alimentar através da via do conhecimento, o autismo da actuação e da afirmação da cidade universitária de Coimbra, já que, directa ou indirectamente, a sua história está obrigatoriamente *ecologizada* em espaços de escalas variáveis (o local, o regional, o nacional, o europeu, o mundial) e em tempos ou diacronias de longa e longuíssima duração (desde a Idade Média até ao século XX). Como outros artigos também sugerem.

Por definição, uma Universidade é uma instituição que investiga e ensina à escala da *universalidade*, pelo que o processo de intelectualização, embora brotando de uma realidade local, terá sempre tendência a escapar a esse *limes* e a romper, até, com quaisquer fronteiras culturais e ideológicas. Tal não significa porém, mesmo no caso de uma universidade tida por *clássica*, que ela se desapegue do interesse regional e local. Antes pelo contrário, e o “Centro de História da Sociedade e da Cultura” dá disto mesmo exemplo ao desenvolver, desde há anos, um projecto de investigação intitulado “História da Região Centro” [de Portugal].

Nesta mesma linha de pensamento, ninguém ou quase ninguém ousará contestar que, se uma universidade é um *entreposto* do saber adquirido ao longo do tempo com especializações à escala mundial em algumas matérias ou disciplinas, o acesso a tal reservatório deve estar, em primeiro lugar, à disposição das comunidades humanas mais próximas. Só assim é que uma universidade alcandorada a “Património Mundial” fará jus à universalidade, terá o reconhecimento pleno, será adequadamente promovida e esperará ser preservada pelos “seus”.

João Marinho dos Santos

Ex-Coordenador Científico do Centro de História da Sociedade e da Cultura

La recepción de “Annales” en España: las reuniones de metodología histórica de 1973 y 1982. Para una metodología aplicada a la historia social

Antonio Eiras Roel

Catedrático Emérito de Historia Moderna – Univ. Santiago de Compostela

aaeiras@telefonica.et

Texto recebido em /Text submitted on: 31/05/2013

Texto aprovado em /Text approved on: 12/07/2013

Resumo/Abstract:

1. El punto de partida: el cuartel de invierno de la historiografía alemana.
2. El influjo directo. Las revistas francesas y el movimiento editorial de los años 60.
3. De Leningrado a Compostela. Las Jornadas de 1973, antecedentes y continuidad (1982).
4. Las ideas directrices: Labrousse, Goubert, Le Roy Ladurie y otros guías.
1 - Labrousse. 2 - Goubert. 3 - Le Roy Ladurie.
5. Del documento notarial a la historia social: el segundo coloquio europeo de 1982.
6. Propuesta, a modo de reflexión final. ¿Hacia una historia comparada?

1. The starting point: the headquartes of Germanic erudition.
2. The direct influence: French reviews and publishing avalanche in the sixtieths.
3. The turning point: from the international congress of Leningrad 1970 to the *Jornadas* 1973.
4. Ideal lines of force: Labrousse, Goubert, Le Roy Ladurie among the main guides.
5. Notarial source and social history: the european meeting in Compostela 1982.
6. A final reflection: comparative history as a proposal.

Palavras chave/Keywords:

Historia social; Historia comparada; Metodología; “Annales”; Labrousse; Goubert; Le Roy Ladurie.

Social history; Comparative history; Methodology; “Annales”; Labrousse; Goubert; Le Roy Ladurie.

Proemio

Las páginas que siguen, según su título dedicadas a glosar retrospectivamente unos encuentros científicos que se celebraron en territorio peninsular hace cuarenta años (en 1973 y luego en 1982), tienen en realidad la pretensión de recordar y revivir una metodología histórica nueva por entonces, cuyas líneas directrices se tomaban directamente de la corriente de escuela entonces hegemónica y todavía presente y actuante en la historia social y en muchos de nosotros. En su momento de mayor esplendor esa metodología histórica produjo obras de referencia dignas de ser emuladas, admirables por su número y calidad, de entre las cuales las aquí comentadas son sólo algunas muestras, aunque muy importantes; por lo que a nuestro entender esa corriente de escuela se reveló eficaz y su metodología histórica merece ser preservada.

Los encuentros que dan título a este trabajo surgieron en virtud de motivaciones espontáneas que provocaba por aquellos años la novedad de las monografías y la fuerza de las ideas directrices que encontrábamos en ellas y en multitud de trabajos publicados en las Revistas, principalmente de Francia. A esas ideas directrices y líneas de trabajo dedicaremos la parte central y substancial de esta exposición, sintetizada en un corto número de obras y de autores de particular relevancia, que trataremos de presentar ordenadamente.

Pretendemos explicar cómo se gestaron aquellos decisivos encuentros y exponer la génesis que les da sentido y contenido, a partir de las motivaciones bibliográficas que nos llegaban del país vecino y de algunos contados encuentros exteriores vividos en los congresos internacionales de historia y de historia económica que tuvieron lugar en los años inmediatamente anteriores, a los que necesariamente hemos de referirnos. Pensamos por otra parte que aquellas influencias no eran privativas de un determinado lugar y que esos mismos influjos llegaban simultáneamente a las Universidades portuguesas y a otras por los mismos canales de libros y revistas procedentes de toda Europa y en especial de Francia, con la que no existían barreras idiomáticas.¹

¹ Nos consta que las influencias europeas y el clima intelectual de aquel fructífero momento de renovada apertura al exterior tuvieron igual acogida en Universidades

La hegemonía de la escuela de *Annales* ha pasado y ha dejado paso en nuestros días a otras tendencias más pluralistas, en donde encuentran su espacio tanto otros influjos de un exterior hoy globalizado como la recuperación de temáticas específicas de la tradición historiográfica de cada país. Eso no puede significar que haya pasado en vano: lo que hoy sabemos sobre la historia social de la Europa moderna, y el modo cómo lo conocemos, se debe en buena parte – ¿tal vez en su mayor parte? – al *aporte* y al *influjo* de aquella generación de historiadores de las décadas centrales del pasado siglo y a las cohortes sucesivas de seguidores de la misma escuela dentro y fuera de Francia; por eso decimos que en nuestro sentir la corriente merece ser preservada. Este es un concepto en el que se debe insistir, por el valor decisivo y necesario de las aportaciones de aquella generación o generaciones. Sobre ese punto el mensaje de este trabajo desea ser claro: la parte de la tarea que cupo a la generación de los sesenta (sobre todo en Francia) no puede ser ignorada. Dondequiera que esa tarea esté a medio realizar será necesario completarla para seguir avanzando, si se quiere pisar sobre terreno firme.

Aquellos encuentros reunidos en esos años – y otros posteriores, tal vez más modestos pero no diferentemente orientados – encontraron amplia acogida entre los jóvenes historiadores españoles o peninsulares de aquel momento, síntoma de los anhelos de renovación que entonces se vivían. Un examen de la situación de la historiografía en la península ibérica

portuguesas como la de Coimbra, con cuyo *Instituto de História Económica e Social* manteníamos ya entonces (años 1968 y siguientes) una fructífera relación de intercambio, a través de los profesores Luis Ferrand de Almeida y António de Oliveira y de varios de sus discípulos y colaboradores en ese instituto. Algunos profesores eminienses de aquellos años participaban de la misma corriente en grados bien perceptibles. Desde 1962 al menos, los trabajos de Ferrand Almeida (RPH, X (1962) 203-242; RPH, XV (1975) 339-420; RPH, XXVII (1992) 103-143) obedecen a ese influjo contextual y referencial, patente tanto en la temática como en las conexiones bibliográficas; y lo mismo cabe decir en tema y desarrollo de la tesis de António de Oliveira, *A vida económica e social de Coimbra de 1537 a 1640*, Coimbra, 1972, libro de inspiración braudeliana en los capítulos dedicados al artesanado y civilización material, comercio y crédito, alimentación y abasto urbano; y con otras influencias de la historiografía reciente en los capítulos dedicados a las innovaciones agrarias (el maíz, en ambos casos). En los numerosos trabajos de los dos autores citados sobre la conflictividad social y motines populares en el Portugal del XVII son patentes las conexiones con las obras de Mousnier (Calmann-Lévy, 1967) y de Porschnev (SEVPEN, 1963) así como el famoso debate entre ambos autores.

(o más concretamente en España) hace cuatro décadas y los nuevos rumbos emprendidos por entonces en algunas “periferias” peninsulares, además de servir para examinar lo que desde entonces se hizo realidad y lo que sigue pendiente, puede ser también de utilidad para considerar (o reconsiderar) los cambios de rumbo que desde entonces se han producido. Ambas cosas sumadas debieran contribuir a suscitar la discusión actualmente indispensable sobre los problemas que afectan a la historiografía española, peninsular y europea, en lo que ha dado en llamarse la crisis de la historia.

Es evidente, el asunto que aquí se trata forma parte de ese gran movimiento de renovación historiográfica que en aquellas décadas alcanzó a toda Europa bajo forma de difusión de la historiografía francesa del momento: la segunda generación de *Annales*. En esa órbita y contexto generacional fueron convocadas las Jornadas de Metodología Histórica de abril de 1973, a las que seguiría un segundo coloquio de análogo carácter en septiembre de 1982, ambos en Compostela. Su espíritu, más que ruptura con lo anterior, ampliación de espacios en todos los sentidos. Sus resultados en orden a la investigación, cien trabajos publicados en los tres volúmenes de *Actas* de aquellos dos encuentros, distribuidos en cuatro secciones monográficas: historia rural, demografía histórica, historia coyuntural, relaciones mercantiles. El denominador común entre ambos coloquios era el mismo que pretende dar sentido y unidad a esta exposición: problemas, fuentes y métodos para una ampliación temática de la disciplina. Esto es, directrices para una metodología de la historia social: nuevos objetos de estudio progresivamente ampliados, nuevos métodos mejor formalizados, nuevas fuentes no intencionales específicas de esa dimensión de la historia.²

Dos menudos *événements* guardan relación próxima con la génesis de aquellos encuentros y con la elección o designación de los ponentes o cabezas de serie que aportaron algunas de las ideas rectoras, por lo que no puede excusarse su mención. El primero fue la asistencia de la persona encargada de organizar aquellos eventos a dos importantes congresos celebrados en

² Cf. *Actas* 1973 y *Actas* 1982. Se nos permitirá de todos modos que no intentemos desarrollar detalladamente ese triple aporte en los reducidos límites de este texto. Sobre los tres elementos configuradores de la nueva metodología de la *historia-problema*, remitimos a nuestra introducción al volumen colectivo *Las Fuentes y los Métodos*, 1977, “Problemas, fuentes y métodos para una Historia”, p. 7-23.

1970, que aportaron resultados sobre los que habrá que volver. El segundo sería el acuerdo adoptado dos años más tarde por la Facultad de Historia compostelana de conmemorar el cincuentenario de su fundación (en 1923) con un congreso científico cuya organización le fue encomendada a la misma persona. Los fastos de esa celebración iban a brindar la oportunidad que se necesitaba para reunir en Compostela a las cabezas de la renovación metodológica de la historia social en aquel momento: Labrousse, Goubert, Le Roy Ladurie, entre otros. A ellos dedicaremos la parte central y esencial de nuestro análisis.³

1. El punto de partida: el cuartel de invierno de la historiografía alemana

El espacio reservado a este texto debe ser dedicado a los cambios que se producían en la historiografía hace cuarenta años, y en los años previos a la fecha de 1973 que motiva el tema. Pero visualizar el cambio requiere contar con dos referentes, el antes y el después. Eso nos lleva a comenzar por una mención rápida del tipo de formación que recibían los estudiantes españoles que se licenciaban en historia a mediados del pasado siglo (en 1954, el autor de este comentario).

La huella que se recibía de los profesores mejor formados de aquella época, los libros en que se bebía y los autores de los que se oía hablar, venían todos de la historiografía alemana del siglo XIX (Ranke, Mommsen, Burckhardt, con su prolongación en los Weber, Sombart, Haebler, Walter Goetz, Ernst Mayer, etc.), así como de sus competentes discípulos españoles (Eduardo de Hinojosa, Rafael Altamira, Eduardo Ibarra, Ballesteros Beretta, Ramón Menéndez Pidal, García de Valdeavellano), portugueses, etc.

³ A ciencia cierta, y sin desmerecer el valor de las relaciones personales que depararon, el mayor provecho de aquel viaje de 1970 serían los congresos mismos, por el contenido de sus temas y el gran número de trabajos que se distribuyeron en copias de *off-set*. Añádase el descubrimiento de Witold Kula, interviniente en Leningrado y cuyo famoso libro sobre el modelo señorial polaco se pudo adquirir allí mismo en edición francesa. El estudio de aquel amplio número de trabajos y el empeño de darlos a conocer en España (en varias crónicas publicadas en la Revista *HISPANIA*, 1971, vid. nota 8) nos dejaría un indudable peso formativo.

El equivalente en España a lo que entonces significaba en Portugal el magisterio de los Fortunato de Almeida, Damião Peres, Paulo Merêa, Souza Soares o el francés Pierre David. Los códigos que se estudiaban eran los de la preceptiva alemana (las respectivas *Introducciones al estudio de la Historia* de Bernheim, 1914, o de Bauer, 1921; en sus traducciones al español publicadas en Barcelona en 1937 y 1952 respectivamente), que eran los prontuarios teóricos para las generaciones más jóvenes, es decir las nuestras.

Formados en la estricta normativa del positivismo científico (cf. también la *Introduction* de Langlois-Seignobos, 1898), aquellas generaciones de historiadores prestaban juramento de fidelidad al hecho objetivo, previa la debida verificación de la fuente. La operación histórica por excelencia consistía en la exacta determinación del hecho (“Juan sin Tierra pasó por aquí”) previa una minuciosa crítica de la fuente (crítica externa o de autenticidad); a esta buena máxima se acomodaban aquellas generaciones de maestros. De esas preceptivas y maestros los alumnos aprendíamos a distinguir entre una opinión y un hecho; y que era necesario verificar las opiniones, incluso científicas, por su confrontación con los hechos tal como venían dados en las fuentes, contrastando varias de ellas siempre que era posible. Sana doctrina de la que depende la razón de ser de nuestra disciplina y que debe ser conservada en esa parte, ya que formaba historiadores convincentes, serios y creíbles, cualquiera que fuese el campo de aplicación de sus inquietudes. Faltaba solamente una toma de conciencia sobre la jerarquía de los hechos y su diferente relevancia, o más bien una apertura epistemológica para tratar de penetrar en las claves de los dos grandes ejes vectores del conocimiento histórico: la organización de las sociedades (jerarquía, función, propiedad, renta) y la formación de la cultura popular (inducción, experiencia, mito exotérico).

En ese ambiente se orientó la tesis doctoral del autor de estas reflexiones sobre un tema de historia política y del pensamiento político del siglo XIX, típico de la metodología alemana de la que estábamos impregnados, y que por entonces contaba en España con notables cultivadores. El interés por la historia de los partidos políticos decimonónicos duró lo suficiente para cumplir a satisfacción sus efectos académicos. Pero al día siguiente de la lectura de aquella tesis doctoral (Universidad de Madrid, 1957), su autor se sintió ligero de conocimientos sobre todo lo demás. Aún ciñéndose estrictamente a ese siglo, tenía la sensación de que la realidad del siglo XIX español

(el ferrocarril, el comercio, la fábrica, la producción y el hambre de trigo, el salario, la medicina, la higiene, la escuela pública, la tuberculosis, el cólera, las penúltimas crisis de subsistencias) se le había escapado sin sentirlo mientras se ocupaba en analizar las proclamas y manifiestos teóricos de unos y otros partidos políticos que se disputaban la audiencia. Esa sensación de vacío, y en cierto modo de hastío o de hartazgo por una sobrealimentación en historia política, abrió el apetito a la incorporación de otras influencias que empezaban a llegar a través de las publicaciones (francesas o no) por aquellos años de tránsito entre décadas. Entre las que no caían en saco roto las chanzas de Bloch y Febvre a costa de "robepierristas y anti-robepierristas" o contra los historiadores "jueces suplentes del valle de Josafat".

El descubrimiento de nuevas corrientes historiográficas que se ocupaban de otras realidades vitales (en el pasado como en el presente) se haría sólo en la siguiente década, cuando se pudo beber en las fuentes directas de los autores franceses; comenzando por la lectura de Lucien Febvre y de Marc Bloch; y no sólo de estos adelantados de entreguerras sino también de otros diversos autores de postguerra que encontrábamos recensionados en la Revista Española de Historia, algunas de cuyas obras se pudieron adquirir.

2. El influjo directo. Las revistas francesas y el movimiento editorial de los años 60

En los albores de los años 1950, cuando el autor de estas páginas obtenía su licenciatura en Historia, varios jóvenes historiadores peninsulares trabajaban ya en París con Fernand Braudel en su gran encuesta sobre el comercio europeo del siglo XVI, entre ellos Vitorino Magalhães Godinho y José Gentil da Silva, sobre los que habrá que volver. Estaban también los españoles Felipe Ruiz Martín, Valentín Vázquez de Prada y Alvaro Castillo, que por esos años trabajaban al lado de Braudel en su programa de estudio de los mecanismos y redes de relaciones del comercio europeo a través de los registros del archivo de Simón Ruiz en Medina del Campo y de las cartas de mercaderes que contiene: los Rocaz, los Le Lou, los Bonvisi, los Frías de Ceballos, los de la Presa, los Cuéllar, los Curiel, los Maluenda, los Quintanadueñas.

El movimiento editorial de la España de los cincuenta no era muy abundante ni fáciles las adquisiciones de libros extranjeros, aunque algo comenzaba a llegar a los anaqueles de las Facultades a través de la madrileña librería Sánchez Cuesta, y luego de la librería alemana Buchholz. Pero desde finales de esa década o comienzos de los años sesenta las prensas parisinas de la editorial que dirigía Braudel publicaban con regularidad los volúmenes de estudios programados sobre el comercio europeo y los orígenes de la Banca, u otros temas de importancia sobre la vida económica de la Europa renacentista y barroca. A través de las librerías madrileñas se recibieron los volúmenes publicados sobre las cartas mercantiles de Amberes, del vallisoletano Valentín Vázquez de Prada (SEVPEN, 1960) y sobre las relaciones mercantiles entre Florencia y Medina del Campo, del también vallisoletano Felipe Ruiz Martín (SEVPEN, 1965).

Las obras de los españoles habían sido precedidas por las del portugués José Gentil da Silva, quien años antes había publicado (SEVPEN, 1956 y 1959) sus cartas de mercaderes de Lisboa (los Gomes de Elvas o los Rodrigues de Evora e Veiga); y antes todavía por las de Vitorino Magalhães Godinho (SEVPEN, 1955 y 1969) sobre la economía del imperio portugués, la moneda y los precios en Portugal. Conocíamos por otra parte algunos trabajos de Virginia Rau, sobre el comercio de la sal de Setúbal, incluidas poco después sus aportaciones a las conferencias internacionales de historia económica de Estocolmo (1960) y de Munich (1965).⁴

⁴ Desde 1947 Vitorino Magalhães Godinho figuraba adscrito al centro parisino del CNRS, en 1950 aparecían ya sus primeras páginas en *Annales*, auspiciadas por Lucien Febvre y luego por Braudel, y en 1958 había defendido su tesis doctoral en la Sorbona sobre el oro y las especias en la economía del imperio portugués, precedida de una recopilación sobre precios y monedas en Portugal publicada también en la editorial de *l'Ecole* (1955). Indudablemente en la órbita de Fernand Braudel y del centro parisino, también Virginia Rau – a la que conocí personalmente en la que se celebró en Leningrado (1970) –, había hecho por aquellos años su aparición en las conferencias internacionales de historia económica de Stokolmo (1960) y de Munich (1965). José Gentil da Silva – compañero de mesa en la misma conferencia de Leningrado, donde compartíamos hotel –, era ya por entonces profesor ordinario de la Universidad de Niza; doctor también por la Sorbona, bajo dirección igualmente de Braudel (SEVPEN, 1959, 2 vols.), colaboraba en los *Annales* desde 1957 al menos. En las prensas braudelianas José Gentil da Silva había publicado sus cartas de mercaderes de Lisboa, los Gomes de Elvas, los Rodrigues de Evora y Veiga, así como sus análisis sobre la estrategia de los negocios lisboetas en los mercados de Burgos, Medina del Campo y Sevilla (1956). Como se echa de ver, era inconmensurable la ventaja que nos llevaba el grupo lisboeta en

En la misma editorial braudeliana se publicaron por aquellos años otros libros de interés, entre ellos el de José Augusto França (SEVPEN, 1965) sobre la Lisboa de Pombal; los dos volúmenes del de Albert Silbert (SEVPEN, 1966) sobre las estructuras agrarias del Portugal “mediterráneo” alentejano; el de Pierre Chaunu (SEVPEN, 1960) sobre las Filipinas y el Pacífico portugués; o el del peruano Guillermo Lohman Villena (SEVPEN, 1968) sobre el negocio de la familia Espinosa entre Sevilla e Indias, entre otros.

Aunque con algún retraso, en esos años llegaron también las tres grandes tesis francesas que trataban sobre España, a saber, la *Méditerranée* de Braudel, que llevaba varios años traducida al castellano (México: FCE, 1953), la *Catalogne* de Pierre Vilar (Paris, 1962), de gran impacto, y la monumental obra de los esposos Chaunu sobre Sevilla y el Atlántico (Paris, 1955-59). Junto a otro puñado de obras importantes de la escuela francesa, entre ellas la traducción española del *Erasmus y España* de Marcel Bataillon (FCE, 1950, 2ª ed. 1966); el libro de Marcelin Defourneaux sobre Pablo de Olavide (PUF, 1959) y los de Henri Lapeyre sobre Simon Ruiz de Medina del Campo y sobre la familia de mercaderes de los Ruiz (A. Colin, 1955). Uno de los más seductores sería el *Erasmus* de Bataillon, que junto con los de Defourneaux, Demerson, Lucienne Domerge, François López, etc. y más tarde Michel Vovelle, abriría el interés por una nueva apertura a otros estudios sobre cultura y mentalidades populares, en las nuevas cohortes de doctorandos que más tarde se irían incorporando.⁵

el dominio de las nuevas metodologías, aunque limitadas al sector de la historia mercantil, *apanage* privativo de Braudel y los braudelianos.

⁵ Entre las primeras adquisiciones, y para empezar, las obras de Bloch y Febvre. BLOCH, Marc – *Apologie pour l'histoire ou Métier d'historien*. Paris: Armand Colin, 1952, 2ª ed. fr. (México: FCE, 1957, 2ª ed. en español). Del mismo: *Les caractères originaux de l'histoire rurale française*. Nouv. Ed. Supplém. par R. Dauvergne. Armand Colin, 1968, 2 vols.; FEBVRE, Lucien – *Combats pour l'histoire*. Paris: A. Colin, 1953 (Trad. esp. Barcelona: Ariel, 1970). Del mismo: *Pour une histoire à part entière*. Paris: SEVPEN, 1962. Las obras de Bloch las adquirí también para mi uso personal. Las de Pierre Goubert acabé por tenerlas todas en mi personal cuarto de libros, por gentileza especial del autor. Con el primer número de 1966 iniciamos la adquisición regular de la revista *Annales*, así como de la *Revue Historique*, de la *Revue d'Histoire Économique et Sociale* que dirigía Labrousse y de los *Annales de Démographie Historique* que dirigía Goubert. Todos ellos pilares necesarios para asentar la iniciativa de 1973.

El movimiento editorial parisino, del que no es posible hacer aquí un repaso exhaustivo, se intensificó en los años sesenta hasta rozar la avalancha. Lo mismo en P.U.F. y en las editoriales privadas (Armand Colin, Mouton, Fayard, Flammarion, Privat de Toulouse, Droz de Genève). Afortunadamente los recursos económicos de nuestra cátedra aumentaron también a partir de 1965 (ó de 1966, con la creación del Departamento de Historia Moderna), lo suficiente para adquirir todas esas novedades editoriales entre otras, además de cubrir diversos huecos que se echaban en falta, incluyendo la suscripción a las principales Revistas de bandera.⁶

3. De Leningrado a Compostela. Las Jornadas de 1973, antecedentes y continuidad

Las influencias del exterior iniciadas con las adquisiciones directas de libros y revistas de Francia se ampliaron considerablemente el año 1970, por el influjo de otras aportaciones de historiadores de diversos países a los congresos internacionales celebrados ese año en Leningrado y Moscú. En el *Tupolev* que nos condujo de París a Leningrado para asistir al quinto congreso internacional de historia económica, un día de agosto de ese año, viajaba también un nutrido grupo de historiadores franceses de primera línea, cuyas publicaciones nos eran familiares de años atrás y a los que sólo entonces pudimos poner rostro humano. La asistencia a esos dos congresos brindaba con ello una oportunidad de iniciar el acercamiento directo a los centros de la historiografía que más interesaba.

Durante aquella estancia en la capital del Neva, y luego en el congreso internacional de ciencias históricas de Moscú que se solapó inmediatamente, surgirían algunos contactos personales útiles para orientarnos en la dirección

⁶ Las menciones aquí hechas a algunas de las adquisiciones por entonces realizadas de libros extranjeros, entre ellos el de Albert Silbert, nos hacen pensar que eso era lo normal igualmente en las Universidades portuguesas por las mismas fechas. Los dos gruesos volúmenes de la obra de Silbert, junto a las de José Augusto França, José Gentil da Silva, Magalhães Godinho y quizá alguno más, se hallaban bien visibles sobre la mesa de trabajo del Prof. Luis Ferrand de Almeida cuando nos recibió por primera vez en Coimbra, en compañía del Prof. Salvador Dias Arnaut, en diciembre de 1968; una bella estampa que guardo en mi retina de un conjunto ordenado de libros que nos resultaba muy familiar por aquellos años.

de lo que se buscaba; entre ellos Pierre Jeannin, notable especialista del comercio con los países del Norte (PUF, 1969), por aquellos años secretario del *Centre de Recherches Historiques*; Marcel Couturier (tesis SEVPEN, 1969), que se ocupaba de la programación informática – un novísimo instrumento de trabajo en el que tratábamos de iniciarnos por entonces – en el citado Centro; y José Gentil da Silva (tesis SEVPEN, 1959), entonces profesor en Niza y que había trabajado años atrás en el mismo Centro parisino dirigido por Braudel. Si de aquel viaje de agosto de 1970 pudo haber nacido la idea inconcreta de hacer algo más, la oportunidad de concretarlo y hacerlo realidad nos vendría dada un par de años más tarde con la ocasión o el pretexto del cincuentenario ya recordado.

En el programa del segundo de aquellos congresos, el de Moscú, destacaban dos grandes temas; de ellos la sección B), dedicada al enfoque individual de la historia ("El papel de la biografía en las ciencias históricas"), parecía interesar más a los historiadores alemanes e ingleses, todavía fieles al paradigma alemán los unos o apasionados de la escuela de Carlyle los otros. Personalmente íbamos más motivados por la sección A), dedicada monográficamente a las posibilidades de empleo de la historia cuantitativa ("El número como elemento de información del historiador"). Dentro de ésta, lo de mayor tirón parecían ser las sesiones dedicadas al computador ("*La machine et la recherche historique*"), organizadas por el comité francés y cuya exposición corría a cargo del grupo de *l'École*. Por entonces ya conocíamos el libro de Couturier y algún otro trabajo realizado con ayuda del computador; eso era lo que interesaba para sustituir a la calculadora eléctrica de rodillo con la que se venía trabajando. Tardaríamos sin embargo algunos años más en dar el salto al ordenador personal y a la hoja *lotus*, limitándonos por algún tiempo a hacer uso de los servicios informáticos del centro de cálculo de nuestra Universidad.⁷

Más variada era la oferta que se brindaba en el congreso de Leningrado. Entre el innumerable tropel de los rusos, lo que allí atrajo nuestra atención fue el joven y animoso grupo de la *historiométrica* soviética (I. Kovalchenko,

⁷ Allí en Moscú escuchamos por primera vez de viva voz a Le Roy Ladurie, junto a Jacques Bertin y a Marcel Couturier, de los que ya se conocían algunos trabajos. En aquella experiencia se gestó probablemente la idea de nuestros primeros trabajos informatizados (sobre precios, padrones de vecinos, etc.) que se presentarían a las Jornadas de 1973.

H. Palli, Yu Kahk), que venían aplicando con éxito la informática al estudio masivo de las fuentes letonas y lituanas sobre temas de historia rural (los precios de mercado de los cereales, el ganado, el peso de las rentas y de la corvea, todo influido a mi parecer por la vecina historiografía polaca). Pero el mayor descubrimiento de aquel viaje fue sin disputa el compacto grupo de los historiadores polacos (Witold Kula, Henry Samsonowicz, Jerzy Jedlicki, Jerzy Topolski, Andrzej Wyczanski, Maria Bogucka, Janina Leskiewicz, Anthony Maczak), con su aprovechamiento sistemático de las *instructa* o contabilidades privadas del gran dominio de la Europa oriental aplicadas al estudio de las economías señoriales y de las relaciones sociales. Tanto la reflexión personal sobre el modelo señorial polaco, analizado estructuralmente en el magistral libro de Kula, como la autodisciplina de sintetizar y comentar todos los trabajos de diversa procedencia presentados en lenguas accesibles a un congreso especializado y de temática compleja como aquél, serían provechosos ejercicios de paciencia con efectos indudables para nuestra formación personal.⁸

4. Las ideas directrices: Labrousse, Goubert, Le Roy Ladurie y otros guías

Hasta aquí nos hemos detenido en hacer repaso del movimiento editorial de los años sesenta y anteriores con gran número de publicaciones de múltiples autores y sobre temáticas muy diversas, aunque todas ellas con un mismo impulso innovador, que sirvieron para preparar el ambiente – y para prepararnos instrumental e intelectualmente – con miras a la funcionalidad del encuentro científico de 1973 y de su complementario que tendría lugar en 1982. Pero en el medio social y económico en que se trabajaba en Galicia, de base tradicional campesina y agropecuaria, y en el mundo de los archivos locales disponibles en el norte y oeste peninsular, generados por una sociedad

⁸ “Un modelo típico de las economías de base agraria” [Recensión del libro de W. Kula (1970) en *HISPANIA*. 119 (1971) 659-671]. En números precedentes de la misma Revista y año publicamos las dos crónicas sobre los numerosos trabajos de aquel enriquecedor congreso: “El V Congreso Internacional de Historia Económica de Leningrado. Resumen temático” en *HISPANIA*. 116 (1970) 701-718 y 117 (1970) 215-239.

preindustrial escasamente mercantilizada y mediocrementemente urbanizada, los más orientadores resultaban ser otros libros de dimensiones mayores, de enfoque más complejo y de temáticas más diversificadas. A saber, algunas de las primeras grandes tesis francesas que hacían realidad el ideal globalizante de la “historia total” (*à part entière*) de Febvre, sobre un conjunto social histórico determinado, con ambiciones de totalidad: desde las estructuras de la propiedad a las coyunturas de la producción y de la renta, también las del consumo; desde las vicisitudes de la población hasta el encuadre profesional y económico de los grupos sociales; desde las condiciones materiales de vida hasta las normas de conducta colectivas, las prácticas colectivistas, la religiosidad y las mentalidades populares. De entre los autores de algunas de esas grandes tesis serían extraídos los cabezas de serie encargados de marcar algunas ideas directrices renovadoras para las sesiones de trabajo de los encuentros científicos de 1973 y 1982.⁹

⁹ Para las Jornadas de Metodología de 1973 fueron solicitados como cabezas de cartel de las diferentes secciones los historiadores franceses en ese momento más requeridos. Por una excepcional fortuna pudimos obtener del autor de la *Esquisse*, ya octogenario entonces y considerado maestro de todos los demás en la Sorbona, la presentación del *rapport* introductorio a la sección dedicada a precios, salarios y fluctuaciones de coyuntura. Cf. LABROUSSE, E. – Aspects d'un bilan méthodologique et critique de l'histoire conjoncturelle, in *Actas* 1973, III, p. 587-595. Por ser entonces director de la SFDH y de los *Annales de Démographie Historique*, por ser el autor del primer método de reconstrucción de familias entonces usado y por la importancia singular concedida en su tesis, más que en ninguna otra, al estudio de la población en sus aspectos metodológicos precisos, se encomendó al autor del *Beauvaisis* el *rapport* introductorio de la sección consagrada a esta materia, cf. GOUBERT, P. – Histoire démographique in *Actas* 1973, III, p. 253-273. En su lugar se echó mano del autor del *Languedoc* para confiarle el *rapport* introductorio de la sección de historia rural, quien cumplió con su brillantez acostumbrada defendiendo una novedosa monografía sobre un sector particular de tan extenso campo, cf. LE ROY LADURIE, E. – Un cas de méthodologie dans l'histoire rurale: Les grandes monographies des révoltes et des contestations rurales en France de 1675 à 1788 in *Actas* 1973, III, p. 33-51. La cuarta sección de las Jornadas de Metodología, dedicada a los temas específicamente braudelianos del comercio, el crédito y la banca, era obligado confiarla a uno de los competentes discípulos españoles de Braudel, autor de sólidas monografías sobre la Banca genovesa en España y sobre las relaciones mercantiles con Génova y Florencia, cf. RUIZ MARTÍN, Felipe – Crédito y banca, comercio y transportes en la etapa del capitalismo mercantil in *Actas* 1973, III, p. 723-751.

1/ Ernest Labrousse

a/ Labrousse: *técnicas estadísticas; los precios.*

b/ Labrousse: *la renta dominical y feudal.*

c/ Labrousse: *el salario, la crisis de subconsumo industrial y el paro.*

d/ Labrousse: *el interciclo (1778-1787) y sus efectos sobre la agricultura.*

e/ Labrousse: *la estructura económica preindustrial.*

En el origen de las grandes tesis francesas que debían servir de modelo estaban por supuesto las de Labrousse y Braudel; sobre ésta última y su resonancia en España no era ni es necesario insistir. Más adaptada a nuestras necesidades desde el punto de vista metodológico y temático, por ser el padre de la historia cuantitativa y el introductor de las técnicas estadísticas aplicadas a la historia (en la estela de su maestro Simiand, pero de un modo mucho más concreto y adaptado a las necesidades del historiador común), nos parecía la obra de Labrousse, una tesis de Estado sobre el movimiento de los precios, el salario y la renta en la Francia del XVIII que se remontaba a 1933. En ella el autor se elevaba del “movimiento de los precios y de los ingresos” (reunidos en las series numéricas de los *estados* de las “generalidades” de Francia), a la situación de los hombres, fin último del historiador.¹⁰

En la huella de los teóricos Paul Lacombe y François Simiand, pero como más sentido histórico y humano, Ernest Labrousse aparecía como el hombre-puente entre la primera y la segunda generación de *Annales*, y como un explorador (desde el primer tercio del siglo XX ya) de los caminos que era necesario abrir para la aproximación entre la historia social y las llamadas

¹⁰ “Deberá considerársela – dice el autor en el proemio sobre su obra – como una introducción a la historia de la condición de las personas en el siglo XVIII”. *La Esquisse* de Labrousse (París: Dalloz, 1933), no figuraba entre los fondos de biblioteca que teníamos a nuestro alcance por aquellos años y no llegamos a tiempo de adquirirla, hasta su segunda edición ya muy tardía. Pero existía una traducción abreviada al español sobre las fluctuaciones económicas en relación con la historia social de la Francia del XVIII (Madrid: Tecnos, 1962), que conservo entre mis libros de cabecera y que cumplía para nuestro propósito de conocer el pensamiento y técnicas de aproximación del autor, debidamente complementada por las aportaciones del mismo a diferentes congresos y por la magna historia económica y social de Francia que Labrousse dirigió conjuntamente con Braudel y que alimentó durante años nuestras explicaciones de clase (*Histoire Économique et sociale de la France, 1660-1789*. París: P.U.F., 1970-1976).

ciencias sociales (economía, sociología, demografía), siendo el análisis de las sociedades el fin y el método estadístico (simplificado y accesible) el medio que se ofrecía al historiador. Con el recurso de la abundante documentación que guardaban los archivos fiscales de Francia (o de cualquier Estado moderno), Labrousse se esforzaba en superar el nivel de los relatos de corte narrativo o descriptivo sobre la sociedad de *Ancien Régime* con su propuesta de un método de clasificación socioprofesional basado en la propiedad y la riqueza como fuente de ingresos de los grupos profesionales (en su famosa propuesta al X Congreso de Roma, en 1955) con base en la documentación de padrones y archivos fiscales como fuente específica para esa encuesta. Su no menos famosa polémica con Roland Mousnier, que a su vez proponía su propia clasificación socioprofesional basada en el prestigio social y en la función de los individuos y de los linajes, se nos aparecía como más bien artificiosa o necesitada de un nuevo enfoque empírico y superador, capaz de reducir la oposición de dos criterios tal vez más complementarios que antagónicos. Del marxista ecléctico y objetivo Labrousse tomamos entonces algunos criterios de objetividad a seguir. Frente a la impresión subjetiva y no verificada, la tesis de Labrousse ofrecía la relativa seguridad de criterios como el del test de concordancia fundado sobre un amplio número de casos y el de la comprobación estadística.

Labrousse: técnicas estadísticas; los precios.

De la tesis de Labrousse podíamos aprender no sólo las posibilidades de algunas sencillas técnicas estadísticas al servicio de la historia social (el análisis de variación de conjuntos, el coeficiente de correlación), sino sobre todo la lectura a través de los más sencillos indicadores estadísticos del bienestar o la miseria de las poblaciones estudiadas, de la abundancia o la escasez de las cosechas, de sus efectos diferenciales contrapuestos para los diferentes grupos sociales, según su posición en relación con la propiedad, la producción y el mercado. Con pura lógica científica y con sondeos bien dirigidos sobre la documentación administrativa de los archivos de las *generalidades* y de la Oficina de Subsistencias dependientes del *Control Général* de Francia, la gran tesis de Labrousse (1933) analizaba para la Francia del XVIII los efectos del movimiento estacional y del movimiento cíclico (de los cereales principalmente) para los diferentes grupos sociales

de productores y de consumidores, de vendedores o de compradores, de pequeños productores en economía de subsistencia o de productores excedentarios en economía de mercado.

Tanto en la larga duración secular como en el movimiento corto de los ciclos agrícolas (algunos más benévolos en la fase larga del XVIII, otros más terribles en los comienzos de ese siglo y finales del anterior), el juego combinado de la producción y de los precios mostraba efectos contrapuestos sobre el mediano cultivador-vendedor, sobre el pequeño cultivador-comprador y sobre las masas de consumidores urbanos depauperados en años de “mínimo cíclico” y de “máximo cíclico” respectivamente (todo ello en la terminología labrousiana, que sería conveniente recuperar para el estudio de las economías de subsistencia); lo que en definitiva aportaba un análisis del movimiento de los precios más propiamente histórico y con más sentido de las repercusiones sociales que el estrecho método economicista o monetarista del norteamericano Hamilton en el que con anterioridad nos situábamos.¹¹

El estudio de Labrousse, centrado en el análisis de las fluctuaciones de los precios de los cereales, no se detenía en ellos. Abarcaba a todos los principales artículos de consumo popular y sus precios. El tocino, las legumbres, la leña, las velas de sebo, y sobre todo el pan de tahona: la media familiar de 8,21 libras de pan al día según Dupont de Nemours, o entre el mínimo de 6,39 y el máximo de 9,86 libras diarias según las investigaciones directas; media más próxima a la primera cifra que a la segunda (4 hectólitros de trigo por persona y año). A partir de ellos Labrousse analiza el movimiento del coste de la vida popular y del salario expresado en bienes de consumo: las variaciones

¹¹ Cf. LABROUSSE, E. – *Fluctuaciones económicas e Historia Social*. Madrid: Tecnos, 1962, 478 p. Versión comercial de la tesis de Labrousse de la que bebimos directamente una nueva metodología para el tratamiento de la producción y de la renta, de la evolución de los precios y de los salarios y sus consecuencias sociales, que inspiró varios de nuestros trabajos, entre ellos el de la progresiva degradación del salario real en Galicia (Coloquio de Bendor, Niza 1974) más abajo citado. A esa línea metodológica rendimos homenaje en una comunicación presentada a las Jornadas de 1973, haciendo con las técnicas estadísticas del propio Labrousse, que presidía la sesión, una reelaboración de sus series de precios franceses (agrícolas) publicadas años antes por Labrousse-Romano-Dreyfus (SEVPEN, 1970; recensión en *HISPANIA*, 120 (1972)). Para éste último trabajo, vid. *Actas* 1973, p. 623-650.

de un modo de vida en la cual la casi totalidad de los gastos corresponden a alimentación, vestido, lumbre, calefacción y alumbrado (con una ínfima estimación para los costes del vestido). “En cuanto al calzado, el trabajador del campo usa sobre todo zuecos de madera y en algunas regiones va con los pies descalzos. Young encuentra campesinos que vienen de la ciudad con los pies desnudos y sus zapatos en el cesto” (*Fluct. Econ...*, p. 292-298).

Labrousse: la renta dominical y feudal.

Para el estudio de la renta y la renta feudal (diezmo, etc.), Labrousse fue tal vez el primero en echar mano de la “notable riqueza” de los archivos eclesiásticos y hospitalarios, de los cabildos, de los monasterios y de colectividades. En su trabajo sienta las bases del método serial: sobre decenas y decenas de series largas de contratos de arrendamiento formadas a partir de 74 dominios distribuidos en cinco *generalidades* de Francia, fue el primero en constatar esa perspectiva trágica para el campesinado dependiente en *trend* de crecimiento demográfico: el efecto perverso de la coyuntura alcista que juega en favor del arrendador contra el arrendatario, incluso si se trata de campesino productor para el mercado. Aplicando el test de concordancia a sus series regionales de la renta verifica la constancia de “un movimiento análogo violentamente ascendente (de la renta) muy superior al de los precios agrícolas” (*Fluct. Econ...*, p. 181-184).

Para el pagador de la renta, igual efecto adverso de las fluctuaciones del movimiento cíclico de la producción y de los precios, siempre favorables al gran propietario perceptor de rentas en especie, al *gros décimateur* y al beneficiario de la renta feudal (diezmo y “champart”, proporcionales a la cosecha). Para los fisiócratas (Quesnay, Dupont de Nemours, Turgot) el movimiento de la producción entre año malo y año bueno variaba de tres a siete *setiers* por arpena. Una vez consideradas las detracciones de la simiente y el diezmo, L. establece sus propias proporciones: la relación 10/21 entre año malo y año bueno para la producción (coef. 0,47), la relación 25/9 para el precio del cereal (coef. 2,77), ergo relación 7,5/5,6 a favor de los ingresos del perceptor de la renta feudal (coef. 1,33). Los años malos lo eran para el pagador tributario de rentas en especie, y buenos para su perceptor. Repárese que estas constataciones preciosas estaban adelantadas desde 1933 y que también al lector peninsular le fueron accesibles en traducciones años antes

de las grandes tesis ruralistas que llegarían sólo después de la guerra, más bien después de 1960.¹²

De Chajanov a Labrousse: el salario y la autoexplotación del trabajador.

A su vez la tesis de Labrousse asentaba el método de análisis – todavía no superado, creemos – de la evolución y fluctuaciones de los salarios de los trabajadores de campo y ciudad: verificadas para la Francia del XVIII a partir de 72 series largas (61 series locales y 11 regionales o de “generalidad”) de salarios de trabajadores del campo y de la construcción, extraídas de las contabilidades de hospitales, colegios, cabildos, municipios y conventos, o de hortelanos, viñadores y jornaleros de los libros de algunas abadías; a lo que suma los informes de la documentación reunida por la *Inspección de Manufacturas* y las encuestas sobre presupuestos familiares realizadas por los fisiócratas (Messance, Dupont de Nemours, más tarde Villermé y Le Play). Con ello aportaba la primera comprobación histórica de los efectos negativos del *trend* alcista del crecimiento demográfico (el del XVIII) sobre el salario de los trabajadores: el precio de la mano de obra sube en el transcurso del siglo menos que el de los productos agrícolas, y el de éstos menos que el alza de los arrendamientos.

La estabilidad nominal del precio del trabajo era un hecho reconocido por los fisiócratas, frente a la enorme movilidad de los precios del trigo y al alza de la renta. Las 61 series de Labrousse (concordancia) muestran que el alza de larga duración del salario es considerablemente inferior a la de los precios y la renta, al menos hasta 1789; luego el salario del trabajador y el coste de la vida tienden a compensarse por algún tiempo, entre 1789? y 1812, para volver a degradarse la situación en el siglo siguiente. Entre el período

¹² “Los años de gran carestía, los años de escasez, representan años de abundancia para el beneficiario de arrendamientos pagados en especie. El alza de sus ingresos sobrepasa considerablemente la de los precios de los productos agrícolas. Los años de escasez son los mejores para los perceptores de diezmos y de derechos feudales. El alza de los precios compensa con creces la baja de la productividad y se traduce en un aumento de la renta” (*Fluct. Econ...*, p. 189-192). No se olvide que estas conclusiones tienen validez para países o regiones en los que se mantiene el sistema de percepción de la renta en especie. Lo que tiene validez universal para el estudioso de la historia social es el tino de ascender de los datos a los hombres. “Estudiar las situaciones y fluctuaciones económicas significa para el historiador perseguir las variaciones en los ingresos y en el bienestar de los hombres”.

base de 1726-41 y los años extremos de 1785-89 el alza nominal del salario pagado en dinero fue de 22 por ciento (media general); el alza del coste de la vida fue del 62 por ciento, según el índice medio del coste de la vida popular calculado por Labrousse. Reacción: aumenta la parte dedicada al pan en el presupuesto del trabajador, mientras desaparecen progresivamente otros consumos como la carne. El pan solo llega a exigir el 88 por ciento del salario (*Fluct. Econ...*, p. 247-253 y 305-307).¹³

A su vez en el movimiento cíclico, lejos de acompañarse al alza de los productos agrícolas, el salario valorado en dinero o en bienes de consumo sigue un movimiento inverso: así en 1772 por ejemplo, año de máximo cíclico de los precios del trigo y de todos los cereales panificables, se registra en la *generalidad* de Amiens una baja del salario nominal cotidiano. En la misma generalidad y año el subdelegado de Amiens escribe al intendente que la miseria y el paro obliga a los obreros "a disminuir el precio de sus jornales a medida que los granos subían". De este modo "el movimiento cíclico del salario nominal por jornada o a destajo se presenta en sentido inverso al de los precios agrícolas que intervienen en el coste de la vida del trabajador". En los años de carestía el salario por tiempo de consumo y el salario real se hunden para los trabajadores de la ciudad y el campo, por el doble efecto combinado de la contracción de la demanda y la inflación de la oferta de mano de obra desocupada. En todos los frentes se confirma la misma tendencia al "divorcio cíclico del precio de la mano de obra y del precio de los granos". Para hacer frente al descenso del poder adquisitivo del salario, el trabajador tiende a prolongar su jornada de trabajo; ésta tiene un límite natural en los horarios de la luz solar, pero fuera de eso "parece casi seguro que no disminuyó" (*Fluct. Econ...*, p. 259-265).

¹³ La degradación del salario de los trabajadores urbanos en esa centuria ha sido confirmada luego en España, por Hamilton para Madrid y por Vilar para Barcelona, usando ambos la confrontación del salario nominal con los precios del trigo. Mediante un método inspirado de cerca en el de Labrousse (el salario expresado en unidades de consumo popular), por nuestra parte hemos verificado la "Degradación del salario real de los trabajadores urbanos en Santiago de Compostela" (lenta y gradual degradación secular 1730-1865, a partir del *optimum* de 1711-1727) en nuestra comunicación al coloquio de Bendor (1974) de la Universidad de Niza. (Cf. *La force de travail dans les cités méditerranéennes. Cahiers de la Méditerranée*. S.S. n° 3 (1974) 17-56).

La acción conjugada del movimiento cíclico y del movimiento de larga duración expresada en la relación entre producción y precios actúa consiguientemente en perjuicio de los sectores más modestos del campesinado, el pequeño propietario comprador (no autosuficiente en año malo), el arrendatario, el aparcerero. El mecanismo contribuye a explicar los procesos de pauperización y de expropiación parcelaria del pequeño campesinado dependiente – “la masa de los propietarios compradores, cuyo patrimonio se desmigaja a cada reparto sucesorio” – condenado más y más a vender su propio trabajo como asalariado primero, a desprenderse de una parte de su propiedad luego, a completar el círculo de su proletarización finalmente como asalariado urbano, él o sus hijos, “puesto que nada tiene que vender excepto cantidades constantes de trabajo”. ¿No se intuye aquí la influencia próxima del concepto de “autoexplotación” de A. Chajanov (1925) como aplicación creciente de trabajo humano para suplir la falta de rentabilidad de la pequeña unidad económica campesina, extensible aquí al trabajador tanto de la ciudad como del campo? (*Fluct. Econ...*, p. 227-229).

Labrousse: la crisis de subconsumo industrial y el paro.

Sin ocuparse apenas de aspectos descriptivos como los de la mendicidad, la asistencia pública etc., L. ofrece un medio de aproximación a las causas de la pobreza al estudiar los efectos sobre el empleo de la crisis de subconsumo industrial, generadora de paro y causa periódica de mendicidad, que cada poco se produce en los años recesivos de crisis cíclica.

Labrousse contrasta los movimientos de los precios agrícolas con los de la producción textil (tomados éstos de los *estados* de la *Inspección de Manufacturas*), para comprobar la discordancia cíclica u oposición de movimientos entre los precios de los cereales y la producción de paños y telas, en diferentes *generalidades* de Francia simultáneamente. La observación se extiende a la producción de varias regiones: paños normandos de Elbeuf (Rouen) y paños picardos de Amiens (lanas); telas normandas de Rouen o de Caen y lencería rural bretona (las delicadas *bretañas*). Antagonismo cíclico entre el movimiento de la producción textil y el precio de los cereales en años de máximo cíclico (malas cosechas): mientras éstos se duplican, la producción textil puede bajar un 25 por ciento o más. En el máximo cíclico de 1751-1752 la producción de paños llega a bajar un 50 por ciento

en Rouen, conduciendo al paro temporal a los obreros del textil en el mismo año en el que el pan escasea y se encarece, duro panorama.

Hay que explicar luego por qué no existe a pesar de todo una correspondencia automática o mecánica entre las alzas de los precios locales del grano y las caídas experimentadas en la producción. La observación es compleja pues se entiende que los precios que influyen en la salida de las manufacturas son más los de los lugares de consumo (otras regiones de Francia, pero también fuera de ella) que los de los propios lugares de la producción en Francia, aunque los efectos sociales del paro industrial se perciban en éstos. El mercado exterior (España y Portugal en primer lugar, con sus respectivas colonias, consumidoras de los paños de Picardía o de las telas exportadas por la lencería bretona, etc.) es el principal mercado para los paños fabricados en el territorio de la Inspección de Amiens, entre otros, y análogamente para las telas bretonas y normandas.

Verificación de hecho como método de observación repetida: concordancia en diferentes puntos de observación documental entre el máximo cíclico de los precios de los cereales y el paro en la industria textil, durante la crisis prerrevolucionaria de 1789 por ejemplo. Valor explicativo: repercusión de las variaciones en los precios del trigo en el consumo de productos textiles como consecuencia del aumento del gasto en pan en el presupuesto del consumidor.

De ese modo la coyuntura general europea y americana repercute en la Francia textil. En 1775, año malo en Francia, los embarques de telas para Méjico reaniman el trabajo en los telares bretones. De 1778 a 1780 es la guerra de la Independencia americana la que explica la depresión de la actividad textil en Francia. En 1786-1789 son las consecuencias nefastas del tratado Eden de libre comercio entre Inglaterra y Francia las que provocan la invasión de las manufacturas inglesas y los motines de tejedores en paro que preceden a la Revolución en Francia.

Si se excluye ese tipo de azares dependientes de la gran política internacional, el resto del siglo es la crisis cíclica de la producción agrícola la que alcanza negativamente al conjunto de los ingresos agrícolas, industriales y comerciales y a todas las categorías de productores y de consumidores, "actuando en tres tiempos: baja producción agrícola, bajo consumo general popular, bajo consumo de productos textiles". En tiempos de pan caro,

el asalariado aplaza cuanto le es posible los gastos en vestido. El alza local de los precios del trigo es también un factor en la recesión industrial de 1789: el trabajador que en 1789 paga el pan un 60 por ciento más caro que en 1786 sufre al mismo tiempo una grave crisis de trabajo; en Amiens la producción disminuye de 89.000 a 65.000 piezas entre esas dos fechas. De este modo se genera la crisis de subconsumo industrial creadora de paro y se materializa la “concordancia entre el pan caro y el paro” (*Fluct. Econ...*, p. 276-291).

El Paro crónico. A los efectos imprevisibles del paro cíclico habría que sumar todavía los previstos del paro estacional (media de 200 días de salario al año para el artesano o el jornalero según la estimación de los fisiócratas; máximo de 270 días de salario para los trabajadores urbanos mejor establecidos) y de larga duración. Nada permite suponer que haya existido en el transcurso del siglo una disminución del paro “secular” o de larga duración, ya que la oferta de mano de obra crece más aprisa que la demanda en la agricultura o en la industria. Con las cifras del *Comité de Mendicidad* de la Constituyente (1790), Labrousse establece que el paro crónico en la agricultura y en la industria (de cuatro a cinco millones de hombres) equivale al crecimiento de la población francesa en los treinta años anteriores. “La desproporción entre la población de Francia y el trabajo que le proporciona – decía el Comité – es la causa primera y principal de la indigencia” (*Fluct. Econ...*, p. 255-259).

Unos mecanismos explicativos que en principio se suponen de validez general dentro y fuera de Francia – a confirmar por los resultados de la investigación empírica en cada tiempo y lugar – sobre las alteraciones que producen en las condiciones de vida de las masas de trabajadores de campo y ciudad las fluctuaciones cíclicas de la naturaleza y de la agricultura (de “mínimo cíclico” a “máximo cíclico”), las variaciones estacionales con su impacto sobre las reservas de alimentos y la oferta o demanda estacional de trabajo, y todavía a mayores, el *trend* o tendencia secular de la demografía con su modificación lenta y a largo plazo de las condiciones de oferta de mano de obra y demanda de empleo. El estudio de las migraciones, no contemplado en la obra de Labrousse, debería engancharse aquí como un vagón más de este lento convoy, a continuación del estudio del crecimiento demográfico (cf. Jean-Pierre Possou, 1983).

Labrousse: el interciclo (1778-1787) y sus efectos sobre la agricultura.

Además de la metodología labroussiana de la historia serial, de los precios, de los salarios y de la renta; de la técnica de deflactar el salario en equivalente-grano; de la idea estadísticamente verificada de la degradación progresiva del salario real a compás del crecimiento demográfico del XVIII, etc., otra de las constataciones puntuales de este autor sobre la coyuntura agraria del XVIII, que ha podido ser recuperada también para Galicia y regiones del norte peninsular, ha sido el famoso *interciclo* de buenas cosechas y de precios bajos señalado por L. para la agricultura francesa a lo largo de la década de 1780, en vísperas de la Revolución (Labrousse, *La crise de l'économie française...*, 1944). Una fase de cosechas abundantes cuya precisa cronología (años 1778 a 1787 en Francia) y motivaciones climáticas son hoy bien conocidas por los historiadores franceses del clima (cf. op cit. de Desaiue, etc., Mouton 1972), al igual que sus efectos sociales contrapuestos según se trate del gran propietario vendedor y del viticultor de mercado, beneficiados por el alza de precios, o del pequeño cultivador-comprador y del consumidor urbano, beneficiados por las cosechas pletóricas. El alza de la producción durante los años de ese interciclo se detecta con claridad en Galicia en las series de diezmos de Mondoñedo de 1778 a 1791; en las series del obispado de Santiago en los mismos años y en las del obispado de Orense de 1777 a 1792. En la curva general de los diezmos gallegos la recuperación se inicia en 1778, el mismo año que en Francia, y sus efectos se prolongan hasta 1791, dos o tres años más que en Francia, para instalarse en la crisis ya desde 1792 (Eiras Roel, 1982, apud J. Goy, etc., *Prestations*, I, p. 354 *passim*). Al contrario que en Francia, por esos mismos años los efectos favorables apenas se acusan en los precios de los cereales de consumo popular en Galicia, lo que plantea el problema de su atribución a un incremento de la demanda y del consumo por el efecto poblacional, o más bien a factores perturbadores de carácter especulativo (posibles exportaciones de granos a regiones deficitarias de la España seca o del sur de Portugal); pero los efectos sí se acusan en el alza de las series diezmales de la producción (Eiras Roel 1982, *ibid.*), así como se registra la brusca subida de los precios gallegos en el ciclo agrario de 1791 a 1804 y en el siguiente, una vez desaparecidos los efectos saludables del interciclo (*Actas* 1973, III, tablas p. 677 *passim*).

Interciclo y método comparado: Los efectos del interciclo en las cosechas y con más salvedades en los precios gallegos se detectan o se intuyen en las series numéricas de varios trabajos publicados entre 1973 y 1982 y ya mencionados; pero la presencia explícita del interciclo labroussiano como tal sólo aparece identificado por primera vez fuera de Francia en el trabajo relativo a Galicia presentado al coloquio madrileño de la Casa de Velázquez (Eiras Roel, 1984, p. 408 *passim*). Lo señalamos con alcance más general para todo el norte, centro y oeste peninsular en un trabajo sobre la evolución agraria en la España de los siglos XVII y XVIII que se presentó muy abreviado para el congreso de Stuttgart en 1985 (Ordina, 1987, p. 113-121), y que se recogió *in extenso* en un volumen publicado poco después (*Estudios sobre agricultura y población...*, 1990, p. 131-185). De este trabajo realizado a partir del trazador de las curvas diezmales se desprende que los efectos del interciclo, producidos por la entrada de masas de aire cálido de origen sahariano, se aprecian en las regiones de clima templado del centro y norte peninsular (con primaveras frías y lluviosas de ordinario, igual que la de 2013, y con frecuentes veranos “podridos”), en los diezmos de Galicia y de Asturias como en los de Segovia y Tierra de Campos, tierras cerealeras, como también en la Rioja vitícola. Las inversiones climáticas hacen que por el contrario en los diezmos de Valencia y Murcia, y en general en la España tórrida del Levante y sur, no se experimente beneficio alguno de ese interciclo de inviernos templados y veranos secos, como tampoco en la Baja Provenza o en Languedoc (Eiras Roel, 1990, *ibid.* p. 168-169).

Si en ausencia de curvas diezmales o de curvas parroquiales se presta atención a los precios de los cereales, los beneficios del interciclo parecen insinuarse asimismo en otras áreas de la geografía peninsular, como la fachada atlántica portuguesa: descenso largo de los precios del maíz en Oporto de 1773 a 1778; de forma menos intensa o menos ininterrumpida, también de los precios del trigo en Lisboa y en Évora, según las series de precios publicadas por Magalhães Godinho (SEVPEN, 1955), *idem* en los precios del Algarve (J. Romero de Magalhães, 1993). Esa intuición sobre el efecto diferencial de las inversiones climáticas, formada sólo a partir de la evolución de los precios y creemos que todavía no suficientemente estudiada a nivel peninsular, sugiere en todo caso que en el territorio portugués los beneficios del *interciclo* se perciben cada vez menos a medida que se avanza

de norte a sur y de la costa hacia el interior: en Viseu menos que en Oporto, en Lisboa también menos que en Oporto, en Évora menos que en Lisboa o que en Viseu, en Beja supuestamente menos que en Évora, en Loulé en la costa del Algarve nada de beneficios de la climatología durante el intercielo. Tendría su lógica que en el Portugal “mediterráneo” de Silbert las masas de aire cálido de origen sahariano trajesen pocos beneficios, como tampoco se perciben (en 1787-1778) en la Baja Provenza de Baehrel ni en el Languedoc de Le Roy Ladurie.

Labrousse: la estructura económica preindustrial.

De los posteriores contactos de Labrousse con el estructuralismo extrajimos finalmente (post 1968) un concepto de estructura económica preindustrial adaptable a la realidad de la época en el norte y el oeste peninsular entre otras regiones, con el peso aplastante de la agricultura sobre la economía (más bien lo agropecuario en el caso peninsular), con una agricultura dominada a su vez por el problema de la variabilidad cíclica de las cosechas, sin medios de circulación baratos para distribuir sus excedentes y especializar los cultivos; por fin, con una producción preindustrial (artesanado textil) subordinada a la agricultura por el doble engranaje de la producción de materias primas y por el mecanismo recurrente de las crisis cíclicas de subconsumo industrial (Labrousse, *Les structures et les hommes*, Paris 1968). La diferencia era que en la Iberia húmeda (el caso gallego entre otros) éste último factor ejercía un peso menor que el subconsumo propiamente agrícola (autoconsumo de insuficiencia), por la mayor debilidad tanto de la agricultura como de la protoindustria con respecto a los países de monocultivo o de producción dual de trigo y lana, como Picardía, el Beauvaisis del norte o Tierra de Campos. Eso acabaría produciendo que las industrias locales del lino fuesen incapaces de evolucionar del nivel de mero artesanado rural al de protoindustria y acabasen desapareciendo (P. Saavedra, *Mondoñedo*, 1985).

2/ Pierre Goubert

a/ El Beauvaisis: tesis e historia total. Objeto.

b/ El Beauvaisis: Fuentes y crítica de las fuentes.

c/ El Beauvaisis: métodos. Aritmética y modelos.

d/ El Beauvaisis, un destino: el endeudamiento campesino.

No menos indispensable para un programa de reciclaje del conocimiento en historia social era a la altura de 1970 la obra de Pierre Goubert, el discípulo de Jean Meuvret en la primera hora y más tarde de Labrousse, quien pocos años antes había publicado su tesis de Estado sobre el *Beauvaisis* (EHESS, 1960, 2 vols.), rápidamente agotada en Francia y que sólo pudimos conseguir de favor en fotocopia de los fondos de la M.S.H. parisina (una reliquia de museo que hoy se custodia en los despachos de la Facultad compostelana). Esta obra llevaba a la concreción un programa amplio de historia globalizada sobre la sociedad y modos de vida en un territorio bien dimensionado (el Beauvaisis, extremo meridional de Picardía, ca. 3.000 kilómetros cuadrados, 162 parroquias, unos cien mil habitantes en 1700, densidad 30, media de ca. 20 kilómetros cuadrados y de ca. 600 habs. por parroquia). Una gran tesis realizada con las pautas de precisión y modelización heredadas de ambos maestros, no sólo Labrousse sino también Jean Meuvret, especialista en las *mercuriales* y en la moneda y primer definidor de las crisis agrarias y demográficas “de tipo antiguo”. El *Beauvaisis* representaba entonces lo más próximo que se podía aspirar a la *historia-total* que preconizaba Febvre y brindaba el modelo historiográfico a seguir para los estudios de historia social e historia rural que por aquellos años se iniciaban en el noroeste peninsular, con un sentido de análisis global de alcance regional o comarcal. En ella se creía encontrar una síntesis de la completa renovación metodológica de la segunda generación de *Annales*, con su ampliación temática y metódica: nuevos objetos de estudio, aspectos o temas; nuevas fuentes durmientes; otros métodos nuevos de análisis.

La tesis de Estado de Goubert (EHESS, 1960, 2 vols.) llegaba precedida de anunciadoras primicias que no podían dejar de atraer la atención sobre el autor, como eran sus primeros trabajos sobre problemas demográficos publicados en *Annales* (desde 1952), en los que promocionaba la riqueza todavía inexplorada de los archivos parroquiales; sus primeros trabajos sobre temas de historia rural en la revista dirigida por Labrousse (*Revue d'Histoire Économique et Sociale*, nº 1, 1957), en donde daba a conocer la riqueza no menor de los inventarios post mortem para el estudio de las técnicas agrícolas y de otros diversos aspectos de la vida de la ruralía; o su puesta al día del concepto de mortalidad extraordinaria en su aportación al famoso congreso de Lieja (1963) sobre *Problèmes de la mortalité* (Liège, 1965, p. 79-92),

en donde recuperaba el tema de las "mortalidades de crisis" tomado de su primer maestro Meuvret, para formular nuevos "problemas e hipótesis" sobre diferentes tipos de comportamiento del fenómeno a nivel espacial.

Meuvret-Goubert: Las crisis agrarias y demográficas de «tipo antiguo».

La influencia de la climatología en las cosechas, su repercusión en los precios de los cereales y su reflejo en la mortalidad extraordinaria o de crisis eran nociones familiares desde el trabajo de Jean Meuvret (*Population*, 1, INED 1946, 2ª ed. 1971) que había acuñado el concepto tipológico de «crisis demográfica de tipo antiguo» y su expresión gráfica el "rombo de crisis" (gráficas de Dijon y de Rozoy-en-Brie). Su discípulo directo Pierre Goubert recuperaba el mecanismo del *ideal-typus* (gráficas de Saint Lambert-des-Levéés, de Bresles y de Beaune-la-Rolande), estableciendo medidas y proporciones basadas en la correlación directa entre el precio del grano y el número de defunciones y la correlación inversa entre aquél y el número de concepciones. Pasada la crisis, la curva de los matrimonios remontaba "en flecha", a causa de las segundas nupcias de viudos, las concepciones se recuperaban con vigor y las defunciones disminuían, a causa de las muertes prematuras que la crisis se había cobrado a modo de anticipo, bajo forma de una «severa selección natural».

Detrás de estos trabajos franceses en los años ochenta llegarían de todas partes seguidores de esta observación, la mortalidad de crisis, fácilmente constatable en los registros parroquiales de defunciones de diferentes regiones de la Península Ibérica. Principalmente en Castilla, en la Mancha y en toda la España interior, en países de llanura fundados sobre la asociación trigo y oveja, como lo era la llanura picarda; esto es, en las áreas de monocultivo cerealero en donde el impacto de las crisis de mortalidad era más acusado y su repetición cíclica sería en parte responsable de la tardanza en salir de la larga crisis del siglo XVII.

Para algunas comarcas de Galicia y de Portugal el estudio había comenzado ya en los setenta, con resultados contrastados respecto a la meseta interior. De esos trabajos se desprendía que en la economía del maíz, como en Galicia y en el Minho portugués, las grandes mortalidades «catastróficas» de tipo beauvaisino o castellano, en las que la mortalidad ordinaria duplica o triplica y los matrimonios caían a cero, eran aquí excepcionales

(apenas las de 1693-94 y de 1709-10); pero con frecuencia cíclica (unas 18 veces en dos siglos, entre 1609 y 1812) hacen su aparición las crisis «larvadas», en la terminología de Meuvret, en las que la mortalidad raramente sobrepasa en un cincuenta por ciento los niveles de la mortalidad ordinaria, aunque sí se acusa el efecto de las malas cosechas en el descenso del número de matrimonios y de concepciones, que en el marco del año-cosecha pueden caer a los dos tercios de su nivel ordinario o por debajo de eso en el marco trimestral (Eiras Roel, 1996, p. 87 *passim*).

Las crisis de 1693-94 y de 1709-10 van asociadas a fuertes lluvias de primavera y verano que frustran o pudren la cosecha de cereales de invierno; pero la más grave de las conocidas en el oeste atlántico (Galicia, etc.) y en el norte cantábrico fue la de 1768-69, una crisis agraria específica de la agricultura del maíz, al tener por causa una sucesión de veranos fríos y lluviosos que además de pudrir la cosecha del cereal de invierno impedían granar y madurar al cereal de primavera. La causa se atribuye a los «temporales contrarios», al «tiempo desigual y enfermo» (déficit térmico, lluvias prolongadas y tardías de primavera-verano) y suelen ir acompañadas de rogativas parroquiales *ad impetrandan serenitatem* que se eslabonan de primavera a otoño. Además de sus repercusiones demográficas, la crisis agraria de 1768-69 en todo el norte y oeste peninsular – y por extensión en todo el frente atlántico de la Europa templado-húmeda – ofrecía un testimonio excepcionalmente bien documentado de las condiciones termométricas y pluviométricas de las décadas centrales del XVIII, en abierto contraste con las del interciclo labroussiano de una década posterior (Eiras Roel, 1996, *Ibidem*).

El Beauvaisis: tesis e historia total. Objeto.

Naturalmente el Beauvaisis de Goubert era mucho más que crisis demográficas; incluso en ese mismo plano existían también las estructuras demográficas, la fecundidad, la mortalidad ordinaria, el reemplazo, detenidamente estudiadas. En esa tesis de historia-total sobre uno de los muchos *páises* de Francia su autor enfrentaba un análisis de amplio espectro sobre la posición y condiciones de vida (habitat humano, composición familiar, propiedad, ingresos, productividad económica, recursos complementarios, endeudamiento, etc.) de los individuos dentro de su grupo social, preferente-

mente los más humildes, los campesinos; aunque también se ocupaba de otros, como los obreros y los empresarios del textil (los Danse y los Motte beauvaisinos, estudiados en otros trabajos). Pero si algo definía el carácter de la obra y de su autor era la dedicación al estudio de los más humildes. Goubert pensaba como Labrousse que no hay verdadera historia que no sea historia social, y dentro de ella la de la pobreza resultaba ser la parte específica a privilegiar, por la buena razón de que en todo tiempo – y más todavía en los siglos modernos de los que el autor se ocupaba – es mayor el número de los pobres que el de los acomodados.

Aquí se deben subrayar sobre todo las aportaciones al estudio de la población rural, dejando en un segundo plano el estudio sobre la manufactura *drapante* y la sociología de la ciudad de Beauvais, tratadas en capítulos posteriores de la misma obra. Entre los aciertos, el empleo de los documentos catastrales (los “plans-terriers” de los señores laicos o eclesiásticos) y fiscales (los “rôles de tailles” o equivalentes) como base de partida para el estudio y clasificación de la jerarquía social y de la propiedad en el mundo campesino; haciendo realidad por vez primera (1960) la célebre llamada de Labrousse en el congreso de Roma (1955) sobre el empleo sistemático de la documentación catastral y fiscal para el análisis de la estructura social de campo y ciudad indistintamente.

A partir de ahí, la diversidad del mundo campesino y la realidad de la ruralía, las imponentes desigualdades de la población rural: una “infima minoría” de campesinos excedentarios que van a más, los *laboureurs* y algún *gros fermier*, auténticos intermediarios entre la gran propiedad absentista y el mundo rural. Y una aplastante mayoría de campesinos deficitarios que van a menos y se reproducen en la pobreza: los *manouvriers*, híbrido de jornalero y de pequeño propietario en equilibrio inestable, mezclados con los artesanos rurales y los puros jornaleros, todos mano de obra temporal. Los roles o cuadernos de la imposición facilitan la ventilación del número y proporciones de excedentarios y deficitarios en cada comunidad rural; los planes parcelarios de algunos señores y conventos permiten conocer la distribución de su propiedad para algunas parroquias concretas (como el de las monjas de Saint-Paul en Goincourt). Distribución tipo en una parroquia de unos cien “fuegos”: “un par de ricos *laboureurs* o de *gros fermiers*; una veintena de campesinos “*médiocres*”, pequeños propietarios y arrenda-

tarios a la vez; unas cincuenta familias de *manouvriers*, el resto artesanos miserables o jornaleros sin nada propio” (*Beauvaisis*, p. 158 ss.)

El estudio goubertiano se completaba con los movimientos de doble dirección en el medio regional: del campo a la ciudad próxima, en la misma dirección en que marchaban las rentas y los excedentes del producto neto campesino; y de la ciudad al campo, en el mismo sentido en que viajaban las usuras y préstamos hipotecarios para remediar a corto plazo las necesidades de los campesinos depauperados o arruinados en años de cosecha deficitaria. La concreción de aquel conjunto de parámetros era fruto del manejo de gran número de fuentes, de la verificación de gran número de casos y del empleo de sutiles razonamientos, necesarios para la determinación de los rendimientos a la simiente y de la productividad por hectárea por ejemplo, que hacían de la tesis de Goubert otro clásico de la historia cuantitativa. Hasta aquí el *objeto* de la tesis de Pierre Goubert según la recensión que le dedicamos (*HISPANIA*. 121 (1972) 490-495).

El Beauvaisis: Fuentes y crítica de las fuentes.

El interés del Beauvaisis no se limitaba a su amplio repertorio de aspectos o temas sobre la sociedad de la época, principalmente rural. Atraía también por su poder de alumbrar todo un elenco de nuevas fuentes *durmientes* al servicio de la historia social y rural, con capacidad de aplicación a otros territorios: fuentes departamentales, municipales, parroquiales, hospitalarias y privadas, a algunas de las cuales ya se ha hecho mención. Los documentos catastrales y fiscales también mencionados para el estudio de la desigualdad de las fortunas; los apeos o “plans-terriers” realizados por los grandes propietarios para conocer la parcelación y situación de la propiedad raíz; los peritajes o “expertises” para los procesos de “surtaux” o recargo de impuestos, en los que el autor encontraba una increíble locuacidad. Destacaba el uso de fuentes notariales para los aspectos más diversos de la sociedad y las formas de la economía rural o urbana; contratos matrimoniales para el estudio de las afinidades y relaciones entre los grupos sociales urbanos; inventarios post mortem para conocer el utillaje y ajuar de los grupos rurales; ventas de tierras, contratos arrendaticios, instrumentos de crédito, cartas de préstamo, obligaciones y mohatras de crédito usurario, para seguir las causas y efectos del endeudamiento popular; ventas de tierras igualmente

para observar los efectos confiscatorios del crédito usurario sobre la pequeña propiedad campesina y otras hasta cubrir toda la rica tipología de las fuentes notariales. Descubría además otras vetas documentales importantes, como las contabilidades eclesiásticas y hospitalarias, los papeles de sucesión en los archivos de las justicias señoriales para valorar por grupos sociales la importancia de los legados, etc. etc. Para las condiciones de vida del *menu peuple* de la ciudad de Beauvais y el mundo de los tejedores, Goubert extendía el elenco de fuentes a las encuestas de policía sobre el número de obradores y el reparto desigual del número de telares, las declaraciones de los maestros pañeros sobre el número de tejedores o peinadores de cada uno (no así de las hilanderas, que no figuran), y los contratos de aprendizaje que informan sobre los "salarios" y el reclutamiento de los aprendices del textil. Los archivos hospitalarios de Beauvais suministraban información necesaria para el estudio de la evolución coyuntural y en materia de precios y salarios. Otras instituciones asistenciales, como los registros hospitalarios del *Hotel-Dieu* y del *Bureau des Pauvres*, acercaban al historiador al corazón de la pobreza.¹⁴

Pero tan importante como la variedad de las fuentes alumbradas era en este autor la crítica de la fuente de archivo: crítica de intencionalidad, crítica de veracidad, crítica de representatividad, crítica de registro. Sus reservas se aplicaban con especial rigor a las omisiones y lagunas en el caso de los archivos parroquiales (subregistro o infrarregistro). Pero en algunos de sus trabajos no perdona tampoco las cautelas a adoptar con los documentos notariales (los inventarios post mortem entre ellos), "incompletos

¹⁴ Sobre este tema de la pobreza, de la mediocridad e insuficiencia del mundo campesino o de la pobreza asistida en la ciudad próxima y sus variantes regionales, a la altura de 1973 existían ya otros autores a seguir, como Jean-Pierre Gutton (1971) o los autores de grandes tesis regionales francesas, de René Baehrel (1961) sobre la baja Provenza a Abel Poitrineau (1965) sobre la baja Auvernia, no mucho después a Jean Jacquart (1974) sobre la cuenca parisina, a Guy Cabourdin (1977) sobre la Lorena o a Jean Nicolas (1978) sobre Saboya, etc. y a sus discípulos ruralistas franceses o ibéricos; en todos los cuales el marco de estudio eran las economías familiares de subsistencia bajo el signo de la escasez y la insuficiencia para la reproducción del capital social al ritmo de reproducción del capital humano. Pero todos ellos eran posteriores a la obra de Goubert e influidos por ésta de algún modo. En los años sesenta la atención se focalizaba en Pierre Goubert y luego en el *Languedoc*.

con frecuencia, poco sinceros a veces”, cuya representatividad social discute ya que suelen excluir al campesinado más pobre.¹⁵

El Beauvaisis: métodos. Aritmética y modelos.

En el plano de los recursos de método, el principal logro de Goubert nos parece haber sido la adopción de sencillos modelos aritméticos para razonar el funcionamiento de la realidad social comprobada en el pasado como en el presente, que en su caso se inspiran en otros ejemplos anteriores de Labrousse y de Meuvret, aunque también reciben la influencia del método del modelo postulado por entonces (ca. 1960) por los filósofos y epistemólogos estructuralistas, y que años después sería igualmente adoptado con fortuna por algunos portaestandartes de la historiografía polaca (Jerzy Topolski, Witold Kula). Los modelos aritméticos de Goubert son sencillos recursos explicativos que reposan sobre los resultados de la investigación documental; sin previa experimentación (documentación de archivo) y medición de los hechos no habría modelo. Los valores cifrados de los parámetros necesarios para razonar los hechos básicos de la población o de la economía (como las proporciones entre los grupos sociales y sus atributos, la propiedad, la explotación, los recursos, la renta, las cargas) suelen expresarse en porcentajes sencillos. En la integración funcional de esos parámetros radica el valor explicativo del modelo, un recurso pedagógico para entender el carácter regular y socialmente racionalizado de lo que a primera vista se presenta como hechos de azar discontinuos.

A/ El modelo demográfico de Auneuil

Goubert aplica sus modelos a razonar los comportamientos de la población, de la economía rural de subsistencia, de las cargas sobre el productor y del autoconsumo campesino, entre otros. En materia de

¹⁵ GOUBERT, Pierre – Les techniques agricoles dans les pays picards aux 17^e et 18^e siècles, *R.H.E.S.*, 1957. A pesar de la crítica utiliza los inventarios siempre que le es posible y los considera en primer lugar entre las fuentes que hablan del campesinado. Por lo que se refiere a la postura crítica a adoptar, comprobaciones a realizar y cautelas a tomar frente a los libros parroquiales de defunciones, etc. es aconsejable prestar atención al *rapport* presentado por el autor a las Jornadas de 1973. “Los registros parroquiales son documentos históricos a criticar... y no máquinas de suministrar automáticamente datos cifrados”. GOUBERT, Pierre – Histoire démographique, Actas II. *M.H.A.*, III, Historia Moderna, 1973 (1975), p. 253-273.

población el hecho de base que se trata de explicar en sus claves internas demográficas, es el escaso o nulo crecimiento de la población del Beauvaisis (como en otras regiones de Francia o de la Península ibérica) en todo el siglo XVII y hasta el cambio de *trend* a partir de 1730. Goubert lo razona con el sencillo modelo de *Auneuil* (1656-1735), construido a partir de los hechos vitales sacados de los libros parroquiales pertenecientes a todas las mujeres nacidas en la localidad en ese período, y lo expresa en un índice sintético representativo comparable en el espacio y en el tiempo: la tasa de reemplazo generacional o tasa neta de reproducción (T.N.R.) que Goubert toma del demógrafo Adolphe Landry (1934). El modelo demográfico de Auneuil se funda en la combinación de cinco parámetros determinantes: 1) celibato femenino, 2) edad de la mujer al matrimonio, 3) período de fertilidad de la mujer, 4) duración de los intervalos intergenésicos y 5) duración del matrimonio. Estos cinco factores determinan la media de hijos por unión, miden la fecundidad y en último término la natalidad. La natalidad, junto con la mortalidad infantil y juvenil de la mujer antes del matrimonio y con el porcentaje de celibato, determinan a su vez la tasa de reemplazo generacional, apenas superior a la unidad en este caso (Auneuil 1656-1735: TNR 1,03), lo que significa ausencia de crecimiento en este período. El crecimiento, si lo hay, no basta para prever los riesgos de una "mortalidad" extraordinaria o de crisis. Después de 1740, charnela de la última gran crisis de 1741-43 en Francia, la crisis demográfica desaparecerá o se hará menos marcada en las curvas ("*disette larvée*"), lo que provocará el excedente casi constante de los nacimientos sobre las defunciones y con ello el cambio de régimen demográfico (*Beauvaisis*, p. 25-84).¹⁶

¹⁶ La tasa de reemplazo, apenas ligeramente superior a la unidad (1,03) en ese período, expresa la débil capacidad de reposición de efectivos de la población del Beauvaisis en la segunda mitad del XVII y su estancamiento en un precario equilibrio demográfico. Los datos experimentales se toman de las fuentes parroquiales de la localidad de Auneuil (1656-1735). En ese período de 438 mujeres madres nacen 2.127 hijos (de ellos 1.037 niñas y 1.090 niños); a la edad de 20 años llegan sólo 1.040 (de ellos 528 muchachas y 512 muchachos); con una tasa de celibato próxima al 15 por ciento llegan al matrimonio 451 futuras madres; ergo T.N.R. insignificante de 1,03 (*Beauvaisis*, p. 41-44). Otro ejemplo quizá mejor ajustado de la aplicación del *modelo Auneuil* de reemplazo poblacional, tomado de otro autor y aplicado a otra región de Francia. Trabajando a partir de fichas reunidas por J.-C. Polton para la localidad de Coulommiers (1670-1715), Jacques Dupaquier recalcula sobre el modelo de Auneuil la tasa de reemplazo en la región de París en época de Luis XIV. Reemplazo: de 130

B/ El modelo económico de economía rural de subsistencia

Aplicado al funcionamiento de la economía rural de subsistencia, el método del modelo se funda en la verificación documental previa de los valores de los cuatro (o cinco, o seis según los casos) parámetros necesarios para razonar el funcionamiento de la economía rural, a saber: 1) el cálculo de la producción estimada del campesino medio en función de las superficies de cultivo y de los rendimientos; 2) el cálculo de las necesidades mínimas de autoconsumo de la familia campesina (a razón de cuatro hectólitros de grano por persona y año, mínimo de dos libras de pan por persona y día, la ración fisiocrática recuperada por Labrousse); 3) el peso y las formas de la detracción del producto neto del campo a la ciudad o a la Abadía por las cuatro vías de la renta, el diezmo, la talla y los derechos señoriales; 4) el cálculo de la capacidad o no del campesino medio de producir excedentes negociables para su reproducción de equipo; y todavía 5) el cálculo de la capacidad global del territorio de generar excedentes (negociables o de otro tipo) con destino a la ciudad próxima (*Beauvaisis*, p. 104-105, 158-165, 180-185).

En régimen de *assolement triennal* y en el territorio estudiado, para asegurar el sustento de su familia y demás cargas el campesino debía cosechar al menos 40 hectólitros de trigo sobre la primera hoja, dejando la segunda para leguminosas y sobre cosechas reservadas al ganado y la tercera al barbecho. « Esto supone que por debajo de 10 hectáreas de tierras ningún campesino podía cosechar el pan de su familia, por abundantes que fuesen las cosechas... En año mediocre (relación 10/22), 40 hectólitros requerirían una explotación de 20 hectáreas. Raros eran los labradores que alcanzaban esta última cifra ». En año malo incluso ese buen labrador estaba condenado a endeudarse. « Y sin embargo esos campesinos que teóricamente no podían vivir de

madres de familias completas de Coulommiers (1670-1715), han nacido 617 hijos, de ellos 316 hijas; de las cuales 151 viven todavía a la edad de 20 años. Con una tasa de celibato de 10 por ciento llegan al matrimonio 136 muchachas. Admitiendo un cociente de mortalidad femenina de 100 por mil entre 20 y 30 años, edad media probable a la maternidad, quedan 122 futuras madres para reanudar el ciclo: ergo TNR negativa de 0,938. « La T.N.R. cae a 0,938. En ausencia de inmigración, la población de Coulommiers estaría pues condenada a decrecer (y eso es justamente lo que nosotros hemos observado) ». DUPAQUIER, J. – Villes et villages de l'Ancienne France. *ADH*. 1969, p. 26.

sus tierras, han vivido. Han vivido, aunque endeudándose » (*Beauvaisis*, p. 180-182).¹⁷

Elementos de ese modelo son también las detracciones del producto neto campesino que se deben a la simiente y los que podemos llamar excedentes compulsivos, dado que no son negociables o directamente comercializables por el productor mismo; salen de la comunidad campesina en forma de prestaciones paisanas gratuitas y forzosas al señor, al rey, al dueño de la renta o al arrendatario de los diezmos. Expresadas en porcentaje sobre la producción del campesino medio retienen: la simiente un 16 por ciento; la « talla » no menos de otro 16 por ciento; el diezmo no menos del 8 por ciento; el arriendo de al menos una parte de las tierras del 6 al 10 por ciento; « aide, gabelle y champart » en torno a otro 10 por ciento. Sumado todo, supera el 56 por ciento; en el mejor caso le queda al campesino sólo el 44 por ciento de la cosecha; guardaba para sí « en el caso más frecuente, el del pequeño propietario que explota a la vez sus tierras propias y algunas en arriendo, entre el tercio y la mitad » (*Ibid.* p. 182).

Los excedentes que llamamos compulsivos dominan la última articulación del modelo goubertiano que es la capacidad del territorio de generar « excedentes » para el abasto urbano. Goubert aplica el mismo esquema de modelización a la estimación de la producción y el consumo del campo y la ciudad. Según su estimación, una vez atendidas las necesidades del autoconsumo y la reproducción de la simiente, un tercio de la cosecha del Beauvaisis serían excedentes negociables para el abasto de la ciudad próxima (el Beauvaisis, cien mil habitantes, tres tercios; Beauvais ciudad, 14.000 habitantes, un tercio de la

¹⁷ En el Beauvaisis los resultados de archivo arrojan una tasa de simiente de 1,25 a 1,5 quintales la hectárea « igual que hoy » y una producción de trigo de 12 a 15 quintales por hectárea en año normal, ergo rendimientos a la simiente de 6 por 1. Goubert construye su modelo económico sobre la base de un campesino « médiocre » (tipo *haricotier*) que cultiva 4,5 hectáreas de tierra propia y otra tanta en arrendamiento. Produce pues en año normal unos 36 hectólitros de trigo sobre la primera hoja (3 hectáreas en *assolement triennal*). Para sostener las necesidades del autoconsumo de una familia de cinco miembros necesita unos 20 hectólitros. Para hacer frente a los gastos de reproducción y a las cargas u obligaciones fijas de la simiente (6 hectólitros), la talla (otros 6), el diezmo (al 8 por ciento, 3 hectólitros), « champart » y renta de la tierra representarían no menos de otros 4 hectólitros, y quedan todavía otras obligaciones fijas con el cura, el maestro, el herrero. Sumado todo, necesitaría no menos de 40 hectólitros de grano, más que la producción de la primera hoja. Incluso en año bueno, debía echar mano de algo de avena u otro producto de la segunda hoja, reservada a las leguminosas y al ganado (*Beauvaisis*, p. 165 ss.).

cosecha ?). El cálculo de la producción puede ser optimista, pensamos, al incluir lo de la segunda hoja, no destinada a los cereales de invierno. Con esa salvedad, y como modo de operación que puede ser retocado por tanteos, su modelo sirve como ejemplo para integrar esos « excedentes » compulsivos en la parte de la producción campesina que – comercializada o no por el productor – acaba siendo destinada al abastecimiento urbano.¹⁸

El Beauvaisis, un destino: el endeudamiento campesino.

En el discurso histórico de P. Goubert el tema de los excedentes (compulsivos) está a su vez directamente relacionado con el universal endeudamiento campesino, como una de sus causas, al lado de las necesidades del autoconsumo familiar y de la reproducción de la simiente y ganado. Una ínfima minoría de campesinos excedentarios y una gran mayoría de campesinos deficitarios, al menos en año malo o de cosecha floja. A través del mecanismo de la deuda y de sus figuras jurídicas reflejadas en la documentación notarial, los mediocres acaban siendo expropiados de sus pequeña parcelas en beneficio de sus vecinos más poderosos, aunque no sólo de ellos; pueden serlo también en beneficio de los ricos burgueses de la ciudad próxima. El esquema modelizado para el Beauvaisis conduce inexorablemente al empobrecimiento y su corolario el endeudamiento.

¹⁸ Goubert hace sus cálculos sobre una muestra de 20 parroquias picardas estudiadas (2.100 fuegos, ca. 8.500 habs.), que cuentan unas 25.000 arpentas de tierra laborable ; a razón de 0,51 Has., dan 12.750 Has. de tierra laborable en las tres hojas. Adaptamos aquí su modelo :

20 parroquias : 25.000 arpentas de tierra laborable, 8.300 arpentas la 1ª « hoja del pan ».

20 parroquias : 16.666 arpentas de cultivo en dos hojas, dan 8.500 Has. de cultivo anual.

20 parroquias : 8.333 arpentas x 0,51 Has., dan 4.250 Has. la 1ª « hoja del pan ».

20 parroquias : 8.500 has./2.100 fuegos, dan 4 Has. por cultivador en las dos hojas.

En año bueno, rendimiento medio de 6 por 1, equivalen a 9 quintales la hectárea.

Deducida simiente (1/6) y censos (mínimo 1/6), quedan al cultivador 6 qq./la Ha.

(Las demás detracciones son excedentes compulsivos, destino también la ciudad próxima).

20 parroquias : 8.500 Has. Producto 8.500 por 6, dan 51.000 quintales (en 2 hojas).

Consumo : 4 quintales por persona/año x 8.500 habs., dan 34.000 qq. para autoconsumo.

Producto 51.000 qq.; autoconsumo 34.000 qq.; excedente « negociable » 17.000 qq.

« Salvo error, sobra con que alimentar unos 4.000 étrangers; el tercio de la cosecha era negociable ». « En los años favorables el consumo de la ciudad absorbía el excedente del campo. En los años de escasez los pobres morían por igual ». (*Beauvaisis*, p. 104-105).

De ahí que el personaje central que domina la obra sea el espectro de la deuda campesina y las transferencias de propiedad que la culminan.

P. Goubert enumera los diferentes motivos y categorías del endeudamiento campesino y como las deudas a corto plazo acaban transformadas en obligaciones hipotecarias o « constituciones de renta ». Los motivos eran variados: deudas con los artesanos, el pastor o el maestro; deudas con el labrador rico o el « gros fermier » por alquiler de yuntas o arados, por adelanto de semillas, por dinero prestado; deudas por atrasos en el pago de rentas que se acrecían en los años malos. De rebote, una nueva carga, una nueva detracción se sumaba a las anteriores. Cuando el campesino no podía seguir haciendo frente a las cargas, quedaba la expropiación de una de sus parcelas en beneficio de su acreedor de la ciudad próxima, el burgués rico, o de la misma aldea, el paisano rico, el « gros fermier ». « En los grandes años de miseria, la deuda campesina se inflaba en proporciones prodigiosas que se reflejan todavía en el volumen de los mismos protocolos notariales ». Goubert compara el espesor de las minutas del mismo notario en un año de precios bajos y en un año de precios altos de los cereales: « la razón va del simple al doble, o al triple ». De este modo el endeudamiento progresivo de la mayoría de los vecinos de la aldea está en el origen de las haciendas de los villanos ricos (*Beauvaisis*, p. 183-185).¹⁹

3/ Emmanuel Le Roy Ladurie

a/ *En Languedoc. La relación dialéctica entre población y propiedad.*

b/ *En Languedoc. La tensión dialéctica entre población y recursos.*

c/ *Más allá del Languedoc. La parte del clima.*

d/ *Más allá del Languedoc. La parte del diezmo.*

¹⁹ Los modelos aritméticos de inspiración labroussiana con los que trabajaba P. Goubert eran sencillos y compuestos a base de un corto número de elementos. A comienzos de la siguiente década y de la mano de los historiadores polacos llegarían otros modelos más complejos y elaborados (integrando un mayor número de elementos), aunque igualmente seductores por precisos, claros y comprensibles. Su inconveniente es que por instrumentar la economía del gran dominio señorial de la Europa oriental y sobre fuentes específicas de esos grandes dominios, en explotación directa para el mercado, no se adaptan a la agricultura de pequeño cultivo de la Europa occidental y meridional. Sobre el más importante de esos ejemplos, el libro de Witold Kula (Paris, Mouton, 1970) y su modelo de economía señorial polaca, remitimos a nuestra ya citada recensión en *HISPANIA*. 119 (1971) 659-671.

Algunos años después del *Beauvaisis* llegaría el *Languedoc* de Emmanuel Le Roy Ladurie (Paris, SEVPEN, 1966) quien, trabajando en paralelo con Goubert pero a distancia y sin ninguna posibilidad de influirse mutuamente, redundaría en algunos hallazgos que ya nos son conocidos; como el valor de los documentos notariales de los departamentos del Gard y del Hérault como fuentes para la vida rural: los contratos de arriendo y de “métayage” (aparcería) para el estudio de las técnicas agrarias, del instrumental agrícola, de las servidumbres colectivas, etc.; los inventarios post mortem para los útiles de cultivo («l’araire, la herse, la faux, la faucille»), el ganado, las reservas de cosecha y estiércol, etc. etc. Un ejemplo más y magistralmente construido de la influencia vidaliana y febvriana sobre la adaptación o acomodación entre el hombre y el medio que distinguía a la nueva historia de los paisajes agrarios. El valor añadido de la nueva tesis sobre los campesinos languedocianos no estaba sin embargo en eso sino en otras innovaciones más conceptuales, como las relaciones entre desarrollo agrario y crecimiento demográfico en una población preindustrial mediterránea o las interrelaciones mutuas pero de signo contrario entre población y propiedad del suelo o entre el crecimiento de la población y la acomodación a los recursos.

Emmanuel Le Roy Ladurie, tesis. La relación dialéctica entre población y propiedad.

Lo que Labrousse había significado para entender las oscilaciones en el tiempo corto de las fluctuaciones estacionales o cíclicas, lo significaba el *Languedoc* (1966) para entender los movimientos y cambios en el tiempo amplio de la larga duración secular. Comenzando por los movimientos de la población, que parece ser junto con el clima la caja de cambios que dirige la marcha. El estudio de Le Roy Ladurie sobre la evolución de la población en su espacio mediterráneo y sus causas determinantes integraba los movimientos de la población pechera (registrada en los libros de la *talla*) con los de la propiedad de la tierra y la contradanza de *concentración/desmembración* de la propiedad (puntualmente reflejada en los *compoix* del país, matrices catastrales que registraban la propiedad parcela a parcela); dos tipos de fuentes que en ambos casos se remontaban al siglo XV en los archivos languedocianos.

A través del diagrama de la propiedad así reconstruido, una sucesión de fases seculares o intraseculares se diseñaba, en función del número de aspirantes a una porción de tierra propia por pequeña que fuese: en fase de expansión demográfica el número de minúsculos propietarios aumentaba vertiginosamente mientras la propiedad se atomizaba. En la fase siguiente, cuando la recesión demográfica dieztaba de modo sostenido los pequeños *tallables*, la propiedad se reagrupaba durante un siglo o cosa así. El siglo XVI prolongado en buena parte del XVII (hasta 1630 al menos, hasta 1670 tal vez en algunos lugares), la segunda mitad del XVIII prolongada en los dos primeros tercios del XIX, eran fases de *démembrement* de la propiedad en la Francia mediterránea. La segunda mitad del siglo XV, las décadas finales del XVII y la primera mitad del XVIII eran fases de *rassemblement* de la propiedad, según el testimonio inapelable de los *compoix*; todo lo cual se corresponde con una versión mediterránea del crecimiento de la población en sentido inverso al de la concentración de la propiedad.

Las décadas que preceden a la Revolución, y las que la siguen, habían sido tiempos de crecimiento auténtico en el Languedoc, crecimiento real del producto interior bruto: las curvas diezmales del producto bruto de la agricultura igualan o superan las del crecimiento de la población; los salarios mantienen su poder adquisitivo en este espacio singular, a contrapelo de la Francia del norte y de los enclaves del textil. Más tarde, la última fase del crecimiento demográfico galopante y de la extrema desmembración parcelaria en el Languedoc se había visto estimulada, empujada o arrastrada por la viticultura de mercado, que multiplicaba los ingresos por *setérée* cultivada y permitía la conversión del antiguo labriego en cultivador de mercado. El *paysan* tradicional del policultivo y la agricultura de subsistencia (autoconsumo familiar) daba paso al orondo viticultor en monocultivo para el mercado, cuyos ingresos le permitían comprar su alimento cotidiano. Pero el sueño decimonónico de la viticultura de mercado finalizaba de golpe con el desastre de la filoxera (en 1870-1873) y los comienzos del éxodo rural. ¿Resucitan en ese momento las maldiciones maltusianas que habían dominado el Languedoc de los siglos XVI-XVII, o como afirma el autor, “Malthus llegaría demasiado tarde”? (*Paysans de Languedoc*, p. 367-370; citamos por la edición comercial de Flammarion, 1969.).

Le Roy Ladurie. La tensión dialéctica entre población y recursos: una coyuntura social secular.

En el estudio sobre el Languedoc es la evolución de la población la fuerza de la naturaleza que lleva la danza, con repercusión tanto sobre la estructura de la propiedad (fraccionamiento o reagrupación de parcelas y heredades, desmembración minifundista o predominio de la propiedad media) como sobre el hábitat humano, el paisaje agrario, la composición familiar, el régimen de arrendamientos, el nivel de los salarios y finalmente sobre el régimen alimentario.

Con el estiaje humano de la primera mitad del siglo XV (“el siglo del hombre raro”) se produce el abandono de tierras marginales, la extensión del bosque, del viñedo y del praderío a costa del labradío, la recuperación de la garriga y la aparición de despoblados, la revancha de una naturaleza silvestre y lujuriosa sobre las grandes roturaciones del período precedente. La abundancia de suelo cultivable produce la reagrupación de los linajes en formas de familia extensa, de familia patriarcal o de consorcios entre hermanos que viven sobre la tierra común, los *affrèvements* o *frérechés*. Los arrendamientos pierden valor ante la oferta de tierra cultivable; el colono dicta la ley al propietario, las rentas bajan con predominio de las rentas a canon fijo sobre las fórmulas de aparcería o de cultivo al tercio. Se eleva el poder adquisitivo de los salarios en dinero y la cuota del “salario gavilla” pagado en porción de la cosecha; el salario-ración mejora en calidad o en poder nutritivo; aumenta en general el consumo de carne en la mesa del campesino; caza y leña abundan para él (*Paysans...*, p. 13-56).

Con la recuperación demográfica del XVI los hombres se multiplican en los libros de la talla “como ratones en un granero”; los brazos sobrantes se lanzan al asalto de los yermos y terrenos roturables de las garrigas. Ampliación de las roturaciones de cereal a expensas del bosque, del viñedo, del matorral y del ganado. Doble respuesta al incremento de bocas y de brazos. Respuesta “extensiva”: las roturaciones marginales de “noveles” y las “rompudes” de las garrigas, roturaciones predativas del árbol y del suelo. Respuesta “intensiva”: la arboricultura en cultivo promiscuo de frutos grasos (olivo, almendro y nogal sustituyen al encinar y al matorral) para compensar en la dieta el consumo de carne y grasas animales por el descenso de la ganadería menor (el cordero y el cerdo), provocado por la disminución de

pastos y el retroceso del encinar. A cambio, sacrificio del viñedo, “hijo de la demografía menos exigente del siglo anterior”, ante el hambre de granos. Stop a la vista a este tipo de crecimiento: no más tarde de 1560 la expansión cerealera va a detenerse al superarse el límite de rentabilidad de las nuevas roturaciones sobre suelos flojos o débiles, garrigas pedregosas que tal vez sólo duplican la simiente: aparece la ley de los rendimientos decrecientes, El producto diezmal, expresión de la renta de la agricultura, deja de crecer, mientras la población sigue creciendo. El equilibrio entre población y recursos alimentarios comienza a romperse; se abren para el Languedoc las famosas “tijeras” malthusianas (*Paysans...*, p. 57-92).

Pérdida de productividad del trabajador del campo, pérdida de poder adquisitivo del salario, pérdida de calidad sino de cantidad de calorías en la dieta: es el deficiente balance de la expansión languedociana del XVI. El olivar aumenta pero menos que el número de bocas; la carne y el viñedo disminuyen. La masa de la producción agrícola en el XVI está volcada en la producción de alimentos energéticos y pobres, hidratos de carbono preferentemente (granos, castaña). He aquí la tesis de fondo del neomalthusianismo laduriano, según la cual la deflación humana tras las crisis del siglo XIV y del XVII va seguida de concentración parcelaria, recuperación espontánea del medio ambiente y aumento de bienestar para los que logran sobrevivir. Mientras que el crecimiento demográfico del XVI (no tanto el del XVIII?) se acompaña de fragmentación parcelaria y disminución de la productividad per capita, elevación de las rentas y caída del salario real, descenso del poder adquisitivo, pauperización de la dieta y de la nutrición en prótidos para los jornaleros del Languedoc, etc. Una historia dinámica con sentido vivo de la coyuntura y de la desigualdad de los tiempos, en la que se integra esa «dialéctica de la felicidad y la desgracia» que acompaña o sigue a las grandes mortalidades del siglo XIV y del siglo XVII, al permitir a la generación superviviente disponer en abundancia de tierras de cultivo y de pasto e incrementar la productividad del trabajo humano y de las bestias de labor, en perjuicio entonces de la renta dominical y de las prestaciones señoriales.

Emmanuel Le Roy Ladurie, la parte del clima.

Por aquellos años setenta el predicamento intelectual de Emmanuel Le Roy Ladurie en el campo de la historia rural procedía en parte de su gran

tesis sobre el Languedoc, en parte también de otros trabajos que nos eran familiares, como su *Histoire du climat depuis l'an mil* (Flammarion, 1967). Este libro de 1967 sobre el clima seducía al historiador por penetrar en un terreno inexplorado y que a otros nos era inaccesible, aunque sí necesario para comprender y explicarnos las fluctuaciones de la climatología y con ello de la agricultura. Su autor demostraba las posibilidades de la ciencia histórica de adquirir los métodos y los materiales de trabajo para estudiar las variaciones del clima en la larga y media duración, poniendo a contribución para ello una variedad de métodos (dendrológico observado en los anillos de los árboles; fenológico documentando en los archivos las fechas estacionales de la floración vegetal (vendimias); geológico centrado principalmente en el estudio de las regresiones y transgresiones de los glaciares alpinos (con ayuda del C-14); arqueológico e histórico, asociado al anterior para localizar y datar las huellas de posible hábitat humano engullido por la lengua del glaciar; y otros como el estudio de las manchas solares que se conocían desde mediados del XVII. A lo que se añadían noticias descriptivas sobre hambres y pestes, buenas y malas cosechas, inundaciones y sequías (rogativas *ad petendam pluvialem* o *ad impetrandam serenitatem*), etc.

Así Ladurie construía en historiador sus capítulos sobre los glaciares alpinos (1550-1850) y sobre el recalentamiento térmico del período 1850-1950 empleando también fuentes literarias y documentales (archivos locales y eclesiásticos, diocesanos y parroquiales de Grindelwald y otras localidades suizas); todas conjugadas para observar la historicidad y variabilidad del clima a lo largo del último milenio, desde el enfriamiento que se registra a partir de 1550 hasta el recalentamiento térmico que comienza a hacer sentir efectos claros en la glaciología a partir de 1850. Con esa diversidad de recursos, el estudio de Ladurie sobre los glaciares alpinos (el glaciar saboyano de Chamonix, el bernés de Grindelwald y otros) lograba reconstruir sobre el terreno la cronología y efectos de la progresión glaciar del período 1550-1850 (primera fase intensa la transgresión glaciar de ca.1546-ca.1644, perceptible en Saboya y en el cantón bernés en Suiza) y la regresión glaciar del período 1850-1950, sin perder de vista sus efectos sobre las cosechas reflejados en los procesos de diezmos. La regresión glaciar de la época contemporánea era observada *de visu* sobre el terreno (como en Chamonix-Argentièrre o en Saint-Gervais y en La Mer de Glace) por la distancia de uno

o más kilómetros que media hoy entre las lenguas terminales de los frentes glaciares remanentes y el emplazamiento de las aldeas desaparecidas o de las edificaciones alcanzadas por la progresión glacial del siglo XVI, que según los relatos de la época y procesos de diezmos barrió y engulló tierras centeneras, junto con las últimas casas de las aldeas más extremas, cruceros o capillas en ocasiones y docenas de cabañas de campesinos. En otros puntos, como en el bosque fósil de Grindelwald, el testigo de las grandes oscilaciones climáticas a lo largo de la historia es la presencia actual en medio del hielo o de las morrenas de troncos fósiles de árboles petrificados a altitudes en las que no existe otra huella más reciente de vegetación arbórea (*Climat...*, 1967, p. 102-134).

Este libro sobre la historia del clima nos informaba sobre los efectos de la llamada *oscilación de Fernald* y en general sobre los grandes ciclos de las fluctuaciones de la climatología, la aridez y las precipitaciones. La fase intersecular de avance de los glaciares alpinos que comienza a principios de la Edad Moderna, después de dos siglos de retroceso glacial a finales de la Edad Media, y que recibe el nombre de «pequeña edad glacial», era un episodio a poner en relación con las catástrofes agrícolas y humanas de finales del siglo XVI en la Península ibérica y fuera de ella (tanto en Galicia y Asturias como en Andalucía, y tanto en la Francia del norte como en la Italia del sur), estando la causa última en fuerzas de la naturaleza que escapan al control de historiador. Era una invitación a considerar con alcance general el efecto de las oscilaciones climáticas sobre la producción agraria y, a partir de ahí, las relaciones entre producción y población en la larga y media duración.²⁰

Los trabajos de este autor sobre el clima y su relación con la agricultura prestaban atención combinada a los dos vectores de temperatura y humedad;

²⁰ De este libro de Le Roy Ladurie sobre la climatología (1967), sobre la *oscilación de Fernald* y la pequeña edad glacial de mediados del XVI a mediados del XVII, nos valimos más tarde para tratar de explicar las relaciones entre producción agraria y población a nivel español, en una sesión de trabajo de la CIDH, celebrada en el congreso de Stuttgart (1985). En ese mismo trabajo y sesión integramos la tesis, tomada del Languedoc mediterráneo del mismo autor, de los rendimientos decrecientes como cuello de botella y freno factual a los incrementos de productividad en la Iberia seca, en ausencia de todo regadío para los cereales de invierno. Public. in FAUVE-CHAMOUX, A. – *Évolution agraire et croissance démographique*. Liège: Ordina Éditions, 1987, p. 23-30 y 113-122.

aunque esto más bien en relación con los climas de la Francia templada y húmeda, como la región de París, gran productora de trigo. En relación con ese cuadrante climático, la tesis que parecía desprenderse (y que extendemos también al norte y noroeste peninsular) era que, en relación con la producción agraria, mientras en la Europa nórdica lo esencial es la temperatura, en la Europa oceánico-templada lo esencial es la humedad. En la Europa nórdica es la secuencia de años muy fríos en los que las simientes se congelan lo que causa las hambres de la Escania sueca o de Finlandia (los temibles «años verdes» de 1596-1602 ó de 1740-42, en que el trigo no madura y se pudre por el pie); mientras en la Europa oceánico-templada lo que cuentan son las precipitaciones y no es el frío ni la sequedad lo que produce las grandes calamidades, sino el exceso de lluvias que anegan las simientes o pudren las mieses, salvo casos raros de episodios de aridez estival, como las malas cosechas en torno a la década de 1620 en la Iberia seca (Castilla) ó de fríos extremos como los de 1709 ó de 1789 (en la Francia del norte). En el noroeste marítimo de Francia las cosechas resultan buenas cuando el invierno es frío y seco e incluso en Inglaterra una sequía estival puede ser un factor favorecedor de altos rendimientos de los cereales; lo temible en todo este espacio atlántico son las lluvias estivales persistentes que causan los veranos «podridos». «En la Europa oceánica y templada es el invierno lluvioso, la primavera fría y húmeda, el verano *trempe* pasado por agua, es decir, la recurrencia de los años húmedos lo que representa el principal peligro» (Le Roy Ladurie, *Climat...*, 1967, p. 280 *passim*).

En una óptica más general, uno de los efectos positivos del estudio del clima es que habituaba al historiador a superar la óptica estrecha de la corta duración para situarlo en las perspectivas de la larga duración secular (del período 1550-1850, como en este caso): en esto Le Roy Ladurie daba un paso más allá de Labrousse, y por todo eso y más todavía nos interesó confiarle la ponencia de historia rural para las jornadas de 1973.

Emmanuel Le Roy Ladurie, la parte del diezmo.

Había mucho más todavía, y era el protagonismo de Le Roy Ladurie al frente de la encuesta nacional francesa sobre la documentación diezmal y la dirección metodológica de tan importante encuesta que entonces acababa de entregar sus resultados (Cf. *Les fluctuations du produit de la dîme...*, Paris,

Mouton, 1972; 396 p.). Esa primera encuesta de 1969 sobre la fuente diezmal en todas las regiones de Francia combinaba el método “directo” de empleo de los diezmos *en especie* a partir de los libros de tasmías parroquiales o monásticos (el sistema de percepción predominante tanto en la Francia del Midi como en Castilla, en Murcia o en la Andalucía occidental y penibética) con el método “indirecto” de diezmos arrendados en dinero y *deflactados* a partir de arrendamientos diezmales (el sistema de percepción predominante tanto en el Cambresis, en el Lyonnais o en la región walona de Namur como en Galicia o en Tibães).

De los diversos libros de Le Roy Ladurie, serían las orientaciones metodológicas contenidas en las *Fluctuations du produit de la dime* (1972) lo que antes tendría aplicación en la Península ibérica, por razones de circunstancias tan oportunas como la inmediatez de la aparición de esa obra a la organización de las jornadas de 1973. El marcado predominio – lo mismo en la Francia del norte que en todo el norte peninsular – de la fórmula de arriendo del diezmo a terceros (arriendo en dinero, por tres años o múltiplos de tres, para acomodarse al ciclo agrario en las áreas del *assolement* trienal), planteaba serios problemas metodológicos para la conversión de las pujas en dinero a series anuales de producto agrícola deflactado por localidad o dezmería.

El mérito de los convocantes de la encuesta había sido el de proponer un método seriado para la conversión de los diezmos en dinero a producto valorado en especie, que se revelaría útil y manejable para seguir la evolución y fluctuaciones de la producción agraria, lo mismo en Galicia y en todo el norte-noroeste peninsular como en numerosas regiones de Francia. El método indirecto de análisis de la evolución del producto agrícola a partir de las pujas de arriendos diezmales en dinero – tal como hay que tratarlo en Galicia, etc. igual que en muchas regiones de Francia – lo ensayamos por primera vez en la Península en dos comunicaciones presentadas al año siguiente, en las Jornadas de 1973. Abundantes concordancias entre los trabajos más tarde reunidos avalan la plausibilidad del método.²¹

²¹ Cf. *Les fluctuations du produit de la dime... Premier Congrès National de l'AFHE* (1969). Paris: Mouton, 1972, 396 p. [y nuestra recensión en *HISPANIA*, 122 (1972) 693-699]. El nuevo método de investigación diezmal fue divulgado en español el mismo año de su publicación, en esa amplia recensión en la revista *Hispania*, en la que resumíamos las

De una manera más completa para Galicia lo empleamos años más tarde en un trabajo personal más amplio sobre otras 91 series de diezmos gallegos, presentado a la gran encuesta europea de 1977 sobre la fuente diezmal. En aquel mismo ambiente de las Jornadas de Metodología celebradas en 1973 en Compostela nació o cristalizó la idea de extender la primera investigación colectiva sobre el diezmo francés a otra encuesta comparatista más amplia sobre el diezmo en todos los países de la Europa católica. Idea lanzada por Labrousse, lo mismo que la anterior, fue de nuevo recogida por los dos expertos que volvieron a hacer realidad la gran encuesta en el segundo coloquio sobre los diezmos europeos, celebrado en París en 1977, preparatorio del congreso de Edimburgo de 1978. A esa encuesta contribuimos con la síntesis regional de las 91 series de diezmos gallegos, que aparece recogida en los dos volúmenes colectivos, editados luego por Goy y Le Roy Ladurie, sobre prestaciones campesinas, diezmos y movimiento de la producción agrícola en la época preindustrial.²²

Las numerosas aportaciones a la gran encuesta europea de 1977 dan muestra de las posibilidades comparatistas del método francés aplicado al estudio de los diezmos peninsulares o de otros países de la Europa católica. Ese respaldo de referencia y el rigor que la técnica de la deflación de valores expresados en dinero exige para su conversión a producto agrícola y para poder seguir a través de sus series la evolución del *trend* y fluctuaciones cortas de la coyuntura agraria, concede toda representatividad a las series

claves del método e inmediatamente aplicado para preparar una aportación personal a las Jornadas de 1973 sobre las primeras 15 series de diezmos gallegos. B. Barreiro presentó por su parte otra comunicación con los resultados de otras dos series diezmales, anticipo de su tesis doctoral sobre la comarca gallega del Xallas; cf. *Actas 1973, Historia Moderna*, III, p. 51-90 y p. 91-108. El mismo método de análisis diezmal, y del mismo origen, fue aplicado muy pronto a diezmos portugueses de la región de Braga en la tesis de Aurélio de Oliveira, *A Abadia de Tibães e o seu domínio, 1630-1680* (Faculdade de Letras do Porto, 1974).

²² GOY, Joseph et LE ROY LADURIE, E. – *Prestations paysannes, dîmes, rente foncière et mouvement de la production agricole à l'époque préindustrielle*. Paris: Mouton, 1982, 2 vols., 799 p. Cf. comunicación de EIRAS ROEL, A. (91 series gallegas) – *Dîme et mouvement du produit agricole en Galice, 1600-1837*, Vol. I, p. 341-358. Ibid. comunicación de OLIVEIRA, Aurélio de (diezmos de la región de Braga) – *Dîmes et mouvement de la production agricole. Le Nord-Ouest portugais, 1626-1821*, Vol. I, p. 463-477.

gallegas y del noroeste portugués recogidas en esa obra colectiva y avala la plena adecuación del método de Le Roy Ladurie para un enfoque comparatista sobre este espacio peninsular. De este modo la encuesta de 1977 marcaba un hito que separa y divide viejo y nuevo estilo de la investigación diezmal. En 1977 como en 1973, el autor del *Montaillou* (1975) reinaba en la historia rural.

5. Del documento notarial a la historia social: el segundo coloquio europeo de 1982

En línea con lo que se esperaba de los grandes historiadores que estaban al frente de las respectivas secciones y de su impacto sobre otros entre los participantes, las Jornadas de 1973 cumplieron dejando un efecto positivo, visible en lo novedoso de las 50 aportaciones que recoge el volumen (*Actas*, III, 1975, 879 p.). Pero no todo podía estar en ellas y seguía existiendo campo para más. Doce años de trabajo en el recién creado archivo de protocolos notariales (1969) y las lecturas correspondientes de gran número de historiadores expertos en ese campo, nos convencieron de la necesidad de profundizar en ese terreno de amplios horizontes para la historia social y de las posibilidades de contribuir a desarrollar un nuevo sentido de la investigación sobre el documento notarial como fuente autónoma, de lo que ya existía algún precedente. Esa fue la motivación del segundo coloquio complementario de 1982 sobre la documentación notarial como fuente de la historia social.

Bajo el impulso de la regionalización de los estudios históricos, a los que esta documentación se adaptaba de modo singular, la proliferación de estudiosos de la documentación notarial y el refinamiento metódico de los estudios permitía en ese momento la convocatoria de reuniones científicas especializadas en torno a su temática y a su metodología en línea de progreso, aplicable a los archivos tal vez más ricos de Europa para el estudio de la historia social del Antiguo Régimen en los países de cultura latina: las minutas de protocolos notariales con su variada tipología de documentación. De esos encuentros específicos sobre la documentación notarial, el convocado en Compostela en 1982 era el segundo europeo, tras

el primero celebrado en Estrasburgo en 1978, cuyos líderes se integraron en masa.²³

La onda expansiva del interés por la fuente notarial y el descubrimiento de sus riquezas potenciales como fuente idónea para la historia social había venido ganando espacios en la historiografía desde los años centrales del siglo (Roland Mousnier 1945, Gaston Roupnel 1950, Louis Merle 1958, Pierre Goubert 1960). Aquellos adelantados de esa época temprana habían abierto las primeras trochas en “la selva de las minutas notariales”, con sus imperfecciones y sus dificultades derivadas del volumen masivo de esa documentación, con sus trampas ocultas, sus inexactitudes y ocultaciones, pero también con sus inmensas posibilidades subyacentes. De esos precursores de la primera época dos nombres destacaban: Roland Mousnier que en fecha precoz (1945) sentó la vía del empleo del documento notarial para el estudio de las élites de *notables* y Pierre Goubert que en fecha menos temprana (1960) hizo uso extenso de su información al servicio de la historia social del pueblo llano; seguidos por otros, igualmente participantes en nuestro coloquio de 1982, entre ellos Abel Poitrineau (tesis, 1965), Jean Meyer (tesis, 1966), Bennassar (tesis, 1967), Jean Jacquart (tesis, 1974), Guy Cabourdin (tesis, 1977), y otros nombres ya mencionados. Todos ellos habían sido autores de grandes tesis de Estado en Francia, notables por el empleo de la documentación notarial, expertos en suma. La alta frecuencia de trabajos franceses en ese segundo coloquio celebrado en España era de nuevo un reflejo objetivo de una realidad de partida: la posición de vanguardia del modernismo francés en ese campo particular, fruto de la decisión temprana,

²³ Las actas de Estrasburgo están editadas por VOGLER, Bernard (ed.)—*Les Actes Notariés, Source de l'Histoire Sociale XVIe.-XIXe. Siècles*. Strasbourg: Librairie Istra, 1979, 342 p. Entre los participantes en el primer coloquio francés de Estrasburgo (1978) que se integraron también con sus comunicaciones o ponencias en el segundo coloquio europeo de Compostela (1982) figuran J. Meyer, G. Cabourdin, P. Ponsot, A. Poitrineau, J. Jacquart, M. Vovelle y el propio B. Vogler. En el segundo coloquio de Compostela participaron además con sus aportaciones propias Roland Mousnier, Pierre Goubert, Bartolomé Bennassar, Aldo de Magdalena (que presidieron las cuatro jornadas de trabajo de aquel intenso congreso, desarrolladas entre el 27 de septiembre y el 1 de octubre de 1982), junto a Claude Larquié (Amiens), J. P. Amalric (Toulouse), F. Brumont (Toulouse), Y. Castan (Toulouse), J. Marcadé (Poitiers), J. Fayard (Dijon), J. P. Le Flem (Sorbona), M. A. Romani (Milán), J.G. da Silva (Niza) e I.M. Vaquinhas (Coimbra), entre muchos otros autores de comunicaciones españoles o no.

de la continuidad sostenida y del amplio número de sus cultivadores. Del mismo modo que una centuria antes la erudición alemana se había impuesto por el número y calidad de sus filólogos volcados sobre los textos antiguos, en este campo particular se imponían ahora los más asiduos.

La metodología exhibida en los trabajos de las décadas de los sesenta y setenta venía ya anunciando la puesta en valor del documento notarial como fuente serializada en lugar de seguir tratándolo como documento singular o único – al modo como pueden serlo el testamento de un prócer o un contrato de cantería para la construcción del transparente de la catedral de Toledo, etc. – junto a sus inmensas posibilidades latentes para la historia social, derivadas precisamente de su masa y volumen y del carácter repetitivo y “típico” de la mayor parte de sus escrituras; así como de su extensión global a diversos momentos y medios, de su ventilación por tiempos y por grupos sociales, que lo hacían idóneo para un tratamiento comparativo en el espacio y en el tiempo... o en el espacio social de los diversos grupos.

En el primer coloquio francés de 1978 en Estrasburgo esa línea metodológica se confirmó y en el segundo coloquio europeo de 1982 en Compostela se consolidó, además de incorporar algunas ampliaciones interesantes que enunciarnos en fórmula abreviada, sin desarrollarlas aquí en detalle. A saber, confirmación del método cuantitativo a través del corte tipológico masivo y serial; valor autónomo de cada tipo de escritura por sí mismas (ventas de tierras, arriendos, etc.), polivalencia de algunas de ellas (el testamento, la dote) y valorización de nuevas tipologías menos frecuentadas (inventarios urbanos, papeles de sucesión, poderes, concordias, etc.); profundización en la problemática crítica sobre la fuente y sus sesgos ocultos (representatividad, veracidad, adecuación, suficiencia); y todavía, incorporación de la documentación notarial al encuadre coyuntural (recuperación de la coyuntura tanto económica como social) – la aportación más novedosa de ese segundo coloquio –, mediante la comparación en el tiempo de las escrituras de un mismo conjunto y naturaleza (dotes, ventas, préstamos, ganados) y de un mismo grupo social en diferentes momentos.²⁴

²⁴ Para el desarrollo de las nociones de corte tipológico, encuadre coyuntural, método del año-testigo, etc. y otras que sólo podemos mencionar escuetamente aquí, remitimos a nuestra introducción a *La Documentación Notarial y la Historia*, 1984, vol. I, p. 13-30.

Los 50 trabajos individuales presentados en las cuatro jornadas de aquel intenso y nutrido segundo congreso, que se desarrollaron entre el 27 de septiembre y el 1 de octubre de 1982, y que figuran recogidos en sus dos volúmenes de Actas (1984), ofrecen los resultados de investigaciones monográficas sobre la diversa tipología de las fuentes notariales, entre las que prevalecen por su riqueza de información algunos tipos de escrituras predilectos de los especialistas del género. Así, los contratos matrimoniales para el estudio de las relaciones entre linajes, de las alianzas entre los grupos y de las jerarquías sociales en los niveles superior y medio de la sociedad (la fuente predilecta de Roland Mousnier y de sus discípulos allí presentes, entre ellos Janine Fayard); las constituciones de dote y cartas de pago de dote o *quittances de dot* para un uso equivalente en el medio campesino aunque no sólo (la fuente predilecta de Abel Poitrineau, entre otros investigadores allí presentes); los inventarios post mortem para el estudio del utillaje agrícola y del capital de las economías domésticas en el medio campesino igualmente (la fuente predilecta de Hoskins o de Pierre Goubert y de los ruralistas gallegos allí presentes); el testamento para el estudio de las estrategias familiares (el empleo predilecto de Bernard Vogler) y de las actitudes del hombre ante sus postrimerías (el empleo predilecto de Michel Vovelle y de Domingo González Lopo, entre los allí presentes). Los contratos de arrendamiento idóneos para el estudio de los sistemas agrarios y de la estructura de la propiedad. Las constituciones de renta (censos consignativos) y reconocimientos de préstamo (en este caso usados por Pierre Goubert), idóneos para el estudio del endeudamiento popular y los efectos negativos de la coyuntura en diferentes medios sociales, mediante su empleo seriado. Las compraventas de propiedad para el estudio de la desmembración de la propiedad parcelaria del campesinado pequeño y medio, entre otros sectores sociales (la fuente predilecta de Guy Cabourdin, combinada con la anterior, para el estudio de la coyuntura social y de los efectos de la crisis agraria en medio rural o urbano).²⁵

²⁵ Para el encuentro complementario de 1982 sobre protocolos notariales e historia social, las ponencias introductorias fueron encomendadas a otros tantos autores de grandes tesis francesas, ejemplares por múltiples conceptos, entre ellos el uso masivo, seriado y conceptualmente razonado de la documentación notarial; tal como eran la tesis sobre la nobleza bretona del siglo XVIII (cf. MEYER, Jean – L'apport notarial à l'histoire sociale

En cuanto a los resultados internos del segundo coloquio de 1982, puede afirmarse que supuso la incorporación plena de los investigadores españoles a las mismas temáticas y a la misma metodología del empleo seriado de la fuente notarial para el aprovechamiento de todas sus potencialidades de empleo masivo. Más todavía, el estudio sincrónico fue trascendido en busca del cambio diacrónico y de la coyuntura social, mediante el recurso al análisis comparativo de valores homogéneos en momentos diferentes del tiempo. El cambio temático va acompañado también de novedades en las técnicas de aproximación a la masa de las fuentes notariales: la búsqueda selectiva de escrituras aisladas cede lugar a las técnicas aleatorias de muestreo, a la selección orientada basada en el criterio tipológico, al despojo sistemático de las actas de uno o varios escribanos locales, o a la vía de aproximación total por cortes cronológicos de un amplio número de escribanos (método del año-testigo). En un plano general, por el número y calidad de los expertos allí congregados, por la ampliación del empleo de la fuente a los aspectos inmateriales de la cultura y las mentalidades colectivas y por la inclinación al método comparado – sobre grupos homogéneos y grupos diferentes u opuestos en la escala social – ambos coloquios sucesivos (realizados a distancia de cuatro años solamente) marcaron a nuestro entender líneas de futuro en la investigación sobre la fuente notarial a escala europea, un inicio de apertura al método comparado a través de la regionalización de los estudios.

de l'Europe moderne, I, 33-74); la tesis sobre la venalidad de los oficios en la Francia del Antiguo Régimen (cf. MOUSNIER, Roland – Les structures sociales de Paris à la veille de la Révolution, I, 75-92); la tesis sobre la vida rural en la cuenca de París (a saber Ile-de-France, cf. JACQUART, Jean – Sources notariales et histoire rurale, I, p. 245-268); la tesis sobre la vida rural en Auvernia (cf. POITRINEAU, Abel – Niveaux de vie et de fortune d'après les minutes notariales: les ruraux auvergnats, I, p. 269-285) y la tesis sobre piedad barroca y descristianización en Provenza (cf. VOVELLE, Michel – Minutes notariales et histoire des cultures et des mentalités, II, p. 9-27). Para la sección dedicada al empleo de los protocolos notariales en la historia mercantil, industrial y del crédito, la ponencia introductoria fue confiada a otro español discípulo de Braudel, autor de sólidas monografías sobre las relaciones mercantiles con Amberes (cf. VÁZQUEZ DE PRADA, Valentín – Protocolos notariales e Historia Económica: crédito, comercio e industria, II, p. 189-218. Todas las ponencias y comunicaciones del coloquio de 1982, public. in *La Documentación Notarial y la Historia*. Actas del II Coloquio de Metodología Histórica Aplicada. Universidad de Santiago de Compostela, 1984, 2 vols.

6. Propuesta, a modo de reflexión final. ¿Hacia una historia comparada?

Atraemos aquí la atención del historiador actual sobre los encuentros multidisciplinarios celebrados en 1973 y 1982 a modo de *vade-mecum* de la renovación metodológica de la segunda generación de *Annales* en sus tres *vectores* principales: 1º ampliación temática (nuevos aspectos, nuevos problemas, nuevas propuestas, nuevas encuestas); 2º nuevas fuentes no intencionales y todavía « durmientes », como queda desarrollado más atrás; y 3º renovación de los métodos de análisis con una moderada aproximación a los procedimientos de trabajo usados en otras ciencias sociales, o mediante la aplicación de técnicas estadísticas (siquiera elementales) a los megadocumentos fiscales, catastrales, notariales y otras masas de datos brutos. Una base común a toda esa variedad de enfoques reposa en el recurso al tratamiento cuantitativo y comparativo de todos los factores que permiten ser cuantificados en el discurso histórico (al menos en el dominio de lo económico y lo social, menos tal vez en lo político y cultural) para hacerlos evaluables y comparables en el espacio y en el tiempo. El salario, la dieta, la producción por cabeza o por fuego, el precio del pan, etc. son valores evaluables y su fluctuación en el tiempo es un ingrediente necesario de la historia social de la población en abstracto, o de los grupos sociales discrecionalmente considerados en concreto. Se habla de una cuantificación inteligente y operacional, de y para historiadores (la de Labrousse valdría a la perfección), sencilla y sin artificios en todo caso; por supuesto, sin ese género de adoración de las máquinas prodigiosas y las ecuaciones impenetrables (como las de la *Cliometría* de Robert Fogel) que se desencadenaría desde los U.S.A. en la siguiente década.

Los múltiples incentivos de renovación que nos han llegado del exterior a los historiadores peninsulares en el último tercio del pasado siglo, de los que aquí sólo se han mostrado unos pocos aunque muy importantes ejemplos, nos han revelado, a la vez, que no existe historia social fuera del marco regional (o local, pero éste último sólo cabe entenderlo dentro de su marco de referencia inmediatamente superior, la síntesis regional o más amplia, so pena de diluirlo en la polvareda de los *événements* de imposible registro) y que a su vez la historia regional carece de sentido último si no es integrable

en unidades de civilización más amplias. En historia social el regional es el único marco de estudio que reúne las tres propiedades necesarias de resultar a la vez: abarcable, suficiente e integrable.

Es abarcable porque la cultura regional reúne unidad de caracteres entre sus diferentes partes, susceptibles por lo mismo de reducción a la unidad. Es suficiente porque cada cultura regional posee su propia lógica interna, fruto de la experiencia de los siglos, que autoriza a razonar los componentes del sistema. Es integrable porque permite observar las afinidades y diferencias que identifican a un conjunto particular dentro de un hecho de civilización o fenómeno general; sea en este caso la síntesis histórica construida a lo largo del último milenio (el marco del Estado-Nación) o el substrato anterior preexistente que es el verdadero hecho de civilización de larga duración (la civilización europea occidental en alguna de sus variantes).

El marco de referencia último para la historia social de los pueblos peninsulares es en primera instancia el que forman ellos mismos, por separado o conjuntamente, y en última instancia la civilización europea occidental a la que pertenecen desde la época romana del Bajo Imperio. Los nombres de San Benito de Nursia o de San Bernardo de Claraval tienen seguramente mucho que decir en la formación de ese hecho de civilización común. Cuanto más avanzan las investigaciones monográficas de historia social más similitudes se encuentran por debajo o al lado de las diferencias entre pueblos y costumbres. El medio que el historiador tiene para situar en la perspectiva que les corresponde las similitudes y diferencias entre las unidades de estudio de ese conjunto es la historia comparada.

El paso de cultura particular a hecho de civilización sólo se logra a través de la historia comparada. Las páginas que preceden contienen algunos ejemplos o posibilidades de comparatismo, aunque no profundicen en la ortodoxia del método comparado. Sin salir sólo de este limitado contorno – aunque pudiera haber ejemplos mejores – historia comparada es apreciar que la evolución del poder adquisitivo del salario en el siglo XVIII no difiere mucho entre la generalidad de Amiens y Santiago de Compostela, lo que invita a considerar alguna causa común (demográfica). Historia comparada es también apreciar las fechas comunes y coincidentes de las grandes crisis agrarias de la pequeña edad glaciaria en la Francia del Norte y en Galicia o el centro-norte de Portugal; o los efectos comunes del *interciclo* sobre

los precios y curvas diezmales en esos mismos espacios, lo que supone igualmente una causa común (climática). Como lo es el observar que la tasa de reemplazo generacional del Auneuil del XVII puede ser más afin a la de Tierra de Campos que a la del Salnés o a la de Guimarães (lo que se comprende perfectamente); mientras que la capacidad de formación de excedentes (compulsivos) puede ser más afin entre el campesinado del Salnés y el del Beauvaisis. En la encuesta internacional de 1977 sobre el diezmo la síntesis de los resultados de varios países aprecia no pocas afinidades y también algunas diferencias, una vez agrupados por sectores. Esas afinidades y diferencias requieren sin duda ser explicadas. De la observación de los hechos comunes a la elevación a las causas comunes hay un gran paso, eminentemente histórico, en el que entra en juego la elasticidad y la formación del historiador.

Referencias

- Actas de las I Jornadas de Metodología Histórica Aplicada. III. Historia Moderna.* Universidad de Santiago de Compostela, 1973 [1975], vol. III, 879 p.
- Actas del II Coloquio de Metodología Histórica Aplicada. La documentación notarial y la Historia.* Universidad de Santiago de Compostela, 1982 [1984], 2 vols. 460 y 446 p.
- AA. VV. – *Congreso de Historia Rural. Siglos XV al XIX.* Coloquio de la Casa de Velázquez, octubre 1981. Madrid: Universidad Complutense, 1984, 870 p. (comunic. p. 393-413 y otras).
- BAEHREL, R. – *Une croissance: La Basse Provence rurale (fin du XVIe. siècle-1789).* Paris: SEVPEN, 1961, 2 vols.
- BARREIRO MALLÓN, Baudilio – *La Jurisdicción de Xallas en el siglo XVIII. Población, sociedad y economía.* Secretariado de Publicaciones de la Universidad de Santiago, 1973 (2ª ed. 1978), 698 p.
- BENNASSAR, B. – *Recherches sur les grandes épidémies dans le nord de l'Espagne à la fin du XVIe. siècle.* Paris: SEVPEN, 1969, 192 p. [Recensión de A. Domínguez Ortiz en *HISPANIA*. 112 (1969) 453-455].
- EIRAS ROEL, A. (et al.) – *Las fuentes y los métodos. 15 trabajos de historia cuantitativa serial de Galicia.* Universidad de Santiago, 1977, 372 p.

- *La historia social de Galicia en sus fuentes de protocolos*. Universidad de Santiago, 1981, 564 p. [Introd., "Tipología documental de los protocolos gallegos", p. 21-113].
- EIRAS ROEL, A. — *Estudios sobre agricultura y población en la España Moderna*. Universidad de Santiago, 1990, 197 p.
- La metodología de la investigación histórica sobre documentación notarial: introducción general in *La Documentación Notarial y la Historia*. Actas del II Coloquio de Metodología Histórica Aplicada, Universidad de Santiago, 1984, I, p. 13-30.
- *La población de Galicia, 1700-1860*. Santiago: Fundación Caixa Galicia, 1996, 811 p.
- FAUVE-CHAMOUX, A. — *Évolution agraire et croissance démographique*. Préface de A. Eiras Roel. Liège: Ordina Editions, 1987, 389 p. (Rapport sobre España, p. 113-123).
- GODINHO, Vitorino Magalhães — *Création et dynamisme économique du monde atlantique. Annales E.S.C.* (1950) 32-36.
- *Prix et monnaies au Portugal, 1750-1850*. Paris: EPHE, 1955.
- *L'économie de l'empire portugais aux XVe. et XVIe. siècles. L'or et le poivre*. Paris: Sorbonne, 1958 (public. SEVPEN, 1969).
- GOUBERT, Pierre — *Beauvais et le Beauvaisis de 1600 à 1730. Contribution à l'histoire sociale de la France du XVIIe. siècle*. Paris: EHESS, 1960 (2^a ed. 1982, 2 vols., 772 p.).
- *Cent Mille Provinciaux au XVIIe siècle*. Paris: Flammarion, 1968, 439 p. [Recensión en *HISPANIA*. 121 (1972) 490-495].
- *Clio parmi les Hommes*. Paris: Mouton, 1976, 310 p.
- GOY, J. et LE ROY LADURIE, E. — *Les fluctuations du produit de la dîme. Conjoncture décimale et domaniale de la fin du Moyen Age au XVIIIe. siècle*. Paris: Mouton, 1972, 396 p. [Recensión en *HISPANIA*. 122 (1972) 693-699].
- *Prestations paysannes, dîmes, rente foncière et mouvement de la production agricole à l'époque préindustrielle*. Paris: Mouton, 1982, 2 vols., 799 p.
- KULA, Witold — *Théorie économique du Système Féodal. Pour un modèle de l'économie polonaise, 16e.-18e. siècles*. Paris: Mouton, 1970, 173 p. [Recensión en *HISPANIA*, 119 (1971) 659-671].

- LABROUSSE, Ernest – *Esquisse du mouvement des prix et des revenus en France au XVIIIe. siècle*. Paris: Dalloz, 1933 (2^a ed. 1984, 2 vols.).
- *La crise de l'économie française à la fin de l'Ancien Régime et à la veille de la Révolution*. Paris: PUF, 1944.
- *Fluctuaciones económicas e Historia Social*. Madrid: Tecnos, 1962, 478 p.
- LABROUSSE, Ernest; ROMANO, Ruggiero et DREYFUS, F-G. – *Le prix du froment en France au temps de la monnaie stable (1726-1913)*. Paris: SEVPEN, 1970, 342 p. [Recensión en *HISPANIA*. 120 (1972) 227-231].
- LE ROY LADURIE, E. – “Voies nouvelles pour l'histoire rurale (XVIe. -XVIIIe. siècles)”. *Études Rurales*, 13-14, 1964, 79-95.
- *Les paysans de Languedoc*. Paris: SEVPEN, 1966, 2 vols. 745 p. [2^a ed. Flammarion, 1969].
- *Histoire du climat depuis l'an mil*. Paris: Flammarion, 1967, 366 p.
- MAGALHÃES, Joaquim Romero de – *O Algarve económico, 1600-1773*. Lisboa: Estampa, 1993.
- MAGDALENA, Aldo de – *Prezzi e Mercedi a Milano dal 1701 al 1860*. Banca Commerciale Italiana, 1974, 2 vols.
- MAURO, Frédéric – *Le Portugal et l'Atlantique au XVIIe. siècle (1570-1670)*. Paris: SEVPEN, 1960.
- MEUVRET, J. – *Études d'histoire économique*. Paris: A. Colin, 1971.
- MOUSNIER, Roland – *La plume, la faucille et le marteau*. Paris: P.U.F., 1970, 399 p.
- Recherches sur les structures sociales parisiennes en 1634, 1635, 1636 in *Actas de Metodología Histórica Aplicada*. III. *Historia Moderna*, 1973, p. 505-526.
- Les structures sociales en Paris à la veille de la Révolution (1784) in *Actas del II Coloquio de Metodología Histórica Aplicada*, I, 1982, p. 75-92.
- PÉREZ GARCÍA, José Manuel – *Un modelo de sociedad rural en la Galicia costera. La península del Salnés*. Universidad de Santiago de Compostela, 1979, 416 p., tablas y apéndices.
- POUSSOU, Jean-Pierre – *Bordeaux et le Sud-Ouest au XVIIIe. Siècle. Croissance économique et attraction urbaine*. Tesis EHESS. Paris, 1983.

- QUINTÁNS VÁZQUEZ, Maria Carmen – *El dominio de San Martín Pinario ante la Desamortización. Rentas de la Abadía*. Universidad de Santiago, 1972, 139 p.: tablas estadísticas.
- RAU, Virginia – Large-scale agricultural enterprise in post-medieval Portugal in *Première Conférence Internationale d'Histoire Économique*. Stockholm, 1960; Paris: Mouton, 1960, p. 425-435.
- Feitores et feitorias no comercio internacional português do século XVI in *Troisième Conférence Internationale d'Histoire Économique*. Munich 1965. Paris: Mouton, 1968 (Reimpr. Lisboa, Brotéria, 66 p.).
- REY CASTELAO, Ofelia – *Aproximación a la historia rural en la comarca de La Ulla (siglos XVII y XVIII)*. Universidad de Santiago, 1981, 309 p.
- RODRÍGUEZ FERREIRO, H. – *La Tierra de Trasdeza, una economía rural antigua*. Universidad de Santiago, 1979, 165 p., tablas estadísticas.
- *Economía y población rural en la Galicia atlántica. La jurisdicción del Morrazo en los siglos XVII y XVIII*. Universidad de Santiago, 1981. (Existe edición póstuma del año 2003: Diputación de Pontevedra, Servicio de Publicaciones, 3 vols.).
- SAAVEDRA FERNÁNDEZ, P. – *Economía rural antigua en la montaña lucense. El concejo de Burón*. Universidad de Santiago, 1979, 147 p., tablas estadísticas.
- *Economía, política y sociedad en Galicia: la provincia de Mondoñedo, 1480-1830*. Xunta de Galicia, 1985, 697 p.
- SALOMON, Noël – *La Campagne de la Nouvelle Castille à la fin du XVIe. siècle, d'après les "Relaciones Topográficas"*. Paris: SEVPEN, 1964.
- SILBERT, Albert – *Le Portugal méditerranéen à la fin de l'Ancien Régime, XVIIIe.-début du XIXe. siècle*. Paris: SEVPEN, 1966, 2 vols.
- SILVA, José Gentil da – Capitaux et marchandises. Échanges et finances entre le XVIe. et le XVIIe. siècle. *Annales E.S.C.* 1957, p. 287-300.
- *Stratégie des affaires à Lisbonne entre 1595 et 1607*. Paris: SEVPEN, 1956.
- *Marchandises et finances. Lettres de Lisbonne, 1563-1578*. Paris: SEVPEN, 1959, 2 vols.
- La part des salaires dans le revenu national comme question historique in *Troisième Conférence Internationale d'Histoire Économique*. Munich, 1965; Paris: Mouton, 1968, 621-646.

Propuesta de interpretación de *Rei D. Afonso, se Deus vos pardom*

William S. Kurtz

Museo Arqueológico Provincial de Badajoz

guillermokurtz@hotmail.com

Texto recebido em /Text submitted on: 23/05/2013

Texto aprovado em /Text approved on: 19/09/2013

Resumo/Abstract:

Se re-examina en este artículo la *tenção* que mantuvieron Alfonso X y Vasco Gil *Rei D. Afonso, se Deus vos pardom*, y se plantea una nueva hipótesis para comprenderla.

This article reexamines the *tenção*, *Rei D. Afonso, se Deus vos pardom*, written by Alfonso X of Castille and Vasco Gil, proposing a new hypothesis about its interpretation.

Palavras chave/Keywords:

Alfonso X, Vasco Gil; *Tenção*; Manto.

Alfonso X, Vasco Gil; *Tenção*; Mantle.

I. Introducción

En 1901 doña Carolina Michaëlis dedicó su segunda Randglosse¹ a una *tenção* que mantuvieron don Vasco Gil y Alfonso X. En ella soluciona una parte importante de las cuestiones que tal poema suscita, pero, a mi entender, dejó flecos por resolver. Suficientes como para justificar una nueva aproximación al tema.

El poema en cuestión es:

- Rei D. Afonso, se Deus vos pardom,
desto vos venho [a vós] preguntar;
[si]quer ora punhade de mi dar
tal recado, que seja com razom:
- 5 quem dá seu manto, que lho guard'algué[m],
e lho não dá tal qual o deu, por en
que manda [i] o Livro de Leon?
- Dom Vaasco, eu fui já clerizom
e Degreda soía estudar;
- 10 e nas escolas u soía entrar
dos maestros aprendi tal liçom:
que manto d'outrem nom filhe per rem;
mais se o m'eu melhora, faço bem,
e nom são por aquesto ladrom.
- 15 - Rei Dom Afonso, ladrom por atal
em nulha terra nunca chamar vi,
nem vós, senhor, non'o oístes a mim,
ca, se o dissesse, diria mal;
ante [o] tenho por trajeitador
- 20 (se Deus mi valha, nunca vi melhor)
quem assi torna pena de cendal.

¹ MICHAËLIS DE VASCONCELOS, Carolina – Randglossen zum altportugiesischen Liederbuch: II - Ein Mantel-Lied. *Zeitschrift für romanische Philologie*. XXV (1901) 139-149.

- Dom Vaasco, dizer-vos quer'eu al
daqueste preito, que eu aprendi:
oí dizer que trajeitou assi

- 25 já ãa vez um rei em Portugal:
houve um dia de trajeitar sabor
e por se meter por mais sabedor,
fez [alguém²] cavaleiro do Hespital.

La *tenção* es de sobra conocida³, y en ella Vasco Gil interpela a Alfonso X con una pregunta: ¿qué dice el Libro de León sobre el caso de alguien que, habiendo recibido de otro un manto para que se lo guarde, no lo devuelve en su estado original?. Don Alfonso, eludiendo mencionar el libro leonés, responde que, habiendo estudiado *degreda...nas escolas*, aprendió que mejor no recibir manto de nadie, pero que si lo mejora no es por ello un ladrón. Don Vasco responde con indignación que nunca calificó como ladrón a la persona de quien estuviera hablando, es más indica que *em nulha terra* se le llamaría así, sino que lo considera un *trajeitador*, posiblemente el mejor de este género, capaz de *tornar pena de cendal*. Alfonso X remata el poema, y el desarrollo de la cuestión, trayendo a colación un caso similar al que tratan, el de un rey de Portugal que en una ocasión también tuvo ganas de *trajeitar*, y por ello hizo a alguien *cavaleiro do Hespital*.

Doña Carolina, en el mismo artículo, relacionó esta *tenção* con otra, mantenida entre don Vaasco y Pero Martins, en el que el primero interpela al segundo sobre qué miembros de la Orden del Hospital sobresalen en la mentira, la avaricia y la lujuria; Pero Martins responde con nombres, todos ellos identificables, y ambos comentan el tema. Esta identificación permite a la autora ubicar el poema en el entorno de 1252. La aparición en ambas *tenções* de don Vasco y de la orden hospitalaria es la base para que dicha investigadora estableciera una estrecha relación entre ambas composiciones, aceptada unánimemente por toda la comunidad científica. Es importante notar que el papel de la Orden del Hospital en ambos poemas es muy

² En el original: *fez cavaleiro do Espital*; Michaëlis: *fez-se*; Lapa *fez [Foan]*.

³ En los manuscritos B 1512 (C 1512); publicado en PAREDES, Juan – *El Cancionero profano de Alfonso X el Sabio. Edición crítica, con introducción, notas y glosario*. Verba, Anexo 66, Santiago de Compostela: Servicio de Publicacións e Intercambio Científico, 2010, nº xliii, donde cita toda la bibliografía anterior

diferente: en la primera cumple un papel secundario, una referencia paralela al tema de que se está tratando, mientras que en la segunda es el objeto y sujeto de la *tenção*. Con todo esto se quiere resaltar que la relación entre ambos poemas no es tan estrecha como pueda parecer, y que las deducciones que se deriven de una no necesariamente sean aplicables a la otra.

Los flecos pendientes a que se hacía referencia al comienzo de este trabajo, son: de qué están hablando los autores exactamente; el marco jurídico a que están haciendo referencia; la identificación del personaje a quien se confió el manto y que lo devuelve alterado; y el contexto histórico en el que debe ubicarse. En ellos se centrará este trabajo.

II. El manto

Primero, un manto es la excusa para poner en marcha la cuestión, y el centro referencial de todo el poema. Como objeto no presenta problemas de identificación: una prenda exterior que cubría el resto de la ropa, remataba el conjunto de la vestimenta y la completaba como puesta en escena de la persona. Se utilizaba por parte de los diferentes estamentos sociales como demuestra una provisión de las Partidas⁴; y lo mismo valía para hombres como para mujeres. Cuestión aparte es saber si en esta cantiga, o incluso en el conjunto de la poesía galaico-portuguesa, el manto en cuestión está presente como operador, como símbolo. Para determinarlo, será necesario examinar el uso del término en otros poemas.

En lo que respecta al manto como prenda femenina, el caso mas sencillo es el de *A por que perço o dormir*⁵ de João Airas de Santiago cuyo *refram* es

⁴ Se citarán las Partidas y el Espéculo por la edición de la Real Academia de la Historia (*Las Siete Partidas del rey don Alfonso el Sabio. Cotejadas con varios códices antiguos por la Real Academia de la Historia*. Madrid: Imprenta Real, 1807, 4 vols.). En la Partida II, Título XXI, Ley XVIII (vol II, p. 211-212) en el epígrafe *En qué manera se deben vestir los caballeros*, el manto es prácticamente la única vestimenta usada como seña de identidad de esta clase social. En la Partida II, Título XXVI, Ley XXXII (vol. II, p. 302-302), al hablar de los fiadores que se constituyen en la subasta del reparto de la almoneda, indica que se les pueden tomar los mantos si no pagan, tanto si son hombres honrados como si fueran "otros hombres", implicando que manto vestirían no sólo los hombres honrados sino también gente de categoría inferior.

⁵ B960/V547.

muy claro al respecto, *Deus! que bem lh'está manto e saia*, donde el manto es el indicador de la belleza de la mujer amada. En *Se hoj'o meu amigo* de Estevão Coelho⁶, parece que se está indicando sólo la prenda misma. Y estos dos son los únicos poemas de amor y de amigo en los que se menciona esta prenda. Todavía dentro del ámbito femenino, Lopo Liás utiliza dos veces el manto en el ciclo de escarnios dedicados a los infanzones de Lemos⁷, donde el manto (junto con un brial) es la prenda que caracteriza a la *fremosa*, contrastada con la *sela* que caracteriza al *zevrom*⁸.

Como prenda masculina se documenta en nueve ocasiones, casi siempre en un contexto de escarnio; salvo en *Nom me posso pagar tanto*⁹, atípico *sirventés moral* de Alfonso X donde hace referencia al manto como uno de los atributos reales a que estaría dispuesto a renunciar. En los contextos de escarnio su uso es el siguiente. En *Eu digo mal, com'home fodimalho*¹⁰ de Pero da Ponte, el manto en primera instancia no es más que la prenda exterior que ha de ser levantada para que el tal *fodimalho* pudiera *achantar o caralho*; es decir, el manto era la prenda que separaba el ámbito público y social de la persona de su ámbito íntimo y sexual. Este carácter de frontera entre lo público y decente con lo impropio está presente también en la mención del manto en las dos instancias en que lo usa Martim Soares en sus escarnios contra Joam Fernándiz (*Joam Fernandez, que mal vos talharom*¹¹ y *Joam Fernándiz, um mour'est aqui*¹²): en el primero la ausencia de manto es el motivo mismo de la crítica (ergo: no está decente y honradamente vestido) y en el segundo se juega con que bajo el manto esconde un *mouro*, posible alusión a un pene circuncidado.

⁶ B721/V322.

⁷ Concretamente en *Tercer dia ante Natal* (B1339/V946) y *Enmentar quer'eu do brial* (B1340/V947).

⁸ El ciclo es extraordinariamente complejo de desentrañar, remito a BELTRÁN, Viçenç – Lopo Liás “en cas da ifante”. *Medievalismo en Extremadura: estudios sobre literatura y cultura hispánicas en la Edad Media*, coord. por Jesús Cañas Murillo, Francisco Javier Grande Quejigo, José Roso Díaz. Cáceres, 2009, p. 305-312 y SOUTO CABO, José António – Lopo Liás: entre Orzelhão e Compostela. *Diacrítica*. 25.3 (2011) 111-136.

⁹ B480/V63.

¹⁰ B1626/V1160 (C 1626).

¹¹ B1370/V978.

¹² B1367/V975.

Un caso claro es el que el manto es un claro indicador de posición social es *Chegou Paio de más artes*¹³ de Pero Mendes da Fonseca: un hombre *rafez* pasa de tener ropas pobres (*cerame de Chartes*) a tener manto com espada, en un contexto donde se critica la rápida ascensión del personaje¹⁴.

En lo que respecta al manto en los poemas profanos de Alfonso X, ya se ha comentado el caso de *Nom me posso pagar tanto*. En *De grado queria ora saber*¹⁵ el rey critica toda la vestimenta de un grupo de personas que, entre otras cosas, llevan mal el manto. En *Dom Gonçalo, pois queredes ir daqui pera Sevilha*¹⁶ el manto es simplemente una prenda que puede perder el destinatario del poema, pero dado que el tono del poema es una explícita amenaza a Gonzalo Eanes do Viñal¹⁷, puede entenderse que la posibilidad de perder el manto signifique el peligro de perder su posición social. Más problemática es la cantiga *O que da guerra levou cavaleiros*¹⁸ donde la expresión utilizada en su verso 35 es *e a sa terra ar foi armar manto*. La expresión exacta permitiría pensar que se está refiriendo a una máquina de asedio¹⁹, aunque la estructura del poema exige que este verso sea una alusión directa de cobardía o de molicie vital, con lo que cabe interpretar que los caballeros cobardes fueron a su tierra a presumir de su vestimenta. El problema es el verbo *armar*, que no encuentro utilizado en el contexto de la vestimenta, y apunta más bien a la interpretación polioreética en línea con lo dicho en el verso 45 (*macar em Burgos fez pintar escudo*),

¹³ B1600/V1132 (C 1600).

¹⁴ Fuere o no Pelay Pérez Correia (ver LÓPEZ FERNÁNDEZ, Manuel – Apuntes sobre el autor y el protagonista de una cantiga “d’escarnho e de mal dizer”. *Espacio, Tiempo y Forma, Serie III, H.ª Medieval*. 17 (2004) 293-304.

¹⁵ B492/V75.

¹⁶ B466 (C 467). Parece que nadie haya observado que el itinerario mencionado en el poema *aquí-Lebrija-Alcalá-Sevilla* demuestra claramente que el tal *aquí* estaba al sur de Sevilla, lo que tiene obvias consecuencias en la fechación (y por tanto, contexto histórico) del poema.

¹⁷ MAGÁN ABELLEIRA, Fernando; RON FERNÁNDEZ, Xosé Xabier – Algunhas consideracións ecdóticas e hermenéuticas sobre a cantiga “Don Gonçalo, pois queredes ir daqui pera Sevilha” (B 466) de Alfonso X o Sabio. *Revista de poética medieval*. 3 (1999) 131-146.

¹⁸ B496/145bis/V79.

¹⁹ PAREDES NUÑEZ, Juan – Armar manto: algunas consideraciones sobre la cantiga ‘O que da guerra levou cavaleiros de Alfonso X’. *Revista de filología románica*. 14, vol. 1 (1997) (Memoria-homenaje a Pedro Peira Soberón), 569-574.

en el sentido de que la excusa fuese la de suministrarse en retaguardia (y por tanto, ponerse a salvo). No obstante, prefiero la explicación más sencilla, la de que los caballeros cobardes fueron a su tierra a pavonearse.

En general, el uso del manto como referencia en la poesía galaico-portuguesa apunta al carácter simbólico de la representación social de las personas, al ser el indicador del límite entre lo público y lo íntimo, lo honrado (apropiado) y lo indecente o chocante; y sólo en algunas ocasiones explícito símbolo de posición social.

El manto en sí mismo es una ropa más, y quizá convenga examinarlo brevemente en el conjunto de esta literatura, pues la IVª Randglosse en que la trató Carolina Michaëlis²⁰ sólo roza la superficie de tan sugerente tema. Se hace mención de ropa en ciento tres cantigas, menos de una décima parte del total; compuestas por cuarenta y siete autores, menos de una tercera parte de la nómina de autores conservados; y utilizando (al menos) setenta y siete palabras referidas a este campo de significación, no demasiadas. Cantigas que traten o mencionen la ropa aparecen en todas las épocas de esta literatura y en todos sus géneros.

Alfonso X fue el poeta que más referencias hizo a ropa y vestimenta en su obra, tanto en número de cantigas, trece²¹, como en riqueza de vocabulario, veintisiete palabras. No fue el poeta que más referencias textiles utilizó en un solo poema, lo hizo Afonso Lopes de Baião en *Sedia-xi Dom Belpelho em ua sa maison*²² en el que inserta trece palabras de este ámbito. Conviene señalar que Afonso Lopes de Baião es el poeta que sigue en frecuencia de uso de este vocabulario a Alfonso X, aunque utilice sólo la mitad de palabras que el rey, bien que en un solo poema.

Resulta imposible examinar todas las cantigas para delimitar el sentido en que usan literariamente las referencias a vestimenta, por lo que se tratará sólo una selección. En ocasiones el uso es descriptivo, como en el ya mencionado

²⁰ MICHAËLIS DE VASCONCELOS, Carolina – Randglossen zum altportugiesischen Liederbuch: IV- Pennaveira. *Zeitschrift für romanische Philologie*. XXV (1901) 167-174.

²¹ B496/145bis/V79, B458, B492/V75, B466 (C 467), B464, B495/V78, B480/V63, B491/V74, B485/V68, B463, B483/V66, B479/V62, B465 (con García Pérez) y B1512 (C 1512) (con Vasco Gil).

²² B1470/V1080 (C 1470); comentada en VENTURA, Leontina e OLIVEIRA, António Resende de – Os Briteiros (Séculos XII-XIV) 3. Imagens literárias. *Revista Portuguesa de História*. XXXV (2001-2002) 148 ss.

poema de João Airas de Santiago; en otras es un testimonio de un don de amor, como en la cantiga de amigo de don Dinís *De que morredes, filha, a do corpo velido?*²³. En la mayor parte de las ocasiones aparece en contextos de escarnio o maldecir. Esto quedaba claro en *Sedia-xi Dom Belpelho em ua sa maison*, en el que todas las prendas de vestir se utilizan para satirizar la pobreza de las huestes del tal dom Belpelho y, sobre todo, para resaltar su inadecuación al rango social que pretende ocupar. Es, claramente una sátira de clase, en el que la vestimenta y el equipamiento es el indicador principal utilizado, en el que la pobreza es todo lo contrario de la riqueza, largueza y ostentación, cualidades exigibles en un noble poderoso, ricohombre o que aspira a serlo. Es un ejemplo arquetípico, suficiente como ejemplo, aunque podrían aducirse otros, como las sátiras contra infanzones de Lopo Lías.

Como se ha dicho, Alfonso X es el poeta galaico-portugués que más usa vocabulario relacionado con la ropa y el contexto textil. En sus poemas la ropa y la vestimenta siempre definen la condición social de las personas. Esto en lo que toca a los poemas de autoría individual del rey; la perspectiva es similar al examinar la otra *tenção* que sostuvo García Pérez²⁴. En ella, el poeta interroga al rey sobre porqué va vestido pobremente, él que habitualmente tan bien vestía. A pesar de lo que pudiera parecer en una primera lectura, no están hablando exactamente del ropaje del rey sino de su realeza misma y poder. La clave para esta interpretación la aporta una norma de las Partidas, con la muy significativa rúbrica *Que el rey se debe vestir muy apuestamente*²⁵, cuya claridad exime de más comentario. La ropa está identificando al personaje en cuanto ser social, en cuanto a posición y categoría. No es fácil encontrar razones que expliquen el porqué Alfonso X es el poeta que más utiliza las referencias a ropa, tanto en vocabulario como en poemas, pero sí está claro que para él tales referencias son una manera de denotar, cuando no denostar, la adscripción social de las personas de las que trata en su obra profana.

Más arriba se planteó la interrogación de si, en esta cantiga, el manto en cuestión está presente como operador, como símbolo. Visto lo visto

²³ B567/V170.

²⁴ B465.

²⁵ Partida II, Título V, Ley V (vol. II, p. 28-29).

hasta aquí y cómo utiliza las alusiones a la ropa el mismo rey en su poesía, no resulta difícil mantener que en este poema el manto del que están hablando los participantes en la *tenção* es un símbolo, un significante de clase y, por tanto, de poder.

Ha quedado claro que el manto era una prenda que utilizaban tanto hombres como mujeres de más de una clase social y también un signo identitario de clase. Mas es también necesario resaltar que se usó también como símbolo específico de la realeza, de lo que un ejemplo es el citado poema *Nom me posso pagar tanto*, y se confirma en el *Castigos y Documentos* de Sancho IV, en cuyo decimoprimer capítulo (*De cómo deve ser omne armado de armas para se defender*) se desarrolla una larga y detallada exposición de lo que significaba el manto del rey como atributo necesario de la representación de su poder. Capítulo que desarrolla la idea ya expresada por su antecesor en el cargo, en la citada rúbrica de la Segunda Partida. Lo que es especialmente interesante del texto sanchista es que como atributo específico del manto real indica... *la forradura deste rey eran penas blancas armiñas, por la qual se demuestra la linpieza que el rey deve auer en la su alma y non la ensuziar en malos fechos nñn en malos cuydados...*²⁶. El manto del rey tenía, dentro de su riqueza, tales *penas* como distintivo. Ello no quiere decir que la *pena* en sí misma fuera distintivo exclusivo del manto real²⁷, sino que la decoración del manto real era tan rica que requeriría el uso de *penas*.

Esta asociación entre manto, realeza y *penas* es muy sugerente en cuanto a la posibilidad de aplicarla al análisis de esta *tenção*, toda vez que trata de un manto, y un manto al que se le ha cambiado el cendal para convertirlo en *pena*. En tal sentido, cabe la posibilidad de que el manto que dió origen al poema fuera el manto real, un símbolo del poder del rey.

²⁶ Edición en RIVERA GARCÍA, Antonio – *Manuscrito B de Castigos y Documentos para Bien Vivir de Sancho IV*, Ed. de Antonio Rivera García según el Manuscrito B (ms. 6603 de la Biblioteca Nacional de Madrid, s. XV, 118 ff.), Biblioteca Saavedra Fajardo (<http://saavedrafajardo.um.es/WEB/archivos/LIBROS/Libro0441.pdf>, consultado en 2013.03.21), p. 57.

²⁷ Son varias las cantigas, aparte de ésta, que citan *penas* o *penas veiras* en este sentido textil de la palabra (casi tantas como aquellas que lo usan en el sentido de pena/dolor). Remito a la citada IVª *Randglosse*.

III. El contexto jurídico del poema

En la primera estrofa, Vasco Gil plantea una cuestión al rey y quiere saber qué establece al respecto el *Livro de León*. Por ello, conviene determinar a qué se refiere al hablar de tal *Livro*. Desde el artículo de doña Carolina al presente se ha entendido que podría aludir al Fuero de León dado por Alfonso V hacia 1020²⁸ o al Fuero Juzgo, que generalmente, y simplificando, se entiende como la base del derecho del reino leonés. Mas en ninguno de estos dos instrumentos jurídicos hay mención alguna al tema que plantea la *tenção*, o paralelizable siquiera. Con lo que es difícil considerar que se estuviera refiriendo a ninguno de estos dos *livros*. No obstante, es necesario plantear que el poeta tuviera en mente un corpus jurídico concreto, conocido o reconocible por todos, siquiera sea porque de lo contrario carecería de sentido la interpelación que planteó. En tal dirección apunta el hecho de que en otra cantiga aparezca otra vez la misma formulación, *Livro de León*, referido a un corpus legal normativo.

Se trata de *Ai Justiça, mal fazedes, que nom*²⁹ de Johan Airas de Santiago³⁰, un autor posterior al de la cantiga aquí examinada, en el que demanda justicia de Mor de Cana, que ha matado de amor a Johan Airas³¹ y por tanto... *se dereito queredes fazer, / ela sô el deve des a meter, / ca o manda o Livro de Leon*. La broma se articula sobre una maliciosa interpretación de una antigua pena legal, que estipula que (según las circunstancias) *qui homine occiderit vivus sub eo sepeliatur* (en romance: qui matare a otro, métanle so el muerto). Esta disposición sí puede rastrearse en los distintos repertorios legales y por tanto puede ilustrar sobre la naturaleza del *Livro*. Para empezar, no aparece ni en el Fuero de León ni en el Fuero Juzgo, confirmando que no son estos los *livros* a que se refirieron Vasco Gil y Johan Airas.

Esta modalidad concreta de castigo aparece en diversos fueros municipales dados entre la segunda mitad del siglo XII y la primera del XIII en los reinos de Aragón, Castilla, León, Portugal, y en Béarn y Bigorra, como son, a título

²⁸ ANÓNIMO – *Cortes de los Antiguos Reinos de Castilla y León publicadas por la Real Academia de la Historia*, Volumen I, Madrid: Imp. Rivadeneyra, 1861.

²⁹ B1466/V1076.

³⁰ Aproximadamente 1270-1295.

³¹ Si el mismo poeta o un homónimo, no es cuestión.

de ejemplo³²: Teruel, Cuenca, Villafranca del Bierzo, Mayorga de Campos, Alcaraz, Zorita de los Canes, Baeza, Sepúlveda, Plasencia, Béjar, Bayona, Sanabria, Lourinhã, Marmelar, Morlas (Bearn) y Bigorra. Muchos de estos fueros son de la familia Teruel-Cuenca, mas no todos, y no todos los fueros de dicha familia contienen este castigo. En general se especifica que debe aplicarse en aquellos casos en los que existe propincuidad o familiaridad entre víctima y homicida, pero no siempre. A pesar de la aparición de esta disposición en Du Cange³³ y en Grimm³⁴, parece tratarse de una costumbre peninsular al no aparecer en disposiciones de otras áreas políticas, y la aparente internacionalidad de tal inclusión deriva de que la fuente única de estos autores son las disposiciones bearnesas³⁵, otorgadas por señores de origen catalano-aragonés³⁶.

La disposición invocada por Johan Airas de Santiago, aparece una vez en el Espéculo de Alfonso X³⁷, y otra en las Partidas³⁸. Antes de tratarlo, conviene examinar un detalle de especial interés, cual es la siguiente afirmación del mismo Alfonso X en el punto cuarto de su romanceado

³² Aclarar en profundidad este tema exigiría un amplísimo estudio, pues las formulaciones son varias y su complejidad enorme. No es el objetivo de este trabajo.

³³ DU CANGE – *Glossarium mediae et infimae latinitatis*, s.v. Sepeliri (<http://ducange.enc.sorbonne.fr>, consultado 2013.05.5).

³⁴ GRIMM, Jacob – *Deutsche Rechts Alterthümer*. Göttingen: Dieterichschen Buchhandlung, 1828, p. 694.

³⁵ MARCA, Pierre de – *Histoire de Bearn. Contenant l'origine des rois de Navarre, de Ducs de Gascogne, Marquis de Gothie, Princes de Bearn, Comtes de Carcassone, de Foix et de Bigorre*. Paris: chez la Veuve Jean Camusat, 1640, p. 338.

³⁶ Una nota de caución: la llamada justicia popular es compleja e irracional. La posibilidad de múltiples e independientes orígenes, reapariciones o meras coincidencias no debe minusvalorarse. Un ejemplo, muy reciente, tan parecido a la disposición medieval del que se está hablando que da miedo, máxime al haberse producido en otro continente, avalado por legislaciones pro-indigenistas que reivindican la validez y autenticidad de lo popular y tradicional por encima de lo racional y convencional: (relato de un linchamiento ocurrido en Bolivia) “La... víctima mortal fue el joven Santos Ramos, de 17 años y natural de Colquechaca, identificado como el presunto violador y asesino de una indígena quechua –como él– de 35 años. Según el relato de la cadena de radio Erbol, Ramos fue identificado durante los funerales. Fue detenido y golpeado y posteriormente, con las manos atadas a la espalda y boca abajo... lanzado a una fosa antes de colocar encima de él el ataúd con los restos de su supuesta víctima”. *EL PAÍS*, 8 de junio, 2013 (edición impresa, p. 8).

³⁷ Espéculo, Libro III, Título VIII, Ley IV (Vol. I, p. 123), aplicable sólo en el caso de *cavalgadas*.

³⁸ Partida II, Título XVI, Ley III, reservado sólo a *minores*.

y confirmación del fuero de Sanabria, en 1263: *E lo que dice en el otro privilegio que matador fuese metido so el muerto, esto non tenemos por guisado*³⁹. Este no tenerlo *por guisado* es muy coherente con la labor legislativa alfonsina, con su intento de racionalizar el derecho y alejarlo de la consuetudinariedad tradicional. Recordemos que, por ejemplo, esta pena de muerte concreta está ausente del Fuero Real y que en el Espéculo y en las Partidas se limita su aplicación a casos muy concretos. Teniendo además en cuenta la fecha del comentario al fuero sanabrés, posterior a la redacción del Espéculo y del Fuero Real, y casi contemporánea a la elaboración de la primera Partida⁴⁰, puede apreciarse la evolución dentro del pensamiento legal del rey. En la misma *tenção* aquí analizada está clara dicha evolución, con lo que puede interpretarse como una toma de postura explícita del rey: al contestar a Vasco Gil en la segunda estrofa, directamente manifiesta que él fue *clerizóm e degreda soía estudar*. Es fácil entender que está tomando partido por el recuperado derecho romano enseñado *nas escolas*.

En la *tenção* aquí estudiada existe también una referencia al Espéculo, en este caso menos directa. En su tercera estrofa, escrita por Vasco Gil, para rematar la cuestión y resaltar la calificación de *trajeitador* aplicado a la persona anónima a quien se cedió el manto y lo devolvió alterado, usa la expresión *quem assi torna pena de cendal*. Cendal que formaba parte del manto, y que dicha persona convirtió en pena. La asociación entre manto y cendal establecida en esta *tenção* aparece en dos de los artículos del Espéculo, en las leyes octava y novena del Título VII del Libro V⁴¹:

- ley VIII: *...aquela a qui demandan la cosa, maguer la tenga en su poder, nol pueden dezir senaladamente tenedor della, porque aquella cosa es ayuntada con otras cosas, e pierde aquél nonbre señalado que avie, por razon que es ayuntada a otra cosa, que es mayor o mejor que ella de que gana el nonbre, e pierde el que ante avie. E esto serie,*

³⁹ FERNÁNDEZ DURO, Cesáreo – El fuero de Sanabria. *Boletín de la Real Academia de la Historia*. 13 (1888) 281-291.

⁴⁰ CRADDOCK, Jerry R. – La cronología de las obras legislativas de Alfonso X el Sabio. *Anuario de Historia del Derecho Español*. 51 (1981) 365-418: Espéculo concluido en 1255; Fuero Real concedido en 1256; tres redacciones de la Primera partida, la primera realizada entre 1256 y 1265, las dos últimas posteriores a 1272.

⁴¹ Espéculo, Libro V, Título VII, Ley VIII-IX (p. 342). El ejemplo manto-cendal reaparece nuevamente en la Partida III, Título II, Ley XVI (Vol. II, p. 362). Subrayados míos.

como si alguno metiese cendal ageno en su manto. Ca después quel y oviese metido, nol dizen cendal sinon manto.

- ley IX: *Ayuntadas seyendo dos cosas en uno, asi como piedra preciosa en oro ageno, o un cendal con otro o con paño...*

Dicho título está dedicado a temas de derecho procesal civil, y cuya rúbrica general *De las demandanzas e de las respuestas por que se comienzan los pleitos* es relevante al tema del poema, que empieza con el planteamiento inicial de una cuestión (versos cuarto y quinto) y la petición por parte de Vasco Gil de saber qué establece al respecto la normativa (*Livro de León*), y por tanto el poema puede entenderse como una *demandanza*⁴². Cláudio Neto compara la estructura del poema con el método escolástico de la *quaestio, disputatio et quodlibet*. Esta forma de definir la estructura no contradice, más bien complementa, lo dicho⁴³.

En los mencionados artículos del Espéculo, el ejemplo manto-cendal se utiliza como un caso particular de *tignum iunctum*, concepto jurídico que tiene su base en la sexta de las Doce Tablas y un amplio desarrollo en el código justiniano, pero donde no aparece específicamente este ejemplo para ilustrar el concepto. No es cuestión aquí de entrar en el complejo y especializado tema del derecho romano medieval y las fuentes utilizadas por el equipo alfonsí, pues ya queda claro que la *tenção* está relacionada con el ámbito de su interés por la implantación del derecho romano, no sólo por sus referencias explícitas sino también por su misma estructura.

Resultaría tentador postular que estas referencias poéticas al *Livro de León*, añadidas a la literalidad del prólogo del Espéculo⁴⁴, apuntaran a la existencia de una recopilación de derecho leonés, similar a las conservadas

⁴² Definida en la ley primera del mismo libro y título del Espéculo: *Demandanza de las cosas es en dos maneras. Ca la una se faze en razón del señorío de aquella cosa misma que demandan, e la otra en razón de la tenencia della...*

⁴³ NETO, Cláudio André Conceição do Nascimento – *As Ordens Militares na cultura escrita da Nobreza – 1240-1350. Representações nas cantigas de escárnio e de mal dizer*, Dissertação de Mestrado em História Medieval, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2012 (<http://hdl.handle.net/10362/8646>), p. 24.

⁴⁴ Espéculo (vol. I, p. 2): *catamos e escogiemos de todos los fueros lo que mas valie e lo mejor e pusiermoslo, y tan bien del fuero de Castiella, como de León, como de los otros logares que nos fallamos que eran derechos.*

para Castilla⁴⁵, pero afirmarlo tajantemente sería excesivo con los datos disponibles⁴⁶. Pues es igualmente posible interpretar que el tal *Livro de León* no sea más que un recurso literario, que no se refiera específicamente a una obra jurídica concreta, sino que fuera (en ambos poemas) un operador literario, una forma abreviada de referirse a las antiguas leyes, complejas y confusas, consuetudinarias y arcaicas que el rey Alfonso X pretendía sustituir por otra legislación más actualizada y acorde con sus intereses políticos.

IV. Un rey *trajeitador* en Portugal, y la Orden del Hospital

Siguiendo con el curso del poema (verso 13), el rey especifica que si el manto en cuestión se mejora, no se es por ello ladrón, a lo que Vasco Gil responde que él no aplicó jamás dicha calificación, que de ninguna manera es de aplicación...*ca, se o dissesse, diria mal*. Está claro que, hablara de lo que hablara, hablara de quien hablara, no estaba pensando en robo alguno, sino que pasa seguidamente a calificarle como *trajeitador* en grado sumo, capaz de convertir cendal en pena.

El término *trajeitador* es complejo y ha sido tratado extensamente por el profesor Gutiérrez Cuadrado⁴⁷:

“TRESGITEOR se documenta entre los siglos XII y XV en «phrasal combinations with joouresses, joeors, tumeresses, juleor, and menestrier.... TRASGITAR y TRASGITADOR (a. prov.) aparecen relacionados sintagmáticamente con TRAGETTEURS, con juglares y timadores. De particular relevancia para nosotros es el testimonio

⁴⁵ A título de ejemplos: el Fuero Viejo de Castilla (JORDÁN DE ASSO Y DEL RÍO, Ignacio e MANUEL Y RODRÍGUEZ, Miguel de – *El Fuero Viejo de Castilla*. Madrid: Imprenta de Joachin Ibarra, 1771) o el Libro de los Fueros de Castiella (SÁNCHEZ, Galo – *Libro de los Fueros de Castiella*, Barcelona, 1924).

⁴⁶ Siguiendo con el planteamiento de no desarrollar todos los temas que se plantean a lo largo del discurso, salvo aquellos específicos que atañen al poema aquí analizado, no se pretende analizar todas las referencias legales posibles en las cantigas profanas, que son varias. Por ejemplo, Airas Peres Viutorom (B1484/V1096), Afonso Anes de Cotom (B1581/V1113) y Pay Gómez Chariño (B1624/V1158 (C1624) hacen mención a un *foro de León*; y João Servando (V1028 (C1419)) menciona el *for de Castela*. Las menciones al ámbito leonés son mucho más numerosas que al castellano.

⁴⁷ GUTIÉRREZ CUADRADO, Juan – Ángeles Tragetados (Sacrificio de la Misa, 13a). *Voces*. 3 (1992) 31-54.

del siglo XV que «in the argot of the coquillarts explains that TRESGETEURS are those who rob people by changing gold into money and money into gold... TRESGETERIE –puntualiza Morgan– parece apuntar específicamente «to magic». TRESGETER «lends itself to several translations; usually it means ‘to melt’, ‘to pour into a mould’ and refers to metal or an object made of metal»⁴⁸

En origen el término no tiene nada que ver con la farullería, pues el término *tresjeitar* en sí mismo tiene el significado de “transformar”, convertir algo en lo que no era en principio. El que adquiriera el sentido negativo es un reflejo más de la escasa estima que en las sociedades tradicionales (donde las cosas han de ser lo que son y alterar su esencia es un ataque al buen orden del universo) tiene el sector secundario de la economía dedicado sobre todo a la transformación, frente a los sectores primario (*laboratores*) y terciario (*bellatores y oratores*).

Introducida la calificación de *trajeitador*, don Alfonso remata la *tenção* haciendo una apreciación sobre *aqueste preito*, expresión que no deja lugar a dudas de que el poema trata de un tema específico. Sobre dicha calificación establece el rey un paralelismo entre aquello de que está tratando con Vasco Gil y lo que *ja ãa vez hizo um rey em Portugal* quien *trajeitou assi*. Así, con esa palabra, no queda duda sobre la identidad entre las dos situaciones. Identificar esta última referencia puede ser una ayuda para entender el conjunto del poema.

Como primera observación, debe notarse que dice UM rey no O rey de Portugal. En cualquier caso, el artículo demuestra que el rey al que se refiere estaba muerto cuando se escribió el poema, lo que excluye a don Dinís, pero no imposibilita que fuera cualquiera de sus antecesores; aunque la expresión utilizada por el monarca castellano-leonés, *oí dizer*, apunta más bien a los tres primeros reyes de Portugal. Fuera el rey que fuera, *fez* [alguém] *cavaleiro do Hespital*, último verso y remate por tanto del poema.

La deficiente conservación de este último verso impide saber a quién *fez* tal rey *cavaleiro do Hospital*. Si faltaran dos sílabas para completar la medida

⁴⁸ A lo que se puede añadir que en las Etimologías Romanceadas de San Isidoro se define a *pugillator* como *aquel que de la una mana a la otra furta algund dinero e es manera de tragetar* (GONZÁLEZ CUENCA, Joaquín – *Las Etimologías de san Isidoro romanceadas*. Salamanca: Institución Fray Bernardino de Sahagún, 1983, vol. I, p. 403).

del verso, cabría cualquier interpretación y sobrarían comentarios; aunque, de admitir que sólo parece faltar una sílaba⁴⁹, caben tres posibilidades, todas pronombres: *le*, *se* y *vos*⁵⁰.

- en el primer caso, la referencia sería la innominada persona de quien se está hablando a lo largo de la *tençô*.
- en el segundo, el elegido por Michäelis, sería necesario encontrar un rey portugués que fuera caballero de esta Orden⁵¹.
- el tercero lanzaría sobre Vasco Gil toda la chacota del rey Alfonso, y está en la línea de la interpretación de Neto⁵² de que Sancho II pudo haber dado el manto sanjuanista a Vasco Gil, siendo un problema el que no conste la pertenencia del noble a dicha milicia.

La mención a la Orden de San Juan del Hospital de Jerusalén exige comentar las varias citas a dicha orden en las cantigas profanas galaico-portuguesas, todas invariablemente negativas. En la literatura académica se suele entender⁵³ que estas menciones y cantigas conforman un ciclo con significación propia en el que se estaría criticando la postura de dicha orden en los acontecimientos que abocaron al exilio de Sancho II de Portugal. Es una hipótesis poco defendible. Menciones a la orden hospitalaria aparecen en la obra de cinco poetas: Pero Martinz (1228-1260), Vasco Gil (1238-1258), Caldeiron (1239-40), Gonçalo Eanes do Vinhal (1243-1285), Alfonso X (1252-1284), y Gil Perez Conde (1269? 1282-1286). Está claro que al menos dos de estos poetas difícilmente coincidieron con la guerra civil portuguesa de 1246-1248. Caldeiron, es anterior a los hechos supuestamente criticados o muy posterior⁵⁴, y Gil Pérez Conde, es con seguridad muy

⁴⁹ Opción tomada por ñña. Carolina Michaëlis, *loc. cit.*

⁵⁰ Descarto los pronombres *me* y *nos*, por carecer de sentido el verso de usarlos.

⁵¹ Circunstancia difícil de documentar.

⁵² NETO – *As Ordens...*, *cit.*, p. 27.

⁵³ Dos ejemplos que remiten a más bibliografía sobre el tema: OLIVEIRA, António Resende de – *Trovadores portugueses nas corte de Afonso X en O trovador galego-português e o seu mundo*. Lisboa: Editorial Notícias, 2001, p. 119; y VÍÑEZ SÁNCHEZ, Antonia – *Las poesías del trovador don Gonçal'Eanes do Vinhal*. Cadiz: Servicio de Publicaciones de la Universidad, 2005, p. 53 y nota 109.

⁵⁴ Para la cronología de Caldeiron: RON, Xabier – Carolina Michaëlis e os trobadores representados no *Cancioneiro da Ajuda*, en BREA, Mercedes (coord.) – *Carolina Michaëlis e o Cancioneiro da Ajuda, hoxe*. Santiago de Compostela: Centro Ramón Piñeiro, 2005, p. 181.

posterior⁵⁵. El resto pudieran haber sido testigos de la acción hospitalaria en la guerra contra Sancho II. Mas los extremos cronológicos imposibilitan considerar homogéneo el ciclo como tal y el que todos estos autores se refieran a la guerra entre Sancho II y su hermano Alfonso de Boulogne. Desde esta perspectiva, una referencia a la Orden del Hospital no sirve ya como elemento de fechación.

El que todas las menciones a la orden concuerden tanto en el sentido como en la forma y que el tema aparezca con cronologías distantes entre sí, exige encontrar alguna interpretación que trascienda el tiempo. Máxime cuando esta orden en concreto es la única de las de su época que fuera objeto de escarnio en la poesía profana galaico-portuguesa, a la par que, con diferencia, la más mencionada⁵⁶. El tema requeriría un estudio específico, que alargaría en exceso este trabajo, pero hay que considerarlo siquiera brevemente. La razón debió estribar en algún rasgo interno de la propia Orden que la diferenciase de los demás, al menos a ojos de sus contemporáneos.

Por una parte, la Orden hospitalaria tuvo en estos años una importante presencia económica y política, además de excelentes relaciones con al menos parte de la nobleza⁵⁷; mas por otra, está claro que (en palabras de Barquero Goñi) “*el reinado de Alfonso X constituye un periodo en el que se observa una brusca detención en el ritmo de desarrollo de las posesiones castellanas del Hospital*”⁵⁸. Igualmente, la posición de la Orden de San Juan en la guerra civil portuguesa favorable a Alfonso de Boulogne, en línea con lo ordenado al respecto por el papado, debió suscitar como mínimo suspicacia en el muy gibelino Alfonso X; cuyas propias relaciones con los

⁵⁵ Su poema *Ben sabedes, senhor Rei* (B1532), a pesar de haber sido asignado a diferentes momentos es necesariamente posterior a la coronación en Toledo de Sancho IV en mayo de 1284 y por tanto sólo tiene sentido en el contexto de la guerra de 1282-1285 entre el Infante Sancho y su padre Alfonso X.

⁵⁶ NETO – *As Ordens...*, cit., estudia todas las cantigas relativas a órdenes militares.

⁵⁷ BARQUERO GOÑI, Carlos – Los Hospitalarios y la nobleza castellana-leonesa (siglos XII-XIII). *Historia. Instituciones. Documentos*. 21 (1994) 13-40; IDEM – Relaciones de la Orden de San Juan con las otras órdenes militares en Castilla y León (siglos XII y XIII), *Norba. Revista de Historia*. 22 (2009) 145-157.

⁵⁸ BARQUERO GOÑI, Carlos – Los Hospitalarios castellanos durante el reinado de Alfonso X (1252-1584). *Alcanate*. 2 (2000-2001) 151-162. El autor citado lo considera signo de una reorganización hospitalaria de sus posesiones, no indicio de alejamiento entre el rey y la orden.

Papas eran complejas y conflictivas⁵⁹. De hecho, no debieron ser excelentes las relaciones entre el rey y la orden cuando ésta apoyó tan contundentemente la rebelión del infante Sancho de 1282, manteniendo su postura incluso en contra de la posición de Martín IV. Nada de esto demuestra un alejamiento entre el rey y la orden, bien que apunta en tal sentido. El hecho definitivo es que en la poesía profana galaico-portuguesa las menciones explícitas a los sanjuanistas son siempre negativas.

Una posibilidad, sugerida por el poema de Caldeirón *Os d'Aragom, que soem donear*⁶⁰, cuyo texto se articula en general sobre la cobardía, es tener en cuenta que esta orden fuera, de todas, la menos comprometida militarmente en la Reconquista⁶¹, teniendo como principal objetivo de su presencia en la Península el envío de dinero y medios (*resposiones*) para su lucha contra los sarracenos en Ultramar⁶², lo que fácilmente hubiera podido inducir valoraciones negativas y acusaciones de cobardía. Tales posibles valoraciones, fuera de la poesía profana, no son fáciles de documentar.

La explicación más sencilla al sentido de las referencias a la Orden de San Juan del Hospital en la poesía profana que nos ocupa es proponer que fueran un recurso literario un *topos*, un lugar común literario. Cabe otra, más compleja y discutible, en el sentido de que fuera una metonimia para designar a esa parte de la Iglesia y del clero alineado con los planteamientos políticos del papado en el contexto de la lucha güelfos-gibelinos, teniendo en cuenta el alineamiento básicamente gibelino de la corte castellano-leonesa, núcleo al que cabe asignar los escarnios contra la orden.

⁵⁹ Recordemos su poema *Se me graça fezesse este Papa de Roma!* (B463); o el escarnio de Airas Peres Vuiturom B1477, V1088.

⁶⁰ B1623/V1157 (C1623).

⁶¹ BARQUERO GOÑI, Carlos – La Orden Militar de San Juan y la Reconquista desde el siglo XII hasta el siglo XV. *Medievalismo*. 22 (2013) 43-60.

⁶² Ultramar aparece frecuentemente en la poesía galaico-portuguesa, siempre en un contexto de escarnio, bien como tema en sí mismo (B1584, V1116; B1586, V1118; B477; B477; B143 (C144); V1199; B1661, V1195; B1642, V1176; B1375, V983; B1598, V1130 y B1446, V1057) o en el contexto de las sátiras a Pero García de Ambroa (V1004; B1456/V1066 y B1446/V1057). Es decir, fue un tema valorado negativamente en este contexto literario.

V. Conclusión: una hipótesis

Resumiendo todo el decurso del poema, Vasco Gil y Alfonso X tratan de un asunto (*preito*) concreto, con un protagonista al que se califica de *trajeitador*, articulado a partir de un supuesto legal del ámbito de la jurisdicción civil procesal (la posesión y devolución alterada de un manto, manto que a su vez fuera un indicador de clase y señorío); con el añadido de contraponer la vieja legislación heredada (*Livro de León*) con la nueva (*Decreta*) estudiada en las *escolas* y por la que explícitamente se interesaba el rey. Este *trajeitador* innominado es comparado con *um rei em Portugal* quien *houve um dia de trajeitar sabor* y por ello hizo (a alguien) caballero del Hospital. Tenemos pues una clara comparación entre alguien, calificado abiertamente de *trajeitador* y un rey portugués así calificado.

El poema se articula sobre diversas contraposiciones, siendo la primera la que se establece en la primera estrofa entre *posesión* ↔ *devolución* del manto; pasando seguidamente a *Fuero de León* ↔ *Decreta* que conformará las dos siguientes estrofas; para terminar con otra mucho más difícil de entender que es la de *ladrón* ↔ *trajeitador* (articulada a su vez sobre otra contraposición dual, a saber *pena* ↔ *cendal*) que finalmente da paso a la comparación del innominado protagonista con *um rei em Portugal*.

Con esto acaba esta propuesta de la lectura del nivel literal y de la organización del poema, mas no profundizar sería traicionar a la misma idea de la literatura medieval, cuya hermenéutica y la explícita opción de la poesía profana galaico-portuguesa por las *palavras cobertas*, exige lecturas adicionales, con niveles más simbólicos.

Don Vasco Gil y Alfonso X enjuician negativamente un hecho, articulado sobre la idea básica de que, aunque no sea exactamente ilegal, supone una transformación no deseable. Al representar tal transformación en un manto, símbolo de posición social y asociado con el señorío (reforzado tal carácter al tener, o enriquecerse con, *penas*), la alteración puede interpretarse como un cambio en la situación de poder de la persona a la que critican. Esta alteración es similar a otra anterior, protagonizada por *um rei em Portugal*. Como dicho rey (¿se?) hizo caballero del Hospital, referencia literaria que pudiera ser un símbolo de la estructura eclesiástica en su conjunto, puede interpretarse que aquél rey portugués lejano transmutó

su propia situación apoyándose en la Iglesia o en la Orden de San Juan; y que el innominado personaje criticado en la *tenção* habría hecho lo mismo.

Esto último permite presentar la hipótesis de que este personaje fuera Alfonso III de Portugal. Así, *um rey em Portugal* que originariamente *trajeitou assi* y aquel con quien se le compara sería don Afonso Henriques. Ambos reyes empezaron a ejercer el señorío no con categoría de reyes, sino que alcanzaron tal condición más tarde (modificaron la naturaleza de su señorío, de su manto, lo transformaron, *trajeitaron*) y en ambos casos fue esencial para ello el apoyo recibido de la estructura eclesiástica⁶³. Podría interpretarse el último verso *fez [se] cavaleiro do Hespital* como una alusión al hecho de que el primer rey portugués enfeudara el reino al papado.

Esta hipótesis explica todos los elementos del poema, sin dejar apartados no comprobados independientemente. Así, Vasco Gil estaría pidiendo a Alfonso X su parecer sobre el cambio del estatuto real de Alfonso de Boulogne, convertido en rey a partir de la encomienda que Inocencio IV le hiciera de la gobernación del reino, y quiere saber qué dice al respecto la ley; el muy gibelino castellano-leonés le contesta que, habiendo estudiado leyes, sabe que no debe aceptar el señorío del reino de nadie⁶⁴ (*manto d'outrem nom filhe per rem*⁶⁵), pero que no es ilegítimo (o delictivo) mejorar aquello que de hecho se tiene; Vasco Gil responde que él de ninguna manera hizo tal acusación, pero que no obstante considera que Alfonso III ha transformado lo que tenía, y para calificar tal capacidad de transformación utiliza un término (*trajeitador*) con una evidente carga negativa; finalmente, Alfonso X cierra

⁶³ Afonso Henriques, no es cuestión de desarrollarlo aquí, mantuvo buenas relaciones con la Orden de San Juan de Jerusalén: un hijo ilegítimo suyo llegó a gran maestre de la Orden (CASTRO, Jose Ariel – Afonso de Portugal, 11º grão-mestre da Ordem do Hospital de São João de Jerusalém, e o século XX português, *Actas do III Congresso da Associação Internacional de Lusitanistas*, Coimbra (1991), p. 819-848; <http://www.reocities.com/Athens/Crete/7424/afonso2.html>).

⁶⁴ Todo el libro II del Espéculo y la II Partida están dedicados a este tema. Por abreviar, que las referencias son múltiples, baste la siguiente cita de la ley I del referido segundo libro del Espéculo: (Vol. I, p. 12-13) *Por dos maneras queremos mostrar que cosa es rey. La una es spiritualmente segunt las profetas e los santos. E la otra naturalmente segunt los omes sabios e conosedores de derecho....* Está claro que la apelación al derecho como base de la realeza concuerda con lo expresado en este poema.

⁶⁵ Verso que puede leerse tanto como: no se debe usurpar el señorío (manto) de otra persona; o, no debe aceptar que nadie le otorgue el señorío que sólo puede corresponderle por derecho.

el poema recordando que lo que ha hecho Alfonso III no difiere demasiado de lo que hizo en su día, también con apoyo eclesiástico, Afonso Henriques, fundador de la dinastía y de la monarquía portuguesa.

Así, en otro nivel de interpretación, el poema se convierte en un manifiesto alfonsino sobre el carácter de la realeza, en la que cualquier alteración es sospechosa y rechazable. En la que el rey, por serlo, no debe ser puesto en cuestión como lo fue Sancho II por la nobleza y el episcopado rebelde, por muy apoyado que estuviera por el papado. Ello contravenía el orden natural de las cosas tal y como lo entendía la mentalidad alfonsí.

Esta lectura confirma la fecha propuesta en su día por Carolina Michaëlis, hacia 1252. Podría argumentarse a favor de una fecha algo anterior, pero el que Alfonso X fuera interpelado como rey lo impide. Esta temprana fecha es especialmente interesante, pues entonces el poema, dadas las referencias que contiene al *Espéculo* y las *Partidas*, se convierte en un testimonio relevante de lo que podríamos llamar el ambiente intelectual en el que se fraguó la gestación de la gran reforma alfonsí de la legislación hispana.

O território português nos inícios do século XIV. Espaço e narrativa nos relatos do reinado de D. Dinis*

Covadonga Valdaliso

Centro de História da Sociedade e da Cultura (Universidade de Coimbra)

Centro de História da Faculdade de Letras (Universidade de Lisboa)

covaldaliso@hotmail.com

Texto recebido em /Text submitted on: 31/05/2013

Texto aprovado em /Text approved on: 29/09/2013

Resumo/Abstract:

Pretende-se neste artigo analisar a imagem do território político português na primeira metade do século XIV a partir da análise de três textos narrativos escritos no período que relatam o reinado de D. Dinis: a *Vida e milagres de Dona Isabel*, o Título VII do *Livro de Linhagens do Conde Dom Pedro* e o capítulo DCCXIX da *Crónica de Espanha de 1344*. Parte-se da ideia de que estas fontes fornecem dados conscientes, e portanto criam um território simbólico, condicionado pela intencionalidade dos escritos e com uma funcionalidade narrativa e política.

This paper aims to study the image of the political Portuguese territory in the first half of the 14th century. The analysis is based on three narrative texts written on the period and relating D. Dinis' Kingdom: *Vida e milagres de Dona Isabel*, Título VII of the *Livro de Linhagens do Conde Dom Pedro* and chapter DCCXIX of the *Crónica de Espanha de 1344*. The study is based on the idea that data provided by these sources were consciously chosen, and thus created a symbolic territory, conditioned by the intention of the writings and by their narrative and political functionality.

Palavras chave/Keywords:

Portugal; Território; Representação; Historiografia; D. Dinis.

Portugal; Territory; Representation; Historiography; D. Dinis.

* Este trabalho foi realizado no âmbito do projeto "Lugares de poder e configuração política do reino português (1279-1383)", financiado pela FCT (SFRH/BDP/73087/2010). Agradeço a Filipe Alves Moreira, pela ajuda na localização e seleção das fontes narrativas.

A distribuição espacial da população portuguesa nos fins do século XIII revela a imagem seguinte: «A região mais povoada de Portugal era (...) o Entre-Douro-e-Minho. Seguiam-se-lhe a Estremadura, a Beira e Trás-os-Montes. A longa distância destas se posicionava a distribuição populacional no Alentejo. Predominavam, por todo o País, os pequenos aglomerados populacionais. A mais forte urbanização sentia-se em Lisboa e nos seus arredores»¹. Esta é uma descrição construída *a posteriori*, a partir da análise dos dados fornecidos por fontes indiretas, de índole militar, fiscal ou religiosa². Com a escassa informação que resta do período medieval têm-se construído outras imagens do território, baseadas na distribuição da propriedade da terra, na administração, nos lugares onde existiam residências régias, nos itinerários dos monarcas, ... Mas é difícil estabelecer se essas imagens correspondem à imagem que se tinha, nesse período, do espaço político. O presente artigo pretende esboçar uma aproximação a esta última imagem a partir da análise de três textos narrativos que relatam o reinado de D. Dinis: a *Vida e milagres de Dona Isabel*, o Título VII do *Livro de Linhagens do Conde Dom Pedro* e o capítulo DCCXIX da *Crónica de Espanha de 1344*³.

As fontes narrativas diferenciam-se bastante das documentais. Por um lado, a narratividade condiciona a sua análise; por outro, oferecem informação que outras fontes não contêm. Do ponto de vista da teoria narratológica, um relato deve construir linhas temporais para ordenar uma trama de factos ou história⁴. Nos relatos historiográficos a trama de factos já existe, e compõe-se de uma série de unidades de tempo e espaço – que se podem identificar com os “cronótopos” de Bakhtin – que constitui a base

¹ COELHO, Maria Helena da Cruz – Os homens ao longo do tempo e do espaço in OLIVEIRA MARQUES, António H. de – *Nova História de Portugal: Portugal em Definição de Fronteiras (1096-1325)*. Lisboa: Presença, 1987, p. 183. A partir de OLIVEIRA MARQUES, António H. de – A população portuguesa nos fins do século XIII in *Ensaio de História Medieval Portuguesa*. Lisboa: Ed. Vega, 1980 (2ª ed.), p. 67-73.

² COELHO, Maria Helena da Cruz – Os homens ao longo do tempo e do espaço, *cit.*, p. 166.

³ Segundo a numeração da edição consultada: LINDLEY CINTRA, Luís Filipe – *Crónica Geral de Espanha de 1344*, 4 vols., Lisboa: Academia Portuguesa de História/Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2009.

⁴ Sobre o tempo e o espaço narrativos, GÓMEZ REDONDO, Fernando – *Curso de iniciación a la escritura narrativa*. Alcalá de Henares: Universidad de Alcalá, 2008.

do relato⁵. Assim, se os autores de ficção criam umas linhas temporais e uns marcos espaciais para referenciar os factos e projetá-los, os historiadores partem de uma trama, construída a partir da seleção dos acontecimentos a narrar, e confeccionam o relato com base nessa trama. Em consequência, as linhas temporais não são aleatórias, e o espaço está predeterminado. Porém, quando o historiador é coetâneo dos factos há uma escolha consciente da matéria a narrar, bem como dos momentos e dos lugares que irão fazer parte da narrativa. Dessa escolha deriva uma imagem propositada, que é imortalizada no relato.

Os três relatos escolhidos para este estudo foram escritos no reinado de D. Afonso IV e os seus autores – o primeiro anónimo e o segundo o Conde de Barcelos – viviam no tempo que depois narraram. Parte-se da hipótese de que ambos criaram nas suas narrativas imagens do território político; i.e., construíram um território simbólico, com significado dentro das suas narrativas. Portanto, os textos não mostram a imagem que se tinha no período, mas sim imagens criadas no período. Estas imagens estavam condicionadas por uma série de fatores (motivações, objetivos, natureza, função dos escritos) que explicam o seu porquê, e assim revelam os seus significados. São imagens subjetivas, conscientes e propositadas. Cada uma delas obedece a uma intencionalidade diferente, mas as coincidências não derivam exclusivamente do facto de narrarem o mesmo período. Direta ou indiretamente ligados à monarquia, estes relatos aproximam-nos da imagem que o poder tinha do reino. Começemos por ver qual era essa imagem no escrito sobre a Rainha Isabel.

Tem sido muito discutido se a *Vida e milagres de Dona Isabel* se pode considerar um escrito historiográfico. Esta discussão faz parte do debate sobre a especificidade da hagiografia enquanto género literário ou género histórico, e sobre a sua validade documental⁶. O texto, que narra alguns

⁵ BAKHTIN, Mikhail – *Questões de literatura e de estética: a teoria do romance*. São Paulo: Unesp/Hucitec, 1993 (BAKHTIN, Mikhail – *Voprosy literatury i estetiki*. Moscow: Khudozhestvennaia literatura, 1975).

⁶ SOBRAL, Cristina – O modelo discursivo hagiográfico in LARANJINHA, Ana Sofia e MIRANDA, José Carlos Ribeiro (org.) – *Modelo: Actas Do V Colóquio da Secção Portuguesa da Associação Hispânica de Literatura Medieval*. Porto: Departamento de Estudos Portugueses e Estudos Românicos da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2005, p. 97-107.

episódios da vida da Rainha Santa e refere vários milagres que lhe foram atribuídos, antes e depois de morta, numa clara tentativa de demonstrar a sua santidade, possui os traços distintivos do género hagiográfico, quer no nível textual – discurso panegírico com enumeração de virtudes –, quer no extratextual – intencionalidade edificante e objetivo de promover o culto⁷. Porém, pelo facto da personagem central ser uma rainha, e do relato conter episódios históricos de conteúdo político, com uma certa preocupação pela verdade histórica e uma particular atenção aos dados genealógicos e espaço-temporais, bem como às intervenções de Dona Isabel nos conflitos, tem-se falado dum texto “híbrido”⁸; uma “crónica hagiográfica” escrita segundo algumas das regras da biografia cortesã – se bem que com elementos próprios das “vidas” de personagens ligadas à corrente franciscana – mais original em Portugal do que no contexto europeu, e difícil de encaixar na categoria hagiográfica, mesmo quando se estrutura segundo o modelo destas obras⁹. Aceite, portanto, a autonomia do escrito, este pode ser definido como um discurso hagiográfico, condicionado pela sua função – que determina os seus conteúdos – e estruturado narrativamente nas quatro unidades características deste tipo de discurso (infância, maturidade, morte e culto), mas diferenciado

⁷ SOBRAL, Cristina – O modelo discursivo hagiográfico, *cit.*, p. 98.

⁸ MACHADO, Ana M. – Livro que fala da Boa Vida que fez a Rainha de Portugal, D. Isabel in LANCIANI, Giulia e TAVANI, Giuseppe (coord.) – *Dicionário de Literatura Medieval Galega e Portuguesa*. Lisboa: Caminho, 1993, p. 418.

⁹ «Poder-lhe-íamos talvez chamar-lhe uma “crónica hagiográfica”, pois o facto de evocar a vida de uma grande senhora leiga fá-la seguir algumas regras da biografia cortesã; mas é necessário insistir no carácter exemplar, de construção da santidade, que manifesta, pois este é singularmente semelhante ao de outras vidas de grandes nobres ligadas aos franciscanos. Aqui parece-nos residir precisamente a sua maior importância, nem sempre suficientemente realçada pelo enfoque de que tem sido alvo, excessivamente literário e restringido a Portugal. De facto, os traços biográficos de Isabel de Aragão são completamente “versados” no modelo de vida que percorre um certo número de vidas de grandes damas da corte que optam pela vivência franciscana, entre as quais avulta Isabel da Hungria, tia-avó da Santa. As circunstâncias reais da vida das várias santas reflectem-se em diferentes enredos; porém, sempre presente, está uma das propostas franciscanas de concretização prática do ideal de pobreza, por parte de grandes senhoras temporais. Entre as várias, precisamente aquela que propõe a via intermédia». ROSA, Maria de Lurdes – A santidade no Portugal medieval: Narrativas e trajectos de vida. *Lusitania sacra*, 2ª série. 13-14 (2001-2002), p. 425. O extenso artigo (p. 369-450) oferece uma ampla discussão sobre a temática, e dedica várias páginas (424-429) à obra sobre a Rainha.

do discurso historiográfico apenas no objetivo, e não na conceção do real ou do passado¹⁰.

A autoria e a data da escrita têm sido também assuntos amplamente tratados. Os especialistas coincidem em que o manuscrito original da *Vida* terá sido escrito pouco depois da morte da Rainha e por alguém próximo a ela e relacionado com o mosteiro de Santa Clara, onde provavelmente foi preservado. Concretamente, a datação interna do texto indica que foi escrito antes de 1337, data da morte do irmão da Rainha, Frederico, de quem se diz “que hora chamão Rey em Sicília”¹¹. Perdido esse original, a cópia mais antiga conservada data do ano 1592, estava no mosteiro de Santa Clara e hoje conserva-se no Museu Machado de Castro de Coimbra. Para alguns autores o título desta cópia – *Livro que fala da boa vida que fez a Rainha de Portugal, Dona Isabel, e de seus bons feitos e milagres em sa vida e depois da morte* – foi tomado do original; para outros, criado depois¹². No percurso que levou da primeira versão do *Livro* até a cópia quinhentista somaram-se ao texto alguns acrescentos finais que referem acontecimentos posteriores à data da escrita. É difícil estabelecer quando finalizava o original: muitos dos episódios narrados na última parte do texto, dedicada ao “culto”, identificam-se como “milagres”, de tal maneira que revelam uma consciência da santidade da protagonista que até essa altura no texto não aparece explicitada¹³; mas os “milagres” começam a aparecer desde que o corpo é sepultado, e provavelmente já no original, anterior a 1337, o autor utilizava essa linguagem de “santidade” na última parte da *Vida*, que depois foi ampliada.

A edição da *Vida e milagres de Dona Isabel* do Padre Francisco Brandão, publicada no Apêndice do volume VI da *Monarquia Lusitana*, em 1672, e titulada *Relaçam da Vida da Gloriosa Santa Isabel rainha de Portugal*,

¹⁰ SOBRAL, Cristina – O modelo discursivo hagiográfico, *cit.*, p. 100, 101 e 104.

¹¹ FIGANIÈRE, Frederico Francisco de la – *Memórias das rainhas de Portugal*. Lisboa, 1859, p. 257 e 258.

¹² «Esta obra, que terá sido escrita pelo próprio confessor da Rainha, o mendicante Frei Salvado Martins, chegou até nós apenas numa versão quinhentista, sendo o título acima indicado uma reconstituição. No entanto, além de alguns acrescentos no fim do texto, o grosso da obra permanece fiel ao original e constitui portanto um rico material de trabalho». ROSA, Maria de Lurdes – A santidade no Portugal medieval, *cit.*, p. 424.

¹³ MACHADO, Ana M. – Livro que fala da Boa Vida, *cit.*, p. 417.

parece baseada no manuscrito de 1592¹⁴. Posteriormente apareceram mais duas edições: a primeira representa uma tentativa de reconstruir a linguagem original do texto¹⁵, e a segunda faz parte duma tese de mestrado inédita¹⁶. No presente trabalho remete-se à edição do Padre Brandão para simplificar a consulta¹⁷. Os “milagres” posteriores a 1337 não serão tidos em conta porque, pelo facto de não fazerem parte do escrito original, também não transmitem a imagem do reino que o autor criou na sua escrita.

A origem dinástica, o nascimento e a infância de Dona Isabel ocupam as primeiras páginas da *Vida*, que transcorrem na Coroa de Aragão¹⁸. A primeira data que aparece no texto é a do nascimento da Rainha – «andaua a Era de Cezar em mil & iij. & noue annos» – e a segunda a da morte do rei D. Afonso III de Portugal – «xiiij. dias de Feuereiro Era M III. & XVII annos» – que marcou o início do reinado de D. Dinis. A segunda parte do discurso, dedicada à maturidade da Rainha, não segue uma ordem cronológica. Embora apareçam algumas datas, como a do nascimento do futuro Afonso IV, a morte de D. Dinis e a inundaçãõ da igreja de Santa Clara,

¹⁴ «O autor da relação se não declara mas dela se colige que é muito antiga, e muito próxima à morte da Santa Rainha. No principio do livro está pintada a imagem da Santa vestida com o hábito, cordão, manto e véu da Ordem de Santa Clara. Tem na mão direita um crucifixo, e na cabeça uma coroa de espinhos. Aos seus pés estão lançados uma coroa, e ceptro reais, com a letra seguinte: *Crux, et spinea corona Domini me, sceptrum, et corona mea*». BRANDÃO, Francisco – *Relaçam da Vida da Gloriosa Santa Isabel rainha de Portugal in Monarquia Lusitana*, vol. VI. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1980 (reimpressão da 1ª edição, de 1672), p. 495. Esta descrição coincide com a imagem do manuscrito de 1592.

¹⁵ NUNES, Joaquim José – *Vida e milagres de Dona Isabel rainha de Portugal. Texto do século XIV restituído à sua presumível forma primitiva*, separata do *Boletim da Classe de Letras da Academia das Ciências de Lisboa*, n.º 13. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1921, p. 1293-1384.

¹⁶ MONTES, Maria Isabel da Cruz – *Vida e milagres de Dona Isabel rainha de Portugal (edição e estudo)*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1999 (Dissertação de mestrado policopiada).

¹⁷ Sobre a tradição manuscrita e as edições DIAS, Isabel Rosa – A narrativa da vida e milagres da Rainha Santa Isabel: testemunhos e edições in CAÑAS MURILLO, Jesús, GRANDE QUEJIGO, Francisco Javier e ROSO DÍAZ, José (coord.) – *Medievalismo en Extremadura. Estudios sobre literatura y cultura hispánicas en la Edad Media*. Cáceres: Universidad de Extremadura, 2009, p. 279-292. Uma atualização deste artigo no trabalho, ainda inédito, da mesma autora: “La biographie médiévale de la reine Sainte Isabel du Portugal (1271-1336): les témoins et les éditions”.

¹⁸ Na edição de Francisco Brandão a infância da Rainha ocupa as páginas 495 a 499 e a maturidade as páginas 499 a 522.

o autor estrutura a narrativa a partir de temáticas¹⁹. Dentro destas temáticas interessam especialmente aos historiadores as dedicadas ao enfrentamento entre D. Dinis e o infante Afonso, a intervenção de D. Dinis e D. Isabel como intermediadores no contexto dos problemas entre Castela e Aragão, a rebelião do herdeiro e a morte de D. Dinis; mas no texto intercalam-se com outras: a morte da filha Constança, a fundação de Santa Clara, e diferentes passagens que sublinham as virtudes cristãs da Rainha e descrevem o seu carácter, ou os seus hábitos quotidianos. A terceira parte dedica-se à morte da Rainha e às sete jornadas de viagem do corpo de Estremoz a Coimbra. A quarta e última parte se diferencia pouco no relato da anterior, e se compõe de vinte e um episódios milagrosos, cinco deles protagonizados pela Rainha em vida e dezasseis depois de morta; alguns claramente posteriores à data de escrita do original²⁰. Na narração da maior parte destes episódios faz-se referência aos “instrumentos” que o autor do escrito estava a consultar, aparecem os nomes das testemunhas e dos tabeliães, e às vezes também são referidas as datas dos documentos²¹.

A representação do espaço na *Vida de Dona Isabel* está, logicamente, condicionada por todas as características do texto que acabaram de ser indicadas²². Há no escrito aproximadamente uma centena de referências a

¹⁹ «No sintagma da maturidade, o cumprimento do(s) modelo(s) de santidade demonstra-se estruturando a narrativa segundo um modo temático ou segundo um modo cronológico. O primeiro narra eventos destinados a mostrar que o santo possuía uma série de virtudes, sendo estas enunciadas serialmente como subordinantes dos eventos». SOBRAL, Cristina – O modelo discursivo hagiográfico, *cit.*, p. 101.

²⁰ A morte e a translação do corpo ocupam as páginas 522 a 525 da edição citada; os episódios relacionados com o culto começam na página 525. Os dez primeiros são episódios que aconteceram depois da morte da Rainha, os cinco seguintes fazem referência a sucessos que aconteceram quando a Rainha ainda era viva, e os seis seguintes são de novo posteriores à sua morte.

²¹ Um documento semelhante, encontrado no cartório de Santa Clara e datado em 1336 – ano da morte da Rainha –, referido em FIGANIÈRE, Frederico Francisco de la – *Memórias das rainhas de Portugal*, *cit.*, p. 260 e 261.

²² Para além da bibliografia já citada, outros estudos fundamentais sobre o texto e sobre a Rainha em VASCONCELLOS, A. Garcia Ribeiro de – *Evolução do culto de Dona Isabel de Aragão, esposa do Rei Lavrador D. Dinis de Portugal (a Rainha Santa)*, t. 1. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1894; MUÑOZ FERNÁNDEZ, Ángela – Santa Isabel Rainha de Portugal: una infanta aragonesa paradigma de religiosidad y comportamiento femenino en el Portugal bajomedieval in *Actas das II Jornadas Luso-Espanholas de História medieval*, vol. III. Porto: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1987, p. 1127-1143; ROSA, Maria de Lurdes – Mendicantes e redes de piedade feminina (1278-1336): três donas em

lugares, mas uma terceira parte delas corresponde a Coimbra, o lugar onde a *Vida* se escreveu, onde estavam o mosteiro de Santa Clara e a sepultura de Dona Isabel, e onde a Rainha passou os seus últimos anos de vida. No total, o texto documenta vinte e cinco localidades. Coimbra é seguida por Lisboa, Estremoz – lugar em que a Rainha faleceu –, Santarém e Sintra em número de citações. Algumas destas localidades não se relacionam diretamente com a Rainha: fala-se do bispo de Guarda, do abade de Alcobaça, de uma mulher de Lamego. Outros lugares aparecem associados a determinados acontecimentos: Bragança foi a localidade onde os castelhanos que tinham acompanhado a Rainha na sua viagem a Portugal regressaram a Castela; Trancoso foi a vila onde casou com D. Dinis. Há também localidades ligadas a instituições religiosas, como Almoester ou Odivelas, lugar onde foi enterrado o rei. Sintra, Torres Novas, Óbidos e Leiria aparecem como terras da Rainha.

Quando as localidades em que se documenta a presença da Rainha são representadas num mapa, chama a atenção a concentração de lugares próximos a Lisboa (Lumiar, Chelas, Odivelas, Loures); e também a ausência de referências a amplas áreas do país. Aparentemente, Dona Isabel nunca foi ao Algarve, e pouco se refere do Norte ou do Alentejo. O espaço da narração da *Vida* desde que a Rainha casa até que morre é fundamentalmente a região centro-litoral, e especialmente o eixo Coimbra-Santarém-Lisboa; lugares em que havia paços que serviam como residências semipermanentes da Corte. Dos percursos seguidos nas deslocações a *Vida* diz pouco: no episódio do ermitão a Corte passava por Pontével quando ia de Santarém para Lisboa, mas a Rainha desviou-se para Azambuja²³; numa outra ocasião, indo de Coimbra ao Porto, passou por Arrifana²⁴. Mas há um episódio em que o texto

busca de religiosidade própria e uma Ordem que descobre a sua «santa» in RODRIGUES, Ana Maria e JORGE, Ana M^a – *História Religiosa de Portugal*, vol. I. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000, p. 470-480; e ANDRADE, Maria Filomena – *Rainha Santa, mãe exemplar: Isabel de Aragão*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2012.

²³ «Vindo esta Rainha de Santarem para Lisboa com ElRey Dom Dinis, apartandose ella de hum lugar a que chamão Ponteual, & vinha para hua villa que dizem Azambuja», p. 499 e 500.

²⁴ «Vijndo esta Rainha de Coimbra pera a Cidade do Porto, recodio ao caminho hua molher em hum logar a que dizem Arrifana», p. 531.

desenha os movimentos das personagens mais detalhadamente: o dedicado à rebelião do herdeiro²⁵.

O espaço é no relato da rebelião um elemento fulcral. De uma perspetiva narratológica isto faz sentido: pelo facto de no escrito apenas existirem referências de temporalidade, são precisas referências espaciais para ajustar as significações a uma ordem externa que as faça compreensíveis²⁶. A ordem é o território do reino; as personagens, peças de xadrez que o autor coloca em determinados lugares, de tal maneira que o deslocamento de uma provoca os deslocamentos das outras²⁷. Assim, o espaço narrativo, esse que se constrói para dar corpo à narração, atua aqui também como o elemento que confere sentido ao que é narrado. E isto acontece porque remete a um espaço real, que o destinatário do texto – de um relato escrito em português – conhece²⁸. As imprecisões temporais são compensadas pelas espaciais²⁹. O reino é o palco e as suas localidades referentes para as diferentes cenas que se sucedem dentro duma mesma narrativa, dedicada a uma temática – o labor intercessor da Rainha.

A análise dos diferentes episódios da *Vida* que documentam as movimentações de Dona Isabel, e também de outras personagens, revela o valor simbólico do espaço no texto³⁰. Em todos os casos, a funcionalidade

²⁵ Na edição consultada p. 503-507.

²⁶ A única referência ao tempo real deduz-se do facto do futuro Pedro I já ter nascido: «E vindo já o dito Rey Dom Affonso sendo Infante por o Reyno em sa parte com sa mulher de mandado delRey seu Padre fazendo morada na Cidade de Coimbra por ir em romaria a S. vicente de Lisboa, & leixou a Infante sa mulher, & o Infante Dom Pedro seu filho, que já em aquele tempo era nado em Coimbra» (p. 503 e 504).

²⁷ «E desde que complio sua romaria, tornandose de Lisboa para hua Villa que dizem Sintra, ElRey seu padre, & e a Rainha sa madre vinhaõse de Santarem a Lisboa. (...) Estando o dito Infante em Sintra, elRey seu padre chegou ao Lumiar a hua legoa de Lisboa, & soube como o Infante era em Sintra. (...) Que ante por tempo que elRey a Sintra, hu o Infante era chegasse, ante o Infante soube, & partiose dalli, & veose para aquelle logo hu ficara a Rainha sa madre» (p. 504).

²⁸ Diversos autores sublinham o facto de a *Vida* ser a primeira hagiografia escrita em português. Parece claro que o texto foi concebido para ser lido e conservado em Santa Clara de Coimbra, e as traduções ao latim são muito tardias.

²⁹ «Acabo de tempo sendo ElRey Dom Dinis em Santarem, conselharomno que partissem de si a Rainha» (p. 504); «Hauiendo adiante discordia antre ElRey, & o Infante seu filho, El Rey foi cercar a cidade de Coimbra que o Infante seu filho já tinha para mantimento seu e dos seus» (p. 506).

³⁰ A ida da Rainha para Alenquer, por exemplo: «El Rey segundo aquel conselho, mandou à Rainha para hũa Villa a que dizem Alanquer (...) e a Rainha seendo bem obediente,

narrativa do espaço no escrito relaciona-se com a intencionalidade do relato. Na *Vida e milagres de Dona Isabel* os episódios, temporalmente abstratos por – propositadamente – não terem sido datados, são projetados num espaço real conhecido e reconhecível. O pretérito ao qual pertencem os acontecimentos narrados convive no relato com o presente do território palpável, onde são custodiados os restos da Rainha e onde ainda existem os lugares onde ela esteve. Os motivos que levaram o autor a fazer esta escolha – indefinição do tempo e concretização do espaço – relacionam-se com a natureza hagiográfica do discurso. Porém, o que importa é que essa escolha foi feita de maneira consciente e para dotar a história de um significado.

Algo similar acontece com o Título VII do *Livro de Linhagens do Conde Dom Pedro*³¹. Este texto desenha nas primeiras páginas uma geografia pretérita que, mesmo se toma como ponto de partida a herança deixada pelo Conde Dom Henrique ao seu filho Afonso Henriques, “de Astorga a Coimbra”³², acaba por se centrar na área meridional, onde tiveram lugar as principais batalhas do reinado – Ourique –, e onde estavam as terras conquistadas pelo monarca, i.e., Lisboa, Sintra, Almada, Palmela, Alcácer, Beja, Évora, Moura, Serpa. Ao longo do relato dos primeiros reinados são frequentemente citados os lugares de enterramento dos membros da família real, símbolos da progressão territorial, em direção ao Sul, do reino. A maioria dos corpos foram sepultados em Santa Cruz de Coimbra, mas o Conde Dom Henrique tinha sido enterrado em Braga, e os restos mortais

& estando em aquel lugar, souberom os Caualeiros de Portugal que a ella havião feita omenagem por castelos que tinham, (...) & vierom alguns aquelle lugar dizendo que a elles fora dito, que ElRey a apartara de sa casa» (p. 505).

³¹ MATTOSO, José (ed.) – *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro* in *Portugaliae Monumenta Historica. Nova Série*. Lisboa: Academia das Ciências, 1980. Todas as citações do texto remetem a esta edição, que reconstitui a refundição de 1380-1383; mas considera-se que este título foi da autoria do Conde. Sobre a obra MATTOSO, José – *Livros de Linhagens* in LANCIANI, Giulia e TAVANI, Giuseppe (coord.) – *Dicionário de Literatura Medieval Galega e Portuguesa, cit.*, p. 419-421, SIMÕES, M. – *Pedro de Portugal, Conde de Barcelos* in LANCIANI, Giulia e TAVANI, Giuseppe (coord.) – *Dicionário de Literatura Medieval Galega e Portuguesa, cit.*, p. 521-523 e FERREIRA, M^a do Rosário – A estratégia genealógica de D. Pedro, Conde de Barcelos, e as refundições do *Livro de Linhagens*. *e-Spania* 11 (2011) (<http://e-spania.revues.org/20273> consultado em 2013.05.27).

³² «Quando morreo em Astorga, chamou seu filho dom Afonso Anriquez, e disse-lhe: “Filho, toda esta terra que te eu leixo des Astorga ataa Coimbra, nom percas ende uu palmo, ca eu a gaanhei com gram coita», p. 123.

dos reis D. Afonso II e D. Afonso III ficaram em Alcobaça. Quando chega ao relato do reinado de D. Dinis, o *Livro de Linhagens* cita o mosteiro de Santa Clara de Vila do Conde – lugar de enterramento de Afonso Sanches –, a cidade de Lisboa, as localidades que passaram a fazer parte de Portugal (Sabugal, Castelo Rodrigo, Almeida, Vila Maior, Alfaiates), e o mosteiro de Odivelas – lugar de enterramento do rei. O território é, portanto, definido a partir de acontecimentos políticos que o ampliaram, e de pontos simbólicos diretamente relacionados com a dinastia régia (Braga, Coimbra, Alcobaça, Odivelas) que materializam a conexão entre o espaço e a monarquia. Mas, de novo, encontramos uma narrativa espacial no episódio do enfrentamento entre o rei e o seu filho Afonso.

Desta vez o tempo sim é referente no discurso: três sucessos relativos à primeira fase do conflito são detalhadamente datados³³, e também um quarto relativo à segunda³⁴. Assim, tempo e espaço atuam juntamente como referentes e, em conjunto com os factos, atingem o principal objetivo da historiografia: o registo do passado. Este esquema básico (data-lugar-facto), característico dos anais, é no discurso do Título VII do *Livro de Linhagens* desenvolvido narrativamente³⁵. Destaca-se, dentro desta narração, o pequeno relato do cerco de Coimbra³⁶. O autor do texto aparece neste relato

³³ «E o ifante dom Afonso soube isto e tomou-lhe a cidade de Coimbra vespora de Janeiro depois de comer, era de mil CCC L IX anos. Em outro dia de Janeiro tomou Monte Moor o Velho, rompente o alvor, e esto foi na era de mil CCC LX. (...) El rei dom Denis soube que jazia sobre a vila de Guimarães, e el veo-se deitar sobre Coimbra. E chegou i o primeiro dia de Março, em Coresma», p. 130.

³⁴ «E depois esto, houve este ifante, na era de mil CCC LX II, no mes de Fevereiro, outra vez gram desavença com el rei seu padre, em Santarem», p. 131.

³⁵ «E foi-se e tomou a Feira e o castelo de Gaia e a torre da menagem do Porto, e foi-se deitar sobre a vila de Guimarães. E guardava a vila e o castelo uu cavaleiro que chamavam Meem Rodriguez de Vasconcelos, e defendeo-lha mui bem» (p. 130); «E levantaram-se em volta, de ua parte e da outra, e matarom os d'el rei uu boo cavaleiro, que havia nome Fernam Gomez de Carvalho, que era vassallo do ifante (...)» (p. 131).

³⁶ «El rei dom Denis soube que jazia sobre a vila de Guimarães, e el veo-se deitar sobre Coimbra. E chegou i o primeiro dia de Março, em Cooresma, e fez muito estrago, e o arravalde todo foi estragado. E derribarom as casas, e filharom muito pam e muito vinho e muito azeite, e danarom todo o campo, que era semeado de pam novo, e cortarom todos os olivaeas, também d'aaquem como d'aalem. E chegou i dom Afonso Guedelha, que se chamou rei de Leom em outro tempo, padre de dom Joham. O ifante, quando soube que seu padre jazia sobre Coimbra, alçou-se de Guimarães e chegou a Sam Paulos com o conde dom Pedro, seu irmão, que entom era exerdado do reino, e com outros ricos homees e com gram poder de cavalaria, e jouve i tres dias, per trégua que houve antre seu padre e ele. Passou-se seu

como testemunha e partícipe dos acontecimentos, que têm a cidade como cenário³⁷. O arrabalde, o mosteiro de São Paulo, o rio, a ponte, o mosteiro de São Francisco e o mosteiro de Santa Cruz desenhavam o âmbito – urbano – do conflito. O espaço sistematiza as ações de tal maneira que a narrativa se projeta em um plano fixo e estável. O registo imortaliza por escrito um acontecimento pretérito que ainda hoje se pode reconstruir espacialmente.

O último dos textos, o capítulo DCCXIX da *Crónica de Espanha de 1344*, é o mais rico³⁸. A sua escrita situa-o cronologicamente depois dos anteriores³⁹; mas também foi deixado para o fim porque algumas das suas características no que se refere ao tratamento do espaço no relato já foram aqui analisadas. Por exemplo, e tal como na *Vida*, a ausência de datações faz com que o referente espacial marque o ritmo do relato e indique a sua progressão. O escrito começa por listar os lugares que D. Dinis povoou, cercou e lavrou⁴⁰. A representação gráfica destes lugares num mapa indica

padre aalem per ua barca, e em outro dia, de gram manhã, tornou, e quis entrar a vila pela ponte, e houvi i gram peleja. E dom Martim Gonçalves e dom Estevam Gonçalves Leitões deitaram Gonçalo Pirez Ribeiro da ponte ao fundo. E nom pode el rei entrar, e foi pousar a Sam Francisco, e o ifante veio pousar no mosteiro de Santa Cruz, e dali poserom treguas, e alçou-se el rei, e fo-se pera Lixboa» (p. 130 e 131).

³⁷ Na *Vida e milagres de Dona Isabel* também se relata este episódio, mas não se descreve o cerco e também não se narram os acontecimentos que aparecem no *Livro de Linhagens*. Da mesma maneira, o *Livro* não fala da intercessão da Rainha para pôr fim ao enfrentamento. Sobre as diferentes versões destes conflitos nos relatos do período MOREIRA, Filipe Alves – ¿Cómo trabajaban los cronistas portugueses? Los relatos de la guerra civil de 1319-1324 in *Cahiers d'Études Hispaniques Médiévales* 36 (2013) (no prelo).

³⁸ O capítulo DCCXIX em LINDLEY CINTRA, Luís Filipe – *Crónica Geral de Espanha de 1344*, 4, Lisboa: Academia Portuguesa de História/Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2009 (2ª ed.), p. 243-259.

³⁹ Sobre o texto, a sua datação e a sua autoria, LINDLEY CINTRA, Luís Filipe – *Crónica Geral de Espanha de 1344*, 1 (Introdução), Lisboa: Academia Portuguesa de História/Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2009 (2ª ed.) e KRUS, Luís – *Crónica Geral de Espanha de 1344* in LANCIANI, Giulia e TAVANI, Giuseppe (coord.) – *Dicionário de Literatura Medieval Galega e Portuguesa*, cit., p. 189 e 190. Tal e como no caso do *Livro de Linhagens*, edita-se uma refundição posterior, mas o relato do reinado de D. Dinis considera-se da autoria do Conde de Barcelos (cf. LINDLEY CINTRA, Luís Filipe – *Crónica Geral de Espanha de 1344*, 1, cit., p. CXXXIV-CXL).

⁴⁰ «Este pobrou muytos logares e villas en Portugal e outras cercou muy bem. Primeiramente: Miranda; e Vinhaaes; e Villa Frol; e Alfandega; e Mirandela; e Villa Nova de Cerveira; e Villa Real; e Guimarães; e Bragaa; e o castello do Sabugal; e enadeo en Castello Rodrigo; e Moura; e Serpa; e enadeo e Juromenha; e lavrou Olivença; e o Alandroal; e Veiros; e Mõforte; e o Açumar; e Evoramõte; e Arrayollos; e Noudar; e Villa Viçosa; e Borva; e o

uma clara tentativa de fortalecer a área nortenha do reino e a fronteira meridional. Os conflitos fronteiriços com Castela determinaram a presença do rei em localidades como Guarda, São Martinho de Angueira ou Elvas⁴¹; mas o narrado situa-se sobretudo na área litoral. Coimbra tem menos peso que nos textos anteriores, e para além de Lisboa, Santarém, Porto, Guimarães e Leiria, aparecem citados Pombal, Viseu, Montemor-o-Velho, Alverca, Albogas e os castelos de Feira e Gaia. Os lugares de Pinheiro de Ázere ou Santa Comba Dão estão relacionados com os problemas do Conde de Barcelos e com a sua partida do reino⁴². Nos movimentos do rei aparecem Lisboa e Santarém como principais polos⁴³.

Ao contrário do que sucede no *Livro de linhagens*, na *Crónica de 1344* o cerco de Coimbra não é narrado⁴⁴; mas o escrito faz de outras duas localidades cenários: Albogas e Santarém. No primeiro caso, Lisboa e Santarém estão representadas no conflito através dos seus concelhos⁴⁵. As cidades passam assim a ser entidades vivas, que apoiam ou atraíam o monarca.

Redondo; e outras villas e castellos que nos ainda aquy non dizemos, assy en Portugal como no Algarve, e outras muytas benfeitorias que fez» (p. 243).

⁴¹ Na edição citada p. 245-247.

⁴² «E o conde era muyto amado dos filhos d'algo e ajuntou tãtos vassalos e amigos que foram mais que os outros e esperou en huu logar que ha nome Pinheiro d'Azer, a par de Sancta Cõoba Dãa, acerca de tres domaaas, ataa que veo o iffante dom Affonso de Lixboa por partir a cotenda» (p. 253).

⁴³ Na narração da morte de D. Dinis segue-se o percurso Lisboa-Santarém, com paragem em Alberca: «E, feyto isto, fosse o iffante pera Coimbra e el rey dom Denis pera Lisboa e hy steve ataa depois do Sam Miguel. E depois, tornãdosse pera Santare, deulhe hua door no caminho, no logar que chamã Alverca, e jouve hy doente alguns dias. (...) E el rey fõisse en amdas pera Sanctarem e steve hy enfermo ataa VII dias de Janeiro, fazendo sempre muytas esmolaa aos pobres e outrossi muyto be por amor de Deus. E, acabado este tempo, morreo» (p. 259).

⁴⁴ «E entõ levãtousse o iffante de sobre Guimarães e fõisse pera Coimbra. E, ante que la chegasse dous dias, o conde dom Pedro e outros fidalgosque hy erã d'ambas as partes fizeram com el rey que ouvesse tregoaas cõ o iffante. E entom veo o iffante cõ a sua madre a Coimbra. E o conde e os outros nobres homes trouxerom pleitesia cõ el rey» (p. 254).

⁴⁵ «E el rey, quando soube como viinha, sayo de Lixboa e chegou ataa as Albogas. E o cõcelho de Lixboa disselhe que hiria com elle e que o serviria como a seu senhor. E el rey disse que lho gradecia muyto e forõsse cõ elle. E, quando chegarõ aas Albogas, pediu o cõcelho de Lixboa a el rey logar en que pousassem e elle mãdoulho dar. Mas elles nõ quiserom ally pousar e foronse apousentar aalem de h~ua ponte que hi sta, a par do iffante. E outrossi viinha cõ elle o concelho de Santare. E el rey mandou-lhe dizer e afrontar que non quisesse viir a sua villa sem sua võotade e que se tornasse logo. E pera esto mandou la a reya» (p. 257 e 258).

Os elementos estáticos que atuavam como referências transformam-se em personagens do relato. Quando Santarém é escolhido como cenário, a cidade torna-se palco dum espetáculo narrado, e as suas ruas, edifícios e monumentos desenhavam um marco espacial que facilita a compreensão das ações⁴⁶. O espaço desempenha, portanto, do ponto de vista narrativo, várias funções. Contudo, são os acontecimentos escolhidos para serem narrados os que determinam que lugares aparecem no relato, e assim criam uma imagem histórica do reino; uma representação política do território baseada nos acontecimentos históricos.

Normalmente, os historiadores trabalham com fontes documentais que fornecem dados dispersos. Os constantes movimentos dos membros da família real na Idade Média, por exemplo, são reconstruídos a partir de documentos que situam essas personagens em determinados lugares. Com esses dados criam-se itinerários aproximados; e a partir deles são definidos os lugares mais visitados, e analisados os motivos de uma presença ou um deslocamento. Acontece, porém, que as fontes documentais medievais conservadas são escassas, e o relato que se cria com elas contém vazios involuntários. No entanto, com as fontes narrativas escritas na altura em que os factos aconteceram, ou pouco depois, a informação chega ao historiador no sentido inverso: a aparição do nome duma localidade é intencional; os motivos e as consequências dos atos são direta ou indiretamente expostos; a interpretação dos sucessos, da sua importância, da sua ordem e do seu significado, foi feita pelo autor do relato. Uma fonte narrativa deste tipo fornece dados conscientes, e desta maneira cria uma imagem do território concreta. Mesmo se o objetivo principal do autor não fosse o de representar no seu escrito o reino, tinha que fazê-lo para situar nele as ações. Assim, dava forma a um mapa abstrato que hoje, quando analisado e representado, revela imagens que nos permitem conhecer melhor o território pretérito.

⁴⁶ «E, depois que comerom, começaram de pelejar os do iffante e os da villa cõ os del rey e de cada hua parte aderençarõ pera honde el rey stava, per aquella rua mayor que vay do alcacer pera o pelourinho. Viinhaõ os do iffante e acharõ os del rey tam espessos que nõ podiã hir por diante ne atras e, veedo que nõ podiã hi tyrar prol, começaram de se hir sayndo contra San Nicolaaõ honde pousava o conde. E veerom a elle por tres partes» (p. 259).

A Jurisdicionalização do Poder: D. Afonso IV e o *Chamamento Geral*

Jorge Manuel de Matos Pina Martins Prata

Doutorando em Altos Estudos em História – Idade Média

prata@sapo.pt

Texto recebido em /Text submitted on: 31/05/2013

Texto aprovado em /Text approved on: 26/06/2013

Resumo/Abstract:

O *Chamamento Geral* protagonizado por D. Afonso IV, emergindo do espaço aberto pelo agonismo estrutural que opõe o Rei aos Senhores em torno do exercício jurisdicional, institui-se enquanto *dispositivo político* através do qual o Monarca vai afirmar a superioridade inequívoca do poder que exerce, na medida em que este se apresenta como fonte e origem de todas as jurisdições, cujo uso por outrem só encontra legitimidade na *vontade* régia, ou numa *disposição legislativa particular*, emanando do *costume*.

Deste modo, mais que a apropriação efetiva das jurisdições, exercidas pelos Senhores, por parte do Monarca, que não deixa de se verificar, embora pontuada por um procedimento de conciliação sucessiva com os interesses que aqueles vão desdobrando junto de D. Afonso IV, trata-se, fundamentalmente, de uma afirmação inequívoca da coessencialidade existente entre *jurisdição* e *ofício régio*.

Intercedendo junto do Rei para que este, *por sua graça e mercê*, não casse as jurisdições de que faz uso, o grupo nobiliárquico acaba por inscrever na sua própria carne os princípios que estruturam o citado *dispositivo*, numa assunção do poder que exerce como sendo meramente derivado.

The *Chamamento Geral* starred by D. Afonso IV, emerging from the structural agonism opposing the King to the Lords around the jurisdictional exercising, establishing itself as political mechanism through which the Monarch will unequivocally assert the superiority of the power it exerts, to the extent that it presents herself as the source and origin of all jurisdictions, the use of which by others is legitimate only in the royal will, or in a particular legislative provision, emanating from custom.

Thus, it is not so much the effective appropriation by the monarch of jurisdiction exercised by the Lords but fundamentally an unequivocal affirmation of the essential relation between royal power and jurisdiction.

Interceding with the King for it by his grace and mercy not annul the jurisdictions that uses, the nobility accepts the principles underlying the said device, assuming your power is merely derived.

Palavras chave/Keywords:

Chamamento Geral; Poder; Jurisdições; Processo Judicial.

Chamamento Geral; Power; Jurisdictions; Judicial Process.

Parergon

Inserido num enfrentamento que tem como horizonte, por parte do Monarca, a afirmação do que se pode denominar uma *soberania jurisdicional*, o *Chamamento Geral* é, também, e talvez principalmente, um *facto discursivo*, com uma espessura e opacidade próprias, através do qual se pretende legitimar o carácter fundacional da prerrogativa régia de *dizer-o-direito*, dizer que é ainda, e simultaneamente, autoridade e domínio (*ditio*), na apresentação de um poder que se concebe como *iurisdi(c)tio*. Não só, ou nem tanto, *apropriação de poderes*, mas antes fundamentação de um poder que se quer condição de possibilidade, *de iure*, de todos os outros.

Trata-se, então, de penetrar na espessa trama do discurso, desentranhar os fios que o constituem, a trama retórico-jurídica em que se delineiam os seus argumentos, e o modo como estes entre si se entrecem. *Chamamento Geral* cuja textualidade é primordialmente concebida não como descrição de uma qualquer realidade que lhe fosse exterior, mas como *dispositivo político*, procedimento de configuração das relações de poder.

Do Agonismo Jurisdicional

A implementação do *dispositivo de poder* que será o *Chamamento Geral*¹, protagonizada por D. Afonso IV, deverá ter começado a gizar-se logo nos primeiros anos do seu reinado, e sido motivada por uma persistente prática de exorbitação dos direitos jurisdicionais exercidos pelo Clero e pela Nobreza.

Assim, por carta régia datada de 1 de Fevereiro de 1331, dirigida ao Meirinho-Mor, Afonso Correia, e aos Corregedores de Além Douro, D. Afonso IV manda que os Juizes dos Coutos e das Honras dêem apelação diretamente para si, e não para o Senhor da terra, a menos que tal seja de uso e costume nesses senhorios. Determina, ainda, que quando degredados ou malfetores se refugiarem nos ditos domínios as justiças régias os demandem

¹ A presente análise do *Chamamento Geral* debruçar-se-á, apenas, sobre as sentenças inscritas na chancelaria de D. Afonso IV.

aos Senhores e, caso estes não os queiram entregar, que aí entrem para os prender.

Carta motivada por queixas dirigidas ao Rei, segundo as quais as justiças senhoriais não permitiam que se apelasse, das sentenças por elas proferidas, para o Monarca, nem entregavam aos Juizes concelhios os réus que nessas terras se albergavam, e na qual se inscreve já, de um modo genérico, o projeto global que animaria D. Afonso IV, estruturado em torno de uma *concepção política* que o instituía como depositário de um poder, não só superior, mas qualitativamente diferente² daquele que os Senhores exerciam nos seus domínios, na medida em que este encontrava no poderio régio o seu fundamento e condição de possibilidade, ainda que esse poder não deixasse de se legitimar, simultaneamente, com recurso para os *usos e costumes*³ do Reino.

Qualidade específica que possibilitava ao Monarca exigir que as apelações lhe fossem diretamente dirigidas, e ameaçar devassar as terras imunes de quem não respeitasse o *uso correto* dessas jurisdições.

Antagonismo que tem como *condição material de possibilidade* um *conflito jurisdicional* que opõe o Rei aos Senhores, num enfrentamento através do qual se procura desvelar, instituindo-os no mesmo movimento, os alicerces *doutrinários* em que se funda o *direito*, e a legitimidade, do exercício de determinado tipo de jurisdições. Uma luta pela determinação dos princípios estruturantes da comunidade e da orgânica do poder, que é, também, uma luta pelo próprio poder, num procedimento agonístico que se encontra já materializado numa carta de D. Dinis de 31 de Julho de 1282.⁴

É no contexto desta conflitualidade surda e ininterrupta, deste *agonismo estrutural* que se inscreve entre o poder régio e o poder senhorial, criando

² Contrariamente a Pietro Costa, que afirma que «(...) el vértice no es separable de una cadena de la qual éste es sólo el primer eslabón, y su poder es distinto no ya cualitativamente sino sólo cuantitativamente de los poderes de otros entes o sujetos.» (COSTA, Pietro – La Soberanía en la Cultura Político-Jurídica Medieval: Imágenes y Teorías. *Res publica*. 17 (2004) 33-58), considera-se que o facto de o poder régio se apresentar como condição de possibilidade do exercício de todos os outros poderes, lhe confere um carácter qualitativamente diferenciado.

³ Num procedimento em que se assume o *costume* como criador de *lei*. Embora o poder jurisdicional seja privativo do Monarca, não deixa de poder ser exercido por outros, caso um *dispositivo legislativo* particular o possibilite.

⁴ *Ordenações Del-Rei Dom Duarte*. Lisboa: FCG, 1988, p. 165-166.

uma *linha de fractura* que, não deixando, por vezes, de levar a um afrontamento direto entre ambos, se institui mais como *linha estratégica*, onde um e outro vão alinhando e (re)compondo forças, num processo de configuração que, separando-as, as une indissolúvelmente, que D. Afonso IV vai proceder, «(...) no início de 1334 (...)»⁵, a um *Chamamento Geral*, pelo qual vai obrigar os detentores de Coutos e Honras, e de qualquer tipo de jurisdições, a comparecerem perante os Ouvidores dos feitos de El Rei, para, na sua presença, enumerarem as terras imunes que detêm, e legitimarem a sua posse e o exercício das jurisdições de que nelas usam; não o conseguindo, estas ser-lhes-ão cassadas.⁶

Chamamento Geral, dobrado por um *Chamamento Particular*, através do qual alguns Senhores vão ser individualmente citados,⁷ mas ao qual, no entanto, muitos se escusaram a comparecer.

Em face desta recusa, configuradora de uma *vontade de rebeldia*, na medida em que expressamente manifestava uma atitude de desobediência a um mandado régio por partes dos Senhores, D. Afonso IV, embora afirmando que «(...) a esses que nom quiserem viir satisfazer ao meu mandado (...)» podesse de direito mandar lançar em devasso todallas honrras, que am, e tragem no meu Senhorio pellas ditas Inquirições; (...)»⁸ decide, logo em 1335, por carta régia de 10 de Janeiro, enviar Geraldo Esteves às comarcas da Beira e de Trás-os-Montes, para devassar apenas as honras que tivessem sido

⁵ SOUSA, Bernardo Vasconcelos e – *D. Afonso IV*. Lisboa: Temas e Debates, 2009, p. 128. No protesto apresentado pelo Arcebispo de Braga perante os Ouvidores dos Feitos de El Rei, em Santarém, no último dia de Fevereiro de 1334 (*Livro Das Leis E Posturas*. Lisboa: FDUL, 1971, p. 382-395), ao qual juntou a sua voz o Bispo de Viseu, faz-se referência a uma determinação de D. Afonso IV, segundo a qual todos os prelados do Reino deveriam fazer prova, junto dos Ouvidores régios, até ao dia 1 de Março desse mesmo ano, dos títulos de posse dos Coutos, Honras, Jurisdições e Terras que possuissem. Tratando-se a citada determinação, como tudo leva a crer, do *Chamamento Geral* promulgado por vontade do Monarca, e tendo em conta que este, por carta de 2 Janeiro de 1344 (*Ordenações Del-Rei...*, cit., p. 534-535), concede aos Fidalgos que não compareceram perante os Ouvidores dos Feitos de El Rei, tal como o édito decretava, o prazo de três meses para o fazerem, a contar da data de publicação da mesma, ou após lhes terem sido restituídas as jurisdições pelo Corregedor, este deve datar de finais de 1333, na medida em que não parece crível que o prazo constante do édito fosse inferior ao concedido aos Fidalgos em 1344.

⁶ *Chancelarias Portuguesas: D. Afonso IV*. Lisboa: INIC, 1992, Vol. III, p. 201-202.

⁷ *Chancelarias...*, cit., Vol. III, p. 217.

⁸ *Memorias Para A Historia Das Inquirições Dos Primeiros Reinados De Portugal*. Lisboa: Impressão Régia, 1815, Docs., p. 122.

criadas, ou alargadas, após as Inquirições de 1288. D. Afonso IV concede, assim, «(...) em quanto for minha merçe (...)»⁹, que os Senhores mantenham as terras imunes, com as referidas jurisdições, no estado em que existiam à data da realização das citadas inquirições dionisinas. Procedimento de adequação aos interesses da Nobreza que não deixa de ser marcado por uma afirmação inequívoca da proeminência do poder régio, ao assinalar que tal disposição não configura uma *determinação de direito* mas sim *de graça*, dela emergindo, portanto, um dispositivo iminentemente precário, já que revogável a qualquer instante. As jurisdições assim exercidas não pertencem *em próprio* aos que as detêm, não constituindo a sua *posse* um direito que tenham a possibilidade de alegar, sendo antes um *uso gracioso*, estatuído fora, e para além, do direito.

Carta que se inicia com um longo prólogo, no qual se faz um historial, desde o reinado de D. Dinis, da conflitualidade constante que se entretece entre os Senhores e o Rei a propósito da constituição de terras imunes, e das jurisdições nestas exercidas, marcado por uma prática insistente de alargamento dos seus poderes jurisdicionais, e da base territorial em que se exercem, por parte dos fidalgos do seu reino, apesar das constantes mercês régias que iam adequando o exercício do poder aos interesses da Nobreza, e das composições que entre os contendentes se iam instituindo.

Mas aquela prática encontra-se inscrita na carne e no sangue do grupo nobiliárquico, constitui com ele um todo indissolúvel que não só o marca, como é condição de possibilidade da sua emergência enquanto tal. Persiste, portanto, numa insistência que dá a ver a sua essencialidade para o *corpo* de que é uma manifestação imediata. E D. Afonso IV tem de confrontar-se, inevitavelmente, com este *questionamento prático* dos princípios estruturantes do *poder régio* que, por direito, exerce, e com os insistentes protestos dos povos.

Narrativa que desdobra, perante aqueles a quem se destina, uma história de afrontamento constante do direito instituído e do poder que, nele se fundando, o deve preservar, e exercer com vista à sua manutenção e inscrição no todo da comunidade, e de *obrar gracioso*, através do qual o Rei vai condescendendo com os interesses fundamentais de um grupo que, pela sua

⁹ *Memorias..., cit., Docs.*, p. 121.

importância e dignidade, não pode deixar de ser objecto de agraciamento por parte daquele que tem por função distribuir a cada órgão do corpo político os benefícios que lhe são devidos, tendo em conta o *estatuto natural* de cada um. História de benevolência régia e de soberba da Nobreza, que não pode deixar de ter como consequência a implacável imposição do *Direito*. Um libelo de propaganda, portanto.

Justificado e legitimado o empreendimento, Geraldo Esteves deambula, logo em 1335 e, depois, em 1340, pelas comarcas da Beira e de Trás-os-Montes «(...) pera deuassar e filhar pera mjn totalas Juridições (...)»¹⁰, o mesmo o fazendo João Domingues em 1339.

Por ordem expressa do monarca, embora subliminarmente enunciada e ao arrepio do inscrito na textualidade oficial, ou por intencionalidade autónoma dos oficiais régios incumbidos de executar o processo de devassas, verifica-se que estes retiram, ou pretendem retirar, as jurisdições possuídas pelos Senhores ainda quando estas constam das inquirições mandadas efetuar por D. Dinis em 1288, ou quando eram objecto expresso de doação régia, avalizada por prova documental.

Mas não era, apenas, a atuação prática dos Inquiridores enviados pelo Rei às comarcas que ameaçava a afirmação dos poderes jurisdicionais da fidalguia, focando-se a preocupação do grupo nobiliárquico, também, na forma como os Ouvidores dos feitos de El Rei iam desdobrando os processos dos que perante eles compareciam, dando cumprimento ao disposto no *Chamamento Geral*, pelo que se dirige a D. Afonso IV, em 1341¹¹, queixando-se porque aqueles não querem aceitar, como provas cabais de posse de terras imunes e de jurisdições, a sua inscrição nas inquirições dionisinas de 1288. Afirmam, ainda, que têm como propriedade honras não contidas nas citadas inquirições, ainda que delas estejam em posse desde o tempo em que estas foram tomadas, mas que, querendo prová-lo, os Ouvidores não aceitam receber as suas razões e as provas que as sustentam.

Posição dos oficiais régios que se fundamenta na aceitação do direito invocado pelo Procurador do Rei, que esgrime as suas *razões* ancorando-as em dois argumentos fundamentais:

¹⁰ *Chancelarias...*, cit., Vol. I, p. 388.

¹¹ *Chancelarias...*, cit., Vol. III, p. 201-203.

1º: D. Dinis determinara, por sentença¹², com o conselho da sua Corte, que a posse de uma Honra não legitimava, só por si, que nela se instituíssem Juízes, Ouvidores e Chegadores, pelo que nos casos em que tal se verificou a jurisdição é nula;

2º: mesmo que a citada sentença não existisse «(...) per derecho nom poderiam trastempar as dictas Jurisdicções. saluo sse Alegassem e prouassem que as possoyam ante que as dictas Enquirições fossem filhadas per tanto tempo que a memoria dos homens nom era en contrairo.»¹³

Estrutura argumentativa que mostra que a legalidade do exercício jurisdicional não se fundava, apenas, numa expressa doação régia, mas que podia legitimamente adquirir-se por usucapião, sendo o prazo requerido para tal desde que a memória dos homens não fosse em contrário. Verifica-se, ainda, uma divergência entre o tipo de prova exigido pelos Ouvidores e o que era determinado pela carta régia de 10 de Janeiro de 1335¹⁴.

Enquanto aqueles, para pronunciarem sentença que confirmasse o exercício das jurisdições alegadas pelos Senhores, obrigavam a que estes produzissem prova de que delas usavam, aquando das inquirições de 1288, desde que a memória dos homens não fosse em contrário, a referida carta régia apenas determina que estes provem que as detinham na data em que as inquirições supracitadas se realizaram. Obliterando a vontade régia, expressa por documento escrito, os Ouvidores julgam em função do *direito comum*, não obstante a disposição do monarca, marca inequívoca de uma certa autonomia do tribunal face ao Rei.

Verifica-se, assim, a existência de uma *conflitualidade estrutural* entre a aplicação concreta das normas pelos tribunais régios, e o estatuído nas mercês que o Soberano ia dispensando aos Senhores do seu Reino, na medida em que os Ouvidores dos feitos de el Rei julgavam em função da lei e do direito, e não em função do instituído pelas citadas mercês. O que demonstra que estas não revogam, pelo menos na totalidade, o direito

¹² Trata-se de uma das sentenças inscrita numa carta dirigida a Aparício Gonçalves, datada de 20 de Outubro de 1308 (*Ordenações Afonsinas*. Lisboa: FCG, 1998, Liv. II, p. 412).

¹³ *Chancelarias...*, cit., Vol. III, p. 202.

¹⁴ *Memorias...*, cit., Docs., p. 119-122.

à época existente, numa *vigência cumulativa* que tornava o *ordenamento jurídico*¹⁵ uma intrincada composição, tecida de fios diversos e divergentes.

D. Afonso IV, no entanto, «(...) querendo lhis fazer graça e merçee (...)»¹⁶, determina que os fidalgos se mantenham na posse das jurisdições que alegam deter se provarem que as exercem desde há sessenta anos, à data em que foi enunciado o *Chamamento Geral*, tanto no que se refere às que constam das inquirições de 1288, como às que nelas não se encontram inscritas, ainda «(...) que pela dicta sentença que per meu padre e per sa Corte foy dada nom podesse pōer Juiz nem ouuydores nem chegadores nas honrras que an nem sse podessem Aiudar de trastempo per derecho senom pela guisa que era dicto pelo meu procurador (...)»¹⁷, embora tal decisão apenas se aplique aos pleitos que ainda decorrem entre os Senhores e o Rei, ficando dela excluídos todos os casos julgados, bem como os dos Senhores que não compareceram ao dito *Chamamento régio*.

Deste modo, o Monarca coloca-se, intencional e inequivocamente, acima da lei e do direito positivo, liberto dos preceitos por estes constituídos, e afirmando-se, portanto, como *legibus solutus*.

Apesar da lei promulgada por D. Dinis em 1308¹⁸ proibir aos fidalgos que estão na posse legítima de honras, que nelas instituem Juizes ou Ouvidores, onde antes eles não o faziam, apropriando-se de um poder jurisdicional que lhes não pertence, e de o direito determinar que a prescrição aquisitiva só se verifica quando o uso das jurisdições é exercido, continuamente, e sem qualquer interrupção da prescrição, por um período em que *a memória dos homens não é em contrário*, D. Afonso IV, *não obstante* estes dispositivos de direito, concede aos Fidalgos a mercê de disporem lidimamente das honras e jurisdições que detivessem desde 1273¹⁹, numa clara *ab-rogação parcial* do direito positivo então vigente.

Contrariando o direito em vigor na matéria em causa, o Rei concede aos Fidalgos, que ainda têm pleitos a decorrer com o Monarca referentes à

¹⁵ No sentido que lhe é atribuído em GROSSI, Paolo – *L'Ordine Giuridico Medievale*. Bari: Laterza, 2011.

¹⁶ *Chancelarias...*, cit., Vol. III, p. 202.

¹⁷ *Chancelarias...*, cit., Vol. III, p. 202-203.

¹⁸ *Ordenações Afonsinas...*, cit., Liv. II, p. 412.

¹⁹ Isto, se se considerar que o *Chamamento Geral* se realizou em 1333.

questão das jurisdições das terras imunes, o privilégio, contrário ao direito, de continuarem a exercer o poder jurisdicional cujo uso provem deter sessenta anos antes da proclamação do édito.

Ao não dotar de retroatividade o privilégio em apreço, D. Afonso IV cria uma fissura no espaço da prática judicial, nos interstícios do qual se inscreve um *princípio de injustiça*²⁰, na medida em que a mesma matéria julgada será dirimida por regras diferentes, o que implica a existência de sentenças diversas para casos iguais, por efeito, apenas, da data de pronúncia da referida sentença.

Alteridade de juízo que vem contradizer o dispositivo legitimador da retroatividade da lei sobre a vindicta de 11 de Março de 1325²¹, segundo o qual «E seria desyqualdade auere'-no de fazer huuns por o que he passado E outros a que esto perteençe d'acooimar nom ò poderem fazer (...).»²²

Generalidade da lei que é expressamente afirmada, no que se refere ao carácter isotrópico do espaço para o direito, num processo de abstracção das marcas valorativas que, nele se inscrevendo, fazem com que, socialmente, certos locais sejam considerados como tendo maior dignidade que outros, e considerando estas como meros acidentes que não alteram a essência fundacional daquele, numa lei de 23 de Fevereiro de 1325²³, pela qual D. Afonso IV revoga outra de D. Dinis que proibia desafios entre Fidalgos num espaço de duas léguas ao redor do local onde o Rei se encontrasse, «(...) porque o poymento da lley ssobredita nom tolhia desfiar ssenom em certo lugar E per ualymento do lugar nom deue lley nem direjto sseer desuairado. ca deue sseer Jeerall o que a dita lley nom Era»²⁴

Conduta maculada por uma *injustiça legal*²⁵ que se justifica pelo facto de o Monarca, enquanto *dispensador de graça*, não estar submetido aos procedimentos ordinários, alcandorando-se ao exercício de uma *potestas absoluta* que o coloca acima da lei positiva, ainda que o ato de agraciar se institua *contra ius*, ou mesmo lesando os *iura quaesita*, desde que

²⁰ A «desyqualdade». *Ordenações Del-Rei...*, cit., p. 375.

²¹ *Ordenações Del-Rei...*, cit., p. 373-376.

²² *Ordenações Del-Rei...*, cit., p. 375.

²³ *Ordenações Del-Rei...*, cit., p. 376-378.

²⁴ *Ordenações Del-Rei...*, cit., p. 377.

²⁵ Enquanto contrária à lógica das disposições régias, introduzindo uma *lógica outra* na resolução dos diferendos.

tal processo gracioso não lese o direito de terceiros e seja proveitoso ao peticionário, e se apresente enquanto condição de possibilidade da resolução de problemas que afectem a comunidade no seu todo.

Condicionantes do exercício do poder extraordinário, de que o Rei se reveste nestes atos, que se encontram reunidas no caso em apreço, na medida em que a outorga da mercê pela qual D. Afonso IV concede, aos Senhores do seu Reino que ainda têm com ele pleitos litigiosos decorrentes da promulgação do *Édito*, a posse das honras e jurisdições que comprovadamente lhes pertencessem em 1273, não só pode ser concebida como não prejudicial para ninguém, como serviria para apaziguar os ânimos de uma Nobreza inquieta e conflituosa, deste modo contribuindo para assegurar a *concórdia comum* que deve imperar em qualquer Reino bem regido.

Tendo ficado excluídos da mercê régia todos aqueles que não se apresentaram ao *Chamamento Geral* promulgado pelo Soberano português, Gonçalo Eanes de Briteiros e Vasco Martins Zote, na qualidade de procuradores dos fidalgos, compareceram perante o Monarca²⁶, agravando-se-lhe por as terras pertencentes aos Nobres que não tinham respondido ao citado *Chamamento* estarem a ser devassadas pelo Corregedor de Entre Douro e Minho, e pedindo-lhe, por sua graça, que tal ato de rebeldia não seja considerado causa suficiente para que as jurisdições lhes sejam cassadas, e possam manter-se na sua posse tal como antes as haviam, comprometendo-se eles, em nome da fidalguia, em que os Senhores em causa compareceriam perante os Ouvidores do Rei, no dia que este aprazasse.

Pedido a que, «(...) querendo-lhes fazer graça e mercê (...)»²⁷, D. Afonso IV acede, ordenando «(...) que nom percam Jurdiçoees deses coutos por nom uyrem a edito.»²⁸, desde que os fidalgos cumpram o prometido, pois, caso o não façam, «(...) sejam logo deuassados esses coutos E filhadas as Jurdiçoees pera mym.»²⁹

Num procedimento que denuncia a veracidade das afirmações relativas ao acrescentamento das terras imunes por parte da Nobreza, bem como à apropriação indevida de jurisdições exercidas pelo Rei, os mesmos Gonçalo

²⁶ A 2 de Janeiro de 1344.

²⁷ *Ordenações Del-Rei...*, cit., p. 535.

²⁸ *Ordenações Del-Rei...*, cit., p. 535.

²⁹ *Ordenações Del-Rei...*, cit., p. 535.

Eanes de Briteiros e Vasco Martins Zote solicitam ao Monarca, logo a 3 de Janeiro de 1344, que a data limite aceite para a legítima constituição de honras fosse alterada, e que se considerassem lídimas todas as que foram criadas até 1305, vinte anos antes da morte de D. Dinis, aceitando que fossem devassadas todas aquelas que tenham sido formadas após essa data.

Solicitação que, mais uma vez, será benevolamente apreciada pelo Rei, anuindo este às pretensões enunciadas pelos fidalgos, e concedendo-lhes, ainda, que nas terras honradas não entrem nem o Mordomo nem o Saião régios, sendo o direito ao exercício de jurisdições determinado em função do que constar das inquirições realizadas³⁰.

Determinação régia que, no entanto, parece não ter tido um total acolhimento por parte dos Juízes, que devem ter continuado a julgar alguns pleitos em função da lei existente, e não da graça pelo Rei outorgada, diferendo esse que justifica que D. Afonso IV tenha enviado, a 27 de Outubro de 1344, uma carta aos seus Ouvidores, através da qual «(...) El Rej uos manda que guardees aos filhos d'algo do seu Senhorio a graça e merçee que lhes fez em rrazom das honrras pella guisa que na carta que lhes desto mandou dar he conthudo posto que nom uyesem a edito (...)»³¹.

Estrutura processual

Citação. O processo inicia-se pela constituição da *carta citatória*, na qual se desdobram as razões que determinam a demanda, e obrigam à comparência dos demandados perante os Ouvidores dos feitos de El Rei: os citados deverão apresentar-se para enumerarem as terras imunes que possuem e as jurisdições que aí exercem, legitimando o seu uso perante as justiças régias.

Citação que se faz quer através de um *Chamamento Geral*, pelo qual são indiscriminadamente apregoados todos aqueles que exercem qualquer tipo de jurisdição em terras do Reino, quer através de um *Chamamento*

³⁰ As mandadas realizar por D. Dinis, no que tange às honras que delas constam e, no que se refere às que nelas não estão inscritas, pelas que D. Afonso IV ordenar, no sentido de confirmar a sua existência desde, pelo menos, 1305.

³¹ *Ordenações Del-Rei...*, cit., p. 535-536.

Particular, dirigido a um só Senhor ou Instituição específica, levado a cabo por Geraldo Esteves, na Comarca da Beira e Além Montes, e por Lourenço Martins Calado, na Comarca de Entre Douro e Minho.

Por este último método são citados vinte e seis Senhores ou Instituições, sem que se consiga perceber muito bem a razão pela qual são objecto deste específico modo de *Chamamento*. Note-se, no entanto, que todas as citações de carácter individual se verificam entre os anos de 1335 e 1337, constituindo mesmo mais de metade do total das citações verificadas nesse espaço de tempo (23 em 45, não contando as três cuja data se apresenta indeterminável, embora não seja crível que estas se enquadrem num arco temporal diferente), e que apenas o Mosteiro de Santa Maria de Pombeiro pode ser integrado num quadro composto, de entre os demandados, pelos senhorios de maior importância territorial e jurisdicional.

Segundo José Eduardo Marques dos Santos, o recurso à citação por édito verificava-se: «a) sempre que a pessoa que havia de ser citada não era certa ou, sendo-o, não fosse certo nem sabido o lugar onde se encontrava; b) quando, sendo certo e sabido o local onde se encontrava, o réu fosse uma pessoa de tal modo poderosa que tivesse por costume tratar mal aqueles que o iam citar pessoalmente; c) ou ainda, não sendo poderoso, isto é, fosse de pequeno estado e condição, morasse em lugar perigoso onde aquele que o havia de citar não pudesse ir em segurança.»³²

A inexistência de um conhecimento cabal de quem exercia efetivamente, no Reino, um qualquer poder jurisdicional, ou então, embora pouco verosimilmente, a eminência do poder exercido, e o carácter *belicoso e irreverente* perante as ordens régias, de determinados Senhores, talvez tivesse imposto o tipo de citação por *édito*.

Resta saber a razão pela qual alguns serão nominalmente citados.

Comparência em Juízo. Após a citação, o Demandado, ou o(s) seu(s) Procurador(es), apresenta(m)-se na audiência dos feitos de El Rei perante um ou dois Ouvidores desse tribunal (nesta fase do processo não era necessária a presença de dois Ouvidores), e desdobra as suas razões, referindo as

³² SANTOS, José – *O Processo Penal Português no Período Medieval*. Porto: Ecopy, 2012, p. 287-288.

terras imunes que possui, bem como os poderes jurisdicionais, e os direitos, que nelas exerce.

Exceções a este procedimento constituem os quatro processos em que intervém o Bispo do Porto, Vasco Martins, nos quais este comparece não perante os Ouvidores mas diretamente perante o Rei, apesar de ter sido citado, por *chamamento geral*, perante aqueles.

Após a descrição do que lhe era pedido na *carta citatória*, o Demandado procede à legitimação do exercício das jurisdições que alegara, legitimação essa que consiste, na esmagadora maioria dos casos (noventa e cinco em cento e dezanove), na mera, e única, assunção do seu exercício '*per tanto tempo que a memoria dos homens nom era en contraijro*', num *procedimento legitimador* que fundamenta o *direito no uso e costume*. O simples facto de se exercerem determinado tipo de jurisdições durante um dado lapso de tempo, torna legítimo esse mesmo exercício, transmutando o facto em direito.

Nos processos em que intervêm como demandados Pero Botelho, Fernão Rodrigues de Besteiros, Pero Martins de Basto, Martim Rodrigues Airó, Vasco Martins Zote, Fernando Afonso, Maria Gonçalves e Leonor Furtado, Beringueira Anes, Fernão Furtado, Mosteiro de Pombeiro, Cabido da Sé de Braga, Rodrigo Eanes de Sandim, Álvaro Peres Gonçalves, Vasco Afonso Martins e Rui Novais verifica-se, nesta fase do desdobramento processual, o recurso, quer isoladamente, quer em conjunção com a *legitimação por exercício 'intemporal'*, à apreciação de prova documental: os Demandados, ou os seus Procuradores, pedem que sejam analisados os róis das inquirições mandadas realizar por D. Dinis, e que se julgue o feito em face do que aí se encontrar inscrito. Esta pretensão é aceite pelo procurador do Rei, o que determina a pronúncia imediata da sentença definitiva logo após a análise dos referidos róis.

Sentenças que, com exceção da referente ao pleito com Pero Martins de Basto, em que lhe é cassada a jurisdição cível, confirmam todos os direitos e poderes judiciais arrazoados pelos Demandados³³. Note-se, no entanto,

³³ O que demonstra, cabalmente, o carácter decisório do *Documento Escrito*. A oralidade, mau grado ser, ainda, o meio fundamental e estruturante de prova, perde prestígio e força vinculativa que, pelo contrário, é assumida, de modo despótico e inquebrantável, pela escrita.

que de entre estes quinze processos apenas em quatro se alega o exercício de um qualquer tipo de jurisdição, em três casos a cível e num a cível e criminal.

Análise dos róis das inquirições dionisinas que, no caso dos quatro pleitos com o Bispo do Porto, é duplicada pela realização de novas inquirições a mando de D. Afonso IV, efectuadas por Afonso Peres de Constantim e Domingos Esteves de Paços, para que *fosse mais certo da verdade*³⁴.

Em três outras demandas, com o Cabido da Igreja de Santiago de Compostela (duas), e com o Mosteiro de São Paio de Antealtares, os Procuradores das citadas Instituições apresentam cartas de privilégio que provam o exercício dos direitos por estes alegados, o que tem, também, como consequência imediata o encerramento do pleito, com pronúncia de sentença a confirmar todas as suas jurisdições e direitos.

Há ainda mais quatro casos, no entanto, em que a demanda termina nesta fase processual: os referentes à Igreja do Cossourado, a Afonso Gomes e Sancha Fernandes, ao Mosteiro de Loivo e à Ordem do Hospital. No primeiro, é o próprio Procurador do Rei a afirmar a existência de prova documental³⁵ que confirma o exposto nas suas razões pelo Demandante, não sendo requerida a sua análise e confirmação, e pondo, deste modo, fim ao pleito; e, nos restantes, aquele desiste simplesmente da querela, sem qualquer justificação adicional.

Petição (ou Libelo). Expostas as razões pelo Demandado, ou pelo(s) seu(s) Procurador(es), o Demandante elaborava a sua petição, pela qual dava forma, e fundamentava, as suas pretensões no tocante à querela em causa.

Neste momento constata-se, invariável e sistematicamente (excepto nos casos em que o pleito já foi dirimido, não havendo, portanto, lugar à produção de petição), a inscrição de uma mesma textualidade argumentativa, através da qual se procura provar que todas as jurisdições devem ser exercidas pelo Rei, na medida em que lhe pertencem por *direito comum*.

³⁴ «E eu pera ser mays certo de quanto tempo auia que a dicta Egreia do portõ estaua en posse dos dictos Coutos e das Jurisdicções que hi tragia (...) mandei hy fazer enquirições (...)» (*Chancelarias...*, cit., Vol. III, p. 112). O que mostra, de modo evidente, a importância do tempo de uso para a legitimidade, ou não, do exercício das jurisdições.

³⁵ As inquirições mandadas realizar por D. Dinis.

Nas três querelas em que intervém Gonçalo Eanes de Briteiros, o Procurador régio faz ainda apelo a uma lei de D. Dinis³⁶, para provar a legitimidade das pretensões do Rei.

Fase que já não se caracteriza, apenas, pelo estabelecimento das *questões de facto*, em que se procura narrar, com toda a veracidade e fidedignidade possíveis, os feitos que estão na base do processo, mas no qual se pretende, também, determinar o direito a aplicar em face dos dados apresentados, e que cada uma das partes por si pode haver. Trata-se, portanto, de *rezoar o feito*, estruturando as alegações, que podem ser «(...) de direito ou de costume ou de foro ou de postura da terra ou de leis del Rey ou doutra hordenaçom boa (...)»³⁷

Defesa. À petição opõe o Demandado a defesa, na qual afirma não ter de abdicar do uso das jurisdições³⁸, na medida em que *as exercia por direito*³⁹, tal como tinha alegado nas razões.

Nesta fase poderia haver réplica e tréplica mas, nos casos em apreço, o Procurador régio limita-se, na quase totalidade dos casos, a *anular* a defesa com um liminar «o nom sabja nem crijja»⁴⁰, através do qual invalidava a palavra dada pelo Demandado, afirmando que não a aceitava como legítima por não acreditar no que, por ele, fora pronunciado.

Artigos de Prova. Apresentadas pelos litigantes as razões que sustentam as posições que assumiram relativamente ao processo passa-se, então,

³⁶ «E giraldo steuez meu procurador por mim dizia que era Julgado per El Rey Don Denis meu padre com ssa Corte que nenhua onrra por onrrada que fosse que nom metesse o senhor dela hy chegador nem Juiz e que entrasse en elas o sseu porteiro e fossem os moradores delas perante o Juiz da terra en cuiu Julgado Jouuessem a ffazer dereito (...)» (*Chancelarias...*, cit., Vol. III, p. 222)

³⁷ *Ordenações Del-Rei...*, cit., p. 332.

³⁸ Só num processo a Defesa se apresenta com uma estrutura discursiva diferente (Mosteiro de Bouro), produzindo-se, neste caso, uma afirmação de *vontade de prova*.

³⁹ Direito este que tem o seu fundamento no uso, numa *prática imemorial*. Trata-se da possibilidade de apropriação das jurisdições por prescrição aquisitiva, já inscrita nas Sete Partidas (Afonso X – *Las Siete Partidas*, *Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez*. Madrid: Boletín Oficial del Estado, 1985, Vol. I, 2ª Partida, Tit. II, Ley XII, p. 8), e para a qual é necessário que a posse se verifique «*per tanto tempo que a memoria dos homens nom era en contrario*» (*Chancelarias...*, cit., Vol. III, p. 202).

⁴⁰ Procedimento de defesa que, não confessando nem negando, antes tentando invalidar o enunciado do Demandado, tinha a sua possibilidade de utilização explicitamente inscrita numa ordenação sem data, mas possivelmente do ano de 1331 ou anterior. (*Ordenações Del-Rei...*, cit., p. 317).

à apresentação dos artigos de prova, quer pelo Demandante, quer pelo Demandado. Nestes, ambos referiam aquilo que consideravam ser os factos em que alicerçavam as suas pretensões, obrigando-se a prová-los⁴¹.

Num processo referente à Aldeia de Santa Marinha, pertença do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, apresenta-se como artigo uma prova documental: uma carta de privilégio de D. Sancho.

Julgados por pertencentes⁴², ou seja, pertinentes ao feito em questão, procedia-se, então, à nomeação dos inquiridores, que iriam proceder à averiguação da veracidade dos artigos alegados, o que era feito por um procedimento oral, questionando as testemunhas nomeadas pelas partes. Os inquiridores eram, também, escolhidos pelos litigantes, constituindo-se dois grupos, ambos compostos por membros indicados pelas duas partes: um averiguava a veracidade dos artigos do Demandado e outro a veracidade dos artigos do Demandante.

⁴¹ Equivoca-se, portanto, José Marques quando afirma que «Normalmente, o procurador do rei, quando não dispunha de elementos para contraditar as provas apresentadas pelos titulares inquiridos, invocava a interrupção do exercício da ou das jurisdições em causa, obrigando, assim, os referidos titulares a aduzirem novas provas. Por vezes, era precisamente nesta fase do processo que o procurador e os ouvidores encontravam elementos para iniciarem um autêntico processo contraditório.» (MARQUES, José – D. Afonso IV e as Jurisdições Senhoriais in AA. VV., – *Actas das II Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval*. Porto: INIC, 1990, Vol. IV, p. 1527-1566, *maxime* IV, p. 1535) Nesta fase não se trata de *contraditar provas*, mas de *apresentar* aquilo que se quer provar. Aliás, que provas haveria a contraditar já que, não havendo prova documental, apenas existiam as afirmações das partes que, aliás, o Procurador do Rei já tinha descartado como irrelevantes, com a frase sacramental: ‘nom sabja nem cria’. Nem se inicia, portanto, um contraditório. Afirmações, apenas; que ficarão à espera de algo que as prove: as inquirições. A invocação de interrupção, por parte do Procurador régio, não significa, também, «a interrupção do exercício da ou das jurisdições» (MARQUES, José – D. Afonso IV..., *cit.*, p. 1535), ou seja, a existência de prescrição aquisitiva por parte do Monarca, mas a afirmação de que os factos que apresentará, e posteriormente provará, terão como consequência a vitória na demanda e, deste modo, determinarão a interrupção do exercício das jurisdições em causa pelo demandado. Interpretação corroborada pela justificação da sentença dada no pleito entre o Rei e o Mosteiro de Santo Tirso de Riba de Ave, a propósito da Honra de Guimarei: «Os meus Ouuidores. vistas as dictas Enquirições e Abertas e pobricadas acharom que o dicto Momsteiro prouaua que metia chegador na dicta honrra des. Sasséenta Anos áa cá. ssaluo des quatro Anos que Auja que entrauam hj os meus porteiros a ffazer as penhoras e entregas e assy o Julgarem per Sentença.» (*Chancelarias...*, *cit.*, Vol. II, p. 94).

⁴² Só num caso, referente ao pleito com o Mosteiro de São Salvador da Torre, os artigos são considerados como não pertencentes, a pedido do Procurador do Rei.

Abertura das Inquirições. Após as testemunhas apresentadas por cada uma das partes, a provarem os artigos alegados, terem sido inquiridas no local onde os eventos relacionados com o processo tinham ocorrido, os testemunhos eram passados a escrito pelo tabelião e enviadas para a audiência dos feitos de el Rei, onde o pleito estava a ser julgado. Procedia-se, então, à sua abertura e análise por parte dos dois Ouvidores⁴³.

Por vezes aproveitava-se, ainda, esta ocasião para a apresentação de prova documental a juntar às Inquirições⁴⁴, como sucedeu em seis casos, três relativos a pleitos envolvendo o Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra (carta de privilégio de D. Sancho II, o que leva o Procurador do Rei a desistir da demanda relativa à jurisdição cível e restantes direitos alegados, mantendo a concernente a crime de morte – Aldeias na zona de Seia; carta de privilégio de D. Sancho I, o que leva o Procurador do Rei a desistir da demanda relativa à jurisdição cível e restantes direitos alegados, mantendo a concernente a crime de morte – Aldeias não especificadas; carta de privilégio de D. Afonso Henriques, o que leva o Procurador do Rei a desistir da demanda – Couto de São João do Monte), um referente ao processo implicando o Alcaide da Lourinhã, Rui Vasques (carta de D. Dinis), outra o Mosteiro de Pedroso (carta de privilégio), e um relativo ao processo contra Lourenço Vicente (cartas de privilégio).

Em três ocasiões é pedido pelos Procuradores que sejam analisadas as inquirições mandadas fazer por D. Dinis. Uma a pedido do Procurador do Demandado, que solicita que a sentença seja pronunciada em função das jurisdições aí provadas (Honras de Sequeiros e da Quintã do Outeiro, pertença de João Coelho), e outra a pedido do Procurador do Rei, que afirma

⁴³ Nesta fase do processo era obrigatória a presença dos dois Ouvidores, a menos que houvesse concordância de ambas as partes para que só um estivesse presente.

⁴⁴ O que contrariava o disposto na estrutura processual do direito romano-canónico. No entanto, D. Afonso IV, num procedimento de flexibilização da *orgânica processual* constrangente que caracterizava este tipo de processo, e alicerçado na ideia da *justa realização do direito*, segundo a qual ninguém deveria ganhar ou perder um pleito por questões processuais, determina que «E esto se deue fazer sem embargo nuhum de processo que per el nom seja nhua das partes enbargado de poeer sãs Razoões cada que as poder poeer ajnda que ante pasasse excepções contrairas per quallquer maneira que o fossem ou posesse algua dillatoria depois da demanda contestada. mais que todas sas Razoões sem embargo nuhum possa poer ataa a sentença definitiua Ca mjnha emtençom he de nom seer nhua das partes enganada por processo.» (*Ordenações Del-Rei...*, cit., p. 322).

desistir da demanda se tal se verificasse (Couto de Brandara, pertença de D. Chama Martins e D. Alda Martins).

Constata-se, ainda, que no decorrer de cinco processos (Mosteiro de Santa Maria de Miranda; Rui Vasques de Azevedo; Mosteiro de Cavaleiros; Mosteiro de Santa Cruz de Riba Douro; Elvira Mendes) o demandado, ou o seu Procurador por ele, não comparecem à abertura das inquirições, pelo que são julgados à revelia⁴⁵, excepto no processo relativo ao couto de Miranda, do Mosteiro de Santa Maria de Miranda, em que o Procurador do Mosteiro comparece tardiamente, mas ainda a tempo, na audiência, pedindo para que lhe seja anulada a revelia, e solicitando mais tempo para apresentar as inquirições, o que é aceite pelos Ouvidores⁴⁶.

Nos pleitos relativos ao Mosteiro de Sanfins de Friestas, ao Mosteiro de Santa Maria de Moreruella⁴⁷ e ao Mosteiro do Bouro⁴⁸, os Procuradores não apresentam as inquirições, e em quatro pleitos (Mosteiro de Almoster; Mosteiro de Refóios de Riba de Lima⁴⁹; Mosteiro de Roncesvales) os Procuradores afirmam, nesta fase do processo, já não representarem a parte (neste caso o Demandado).

Sentença Interlocutória. Analisadas as inquirições, e outras possíveis provas apresentadas, os Ouvidores pronunciavam uma sentença oral.

Embargo. A sentença interlocutória era passiva da interposição de embargo suspensivo pela parte vencida, apresentando para tal um qualquer fundamento que a prejudicasse, o que acontece por dezoito vezes, sendo quatro embargos interpostos pelo Procurador do Rei, e catorze pelos Demandados, embora só num caso tenha sido considerado procedente, conduzindo à reformulação da sentença⁵⁰.

⁴⁵ Aplicando-se o disposto numa lei de D. Afonso III, segundo a qual a parte ausente era esperada durante três dias, findos os quais se dava seguimento ao processo, sendo o faltoso julgado à revelia. (*Ordenações Del-Rei...*, cit., p. 97-98).

⁴⁶ Beneficiando, certamente, da possibilidade aberta pela citada lei de D. Afonso III que permitia que a parte em falta fosse ouvida se, embora decorridos os três dias, a carta de desembargo ainda não tivesse sido passada pela chancelaria.

⁴⁷ Aldeias de Montesinhos e de Quintanilha.

⁴⁸ Aldeias de Santa Comba, Benlhevai, Macedo do Mato, Valbom e Vilar do Monte.

⁴⁹ Couto de Refóios e Couto do Mosteiro de Refóios.

⁵⁰ Processo relativo ao Couto do Mosteiro de Refóios, pertença do Mosteiro de Refóios de Riba de Lima.

Sentença Definitiva. A sentença definitiva era lavrada pelos dois Ouvidores, que tinham de pronunciar-se no mesmo sentido. Caso divergissem relativamente à sentença, o que se verifica no pleito envolvendo o Couto de Tarouca, pertença do Mosteiro de São João de Tarouca, tinham de reunir-se em relação os quatro Ouvidores e os dois Sobrejuízes, sendo a sentença final tomada por maioria simples, conforme disposto em lei de D. Afonso IV⁵¹.

Em caso de empate, o processo era enviado para ser decidido pelo Monarca.

Recurso. Não sendo as sentenças pronunciadas pelos dois Ouvidores passíveis de recurso de apelação⁵² era, no entanto, sempre possível dirigir ao rei um recurso de suplicação, recurso esse cuja possibilidade de interposição não decorria do exercício de um qualquer direito próprio, mas da *suplicação* endereçada à *graça* do Monarca.

Recurso de suplicação que vai ser interposto por quatro vezes, todas na década de quarenta, pelos Mosteiros de Sanfins de Friestas (Couto de Sanfins e Couto de Lusio) e de Vairão (Couto do Mosteiro de Vairão), e em duas ocasiões por Gonçalo Eanes de Briteiros (Honra de Moções; Honra de Celarelhos, Honra de Andrães e Honra de Justes).

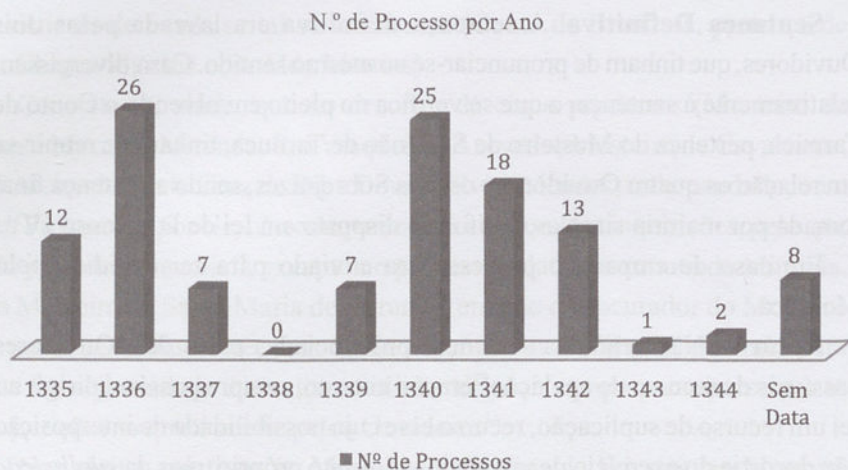
Dos resultados do Processo

A distribuição anual dos processos denota uma sua maior concentração nos anos de 1336 e de 1340, quase desaparecendo entre estas duas datas, e decaindo de frequência, de modo contínuo e regular, a partir desta última.

Sendo o elevado número de processos dirimidos em 1336 explicitável por se estar em data próxima à do início do *Chamamento Geral* (ainda assim dois a três anos depois do édito que o iniciou, o que mostra as dificuldades inerentes à sua concretização e, porventura, o lento e prolongado desenrolar dos pleitos), a sua quase inexistência nos anos de 1337, 1338 e 1339 também se compreende facilmente, se tivermos em conta que a guerra com Castela terá, necessariamente, feito concentrar os propósitos régios nesse conflito,

⁵¹ *Ordenações Del-Rei...*, cit., p. 325.

⁵² *Ordenações Del-Rei...*, cit., p. 324.



deixando para segundo plano a sua *luta jurisdicional*, por maioria de razão quando esta implicaria a emergência de diferendos fraturantes com aqueles que eram imprescindíveis à sustentação de tal empreendimento bélico.

Passado o conflito seria, então, possível retomar a tentativa de concretização dos objectivos que tinham ditado a promulgação do citado Édito, circunstâncias essas que explicariam o exponencial aumento de processos despachados no ano de 1340.

Tendo em conta o elevado número de pleitos sentenciados neste ano, parece improcedente a conjectura de José Marques⁵³, que atribui importância decisiva, no desenrolar do *Chamamento Geral*, ao êxito obtido na Batalha do Salado.

Menos compreensível é o reduzidíssimo número de sentenças pronunciadas no ano de 1344, numa altura em que a Nobreza, em troca da sua comparência a juízo, procurava obter do Monarca condições mais vantajosas relativamente à determinação do direito de exercício das jurisdições que reclamava como suas.

Jurisdições, cível e ou crime, cujo uso era reclamado pelos Senhores em 84% das terras imunes que foram a julgamento, o que mostra que, embora o exercício de jurisdição cível e ou crime não fosse correlativo à posse de

⁵³ MARQUES, José – D. Afonso IV..., *cit.*

uma Honra ou Couto, essa correlação se verificava na maior parte dos casos, principalmente no que se refere ao direito cível, cujo exercício nas suas terras era afirmado, também, em 84% das situações, enquanto que no que se refere à jurisdição criminal o mesmo só acontecia num número muito residual de alegações: 36%.

A afirmação do Rei como Juiz, e do poder régio como um poder que assenta, primordialmente, no dever de julgar, como forma de manter a paz no Reino e, deste modo, contribuir para a concretização do bem comum, um dos deveres maiores que o *ofício régio* lhe impunha, pode permitir aventar a hipótese de que os Reis portugueses tenham, desde muito cedo, assumido para si próprios, e em quase exclusividade, o direito de julgar os feitos criminais, o que explicaria a pouca relevância numérica da jurisdição criminal no cômputo dos poderes exercidos pelos senhores, na medida em que são, precisamente, os feitos crime aqueles que mais colocam em perigo a ordem e concordância que devem pautar a vida da comunidade, razão pela qual alguns deles serão mesmo declarados *crimes públicos*, podendo a querela iniciar-se, por inquirição devassa, sem qualquer queixa apresentada pela vítima.

Sendo os ilícitos criminais aqueles que de forma mais pregnante põem em causa a manutenção do bem comum e da paz na globalidade do Reino, na medida em que não só atentam contra os direitos fundamentais daqueles que nele habitam, como perturbam, e podem chegar a dissolver, a ordem que deve existir, e perdurar, no todo social, podem ser considerados como relevando de *direito de carácter público* e, portanto, dependente, de um modo essencial, do supremo poder do Reino. Já os ilícitos civis, por sua vez, estão mais ligados aos interesses particulares dos indivíduos tomados isoladamente, não pondo em causa, de um modo determinante, a coesão e ordenação da comunidade, e relevando do *direito privado*.

Percebe-se, portanto, que os Reis, no exercício do seu poder jurisdicional, e enquanto *mantenedores* da paz e aplicadores do direito, comesçassem por tentar assumir na sua plenitude o julgamento dos casos de *direito público*, abdicando da mesma plenitude no que se refere aos casos de direito privado, permitindo, deste modo, que os Senhores o exercessem mais intensamente.

A *diferença de intensidade* verificada entre a proclamação do exercício dos poderes judiciais de tipo cível e criminal, por parte das Instituições

demandadas, pode, assim, ser pensada em função de uma estratégia régia de afirmação daquilo que era considerado como o fundamento essencial do seu poder, ao mesmo tempo que contribuía para a consolidação de uma determinada teoria do poder régio, cujos contornos foram anteriormente delineados⁵⁴.

Não se pode, no entanto, dizer que a vitória do Monarca tenha sido absoluta e avassaladora, na medida em que ganha totalmente apenas 42% dos processos instaurados. Nem outra coisa, aliás, deveria estar na mente de D. Afonso IV. Não se tratava, certamente, de afrontar directa e abertamente o poder senhorial, privando os Senhores de todas as suas prerrogativas, mas de tentar contê-lo dentro de limites razoáveis, impedindo que ele alastrasse, e afirmando, no mesmo movimento, a absoluta superioridade do poder real, enquanto possuidor fundacional de todo o poderio no Reino, que os outros apenas usariam em função de uma mercê régia, num desdobramento teórico alicerçado nos princípios decorrentes da imposição, e expansão, do direito romano, enquanto *interpretado* por glosadores e comentadores⁵⁵.

Devido a esse desejo de não afrontar aberta e declaradamente a ordem Senhorial, por um lado e, por outro, para manifestar a justiça no exercício do poder, a que o seu ofício o obrigava, não seria lícito, à partida, pensar na hipótese de uma manipulação declarada dos processos, por parte das justiças régias. Os próprios resultados do empreendimento o parecem confirmar. Mas, mais decisivo ainda quanto a esta questão, é a forma como decorreram os processos judiciais, a partir da análise dos quais se torna manifesto que as sentenças terão sido dadas em função dos factos provados.

⁵⁴ Rei-Juiz, detentor de um *poder fundacional*, condição de legitimidade de todos os outros poderes exercidos no Reino.

⁵⁵ Fica-se por esta breve expressão, na medida em que não cabe aqui uma análise dos modos de *aplicação* do direito romano, cujas modalidades de desdobramento são determinadas por uma estrutura anfibológica e por um elevado grau de complexidade, mas que não pode, de modo algum, ser analisada em termos de *influência*, pois mais que *ponto de partida* ele se configura enquanto *ponto de chegada*, *dispositivo legitimatório*. Como afirma Paolo Grossi «Gli uomini del diritto comune sono soltanto formalmente dei romanisti, mentre il testo romano è ben spesso solo la copertura autoritativa (...) di una costruzione giuridica che si sviluppa autonoma e che trova la propria fonte sostanziale (...) nella incandescenza dei novissimi fatti economici e social della civiltà medievale.» GROSSI, Paolo – *L'Ordine...*, cit., p. 11.

O rei parece, portanto, ter sabido manter-se fiel ao exercício ponderado da justiça. O que não invalida que o panorama jurisdicional do Reino se tenha visto substancialmente alterado após todo este processo iniciado com o Édito de 1333/1334. Alteração visível na passagem do número de Coutos e Honras, em que os Senhores exerciam um qualquer tipo de poder jurisdicional, de 84% para 44% do total das terras imunes que foram sujeitas a pleito, modificação particularmente significativa no que concerne à possibilidade de julgar feitos crime, que passa de 36% para uns insignificantes 9%.

Verifica-se, assim, que o procedimento levado a cabo por D. Afonso IV implicou, inequivocamente, uma apropriação, por parte do Rei, de poderes que até então lhe escapavam, contribuindo, decerto, para uma afirmação do seu poder, e para uma diminuição do poder dos Senhores.

Embora não constituindo um corte radical com a gestão dos poderes até então vigente no território português, o *Chamamento Geral* protagonizado por D. Afonso IV institui-se como uma afirmação categórica do *carácter outro* do poder do Monarca, relativamente aos restantes poderes em exercício no espaço do Reino, assumindo-se como verdadeiro ato de propaganda da soberania régia, e dando a ver, senão o poder que já detinha, pelo menos o poder que afirmava deter.

De qualquer modo, este processo não teve um mero efeito propagandístico e simbólico, na medida em que conduziu a uma apropriação, pelo Rei, de poderes e direitos exercidos até então pelos Senhores do Reino, mas, acima de tudo, levou à afirmação inequívoca do seu poder. Afirmação que se entrevê no pedido dos Fidalgos para que o Soberano lhes *faça mercê* de poderem continuar a usar das jurisdições e direitos nas suas terras tal como o faziam ao tempo das inquirições mandadas realizar por D. Dinis.

Asserção de absoluta superioridade do poder do Monarca relativamente a todos os outros que, no entanto, não terá impedido o Rei de se manter fiel a uma Justiça que apregoava como sendo o fundamento último do exercício do seu *ministério*, e que, no mesmo movimento, se instituiu como *dispositivo legitimatório* do seu poder.

Deste modo, o que está em causa, mais que uma tentativa de centralização do poder, é a *afirmação* inequívoca do poderio do Monarca, através da materialização de uma adequação pura entre os princípios constituintes do *ofício régio* e a prática efetiva que o Rei vai desdobrando.

Instituições	Terras Imunes	Jurisdições			
		Cível		Crime	
		A	D	A	D
Mosteiro de Tarouquela	Texto ininteligível	X	X	X	-
Mosteiro de Cavaleiros	Couto do Mosteiro de Cavaleiros	X	-	-	-
Mosteiro de S. Martinho do Crasto	Couto de São Martinho do Crasto	X	*	-	-
Mosteiro de Maceira	Couto de Maceira; Couto de Moimenta	X	X	-	-
Mosteiro de Cete	Couto de Cete	X	X	-	-
Mosteiro de Landim	Couto de Landim; Couto de Palmeiró	X	X	-	-
Mosteiro de Bustelo de Sousa	Couto do Mosteiro	X	X	-	-
Mosteiro de Oliveira	Couto de Oliveira	X	X	-	-
Mosteiro de Santa Clara	Couto do Mosteiro	X	X	-	-
Mosteiro de São Pedro de Roriz	Couto de Roriz	X	X	-	-
Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra	Aldeias de Seia; Couto de Arada; Aldeia (ilegível)	X	X	X	X
	Aldeias de Pereiro, Águas de Susã, Anadia; Couto S. João	X	X	-	-
	Aldeias do Lourical, Quiaios, Alhada, Emide, Oliveira; Couto de (ilegível)	X	*	-	-
	Aldeia de Santa Marinha	X	*	X	*
Mosteiro de S. Mart.º de Manhente	Couto de São Martinho de Manhente	X	X	-	-
Mosteiro de Valdreu	Couto de Valdreu	X	X	-	-
Mosteiro de Rio Tinto	Couto de Rio Tinto	X	X	-	-
Mosteiro de S. Salvador de Bravães	Couto do Mosteiro	X	X	-	-
Mosteiro de Santa Maria de Aguiar	Aldeia da Torre de Aguiar	X	-	-	-
Mosteiro de Sta Maria de Monte de Ramo	Granja de Santa Maria de Cidões; Vilar de Peregrinos	X	X	-	-
Mosteiro de Santo Tirso de Riba de Ave	Lugares de Marzebude, Vila Verde e Alcazim; Casais em Coimbra	X	*	-	-
	Couto de S. João da Foz; Couto (ilegível)	X	X	-	-

Legenda: X: Com Jurisdição; -: Sem Jurisdição; *: Sentença ilegível; A: Antes da Sentença; D: Depois da Sentença

Instituições	Terras Imunes	Jurisdições			
		Cível		Crime	
		A	D	A	D
Mosteiro de São Torcato	Couto de São Torcato	X	X	-	-
Mosteiro de S. Salvador do Freixo	Couto do Mosteiro	X	-	-	-
Mosteiro de Fonte Arcada	Couto de Fonte Arcada	X	X	-	-
Mosteiro de Grijó	Coutos do Mosteiro, Brito e Tarouquela	X	X	-	-
Mosteiro de Lorvão	Aldeia de Botão	X	-	-	-
	Coutos de Rio de Asnes, Sabugosa, Treixedo e Midões; Burgo de Lorvão; Vila de Esgueira; Aldeia de Escarpins	X	X	X	-
Mosteiro de Almoester	Couto de (ilegível)	X	-	-	-
Mosteiro de Santa Maria de Pombeiro	Couto de Pombeiro; Aldeias de Lobão, Alijó, Vila Boa, Bolada, Quintela e Arjença; Casais no Souto, Pedrões e Burgueiros	X	X	-	-
	Couto de São Miguel da Pena	X	-	-	-
Mosteiro de S. Simão da Junqueira	Couto de São Simão	X	-	-	-
Mosteiro de Águas Santas	Couto de Águas Santas	X	-	-	-
Mosteiro de Bouro	Couto de Bouro	X	X	-	-
	Aldeias de Santa Comba, Benlhevai, Macedo do Mato, Valbom e Vilar do Monte	X	-	-	-
Mosteiro de Refóios de Riba Lima	Couto do Mosteiro de Refóios	X	X	X	X
	Couto de Refóios	X	-	X	-
Mosteiro de Sta Maria de Antime	Couto da Igreja de Antime	X	-	-	-
Mosteiro de Moreira	Couto de (ilegível)	X	-	-	-
Mosteiro de São João de Tarouca	Coutos de Figueiró, Tarouca, Oliveira e Santiago da Ermida; Aldeia de Cerdeira	X	-	X	-

Legenda: X: Com Jurisdição; -: Sem Jurisdição; *: Sentença ilegível; A: Antes da Sentença; D: Depois da Sentença

Instituições	Terras Imunes	Jurisdições			
		Cível		Crime	
		A	D	A	D
Mosteiro de São Pedro das Águias	Couto de São Pedro das Águias	X	-	X	-
Mosteiro de S. Salvador da Várzea	Couto da Várzea	X	-	X	-
Mosteiro de Vairão	Couto do Mosteiro	X	-	-	-
Mosteiro de São Paulo	Casais da Albergaria de Vicente Cego e de Vila Franca	X	-	-	-
Mosteiro de Santa Maria de Moreruella	Aldeias de Montesinhos e Quintanilha	X	-	X	-
	Aldeias de Ifanes, Constantim, Palaçoulo, Águas Vivas e Angueira	X	-	-	-
Mosteiro de Pedroso	Couto de Solho	X	-	-	-
Mosteiro de S. Salvador da Torre	Coutos de Lanheses, Outeiro e Soutelo	X	-	-	-
Ordem do Hospital	Vilas da Sertã, Crato, Montoito e Oliveira; Castelos de Belver e Algozo	X	X	X	X
Mosteiro de Arganil	Aldeias de Faião e Alvares; Couto de Silvares	X	X	-	-
	Granja de São Domingos	X	-	-	-
Cabido da Igreja de Santiago de Compostela	Coutos de Mouquim e Correlhã	X	X	-	-
Bispo do Porto	Coutos da Régua, Luriz, S. Donato, Sto Tirso de Meinedo, Sta M ^a de Campanhã, Paranhos e S. Pedro da Cova	X	X	-	-
	Couto de Crestuma	X	X	X	-
Cabido da Sé de Braga	Couto de Faiões	X	X	-	-
Igreja de S João de Monte in Colo	Aldeia de Dominguiço	X	X	-	-
Igreja de Ferreira	Couto da Igreja de Ferreira	X	X	-	-
Igreja de São João do Campo	Couto de São João do Campo	X	X	-	-
Bispo e Cabido da Sé de Évora	Lugar de Monte Agraço	X	X	X	-

Legenda: X: Com Jurisdição; -: Sem Jurisdição; *: Sentença ilegível; A: Antes da Sentença; D: Depois da Sentença

Titulares de Jurisdições	Terras Imunes	Jurisdições			
		Cível		Crime	
		A	D	A	D
Vasco Martins de Resende	Couto de Resende	X	X	X	X
Nuno Gonçalves	Vila da Lourinhã	X	X	X	X
Rui Vasques de Azevedo	Couto de Cardelos	X	-	-	-
Afonso Gomes de Oliveira	Coutos de Atães, Vilela e Três Horas	X	X	-	-
D. Teresa	Vila do Conde; Póvoa de Varzim; Julgado de Souto de Rebordões; Alcoentre; Vilas de Parede e Pousadela	X	X	X	X
Elvira Mendes	Aldeia de Freixeda; Quintã e Casal em Donai; 4 Casais em Bornes	X	-	-	-
João Coelho	Honras de Sequeiros e da Quintã do Outeiro	X	-	-	-
Rui Novais	Coutos de Magoeiro, Sanfins de Moreira, Santa Ovaia de Gondar e São João do Campo	X	X	-	-
Pero Martins	Couto de Corveira	X	-	-	-
Vasco Afonso Martins	Julgado de Tábua	X	X	X	X
Gonçalo Eanes de Briteiros	Honras de Quintela, Galegos, Avintes, Briteiros, Gestaçô, Lodares, Valongo de Susão, Paços; Couto de Parada	X	X	X	-
	Andrães, Justes, Vilela, Freixieiro, Ovelha, Amarante, Friúme, Vila Verde de Basto, Cerva, Atães, Oliveira, Cortegaça, Fontão, São Vicenço, Moções, Celarelhos, Arrial, Aldeia de Donelo, Aldeia de Galafura, Cumieira, Cernadelo, Aldeias do Barroso, Soverosa, Silvares, Oliveira, Silveiras, Galegos, Lastassa	X	-	X	-
Rui Pais de Basto	Lugares de Vilar de Ledra e Pousadas; Freg. de Carvalhais	X	-	X	-
Urraca Fernandes de Bragança	Quintãs de Calvelhe, Babe, Terroso e Gimonde	X	-	-	-

Legenda: X: Com Jurisdição; -: Sem Jurisdição; *: Sentença ilegível; A: Antes da Sentença; D: Depois da Sentença

A Baixa de Coimbra em finais da Idade Média: Sociedade e cotidiano nas freguesias de S. Bartolomeu e Santiago

Octávio Cunha Gonçalves Simões Augusto

Mestre em História Medieval pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Colaborador do Centro de História da Sociedade e da Cultura

octavio_cgsa@hotmail.com

Texto recebido em /Text submitted on: 06/05/2013

Texto aprovado em /Text approved on: 10/08/2013

Resumo/Abstract:

O objetivo principal do presente trabalho é proceder a uma abordagem da sociedade e do cotidiano das freguesias medievais de S. Bartolomeu e Santiago, situadas na Baixa de Coimbra, tendo como base um dos capítulos da nossa tese de mestrado. Através de um percurso pelas ruas que compunham tal área, procuramos identificar as atividades económicas que mais se desenvolviam no local, assim como as personagens que ali habitavam, tentando recriar alguns aspectos do cotidiano vivido neste espaço do arrabalde durante a Idade Média. A concretização dos objetivos enunciados foi possível através do cruzamento de diferentes fontes de informação, de entre as quais destacam-se a manuscrita e a cartográfica, que permitiram-nos a recolha de dados e descrições importantes para o entendimento do cotidiano e do contexto socioeconómico.

The main objective of this work is to make an approach on society and daily life of medieval parishes of St. Bartholomew and St. James, located in downtown Coimbra, based on one of the chapters of our master thesis. Looking through the streets that composed this area, we sought to identify the economic activities that developed over the place, as well as the characters who lived there, trying to recreate some aspects of everyday life in this area of the suburbs during the Middle Ages. The achievement of the objectives listed above was made possible through the crossing of different sources of information, specially handwritten and cartographic sources, whereby we collected data and descriptions valuable to the understanding of everyday life and socioeconomic context of downtown Coimbra in the medieval period.

Palavras chave/Keywords:

Coimbra; Sociedade; Cotidiano; S. Bartolomeu; Santiago.

Coimbra; Society; Daily life; S. Bartolomeu; Santiago.

Introdução

Em nossa recentemente concluída tese de mestrado¹, debruçamo-nos sobre os aspectos urbanísticos e socioeconómicos de uma área específica de Coimbra medieval, situada nos arrabaldes – ou seja, no tecido urbano existente fora do perímetro muralhado – e então englobada pela freguesia de S. Bartolomeu e pela extinta freguesia de Santiago, localizadas nas margens do Mondego. Nosso objetivo foi elucidar, através da análise de fontes de natureza variada, as origens da Praça da cidade – atualmente designada de Praça do Comércio – e que ali encontrava-se situada.

Como pudemos averiguar em nossas pesquisas, este espaço urbano surge em finais do séc. XIV – tendo sido documentado pela primeira vez em 1395 – e terá tomado forma, ao que tudo indica, a partir da transferência da feira franca para fora de muralhas, em 1391, passando a realizar-se no local onde atualmente se encontra a Praça². Complementado o processo, o subsequente esforço concelhio de dotar o local de importantes equipamentos urbanos acabará por elevá-la a posição de novo centro cívico e social da cidade, característica plenamente consolidada nos inícios da modernidade³.

¹ AUGUSTO, Octávio – *A Praça de Coimbra e a afirmação da Baixa: origens, evolução urbanística e caracterização social*. Coimbra: dissertação de mestrado em História Medieval apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2012.

² Ao que tudo indica, durante a Idade Média, tanto em Coimbra como em outras cidades do reino, o vocábulo “praça” terá servido, inicialmente, para designar o espaço onde se realizavam atividades comerciais. Para uma análise aprofundada desta relação, veja-se TRINDADE, Luísa – *Urbanismo na composição de Portugal*. Coimbra: tese de doutoramento em História da Arte apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2010, p. 705-719 (edição publicada pela Imprensa da Universidade de Coimbra, 2013, p. 584-595).

³ Será a partir de fins do séc. XIV que começam a aparecer na documentação notícias acerca da instalação – na área circundante à Praça – dos açougues (1398), do pelourinho (1419) e das obras de um novo paço do concelho (1437), que, ao que tudo indica, nunca terá sido concluído. Nos inícios do séc. XVI, instalam-se ali, também, o Hospital Real (1504) e reconstroem-se os açougues, permitindo que, pelo menos desde 1532, a Câmara Municipal se estabeleça definitivamente no topo deste novo edifício. AUGUSTO, Octávio – *A Praça de Coimbra e a afirmação da Baixa...*, cit., p. 122-139. Acerca das características estruturais e funcionais das praças medievais portuguesas, veja-se também ANDRADE, Amélia e ROSSA, Walter (ed.) – *La plaza portuguesa: acerca de una continuidad de estructuras y funciones in La plaza en España e Iberoamérica: El escenario de la ciudad*. Madrid: Museo Municipal de Madrid, 1998, p. 99-109.

Este foco da municipalidade coimbrã no Arrabalde – e especialmente na área próxima ao Mondego – resulta, por sua vez, de um outro importante processo, este mais gradual e desfasado no tempo: o da própria transferência da centralidade da área intramuros para fora de muralhas.

Elevada a sede da corte durante os primeiros séculos do reino, Coimbra viveria seu auge durante o período de reconquista, quando, dada a sua estratégica posição em relação à então fronteira entre o território cristão e o muçulmano, se estabelece como importante centro político, económico e militar. Em razão das vicissitudes e incertezas de uma época de intensa atividade bélica, era, naturalmente, a área intramuros – denominada Almedina – que se afigurava como núcleo central da cidade, servindo de polo comercial e reduto da aristocracia e do clero.

O reinado de D. Afonso III, no entanto, anunciaria o ponto de viragem desta tradicional dinâmica socioeconómica coimbrã. A partir da vontade do monarca, a corte mudar-se-á para Lisboa, elevando-se esta a centro urbano mais importante do reino, posição que, durante algum tempo, dividiu com Santarém. Paralelamente, a tomada de Faro, em 1249, concluiu o processo de reconquista, garantindo a posse de toda a região do Algarve e dando início a um longo período de paz no reino. Como consequência, as cidades ganham novo vigor e, paulatinamente, se desmilitarizam, sendo suas estruturas defensivas sufocadas pelos casarios envolventes e, por vezes, apropriadas por particulares. Finalmente, retomam-se as rotas mercantis, o comércio floresce e a economia começa a expandir-se⁴.

A Almedina, neste contexto, perde prestígio. Com o abandono da corte – juntamente com seu séquito – e o consequente despovoamento da Alcáçova, a área intramuros perderá população e apresentará sintomas de relativa decadência, o que, a partir deste ponto, exigirá esforços vários por parte da Coroa – traduzidos, maioritariamente, em concessões e prerrogativas – na tentativa de atenuar a situação. Estas iniciar-se-ão logo com D. Afonso III, que concederá inúmeros privilégios fiscais àqueles que habitarem continuamente dentro da cerca. Neste âmbito de ação destacam-se, também, a transferência do Estudo Geral para Coimbra, em 1308, efetuada

⁴ MATTOSO, José – Mutações in MATTOSO, José (ed.) – *História de Portugal*. Lisboa: Editorial Estampa, 1997, vol. II, p. 210-212.

por D. Dinis⁵, e as significativas concessões outorgadas aos habitantes desta zona por D. Fernando durante a década de 70 do séc. XIV⁶.

Os efeitos, porém, não se farão sentir de forma relevante, e a Almedina desempenhará, pelo restante da Idade Média, um penoso papel coadjuvante no contexto da cidade. Isto porque, com o abandono da corte e a consequente perda de importância da área intramuros, a centralidade acabará por deslocar-se, descendo o morro em que a cidade se desenvolve, trespassando o arco da Almedina e se consolidando, finalmente, na Baixa da cidade.

No período final da reconquista, o Arrabalde já se afigurava como um polo de comércio e produção de alguma relevância⁷, concentrado, sobretudo, na zona junto ao rio Mondego, área já relativamente urbanizada e que contava com a presença das importantes igrejas paroquiais de Santa Justa, Santiago e São Bartolomeu, e de antigos mosteiros. O papel desta zona, no entanto, era ainda meramente acessório, e seria somente com a perda de dinamismo na Almedina que alcançaria o protagonismo do qual gozou durante todo período tardo-medieval⁸.

⁵ Acerca desta primeira transferência da Universidade para Coimbra, veja-se COELHO, Maria Helena da Cruz – Coimbra Trecentista: A cidade e o Estudo. *Biblos – Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra*. 68 (1992) 335-356, e, para documentação relacionada com o seu funcionamento, veja-se VELOSO, Maria Teresa Nobre – *Livro Verde da Universidade de Coimbra: transcrição*. Coimbra: Arquivo da Universidade de Coimbra, 1992.

⁶ Como exemplo, podemos citar os assentos de 1370, Janeiro, 25, Santarém (Instituto Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (Lisboa) (IAN/TT) – Chancelaria de D. Fernando I – Livro 1, fl. 50) e 1372, Outubro, 5, Buarcos (IAN/TT – Chancelaria de D. Fernando I – Livro 1, fl. 113 v.), que resumem-se a privilégios de ordem diversa, destacando-se os de ordem fiscal. Para uma análise mais profunda destas concessões veja-se AUGUSTO, Octávio – *A Praça de Coimbra e a afirmação da Baixa...*, cit., p. 20-28.

⁷ É importante ressaltar que o comércio e a produção, sobretudo artesanal, constituíam as duas atividades com maior preponderância para o desenvolvimento da cidade medieval. LE GOFF, Jacques – *O apogeu da cidade medieval*. São Paulo: Martins Fontes, 1992, p. 62.

⁸ Convém reter que o surgimento, a partir de finais da Idade Média, de um novo foco de centralidade fora de muralhas encontra-se documentado em outras cidades do reino. Um exemplo é o caso de Lisboa, com a proeminência gradual adquirida pela zona da Ribeira. ROSSA, Walter – *DiverCidade: Urbanografia do espaço de Coimbra até ao estabelecimento definitivo da Universidade*. Coimbra: tese de doutoramento em Arquitetura apresentada à Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, 2001, p. 571-572. Também no Porto verificou-se, nos séculos XIV e XV, uma crescente afirmação económica e social da zona ribeirinha, em detrimento da zona alta, representada pelo morro da Sé. RIBEIRO, Maria do Carmo e MELO, Arnaldo Sousa – Influência das atividades económicas na organização da cidade medieval portuguesa in RIBEIRO, Maria do Carmo e MELO,

Desta maneira, e auxiliada também pela sua privilegiada situação geográfica face aos principais acessos à cidade, a Baixa converte-se, finalmente, no principal centro de produção e, principalmente, de comércio da *urbe*, servindo de terreno fértil e florescendo juntamente com a burguesia mercantil, grupo social então em franca ascensão. Em conformidade com este ambiente de prosperidade e vigor económico, a área torna-se foco principal das ações da municipalidade, o que contribuirá para o aparecimento, a partir de finais do séc. XIV, de novos elementos urbanísticos no local, como é o caso da Calçada, importante via calcetada de ligação entre a Portagem e a Porta da Almedina, documentada pela primeira vez em 1392, e a já referida Praça, juntamente com os equipamentos públicos que viriam a rodeá-la.

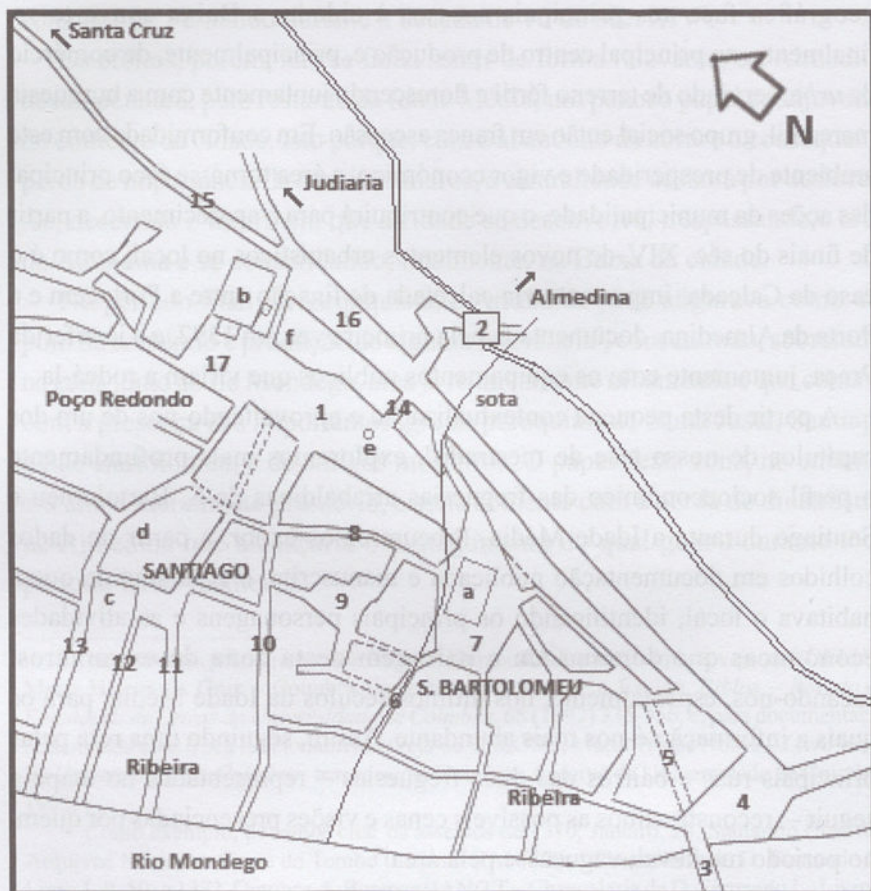
A partir desta pequena contextualização e aproveitando-nos de um dos capítulos de nossa tese de mestrado⁹, exploremos mais profundamente o perfil socioeconómico das freguesias arrabaldinas de S. Bartolomeu e Santiago durante a Idade Média. Procuraremos expor, a partir de dados colhidos em documentação publicada e manuscrita, o cotidiano de quem habitava o local, identificando os principais personagens e as atividades económicas que dominariam a paisagem desta zona de extramuros, focando-nos, especialmente, nos últimos séculos da Idade Média, para os quais a informação é-nos mais abundante. Assim, seguindo uma rota pelas principais ruas e bairros das ditas freguesias – representadas no mapa a seguir –, reconstituamos as possíveis cenas e visões presenciadas por quem, no período medieval, vagueasse pela área¹⁰.

Arnaldo Sousa (eds.) – *Evolução da paisagem urbana: sociedade e economia*. Braga: CITCEM, 2012, p. 159.

⁹ “Caracterização social” in AUGUSTO, Octávio – *A Praça de Coimbra e a afirmação da Baixa...*, cit., p. 140-156.

¹⁰ Convém reter que, muito embora a judiaria medieval situada nas imediações da Rua Corpo de Deus estivesse, na Idade Média, dentro dos limites da freguesia de Santiago, não incluímos em nossa análise a comunidade judaica ali residente, em razão de suas características peculiares, merecedoras de um estudo a parte. Para tal, veja-se, de GOMES, Saul António – *A comunidade judaica de Coimbra medieval*. Coimbra: Inatel, 2003, e, do mesmo autor, Ser-se judeu na Coimbra medieval in *Minorias étnicas e religiosas em Portugal: história e actividade: Actas do Curso de Inverno*. Coimbra: 2003, p. 61-82.

Coimbra Medieval: Ruas e equipamentos urbanos



Legenda: 1 – Praça, 2 – Porta da Almedina e traçado aproximado da muralha, 3 – Ponte Afonsina sobre o Mondego, 4 – Largo da Portagem, 5 – Traçado presumido da Rua da Ponte, 6 – Rua da Sota, 7 – Adro de S. Bartolomeu, 8 – Rua dos Prazeres, 9 – Romal, 10 – Rua de S. Gião, 11 – Possível Rua dos Peliteiros, 12 – Rua Olho do Lobo, 13 – Rua dos Tanoeiros, 14 – Escada, 15 – Rua de Coruche, 16 – Calçada (Rua dos Francos), 17 – Adro de Santiago. a – Igreja de S. Bartolomeu, b – Igreja de Santiago, c – Hospital de Santa Maria de S. Bartolomeu, d – Casas do prior do Hospital e Marechal do Rei, e – Pelourinho, f – Açougues¹¹.

¹¹ Mapa adaptado do presente em AUGUSTO, Octávio – *A Praça de Coimbra e a afirmação da Baixa...*, Anexo I, p. 170-176, elaborado a partir do *Mappa Topografico Da Cidade de Coimbra Com a Divizão Das Antigas Freguezias* (finais do século XVIII), Instituto Geográfico Português, Inv. n.º CA 391.

Freguesias de S. Bartolomeu e Santiago: sociedade e cotidiano

Quem chegava a Coimbra, vindo do sul, era obrigado a traspasar a sólida ponte de pedra sobre o Mondego, obra dos tempos de D. Afonso Henriques¹² e que se constituía como a principal via de travessia do rio. Ainda na sua margem esquerda, uma observação descomprometida já permitiria a um viajante reconhecer a organização da cidade.

No cume do morro, de desenho imponente, estaria a alcáçova, com o castelo a sua direita e, mais abaixo, uma grande muralha, dotada de altas torres, contornaria a elevação sobre a qual a cidade se erguia, separando a parte alta da parte baixa, esta situada na margem do rio, ladeada por um branco areal. À medida que se atravessava a ponte, um observador mais atento talvez reconhecesse, por entre o casario da Baixa, constituído em sua maioria por casas sobradadas¹³, o topo da igreja de São Bartolomeu, cujo edifício medieval tinha a fachada orientada para sudoeste.

Transpondo a porta da torre na qual a ponte afonsina culminava, chegava-se à Portagem, situada no local onde se encontra o largo homónimo. Ali, exceto em época de feira franca, era necessário pagar por quaisquer mercadorias que se trouxesse de fora da cidade. Em 1422, acompanhando este processo de pesagem e avaliação dos produtos poderia estar João Gonçalves. Tinha sido criado e porteiro “do muito honrrado dom Gil de boa memoria”¹⁴, e residia na Rua de Coruche – atual Rua Visconde da Luz –

¹² Apesar de a *Chronica Gothorum* referir a construção da ponte do rio Mondego por ordem de Afonso Henriques, em 1132, ainda que se tratasse de uma ponte nova, não há grande dúvida sobre a existência de uma anterior ponte romana em Coimbra. ALARCÃO, Jorge de – *Coimbra. A Montagem do Cenário Urbano*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008, p. 145. Para mais informações acerca das pontes que atravessaram o Mondego, veja-se, do mesmo autor, *As Pontes de Coimbra que se afogaram no rio*. Coimbra: Ordem dos Engenheiros, 2012.

¹³ A casa sobradada aparece, indiscutivelmente, como a tipologia mais comumente referida na documentação consultada. Para mais detalhes acerca da habitação corrente nos finais da Idade Média, veja-se TRINDADE, Luisa – *A casa corrente em Coimbra: Dos finais da Idade Média aos inícios da Época Moderna*. Coimbra: Câmara Municipal de Coimbra, 2002, e a coletânea de artigos de CONDE, Manuel Sílvia Alves – *Construir, habitar: A casa medieval*. Braga: CITCEM, 2011.

¹⁴ O bispo D. Gil Alma foi primeiro bispo do Porto, sendo depois transferido para Coimbra, onde já estava em 1407. Parece ter falecido em 1415. ALMEIDA, Fortunato de – *História da Igreja em Portugal*. Porto-Lisboa: ed. Damião Peres, 1967-1971, vol. I, p. 502.

território da antiga freguesia medieval de Santiago, com sua mulher, Maria Gil. Trabalhava, naquele momento, como portageiro, já que, juntamente com outros parceiros, tinha arrendado a portagem da cidade. O negócio, embora certamente rentável, causar-lhe-ia, no entanto, alguns problemas.

Como sabemos através das fontes, seu ofício obrigava-o a viver na arrecadação desta, onde morava durante a maior parte da semana, com exceção do domingo. Estando este edifício dentro dos limites da igreja de S. Bartolomeu, os seus cônegos fizeram uso deste argumento para lhe cobrar dízimas, contrariando o desejo do próprio João Gonçalves. Afinal, como é alegado na documentação, era em sua casa na Rua de Coruche que, juntamente com sua esposa, tinha todos os seus bens móveis, seu celeiro e adega, e onde guardavam seus animais; e era na igreja de Santiago, onde escutavam as missas, ouviam o canto litúrgico e participavam das festas. Como verdadeiros fregueses dela, era a esta que, justamente, queriam dar seu dízimo.

A contenda gerou um processo judicial de foro eclesiástico, que resultaria em uma sentença a favor de Santiago e de João Gonçalves¹⁵. Foi certamente um alívio para o portageiro saber que poderia retribuir devidamente a quem, com aparente atenção, lhe dava apoio espiritual e participava ativamente do seu dia-dia. Para Santiago, porém, seria mais um dos seus inúmeros conflitos com a paróquia vizinha, fruto de um antagonismo que parecia existir já há algum tempo entre estas ricas e prestigiadas colegiadas¹⁶. Prova disso é uma outra contenda, esta de 1349, por motivo do direito à dízima de Domingos Eanes, carpinteiro.

¹⁵ 1422, Outubro, 15, Coimbra (IAN/TT – Colegiada de Santiago de Coimbra, cx. 1, m. 1, n.º 178/71).

¹⁶ Ambas estavam entre as mais ricas da cidade, ficando somente atrás da colegiada de Santa Justa, como fica provado na taxação das igrejas, de 1320. Na ocasião, Santiago contribuiu com 650 libras e S. Bartolomeu com 540, ALMEIDA, Fortunato de – *História da Igreja em Portugal*, cit., vol. IV, p. 122. Ordem idêntica se verifica, também, na ocasião em que o bispo de Coimbra D. Jorge estabelece o quantitativo com que as colegiadas contribuiriam para as obras da cidade, Arquivo Municipal de Coimbra (AMC) – Pergaminhos avulsos n.º 8, publicado em MADAHIL, A. G. Rocha – Pergaminhos do Arquivo Municipal de Coimbra. *Arquivo Coimbrão*. 7 (1943) 300-302. Para uma análise detalhada acerca da Colegiada de S. Bartolomeu durante a Idade Média, veja-se GUARDADO, Maria Cristina Gonçalves – *A colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra em tempos medievais (das origens ao início do séc. XV)*. Coimbra: dissertação de mestrado em História Medieval, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1999.

Na ocasião, este trazia emprazada uma almuinha do Mosteiro de Lorvão, situada “além da ponte”, logo, fora dos limites de qualquer paróquia da cidade¹⁷. Domingos Eanes era freguês de Santiago e, um dia, juntamente com o dizimeiro desta, media o milho para determinar a quantidade que lhe devia entregar quando, subitamente, foram abordados por homens de S. Bartolomeu que, sem explicações, lhes tomaram a dízima violentamente. O incidente gerou, também, uma sentença judicial, decidida a favor de Santiago e sustentada na evocação, por parte do juiz, do longínquo costume local de, caso a herdade não ser de outra igreja nem estar dentro dos limites de alguma paróquia, a dízima dever ser paga à colegiada de que se é freguês¹⁸.

De volta à Portagem, após o pagamento dos devidos direitos, um viajante recém-chegado à cidade certamente optaria, ou seria recomendado, a seguir em direção às freguesias de S. Bartolomeu e Santiago. Em um decreto de D. Fernando, datado de 1377, o rei acatava um pedido do concelho – decerto dando continuidade a um costume já existente – de que as estalagens se localizassem na área destas duas paróquias¹⁹.

Uma rota possível em direção ao centro destas freguesias seria pela Ribeira – denominação medieval da área beira-rio situada na margem esquerda do Mondego – ladeando o famoso Arnado²⁰. Uma visão inevitável para quem por ali passasse seria a dos barcos ali estacionados. Sabemos, por exemplo, que na segunda metade do séc. XIV, os barqueiros Estácio Martins²¹ e André Vicente tinham propriedades nas proximidades, assim

¹⁷ O termo “além da ponte”, na Idade Média, referia-se a margem esquerda do Mondego. Assim nos evidencia um documento onde este mesmo termo é utilizado para localizar uma almuinha que confrontava, a oriente, com o Arnado e com a ponte. 1240, Junho (IAN/TT – Colegiada de S. Cristóvão de Coimbra, cx. 9, m. 2, n.º 22). Encontra-se publicado, assim como todos os documentos provenientes desta colegiada utilizados neste trabalho, em MATOS, João da Cunha – *A Colegiada de S. Cristóvão de Coimbra (sécs. XII e XIII)*. Tomar: trabalho apresentado ao concurso de provas públicas para Professor Coordenador, 1998, vol. II.

¹⁸ 1349, Setembro, 15, Coimbra (IAN/TT – Col. Santiago, cx. 1, m. 5, n.º 60).

¹⁹ “...outorgamos que as stalageens sejam no aravalde a parte de Sam Bertolameu e de Santiago” – 1377, Agosto, 12, Lisboa (IAN/TT – Chancelaria de D. Fernando I, Livro 2, fl. 11 v.).

²⁰ Era assim designado o areal (*arenatum*) que marginava o rio Mondego. “Arnado” ainda hoje serve de designação a uma zona junto ao rio situada dentro da atual freguesia de Santa Cruz, nos arredores da Rua da Sofia.

²¹ 1378, Abril, 23, Coimbra (IAN/TT – Colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra, cx. 2, m. 6, n.º 17). Encontra-se publicado, assim como todos os documentos provenientes desta

como, provavelmente, o pescador Vasco Paiola²². André Vicente, especificamente, recebera de emprazamento um cortinhal na Ribeira ao qual Lourenço Martins, “Desbarbado” de alcunha, tinha renunciado. “*Nom podia manter o dicto cortinhal porque era ja homem velho e pobre*”, alegava²³.

Também próximo ao rio Mondego, abundariam os estabelecimentos mecânicos. Em toda zona da Ribeira e na Rua da Ponte²⁴, temos notícia da existência de lagares de azeite, pelames e alcaçarias, algumas destas últimas pertencentes à confraria dos Sapateiros²⁵. Trabalhos duros e sujos, por vezes exalando cheiros incômodos, estariam situados junto ao Mondego não somente dada a necessidade ocasional do uso da água como força motriz, assim como pela facilidade de escoamento das impurezas geradas por tais atividades. Isto, conjugado com a proximidade à *sota* – canal de esgoto que atravessava a Ribeira de S. Bartolomeu, rumo ao rio, correndo provavelmente em vala aberta – e a natural imundície das ruas medievais resultaria, certamente, em um local desagradável e insalubre.

Tal situação, porém, não impedia que figuras de diversas camadas da população habitassem e fossem proprietários na região limítrofe ao rio. Sabemos que, próximo de uns lagares de azeite na Rua da Ponte, estavam as casas de Afonso Peres, porteiro do bispo²⁶. Confrontando com uma estrutura não identificada designada de *Pedernedo*, situada nesta via, estavam as casas de João de Alpoim²⁷ e, na Rua da Sota, morou Vasco Martins, porteiro do

colegiada utilizados neste artigo, em GUARDADO, Maria Cristina Gonçalves – *A colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra em tempos medievais...*, cit., Vol. II.

²² 1397, Março, 5, Coimbra (IAN/TT – Col. S. Bartolomeu cx. 3, m. 7, nº 7).

²³ 1386, Outubro, 22, Coimbra (IAN/TT – Col. S. Bartolomeu cx. 2, m. 6, nº 28).

²⁴ Em nossa dissertação de mestrado, avançamos a hipótese de tal rua atravessar o atual espaço constituído pelo Largo da Portagem, desenvolvendo-se em linha com o traçado da ponte medieval e culminando na Travessa dos Gatos. AUGUSTO, Octávio – *A Praça de Coimbra e a afirmação da Baixa...*, cit., p. 46-49.

²⁵ 1308, Março, 8, Coimbra (IAN/TT – Col. S. Bartolomeu, cx. 6, m. 14, nº 5). Para maiores detalhes acerca das confrarias medievais portuguesas, veja-se COELHO, Maria Helena da Cruz – *As confrarias medievais portuguesas: espaços de solidariedades na vida e na morte in Cofradías, gremios, solidariedades en la Europa Medieval*, Estella: XIX Semana de Estudios Medievales, 1992, p. 149-183, e GOMES, Saul António – *Notas e documentos sobre as confrarias portuguesas entre o fim da Idade Média e o século XVII: O protagonismo dominicano de Sta. Maria da Vitória. Lusitania Sacra*. 2ª série, 7 (1995) 89-150.

²⁶ 1346 Junho, 13, Coimbra (IAN/TT – Col. S. Bartolomeu, cx. 6, m. 14, nº 13).

²⁷ 1381, Janeiro, 20, Coimbra (IAN/TT – Col. S. Bartolomeu, cx. 2, m. 6, nº 21). João de Alpoim era casado com Maria Domingues, filha de Domingos Antoninho (1389, Janeiro, 12,

concelho²⁸. Por fim, Martim Domingues, senhor do Hospital de Ceira²⁹, e Vasco Garcia, escudeiro, também detinham ali propriedades³⁰.

A Rua da Sota, segundo a hipótese que avançamos em nossa dissertação de mestrado, corresponderia, na Idade Média, à atual Rua dos Esteireiros e, portanto, desembocaria no adro da igreja de S. Bartolomeu³¹. Centro nevralgico da freguesia, aqui também encontrar-se-iam, caminhando por entre as campas que rodeavam o templo, entrando e saindo da igreja, ou simplesmente à porta de suas casas, indivíduos de extratos sociais diversificados. Em finais do séc. XII, temos notícia que ali teria propriedades o moedeiro e alvazil D. Telo³², enquanto que, para o século XIV, chegam-nos testemunhos de clérigos ali residentes, como Gonçalo Peres, prior de Ceira e raçoeiro de S. Bartolomeu³³, assim como homens do rei, caso de Estácio Anes³⁴ e Diogo Peres³⁵.

Porém, a maioria dos que habitavam nas imediações do adro parecem ser mesterais, com a presença de alguns mercadores. Sobre os primeiros,

Coimbra (IAN/TT – Col. S. Bartolomeu, cx. 2, m. 6, nº 31), e provavelmente teria algum parentesco com Geraldo de Alpoim, raçoeiro de S. Bartolomeu em 1369 (1369, Junho, 19, Coimbra (IAN/TT – Col. S. Bartolomeu, cx. 2, m. 6, nº 2b). Sabemos, também, que seriam seus criados Pedro Afonso (1375-1405, Novembro, 30 – Dezembro, 1, Coimbra (IAN/TT – Col. S. Bartolomeu, cx. 3, m. 7, nº 12) e Gonçalo Lourenço, casado com Maria Gil (1396, Novembro, 21, Coimbra, IAN/TT – Col. S. Bartolomeu, cx. 3, m. 7, nº 6). Podemos ainda identificá-lo com o João de Alpoim que aparece nomeado, em 1390, como juiz do rei D. João I (RIBEIRO, João Pedro – *Dissertações chronologicas e criticas sobre a historia e jurisprudência ecclesiastica e civil de Portugal*. Lisboa: Academia Real das Sciencias de Lisboa, 1836, Tomo V, p. 139), e que ainda atuava como sobrejuiz durante o reinado de D. Duarte (FREITAS, Judite A. Gonçalves – *O Portugal Atlântico e o Portugal Mediterrâneo na itinerância régia de meados do século XV (1433-1460)* in *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor José Marques*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006, vol. I, p. 503). Por fim, poderá estar relacionado com Lopo de Alpoim, que em 1468 aparece como membro do concelho municipal (1468, Fevereiro, 7, Coimbra (AMC – Pergaminhos avulsos nº 86).

²⁸ 1391, Fevereiro, 10-20, Coimbra (IAN/TT – Col. S. Bartolomeu, cx. 2, m. 5, nº 36).

²⁹ Filho de Salvador Domingues e casado com Senhorinha Martins. (1391, Fevereiro, 10-20, Coimbra (IAN/TT – Col. S. Bartolomeu, cx. 2, m. 5, nº 36).

³⁰ 1409, Setembro, 8, Coimbra (IAN/TT – Col. S. Bartolomeu, cx. 2, m. 6, nº 20).

³¹ Para a fundamentação de tal proposta, veja-se AUGUSTO, Octávio – *A Praça de Coimbra e a afirmação da Baixa...*, cit., p. 49-50, 58-60, 66-67.

³² 1192, Maio, publicado em GOMES, Saul António – Entre memória e história: os primeiros tempos da Abadia de Santa Maria de Alcobaca (1152-1215). *Revista de História da Sociedade e da Cultura*. 2 (2002) doc. 18.

³³ 1391, Abril, 8, Coimbra (IAN/TT – Col. S. Bartolomeu, cx. 3, m. 7, nº 2).

³⁴ 1369, Junho, 19, Coimbra (IAN/TT – Col. S. Bartolomeu, cx. 2, m. 6, nº 2b).

³⁵ 1396, Novembro, 21, Coimbra (IAN/TT – Col. S. Bartolomeu, cx. 3, m. 7, nº 6).

as fontes falam-nos, para os séculos XIV e XV, sobretudo, em sapateiros, alfaiates e carpinteiros. Encontramos também uma oleira, Maria Peres, que deixou em testamento, à colegiada de S. Bartolomeu, as casas em que morava, situadas no local. Teria criado junto de si uma rapariga, de nome Catarina Carnes, a quem recompensou, juntamente com uma tal Constança, com uma casa em Cabo de Cavaleiros, “*com esta condiçom que a dicta Costança ensigne a tecer a dicta Cathelina Carnes*”³⁶. Por fim, fazendo jus a determinação outorgada por D. Fernando décadas antes, convém citar Gonçalo Seco, “*estalageiro*”, presente como testemunha, em finais de trezentos, em dois atos celebrados na igreja de S. Bartolomeu, indício de que talvez seu estabelecimento ficasse por perto³⁷.

Para quem decidisse rumar a norte, uma opção seria uma estreita rua que nascia no adro, em frente à porta lateral do templo, e que seguia para a freguesia de Santiago. Era a Rua dos Prazeres, atualmente denominada de beco³⁸, e que na Idade Média seria uma longa via pela qual também se tinha acesso ao atual Largo do Romal – então um terreiro de proporções desconhecidas – os dois espaços formando, nos séculos XIV e XV, uma espécie de bairro eclesiástico³⁹. É o que as fontes nos dão a entender, já que são abundantes, para estas datas, os testemunhos sobre clérigos na posse de casas nesta área, pertencentes, na maioria das vezes, ao cabido da igreja de São Bartolomeu.

Era o caso de João Gomes, raçoeiro⁴⁰; João Domingues, capelão⁴¹; Vasco Peres, prioste⁴², e dois priores, Sancho Garcia e Raimundo Beltrães⁴³. Acerca

³⁶ 1370, Outubro, 7 (IAN/TT – Col. S. Bartolomeu, cx. 2, m. 6, nº 3).

³⁷ 1392, Dezembro, 4, Coimbra (IAN/TT – Col. S. Bartolomeu, cx. 3, m. 7, nº 4) e 1396, Novembro 21, Coimbra (IAN/TT – Col. S. Bartolomeu, cx. 3, m. 7, nº 6).

³⁸ Tal topónimo encontra-se documentado desde 1368, sendo, porém, desconhecida sua origem. 1368 Janeiro, 22, Coimbra (IAN/TT – Col. S. Bartolomeu cx. 2, m. 5, nº 36).

³⁹ Para uma análise das feições medievais do Largo do Romal e da Rua dos Prazeres, veja-se AUGUSTO, Octávio – *A Praça de Coimbra e a afirmação da Baixa...*, cit., p. 60-65.

⁴⁰ 1375, Julho, 2, Coimbra (IAN/TT – Col. S. Bartolomeu, cx. 2, m. 6, nº 9).

⁴¹ 1375, Julho, 2, Coimbra (IAN/TT – Col. S. Bartolomeu, cx. 2, m. 6, nº 9).

⁴² 1386, Junho, 3, Coimbra (IAN/TT – Col. S. Bartolomeu, cx. 2, m. 6, nº 26-27).

⁴³ Ambos figuram no instrumento de 1391, Maio, 26, Coimbra (IAN/TT – Col. S. Bartolomeu, cx. 3, m. 7, nº 3). Sancho Garcia foi prior entre, pelo menos, 1348 e 1366, enquanto Raimundo Beltrães aparece exercendo o cargo entre 1369 e 1412. GUARDADO, Maria Cristina Gonçalves, *A colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra em tempos medievais...*, cit., p. 172-173.

deste último, algum tempo após sua morte surge nas fontes, executando seu testamento, o seu filho Diogo Beltrães⁴⁴, fruto de um relacionamento do prior com sua “*servente*”, Maria Anes⁴⁵, e aparentemente um dos muitos exemplos de filhos resultantes do concubinato no seio do clero português medieval.

Era vulgar na Idade Média que padres vivessem, temporária ou permanentemente, com amantes, pelo que a aparição de Diogo Beltrães em uma série de documentos lidando com os assuntos do pai é indício desta relativa normalidade⁴⁶. O problema de sua ilegitimidade, por sua vez, foi resolvido logo em 1400, quando teve seu nascimento legalizado por meio de uma carta de legitimação de D. João I⁴⁷ e, em 1416, ao decidir que se manteria na posse, entre outras propriedades, de uma casa na Rua dos Prazeres, até invocando o fato de a decisão ter sido tomada após um aparentemente custoso acordo entre seus irmãos, “*por partirem dentre si grandes ódios e malquerenças e grandes custas e despesas que se sobr’ello podiam segir e segia e pera ficarem amigos*”, indicando, assim, que talvez não fosse o único fruto da relação. Neste mesmo documento, aparece como raçoeiro de S. Cristóvão, o que comprova-nos, definitivamente, que seguira os passos do pai⁴⁸.

Sua mãe, porém, não teve o mesmo tratamento condescendente por parte dos clérigos de S. Bartolomeu. Não parece ter sido excomungada nem presa, como as leis da época o exigiam, mas, após a morte de Raimundo Beltrães, continuou a utilizar um cortinhal que este tinha de emprazamento, situado no Romal. A situação duraria pouco, e os cônegos logo reclamariam a devolução da propriedade, conseguida após processo judicial, muito embora

⁴⁴ 1412, Julho 4, Coimbra (IAN/TT – Col. S. Bartolomeu, cx. 3, m. 7, n° 24a).

⁴⁵ No documento, Maria Anes é referida como “*servent* (sic) *que foy de Reymond Beltraeez*”. [1412, Fevereiro 25-1415, Maio 22], Coimbra (IAN/TT – Col. S. Bartolomeu, cx. 6, m. 14, n° 23).

⁴⁶ Como nos informa A. H. de Oliveira Marques, só durante o período de 1398 a 1438 contam-se mais de 700 legitimações de filhos oriundos de “clérigos barrigueiros”, sendo a prática do concubinato, a despeito das punições legais previstas para os religiosos infratores, largamente presente desde os mais baixos aos mais altos cargos da hierarquia eclesiástica, MARQUES, A. H. de Oliveira – *A Sociedade Medieval Portuguesa: aspectos de vida quotidiana*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 6ª edição, 2010, p. 157-159.

⁴⁷ 1400, Março, 11, Santarém (IAN/TT – Chancelaria de D. João I, Livro 3, fl. 112 v.). Esta chancelaria encontra-se publicada em *Chancelarias portuguesas: D. João I*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 2004.

⁴⁸ 1416, Maio 21, Coimbra (IAN/TT – Col. S. Bartolomeu, cx. 3, m. 7, n° 34a).

seja mencionado que Maria Anes estaria disposta a apelar para Braga⁴⁹. Não sabemos se tal recurso terá surtido algum efeito⁵⁰.

Ainda acerca do Romal, sabemos que, para além de clérigos, na centúria de trezentos eram proprietários nos seus entornos, também, alfaiates, uma padeira e até mesmo tabeliães, caso de Martim Bravo⁵¹ e Vasco Afonso⁵², bem como o escudeiro Diogo Álvares e João Esteves, escrivão dos contos do rei⁵³.

Ao atravessar o terreiro que constituía o Romal, chegar-se-ia então à Rua de S. Gião, onde a visão mais comum seria, certamente, a de ânforas e tonéis, manuseados e transportados por almocreves como Bartolomeu Martins, ali proprietário⁵⁴. Com efeito, mesmo ainda sem a designação atual de Rua das Azeiteiras, nela podemos identificar, segundo documentação dos séculos XIV e XV, uma primitiva concentração de lagares de azeite, produto que, em finais de trezentos, constituía a principal riqueza de Coimbra⁵⁵. Fernando Afonso, lavrador, e sua esposa, Margarida Domingues, até escambam, em 1375, duas geiras de terra nos campos do Mondego por uma antiga casa térrea – chamada “Estrebaria da Rainha” – naquela via, com a intenção de nela montar um estabelecimento deste tipo⁵⁶.

A própria freguesia de S. Bartolomeu, no seu todo, parece ter sido, no período medieval, uma área de grande importância na produção deste

⁴⁹ [1412, Fevereiro 25-1415, Maio 22], Coimbra (IAN/TT – Col. S. Bartolomeu, cx. 6, m. 14, nº 23).

⁵⁰ Ainda acerca da mancebia, temos notícia, também, de Maria Gonçalves, que aparece referenciada, em documento de 1348, como manceba de um cônego de S. Bartolomeu, cujo nome não se encontra legível no documento. 1348, Dezembro, 28, Coimbra (IAN/TT – Col. S. Bartolomeu, cx. 2, m. 5, nº 19).

⁵¹ 1353, Novembro, 20, Coimbra (Arquivo da Universidade de Coimbra (AUC) – Pergaminhos do Cabido da Sé, Dep. V, 3ª sec., mov. 1, gav. 2, nº 68). Martim Bravo parece ter ocupado, também, a posição de almoxarife, como nos revela um documento acerca de uma transação em qual estava envolvida a sua viúva, Maria Domingues – 1363, Fevereiro, 11, Coimbra (IAN/TT – Col. Santiago, cx. 1, m. 3, nº 608/634).

⁵² 1377, Julho, 7, Coimbra (IAN/TT – Col. S. Bartolomeu cx. 2, m. 6, nº 15).

⁵³ Respectivamente: 1391, Fevereiro, 10-20, Coimbra (IAN/TT – Col. S. Bartolomeu, cx. 2, m. 6, nº 36), e 1400, Janeiro, 10, Coimbra (IAN/TT – Col. S. Bartolomeu cx. 3, m. 7, nº 10).

⁵⁴ 1374, Janeiro, 25, Coimbra (IAN/TT – Col. S. Bartolomeu cx. 2, m. 6, nº 5).

⁵⁵ COELHO, Maria Helena da Cruz – Homens e negócios in COELHO, Maria Helena da Cruz, *Ócio e Negócio*. Coimbra: Inatel, 1998, p. 140.

⁵⁶ 1375, Outubro, 14, Coimbra (IAN/TT – Col. S. Bartolomeu, cx. 2, m. 6, nº 11).

óleo, dada a quantidade de lagareiros que aparecem na documentação⁵⁷, estando tais estabelecimentos, por vezes, na posse de membros ilustres da sociedade. Caso notório é o do nobre Fernando Fernandes Cogominho. Em 1258, juntamente com sua mulher, Joana Dias, e as irmãs desta, Teresa e Mor Dias, vendeu a D. Boa Peres, mãe das ditas donas, os quinhões que possuíam nuns lagares de azeite, situados na dita freguesia⁵⁸, que lhes terão ficado, a elas, de herança após a morte do pai, Vicente Dias⁵⁹.

Confrontando com estes lagares a sul, estava um terreno que havia pertencido a Martim Anes de Aveiro, justamente o mais antigo tabelião público de Coimbra de que se tem notícia, tendo sua existência sido documentada desde pelo menos 1199⁶⁰, e como ocupante daquele cargo desde 1219⁶¹. A história deste tabelião confunde-se, também, com a da própria freguesia, já que ao falecer, em 1227⁶², foi sepultado na igreja de S. Bartolomeu, deixando-lhe bens e nela instituindo uma capela⁶³.

⁵⁷ A título de exemplo, podemos citar uma sentença que obrigou seis lagareiros da freguesia de S. Bartolomeu a pagar a dízima do azeite e da baganha à igreja de S. Bartolomeu. 1335, Maio, 13 (IAN/TT – Col. S. Bartolomeu, cx. 6, m. 14, n° 9).

⁵⁸ 1258, Fevereiro, transcrito em SANTOS, Ana Paula Figueira – *A fundação do Mosteiro de Santa Clara de Coimbra (da instituição por D. Mor Dias à intervenção da Rainha Santa Isabel)*. Coimbra: dissertação de mestrado em História Medieval apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2000, doc. 2.

⁵⁹ D. Mor Dias, à época, encontrava-se recolhida no Mosteiro de S. João das Donas e, em 1283, obteria licença para fundar o Mosteiro de Santa Clara, situado na margem esquerda do Mondego. Sobre o assunto, veja-se SANTOS, Ana Paula Figueira – *A fundação do Mosteiro de Santa Clara de Coimbra...*, cit.. Sua mãe, D. Boa Peres, era neta do chanceler Julião Pais, enquanto seu marido, D. Vicente Dias, foi advogado de Coimbra e sobrejuiz de Afonso III. VENTURA, Leontina – *A Nobreza de Corte de Afonso III*. Coimbra: tese de doutoramento em História da Idade Média apresentada a Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1992, vol. II, p. 654-657.

⁶⁰ 1199 (IAN/TT – Col. S. Cristóvão, cx. 9, m. I, n° 22).

⁶¹ RAMOS, Cláudia Maria Novais Toriz da Silva – *O Mosteiro e a Colegiada de Guimarães (ca. 950-1250)*. Porto: dissertação de mestrado em História Medieval apresentada a Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1991, vol. II, doc. 262.

⁶² DAVID, Pierre e SOARES, Torquato de Sousa (ed.) – *Liber Anniversariorum Ecclesie Cathedralis Colimbriensis* (Livro das Kalendas). Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1947-48, t. II, p. 109.

⁶³ Na visitação feita à igreja de S. Bartolomeu por João Garcia Manrique, arcebispo de Santiago e administrador do bispado de Coimbra, diz-se: “*achamos na dicta eglesia hũa capella a qual estabeleceu Martin d’Aveiro na dicta egreja pera a qual leixou certos beens e fez benfeytorias*”. [1402-1406], Coimbra (IAN/TT – Col. S. Bartolomeu, cx. 1, m. 3, n° 3).

Ainda na Rua de S. Gião, confrontando de um dos lados com a dita “Estrebaria da Rainha”, estava um cortinhal pertencente a Constança Esteves. Era então viúva do almoxarife Afonso Anes⁶⁴, e ambos tinham sido proprietários de umas casas e de outro cortinhal nesta mesma rua, doados, em 1363, à igreja de Santiago, de onde eram fregueses⁶⁵. Em 1397, certamente em idade avançada, redigiu seu testamento, onde expressa o desejo de ser enterrada nesta igreja junto ao marido, já aí sepultado, com a particularidade de, no primeiro dia após sua morte, ser velada na Sé – de onde então era freguesa – já que as casas em que morava eram “*pequenas e estreytas*”⁶⁶.

Não sabemos se a viúva se terá mudado para a paróquia sede após a morte do marido, ou se seria dali originária. É perceptível, no entanto, a relação afetiva com o Arrabalde, local que certamente habitou e onde, segundo indicam as fontes, ainda teria o que lhe restava da família, já que não encontramos em seu testamento indícios de que tivesse filhos ou netos vivos. Assim sendo, Constança Esteves faz questão de deixar cem libras a Catarina Esteves, uma de suas sobrinhas, casada com João Gil, alfaiate, a quem encontramos, em documento de 1373, em posse de casas a par da igreja de S. Bartolomeu, onde possivelmente residiam⁶⁷. A viúva também não esqueceria o sobrinho-neto, João, filho do casal, a quem deixa outras cem libras com destino louvável: “*pera liuros E pera quem ho emsynarem* (sic)”.

À época em que se redigiu o testamento, Constança Esteves vivia na companhia de uma tal Senhorinha, a quem acabou por deixar um olival “*alem da ponte na Varzea e quatro geiras de terra no campo de Mondego*”, estipulando que, à morte desta, tais propriedades fossem transferidas para a Albergaria de Santa Maria de São Bartolomeu, cuja sede se situava

⁶⁴ Afonso Anes, além de almoxarife, atuou também como mercador e vereador de Coimbra, chegando a ser preso por dívidas do almoxarifado. COELHO, Maria Helena da Cruz – Homens e negócios, *cit.*, p. 138.

⁶⁵ 1363, Janeiro, 13, Coimbra (IAN/TT – Col. Santiago, cx. 1, m. 1, n° 286/100).

⁶⁶ 1397, Fevereiro, 26 (AUC – *Tombo velho do Hospital Real*, Dep. IV, 2ª E, Tab. 5, n° 1, fls. 2 v.-6) publicado em GOMES, Saul António – Notas e documentos sobre as confrarias portuguesas..., *cit.*, doc. 3.

⁶⁷ 1373, Maio, 1, Coimbra (IAN/TT – Col. S. Bartolomeu, cx. 2, m. 6, n° 4). Estas confrontam com casas de Vasco Afonso, tabelião, referido em outro documento como antigo possuidor de casas no Romal, indício que talvez ali se localizasse as casas de João Gil. 1377, Julho, 7, Coimbra (IAN/TT – Col. S. Bartolomeu, cx. 2, m. 6, n° 15).

na freguesia de Santiago⁶⁸. Ao lado do edifício onde estava instalada a albergaria, encontravam-se as casas que, no séc. XVI, seriam reformadas para servir de Paços do Conde de Cantanhede, e que correspondem, por certo, às doadas por D. João I, em 1390, ao prior do Hospital e Marechal do Rei, Álvaro Gonçalves Camelo⁶⁹.

Junto da casa que pertenceu a esta personagem, na Idade Média, corriam três ruas: a Rua dos Tanoeiros, atual Adelino Veiga; a Rua Olho do Lobo, atual Rua das Rãs e, provavelmente, a Rua dos Peliteiros, sendo as três paralelas e culminando no Arnado⁷⁰. Como os próprios topónimos nos indicam, por ali estariam concentrados, em finais da Idade Média, os tanoeiros, fabricantes de tonéis – destinados ao armazenamento de diversos produtos, dentre os quais, certamente, o azeite produzido na freguesia vizinha – e os peliteiros, curtidores de peles, especializados na obtenção da pelica, couro fino, de uso nobre⁷¹.

⁶⁸ Tal albergaria e hospital, fundados em 1343 e extintos com a criação do Hospital Real, estavam localizados entre a atual Adelino Veiga e o Beco do Mendonça. Cf. AUGUSTO, Octávio – *A Praça de Coimbra e a afirmação da Baixa...*, cit., p. 71-72 e SARAIVA, Anísio Miguel de Sousa – *A propriedade urbana das confrarias e hospitais de Coimbra nos finais da Idade Média*. *Revista de Ciências Históricas*. Universidade Portucalense. 10 (1995) 160.

⁶⁹ As casas encontram-se descritas, no Tombo Velho do Hospital Real, como as “*cassas que fforam do marichall E ora ssam do comde de cantanhede*”. Veja-se GOMES, Saul António – *Notas e documentos sobre as confrarias portuguesas...*, cit., doc. 3 e nota 10. Álvaro Gonçalves Camelo, que era prior do Crato desde 1384, sucede nas funções de marechal da hoste de D. João I, em 1386, a Álvaro Gonçalves Pereira. Era-o, ainda, em 11 de Setembro de 1396 (CORREIA, Francisco Carvalho – *O Mosteiro de Santo Tirso, de 978 a 1588*, Santo Tirso: Câmara Municipal de Santo Tirso, 2009, p. 268-269, doc. 164). A relação entre tal prior e a coroa seria extremamente conturbada, gerando uma tentativa de exílio em Castela – que lhe valeria a prisão em Évora e depois em Coimbra, de onde se evadiria – e uma bem-sucedida fuga para o reino vizinho, pela qual seria perdoado por D. João I. Não sabemos se terá regressado novamente a terras portuguesas. MORENO, Humberto Baquero – *Contestação e oposição da nobreza portuguesa ao poder político nos finais da Idade Média*. *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*. 2ª série, 4 (1987) 111-112.

⁷⁰ As justificações para as correspondências da Rua dos Tanoeiros e da Rua Olho do Lobo às atuais Rua Adelino Veiga e Rua das Rãs encontra-se em AUGUSTO, Octávio – *A Praça de Coimbra e a afirmação da Baixa...*, cit., respectivamente, p. 73-77, 51-53. Acerca da Rua dos Peliteiros, sua localização exata ainda é desconhecida, muito embora tenhamos avançado a hipótese desta consistir em uma versão mais extensa da atual Rua do Poço, em AUGUSTO, Octávio – *A Praça de Coimbra e a afirmação da Baixa...*, cit., p. 109-122.

⁷¹ Assim como no caso dos lagares, as atividades relacionadas à curtição de pele situavam-se próximas ao rio em razão da poluição por elas acarretada. No caso do Porto, Arnaldo de Sousa Melo informa-nos que os curtumes, embora concentrados na zona alta, situavam-se

Destá forma, não é surpreendente o fato de termos encontrado nas fontes testemunhos abundantes à presença destes profissionais na área, acompanhados de mercadores e, sobretudo, de sapateiros – que certamente se utilizavam do couro ali produzido – e carpinteiros, que poderiam estar envolvidos no fabrico dos tonéis. Para a Rua dos Tanoeiros, convém destacar também que, na primeira metade do séc. XV, era ali proprietário – entre tanoeiros, sapateiros e carneiros – o tabelião João Rodrigues⁷², que fora criado do infante Dom Pedro, tendo sido por pedido deste ao concelho que acedera ao tabelionato, por volta de 1429⁷³.

A Rua dos Peliteiros, sobretudo, havia de ser uma artéria importante. O seu período áureo parece ter sido o século XIII e inícios do século XIV, centúria em que encontramos algumas referências a personalidades ilustres que nela, e em suas cercanias, detinham propriedades. Enumerando-as, citemos Vasco Gil, cónego de Santiago e tabelião público, que ali morou⁷⁴; D. Pascásio Godins, que foi deão de Viseu e de Coimbra⁷⁵; o chantre de

próximo do Rio da Vila, ribeiro que desembocava no Douro. Cf. MELO, Arnaldo Rui Azevedo de Sousa – *Trabalho e Produção em Portugal na Idade Média: O Porto (c. 1320-c. 1425)*. Braga, Paris: tese de doutoramento em História da Idade Média apresentada à Universidade do Minho, École des Hautes Études en Sciences Sociales, 2009, vol. I, p. 227.

⁷² 1431, Abril, 20, Coimbra (AUC – Pergaminhos do Cabido da Sé, Dep. V, 3ª sec., mov. 1, gav. 7, nº 198).

⁷³ SANTOS, Maria José Azevedo – Alguns aspectos do tabelionato em Coimbra (séculos XIV-XV). *Arquivo Coimbrão*. 33-34 (1993) 7, nota 11. Conseguimos atestar sua atividade como tabelião de, pelo menos, 1429 a 1435 (1429, Junho, 10, Coimbra (IAN/TT – Mosteiro de Santa Clara, m. 6, nº 399); 1435, Setembro, 26, Coimbra (IAN/TT – Mosteiro de Celas, m. 12, nº 38)). Em relação a sua família, sabemos somente que era genro de um tal Lopo Álvares (1431, Abril, 20, Coimbra (AUC – Pergaminhos do Cabido da Sé, Dep. V, 3ª sec., mov. 1, gav. 7, nº 198)). Para mais detalhes acerca do tabelionato coimbrão, veja-se GOMES, Saul António – Percepções em torno da história do tabelionato medieval português. *Revista de História da Sociedade e da Cultura*. 5 (2005) 81-100.

⁷⁴ 1267, Junho, 26 (IAN/TT – Col. Santiago, cx. 1, m. 5, nº 308).

⁷⁵ DAVID, Pierre David e SOARES, Torquato de Sousa (ed.) – *Livro das Kalendas*, cit., t. I, p. 173, informa-nos que D. Pascásio era proprietário de casas na rua dos Peliteiros, e um documento de 1245, Setembro, 28 (IAN/TT – Cabido da Sé de Coimbra, 1ª incorp., m. 14, nº 7) refere-se a uma casa na Rua Olho do Lobo (por nós identificada com a Rua das Rãs) e que confrontava a leste com as deste indivíduo. D. Pascásio Godins era filho de Godinho Pais, moedeiro e alvazil da cidade, pertencente aos Godins de Coimbra. Era irmão de Teresa Godins, casada com Lourenço Gonçalves Magro, miles, amo de D. Dinis. Encontra-se sepultado, juntamente com sua irmã, no claustro da Sé de Coimbra. VENTURA, Leontina e GOMES, Saul António – Leiria na crise de 1245-1248. Documentos para uma revisão crítica. *Revista Portuguesa de História*. 28 (1993) 197, nota C8; GOMES, Saul António

Viseu e cónego de Coimbra Lourenço Esteves de Formoselha⁷⁶; Gonçalo Esteves, que havia sido escudeiro de D. Astrigo, raçoeiro da Sé⁷⁷, e Aldonça Anes de Molnes, monja de Lorvão⁷⁸. Próximo das casas habitadas por esta última, estariam outras, pertencentes ao seu irmão, o fidalgo Paio Anes de Molnes⁷⁹. Convém mencionar aqui, também, o alvazil Tomás Martins, que habitou em uma *platea*, na freguesia de Santiago, que poderá corresponder à Rua dos Peliteiros⁸⁰.

Rumando pela Rua dos Tanoeiros em direção à igreja de Santiago, atingir-se-ia, em inícios do séc. XV, a Praça. Devia parecer, nesta época, um grande terreiro de formato ainda um tanto irregular, sendo provável que não se estendesse até ao adro de S. Bartolomeu, como nos dias atuais. A meio desta, em frente a uma pequena escada encrustada no casario, já lá estava o pelourinho e, próximo dali, imediatamente ao lado da igreja de Santiago, os açougues. Em segundo plano, imponente, a muralha e suas torres⁸¹.

– *Reguengo do Fetal. Documentos Históricos*. Fetal: Junta de Freguesia do Reguengo do Fetal, 2012, doc. 16, p. 45-47.

⁷⁶ Filho de Estevão Eanes de Formoselha, cavaleiro e vassalo da casa do infante D. Dinis, e de Sancha Afonso, sobrinha do Chanceler D. Estevão Anes. Lourenço Esteves aparece pela primeira vez na documentação em 1279, tendo vindo a morrer em Coimbra, no ano de 1318, em suas casas na Rua dos Peliteiros. Veja-se MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa e SARAIVA, Anísio Miguel – O chantre de Viseu e cónego de Coimbra Lourenço Esteves de Formoselha: Uma abordagem prosopográfica. *Lusitania Sacra*, 2ª série, 13–14 (2001-2002) 75-137.

⁷⁷ 1333, (?) (IAN/TT – Cabido da Sé de Coimbra, 2ª incorp., m. 77, n° 3193).

⁷⁸ Irmã de Paio Anes de Molnes, era monja de Lorvão em 1279 quando, autorizada pela sua abadessa, nomeou procurador o seu irmão Paio Esteves, para que se procedesse às partilhas dos bens paternos (IAN/TT – Mosteiro de Vairão, m. 4, n° 32). Desconhecemos em que ano saiu de Lorvão, mas o certo é que em 1303 já seria abadessa do mosteiro de Almoester (1303, Março, 30 (IAN/TT – Cabido da Sé de Coimbra, 2ª incorp., m. 88, n° 4143 e 4201).

⁷⁹ Irmão de Aldonça Anes, dita Molnes, é documentado pela primeira vez em 1272. Casou, antes de 1276, com Maria Martins, filha de Martim Anes, copeiro de D. Afonso III, e com a qual teve nove filhos. Sua esposa falece em 1288, tendo ele casado em segundas núpcias com Beatriz Pires Pereira, com quem teve apenas um filho. Faleceu antes de 1292. Foi proprietário de diversos bens na Terra do Vouga e, sobretudo, na Terra de Faria. Cf. PIZARRO, José Augusto de Sotto Mayor – *Linhagens medievais portuguesas: genealogias e estratégias, 1279-1325*. Porto: Centro de Estudos de Genealogia, Heráldica e História da Família da Universidade Moderna, 1999, vol. II, p. 1011-1012.

⁸⁰ 1291, Julho, 25, Coimbra (IAN/TT – Col. Santiago, cx. 1, m. 1, n° 545). Aparece como alvazil de Coimbra em 1265, Fevereiro, 18, Lisboa (IAN/TT – Mosteiro de Santa Cruz, m. 20, n° 27).

⁸¹ Para uma análise detalhada da evolução urbanística da Praça de Coimbra durante a Idade Média, veja-se AUGUSTO, Octávio – *A Praça de Coimbra e a afirmação da Baixa...*,

Nos quarteirões à volta da Praça estariam em curso, provavelmente, demolições e novas edificações, no âmbito do processo de reorganização do espaço que lhe deu a configuração atual. Das que já ali estavam, algumas seriam dotadas de alpendres, como ao que renunciou, em 1455, Afonso Martins, que fora criado do infante D. Pedro, alegando ser “*homem prove (sic) e meesteiroso*”. Tal alpendre confrontava com casas do barbeiro Álvaro Fernandes e outras que haviam pertencido a Martim Afonso, também barbeiro e, à época, já falecido⁸².

A pequena concentração destes profissionais no local é entendível. Afinal, a Praça, em meados de quatrocentos, já seria um lugar relativamente central. Ademais, lembremos que os barbeiros, além de apararem a barba e o cabelo, tinham outras atribuições, dentre as quais pequenas intervenções médicas, como era o caso das sangrias. Seu local de trabalho afigurava-se, também, como um espaço de convívio masculino. No século XIV, o severo clérigo castelhano Martín Perez, por exemplo, via grande perigo no ajuntamento de homens no barbeiro, assim como, em contraponto, na concentração de mulheres nas casas de fiandeiras⁸³.

Em dias comuns, o movimento na Praça não seria muito diferente do resto dos arruamentos. Transeuntes, tendas, algumas vendedeiras, carros de bois, crianças correndo ou pombas ciscando – alimentando-se, talvez, do que havia sido deixado da última feira semanal – seriam visões comuns. Esta relativa tranquilidade, porém, não devia equiparar-se ao bulício que a Praça experienciava em tempos de feira franca.

Durante os reinados de D. Fernando e D. João I, esta ocorria de 15 de Setembro a 15 de Outubro. Coincidia com o S. Miguel de Setembro, época de colheitas e de pagamento de rendas, e a ela acorria gente de todo o termo, para comprar e para vender, constituindo-se no verdadeiro encontro entre o campo e a cidade.

Tais características faziam da feira, portanto, um vivo e colorido retrato da sociedade medieval. Era ali que o abastado burguês citadino exibia suas

cit., p. 109-139. Acerca da praça medieval portuguesa, veja-se também TRINDADE, Luísa – *Urbanismo na composição de Portugal*, *cit.*, p. 705-719.

⁸² 1455, Março, 26 (AMC – Pergaminhos avulsos nº 74).

⁸³ MATTOSO, José – O corpo, a saúde e a doença in MATTOSO, José (ed.) – *História da Vida Privada em Portugal – A Idade Média*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2010, p. 353.

roupas adornadas e sua bolsa cheia de moedas, procurando pelo melhor sapato, o melhor tecido ou, talvez, alguma joia. Impressionava, com toda a certeza, o lavrador que, vindo de uma localidade recôndita nos confins do termo coimbrão, aproveitara as isenções fiscais próprias do evento para montar uma banca e vender o produto de suas colheitas a fim de obter algum lucro, que talvez fosse gasto por ali mesmo, em um novo utensílio doméstico ou peça de roupa para sua família. À sua banca, acorria, entre muitos outros, o mesteiral local, com o intuito de abastecer-se do que era necessário para as suas atividades e, no processo, surpreender-se ao passar por estrangeiros a balbuciarem uma língua estranha, vendendo panos exóticos ou outros produtos vindos de fora do reino. Tudo isto, claro, vigiado pelos oficiais do concelho, dispostos a manter a ordem e que tinham no pelourinho, situado bem ao centro da praça, tanto um instrumento de punição como um elemento representativo do poder municipal⁸⁴.

Por fim, em frente a porta da igreja Santiago, alguns cónegos reúnem-se no alto de sua escadaria, juntamente com um casal. A meio deles, sentava-se um tabelião, rabiscando um grande livro. Era algum emprazamento a tomar forma. Foi este o caso, por exemplo, de Diogo Lourenço e Catarina Anes que, em 5 de Outubro de 1437, em plena feira, receberam de emprazamento, do Mosteiro de São Jorge, um casal e herdade em Santa Luzia, termo de Coimbra, tendo o contrato sido celebrado “*ante a porta principal da igreja de San Tiago*”⁸⁵.

A ocasião, porém, não seria só para negócios. Era, também, a oportunidade de rever os amigos, quem sabe fazer outros novos, atualizar-se acerca das novidades e comentar os assuntos do reino, da cidade, da família, e, até mesmo, da vida alheia. Do que falavam exatamente? Não sabemos, mas podemos supor. Muito provavelmente, um assunto corrente na feira de 1395 seria, por exemplo, o do divórcio entre Afonso Fernandes e

⁸⁴ Acerca da feira de Coimbra, veja-se também COELHO, Maria Helena da Cruz – A feira de Coimbra no contexto das feiras medievais portuguesas in COELHO, Maria Helena da Cruz (ed.) – *Ócio e Negócio*, cit., p. 1-45.

⁸⁵ 1437, Outubro, 5, Coimbra (AUC – Mosteiro de São Jorge, Dep. V – 3ª sec. – mov. 11 – nº 59).

Catarina Martins⁸⁶. Ele, dito *da Cordeirã*, fora escrivão do almoxarifado⁸⁷, e ela, filha de Martim Lourenço, conhecido por *Malha* e que sabemos ter sido almoxarife de Coimbra entre 1361 e 1367⁸⁸. Foram casados por dez anos e eram, certamente, conhecidos dos moradores da zona da Praça, pois tinham uma casa na Rua dos Peliteiros e um cortinhal em Poço Redondo, localidade próxima⁸⁹.

Não sabemos o que terá causado o divórcio e, muito menos, de quem teria partido a iniciativa, se de um dos cônjuges ou se, em uma hipótese menos provável, da Igreja⁹⁰. Teria o ex-escrivão abandonado a esposa? Era um dos motivos que levariam a tal fim. Se assim o fosse, dar-nos-ia razões para interpretar as quinhentas libras que uma tal Catarina Beata “avia de dar ao dicto Affonso Fernandez do corregimento de pallavras que dissera do dicto Affonso Fernandez” – referidas no instrumento de partilha de bens do casal – como o possível resultado de uma pouco respeitosa observação em relação ao caso. De qualquer modo, a situação era rara e, tratando-se de personagens de alguma visibilidade, certamente terá gerado comentários.

Nesta mesma época, outro tópico que deveria estar entre os discutidos pelos habitantes da cidade seria o da insegurança durante a noite. O povo, este, já apontava culpados: os homens responsáveis pela guarda noturna. Aparentemente, o alcaide-mor, ao invés de utilizar, para este fim, funcionários conhecidos, “*escriptos nos livros*”, valia-se do serviço de “*homees vaadios*

⁸⁶ 1395, Fevereiro, 3, Coimbra (AUC – Pergaminhos do Cabido da Sé, Dep. V, 3ª sec., mov. 1, gav. 6, nº 171).

⁸⁷ Somos informados acerca de sua atividade através de um assento no registro de propriedades do almoxarifado, a respeito das suas casas na Rua dos Peliteiros, IAN/TT – Núcleo Antigo, 287, *Almoxarifado de Coimbra*, fl. XIII.

⁸⁸ Assim nos é noticiado por carta de quitação de D. João I, treslada em pública forma em 1393, Dezembro, 12 (AUC – Pergaminhos do Cabido da Sé, Dep. V, 3ª sec., mov. 1, gav. 6, nº. 169).

⁸⁹ Localizava-se imediatamente a oeste do Adro de Santiago e também servia de denominação para uma torre. AUGUSTO, Octávio – *A Praça de Coimbra e a afirmação da Baixa...*, cit., p. 80-86.

⁹⁰ Os divórcios, na Idade Média, ocorriam através da anulação do casamento e subsequente partilha de bens. As razões para seu procedimento podiam estar em um eventual abandono do cônjuge ou em um constatado caso de consanguinidade, já que a Igreja proibia qualquer enlace entre indivíduos relacionados até ao 4º grau de parentesco. VENTURA, Leontina – *A família: o léxico* in MATTOSO, José (ed.) – *História da Vida Privada em Portugal – A Idade Média*, cit., p. 112-113.

e nom conheçudos”, não sendo incomum o aparecimento, ao raiar do sol, de pessoas maltratadas e até mesmo mortas, dentre outros malefícios. Por vezes, após a descoberta destes crimes, os ditos homens abandonavam a cidade misteriosamente, sendo “*de presumir que som culpados nos dictos mallafícios ou em parte deles*”. Foi este o conteúdo de uma reclamação ao rei, por ocasião das cortes de Santarém, em 1396, tendo o monarca mandado que fossem cumpridos os costumes da cidade de utilizar, para este fim, pessoas conhecidas da população⁹¹.

Imediatamente acima da Praça, ao cimo das escadas que, já no séc. XIV estariam situadas imediatamente em frente ao arco da Barbacã⁹², estava o eixo formado pela Calçada – antes Rua dos Francos – e a Rua de Coruche, um dos mais importantes da cidade⁹³. Tais artérias serviram, durante o período medieval, como reduto de mercadores, fama confirmada por fontes contemporâneas, como é o caso de um decreto fernandino, datado de 1367, que garantia privilégios, especificamente, aos “*mercadores moradores na Rua de Coruche e na Rua de Francos*”⁹⁴. Encontramo-los nas fontes desde as primeiras menções a ambas as ruas, em inícios do século XIII, tendo sido

⁹¹ 1396, Maio, 9, Santarém (AMC – Pergaminhos avulsos n.º 46).

⁹² As escadas em questão encontram-se documentadas desde o séc. XIV, tendo sido eliminadas no século XVI, após a construção de um chafariz na Praça. AUGUSTO, Octávio – *A Praça de Coimbra e a afirmação da Baixa...*, cit., p. 97.

⁹³ A Calçada e a Rua de Coruche correspondem, atualmente, à Rua Ferreira Borges e a Rua Visconde da Luz, respectivamente. Em nossa dissertação de mestrado, defendemos a hipótese da Rua dos Francos resumir-se somente ao troço situado entre a Igreja de Santiago e a Porta da Almedina, estendendo-se até à Portagem somente com o estabelecimento da Calçada, fruto de uma provável intervenção do poder local. AUGUSTO, Octávio – *A Praça de Coimbra e a afirmação da Baixa...*, cit., p. 87-105.

⁹⁴ 1367, Julho, 30, Tentúgal (IAN/TT – Chancelaria de D. Fernando I – Livro 1, fl. 118). O papel da Rua dos Francos e da Rua de Coruche como reduto de mercadores se assemelha à da Rua dos Burgueses, em Braga, e à Rua dos Mercadores, no Porto, muito embora estas últimas estivessem localizadas na zona intramuros. Cf. RIBEIRO, Maria do Carmo e MELO, Arnaldo Sousa – Influência das atividades económicas na organização da cidade medieval portuguesa, in RIBEIRO, Maria do Carmo e MELO, Arnaldo Sousa (ed.) – *Evolução da paisagem urbana*, cit., p. 155-156 e 163. A Calçada, via calcetada e retilínea, por sua vez, encontra paralelo nas Ruas Novas de Lisboa e Porto, tanto nas características urbanísticas como na composição social. Acerca de ambas, veja-se AMARAL, Luís Carlos e DUARTE, Luís Miguel – Os homens que pagaram a Rua Nova. *Revista de História*. 4 (1985) 7-96, e GONÇALVES, Iria – Uma realização urbanística medieval: o calcetamento da Rua Nova de Lisboa in GONÇALVES, Iria (ed.) – *Um olhar sobre a cidade medieval*. Cascais: Patrimonia Historica, 1996, p. 117-138.

muitos deles, ao longo da Idade Média, sepultados no cercano templo de Santiago, como nos provam as diversas citações a mercadores presentes no Livro de Aniversários desta colegiada⁹⁵.

Um destes afortunados comerciantes foi Estevão Domingues. Morador na Rua dos Francos e freguês de Santiago, encontramo-lo em 1347, juntamente com sua esposa Florença Fagundes, a negociar com esta igreja a sepultura de ambos, sendo noticiado, também, que a mãe desta, Joana Fernandes, já ali estava enterrada. Não deverá ter sido este, porém, o destino último deste mercador. Ao que tudo indica, foi enterrado no mosteiro de Santa Clara, já que a filha de ambos, Clara Esteves, ali terá ingressado, razão pela qual o mosteiro reclamou um terço das posses de Estevão Domingues após a sua morte. Quando este faleceu, já era casado em segundas núpcias com Iria Esteves que, como ficamos sabendo por instrumento de 1362, terá feito o inventário dos seus bens, a fim de que a subsequente partição fosse efetuada.

É com base neste inventário que temos uma noção da riqueza de um mercador coimbrão de fins de trezentos. Estevão Domingues era um negociante por excelência, já que mercava panos importados, sobretudo de lã, oriundos da Flandres e da Inglaterra. Juntamente com estes, vendia também enfeites para a confecção de vestes, como fitas, fios e botões de diversos materiais. Do seu património pessoal, destaca-se um relativo conforto e abundância de artigos de cama e mesa, incluindo-se aí almofadas, colchões, cobertores, mantas, tapetes, toalhas, vasos, taças, colheres, panelas, entre muitos outros utensílios. Também nos aparece arrolado o mobiliário da casa, constituído – entre outros objetos – por cadeiras, mesas, armários, tabuleiros e uma escrivaninha, além de diversos tipos de roupas, pertencentes tanto a Estevão Domingues como a Iria Esteves. Por fim, ficamos sabendo de suas propriedades, que se resumiam, aparentemente, a casas na Rua dos Francos e uma outra na Rua dos Tintureiros⁹⁶.

⁹⁵ Elaborado durante os séculos XV e XVI, encontra-se publicado em sua totalidade em PEREIRA, Isaias da Rocha – Livros de aniversários de Santa Maria da Alcáçova de Santarém e de Santiago de Coimbra. *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra*. Coimbra Editora, 34 (1978) 6-31.

⁹⁶ 1362, Janeiro, 2, Coimbra (IAN/TT – Mosteiro de Santa Clara, m. 6, nº 6) O que se descreve aqui é somente um resumo do dito inventário, que foi minuciosamente examinado e devidamente contextualizado por COELHO, Maria Helena da Cruz – Homens e negócios, cit., p. 127-202.

■ Não era só de mercadores, no entanto, que a Rua de Coruche e a Rua dos Francos – antecessora da Calçada – eram constituídas. Desde a centúria de duzentos até meados do século XV, encontramos na documentação, além dos sempre presentes alfaiates e sapateiros, também ourives, tendeiros, cónegos, tosadores, um cutileiro, um boticário, um pintor, um barqueiro e um *homem braceiro*. Entre os funcionários públicos e régios, ali encontramos os tabeliães Afonso Vicente⁹⁷, Miguel Lourenço⁹⁸, João Afonso⁹⁹ e Pedro Afonso¹⁰⁰; o almoxarife Pedro Juliães¹⁰¹, o vedor da portagem Vasco Eanes¹⁰² e o escrivão régio Domingos Anes¹⁰³, o escrivão da câmara, Álvaro Gonçalves¹⁰⁴ e Gonçalo Vasques, “*espravam* (sic) *que foy dos horphaãos*”¹⁰⁵. No que toca à pequena nobreza, destacamos os escudeiros João¹⁰⁶ e João Lourenço¹⁰⁷, além da própria Coroa que, como sabemos através das chancelarias e tombos, detinha algumas propriedades na área.

⁹⁷ 1347, (?), 19, Coimbra (AUC – Cópia de Emprazamentos, III-1ºD-3, 4, 23, fl. 83, nº 51);

⁹⁸ 1347, Novembro, 5, Coimbra (IAN/TT – Mosteiro de São Jorge, m. 7, nº 20). Neste documento, referente ao testamento de sua esposa, aparecem arroladas casas na Rua de Coruche.

⁹⁹ 1352, Maio, 17 (AUC – Cópia de Emprazamentos – III-1ºD-3, 4, 23, fl. 76 v., nº 16).

¹⁰⁰ 1412 Fevereiro, 25 (IAN/TT – Col. S. Bartolomeu, cx. 3, m. 7, nº 23). Era casado com Constança Gonçalves, e consta que terá exercido o cargo de tabelião por incríveis 54 anos, de 1397 a 1451. Sabemos também que, pelo menos desde 1444, teria a seu serviço um escrivão, Fernando Afonso. SANTOS, Maria José Azevedo – Alguns aspectos do tabelionato em Coimbra..., *cit.*, p. 9-10 e nota 20, p. 24.

¹⁰¹ 1300, Março (IAN/TT – Col. Santiago). Era casado com D. Florência, e detinha a posse pardieiros situados nas traseiras de Santiago, certamente na Rua de Coruche.

¹⁰² Consta que estava na posse de casas na Rua de Coruche em um assento do registro de propriedades do Almoxarifado, de 1395 (IAN/TT – Núcleo Antigo, 287, *Almoxarifado de Coimbra*, fl. XIII).

¹⁰³ 1291 (?) 12 (IAN/TT – Col. Santiago, cx. 2, m. 7, nº 316). Era então casado com uma tal D. Maria.

¹⁰⁴ 1395, Julho, 25, Sintra (IAN/TT – Chancelaria de D. João I, Livro 2, fl. 43 v.). Era proprietário de casas na Calçada. A sua viúva, Catarina Alves, aparecerá, quase meio século depois, ainda em posse das mesmas casas. 1444, Maio, 23 (AMC – Pergaminhos avulsos, nº 69).

¹⁰⁵ 1468, Fevereiro, 7 (AMC – Pergaminhos avulsos, nº 86).

¹⁰⁶ 1389, Março, 28 (IAN/TT – Col. S. Bartolomeu, cx. 3, m. 7, nº 23). O documento refere-se a um pardieiro na Rua de Coruche que, quando ainda era casa, pertencia à esposa deste, Maria Domingues.

¹⁰⁷ 1468, Fevereiro, 7 (AMC – Pergaminhos avulsos, nº 86). Detinha um cortinhal na Calçada próximo da Portagem.

Finalmente, descendo até o final desta mesma via, atingir-se-ia a Portagem, ponto de partida de nossa caminhada pelas freguesias de São Bartolomeu e Santiago de finais da Idade Média.

Conclusão

Como pudemos verificar, quem se embrenhasse pelas ruas, adros e terreiros de tais freguesias no período medieval, teria contato direto com elementos de todos os extratos sociais, e testemunharia a existência de um número relativamente diversificado de mesteres e estabelecimentos de produção.

Entre estes, merecem especial destaque os alfaiates, sapateiros e carpinteiros, presentes em toda a área, assim como os peliteiros e os tanoeiros, únicas categorias de mesteres geograficamente concentradas, instalados nas ruas que levam suas designações, na freguesia de Santiago. A freguesia de S. Bartolomeu, por sua vez, tinha como atividade predominante a produção de azeite – como nos evidencia a alta concentração de lagares na zona próxima ao rio –, e contava, também, com a presença de alguns estabelecimentos mecânicos relacionados com a curtição de peles. Por fim, no eixo formado pela Rua de Coruche e a Calçada – antes denominada Rua dos Francos –, pela sua importância e grande extensão, encontravam-se instalados profissionais de diversas categorias e grupos sociais, entre os quais destacava-se a burguesia mercantil, que ali formava o seu reduto.

Concluindo, resta-nos reafirmar que será na Baixa que se conduzirá o desenvolvimento e se refletirá o progresso de Coimbra pelos restantes séculos do período medieval. Serão seus habitantes, homens e mulheres, mercadores e mesteres, que incrementarão o comércio e a produção, e garantirão o relevante papel da *urbe* no contexto do reino. Destes habitantes, tentámos obter retratos do seu cotidiano e detalhes acerca de sua identidade, revelando um pouco mais acerca destes agentes da história que, em seu conjunto, formam parte essencial do contexto socioeconómico coimbrão, no período de transição de antiga sede da corte à moderna cidade estudantil.

Marcos de referência e topónimos da cidade medieval portuguesa: o exemplo de Coimbra nos séculos XIV e XV

Maria Amélia Álvaro de Campos

Investigadora integrada no Centro de História da Sociedade e da Cultura

Universidade de Coimbra

melicampos@gmail.com

Texto recebido em /Text submitted on: 22/03/2013

Texto aprovado em /Text approved on: 23/05/2013

Resumo/Abstract:

Com este artigo, pretende-se reflectir acerca da toponímia da cidade da Baixa Idade Média portuguesa, a partir do estudo mais detalhado da realidade de Coimbra, nos séculos XIV e XV. Assente num corpo documental constituído por documentos de produção eclesiástica, régia e concelhia, cronologicamente balizado entre o século XIV e os inícios de Quinhentos, este trabalho procura identificar os principais marcos de referência topográfica, naturais ou artificiais, que se impunham na paisagem urbana. Do mesmo modo, pretende sublinhar a forma como a toponímia medieval nos dá eco das populações que animavam a urbe nos séculos que estudamos, mas também dos povos que, protagonistas de ocupações anteriores, deixaram, até bem tarde, um cunho diferenciador no urbanismo de Coimbra. Finalmente, este estudo ambiciona uma melhor compreensão da relação que se estabelecia entre o habitante citadino e o espaço urbano. Para uma melhor articulação destas questões, o artigo divide-se em quatro temas evidenciados pela toponímia em análise: edifícios e construções urbanas; paisagem e características naturais; actividades artesanais e comerciais e outras profissões; minorias religiosas e estrangeiras.

With this article, we pretend to conduct an analysis about the city toponymy of the Portuguese Middle Ages, from the more detailed study of the reality of Coimbra, in the fourteenth and fifteenth centuries. Based on a body of documents consisting on documents written by ecclesiastical, district and royal institutions, chronologically marked out between the fourteenth century and the beginning of the sixteenth century, this work seeks to identify the main topographic landmarks, either natural or built, that stood out in the urban landscape. In the same way, wishes to emphasize the way the medieval toponymy gives us echoes from the population that gave life to the city in the centuries that we now study, but also the people who, protagonists of previous occupations, left until late a distinctive stamp in the urbanism of Coimbra. Finally, this study aims a better comprehension of the relationship that was established between the city inhabitant and the urban space. For a better articulation of these issues, this article is divided in four themes highlighted by the toponymy in review: buildings and urban constructions; landscapes and natural features; craft and commercial activities and other professions; religious and foreign minorities.

Palavras chave/Keywords:

Cidade medieval portuguesa; Coimbra; Paisagem urbana; Toponímia.

Portuguese medieval town; Coimbra; Urban landscape; Toponymy.

Antes de a antroponímia se impor na maioria dos topónimos, o Homem medieval atribuíra às ruas e lugares da cidade que habitava nomes que condicionavam e reflectiam a sua relação com o espaço. A partir do estudo da toponímia e da identificação dos lugares na Coimbra dos séculos XIV e XV – contextualizado com a realidade conhecida para outras cidades portuguesas –, o nosso principal objectivo será o de entender quais eram, dentro dos núcleos urbanos, os principais marcos de orientação topográfica. Sem nos determos com assuntos relacionados com o urbanismo da cidade, tentaremos realçar os elementos naturais e as estruturas edificadas que se assumiam como sinais de referência e, por isso, davam o nome às identificações toponímicas. Por fim, veremos como a caracterização socioprofissional dos habitantes da cidade e as suas especificidades étnicas e religiosas se reflectiam na organização e na gestão da malha citadina.

Para este estudo¹, analisaremos documentos de gestão económica de bens eclesiásticos², produzidos nos séculos XIV e XV, um inventário da propriedade régia, datado de 1395³, e um arrolamento dos bens do concelho,

¹ Uma versão inicial deste artigo foi apresentada na 10ª Conferência Internacional de História Urbana (Gent, Setembro 2010), organizada pela Associação Europeia de História Urbana (EAUH), no âmbito da mesa redonda *Se repérer dans l'espace urbain: localisation, orientation et déplacement entre XIV^e et XVIII^e siècle*, coordenada por Marco Folin (Universidade de Génova) e Brigitte Marin (Maison Méditerranéenne des Sciences de l'Homme, Aix-en-Provence). O artigo resultante dessa apresentação, *La toponymie et l'identification de l'espace dans les villes médiévales portugaises. L'exemple de Coimbra*, aguarda publicação desde Janeiro de 2012. No presente texto, publicamos, em português, uma versão actualizada desse primeiro ensaio, acrescentando à amostra já analisada, dados provenientes do acervo documental que sustentou a nossa tese de doutoramento.

² Contratos realizados no século XIV, pelas igrejas colegiadas de S. Pedro [publicados por VARANDAS, Carla Patrícia Rana – *A Colegiada de S. Pedro de Coimbra das Origens ao Final do Século XIV: estudo económico e social*. Coimbra: Faculdade de Letras, 1999 (dissertação de mestrado policopiada)] e de S. Bartolomeu [publicados por GUARDADO, Maria Cristina Gonçalves – *A Colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra em Tempos Medievais: das origens ao início do século XV*. Coimbra: Faculdade de Letras, 2000 (dissertação de mestrado policopiada)] e de Santa Justa [documentos analisados em CAMPOS, Maria Amélia Álvaro de – *Santa Justa de Coimbra na Idade Média: o espaço urbano, religioso e socio-económico*. Coimbra: Faculdade de Letras, 2012 (tese de doutoramento policopiada)].

³ O *Tombo do Almocharifado de Coimbra*, mandado realizar por D. João I com o objectivo de fazer o cadastro dos seus bens e rendimentos na região de Coimbra. Para a contextualização desta fonte, ver COELHO, Maria Helena da Cruz – *O Baixo Mondego nos Finais da Idade Média*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda: 1989, p. 93-95. Utilizaremos a leitura já realizada desta fonte por TRINDADE, Luísa – *A Casa Corrente*

redigido já na centúria de Quinhentos⁴. Nestas fontes, considerámos a informação referente aos prédios implantados no núcleo urbano de Coimbra – constituído por cidade amuralhada e arrabaldes circundantes – e, dessa informação, seleccionámos os elementos toponímicos relativos à determinação da sua localização. Não aspiramos a um estudo exaustivo destes dados, o que obrigaria a um levantamento completo dos topónimos medievais conimbricenses, mas à análise de alguns casos exemplificativos que evidenciem os principais marcos diferenciadores, através dos quais o habitante da cidade se orientava e identificava os cenários do seu quotidiano.

Genericamente, a toponímia das cidades medievais portuguesas fixava-se segundo os seguintes princípios: a invocação dos edifícios civis e religiosos; a identificação das actividades artesanais e comerciais; a referência aos cursos de água ou outros elementos da paisagem natural; a sinalização de equipamentos de transformação alimentar, abastecimento, condução de água e escoamento de esgotos; a distinção de zonas urbanas que circunscreviam os seus habitantes pela sua origem étnica e geográfica, ou pelas actividades moralmente reprováveis que desempenhavam. A este conjunto de elementos podemos ainda acrescentar a invocação de antropónimos e hagiotopónimos. Neste sentido, a análise da toponímia⁵ pode fornecer-nos dados preciosos para

em Coimbra. *Dos Finais da Idade Média aos Inícios da Época Moderna*. Coimbra: Câmara Municipal, 2002, sistematizada no Anexo 1.

⁴ O *Tombo Antigo da Câmara de Coimbra*, ordenado por provisão de D. João III, constitui um instrumento privilegiado de reconhecimento da propriedade e das rendas do concelho. Ver CARVALHO, José Branquinho – Tombo Antigo. *Arquivo Coimbrão*. XVIII (1963) 36-40 e TRINDADE, Luísa – A Praça e a Rua da Calçada segundo o Tombo Antigo da Câmara de Coimbra (1532). *Media Aetas, Paisagens Medievais I*. I/ 2ª Série (2004-2005) 121 (http://www.academia.edu/1063667/A_Praça_e_a_Rua_da_Calcada_segundo_o_Tombo_Antigo_da_Câmara_de_Coimbra_1532), consultado em 2013.01.10). Também, neste caso, utilizaremos a leitura de TRINDADE, Luísa – *A casa corrente...*, cit., sistematizada no Anexo 2.

⁵ Sobre a toponímia medieval portuguesa, ver ANDRADE, Amélia Aguiar de – Conhecer e Nomear: A Toponímia das Cidades Medievais Portuguesas in *Horizontes Urbanos Medievais*. Lisboa: Livros Horizonte, 2003. Entre outros, ver também BEIRANTE, Maria Ângela – *Évora na Idade Média*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, JNICT, 1995, p. 117; RODRIGUES, Ana Maria Seabra de Almeida – *Torres Vedras. A Vila e o Termo nos Finais da Idade Média*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, JNICT, 1995, p. 137; e FERREIRA, Maria da Conceição Falcão – *Guimarães: 'duas vilas, um só povo'.* *Estudo de história urbana (1250-1389)*. Braga: CITCEM e ICS, 2010, p. 232-370 (apesar de não sistematizar uma lista de topónimos, a sua caracterização da cidade de Guimarães é prolifera em informações toponímicas). A toponímia antiga de Coimbra conta com inventários críticos como CARVALHO, Amadeu Ferraz de – *Toponímia de Coimbra e arredores (Contribuição*

a percepção da paisagem e da organização, mais ou menos regulamentada, do espaço urbano que o tempo se foi encarregando de transformar ou de fazer desaparecer.

Coimbra constituiu-se a partir de um núcleo central implantado numa colina sobranceira ao rio Mondego, pelo qual se fez passar o eixo viário de Lisboa (*Olisipo*) a Braga (*Bracara Augusta*), no período romano⁶, que continuaria a representar uma importante via de comunicação durante todo o período medieval. À semelhança de outras cidades portuguesas implantadas numa colina, apresentava dois grandes espaços diferenciados: a cidade alta e amuralha – *Almedina* – e, num nível orográfico inferior, os arrabaldes, que se desenvolviam no exterior das portas da cerca, a partir das quais se configuravam os principais eixos viários de acesso à cidadela. O núcleo urbano juntamente com a sua população encontrava-se depois dividido em nove freguesias, organizadas em torno das respectivas igrejas paroquiais⁷.

Ao percorrer os registos de propriedades, percebemos o recurso a estas divisões do espaço urbano para referenciar os imóveis. Antes de se especificar uma localização mais detalhada, convinha referir a fixação no intramuros

para o seu estudo). Coimbra: Imprensa da Universidade, 1934 e LOUREIRO, José Pinto – *Toponímia de Coimbra*. Coimbra: Câmara Municipal, 1964. Neste estudo, porém, optámos por recorrer a produções historiográficas mais recentes, que adiante citaremos.

⁶ Cf. MANTAS, Vasco Gil – *A rede viária romana da faixa atlântica entre Lisboa e Braga*. Coimbra: Faculdade de Letras, 1996 (tese de doutoramento policopiada), p. 802-807 e ALARCÃO, Jorge de – *Coimbra. A Montagem do Cenário Urbano*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2008, p. 13-27.

⁷ Sobre a cidade de Coimbra na Idade Média, a sua caracterização social e a sua paisagem, entre outros, ver COELHO, Maria Helena da Cruz – Coimbra Trecentista: a Cidade e o Estudo. *Biblos*, LXVIII (1992) 335-356; SARAIVA, Anísio Miguel de Sousa – A propriedade urbana das confrarias e hospitais de Coimbra nos finais da Idade Média. *Revista de Ciências Históricas*, X (1995) 155-192; GOMES, Saul António – Coimbra: Aspectos da Sua Paisagem Urbana em Tempos Medievos. *Biblos*, IV (2006) 125-163; VENTURA, Leontina – Coimbra Medieval: uma cidade em formação e COELHO, Maria Helena da Cruz – Coimbra Medieval: uma cidade em maturação in ALARCÃO, Adília (coord.) – *Inventário do Museu Nacional Machado Castro. Coleção de Ourivesaria Medieval. Séculos XII e XIII*. Lisboa: Instituto Português de Museus, 2008, p. 15-29 e 30-39; e CAMPOS, Maria Amélia Álvaro de – O rural e o urbano nas freguesias de Coimbra nos séculos XIII e XIV. *Revista Portuguesa de História*, LXI (2010) 157-174.

ou no arrabalde⁸, ou então identificar a freguesia⁹. Estas seriam as grandes divisões do espaço urbano.

Figura 1 – Principais marcos de referência na cidade de Coimbra Medieval¹⁰



Legenda:

(localizações aproximadas)

- | | | | |
|-----------------------|-----------------------|-----------------------|---------------------|
| 1 - Porta de Almedina | 6 - Castelo | 11 - S. João Almedina | 17 - Santa Justa |
| 2 - Porta Nova | 7 - Alcáçova | 12 - S. Salvador | 18 - M. S. Domingos |
| 3 - Porta do Sol | 8 - Portagem | 13 - S. Pedro | |
| 4 - Porta da Traição | | 14 - S. Cristóvão | 19 - Montarroi |
| 5 - Porta de Belcouce | 9 - Sé | 15 - S. Bartolomeu | 20 - Água de Runa |
| | 10 - M. de Santa Cruz | 16 - Santiago | 21 - Arnado |

⁸ Em 1389, referencia-se um pardieiro no arrabalde da cidade, na Rua de Figueira Velha (GUARDADO, Maria Cristina Gonçalves – *A Colegiada de S. Bartolomeu...*, cit., doc. 104).

⁹ Em 1363, a colegiada de S. Bartolomeu referenciava umas casas «na nossa freguesia» (GUARDADO, Maria Cristina Gonçalves – *A Colegiada de S. Bartolomeu...*, cit., doc. 59); Em 1369 e 1370 referenciavam-se dois prédios na freguesia de S. Pedro (VARANDAS, Carla Patrícia Rana – *A Colegiada de S. Pedro...*, cit., docs. 84 e 85). Entre outros exemplos, em 1379, Santa Justa referenciava umas casas na sua freguesia, ver ANTT, Col. S. Justa, m. 5, n. 131. Por sua vez, em 1532, registava-se um cortinhal, na freguesia de S. Salvador (TRINDADE – *A casa corrente...*, cit., Anexo 2).

¹⁰ Mapa construído com base no levantamento topográfico da cidade de Coimbra actual.

1. Edifícios e construções urbanas

De seguida, a análise da identificação da localização dos prédios nas fontes que estudámos permite reconhecer os principais marcos edificados que serviam de referência dentro da malha cidadina. Desde logo, destes sobressaía a muralha. Num período em que a cerca da cidade perdia a sua função defensiva, os prédios podiam localizar-se aí¹¹ ou ser referenciados nas imediações das suas torres e portas¹². As portas de uma muralha representaram, desde cedo, focos privilegiados de povoamento e o seu espaço circundante era designado pelo próprio nome destas aberturas¹³.

No que diz respeito às portas da muralha, o topónimo Porta de Almedina ou da Cidade designava o acesso principal à cidadela de Coimbra. Este nome poderia ocorrer noutros centros urbanos, como, por exemplo, em Tomar¹⁴. A designação de Porta do Sol distinguia o acesso à muralha a Nascente e, para além de Coimbra, esta mesma designação conhece-se em cidades como Covilhã, Aveiro, Leiria, Santarém e Tomar¹⁵. A muralha de Coimbra¹⁶ tinha mais três portas: a Porta de Belcouce¹⁷, a Porta da Traição e a Porta Nova, sendo estes dois últimos topónimos, também, frequentemente identificados

¹¹ É o caso de dois pombais do rei em 1395 (TRINDADE, Luísa – *A casa corrente...*, cit., Anexo 1).

¹² É o exemplo de uma tenda do rei localizada junto da Porta de Almedina (TRINDADE, Luísa – *A casa corrente...*, cit., Anexo 1).

¹³ Em 1532, o concelho inventariava um chão na Porta do Castelo e uma casa na Porta de Almedina (TRINDADE, Luísa – *A casa corrente...*, cit., Anexo 2).

¹⁴ Ver MARQUES, A. H. de Oliveira, GONÇALVES, Iria e ANDRADE, Amélia Aguiar de – *Atlas de Cidades Medievais Portuguesas (séculos XIV e XV)*. Lisboa: CEHUNL e INIC, 1990, p. 73-75. (A partir deste momento citaremos esta obra apenas como *Atlas*). Por sua vez, em Guimarães e na Covilhã, reconhecemos a Porta da Vila (FERREIRA, Maria da Conceição Falcão – *Guimarães...*, cit., p. 249 e VICENTE, Maria da Graça – *Covilhã Medieval: o espaço e as gentes (séculos XII a XV)*. Lisboa: Edições Colibri, 2012, p. 32).

¹⁵ Ver VICENTE, Maria da Graça – *Covilhã Medieval...*, cit., p. 32 e *Atlas*, p. 43-45; 51-53; 65-67; 73-75.

¹⁶ Sobre a muralha de Coimbra, ver ALARCÃO, Jorge de – *Coimbra. A Montagem...*, cit., p. 193-267.

¹⁷ A este vocábulo é, normalmente, atribuída uma origem árabe e o seu significado sempre relacionado com “arco”, “porta do arco”, entre outras possibilidades. Mas deve considerar-se também a hipótese de couce derivar do latim *calceus* (calço do terreno), inserindo-se este no conjunto de topónimos moçárabes atestados para Coimbra, ver AZEVEDO, Maria Luísa Seabra Marques de – *Toponímia moçárabe no antigo Condado conimbricense*. Coimbra: Faculdade de Letras, 2005 (tese de doutoramento policopiada), p. 236-237.

noutras cidades portuguesas¹⁸. A associação das referências «nova» e «velha» a um topónimo esclarece-nos acerca das transformações que se operavam na cidade. Neste caso, informa-nos sobre a que se comprovou ter sido a última porta a ser construída.

As portas da muralha assumiam um papel de tal forma dominador do espaço da cidade que, muitas vezes, à semelhança do que acontecia noutras cidades europeias¹⁹, as ruas que as serviam adoptavam o seu nome. Eram os casos da Rua de Almedina²⁰ em Coimbra, cujo traçado tinha um dos seus extremos na porta com o mesmo nome ou, por exemplo, a Rua da Porta Nova, no Porto²¹, e a Rua Direita da Porta de Santa Catarina, em Lisboa²².

Podemos depois reconhecer um conjunto de edifícios militares, civis ou religiosos que, pela imponência da sua arquitectura ou pela função que desempenhavam, eram frequentemente invocados na documentação para identificar prédios localizados na sua vizinhança. Distinguímos, assim, o castelo²³, de natureza militar; e, no grupo dos edifícios civis, a alcáçova ou paços régios²⁴, símbolos da administração central na cidade – ambos localizados no espaço intramuros. Por seu turno, no arrabalde encontramos o edifício da portagem²⁵, a servir de referência à localização de dois

¹⁸ A Porta da Traição, provavelmente uma alusão às fragilidades da muralha (cf. ANDRADE, Amélia Aguiar de – Conhecer e nomear..., *cit.*, p. 87), identifica-se em cidades como Óbidos, Santarém e Évora (*Atlas*, p. 61-63, 65-67 e 83-85). Identifica-se o topónimo Porta Nova nas cidades de Braga, Porto, Santarém e Évora (*Atlas*, p. 11-13, 23-25, 65-67, 83-85).

¹⁹ Ver, por exemplo, RAVIER, Xavier – Sur la toponymie d'une ville nouvelle: La Bastide de Marciac (1298), in BOUVIER, Jean-Claude et GUILLON, Jean-Marie (dir.) – *La Toponymie Urbaine. Significations et enjeux*. Paris: L'Harmattan, 2001, p. 42.

²⁰ Em 1395, regista-se aí uma tenda (TRINDADE, Luísa – *A casa corrente...*, *cit.*, Anexo 1).

²¹ Ver *Atlas*, p. 23.

²² Ver *Atlas*, p. 55.

²³ Em 1312 e 1360, S. Pedro emprazava uma casa junto do castelo (VARANDAS, Carla Patrícia Rana – *A Colegiada de S. Pedro...*, *cit.*, docs. 21 e 75).

²⁴ Em 1385, S. Pedro emprazava casas «junto com os muros dos paços do rei» (VARANDAS, Carla Patrícia Rana – *A Colegiada de S. Pedro...*, *cit.*, doc. 92). Em 1395, identificam-se casas nas proximidades dos paços do rei (TRINDADE, Luísa – *A casa corrente...*, *cit.*, Anexo 1).

²⁵ Sobre as características deste edifício, ver ALARCÃO, Jorge de – *As pontes de Coimbra que se afogaram no rio*. Coimbra: Ordem dos Engenheiros, 2012, p. 54-66.

imóveis²⁶. E a Norte, na freguesia de Santa Justa, a Porta ou Arco de Figueira Velha²⁷ marcava outro extremo da cidade, abrindo-se ao aro rural que a circundava.

A relevância destas construções era observável na toponímia da cidade: em Coimbra, a Porta do Sol, fixada junto ao castelo, poderia também ser chamada de Porta do Castelo²⁸ e sabemos da existência de uma Rua da Alcáçova²⁹. O traçado desta rua ligaria, precisamente, o castelo à alcáçova³⁰. De resto, a Rua do Castelo encontrava-se noutras cidades portuguesas, como Braga, Guimarães e Abrantes³¹. A imponentia destas construções fortificadas marcaria um contraste significativo relativamente à arquitectura da casa medieval portuguesa de dimensões modestas e características construtivas frágeis³². Consideramos, porém, que o lugar que a toponímia lhe reservava reflecte, igualmente, o valor simbólico que as suas funções representavam, quer no núcleo urbano, quer no seu envolvente rural³³.

No período medieval, a Igreja desempenhava uma função primordial na organização do espaço e na individualização de diferentes circunscrições dentro das cidades, centradas em torno da Sé e das igrejas paroquiais. Por esta razão, a localização dos prédios era muitas vezes indicada pela sua

²⁶ Em 1361 e 1378, S. Bartolomeu de Coimbra emprazava casas perto da portagem (GUARDADO, Maria Cristina Gonçalves – *A Colegiada de S. Bartolomeu...*, cit., docs. 55 e 91).

²⁷ Por exemplo, em 1354, Santa Justa recebia uma casa localizada na Porta de Figueira Velha (ANTT, Col. S. Justa, m. 26, n. 535). Em 1406, a mesma igreja emprazava um cortinhal acima do Arco de Figueira Velha (ANTT, Col. S. Justa, m. 33, n. 756). Tal abertura, fixava-se no final da Rua de Figueira Velha de que falaremos mais à frente. Para uma caracterização mais detalhada da morfologia urbana desta freguesia, ver CAMPOS, Maria Amélia Álvaro de – *Santa Justa...*, cit., p. 89-126.

²⁸ Junto da qual em 1532 se registou um chão do concelho (TRINDADE, Luísa – *A casa corrente...*, cit., Anexo 2).

²⁹ Registada várias vezes em contratos de enfiteuse de prédios urbanos da igreja de S. Pedro (VARANDAS, Carla Patrícia Rana – *A Colegiada de S. Pedro...*, cit., doc. 20, 49 e 80).

³⁰ Ver ALARCÃO, Jorge de – *Coimbra. A Montagem...*, cit., p. 114.

³¹ Ver *Atlas*, p. 11, 15, 39-41.

³² Ver TRINDADE, Luísa – A habitação corrente em Portugal in *A Casa Corrente...*, cit., p. 25-111.

³³ Cf. ANDRADE, Amélia Aguiar de – *Conhecer e nomear...*, cit., p. 87.

proximidade relativamente a essas igrejas³⁴ e mosteiros³⁵, bem como aos paços episcopais³⁶. Note-se que, em Coimbra, os últimos implantavam-se num espaço que se assumia como um marco relevante na paisagem urbana, desde o período romano³⁷.

Como já referimos, a cidade medieval estava organizada em paróquias que funcionavam como focos de povoamento polarizados em torno de uma igreja cuja fachada encabeçava um adro³⁸. Assim, na toponímia das cidades medievais portuguesas, encontramos a referência aos adros destas igrejas como marcos de identificação de um espaço³⁹, bem como diversas ruas cujo nome era consagrado aos santos⁴⁰.

A divisão paroquial de Coimbra contava com cinco circunscrições na cidade amuralhada – Santa Maria da Sé, S. João de Almedina, S. Salvador, S. Pedro e S. Cristóvão – e quatro na cidade extramuros – S. Bartolomeu, Santiago, S. João de Santa Cruz e Santa Justa. Dentro destas circunscrições, para além dos respectivos templos principais, também os edifícios laicos poderiam assumir-se como referências topográficas, fosse pela natureza

³⁴ Por exemplo, em 1373 encontramos umas casas referenciadas nas proximidades da igreja de S. Bartolomeu (GUARDADO, Maria Cristina Gonçalves – *A Colegiada de S. Bartolomeu...*, cit., doc. 76); em 1392, um chão que se localizava atrás da sua ousia (GUARDADO, Maria Cristina Gonçalves – *A Colegiada de S. Bartolomeu...*, cit., doc. 114); em 1396, outro chão junto do adro desta igreja (GUARDADO, Maria Cristina Gonçalves – *A Colegiada de S. Bartolomeu...*, cit., doc. 116).

³⁵ Em 1373, a igreja de Santa Justa emprazava uma casa térrea «na Rua que vai para o mosteiro de S. Domingos» (ANTT, Col. S. Justa, m. 21, n. 424). Em 1532, um cortinhal do concelho era identificado nas proximidades do mosteiro de S. Domingos (TRINDADE, Luísa – *A casa corrente...*, cit., Anexo 2). Com características mais rústicas, encontramos prédios referenciados perto de «Celas de Guimarães», ou seja do mosteiro cisterciense de Santa Maria de Celas [PAIVA, José Pedro (coord.) – *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*, v. 2, *Antes da fundação das Misericórdias*. Lisboa: União das Misericórdias Portuguesas, 2002, doc. 190c (1332.02.19)].

³⁶ Em 1532 o concelho identificava uma casa com quintal «junto do paço do bispo» (TRINDADE, Luísa – *A casa corrente...*, cit., Anexo 2).

³⁷ Os paços episcopais de Coimbra fixaram-se no espaço correspondente ao fórum da cidade romana, cf. ALARCÃO, Jorge de – *Coimbra. A Montagem...*, cit., p. 105-127.

³⁸ Sobre os adros e a sua função no urbanismo português da Idade Média, ver TRINDADE, Luísa – *Urbanismo na Composição de Portugal*. Coimbra: Faculdade de Letras, 2009 (tese de doutoramento policopiada), p. 719-722.

³⁹ Ver, por exemplo, TRINDADE, Luísa – *A casa corrente...*, cit., Anexo 2.

⁴⁰ Em Coimbra, conhecemos, por exemplo, a Rua de S. Gião (TRINDADE, Luísa – *A casa corrente...*, cit., Anexo 2).

pública e/ou assistencial das funções que desempenhavam⁴¹, fosse pelo relevo social dos seus proprietários⁴².

Os edifícios ou espaços destinados às funções comerciais, como sejam os açougues⁴³, serviam, igualmente, de referência para a localização de imóveis. Estes equipamentos davam nome a vários topónimos medievais portugueses como a Rua dos Açougues⁴⁴ ou da Carniçaria⁴⁵, dos quais não recolhemos nenhum exemplo para Coimbra. O mesmo acontecia com os estabelecimentos de comércio de cereais, as fangas, ou de transacção de produtos menos especializados, as tendas. No século XIV, conhecemos em Coimbra a Rua das Fangas⁴⁶ e a Rua das Tendas. Ambas se localizavam dentro do recinto muralhado, sendo que a última convergia estrategicamente para o adro da Sé⁴⁷.

Num sistema de referenciação em que se englobava, também, uma visão utilitária e funcional do espaço, havia lugar para topónimos ou referências mais genéricas relativas a equipamentos de produção alimentar como os fornos⁴⁸, ou de abastecimento de água, como as fontes ou os poços. Tais infraestruturas podiam, igualmente, dar o nome a ruas, como acontecia

⁴¹ No tombo de 1532, referenciava-se um cortinhal «ao Hospital de S. Lourenço» (TRINDADE, Luísa – *A casa corrente...*, cit., Anexo 2).

⁴² Em 1329, Santa Justa recebia a doação de três casas identificadas por se localizarem «ante as casas de Vicente Domingues, almoxarife» (ANTT, Col. S. Justa, m. 24, n. 473). No ano de 1368, por sua vez, a mesma igreja emprazava um chão na «rua entre a estalagem onde mora Dona Romana e a morada de Gonçalo Martins» (ANTT, Col. S. Justa, m. 35, n. 793).

⁴³ No inventário da propriedade do concelho referencia-se o paço dos tabeliães na «praça sobre os açougues» (TRINDADE, Luísa – *A casa corrente...*, cit., Anexo 2).

⁴⁴ Registados, por exemplo, em Braga, Guimarães ou Santarém, ver *Atlas*, p. 11, 15 e 65.

⁴⁵ Registados, por exemplo, em Ponte de Lima e Lisboa, ver *Atlas*, p. 19 e 55.

⁴⁶ Topónimo ainda existente no século XVI, quando o concelho aí registava a posse de uma casa (TRINDADE, Luísa – *A casa corrente...*, cit., Anexo 2).

⁴⁷ Ver COELHO, Maria Helena da Cruz – Coimbra Trecentista... cit.. Registamos, igualmente, a Rua das Tendas, por exemplo, em Guimarães (FERREIRA, Maria da Conceição Falcão – *Guimarães...*, cit., p. 260).

⁴⁸ O concelho identificava em 1532 um cortinhal no «forno dos monturos» (TRINDADE, Luísa – *A casa corrente...*, cit., Anexo 2). Reconhece-se o mesmo género de referência, por exemplo, em Guimarães, ver FERREIRA, Maria da Conceição Falcão – *Guimarães...*, cit., p. 285.

em Óbidos⁴⁹ ou em Ponte de Lima⁵⁰. Do mesmo modo, também os equipamentos de escoamento e drenagem de águas se apresentavam como marcos do território. Em Coimbra, desde o século XII, designava-se de Água de Runa⁵¹ um rego de água que correu a descoberto, pelo menos até ao século XVI⁵² e que era, frequentemente, citado para referir imóveis ou ruas nas suas imediações⁵³. Do mesmo modo, encontramos, por exemplo, em Torres Vedras, designações como Rua dos Canos ou Rua do Cano Real⁵⁴.

Numa cidade como a de Coimbra, construída na margem direita do rio, uma estrutura como a ponte⁵⁵ representava um importante elemento de orientação que vemos fixado na sua toponímia. Assim, encontramos a indicação da Rua da Ponte nos inícios do século XIV⁵⁶. A relevância desta estrutura está atestada para cidades como Leiria e Torres Vedras, onde se registava igualmente este topónimo⁵⁷.

O pavimento e as características de construção dos arruamentos poderiam, também, fixar-se nas suas designações. Em Coimbra, reconhecemos a Calçada⁵⁸, nos finais do século XIV. Com esse topónimo identificava-se uma das principais ruas da Baixa⁵⁹, demonstrando a importância que o empedrado

⁴⁹ Em Óbidos existia a Rua do Forno e a Rua do Poço, ver *Atlas*, p. 61.

⁵⁰ Em Ponte de Lima existia uma Rua do Forno, ver ANDRADE, Amélia Aguiar de – *Um Espaço Urbano Medieval: Ponte de Lima*. Lisboa: Livros Horizonte, 1990, p. 28.

⁵¹ Na segunda metade do século XIV, Gonçalo Anes de Runa, freguês de Santa Justa, apresentava-se como residente na Runa. Ver, entre outros documentos, ANTT, Col. S. Justa, m. 27, n. 623.

⁵² Ver ALARCÃO – Coimbra. *A Montagem...*, cit., p. 186.

⁵³ Encontramos um exemplo datado de 1353 (GUARDADO, Maria Cristina Gonçalves – *A Colegiada de S. Bartolomeu...*, cit., doc. 46).

⁵⁴ Ver *Atlas*, p. 77.

⁵⁵ A ponte de Coimbra, construída durante o período de ocupação romana, foi alvo de profundas intervenções durante a primeira metade do século XII, por mandato de D. Afonso Henriques e na entrada do século XVI, por ordem de D. Manuel, ver ALARCÃO, Jorge de – *As pontes de Coimbra...*, cit., p. 18 e seguintes; p. 26 e seguintes.

⁵⁶ Esta rua localizar-se-ia na freguesia de S. Bartolomeu e encontramos-la referenciada num emprazamento de S. Pedro em 1307 (VARANDAS, Carla Patrícia Rana – *A Colegiada de S. Pedro...*, cit., doc. 16).

⁵⁷ Ver *Atlas*, p. 51 e 77.

⁵⁸ Em 1532, identificam-se aí prédios do concelho (TRINDADE, Luísa – *A casa corrente...*, cit., Anexo 2).

⁵⁹ Sobre o aparecimento deste topónimo ver, ROSSA, Walter – *DiverCidade. Urbanografia do espaço de Coimbra até ao estabelecimento definitivo da Universidade*. Coimbra: Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2001 (tese de doutoramento policopiada), p. 429; TRINDADE,

adquiria, para uma sociedade, até essa altura, habituada a arruamentos de terra batida. Com uma localização mais periférica, a Nascente da freguesia de Santa Justa, tal designação reconhece-se para outro percurso, desde 1379⁶⁰.

Finalmente, diga-se que as especificidades do traçado das ruas, bem como a composição e a configuração dos edifícios que nelas se implantavam, condicionavam a paisagem urbana e, por sua vez, marcavam a forma como estas se denominavam. No arrabalde Norte de Coimbra, a Rua de Quatro Cantos⁶¹ e a Rua de Palhais⁶² representavam dois bons exemplos do que acabamos de dizer. Este último topónimo reconhece-se, igualmente, na cidade de Torres Vedras⁶³.

2. Paisagem e características naturais

Como pudemos constatar, as estruturas edificadas, os materiais e as técnicas de construção destacavam-se na referenciação dos espaços da urbe, mas esta fazia-se, igualmente, pela nomeação de elementos que se demarcavam na paisagem natural. O rio, embora seja referido para localizar imóveis nas suas proximidades, ou para descrever o traçado de uma rua⁶⁴, não deu o nome a nenhum topónimo de Coimbra. Pelo contrário, as especificidades da natureza dos solos ou os declives do terreno imprimiram o seu cunho identificador, sobrevivendo, em alguns casos, até à contemporaneidade. A Noroeste da muralha, Coimbra apresenta uma zona

Luísa – A Praça e a Rua..., *cit.*, p. 125-127; e AUGUSTO, Octávio Cunha Simões – *A Praça de Coimbra e a afirmação da Baixa: origens, evolução urbanística e caracterização social*. Coimbra: Faculdade de Coimbra, 2012 (dissertação de mestrado policopiada), p. 80 e seguintes. Para uma contextualização nacional do processo de calcetamento das ruas e do aparecimento das calçadas, ver TRINDADE, Luísa – *Urbanismo...*, *cit.*, p. 687-743.

⁶⁰ Em 1379, identificava-se uma vinha com oliveiras e árvores e uma casa e cortinhal, acima da Rua de Quatro Cantos, que confrontava «com calçada nova que vai para Água de Maias» (ANTT, Col. S. Justa, m. 5, n. 118). Ver CAMPOS, Maria Amélia Álvaro de – *Santa Justa...*, *cit.*, p. 102.

⁶¹ Detectamo-la, pela primeira vez, em 1310 (ANTT, Col. S. Justa, m. 1, n. 7).

⁶² Detectamo-la, pela primeira vez, em 1300 (ANTT, Conv. Santana de Coimbra, m. 1, n. 105).

⁶³ Ver *Atlas*, p. 77.

⁶⁴ Ver TRINDADE, Luísa – *A casa corrente...*, *cit.*, Anexo 2.

de relevo acentuado que é chamado, desde a Idade Média, de Montarroio⁶⁵, denominação resultante da aglutinação dos termos *monte rubeo*⁶⁶, que nos dão testemunho, não só da elevação do terreno, como também da sua coloração, que neste caso seria o vermelho, característico de um solo argiloso. Por outro lado, na Baixa da cidade, encontrava-se outra designação referente à morfologia do solo na rua ou lugar de Coruche⁶⁷, que significaria ponto alto⁶⁸.

O nome Arnado, que sobreviveu até aos nossos dias, decorre da palavra *arena*⁶⁹ e caracterizava as zonas que, durante o período medieval e moderno, representavam a margem do rio de natureza arenosa. Em Coimbra, este nome está documentado desde o século XI e reconhecemo-lo também na cidade de Santarém⁷⁰. Dentro desta lógica de nomeação dos espaços, algumas zonas das cidades eram designadas de pedreiras, provavelmente por apresentarem afloramentos rochosos, que abasteceriam a cidade da pedra necessária à construção. Coimbra teria mais do que uma, mas para os séculos em estudo recolhemos, apenas, o exemplo da Pedreira de S. Sebastião⁷¹.

Por entre as designações toponímicas medievais, a natureza chega-nos, de igual modo, através da invocação de elementos referentes à fauna e

⁶⁵ Encontramo-lo, por exemplo, nos dois inventários de bens de 1395 e 1532 (TRINDADE, Luísa – *A casa corrente...*, cit., Anexo 1 e 2).

⁶⁶ Ver ALARCÃO, Jorge de – *Coimbra. A Montagem...*, cit., p. 153. Em bom rigor, deve dizer-se que *arroio* coloca dúvidas de identificação entre o substantivo *arroio* que significa regato ou o adjetivo *roio* referente a vermelho ou ruivo. No entanto, os historiadores de Coimbra tendem a considerar que este topónimo pretende caracterizar a coloração característica de um terreno argiloso, por oposição, por exemplo, ao topónimo Montes Claros, ver AZEVEDO, Maria Luísa Seabra Marques de – *Toponímia moçárabe...*, cit., p. 387-389.

⁶⁷ Pode ser identificado, por exemplo, no inventário dos bens régios (TRINDADE, Luísa – *A casa corrente...*, cit., Anexo 1) ou num emprazamento de S. Bartolomeu, de 1386 (GUARDADO, Maria Cristina Gonçalves – *A Colegiada de S. Bartolomeu...*, cit., doc. 105).

⁶⁸ Sobre as etimologias prováveis deste topónimo moçárabe, ver AZEVEDO, Maria Luísa Seabra Marques de – *Toponímia moçárabe...*, cit., p. 261-265.

⁶⁹ Ver ALARCÃO, Jorge de – *Coimbra. A Montagem...*, cit., p. 180. Arnado e arneiro são dois topónimos de raiz moçárabe que, derivando do vocábulo latino *arena*, ao contrário de formas galego-portuguesas como areia, areal, mantiveram o “n”, verificando-se a síncope do “e”, ver AZEVEDO, Maria Luísa Seabra Marques de – *Toponímia moçárabe...*, cit., p. 399-401.

⁷⁰ Arnado da Ribeira, ver *Atlas*, p. 65.

⁷¹ Referida no inventário do concelho em 1532 (TRINDADE, Luísa – *A casa corrente...*, cit., Anexo 2).

à flora⁷². Na cidade de Coimbra, o primeiro caso não é observável neste período, mas temos conhecimento de uma Rua dos Gatos em Guimarães⁷³. A Rua das Flores, em Torres Vedras⁷⁴ e a Rua da Erva⁷⁵, identificadas, por exemplo, em Braga, representavam algumas das alusões à flora, presentes na toponímia portuguesa. No arrabalde de Coimbra, desde os inícios do século XIII que se reconhece a área de Figueira Velha⁷⁶ que dará o nome à Rua⁷⁷ e, à já referida, Porta que lhe davam acesso. Já na entrada do século XV, damos conta da Rua de Figueiredo⁷⁸.

Na zona Nascente da freguesia de Santa Justa, num espaço de características rurais encontravam-se também as áreas de Vale Meão⁷⁹ e de Vale Melhorado⁸⁰ para as quais detectamos as respectivas ruas⁸¹ desde os finais da centúria de XIV e inícios da seguinte. Nestes casos, a utilização de tais adjectivos informa-nos acerca das características do terreno e, eventualmente, das suas qualidades agrícolas. Note-se que o topónimo Vale Melhorado pode ser encontrado, também, no arrabalde da cidade de Guimarães⁸².

As características naturais e as construções seriam os principais marcos visuais da paisagem que, na malha urbana, se evidenciariam como sinais de referência e orientação. No entanto, a toponímia medieval portuguesa

⁷² Sobre a alusão da flora nos topónimos medievais da região de entre Douro e Mondego, ver VELOSO, Maria Teresa Nobre – A flora de entre Douro e Mondego segundo a fitotoponímia do *Livro Preto* da Sé de Coimbra. *Anuário da Sociedade Broteriana*, LXVII (2009) 9-39.

⁷³ Ver *Atlas*, p. 15.

⁷⁴ Ver *Atlas*, p. 77.

⁷⁵ Ver *Atlas*, p. 11.

⁷⁶ Ver, por exemplo, de Janeiro de 1238, ANTT, Cabido Sé de Coimbra, 1ª inc., m. 12, n. 34.

⁷⁷ Detectamos esta rua, por exemplo, no ano de 1322 (ANTT, Cabido Sé de Coimbra, 1ª inc., m. 2, n. 53). Reconhecemo-la, constantemente, nos séculos XIV, XV e XVI (ANTT, Col. S. Justa, m. 26, n. 560 e TRINDADE, Luísa – *A casa corrente...*, cit., Anexo 2).

⁷⁸ De 1407 (ANTT, Col. S. Justa, m. 26, n. 556).

⁷⁹ ANTT, Col. S. Justa, m. 9, n. 169, datado de 1339.

⁸⁰ ANTT, Col. S. Justa, m. 21, n. 426, datado de 1373.

⁸¹ Reconhecemos a Rua de Vale Melhorado, pela primeira vez, no ano de 1376 (ANTT, Col. S. Justa, m. 21, n. 426) e a Rua de Vale Meão no ano de 1424 (ANTT, Col. S. Justa, m. 21, n. 415).

⁸² Ver *Atlas*, p. 15 e FERREIRA, Maria da Conceição Falcão – *Guimarães...*, cit., p. 369.

estava ainda carregada de identificações que se reportavam às actividades económicas da cidade e que nos cumpre aqui sublinhar.

3. Actividades artesanais e comerciais e outras profissões

Não temos conhecimento para Coimbra da existência de normativas régias ou concelhias que obrigassem ao arruamento das actividades artesanais e comerciais⁸³. No entanto, no século XIV, este estava já perfeitamente estabelecido, resultante de uma tendência de agrupamento espontâneo que conviria aos profissionais, mas também às autoridades concelhias⁸⁴. Isto porque o agrupamento das profissões por ruas específicas facilitava a vigilância do município no sentido de controlar a qualidade e os preços dos produtos. Por outro lado, a maioria destas profissões implicava vários níveis de poluição e, por isso, devia distanciar-se dos locais centrais da cidade. Em Lisboa, por exemplo, durante o século XV, proibiu-se o estabelecimento de artífices, como fossem os tanoeiros, os ferreiros e os sapateiros, na Rua Nova, acautelando a manutenção e a limpeza desse eixo viário⁸⁵.

Designações como Rua dos Tanoeiros⁸⁶, dos Caldeireiros⁸⁷, dos Peliteiros⁸⁸, dos Oleiros⁸⁹, dos Fuseiros⁹⁰ entre outros, referentes a arruamentos localizados no arrabalde de Coimbra, dão-nos, desde logo, um testemunho

⁸³ Cf. ROSSA, Walter – *DiverCidade...*, cit., p. 454.

⁸⁴ Cf. COELHO, Maria Helena da Cruz – O Povo – A identidade e a diferença no trabalho in SERRÃO, Joel e MARQUES, A. H. de Oliveira (dir.) – *Nova História de Portugal*, vol. III, COELHO, Maria Helena da Cruz e HOMEM, Armando Luís de Carvalho (coord.) – *Portugal em Definição de Fronteiras*. Lisboa: Presença, 1996, p. 281.

⁸⁵ Cf. GONÇALVES, Iria – Posturas Municipais e vida urbana na Baixa Idade Média: o exemplo de Lisboa in *Um Olhar sobre a cidade Medieval*. Cascais: Patrimonia Historica, 1996, p. 89.

⁸⁶ Encontramo-la, por exemplo, no inventário dos bens do monarca (TRINDADE, Luísa – *A casa corrente...*, Anexo 1).

⁸⁷ Em 1365, a igreja de S. Bartolomeu emprazou umas casas nessa rua (GUARDADO, Maria Cristina Gonçalves – *A Colegiada de S. Bartolomeu...*, cit., doc. 64).

⁸⁸ Reconhecia-se aí um sôtão pertencente ao rei (TRINDADE, Luísa – *A casa corrente...*, cit., Anexo 1).

⁸⁹ Em 1532, é referido o Terreiro das Olarias (TRINDADE, Luísa – *A casa corrente...*, cit., Anexo 2).

⁹⁰ Reconhecemos o topónimo Quintal dos Fuseiros, desde 1310 (ANTT, Col. S. Justa, m. 1, n. 7) e o de Rua dos Fuseiros, desde 1373 (ANTT, Col. S. Justa, m. 33, n. 737).

das diferentes produções que aí tinham lugar. Este género de topónimos surgia em todas as cidades portuguesas⁹¹ à semelhança do que acontecia noutros países europeus⁹², reflectindo uma organização pensada dos habitantes das cidades nos seus diferentes espaços, de acordo com as profissões que desempenhavam.

Mas a distribuição dos habitantes pelas ruas e bairros da cidade podia fazer-se também por questões de ordem moral, por princípios étnicos e religiosos e de origem geográfica.

Assim, é frequente encontrarmos a Mancebia⁹³ ou a Rua da Putaria⁹⁴, onde habitavam e exerciam a sua actividade as prostitutas das cidades. Também neste caso falamos de arruamentos que começaram por se definir de forma espontânea e que, a partir do século XIV, passaram a ser obrigatórios por imposições concelhias e régias⁹⁵. Durante o último quartel de Trezentos, identificamos, em Coimbra, a designação de Mancebia⁹⁶. Tal área que se localizava na saída Norte da cidade, terá perdido essas funções, posteriormente, uma vez que, no século XVI, no inventário do concelho, se registavam bens, na rua que foi mancebia⁹⁷.

4. Minorias religiosas e estrangeiras

As judiarias, por seu turno, eram o bairro de residência dos judeus. A presença destes bairros nas cidades medievais portuguesas foi constante até ao ano de 1496⁹⁸, quando se ordenou a expulsão destas minorias

⁹¹ Ver *Atlas*.

⁹² Para o caso francês, cf. BILLY, Pierre-Henri – Essai de typologie historique des désignations ononymiques in BOUVIER, Jean-Claude et GUILLON, Jean-Marie – *La Toponymie...*, cit., p. 17-37.

⁹³ Reconhecemos Mancebias para cidades como Leiria e Torres Vedras (*Atlas*, p. 51 e 77).

⁹⁴ Reconhecemos este topónimo, por exemplo, na cidade da Guarda (*Atlas*, p. 33).

⁹⁵ Sobre estas ruas ou bairros, ver BEIRANTE, Maria Ângela – As Mancebias nas Cidades Medievais Portuguesas in *O Ar da Cidade. Ensaios de História Medieval e Moderna*. Lisboa: Colibri, 2008, p. 7-24.

⁹⁶ Por exemplo, ANTT, Col. S. Justa, m. 11, n. 207, com data de 1374.

⁹⁷ TRINDADE, Luísa – *A casa corrente...*, cit., Anexo 2.

⁹⁸ Ver, por exemplo, TAVARES, Maria José Ferro – Os Judeus em Portugal, in SARAIVA, José Hermano (dir.) – *História de Portugal*, vol. 2. Lisboa: Alfa, 1983, p. 659-671 e

étnicas do território nacional. As primeiras medidas que se conhecem de regulamentação das comunidades judaicas, fixadas em Portugal, datam de meados do século XIV. Estes grupos que, até esse momento, habitavam, preferencialmente, em ruas centrais, privilegiadas para a actividade comercial, foram obrigados pelo poder central a ocupar bairros na periferia, onde, entre outras restrições, se impunha o encerramento das portas durante a noite⁹⁹. Neste sentido, reconhecemos em Coimbra dois espaços designados por judiaria¹⁰⁰. A Judiaria Velha, correspondente à primeira localização do bairro judaico em Coimbra – ainda que fora das muralhas, representava um espaço central, entre o mosteiro de Santa Cruz e a igreja de Santiago e junto das principais ruas de comércio do arrabalde – e a Judiaria Nova¹⁰¹ ou do Arrabalde¹⁰², conhecida a partir da segunda metade de Trezentos, localizada no arrabalde setentrional da cidade – bem distanciada desses focos de dinamismo comercial¹⁰³.

Dois períodos de ocupação islâmica (714-878 e 987-1064) cunharam a matriz cultural e social de Coimbra, assim como a morfologia do seu urbanismo¹⁰⁴ e dos seus edifícios de poder¹⁰⁵. Tal presença deixou, para

TRINDADE, Luísa – Jewish communities in portuguese late medieval cities: space and identity in CARVALHO, Joaquim (ed.) – *Religion, ritual and mythology: aspects of identity formation in Europe*. Pisa: Plus-University Press, 2006, p. 61-81 (http://www.academia.edu/319061/Jewish_Communities_In_Portuguese_Late_Medieval_Cities_Space_and_Identity, consultado em 2013.01.10).

⁹⁹ Ver TRINDADE, Luísa – *Urbanismo...*, cit., p. 619-665.

¹⁰⁰ Sobre as judiarias de Coimbra, ver GOMES, Saul António – *A Comunidade Judaica de Coimbra Medieval*. Coimbra: Inatel, 2003; GOMES, Saul António – *Ser-se judeu na Coimbra medieval in Minorias étnicas e religiosas em Portugal. História e actualidade*. Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade, 2002, p. 61-82 e ALARCÃO, Jorge de – *As Judiarias de Coimbra in Coimbra Judaica. Actas*, Coimbra, Câmara Municipal, p. 2009.

¹⁰¹ Sobre este arruamento, ver CAMPOS, Maria Amélia Álvaro de – *Santa Justa...*, p. 113-120.

¹⁰² Reconhecemos estas duas designações: Judiaria Nova (ver ANTT, Col. S. Justa, m. 27, n. 604) e Judiaria do Arrabalde (ver ANTT, Col. S. Justa, m. 37, n. 833).

¹⁰³ No inventário dos bens régios, são identificados diversos imóveis na Judiaria Velha da cidade (TRINDADE, Luísa – *A casa corrente...*, cit., Anexo 1).

¹⁰⁴ Ver PICARD, Christophe – *Le Portugal Musulman (VIII^e-XIII^e). L'occident d'al-Andalus sous domination islamique*. Paris: Maisonneuve et Larose, 2000, p. 221-239.

¹⁰⁵ Entre outros exemplos, destaque-se o edifício da alcáçova, ver PICARD, Christophe – *Le Portugal...*, cit., p. 231-236 e PIMENTEL, Filipe – *A Morada da Sabedoria. O paço real de Coimbra das origens ao estabelecimento da Universidade*. Coimbra: Faculdade de Letras, 2003, p. 133-187 (publ. por Ed. Almedina, 2006).

sempre, o seu vestígio na toponímia de raiz árabe e moçárabe, à qual se tem feito referência, neste trabalho. Ao contrário de outras cidades do centro e sul do país – tais como Óbidos, Santarém, Évora e Silves¹⁰⁶ – aqui, não identificamos o bairro da mouraria¹⁰⁷. Todavia dois dos principais marcos de referência topográfica, para a cidade Baixa, eram, precisamente as Portas Mouriscas¹⁰⁸. Conhecemos duas estruturas com este nome, sendo que uma delas permaneceu como referência topográfica, pelo menos até ao século XVI¹⁰⁹.

Por fim, na análise da toponímia conimbricense reconhecemos também o estabelecimento, datável desde o século XI, de habitantes provenientes de outras nações. Até aos finais do século XIV, a rua que depois será chamada de Calçada era identificada como Rua dos Francos¹¹⁰, atestando a residência em tal local de habitantes dessa nacionalidade. Acreditamos que, para o período em estudo, estes grupos estivessem já diluídos no que seria o enquadramento social da cidade, porém a sua presença foi significativa desde o período da reconquista cristã do território português¹¹¹.

Vimos que a toponímia medieval de Coimbra se inseria na tendência geral de nomeação e identificação dos espaços das outras cidades portuguesas, bem como de alguns outros centros urbanos europeus. Aqui, às ruas, aos caminhos e aos adros atribuíam-se os nomes de estruturas edificadas que se demarcavam na paisagem urbana; nas designações toponímicas fixavam-se as características da natureza que sobressaíam na malha citadina;

¹⁰⁶ Ver *Atlas*, p. 61, 65, 83 e 89.

¹⁰⁷ Sobre as marcas da presença islâmica na cidade portuguesa ver TRINDADE, Luísa – *From Islam to Christianity: Urban Changes in Medieval Portuguese Cities* in CARVALHO, Joaquim Ramos de (ed.) – *Religion and power in Europe: conflict and convergence*. Pisa: Plus – University Press, 2007, p. 29-52. Sobre as mourarias ver, especificamente, p. 38-44 (http://www.academia.edu/319062/From_Islam_to_Christianity_Urban_Changes_In_Medieval_Portuguese_Cities, consultado em 2013.01.10).

¹⁰⁸ Ver, por exemplo, ANTT, Col. S. Justa, m. 27, n. 624, no qual, em 1350, se referenciam umas casas «sobre a Porta Mourisca».

¹⁰⁹ Ver ROSSA, Walter – *DiverCidade...*, cit., p. 356 e 476 e ALARCÃO, Jorge de – *Coimbra. A Montagem...*, cit., p. 169-171.

¹¹⁰ TRINDADE, Luísa – *A Praça e a Rua...*, cit., p. 124.

¹¹¹ Ver, por exemplo, GOMES, Saul António – *Os Grupos Étnico-religiosos e os Estrangeiros* in SERRÃO, Joel e MARQUES, A. H. de Oliveira (dir.), *Nova História...*, cit., p. 371-383.

e identificavam-se os espaços de acordo com as profissões, as origens étnicas e geográficas dos seus habitantes.

Sublinhámos o papel preponderante que assumiam o castelo e a alcáçova que, pela imponência das suas dimensões e características arquitectónicas, bem como pelo valor simbólico da sua função político-militar, se apresentavam como marcos de referência do espaço intramuros da cidade, dando o nome aos seus principais eixos viários. Por outro lado, observámos a alusão aos templos religiosos de maior ou menor imponência, cujos nomes dos padroeiros se evocavam nas designações das ruas que lhes davam acesso, assim como no nome dos adros onde estes se fixavam. A evocação recorrente destes edifícios laicos e religiosos na toponímia medieval é demonstrativa da relevância que estas estruturas assumiam, do ponto de vista simbólico, no quotidiano dos homens, que se sentiram na dependência do poder e autoridade dos primeiros e do valor espiritual dos segundos, onde iriam rezar e receber os sacramentos.

De entre os topónimos referentes aos espaços edificados, distinguimos também aqueles decorrentes da proximidade a equipamentos públicos de funções variadas, como o abastecimento e a condução de água, à ponte, bem como aos estabelecimentos de transformação e de comércio de produtos alimentares. De igual modo, encontrámos designações referentes às características de construção dos eixos viários, à morfologia dos seus traçados e à tipologia das construções que neles se implantavam. Para além da valorização das construções que se impunham na urbe, a toponímia revelava igualmente as marcas da paisagem natural.

Apreendemos como no arrabalde de Coimbra, espaço onde se implementava a grande maioria das actividades artesanais, de transformação de matérias-primas e de comércio de produtos, as ruas ganhavam o nome dos mesteres que nelas tinham lugar, dando conta de uma organização do espaço em função dos grupos socioprofissionais que o povoavam. De igual modo, as prostitutas, de forma voluntária ou obedecendo a normativas régias e concelhias, fixavam-se numa rua ou num espaço próprio, designado de Mancebia. Finalmente, sublinhámos também a existência de ruas ou bairros diferenciados por neles se fixarem minorias religiosas ou imigrantes.

Estamos, pois, perante um sistema de identificação dos espaços assente numa visão objectiva, que os caracterizava pelas estruturas que neles

sobressaíam, pelo seu valor funcional e utilitário e pelas características dos seus habitantes, organizados por grupos socioprofissionais, ou pela sua proveniência geográfica e étnico-religiosa.

O tipo de estudo que realizámos não nos permite apresentar conclusões de natureza quantitativa. Contudo, a análise dos topónimos medievais de Coimbra parece apontar para a prevalência das designações que referiam os nomes dos principais edifícios da cidade. De entre elas, encontramos principalmente aquelas que se referiam às estruturas afectas aos edifícios eclesiásticos. Facto que denuncia, não só a forte presença de templos religiosos – numa cidade que era sede de diocese, que se dividia numa rede paroquial vasta e acolhia numerosos mosteiros –, mas também o preponderante papel que estes edifícios exerciam na malha urbana – promovendo o povoamento e a definição de adros, ruas e bairros nas suas proximidades.

Erasmus: la araña y el escarabajo

Virginia Iommi Echeverría

Instituto de Historia – Pontificia Universidad Católica de Valparaíso

virginia.iommi@ucv.cl

Texto recebido em /Text submitted on: 25/03/2013

Texto aprovado em /Text approved on: 17/11/2013

Resumo/Abstract:

A partir de la famosa alegoría que identifica a los antiguos con las abejas y a los modernos con las arañas, el presente artículo indaga en los orígenes renacentistas de esta última comparación. Considerando la conocida labor de Erasmo de Rotterdam en la difusión de esta figura metafórica, este trabajo aborda el posible proceso de elaboración de dicho símbolo desde la lectura de los *Jeroglíficos* de Horapolo, las *Etimologías* de Isidoro de Sevilla y el *Libro sobre las propiedades de las cosas* de Bartolomeo Ánglico.

This article analyzes the Renaissance origin of the famous allegory which identifies Ancients with bees and Moderns with spiders. Considering Erasmus of Rotterdam's role in the spreading of this metaphor, it deals with the process of elaboration of the symbol taking into account the relevance of Horapolo's *Hieroglyphics*, Isidore of Seville's *Etymologies* and Bartholomew Anglicus' *On the Properties Things*.

Palavras chave/Keywords:

Erasmo de Rotterdam; Simbología animal; Jeroglíficos; Modernidad; Renacimiento

Erasmus of Rotterdam; Animal Symbolism; Hieroglyphs; Modernity; Renaissance.

I

Cuando Jonathan Swift (1667-1745) escribió su famoso prolegómeno *La Batalla de los Libros* publicado en 1704, la disputa entre los valores de la creatividad moderna y los méritos de la imitación llevaba décadas entusiasmando a literatos y filósofos europeos.¹ En su obra, Swift imaginaba una guerra entre los libros clásicos y modernos de una biblioteca. En el relato de la contienda un roído volumen de Esopo tenía un rol protagónico, pues paragonaba la controversia en las repisas con otra instaurada en la esquina de una ventana. Allí una abeja disturbaba la tranquilidad de una araña. Enfurecida por la osadía, ésta le reprochaba su inferioridad como especie y se vanagloriaba de su capacidad matemática para construir su sofisticada tela extrayendo la materia de sí misma. La abeja replicaba reconociendo que si bien su miel y cera eran producto de su recolección en flores y jardines, se trataba de elementos nobles y duraderos, a diferencia del veneno y la frágil tela. Luego de escuchar este diálogo, el volumen de Esopo reconocía que era posible ajustar el razonamiento de ambos seres a la querella literaria, identificando la araña con los modernos y la abeja con los antiguos.²

Pese a que este breve fragmento constituye una de las alegorías más difundidas de la disputa, no se trata de una figura original.³ Si por una parte Swift reproducía una remota idea – presente ya en Horacio – según la cual los méritos de la abeja eran dignos de admiración y elogio,⁴ para el caso

¹ LEVINE, Joseph – Ancients and Moderns reconsidered. *Eighteenth-Century Studies*. 15 (1981) 72-89.

² SWIFT, Jonathan – *A Tale of a Tub*. Londres: Thomas Tegg, 1811, p. 254-259.

³ Roberta F. Sarfatt Borkat señala que Swift revirtió la imaginaria tradicional, volviendo la metáfora de los “modernos” contra ellos mismos. SARFATT BORKAT, Roberta F. – The Spider and The Bee: Jonathan Swift’s reversal of tradition in *The Battle of the Books*. *Eighteenth-Century Life*. 3 (1976) 44-46. Para una lectura de la fábula de Swift como teoría de la creación literaria ver también HINNANT, Charles H. – The ‘Fable of the Spider and the Bee’ and Swift’s Poetics of Inspiration. *Colby Quarterly*. 20 (1984) 129-136.

⁴ FUMAROLI, Marc – *Le api e i ragni. La disputa degli Antichi e dei Moderni*, Trad. Graziella Cillario y Massimo Scotti. Milán: Adelphi, 2005. Analizando el alcance y las variaciones del simbolismo de la abeja en la literatura europea, Fumaroli aborda la concepción de John Keats, quien llamando a los poetas a ser flores y no abejas terminaría –quizás sin quererlo– por reivindicar a la vil y egoísta araña como símbolo de la vanguardia del lirismo individual moderno, ver p. 264-267.

de la araña su referente era mucho más cercano. A inicios del siglo XVII, Francis Bacon (1561-1626) afirmaba en *The Advancement of Learning*:

“For the wit and mind of man, if it work upon matter, which is the contemplation of the creatures of God, worketh according to the stuff and is limited thereby; but if it work upon itself, as the spider worketh his web, then it is endless, and brings forth indeed cobwebs of learning, admirable for the fineness of thread and work, but of no substance or profit.” (I, IV, 5)⁵

Este párrafo contiene dos ideas que reaparecen en el texto de Swift: la limitación del trabajo de las arañas, admirable por su dedicación y delicadeza pero absolutamente vano, y la concepción de ella como un ser independiente. La primera de estas nociones tendría su origen en la comparación antigua entre los argumentos dialécticos y las telarañas, las cuales, aunque parecían manifestar artificio, eran en realidad inútiles.⁶ La segunda idea sería retomada por Bacon en su *Novum Organum* de 1620, donde asemejaría el trabajo de los racionalistas a las arañas que forman telas sacándolas de sí mismas – *racionales, araneorum more, telas ex se conficiunt* (I, 95).⁷ Es justamente en este segundo significado simbólico que nos concentraremos, pues se trata de una elaboración propiamente renacentista. Si bien es posible identificar antecedentes clásicos y medievales, será solo desde el siglo XVI que la araña se convertirá en el emblema de la autonomía creativa. En este trabajo intentaremos reconstruir la fabricación de esta figura considerando además del legado literario, la tradición naturalista.

II

La imagen de la araña como sinónimo de singularidad inventiva ha sido rastreada hasta las *Metamorfosis* de Ovidio (43 a.C-17 d.C) y su

⁵ BACON, Francis – *The Advancement of Learning*. Rockville: Serenity Publishers, 2008, p. 31.

⁶ BOWERS, Robert Hood – Bacon’s Spider Simile. *Journal of the History of Ideas*. 17 (1956) 133-135.

⁷ Aunque en el *Novum Organum* Bacon identifica a los modernos con las abejas y Swift en cambio con los antiguos, es evidente que para ambos la araña representa los vicios de la presunción. Ver SARFATT BORKAT, Roberta – *The Spider and the Bee...*, cit.

narración de la historia de Aracne, la gran tejedora que osó desafiar a Minerva representando en un tapiz diversos episodios de infidelidades de los dioses. Enfurecida por el motivo, la diosa destruyó la obra, no sin antes reconocer su perfecta ejecución. Aracne avergonzada se ahorcó y Minerva, compadeciéndose de ella, le permitió vivir convertida en araña.

Si bien la figura de Aracne ha simbolizado desde entonces la presunción humana frente al orden divino, no siempre ha estado ligada a la independencia creativa. No obstante Ovidio afirma en uno de sus versos que la araña extrae de su vientre la materia de su tela – *cetera venter habet: de quo tamen illa remittit stamen et antiquas exercet aranea telas* (VI, 144-145) – durante muchos siglos este rasgo fue olvidado u omitido en las interpretaciones. Esto se debió a la combinación de la tradición veterotestamentaria, en la que la obra del arácnido simboliza la fragilidad e inutilidad (Job, 8:13-15; Isaías, 59:5-6), con el juicio a la vanidad desafiante de la tejedora, centrando las lecturas del mito en la condena moral del vano intento humano por alterar el orden divino,⁸ y desviándola de su capacidad productiva.

Solo a comienzos del siglo XVI la idea presente en el relato del poeta romano sería recuperada por Erasmo de Rotterdam (1466-1536). Según afirma Sylvie Ballestra-Puech, su originalidad consistió en explorar la metáfora de la tela como creación independiente. Esto permitió ver en la araña la figura por excelencia del ateísmo e insistir en el sentido bíblico de la fragilidad de su obra sin Dios: *Pour Erasme, comme pour Ovide, Arachné est une figure de la création humaine qui affirme son autonomie par rapport à l'ordre divin.*⁹

Para la autora, la gran variedad de alusiones a la araña en la obra de Erasmo permiten intuir que su lectura de Ovidio se inserta en la interpretación de las tradiciones bíblica y greco-latina, reconociendo, sin embargo, el matiz particular otorgado a la figura por el humanista holandés.¹⁰

Creemos que este renovado significado simbólico debe ser interpretado como resultado de una búsqueda emprendida por Erasmo con el fin de cristalizar en un emblema las preocupaciones centrales del pensamiento de

⁸ BALLESTRA-PUECH, Sylvie – *Métamorphoses d'Arachné. L'artiste en araignée dans la littérature occidentale*. Ginebra: Droz, 2006, p. 19-138.

⁹ BALLESTRA-PUECH, Sylvie – *Métamorphoses...*, cit., p. 113-114.

¹⁰ BALLESTRA-PUECH, Sylvie – *Métamorphoses...*, cit., p. 109.

su época. Con esta intención, proponemos indagar primero en el significado de la metáfora antes que en la imagen misma.

III

La renovada posición del hombre en el mundo expresada en la introducción a las *Conclusiones Philosophicae, Cabalisticæ et Theologicae* – conocida como *Discurso sobre la Dignidad del Hombre* – de Giovanni Pico della Mirandola (1463-1494), es posiblemente uno de los aspectos más destacados de la cultura renacentista. Sería ingenuo, no obstante, proponer que la *dignitas homini* como concepto constituye una novedad, pues está presente en los Padres de la Iglesia, la filosofía antigua y la misma Biblia.¹¹ Sin embargo, como subraya Jean Claude Margolin, su particularidad reside en la noción de libre albedrío ilimitado del hombre, perfectamente compatible con la idea de creación divina. El hombre puede completar la obra del creador, no substituyéndolo, sino colaborando con él.¹² Como ha demostrado el historiador, Erasmo no solo leyó y admiró la obra del humanista italiano, sino que reprodujo esta idea contenida en el famoso discurso. Así, llegará a afirmar que los hombres no nacen tales, sino que devienen por invención (*Homines, mihi crede, non nascuntur, sed finguntur*). Para Erasmo, como para Pico della Mirandola, el trabajo del hombre sobre sí mismo le otorga progresivamente su rostro humano.¹³ Mientras el autor italiano comparará al hombre con un camaleón que tiene la capacidad de transformarse y cambiar, Erasmo se centrará en el carácter simbólico de su creación.

Como hemos visto, el humanista holandés recuperó el sentido ovidiano de la araña como imagen de la creación independiente. Este énfasis parece ser el resultado de una pensada elección en un momento en el cual la emblemática animal vivía uno de sus períodos más fecundos. Una de las

¹¹ GARIN, Eugenio – La ‘dignitas hominis’ e la letteratura patristica. *La Rinascita* 1 (1938) 102-146; MARGOLIN, Jean-Claude – Pic de la Mirandole et Erasme de Rotterdam en GARFAGNINI, Gian Carlo (ed) – *Giovanni Pico della Mirandola. Convegno internazionale di studi nel cinquecentesimo anniversario della morte (1494-1994)*. Florencia: Leo S. Olschki Editore, 1997, p. 551-576.

¹² MARGOLIN, Jean-Claude – Pic de la Mirandole et Erasme..., *cit.*, p. 560.

¹³ MARGOLIN, Jean-Claude – Pic de la Mirandole et Erasme..., *cit.*, p. 561.

principales causas de esta renovada fascinación fue el redescubrimiento en 1419 de un manuscrito de los *Hieroglyphica* de Horapolo. Se trataba de una compilación de símbolos redactada por un supuesto mago egipcio del siglo V, que vino a complementar el aprecio por los bestiarios medievales otorgándole un carácter místico y neoplatónico al gusto renacentista por el significado de las imágenes.¹⁴

Ya en el siglo XV circulaban en Florencia al menos cuatro manuscritos de la obra, la que fue editada por primera vez en 1505. Durante los siguientes cien años aparecieron no menos de treinta ediciones y traducciones del texto. De las casi doscientas imágenes descritas en el repertorio, ninguna de ella corresponde a la araña.¹⁵

El único jeroglífico que se aproxima en significado al atribuido por Erasmo y Bacon a la araña es el escarabajo. Horapolo señala que este simboliza aquél que se engendra a sí mismo, pues, así lo creían entonces, el macho crea la larva a partir del estiércol.¹⁶ Aunque la semejanza con la alegoría de la araña es evidente, las impresiones renacentistas no dejan lugar a dudas. La primera edición ilustrada es una traducción francesa de 1543 y la imagen precisa las inconfundibles características fisonómicas del insecto, por lo que no podemos proponer un deslizamiento del significado de la alegoría egipcia a la araña.

Erasmo abordó la figura del escarabajo al menos seis veces en sus *Adagia*.¹⁷ En ninguna de ellas retomó el significado explícito planteado en los *Hieroglyphica*, a pesar de haber conocido bien la obra. Según Karl Giehlow, el comentario erasmiano de proverbios tradicionales publicado por

¹⁴ DIECKMANN, Liselotte – Renaissance Hieroglyphics. *Comparative Literature* 9 (1957) 308-321; IVERSEN, Erik – Hieroglyphic Studies of the Renaissance. *The Burlington Magazine* 100 (1958) 15-21.

¹⁵ No así la abeja, la cual representa la obediencia del pueblo a su rey (Libro I, 62). *The Hieroglyphics of Horapolo*, traducido por George Boas. Princeton-Chichester: Princeton University Press, 1993, p. 70.

¹⁶ En realidad el escarabajo construye un nido subterráneo en el que deposita el estiércol junto a los huevos para que las larvas se alimenten de este. Sobre los errores entomológicos de Horapolo ver WEISS, Harry B. – The entomology of the Hieroglyphics of Horapolo. *Journal of the New York Entomology Society* 36 (1928) 119-122.

¹⁷ II, X, 3 (1903: Tolle tolle mazam quam ocissime scarabeo); II, X, 5 (1905: Abominandus scarabeus); III, II, 39 (2139: Scarabeo nigrrior); III, II, 45 (2145: Scarabei umbrae); III, VII, 1 (2601: Scarabeus aquilam quaerit); IV, VIII, 94 (3794: Scarabeo citius persuaseris).

primera vez en 1500, adquirió una forma más definitiva gracias al contacto del autor hacia 1508 con la Academia aldina, responsable de la primera edición de Horapolo.¹⁸ El más acabado análisis del insecto está contenido en su comentario a la fábula del águila y el escarabajo.¹⁹ Allí describe su proceso reproductivo, pero no lo vincula con el símbolo del que nace solo del macho. Para Erasmo el escarabajo representa la suciedad y, siguiendo a Plutarco, al guerrero eminente.²⁰ El silencio del erudito humanista sobre la metáfora de Horapolo creemos debe interpretarse desde un punto de vista teológico.

En la primera traducción latina de los *Jeroglíficos* – publicada, tal como la edición definitiva de los *Adagia*, por Froben – Bernardo Trebazio utiliza el concepto latino *unigenitus* para el griego *monogenes*.²¹ Se trata de la misma palabra con la cual se designa a Cristo, generación singular del Padre.²² Para un estudioso de la Biblia y la teología cristiana como Erasmo, era aconsejable evitar la coincidencia simbólica entre un insecto muchas veces despreciable y el Hijo de Dios. Esta postura, sin embargo se oponía a una tradición cristiana primitiva que aún subsistía en el siglo XVI. Ambrosio de Milán había comparado en varias ocasiones al escarabajo con Cristo y Albrecht Dürer había utilizado el simbolismo religioso del coleóptero en algunas de sus obras.²³ Yves Cambefort sugiere incluso que

¹⁸ GIEHLOW, Karl – *Hieroglyphica. La conoscenza umanistica dei geroglifici nell'allegoria del Rinascimento. Una ipotesi*, edición italiana a cargo de Maurizio Ghelardi y Susanne Müller. Turín: Nino Aragno Editore, 2004, p. 204.

¹⁹ Erasmo enfatiza el paradójico poder del animal pequeño frente al águila, lo cual habría incidido en el desarrollo iconográfico de las ilustraciones de la fábula durante el Renacimiento. BERNAT VISTARINI, Antonio – *Imago Veritatis*. La circulación de la imagen simbólica entre fábula y emblema. *Studia Aurea* 1 (2007), (<http://www.studiaaurea.com/article/view/v1-bernat>, consultado en 2013.03.25)

²⁰ Io. Frobenius Studiosis Omnibus S.D. *Accipito candide lector; Erasmi Roterodami, proverbiorum Chiliadas*. Basilea: Froben, 1515, p. 523-534. La fábula aparece brevemente descrita en la edición de 1508 Erasmo de Rotterdam – *Adagiorum chiliades tres*. Venecia: Aldo Manunzio, 1508, fol. 103r-v.

²¹ Johannes Frobenius Studiosis S.D. *Damus nunc vobis Orum Apollinem Niliacum de Hieroglyphicis notis a Bernardino Trebatio Veicetino latinitate donatum*. Basilea: Froben, 1518, fol. 9r.

²² SAN AGUSTÍN, *De trinitate* 6:2.

²³ CAMBEFORT, Yves – *Le scarabée et les dieux*. París: Boubée, p. 123, 158-159. Ver también RATCLIFFE, Brett C. – *Scarab Beetles in Human Culture. Coleopterists Society Monograph* 5 (2006) 85-101, especialmente p. 92.

el conocimiento del jeroglífico egipcio puede explicar el interés del pintor alemán por el significado religioso del escarabajo.²⁴ Erasmo en cambio, prefirió considerarlo bajo una luz negativa. Así lo demuestra Sincero Mantelli en su estudio sobre la adición erasmiana a un pasaje del *Comentario sobre Habacuc* de Jerónimo. A propósito de los maestros que predicán con fines venales, Jerónimo señala que su dios es el vientre y hacen todo por la comida que se convierte en estiércol. El humanista agregó *quia scarabaeus uel cantharus uermis est stercoris*, vinculando simbólicamente estos falsos maestros con las características conocidas del escarabajo.²⁵ Atento a las implicancias teológicas de la imagen, el humanista silenciaba una tradición para construir otra.

IV

La omisión del significado horapoliano del escarabajo en Erasmo revela la importancia que este le atribuía a la simbología en general y a la emblemática animal en particular. La idea del mundo como un enigma divino que debe ser interpretado por los iniciados reaparece una y otra vez en filósofos, artistas y científicos de la época. Por esto no es extraño que junto con la recuperación de textos antiguos los tan criticados manuales medievales que recopilaban la variedad de saberes hayan vivido una nueva juventud bajo los ojos atentos de los humanistas europeos. En esta categoría destaca particularmente la gran enciclopedia del franciscano Bartolomeo Ánglico (antes de 1203-1272), escolástico inglés formado en Oxford y profesor en la Universidad de París. Su obra titulada *De Proprietatibus Rerum*, fue escrita hacia 1240 como un compendio de fácil lectura para estudiantes. En el libro XVIII, capítulo X encontramos una interesante descripción de la araña:

“Aranea, ut dicit Isidorus libro 12, vermis est aeris, ab aeris nutrimento nominata, quae exiguo corpore longa fila deducit, et telae semper intenta numquam definit a labore, perpetuum sustinet in suo opere

²⁴ CAMBEFORT, Yves – *Le scarabée ...*, cit., p. 158.

²⁵ MANTELLI, Sincero – *Quia scarabaeus uel cantharus uermis est stercoris*. Una glossa erasmiana nel *Commentario ad Abacuc* di Gerolamo. *Augustinianum* 50 (2010) 443-451. Ver *Sextus tomus operum divi Hieronymi Commentarios in Duodecim Prophetas, quos minores vocant, iuxta utramque translationem continet*. Basilea: Officina Frobeniana, 1516, fol. 85r.

dispendium, quia saepe ad modicum flatum venti aut pluviae stillicidium rumpitur tela sua, et tunc totaliter prodit laborem suum.”²⁶

Este fragmento expresa con exactitud la idea erasmiana de la araña como ser independiente. La exposición de Ánglico se desliga del carácter estético del mito de Aracne, en el que la libertad creativa y la genialidad ocupan una posición central. La reseña naturalista permite enfatizar únicamente el aspecto físico de la labor de la araña. A pesar de su carácter medieval, no es extraño que Erasmo haya podido interesarse en este monumental tratado. La versión inglesa de John Trevisa (1342-1402) había sido publicada por primera vez en 1495, algunos años antes del viaje a Inglaterra del humanista holandés, por lo que es posible que haya tenido fácil acceso al texto. Asimismo el carácter amplio, empírico y detallista de la enciclopedia del franciscano constituía una fuente preciada de información.

Es interesante destacar que Ánglico cita, como rara vez lo hacían sus contemporáneos, la fuente de la imagen: las *Etimologías* del obispo del siglo séptimo Isidoro de Sevilla. Justamente en el libro doce, sección quinta, se refiere a los que llama vermes o animales que nacen de la carne, la madera o cualquier materia terrestre sin necesidad de acoplamiento:

“Aranea vermis aeris, ab aeris nutrimento cognominata; quae exiguo corpore longa fila deducit, et telae semper intenta numquam desinit laborare, perpetuum sustinens in sua arte suspendium.”²⁷

La descripción de la araña de Isidoro de Sevilla es reproducida casi textualmente por su lector inglés, pero a diferencia de este no alude a lo frágil de la creación sino que únicamente insiste en su permanente ocupación. De hecho, la imagen descrita por el autor hispano-visigodo recuerda a aquella delineada por Horapolo del escarabajo: de nacimiento no provocado por la unión del macho y de la hembra, la continuidad de la especie está determinada por la subsistencia autónoma de cada ejemplar. Aunque Erasmo fue crítico del autor de las *Etimologías*, en más de una ocasión reprodujo sus explicaciones.²⁸ En el caso de la araña, el legado medieval constituye uno

²⁶ ANGLICUS, Bartholomaeus – *Liber de proprietatibus rerum*. Estrasburgo, 1505.

²⁷ *Patrologia Latina*, vol. 82, col. 448.

²⁸ BEJCZY, István – *Erasmus and the Middle Ages: The Historical Consciousness of a Christian Humanist*. Leiden: Brill, 2001, p. 43.

de los factores centrales para explicar la elaboración simbólica realizada por el humanista. Su búsqueda de un emblema queda reflejada, por una parte, en el tácito rechazo al jeroglífico del escarabajo por motivos teológicos y, por otra, en la interpretación de la figura de Aracne a partir de lo que podemos denominar una descripción naturalista de los hábitos de la araña recogida de fuentes medievales. Erasmo fabricó el símbolo de la creatividad humana procurando recuperar quizás la única tradición que no presentaba al arácnido de manera peyorativa.

El rol reconocido a Erasmo en la recuperación del sentido ovidiano de la araña, puede ser interpretado como un complejo proceso de fabricación conceptual. A través de la consideración de referentes clásicos, medievales y renacentistas, el humanista construyó un símbolo que combinaba el legado literario, la tradición naturalista y las apreciaciones teológicas.

Inquisição e Caridade – O caso do tribunal inquisitorial de Lisboa no século XVI

Daniel Norte Giebels

Bolseiro de doutoramento da FCT

Colaborador do CHSC – Universidade de Coimbra

danielgiebels@gmail.com

Texto recebido em /Text submitted on: 27/05/2013

Texto aprovado em /Text approved on: 23/10/2013

Resumo/Abstract:

Nas insígnias da Inquisição portuguesa, confrontam-se a oliveira e a espada, símbolos de uma atuação antagonónica que sugeria simbolicamente o uso da repressão e da misericórdia face aos que prevaricavam hereticamente contra a fé católica. Todavia, enquanto a ação da “espada” tem assumido um claro protagonismo na história que é feita desta instituição, o conhecimento que se tem sobre a ação exercida sob o signo da “oliveira” resume-se, essencialmente, a uma análise do discurso inquisitorial, sobretudo lido na dimensão cénica e simbólica. Ignoram-se, por outro lado, atos de misericórdia e caridade que poderão ter contribuído para a construção dessa representação. Pretende-se assim, através de um diálogo entre duas estruturas em (re)organização durante o século XVI, a Inquisição e a caridade institucionalizada, determinar os contornos da intervenção do Santo Ofício no campo da beneficência, focando aspetos como as práticas de caridade, os critérios de seleção de pobres, as percepções sobre a pobreza e o impacto que esta atividade teve na organização do Tribunal, propondo, finalmente, uma perspetiva de análise que resgata uma das múltiplas faces desta instituição. A análise centra-se no tribunal inquisitorial de Lisboa e escora-se numa multiplicidade de fontes documentais, entre as quais se destacam os livros de tesouraria.

In the insignia of the Portuguese Inquisition, are confronted the olive tree and the sword, symbols of an antagonistic action that suggests the use of harshness and mercy to those who transgressed against the Catholic faith. However, while the action of the “sword” has taken on a clear role in the history of this institution, the knowledge we have regarding the action exerted under the sign of “olive” comes down, essentially, to a speech analysis mainly read in scenic and symbolic dimension. Are ignored, on the other hand, concrete practices of charity that may have contributed to the construction of this representation. The objective of this article is to, through a dialogue between two structures in (re) organization during the sixteenth century, the Inquisition and the institutionalized charity, determine the outlines of the intervention of the Holy Office in the field of welfare, focusing on aspects such as the practices of charity, the poor selection criteria, the perceptions on poverty and the impact this activity has had on the organization of the Inquisition, proposing, finally, a prospective analysis that rescues one of the multiple facets of this institution. The analysis focuses on the inquisitorial court of Lisbon and anchor in a variety of documentary sources.

Palavras chave/Keywords:

Inquisição; Pobreza; Caridade; Cárcere; Século XVI.

Inquisition; Poverty; Charity; Prison; Sixteenth century.

“Aos seis de Agosto [de 1571] deu o ditto thesoureiro a Pero Cremon e a seu companheiro, que andão comprindo sua penitencia com os habitos nesta cidade [de Lisboa], duzentos réis que os senhores inquisidores lhe mandarão dar per virem chorar a esta mesa que perecião à fome”¹.

Este registo de um livro de receita e despesa da Inquisição de Lisboa, além de testemunhar uma das formas de caridade prestada por aquele tribunal, revela ainda uma perspetiva distinta dos indivíduos da época sobre uma instituição justificadamente reputada pela sua muito severa dimensão repressiva. De facto, não foi a uma entidade consagrada exclusivamente à beneficência que estes dois reconciliados decidiram suplicar esmola, mas antes ao tribunal que os tinha sentenciado aos hábitos penitenciais que então vestiam. Esta representação algo antagónica do Santo Ofício consubstancia-se nas suas próprias insígnias, onde a simbologia da oliveira e da espada procurava evidenciar uma atuação que tanto seria misericórdiosa como castigadora mas, em última instância, redentora para aqueles que prevaricassem contra a fé católica². Neste contexto, poder-se-ia perspetivar a *caridade*, a *benignidade* e a *misericórdia* assumidas pelo Tribunal, terminologia empregue no próprio discurso inquisitorial, enquanto estratégia de poder ou, como Michel Foucault diria, uma conceção positiva do poder da qual a instituição não poderia prescindir para a exercitação da conceção negativa do mesmo poder. O que, no caso da Inquisição, seria certamente motivado por uma procura constante das cumplicidades sociais necessárias à sua atuação ou mesmo pela busca de legitimação política em contextos onde sua existência seria constantemente posta em causa³.

¹ Cf. Instituto Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (Lisboa) (ANTT) – Inquisição de Lisboa, Livro 332, fl. 57.

² A questão da emblemática foi abordada por Francisco Bethencourt na *História das Inquisições (...)*. Lisboa: Tema e Debates, 1996, p. 78-89. Este autor, embora avance com uma interpretação de uma simbologia aparentemente clara, acrescenta ainda que a falta de descrição sobre os significados destes símbolos leva à necessidade de aprofundar alguns aspetos mais enigmáticos destes, alertando, no entanto, para a fragilidade deste campo de análise.

³ Ver FOUCAULT, Michel – *Microfísica do Poder*. 23ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 2007. A terminologia referida – benignidade, misericórdia e caridade – foi, de resto, amplamente usada nas cartas inquisitoriais para outras instâncias ou mesmo nos acórdãos inquisitoriais que ditavam a entrega do réu à justiça secular para ser condenado. O próprio discurso apologético

Por outro lado, também o sigilo processual alcançado pela bula de 1547, assim como a afirmação da autonomia institucional do tribunal, exigiram que esta instância reservasse para si o auxílio prestado aos seus presos, substituindo as Misericórdias nesse papel⁴. Evitava-se assim a ingerência das elites locais que administravam estas confrarias, e impedia-se que os presos da Inquisição fossem abrangidos pelos privilégios concedidos pelos monarcas aos presos pobres da Misericórdia, nomeadamente no âmbito do processo penal⁵. Como tal, em 1552, a Inquisição afirmou, de uma forma perentória, a sua intenção de intervir no campo da beneficência, impondo cláusulas regimentais que evidenciam uma preocupação em atender aos casos de pobreza e de doença que surgiam no tribunal. Segundo o Regimento do Colégio da Doutrina da Fé, do referido ano, o alcaide e seus guardas deveriam dar consolação imediata a qualquer “pecoa agastada ou mal desposta”, agindo com “amor e dezejo de sua salvação”⁶. Previa-se ainda

que marcou a defesa do Tribunal, antes e depois da sua fundação, também poderia ser perspectivado enquanto conceção positiva do poder, sobretudo quando o objetivo do Tribunal passava pela salvação das almas e pela erradicação de uma heresia que seria a causa dos muitos males que a sociedade cristã padecia. Este texto é, todavia, centrado nas práticas efetivas de beneficência, sendo esta apenas uma dessas múltiplas faces que compunham a complexa imagem do Tribunal do Santo Ofício.

⁴ Nos sistemas prisionais da época, nomeadamente nas cadeias seculares, os presos seriam responsáveis pelas despesas com a alimentação, roupa e tratamentos médicos, tal como pelas custas judiciais e de execução de sentença. Para aqueles que se viam incapazes de assumirem financeiramente essas responsabilidades, as Misericórdias acorriam com a ajuda necessária. Segundo o compromisso da Misericórdia de Lisboa de 1516, esta ajuda seria apresentada como uma competência exclusiva da confraria, ver SÁ, Isabel dos Guimarães – Assistência. II. Época Moderna e Contemporânea in AZEVEDO, Carlos Moreira (dir.) – *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000, p. 142-144. A mesma irmandade olisiponense, além do consolo prestado aos condenados à morte, arrogava-se ainda o direito de tratar dos restos mortais desses mesmos condenados, pagando as exéquias e responsabilizando-se pelo enterramento, ver SÁ, Isabel dos Guimarães – *Quando o rico se faz pobre: Misericórdias, caridade e o poder no império português, 1500-1800*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997, p. 64-65.

⁵ Cf. *Leis Extravagantes collegidas e relatadas pelo licenciado Duarte Nunes do Lião*. Lisboa: António Gonçalves, 1569, Tít. XXI, lei IX – sobre os presos da Misericórdia que não tem como pagar, não deviam estes estar mais do que dois meses na cadeia, sendo degredados o mais rapidamente possível. Ratifica-se um alvará de 20 de maio de 1539. (fl. 174). Tít. XXI, lei XI – os presos do rol da Misericórdia não deveriam ser condenados a penas de dinheiro. Ratifica alvará de 16 de outubro de 1561 (fl. 174v).

⁶ Cf. ANTT, Conselho Geral do Santo Ofício, Livro 332, fl. 33-33v. O inquisidor geral, em 1579, concedeu aos guardas dos cárceres de Lisboa um aumento dos seus ordenados

que houvesse no referido colégio um lugar específico “pera que se alguma peça adoecer se possa ahi melhor remedear e curar”⁷. No mesmo sentido, os inquisidores estavam obrigados, pelo Regimento do Santo Ofício de 1552, a visitar os cárceres de quinze em quinze dias, e todas as mais vezes que fossem necessárias, de forma a apurarem as carências mais prementes dos presos, se a manutenção destes era assegurada ou se eram sujeitos a um “mau tratamento”⁸. Esta vigilância sobre o espaço e servidores seria ainda exercido, a partir dos inícios da década de 70 do mesmo século, por via das visitas realizadas por membros do Conselho Geral do Santo Ofício aos vários tribunais distritais, contribuindo estas para uma maior uniformização do funcionamento da rede de tribunais. De resto, limitava-se o acesso aos cárceres apenas a sacerdotes e religiosos mandatados pelos inquisidores, com a incumbência de consolarem e doutrinarem os presos⁹. Por sua vez, a legislação régia e eclesiástica não previa este tipo de acompanhamento aos seus espaços prisionais, nem contemplava as condições de vida dos presos,

desde de que estes limpassem os cárceres, cf. ANTT – Inquisição de Lisboa, Livro 330, doc. 121.

⁷ Cf. ANTT, Conselho Geral do Santo Ofício, Livro 332, fl. 33.

⁸ Ver Regimento da Santa Inquisição de 16 de Agosto de 1552, capítulo XXX, cf. ANTT – Manuscrito da Livraria n.º 1532, 2ª Parte, fl. 1-33, citado em *Documentos para a História da Inquisição em Portugal. Cartório Dominicano Português, Séc. XVI*. Fasc. 18. Porto: Arquivo Histórico Dominicano Português, 1984, p. 53-54). O regimento do tesoureiro de 1577 determinou que os inquisidores tivessem o cuidado em saber se os presos recebiam a carne, o pão, e outras coisas e mantimentos necessários, e que, havendo “queixumes”, o despenseiro, figura responsável por esse fornecimento diário, deveria ser repreendido por isso, cf. ANTT, Conselho Geral do Santo Ofício, Livro 369, fl. 226v-227. Embora compreendendo espaços com propósitos distintos, a legislação inquisitorial revelava a mesma preocupação tanto sobre os cárceres inquisitoriais como os cárceres que estariam integrados no Colégio da Doutrina da Fé. Aliás, a gestão das despesas dos presos de ambos os cárceres seria registada no mesmo livro de presos pobres.

⁹ Cf. ANTT, Manuscrito da Livraria n.º 1532, 2ª Parte, fl. 1-33, citado em *Documentos para a História da Inquisição em Portugal...*, cit., p. 54. Uma provisão de 2 de março de 1568, compreendida no quadro pós-tridentino do reforço do poder da Igreja, concedia a esta a jurisdição sobre algumas instituições de assistência, com exceção daquelas que estariam sob proteção régia, nomeadamente as Misericórdias. Ver ABREU, Laurinda – Purgatório, Misericórdias e caridade: condições estruturantes da assistência em Portugal. *Dynamis* 20 (2000) 398-400. A natureza mista do tribunal inquisitorial teria justificado, certamente, semelhante isenção.

levando a uma possível discriminação positiva dos cárceres inquisitoriais em relação aos demais sistemas prisionais da época¹⁰.

Todavia, o corpo regimental do Santo Ofício nem sempre identifica quais seriam as práticas concretas de caridade e misericórdia, nem tanto estabelece critérios ou condicionalismos ao seu exercício, o que poderia resultar numa maior autonomia dos tribunais distritais neste domínio. Foi por isso necessário, no momento de aprofundar esta questão, circunscrever o campo de análise ao caso do tribunal inquisitorial de Lisboa no século XVI. Em primeiro lugar, a referida centúria reveste-se de um particular interesse no âmbito deste estudo, sobretudo porque o processo de estabelecimento e organização da Inquisição em Portugal coincide no tempo com a reorganização das instituições de beneficência, o que leva a perspetivar quais terão sido os diálogos promovidos entre estes dois campos. Mas trata-se também de um período que antecedeu a criação das confrarias de São Pedro Mártir, estruturas inseridas na macro-estrutura inquisitorial e que foram fundadas nos inícios do século XVII com o propósito de prestar uma ação caritativa aos seus servidores, sendo por isso, muito provavelmente, herdeiras das experiências de que este trabalho se debruçará. Já a opção de eleger o tribunal lisbonense entre os demais justifica-se, sobretudo, pela proximidade com as cúpulas do poder secular, eclesiástico e até inquisitorial, ou mesmo pela vizindade com a proeminente Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.

Finalmente, cumpre dizer que existiam ainda práticas de caridade que incidiam sobre os próprios servidores do tribunal, algo que não seria invulgar no quadro institucional da época moderna. Ainda que se entenda que a caridade prestada a este grupo se ancore numa lógica distinta daquela que seria prestada aos presos, a observação destas duas realidades no contexto de um estudo sobre a ação do tribunal no campo da beneficência permitirá, em última análise, reconstruir, de forma integral, as dinâmicas de atuação e os discursos que este construiu em torno da pobreza. Nesse sentido, e apesar da presença destas duas realidades sugerirem uma aproximação à tese tomista, na qual se fazia prevalecer o critério de proximidade para designar quais os

¹⁰ As ordenações do reino, os alvarás régios assim como as constituições sinodais e os regimentos eclesiásticos apenas referem preocupações concernentes a eventual fuga de presos e à relação dos carcereiros com os presos no que toca à exercitação da justiça aplicada pelos auditórios judiciais.

pobres que estariam sob a alçada de determinada instituição de caridade, admite-se ainda que as práticas de beneficência prestadas pela Inquisição possam ter sido estendidas, ocasionalmente, a outras realidades distintas destas últimas, alertando assim para os perigos de compartimentar a análise. Esta hipótese é desde logo sugerida por uma carta do Conselho Geral enviada para a Inquisição de Évora, em 1575, e na qual se determinava que “o fato dos relaxados e reconciliados, caso fosse necessário, seria para os presos pobres do cárcere e o restante se distribuisse pelos pobres da cidade”¹¹. A análise que se segue, não deixando de fazer uma distinção clara destas realidades, fará uma descrição das práticas, assim como das condicionantes impostas a estas, culminando com uma leitura sobre a definição de pobreza que norteou a atividade do tribunal no campo da caridade. Finalmente, a escassez de estudos que explorem esta perspectiva de análise impediu que se enveredasse por um estudo comparativo¹².

O interesse do Santo Ofício em assegurar a manutenção dos seus cárceres, afastando com isso a ingerência de outros agentes sociais, torna-se evidente quando se consideram os desafios financeiros que tal intervenção trouxe às contas do tribunal. Cerca de 90% das despesas do tribunal decorria do pagamento de ordenados e mercês, mas mesmo a liquidação destas foi constantemente ameaçada por falta de receitas, exigindo, ocasionalmente, a suspensão de vencimentos de quem acumulava a função de oficial inquisitorial com cargos em outras instituições¹³. Não obstante, as receitas destina-

¹¹ Cf. ANTT, Conselho Geral do Santo Ofício, Livro 443, fl. 40.

¹² Destaca-se o artigo de VINCENT, Bernard – *Un Espace d'Exclusion: la Prison Inquisitoriale au XVI^e siècle. Les Problèmes d'Exclusion en Espagne (XVI^e-XVII^e siècles)* in REDONDO, Augustin – *Ideologie et Discours*. Paris: Sourbonne, 1983. Mais recente, destaca-se o artigo de MESSANA, Maria Sofia – *Carcere in PROSPERI, Adriano – Dizionario storico dell'Inquisizione*. Pisa: Edizioni della Normale, 2010, Vol. 1, p. 269-270. Esta autora sugeriu que a periodização proposta por Foucault, na qual o abandono dos castigos corporais em sistemas prisionais surgiu apenas na época contemporânea, deveria ser revista à luz da precocidade do caso da Inquisição.

¹³ O cardeal D. Henrique, em 1578, face às dificuldades financeiras que o tribunal atravessava, mandou que os deputados que também fossem desembargadores régios não recebessem ordenado no Santo Ofício, cf. ANTT – Conselho Geral do Santo Ofício, Liv. 323, doc. 19. Para uma leitura diacrónica do quadro económico-financeiro do tribunal ver LOPEZ-SALAZAR CODES, A.I.; MARCOCCI, G. – *Struttura económica: Inquisizione portoghese in PROSPERI, Adriano – Dizionario storico dell'Inquisizione... cit.*, Vol. 3, p. 1537-1541.

das a estas despesas ordinárias foram sendo aproveitadas para assegurar a sustentação de presos pobres¹⁴. Seriam seguramente insuficientes outras receitas previstas para esta assistência, como o dinheiro arrecadado com as penas pecuniárias, fianças e comutações que se destinavam a obras pias e esmolas, ou mesmo as remessas sistemáticas, pelo menos desde 1571, do dinheiro proveniente do confisco¹⁵. A necessidade e a dificuldade constante em atender a estas despesas explica, em boa parte, a diversidade de medidas extraordinárias de captação de receita. Recorria-se à venda de bens que ficavam de relaxados ou reconciliados, assim como se aproveitavam os valores tidos como perdidos, em outras instâncias, para o Santo Ofício¹⁶. Encontramos ainda uma invulgar esmola deixada *pro anima* por dois cristãos-novos defuntos¹⁷. Ainda neste âmbito, o cardeal D. Henrique

¹⁴ O arcebispo inquisidor geral, a 21 de setembro de 1579, determinou que se pagasse com dinheiro da casa tudo o que fosse necessário para a alimentação dos presos pobres, cf. ANTT, Inquisição de Lisboa, Livro 330, doc. 117.

¹⁵ O valor mais elevado de penas pecuniárias, 80.000 réis, foi pago pelo antigo guarda-mor da Torre do Tombo, Fernão de Pina, em 1550, cf. ANTT, Inquisição de Lisboa, Livro 403, fl. 29v. Esta foi, de resto, uma prática que surge logo nos primeiros processos. Jorge Fernandes, por exemplo, ao ver a sua pena comutada em 1540, foi obrigado a pagar cinquenta cruzados para os presos da Inquisição, cf. ANTT, Inquisição de Lisboa, Processo 2580. Ver ainda MARCOCCI, Giuseppe; PAIVA, José Pedro – *História da Inquisição Portuguesa (1536-1821)*. Lisboa: Esfera dos Livros, 2013, p. 77. Quanto às remessas do fisco descreve-se a seguinte evolução: 200.000 réis em 1571; 350.000 réis em 1573; 100.000 réis em 1574; 190.000 réis em 1575; 100.000 réis em 1576, cf. ANTT, Inquisição de Lisboa, Livro 376, 2-2v; e Livro 377, fl. 160v-164. Uma provisão do cardeal, de 4 de outubro de 1574, obriga António Valente, tesoureiro das confiscações de Lisboa, a que, da data da provisão à data do auto da fé, entregasse aos inquisidores o dinheiro das confiscações que fosse necessário para os alimentos dos presos pobres detidos nos cárceres, não obstante o facto de este ser reconhecido apenas como depositário do mesmo, cf. ANTT, Inquisição de Lisboa, Livro 330, doc. 104.

¹⁶ A 15 de Março de 1551 regista-se, na receita do tribunal, 336 réis da venda de dois ramais de conta que se encontravam dentro de um fato que tinha sido julgado para o Santo Ofício, revertendo esse dinheiro para obras pias, cf. ANTT, Inquisição de Lisboa, Livro 403, fl. 41. Em carta de 11 de Julho de 1553, o monarca pediu aos inquisidores que as fazendas que ficassem de culpados por negociar com mouros fossem destinadas a obras pias, cf. ANTT, Inquisição de Lisboa, Livro 330, doc. 21. A doação destes bens a presos pobres deveria, pelo menos na década de 70, ser aprovada pelo inquisidor geral, cf. ANTT, Inquisição de Lisboa, Livro 377, fl. 164v. Ainda neste âmbito, verifica-se que o dinheiro que sobrara de Maria Álvares, Vasco Gomes, e Luís Dias, relaxados, fora entregue pelos seus confessores ao tesoureiro do tribunal, cf. *idem*, fl. 165.

¹⁷ Um acórdão de 9 de junho de 1543, tendo em conta a boa conduta de uma determinada mulher, presa no colégio da doutrina da fé, determina que essa continue a cumprir a sua

autorizou os inquisidores de Lisboa, em 1554, a nomearem pessoas para pedirem esmolas para o socorro dos vários presos pobres que se encontravam nos cárceres, “os quaes a Misericórdia [não] prove nem faz esmola pollo que padecem muitas necessidades”, apropriando-se, uma vez mais, de uma prerrogativa desta confraria¹⁸. É possível ainda extrair outras conclusões de tão curta afirmação. Em primeiro lugar, é manifesta uma expectativa gorada do cardeal infante face ao papel da Misericórdia, o que sugere uma eventual responsabilização desta confraria no acompanhamento dos presos pobres do tribunal em anos precedentes. Em segundo lugar, é relevante que tal medida tenha surgido pouco tempo depois dos regimentos de 1552, quando já se anunciava um particular interesse do tribunal em garantir as melhores condições de vida para os presos a seu cargo. Por fim, o caráter público da medida, tornando tal pretensão notória com um peditório que não seria comum no contexto da atividade de um tribunal. Todavia, esta não foi a última alusão a uma possível intervenção da Misericórdia no espaço inquisitorial. O facto da despesa de Rodrigo Álvares, preso pobre, ter sido interrompida em agosto de 1572 com uma referência a que este “he jaa da misericordia”, caso ímpar em toda a documentação disponível, poderá resultar de uma exceção que confirma a regra. Infelizmente, não foi possível encontrar o processo deste sentenciado, algo que poderia esclarecer

penitência no bairro dos escolares da cidade de Lisboa, sendo obrigada ao pagamento de quarenta cruzados para obras pias, cf. ANTT, Inquisição de Lisboa, Maço n.º 12, n.º 17, fl. 1. A 2 de janeiro de 1574, Joana Lopes deu 80.000 réis “de hua esmola em que lhe foi commutada a penitencia do habito que trazia penitencial”, cf. ANTT, Inquisição de Lisboa, Livro 377, fl. 164. Também Gastão Fernandes, a 10 de julho de 1565, dera 4.000 réis para os presos pobres por razão de sua mulher ter sido dispensada de usar o hábito, cf. ANTT, Inquisição de Lisboa, Livro 331, fl. 5. Encontra-se ainda, entre as receitas de presos pobres, uma fiança que fora paga a Simão Álvares, a 14 de outubro de 1574, por Marcos Fernandes, cf. ANTT, Inquisição de Lisboa, Livro 377, fl. 160v. Em 1564, foi deixada uma esmola de 20.000 réis para os presos pobres do colégio e do cárcere, deixados por dois cristãos-novos defuntos, cf. ANTT, Inquisição de Lisboa, Livro 331, fl. 131. Numa carta régia de março de 1579, manda-se que os 25.000 cruzados doados pelos cristãos-novos para uma obra pia fossem empregues na Inquisição, cf. ANTT, Tribunal do Santo Ofício, Maço n.º 13, doc. n.º 46.

¹⁸ Cf. ANTT, Inquisição de Lisboa, Livro 330, doc. 139. Sobre a interdição de peditórios ver SÁ, Isabel dos Guimarães – *Quando o rico se faz pobre...*, cit., p. 66. Ver ainda MARCOCCI, Giuseppe; PAIVA, José Pedro – *História da Inquisição Portuguesa...*, cit., p. 40. Não se encontram documentados outros peditórios que não aqueles que, em séculos posteriores, a confraria de São Pedro Mártir praticou em prol dos seus servidores mais pobres.

a aparente excepcionalidade deste caso¹⁹. Eventualmente, tal intervenção da confraria poderia ser uma resposta às dificuldades do tribunal em assegurar esta assistência. Em provisão do ano anterior, onde se determinava o valor para o mantimento de trinta e nove presos pobres do Colégio da Doutrina da Fé, declarava-se que esses presos “nom tinhão que comer nem lhe acodia ninguém com o necessário pera sua despesa”, o que não deixa de evidenciar, uma vez mais, uma expectativa frustrada face ao apoio financeiro que se esperava que outros deveriam prestar²⁰.

A sustentação dos presos pobres, ou seja, presos que não tinham a capacidade financeira para fazer face às suas despesas no auditório e cárcere inquisitoriais, compreendia uma pensão mensal para alimentação e outras despesas correntes calculada a partir de um valor diário que oscilaria entre os 20 e os 30 réis, valor bastante inferior àquele que seria destinado aos presos “ricos”, o que poderia redundar em condições de vida distintas dentro do cárcere²¹. Porém, em determinadas circunstâncias, esta pensão poderia ser melhorada, como nos casos de doentes ou de mulheres que tinham consigo crianças, o que exigia um reforço ou adequação da alimentação²²;

¹⁹ Cf. ANTT, Inquisição de Lisboa, Livro 586, fl. 45v.

²⁰ Cf. ANTT, Inquisição de Lisboa, Livro 332, fl. 45.

²¹ Isaías da Rosa Pereira concluiu, em estudo sobre um livro dos presos ricos de 1594-1596, que os ditos “ricos” não eram pessoas com grandes posses nem de determinadas classes sociais abastadas, mas sim pessoas que tinham a possibilidade de se sustentar à sua custa. Em muitos casos, tal como se pôde aqui apurar para livros de tesouraria de décadas anteriores, a fazenda dos referidos presos poderia se esgotar, resultando num deficit entre a soma da receita e da despesa registadas assim como na transferência dos restantes registos de despesa desses presos para o livros dos presos pobres (Cf. PEREIRA, Isaías da Rosa – *Livro de Receita e despesa dos presos ricos da Inquisição de Lisboa (1594-1596)*. Lisboa: Livraria Olisipo, 1994, p. 7-8). Os presos ricos poderiam receber entre 40 e 50 réis, no caso dos homens, e entre 35 e 40 réis, no caso das mulheres (Cf. idem, p. 8). No caso dos presos pobres, não é evidente tal distinção quanto ao sexo do preso.

²² Em agosto de 1575, pagar-se-ia ainda outros 10 réis por dia a Maria Jorge e a Violante Alves, presas pobres, por terem consigo, cada uma, uma criança, cf. ANTT, Inquisição de Lisboa, Livro 377, fl. 196. Não se encontra documentado, para o século XVI, nenhuma presa pobre que tenha tido uma criança nos cárceres, mas os cuidados não deveriam ser diferentes daqueles que seriam providenciados aos presos ricos. Como Isabel Drumond Braga refere em estudo sobre esta matéria, haveria uma preocupação pela higiene do local do parto e por uma alimentação melhorada, havendo ainda o cuidado de batizar imediatamente o nascituro (Ver BRAGA, Isabel Drumond – *Nascer nos Cárceres do Santo Ofício. Arquipélago – História*. 2ª série, II (1997) 436-437).

mas também quando se procurava fazer face às oscilações do preço do trigo²³. Providenciavam-se igualmente os serviços de boticários, físicos e amas, tal como roupa como aquela que ficava de outros presos, vivos ou mortos, necessidades que muitas vezes seriam atendidas após o acompanhamento que tanto os inquisidores como os oficiais dos cárceres estariam obrigados a fazer por força regimental²⁴.

No campo do apoio espiritual, além da consolação prestada por padres aos relaxados e da doutrinação religiosa realizada no Colégio da Doutrina da Fé, seriam ainda concedidas esmolos para o pagamento de missas que se mandavam fazer no dito colégio para os presos. Em 1571, por exemplo, foram entregues cento e sessenta réis ao alcaide do referido colégio como “esmola de quatro missas que mandou dizer no ditto collegio aas pessoas que laa estão comprindo suas penitencias”²⁵. Finalmente, o tribunal também contribuía para o pagamento das custas judiciais, nomeadamente os serviços prestados pelo procurador, conforme o estabelecido pelo regimento de 1552, mas também concedia uma esmola àqueles que retornavam às suas terras de origem²⁶. Outros, que vagueavam por Lisboa vestidos com o hábito

²³ Em 1571, os presos pobres do Colégio da Doutrina da Fé teriam apenas 20 réis por dia para o seu sustento, “soamente per nom comerem senão pão e agoa”, cf. ANTT, Inquisição de Lisboa, Livro 376, fl. 5v-6. Quando os inquisidores visitaram os cárceres nesse mesmo ano, todos os presos se queixaram que “não podiam em nhua maneira sustentar com a porção que se davam por o pão ser muito piqueno como logo alguns delles mostrarao (...), e como o trigo valia muito caro mandaram que durante a caristia do pão se desse mais dez réis por dia a cada pessoa”, cf. idem, fl. 192). Em agosto de 1575, pagar-se-ia ainda outros 10 réis por dia a Maria Jorge e a Violante Alves, presas pobres, por terem consigo, cada uma, uma criança, cf. ANTT, Inquisição de Lisboa, Livro 377, fl. 196.

²⁴ A existência de amas neste contexto é sugerida pelo pagamento de 800 réis pelos serviços de uma Ana “que cria hum minino de António Pires aqui preso pobre”. Cf. ANTT, Inquisição de Lisboa, Livro 333, fl. 61v-64. Quanto aos físicos e meirinhos, temos o exemplo de António de Souto que, a partir de 1571, passou a receber 12.000 réis anuais para curar os presos pobres do cárcere e os oficiais do Tribunal, cf. ANTT, Inquisição de Lisboa, Livro 332, fl. 36; Pero Gomes, cirurgião dos cárceres da inquisição, deveria tratar dos presos, pobres e ricos, e dos oficiais do Conselho e do tribunal, assim como suas famílias, auferindo para tal, segundo provisão de 1598, um ordenado de 12.000 réis, cf. ANTT, Inquisição de Lisboa, Livro 128, fl. 69v; em 1573, foram pagos 2.858 réis ao boticário pelas mezinhas que este deu para os presos pobres do cárcere, “segundo consta pelas receptas assignadas pello alcaide do ditto cárcer”, cf. ANTT, Inquisição de Lisboa, Livro 333, fl. 62.

²⁵ Cf. idem, fl. 56.

²⁶ Cf. ANTT, Manuscrito da Livraria n.º 1532, 2ª Parte, fl. 1-33, citado por *Documentos para a História da Inquisição em Portugal...*, cit., p. 56. Sobre as esmolos para o caminho

penitencial, recebiam semelhante esmola por não trabalharem nem terem com que se prover, como os dois franceses mencionados no início do texto, assim como outros reconciliados que viviam no antigo bairro dos escolares ou que se tinham apresentado na mesa inquisitorial para se confessar ou somente testemunhar num processo²⁷. Mas as sensibilidades inquisitoriais perante a pobreza não se resumiram, de resto, à concessão de esmolas. São vários os casos em que se praticou um ajustamento sucessivo do quadro penal à situação financeira e social dos condenados, sobretudo quando as sentenças atribuídas contribuíam para o agravamento da pobreza destes. Entre estas sentenças estão principalmente aquelas que privavam o condenado de exercer o seu ofício e, com isso, concorrer para a sustentabilidade financeira do agregado familiar, como é o caso do cárcere, do degredo ou da interdição ao acesso de determinados ofícios. No caso das penas pecuniárias, a sentença inicial poderia ser reduzida em atenção à pobreza do penitenciado, noutros seria proposto o pagamento faseado do montante em dívida²⁸. O valor perdoado seria apresentado enquanto esmola concedida ao devedor.

Por sua vez, os servidores do tribunal também beneficiaram de idênticas ajudas, sobretudo aqueles que auferiam um rendimento anual igual ou inferior a trinta mil réis, situação que, como já aqui foi referido, não seria uma especificidade do Santo Ofício²⁹. Entre as esmolas concedidas,

de volta dos reconciliados ver ANTT, Inquisição de Lisboa, Livro 332, fl. 49v. Não aparece, porém, semelhante ajuda na execução de penas, como a sustentação dos encargos com as viagens para os locais de degredo, justificado, possivelmente, porque os degredados seriam entregues a oficiais seculares. Alguns sentenciados seriam novamente presos em Lisboa por não terem embarcado para os locais designados para cumprir o degredo, sendo a justificação mais comum a falta de dinheiro para sustentar os encargos com essa viagem. Os presos da Misericórdia, por outro lado, seriam contemplados por uma legislação régia que procurava acelerar o envio destes para os destinos a que estavam condenados, concedendo a estes prioridade no acesso aos barcos, o que ajudaria a encurtar o tempo de cárcere e, com isso, os encargos daí decorrentes.

²⁷ Cf. ANTT, Inquisição de Lisboa, Livro 333, fl. 76v.

²⁸ Para o primeiro caso note-se o exemplo de João Fernandes, sapateiro, penitenciado a vinte cruzados para obras pias. A 4 de fevereiro de 1545, atendendo à sua pobreza e necessidade em que vivia, a pena foi reduzida para quinze cruzados, ficando cinco cruzados como esmola, cf. ANTT, Inquisição de Lisboa, Livro 403, fl. 11. Do último caso dê-se o exemplo de Filipe Brandão que, a 10 de outubro de 1545, pagou os primeiros 2.000 réis de 8.000 réis a que tinha sido sentenciado, cf. *idem*, fl. 13.

²⁹ Entre 1564 e 1583, os guardas e homens do meirinho, assim como os notários, teriam um vencimento anual que rondava os 15.000 e os 20.000 réis, enquanto os porteiros da

encontram-se as destinadas ao tratamento de enfermidades ou apoio para dotes de casamento, como a atribuída ao despenseiro Gonçalo Fernandes, “pera ajuda de casar a filha”³⁰. Foi ainda providenciado a alguns uma ajuda financeira para o aluguer das casas onde pousavam, tal como a atribuição de uma mercê, de forma esporádica ou sucessiva, em reconhecimento de empenhada e longa carreira inquisitorial³¹. Idênticas circunstâncias justificavam que fosse atribuída uma pensão perpétua após o termo da carreira inquisitorial, pensão que, em caso de morte, revertia para os herdeiros previamente consignados, atendendo sempre à pobreza destes, numa preocupação quase providencialista do tribunal³². Por exemplo, atendendo ao tempo e à forma como Pero Fernandes servira o Santo Ofício, “morrendo servindo”, e à pobreza da sua mulher e filhos, o cardeal decidiu que se deveria pagar a Gracia Meirinha, mulher do referido oficial, mais cinco mil réis para além dos dez mil estipulados por anterior alvará³³. Mas também à “sua filha molher já de idade e alejada” fora atribuída uma pensão anual de dez mil réis, a ser paga até aos últimos dias da sua vida, começando a contar a partir do dia do falecimento do seu pai³⁴. Este tipo de apoios tocava também os cargos de topo do Tribunal beneficiando pessoas que não eram de todo pobres. O inquisidor Jorge Gonçalves Ribeiro, por exemplo, designou um sobrinho estudante em Coimbra como seu herdeiro, “por ser pobre e não ter outra cousa de seu senão outros vinte mil réis ha cad’ano nas

Casa do Despacho, os capelães do Colégio da Doutrina da Fé e os solicitadores já poderiam alcançar os 30.000 réis.

³⁰ Cf. *idem*, fl. 6.

³¹ Foi o caso do solicitador João Vaz que, em 1578, lhe viu ser atribuída uma mercê de 10.000 réis anuais “avendo respeito a carestia do tempo, e ao pouco ordenado que tem com o dicto cargo e a aver dezasette annos que serve”, cf. ANTT, Inquisição de Lisboa, Livro 442, fl. 16v; o mesmo João Vaz já teria recebido, em ano anterior, uma esmola de 2.000 réis “per muito serviço extraordinário qual fez à casa”, cf. ANTT, Inquisição de Lisboa, Livro 331, fl. 59v. No mesmo sentido foram dados 1.000 réis ao porteiro da casa do despacho “por estar pobre e necessitado e ser bom servidor”, cf. ANTT, Inquisição de Lisboa, Livro 332, fl. 65.

³² Esta pensão seria atribuída ao servidor “sem a obrigação de servir o ditto cargo” e “nos dias de sua vida”. Segundo Maria Antónia Lopes, não haveria na época moderna mecanismos de proteção social, o que torna mais interessante este regime de pensões. Cf. LOPES, Maria Antónia – *Protecção Social em Portugal na Idade Moderna: guia de estudo e investigação*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010, p. 26.

³³ Cf. *idem*, fl. 30v-31.

³⁴ Cf. *idem*, fl. 32v-33.

despesas do Santo Officio de que Sua Alteza lhe tem feito mercê per outra sua provisão”³⁵. Não obstante, também foram prestadas ajudas financeiras a herdeiros de uma forma mais esporádica. Aldonça Rodrigues, viúva de Francisco Fernandes, porteiro da casa do despacho, recebera uma esmola de três mil réis “avendo respecto a sua grande pobreza e enfermidade e ao serviço que o dicto seu marido fez no Sancto Officio”³⁶. Também estariam previstas esmolas destinadas a custear as exéquias e enterramento de oficiais dos vários tribunais distritais que falecessem em serviço, algo que foi, tanto quanto parece, determinado em 1575, na ocasião do funeral do inquisidor Manuel da Veiga³⁷. Contudo, ainda no mesmo ano, pagaram-se as exéquias e enterramento de Jorge Lopes, capelão do colégio, com o dinheiro que este ainda tinha a receber, porque nenhum herdeiro o ter reclamado³⁸. No mesmo contexto, também foi entregue uma esmola a Gonçalo Fernandes, despenseiro, “por estar muito pobre e lhe fallecer a sua molher, e nom ter com que lhe mandar fazer o enterramento”³⁹.

Aparentemente, a responsabilidade sobre os ministros e oficiais inquisitoriais não pesava, forçosamente, sobre o tribunal a que pertenciam. A pensão concedida a Ana Lourenço, mulher de Gaspar Colaço, meirinho no tribunal de Goa, deveria ser paga pelo tribunal de Lisboa por esta residir nessa cidade⁴⁰. Também a aposentação de Miguel Barreiros, meirinho do tribunal de Coimbra, deveria ser paga pelo tribunal de Lisboa⁴¹. Por outro lado, os deputados do Conselho mandaram que a Inquisição de Évora pagasse os dez cruzados gastos pelo seu notário Brás Afonso “per adoecer aqui em

³⁵ Cf. *idem*, fl. 54.

³⁶ Cf. *idem*, fl. 67A.

³⁷ Segundo o alvará referente ao pagamento do funeral deste inquisidor de Lisboa, ficou determinado que fosse celebrado “hum officio por sua alma com a pompa e concerto que se require em taes cousas e achar-se-hão presentes todos os officiais desa casa por assi estar ordenado fazer-se daqui em diante em todas as Inquisições pellas pessoas que falecerem no servico dellas, e as esmolas e despesas necesarias que se nisso fizerem, mandareis pagar a custa da casa”. Cf. ANTT, Conselho Geral do Santo Officio, Livro 323, doc. 25.

³⁸ A viúva acabou por reclamar esse dinheiro, acabando este registo por ser rasurado, cf. ANTT, Inquisição de Lisboa, Livro 332, fl. 20.

³⁹ Cf. ANTT, Inquisição de Lisboa, Livro 332, fl. 61.

⁴⁰ Cf. ANTT, Inquisição de Lisboa, Livro 128, fl. 29-29v.

⁴¹ Cf. *idem*, fl. 48v-49.

Lisboa”, prevalecendo, neste caso, o vínculo institucional na determinação dessa responsabilidade⁴².

De resto, cumpre dizer que muitas das práticas de beneficência sobre os servidores do tribunal aqui evidenciadas foram reorganizadas nos inícios do século XVII com a criação das confrarias de São Pedro Mártir, resultantes, sobretudo, da consolidação da rede de familiares⁴³.

Finalmente, importa saber se haveria uma triagem criteriosa dos casos de pobreza que deveriam ser atendidos pelo tribunal, seguindo a tese de Juan Luis Vives na sua *De subventionem pauperum*, de 1526, ou se haveria uma aceitação incondicional de qualquer caso de pobreza que surgisse no âmbito da atividade inquisitorial, alinhando, assim, com as teses do teólogo dominicano Domingo de Soto, autor da *Deliberación en la causa de los pobres*, de 1545⁴⁴.

A ausência de pedidos de assistência indeferidos impede-nos de atestar a primeira hipótese. Contudo, são abundantes as referências ao bom cumprimento das penitências ou ao bom serviço prestado pelos servidores que recorriam a estas ajudas, reforçando uma argumentação que passava, antes de mais, por denunciar as circunstâncias que agudizavam a pobreza em que viviam (doença, invalidez, velhice, viuvez, desemprego ou rendimentos insuficientes para a sobrevivência). Por outro lado, a atribuição de uma esmola em dinheiro a determinados pedintes, entre outros, que se encontravam em situações reprovadas pela legislação secular e eclesiástica,

⁴² Cf. ANTT, Conselho Geral do Santo Ofício, Livro 442, fl. 48v.

⁴³ Ver BRAGA, Paulo Drumond – Uma confraria da Inquisição: a irmandade de S. Pedro Mártir (breves notas). *Arquipélago – História*, 2ª série, II (1997) 449-458; e OLIVEIRA, Ricardo Pessa de – Para o Estudo da Irmandade de São Pedro Mártir no final do século XVIII. In *Actas do IV Congresso Histórico de Guimarães “Do Absolutismo ao Liberalismo”*. Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães, 2009, Vol. I, p. 509-530.

⁴⁴ Sobre este assunto ver XAVIER, Ângela Barreto – Amores e Desamores pelos Pobres..., *cit.* p. 59-85; e SÁ, Isabel dos Guimarães – A reorganização da caridade em Portugal em contexto europeu (1490-1600). *Cadernos do Noroeste*, vol. 11, 2 (1998) 31-65. Esta última autora, em obra posterior, alerta para o facto de se desconhecer o impacto efetivo da tratadística europeia que circulava na época, até porque se assistiu, em Portugal, à perpetuação de um sistema operativo de caridade medieval, aceite consensualmente pelos poderes sociais. Ver SÁ, Isabel dos Guimarães – *As Misericórdias Portuguesas de D. Manuel I a Pombal*. Lisboa: Livros Horizonte, 2001, p. 33-37; ABREU, Laurinda – Purgatório, Misericórdias e caridade..., *cit.*, p. 395-415; LOPES, Maria Antónia – *Pobreza, Assistência e Controlo Social – Coimbra (1750-1850)*. Coimbra: Palimage Editores, 2000, Vol. I, p. 27-84.

sugere uma aproximação à tese de Soto. É o caso das esmolas atribuídas repetidamente a estrangeiros reconciliados, entre eles arménios, que, nos inícios da década de setenta, deambulavam por Lisboa “por serem muito pobres e nom terem com que se sustentar nem o ganharem”⁴⁵. A legislação secular interditava claramente a concessão de esmolas a pedintes e estrangeiros, nomeadamente arménios⁴⁶. Numa tentativa de interpretação desta atitude quase desafiante do tribunal, poderíamos invocar o *Tratado de remedio de los pobres* de Miguel de Giginta, teólogo e cônego da catedral de Elna, obra que, por ter sido publicada em Coimbra em 1579, cidade onde o próprio autor terá estanciado, seria, muito provavelmente, do conhecimento dos próprios inquisidores, nem que o fosse apenas por via da vigilância inquisitorial sobre as tipografias e livrarias coimbrãs. Adotando a proposta de Giginta para o caso das Misericórdias, poderíamos reconhecer a Inquisição enquanto instância disciplinadora na qual o Colégio da Doutrina da Fé poderia ter assumido funções próprias de um projeto de *renfermement*, projeto cuja ausência em Portugal tem vindo a ser explicada

⁴⁵ Cf. ANTT, Inquisição de Lisboa, Livro 332, fl. 49v, 52v, 54, 57.

⁴⁶ O facto de serem mendigos assistidos durante meses pela Inquisição contraria, desde logo, o disposto nas ordenações manuelinas, onde se determinava que qualquer pessoa que chegasse a algum lugar teria vinte dias para tomar um senhor ou um ofício. Pelo menos desde o alvará régio de 4 de novembro de 1544, os pedintes teriam os mesmos vinte dias para obterem uma licença anual, eventualmente renovável, para pedirem esmola, sendo esta apenas concedida após prévio exame em presença das autoridades seculares. Semelhante licença seria exigida pela justiça eclesiástica, sendo esta, neste caso, concedida pelo próprio prelado. Em carta régia de 1558, além de outros condicionalismos impostos aos pedintes e vagabundos, determinou-se que os estrangeiros teriam trinta dias para saírem do reino. Posteriormente, um alvará régio de 14 de agosto de 1563 discriminou, entre esses estrangeiros, os arménios, persas e arábios, povos que estariam alegadamente sob o domínio dos Turcos. Estes deveriam ser presos e indagados sobre os motivos da sua vinda ao reino português, sendo a sua permanência apenas consentida, embora a prazo, para concluir negócios aceites como legítimos. A atribuição de duas esmolas a um arménio errante, pela Inquisição de Lisboa, não poderia ter sido mais discordante com este quadro normativo. Acresce ainda que estas esmolas concedidas pela Inquisição ocorrem pouco tempo depois do alvará de 2 de junho de 1570, em que se obrigava o governo de Lisboa ao cumprimento do disposto nas ordenações manuelinas, incitando os corregedores e juizes do crime a informarem-se, em intervalos de três meses, nos bairros de suas jurisdições, sobre pessoas ociosas que vagueassem na cidade. As leis aqui referenciadas sobre a mendicidade foram organizadas e ratificadas nas Leis Extravagantes de 1564 e novamente com as Ordenações Filipinas de 1603. Ver LIÃO, Duarte Nunes do – *Leis Extravagantes e Reportório das Ordenações*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1987, parte I, tit. XIII, assim como as Ordenações Manuelinas e Filipinas. Sobre o alvará de 1570 ver *Leys e provisões*. Lisboa: Francisco Correia, 1570.

por Isabel Guimarães do Sá pelo recurso frequente ao degredo enquanto válvula de escape⁴⁷. Sabe-se que a ação deste colégio não se restringia aos presos mas abria-se aos reconciliados que, depois de terem sido absolvidos da pena de cárcere, continuavam obrigados a frequentar as missas e pregações nesse espaço. Para estes, a prorrogação dos vínculos ao tribunal poderão ter justificado um tratamento diferenciado perante as autoridades seculares e eclesiásticas. Finalmente, o compromisso da Misericórdia de Lisboa de 1577 condicionou a sua atuação sobre cristãos-velhos à apresentação de uma prova genealógica, determinação que subtrairia à assistência prestada pela confraria grande parte dos presos da Inquisição.

Em jeito de conclusão, poder-se-ia invocar a tese de Romero de Magalhães de que a Inquisição não foi sempre a mesma, denunciando a sua capacidade de se adaptar aos vários tempos⁴⁸. As insígnias inquisitoriais, por sua vez, sugerem que esse processo poderia ter passado por uma representação dicotómica e contrabalançada do Tribunal, na qual, sob o signo da oliveira, a caridade prestada pelo tribunal, a par da apregoada misericórdia conferida aos verdadeiramente arrependidos, cumpriria certamente o seu papel. A relação desta última com as estratégias políticas do tribunal será, por isso mesmo, uma perspetiva de análise não negligenciável, sendo particularmente útil na identificação de processos distintos de adaptação dos vários tribunais distritais aos diferentes contextos sociais e políticos. No caso do tribunal de Lisboa, isso torna-se particularmente visível na concessão de esmolas a estrangeiros errantes que, embora estivessem na mira das autoridades seculares, seriam certamente úteis nas devassas inquisitoriais junto das comunidades estrangeiras estabelecidas nessa cidade. As esmolas concedidas a presos e reconciliados, assim como aos servidores do tribunal, não estariam contempladas no corpo normativo do Santo Ofício, mas também nunca excediam os valores máximos autorizados para as despesas realizadas pelos

⁴⁷ Cf. *idem*, p. 37; e SÁ, Isabel dos Guimarães – *Quando o rico se faz pobre...*, *cit.*, p. 56.

⁴⁸ Cf. MAGALHÃES, Joaquim Romero – Em busca dos “tempos” da Inquisição (1573-1615). *O Sagrado e o Profano*, Coimbra: Universidade de Coimbra / Faculdade de Letras / Instituto de História e Teoria das Ideias, 1987, p. 191-192. No mesmo sentido, a recente história integral da Inquisição propõe uma periodização da vida do Santo Ofício, ver MARCOCCI, Giuseppe; PAIVA, José Pedro – *História da Inquisição Portuguesa...*, *cit.*

inquisidores⁴⁹. Isto permitia claramente uma instrumentalização das práticas de caridade em função das estratégias de cada mesa inquisitorial.

Não obstante, a atividade das várias mesas inquisitoriais regia-se por um corpo normativo, sendo sucessivamente controlada pelo inquisidor-geral e pelo conselho geral. Várias despesas realizadas no âmbito da beneficência inquisitorial estariam sujeitas à aprovação destas últimas instâncias. Isto leva à necessidade de comparar a atuação dos vários inquisidores gerais, embora a documentação disponível para o século XVI apenas permita reconstruir a ação do cardeal D. Henrique. Foi nitidamente determinante o papel deste inquisidor geral na organização do Santo Ofício no campo da beneficência, tendo este demonstrado semelhantes preocupações com a pobreza noutros palcos em que atuou, como foi o caso da sua própria Casa. Revendo ainda as Constituições Sinodais para o século XVI, verifica-se que o capítulo relativo à licença do prelado para a prática mendicidade surge apenas com as Constituições de Braga de 1538, impressas a mando de D. Henrique. O mesmo capítulo fora replicado nas constituições das dioceses tuteladas por bispos que teriam pertencido ao Conselho Geral do Santo Ofício⁵⁰.

⁴⁹ No regimento do recebedor (tesoureiro) de 1544, os inquisidores poderiam ordenar, “verballmente”, a execução de pagamentos até ao máximo de 400 réis, cf. ANTT, Inquisição de Lisboa, Livro 403, fl. 1-1v. Segundo um alvará do cardeal D. Henrique, datado de 15 de dezembro de 1552, os inquisidores só poderiam gastar “em coisas que fossem necessárias ao Santo Ofício. Entre estas estavam prover os presos pobres, fazer diligências, reparar as casas do despacho e os cárceres”, cf. ANTT, Inquisição de Lisboa, Livro 404, fl. 1v-2v. Em novo alvará de 22 de junho do ano subsequente, deu-se permissão aos inquisidores para que pudessem despendar até 2.000 réis as vezes que fossem necessárias para o serviço do Santo Ofício, cf. *idem*, fl. 2v-3. Este mesmo teto foi reafirmado no regimento dos tesoureiros da Inquisição de 1577, onde se determinava ainda que, se algum oficial padecesse de uma enfermidade ou, por outro lado, merecesse ser dotado de uma mercê, os inquisidores poderiam dar até 2.000 réis, devendo, no entanto, comunicar de seguida ao Conselho Geral sobre esse provimento, cf. ANTT, Conselho Geral do Santo Ofício, Livro 369, fl. 224v-225. Não se conhece nenhum caso, para o século XVI, em que as esmolas concedidas, tanto a reconciliados como a servidores do tribunal, tivessem ultrapassado os 2.000 réis.

⁵⁰ Entre estas: as constituições do Porto, de 1541, publicadas durante o governo de Baltasar Limpo, ele próprio inquisidor no final desse ano; as constituições de Coimbra, de 1548, publicadas durante o governo de João Soares; as constituições do Algarve, de 1554, publicadas no governo de João de Melo, e as constituições de Angra, de 1561, publicadas durante o governo de Jorge de Santiago, prelados que foram deputados do Conselho e inquisidores de Lisboa; as constituições de Viseu, de 1556, publicadas durante o governo de Gonçalo Pinheiro. As constituições de Miranda (1561) ou as de Lisboa (de 1537), realizadas sob o mandato de prelados sem vínculos diretos à Inquisição, não apresentam esta medida. Repare-se

Este facto evidencia, antes de mais, uma perspetiva essencialmente operativa sobre a pobreza, partilhada por um determinado grupo de prelados com vínculos à Inquisição, sugerindo que este Tribunal possa ter sido local de debate sobre estas questões, algo que poderia ter determinado o conjunto de práticas e procedimentos aqui estudados. Por fim, sabe-se ainda que D. Henrique estreitou as relações com a Santa Casa da Misericórdia de Évora, mesmo enquanto monarca⁵¹. Terá esta proximidade marcado uma inversão das políticas do inquisidor geral quanto à intervenção das Misericórdias no espaço inquisitorial? Poderia isso ter justificado o acolhimento de um preso inquisitorial pela Misericórdia em 1572? A documentação disponível não permite sustentar firmemente esta hipótese, sobretudo se atendermos à excecionalidade do caso. Apenas no século XVII a relação do tribunal com a Misericórdia parece ter encontrado novas formas de diálogo, nomeadamente no período que sucedeu à criação da confraria de São Pedro Mártir. Como refere Ricardo Oliveira, a maioria dos membros desta última irmandade eram igualmente membros da Santa Casa da Misericórdia, levando a que o acompanhamento dos defuntos, membros de ambas as confrarias, fosse realizado pela Misericórdia e não pela confraria inquisitorial⁵². Interessava, neste caso, indagar se tal relação promoveu, paralelamente, a abertura dos cárceres à intervenção direta da Misericórdia, renovando, consequentemente, a relação da Inquisição com a Caridade tal como foi aqui tratada para o caso do tribunal inquisitorial de Lisboa no século XVI.

que as Constituições Extravagantes de Lisboa, de 1568, organizadas sob o governo do arcebispo de Lisboa, o cardeal D. Henrique, determinam que as penas pecuniárias revertessem, não para a chancelaria, mas para obras pias.

⁵¹ Cf. SÁ, Isabel dos Guimarães – A reorganização da caridade em Portugal em contexto europeu (1490-1600). *Cadernos do Noroeste*, vol. 11 (2) – *Misericórdias, caridade e pobreza em Portugal no período moderno*, 1998, p. 57-58.

⁵² Cf. OLIVEIRA, Ricardo Pessa de – Para o Estudo da Irmandade de São Pedro Mártir..., *art. cit.*, p. 519, nota 29.

Mundus Novus, Novus Homo.

Cartografias do imaginário e do *Outro* no Novo Mundo (séc. XVI-XVII)

Luís Manuel Neves Costa

Universidade de Coimbra – Faculdade de Ciências e Tecnologia

Departamento de Ciências da Vida / Antropologia

CRIA – Centro em Rede de Investigação em Antropologia

Doutorando em Antropologia (especialidade de Antropologia Social e Cultural)

luismncosta@gmail.com

Texto recebido em /Text submitted on: 08/02/2013

Texto aprovado em /Text approved on: 06/10/2013

Resumo/Abstract:

O Novo Mundo foi imaginado e interpretado com base em referenciais clássicos e medievais. O imaginário foi o primeiro elemento organizador e condutor para a apreensão e compreensão da nova realidade encontrada. A descoberta da América foi interpretada inicialmente como a descoberta da *Utopia* dos pensadores do séc. XVI, o novo espaço no qual seria possível localizar os projectos dos humanistas e renascentistas. O novo espaço já era povoado por *homens* com traços de *monstruosidade*, segundo as descrições dos primeiros exploradores e cronistas e as representações da iconografia da época. Entre os autores eruditos foi profundamente debatida a problemática da *origem* e da *natureza* do *outro* – o “*índio do ocidente*”. Toda a argumentação, assente fundamentalmente em bases teológicas e bíblicas, chegou a ser mobilizada tendo em vista proveitos políticos e estratégicos para a coroa espanhola. Este artigo aborda a construção e o entendimento do *Outro*, num entrecruzamento entre a Antropologia e a História.

The New World was imagined and interpreted based on classical and medieval references. The imaginary was the first organizing element and the driver for the understanding and comprehension of the newly found reality. The discovery of America was initially interpreted as the discovery of the *Utopia* for the 16th Century thinkers, a new space where it would be possible to find renaissance and humanism projects. This new space was already inhabited by men with *traits of monstrosity*, according to the descriptions of the early explorers and chroniclers and the representations of the iconography of the time. Among scholars, the *origin* and *nature* of the *other* – the “*Indian of the West*” – is deeply debated. This debate, primarily based on theological and biblical bases, was mobilized in order that the Spanish crown would profit politically and strategically. This article discusses the construction and understanding of the *Other*, a crossing between Anthropology and History.

Palavras chave/Keywords:

Novo Mundo; América; Imaginário; Monstrificação do *Outro*.

New World; America; Imaginary; The *Other* as a monstrosity.

Introdução

Chegar ao Novo Mundo foi um acaso. Cristóvão Colombo traçou um plano para atingir a Ásia, concretizando-o a 12 de Outubro de 1492. O navegador manteve-se convencido desse feito durante toda a sua vida, devido ao conhecimento inexistente na Europa sobre as costas Asiáticas. Em 1506, a designação de *Novo Mundo* é a que melhor caracteriza as terras que se vão desvendando e desbravando.

A primeira ideia de *América* construiu-se com a intensidade das imagens que precederam o seu encontro. Os espaços da invenção convergiram desde múltiplos pontos.

O Novo Mundo, espaço *incógnito* para Espanha, emergiu como um território sobre o qual foram lançados diversos olhares, que oscilaram entre o mítico e o fantástico. A noção de “Novo Mundo” como um espaço simbólico e conceptual e não, simplesmente, físico e territorial. A visão renascentista de paraíso terrestre foi materializada na América, fruto de toda a construção cultural que vinha desde a Antiguidade Clássica e atravessou a época medieval. A América emergia, então, como a desejada *Utopia*.

Para os primeiros conquistadores e colonizadores, o modo de referenciar toda a novidade encontrada foi descrevê-la e relatá-la com base na analogia com o mundo até então conhecido. Quem descreve e conta algo, fá-lo desde a sua linguagem, com as suas palavras tendo por base um quadro conceptual. Ao descreverem o que encontraram, fizeram-no partindo da esfera dos seus saberes e da sua cultura, tendo, portanto, como ponto de partida para revelar o Novo Mundo, a experiência construída e acumulada no Velho Mundo. Os padrões de vida europeus (religiosos, sociais, culturais) marcaram e condicionaram o entendimento de quem aportou nos novos territórios.

O imaginário europeu viajou até além-mar, promovendo a invenção de um novo mundo. A descoberta do *Quarto Continente* é subsequente à sua invenção, quando o europeu levantou novas questões e constatou que o seu conhecimento era desadequado, promovendo a experiência e a exploração racional do mundo. A fantasia, o fantástico, o maravilhoso cederam lugar à descoberta, à exploração, ao conhecimento. A Viagem marcava o nascimento da Modernidade.

A Espanha procurou no Novo Mundo a “confirmação” da existência do maravilhoso medieval, com os seus seres imaginários, fruto de todo um repertório literário que vinha desde a Antiguidade. As múltiplas imagens, que pretendiam representar o *outro*, dão conta da adaptação de um imaginário colectivo, europeu, que é mobilizado para a apreensão e concepção de uma novo mundo, moldando-se à realidade encontrada. A imagem do *outro* começou por ser uma imagem estereotipada através da monstruosidade, mais tarde, o europeu ao chamar *índio* ao nativo conferiu-lhe uma nova identidade.

Este artigo pretende abordar, entrecruzando a história com a antropologia, a visão e entendimento do *outro* a partir do imaginário social e cultural dos europeus que chegaram ao Novo Mundo, encarando-o como o monstro, a besta, descrita nos relatos dos antigos viajantes ou autores clássicos. Porém, o debate sobre o *outro*, também foi empreendido por múltiplos autores eruditos, que discutiam e dissertavam sobre a *origem e natureza* do “*índio do ocidente*”. Importa analisar a concepção e entendimento de um “admirável mundo novo”, em especial, sob olhar (eurocêntrico) sobre o *outro* desde o universo do imaginário acumulado, até às discussões teológicas sobre o “*índio do ocidente*”.

1. “Cartografias” do Imaginário: processos e imagens na descoberta de um Novo Mundo

Os descobrimentos remetem-nos para toda uma esfera de significações inerentes à época em que ocorreram. A abordagem do imaginário europeu do século XV-XVI leva-nos a perceber o novo território, habitado por novos povos, como espaço de transformação num “Novo Mundo”, onde os colonizadores deveriam implementar os padrões básicos de vida social e cultural da Europa. Impunha-se a construção de um Novo Mundo, à semelhança do Velho Mundo.

1.1. Imaginário Medieval em trânsito: bagagem da viagem às Índias

Colombo, ao chegar às novas terras, pensava ter atingido o Paraíso terrestre, fruto da crença medieval europeia da sua existência. Olhar o Novo

Mundo implicava o mobilizar de referências do Velho Mundo, assentes em mitologias, lendas e histórias.

A “descoberta” de Colombo vem confirmar e dar sentido a todo um manancial cultural imaginário vigente, como o da existência do Paraíso Terrestre ou o da existência do Eldorado. A fronteira entre o real e o imaginário era muito ténue. Tudo o que era real (o indígena, as florestas, os animais, etc.) reforçava as visões antigas ou reconfigura-se e originava novas visões imaginárias, novas representações sociais. Estas novas terras, ponto de encontro de paz, de cenários idílicos, de inocência, configuraram-se como o local em tempos habitado por Adão e Eva.

Filósofos da Antiguidade (Aristóteles e Séneca), geógrafos clássicos (Ptolomeu), cientistas árabes (Averroes e Alfragano) e os textos, *As Viagens* de Marco Polo (1300), *Imago Mundi* (1410) de Petrus Alliatus (Pierre d’Ailly) e a *Historia rerum ubique gestarum* (1461) de Eneas Silvio Piccolomini, para além das Sagradas Escrituras, influenciaram de forma considerável o projecto de Colombo¹. Todas estas obras clássicas detêm como denominador comum a considerável dimensão da esfera do imaginário. Cristóvão Colombo, como tantos outros navegadores, ao partir para as suas viagens, transportou toda uma *bagagem* de informações de livros de viagens, de mitos, de crenças que vinham desde a Antiguidade e povoavam a mentalidade da época. A “crença mais surpreendente de Colombo é de origem cristã: refere-se ao paraíso Terrestre”² apesar de se ter orientado pela concepção do *Imago Mundi* de Pierre d’Ailly.

O facto dos navegadores terem encontrado sereias, antípodas³, cinocéfalos⁴, ciclopes⁵ e outras tantas criaturas monstruosas, quando viajavam pelo desconhecido, reflecte bem o poder do imaginário sobre os aventureiros. Todo o imaginário europeu foi projectado sobre a diferente realidade que encontravam. Tudo o que era estranho foi conotado com imagens familiares,

¹ GONZÁLEZ BOIXO, José Carlos – La Génesis del Descubrimiento y la Nueva Imago Mundi, según los cronistas de Indias. *Rev. Destiempos*. 3 (14) (2008) 15-24.

² TODOROV, Tzevetan – *A conquista da América: a questão do outro*. Lisboa: Litoral, 1990, p. 21.

³ Criaturas com os pés virados para trás.

⁴ Criaturas com corpo humano e cabeça de cachorro, que se alimentavam de carne humana.

⁵ Monstro que se caracterizava por ter um único olho no meio da testa.

podendo desse modo entender e apreender a novidade do espaço e das suas criaturas.

Nesta linha, compreende-se a associação dos novos territórios com a imagem do Paraíso Terrestre. De igual modo, se existia o Paraíso decerto que também existiam elementos conotados com o Demónio (os insectos, certos animais, o calor intenso, os costumes dos indígenas). O indígena estava bem presente no imaginário dos europeus, enquanto homens selvagens que habitavam livremente nas florestas, que viviam e conviviam com base nos seus instintos e rituais (danças, nudez, práticas sexuais, adorando as suas divindades), opondo-se aos princípios europeus cristãos, o que se configurava em práticas demoníacas.

Todo o imaginário remete-nos para a esfera do simbólico da expressão humana, enquanto esfera isenta de toda a racionalidade inerente à época. Todo o imaginário confere sentido e valor à aventura humana, projectando desejos mediante um todo simbólico.

Nas suas viagens, os europeus transportaram todo o referencial do imaginário medieval, recriando a tradição cultural cristã do velho mundo no novo espaço além-Atlântico. Juan de Castellanos nas *Elegías* [1587], que dedica a Cristóvão Colombo⁶, anuncia que “Al Occidente van encaminadas las naves inventoras de regiones”. A “quarta região” do mundo “*inventa est per Vespuccio*” – esclarece Waldseemüller na edição do *Quattuor Americi Navegationes* em 1507. Para cronistas e poetas, a América não se descobre: inventa-se.

A imaginação é mais importante que o conhecimento. A América foi inventada antes de ser descoberta⁷, pois o europeu, ao *construir* o Novo Mundo, representou o seu sonho, o seu desejo, o seu imaginário a partir de toda a sua bagagem cultural, fruto das suas vivências e aprendizagens na Europa,

“[...] os descobrimentos representavam uma grande oportunidade para os povos ibéricos concretizarem seus sonhos, construindo, reproduzindo e assimilando na América todo processo cultural de que eram originários. O suporte económico, embora tenha favorecido a

⁶ CASTELLANOS, Juan – *Elegías de Varones Ilustres de Indias*. Barcelona, Biblioteca de Autores Españoles: tomo IV, 1944 [1587].

⁷ O’GORMAN, Edmundo – *A invenção da América*. São Paulo: Unesp, 1992.

realização dessa empresa, não explica os diversos significados que assumiu a conquista. As instituições religiosas e política se cristalizaram, penetrando fundo no quotidiano colonial. O passado criou raízes muito fundas principalmente onde os indígenas mantiveram parte de suas tradições, tornando-se um peso do qual ninguém de fato queria se libertar. [...] a empresa colonial surge não apenas como resultado de uma política económica, mas também como forma de expressão de uma estrutura mental.”⁸

A descoberta não permite a imaginação e fantasia sobre o que já existe e se encontra. Inventar é transformar a realidade, mobilizando a bagagem do imaginário que já se detém.

Mas o encontro da América por Espanha ocorreu a partir do encontro físico, transparecendo aquela como algo real e previamente existente (nesse sentido Espanha não a inventa porque já tinha existência anterior a 12 de Outubro de 1492, mas *re-inventa-a*) em que, para melhor a conhecer, imperou o mobilizar do imaginário, do sonho, do desejo, do mito, da utopia, da literatura.

O imaginário colectivo ocidental foi transportado para o território da América, levando aventuras dos livros de aventuras, cidades, catálogos de zoologia e botânica fantástica, lendas e tradições. Os primeiros tempos do Europeu na América, conduziram-no à impregnação e tentativa de colagem do seu imaginário à realidade encontrada e descrita,

“los españoles no tratan de adquirir nuevas nociones en América, sino más bien de verificar antiguas leyendas: las profecías del Antiguo Testamento, los mitos grecolatinos como la Atlántida y las Amazonas, las leyendas medie – vales como el Reino del Padre Juan y la Fuente dejuvencia”⁹.

A América “no era otra cosa que el ideal de Europa. En ella se veía lo que el europeo quería que fuese Europa. Fue el modelo conforme al cual había que rehacer al mundo occidental”¹⁰. A América é a utopia inventada pela

⁸ THEODORO, Janice – *Descobrimentos e Colonização*. São Paulo: Editora Ática, 1987, p. 13-14.

⁹ LÉVI-STRAUSS cit. por AINSA in AINSA, Fernando – *Profecias del Encuentro. El Correo de la UNESCO*. (Mayo, 1992) 12.

¹⁰ ZEA, Leopoldo – *América como conciencia*. México: UNAM, 1972, p. 35.

Europa, era o não lugar, era o *u topos*, pois tal como O’Gorman escreve “todo o descobrimento é um desejo, e todo o desejo uma necessidade. Inventamos o que descobrimos; descobrimos o que imaginamos. Nossa recompensa é o assombro”¹¹. O Novo emerge como reflexo do Velho e constrói-se a partir das suas fantasias, podendo-se afirmar que a primeira visão da América foi a projecção de um mundo próprio, já conhecido.

1.2. Mundo Novo: *Utopia no Séc. XVI*

A *utopia* é por definição um espaço sem localização real. Espaço “imaginário”, produto da criatividade humana, circunscrito a uma temporalidade definida. Se a utopia não tem um espaço de localização concreta, existe a ambição de a localizar algures. Deste modo, a descoberta do Novo Mundo veio permitir que o imaginário de diversos autores pudesse conceber aquele como um espaço possível onde localizar os seus projectos.

Os críticos da velha Europa situaram no novo continente o tipo de vida que ambicionavam para uma nova Europa. Não bastava a evasão, importava sim reconstruir o mundo no qual se sentiam insatisfeitos. Revelou-se imperativo estabelecer uma nova ordem (não a ordem da autoridade, assente na tradição, no tempo e na história), assente na liberdade do homem que poderia conduzir a um novo tipo de sociedade¹².

O Novo Mundo, como local absolutamente ignoto para o homem europeu, passou a constituir-se como o local físico onde era possível realizar a Utopia, onde era possível sonhar com um mundo isento das misérias da realidade concreta, que traduzia uma frustração para com a civilização. Homens humanistas e renascentistas julgaram estarem perante a edificação de um mundo novo, aquando da imprevista descoberta de extensos territórios e novos povos, que tinham permanecido incontactáveis com o velho mundo e, como tal, não estavam contaminados com a decadência de valores vigentes na Europa de então, a necessitarem de uma profunda reforma.

¹¹ O’GORMAN, Edmundo – *A invenção da América...*, cit., p. 59.

¹² ZEA, Leopoldo – *América como...*, cit.

A obra de Thomas More, *Utopia*¹³, dá conta da formulação das interrogações fundamentais acerca dos valores e das normas vigentes na Europa da época. Mas que aconteceu com as utopias? Aquilo a que ingenuamente se chamava de “realidade” torna-se terrível e avassalador.

Como expressão máxima da re-construção, da re-estruturação, da re-elaboração e da representação do novo espaço à medida e imagem da cultura do velho continente, ocorre a destruição do espaço das populações pré-colombianas: as ruas e os mercados reconfiguram-se por novos traçados, pela edificação de igrejas e catedrais (símbolos da fé cristã), pela construção de cidades inteiras à imagem e semelhança da Europa. O desenho indígena foi substituído pelo traçado urbano “sofisticado” de modo a recrear o perfil e referencial europeu. A própria designação dos novos territórios com nomes da nação de origem, como a *Nova Espanha*, pretende traduzir a outra, a herdeira, a continuidade da tradição cultural que ficou do outro lado do oceano.

O colonizador Europeu empenhou-se em recrear símbolos e elementos que deixou para trás. Para o indígena a cultura europeia emerge enquanto uma imposição que vem de fora, é a exigência do colonizador que ele assume e integra para poder manter a sua vida.

Todorov ao escrever que “Colombo descobriu a América, mas não os americanos”¹⁴, expressa bem a representação de inferioridade do *outro* para o europeu. O *outro* só existia na medida das descrições produzidas por Colombo sobre a natureza, emergindo com indiferença aos olhos do navegador. Fica patente mais uma vez, e através da representação do *outro*, que na mentalidade da época assentou toda a interpretação da realidade – não se descobriu algo novo, mas sim, encontrou-se algo que estava previamente configurado no imaginário colectivo¹⁵.

Velho e Novo continentes foram representados graficamente mediante alegorias, traduzindo simbolicamente a imagem, os atributos, as qualidades

¹³ *De Optimo Reipublicae Statu deque Nova Insula Utopia* (português: *Sobre o melhor estado de uma república e sobre a nova ilha Utopia*) ou simplesmente *Utopia* é o livro de escrito em 1516 por Thomas More (1480-1535), em latim, tornando-se sinónimo de um projecto irrealizável: fantasia; delírio; quimera; lugar que não existe, amplificando o termo “*utopia*”.

¹⁴ TODOROV, Tzevetan – *A conquista da América...*, cit., p. 64.

¹⁵ TODOROV, Tzevetan – *A conquista da América...*, cit.

e as especificidades de cada espaço físico. A figura feminina serviu de alegoria dos dois “mundos”. A figura da América foi personificada por uma índia e ganhou forma pelos traços do maravilhoso, do exótico, da riqueza dos detalhes. Uma índia nua e bárbara, adornada com penas tal como as descrições dos primeiros conquistadores, simboliza nos sécs. XVI e XVII, a inferioridade do Novo Mundo e a sua subordinação à Europa¹⁶:

“[...] a Europa [...] era como uma mulher, ‘com veste de soberana, com coroa, cetro e segurando o globo imperial’. A superioridade está indicada pela imagem de uma rainha que possuía em suas mãos o domínio sobre o globo... A América se fez conhecer como uma mulher nua, segurando uma cabeça de homem cortada. Marcando o estado de barbárie em que viviam suas populações...”¹⁷

Através da iconografia foi frequente a representação de caravelas, mais como elo de ligação à origem do que à própria América. Água e caravelas (que desafiavam as proporções das terras cartografadas) funcionavam como o elo gráfico e simbólico entre Europa e América.

Desde os inícios do séc. XVI que ocorre uma *guerra de imagens*¹⁸ no espaço colonial¹⁹, como tentativa de impor uma nova ordem visual e monopolizar a representação do sagrado, enquanto dispositivo de denominação simbólica e real, tentando a domesticação dos sentidos. Desde então até aos nossos dias, que coexistem símbolos do catolicismo com símbolos profanos, vindo a ser incorporados e recreados na sua representação e interpretação.

Todas as narrativas e crónicas das descobertas configuraram-se na apologia do poder do homem europeu sobre o indígena e sobre o novo mundo natural. Pelas narrativas de viagem foram veiculadas as ideias pessoais dos autores que pretendiam fazer descrições detalhadas e minuciosas da geografia, da natureza e do indígena relacionando-os com os mitos e as crenças medievais. Deste modo, estes documentos permitem-nos

¹⁶ Séculos mais tarde, durante os movimentos de independência, os americanos utilizaram a imagem da índia, convertendo-a num símbolo da liberdade, da resistência à opressão desde a conquista.

¹⁷ THEODORO, Janice – *Descobrimientos e Renascimento*. São Paulo: Contexto, 1991, p. 16-17.

¹⁸ GRUZINSKI, Serge – *A Guerra das Imagens: de Cristóvão Colombo a Blade Runner* (1492-2019). São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

¹⁹ Gruzinski delimita o seu estudo ao México colonial (Nova Espanha).

aceder à dimensão antropológica das descobertas, sobre a perspectiva eurocêntrica, permitindo a abordagem, a compreensão e o entendimento das transformações de mentalidades dos navegadores deste período fulcral construção e edificação da modernidade.

Desde a Antiguidade que as viagens se constituem como elo estruturador de relatos e descrições, onde os seus autores dão conta de elementos do maravilhoso. Estas descrições converteram-se numa constante das narrativas de viagem durante toda a Idade Média, prolongando-se até inícios do séc. XVII, o mesmo se constata nos documentos que relatam a descoberta do Novo Mundo. Esclarece O’Gorman, num estudo introdutório à obra do padre José de Acosta²⁰, *Historia natural y moral de las Indias* (1590), que a:

“... geografía y antropología maravillosas presentes en el mundo greco-helenístico y romano como producto de los relatos de viajeros y de las recopilaciones de enciclopedistas, porque buena parte de sus contenidos, confluyen hacia el relato de los viajes de Alejandro y hacia la descripción de los paisajes y países, auténticos y fabulosos, que en ellos aparecen; y porque también de ella deriva en gran medida el imaginario de los siglos medievales, presente en sus viajeros, reales o míticos y en sus recopiladores y enciclopedistas”²¹.

No destino, o esperado foi o fantástico, o monstruoso. Seres fantásticos e extraordinários, animais míticos, costumes estranhos já patentes nas descrições de Plínio²² e de Marco Polo, converteram-se numa obsessão para os navegadores: sereias, amazonas, canibalismo, sodomia, monstros marinhos, unicórnios. Seres que vêm desde a Antiguidade e ficaram perfeitamente estampados no imaginário colectivo dos descobrimentos.

Todos estes seres míticos e fantásticos, que foram motivo de medos e receios entre os viajantes, foram entendidos não como pertencentes a um espaço infernal, não como a negação do Paraíso Terrestre, mas como seres

²⁰ José de Acosta (1539-1600), padre jesuíta, cosmógrafo e historiador espanhol. O livro *Historia natural y moral de las Indias* (1590), pretende dar resposta aos grandes mistérios da sua época. Acosta foi um dos pilares fundamentais do pensamento científico do séc. XVI.

²¹ O’GORMAN, Edmundo (ed.) – Prólogo in ACOSTA, José de – *Historia natural y moral de las Indias*. México: Fondo de Cultura Económica, 1940. Tomo I, p. 24-25.

²² Plínio (23d.C.-79), romano, importante naturalista da antiguidade, foi modelo para os cronistas da primeira metade do séc. XVI, sendo citado mais de cem vezes, na *Historia general y natural de las Indias* de Fernández de Oviedo.

concebidos pela vontade divina e que integram o jardim do Éden: “Senhor Deus, como tuas diversas obras são maravilhosas em todo o universo!” (Salmo 104).

Durante a Idade Média, a natureza impôs-se à sociedade, marcando os ritmos quotidianos: a natureza, sendo temida era sacralizada e respeitada dentro de um pensamento fundamentalmente mágico, mesmo quando a igreja aludia às forças da natureza como manifestações da potência criadora de Deus. Santo Agostinho concebeu o mundo como um livro de origem divina que, para se compreender, necessitava de ser lido e decodificado à luz do seu Criador, só desse modo se compreenderiam os desígnios divinos²³.

2. Bestiários do Novo Mundo: a bestialização do *Outro*

A Espanha procurou no Novo Mundo a “confirmação” da existência do maravilhoso medieval. Sereias, amazonas, gigantes, unicórnios, canibais, pessoas sem cabeça ou com cauda e pessoas com enormes orelhas, são exemplos desse maravilhoso, dispersos em múltiplos relatos e crónicas, sendo mobilizados e reconfigurados no séc. XVI, como *bestiários* do Novo Mundo. Estas imagens, mais que representar o *outro*, dão conta da adaptação de um imaginário colectivo, europeu, que é mobilizado para a apreensão e concepção de um novo mundo, adaptando-se à realidade encontrada. A imagem do *outro* começa a ser uma imagem estereotipada²⁴, através da monstruosidade.

A própria Bíblia investe-se como importante fonte de explicação da existência dos novos animais, das novas terras e a sua origem. O *Génese* alude à *Arca de Noé* que salva todos os animais e os difunde pelo mundo, “*pues conforme a la Divina Escritura, todos estos animales se salvaron en el Arca de Noé, y de allí se han propagado en el mundo*”²⁵.

²³ CHAMBEL, Pedro Alexandre Sacadura – *Os Animais na Literatura Clerical Portuguesa dos Séculos XIII e XIV: Presença e Funções*. Tese de Doutoramento (texto Policopiado). FCSH/UNL, 2003.

²⁴ MASON, Peter – *Deconstructing America: representations of the other*. London: Routledge, 1990.

²⁵ ACOSTA, José – *Historia Natural y Moral de Las Indias*. Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes Saavedra. Alicante: Universidad de Alicante, 1999 [1590], p. 230.

Os novos seres encontrados foram alvo de admiração e conotados com o monstruoso (por exemplo o tucano, por ter um bico maior que todo o seu corpo). Se foram alvo de espanto, foram ao mesmo tempo alvo de medos e receios, vendo-se neles a grandeza de Deus na sua criação, mas também o poder do Demónio. Foi ambivalente a interpretação do novo mundo natural: maravilhas de Deus ou obra do Diabo.

Os animais do Novo Mundo (imaginários ou reais) foram muitas vezes codificados moralmente à maneira dos *Bestiários* medievais de frades e cronistas²⁶. À luz das características e dos comportamentos dos seres naturais, que Deus neles tinha inscrito, procurou-se compreender os ensinamentos morais a serem observados pelos cristãos²⁷.

Gonzalo Fernández de Oviedo²⁸ deu-nos conta de um autêntico bestiário do Novo Mundo nas páginas das suas obras, apoiando-se grandemente nas leituras de Plínio e Aristóteles. Tentou descrever os animais por semelhança e comparação com os da Europa ou com as descrições de seres do imaginário medieval, contudo, quando não encontrava referências claras para os animais exóticos que observava, descrevia-os como os seres híbridos dos bestiários da antiguidade, como é o caso da iguana, do tatu, do tlacuache²⁹.

O *outro* desconhecido também foi concebido como besta, tendo sido comum a sua representação como uma besta, como um monstro, estabelecendo-se sempre a conexão a figuras míticas como o “bom selvagem” cujo habitat é semelhante às imagens do paraíso. Todo o imaginário e fantasia, produtores de imagens, implicam uma noção de fronteira, emergindo desse modo o Novo Mundo como um espaço que está para lá das “fronteiras” do mundo europeu³⁰. São diversas as representações acerca do *outro* monstruoso aos olhos dos europeus. As crónicas da conquista, as narrativas de viagem e toda a iconografia sobre o *outro* do Novo Mundo.

²⁶ RODILLA LEÓN, Maria José – Bestiários del Nuevo Mundo: Maravillas de Dios o Engendros del Demónio. *Rev. Destiempos*. 3 (14) (2008) 25-34.

²⁷ CHAMBEL, Pedro Alexandre Sacadura – *Os Animais na Literatura Clerical...*, cit.

²⁸ Cronista e naturalista das Índias que escreveu em 1522 o *Bestiario de Indias*, para informar Carlos V, rei de Espanha, dos animais dos seus novos domínios.

²⁹ FERNÁNDEZ OVIEDO, Gonzalo – *Historia general y natural de las Indias*. Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes Saavedra. Alicante: Universidad de Alicante, 1851 [1535].

³⁰ SCHOENNENBECK, Sebastián – América monstruosa y la novela monstruosa de José Donoso. *Revista Laboratorio*, 1 (2009).

Uma gravura em madeira (datada de 1505), que pretende ilustrar a terceira viagem de Américo Vesputio, revela-nos como os índios foram apreendidos, mediados pelo imaginário do europeu. Com efeito, os indígenas têm a pela avermelhada, comem carne humana e vivem “sem” regras. A gravura acompanhada de texto descritivo (aquilo que hoje se pode assumir como uma fábula), ilustra bem as representações que o europeu construiu sobre o *outro*:

“Tanto los hombres como las mujeres andan desnudos, poseen un cuerpo bien proporcionado y tienen una piel casi de color rojo. Tienen perforadas las mejillas y los labios, la nariz y las orejas y adornan estas incisiones con piedras azules, pedazos de vidrio, mármol y alabastro muy finos y hermosos. Esta costumbre es propia, sin embargo, sólo de los hombres. No existe entre ellos ningún tipo de propiedad privada, sino que todas las cosas pertenecen a la comunidad. Viven todos juntos, sin rey o jefe de ninguna especie y cada uno es su propio señor. Toman como esposa la primera que encuentran y actúan en todo sin atenerse a ley alguna. Luchan entre ellos sin arte ni regla, se devoran unos a otros, incluyendo muertos, pues la carne humana es una de las formas habituales de alimentación. Acostumbran a salar carne humana y a colgarla de las casas con el objeto de que se seque. Alcanzan la edad de ciento cincuenta años y rara vez se enferman”³¹.

Os europeus que aportaram no Novo Mundo levaram consigo um horizonte de expectativas que foram prefiguradas nos textos dos viajantes da antiguidade, correspondendo a percepção dos novos territórios e do *outro* e a forma como estes se textualizam ao universo das expectativas (cristãs e pagãs) partilhadas pelos navegadores³². Muitos dos traços atribuídos pelo europeu ao indígena já estavam no seu imaginário³³.

As imagens do indígena, mais que representar o “homem” do quarto continente, pretenderam traduzir os mitos, as histórias de maior difusão na Europa. Perante o encontro do Novo Mundo, tinham duas opções: reconhecer

³¹ Cit. por ROXAS MIX, Manuel – *América Imaginada*. Madrid, Lumen. 1992, p. 5-6.

³² LÓPEZ MARISCAL, Blanca. – Modelos narrativos para los cronistas del Nuevo Mundo: una mirada a los textos fundantes in PASCUAL BUXÓ, José; RODRÍGUEZ HERNÁNDEZ, Dalia; RODRÍGUEZ HERNÁNDEZ, Dalmacio (eds.) – *Permanencia y destino de la literatura novohispana: Historia y Crítica*. México, UNAM: Instituto de Investigaciones Bibliográficas, 2006, p. 57-68.

³³ Por exemplo, o ressurgir do mito das amazonas (mulheres guerreiras cujas comunidades excluem os homens) no Novo Mundo.

a inutilidade do seu saber e proceder à *descoberta* das novas terras ou manter a sua concepção do mundo e tratar de se adaptar à realidade encontrada.

Conceber o *outro* como monstro foi um processo que permitiu constatar um particular mecanismo de construção da alteridade, numa espécie de lógica de *círculos concêntricos*, em que no centro estaria a civilização, a qual estaria rodeada de inúmeros povos bárbaros, que são identificados como monstruosos. Assim, sempre que o conhecimento se estendeu além do limite do conhecido, emergiram seres monstruosos que se opunham conhecimento do europeu e à sua cultura³⁴.

As ilustrações de Theodore De Bry³⁵ são tradutoras de um imaginário concreto sobre o Novo Mundo. Junto dos discursos sobre o Novo Mundo, as imagens gráficas actuaram “politicamente”, difundindo uma realidade de determinada ordem de indígenas. À margem da verdade e da verosimilhança, as imagens produzidas e tradutoras do *outro* pretenderam instituir um discurso específico sobre ele e sobre o Novo Mundo³⁶. Mas impõem-se algumas questões: porquê a figura do Monstro? Que significado tem o monstruoso na cultura europeia do séc. XVI? Que torna o habitante do Novo Mundo um monstro? Como se manifesta a monstruosidade do *outro*?

A imagem do monstro pode ser associada à noção de pecado. O pecado do *outro* configurou-se como o estranho, o exótico, o pagão. O *outro* encontrava-se condenado à bestialização por ser pecador e, como tal, deveria ser punido e eliminado³⁷. A representação imaginária e gráfica do *outro* como monstro emergiu como elemento simbólico em que a bestialização e a monstrificação foi o resultado do pecado:

“Enumerar lo monstruoso no nos interesa por lo pintoresco, sino por lo emblemático, porque son expresión del pecado de ser lo otro. Si el nombre se aplica al ente cuyas costumbres o cuya morfología se

³⁴ CARREÑO, Gastón – El Pecado de Ser Otro. Análisis a Algunas Representaciones Monstruosas del Indígena Americano (Siglos XVI-XVIII). *Revista Chilena de Antropología Visual*. 2008.

³⁵ Theodore De Bry (1528-1598), gravador holandês que, apesar de nunca ter estado no Novo Mundo, produziu inúmeras ilustrações sobre as Américas.

³⁶ EGAÑA, Daniel – Lo monstruoso y el cuerpo fragmentado: el Nuevo Mundo como espacio de violencia, una lectura de la obra de Theodore De Bry en la construcción de la imagen india. *Revista Chilena de Antropología Visual*. 16 (2010) 1-29.

³⁷ Idem.

aparta de nuestras normas estéticas o éticas, aplicado al hombre, toma el sentido de lo extraño, extranjero... Los monstruos forman parte de una información general de lo extraño, proporcionada por escritores y cartógrafos. Introducen el exotismo y simbolizan el paganismo. A menudo en miniaturas que ilustran escenas de batallas, entre las huestes enemigas desfilan endriagos y hombres salvajes. Darles muertes es un deber: era servir a Dios y al derecho”³⁸.

A descrição do *outro* pretendia traduzir a sua identidade: comunidades acéfalas, comunidades de seres com grandes orelhas ou com cauda, de gigantes ou com práticas canibais são alguns dos exemplos de como o *outro* é visto no Novo Mundo.

Uma das primeiras representações que assumiu o indígena foi a de *Acéfalo*, cuja imagem tinha antecedentes na cultura helénica. Seres acéfalos foram encontrados por aventureiros no Egipto, Líbia, Índia e China. O corsário inglês Walter Raleigh descreveu os *acéfalos* do modo seguinte “*cerca de ella viven los poderosos Ewaipanomas [acéfalos], hombres sin cabeza, con sus ojos y boca en el pecho, muy similares a los acéfalos orientales, pero tienen pelos en la espalda. Son capaces de manipular arcos tres veces más grandes que los normales*”³⁹. O corpo seria o reflexo da alma, sendo, portanto, considerado obra diabólica. O *acéfalo*, não tendo cabeça, encarna o mal. Inúmeros cartógrafos identificaram diversas zonas do Novo Mundo como locais onde seria possível encontrar acéfalos.

Outra imagem que traduziu o indígena do Novo Mundo foi a de gente com *Grandes Orelhas* que cobriam todo o corpo, utilizando uma orelha para se deitar sobre ela e a outra para se tapar⁴⁰. O mito dos homens de *Grandes Orelhas* era uma tradição que remontava aos textos clássicos e estava representado em pinturas e esculturas de diversas igrejas na Europa. Deste modo deu-se conta da realidade do Novo Mundo, reproduzindo e validando a mitologia do Velho Mundo.

Uma outra representação ilustrou o indígena como *Gente com Cauda*. Foi Colombo quem primeiro deu conta desta “particularidade” ao descrever

³⁸ ROXAS MIX, Manuel – *América Imaginada...*, cit., p. 66-67.

³⁹ MAGASICH-AIROLA Y DE BEER cit. por CARREÑO in CARREÑO, Gastón – *El Pecado de Ser Otro. Análisis a Algunas Representaciones...*, cit., p. 130.

⁴⁰ ROXAS MIX, Manuel – *América Imaginada...*, cit.

os indígenas da ilha de Santa Joana, “*por la parte que mira a occidente, restan aun dos provincias que no reconocí, y de las cuales á la una llaman los indios Anam, y cuyos habitantes nacen con cola*”⁴¹, instaurando uma tradição de monstificação do *outro*, que viria a legitimar a usurpação e domínio dos novos territórios.

Uma das lendas de maior difusão na literatura e arte europeia medieval foi a lenda do **Gigante**. Américo Vespúcio foi o primeiro a relatar a existência de gigantes no Novo Mundo, tendo-os “*encontrado*” no Curaçao,

“*encontramos una población de unas doce casas, donde hallamos sino siete mujeres, de tan grande estatura, que no había ninguna que no fuera un palmo y medio más alta que yo.... Y mientras que estábamos en esto vinieron 36 hombres y entraron en la casa donde estábamos bebiendo, y eran de tal estatura que cada uno de ellos era más alto arrodillado que yo en pie*”⁴².

Inúmeras cartas geográficas designaram por “*regio gigantum*”⁴³ a região da Patagónia, local de consenso onde se encontravam esses gigantes. António Pigafetta, cronista da viagem de Fernão de Magalhães, escreveu acerca do seu encontro com os habitantes *de altura anormal* da “*regio gigantum*”:

“Un día, cuando menos lo esperábamos, un hombre de figura gigantesca se presentó ante nosotros. Estaba sobre la arena casi desnudo, y cantaba y danzaba al mismo tiempo, echándose polvo sobre la cabeza. El capitán [Fernão de Magalhães] envió a tierra a uno de nuestros marineros, con orden de hacer los mismos gestos, en señal de paz y amistad, lo que fué muy bien comprendido por el gigante, quien se dejó conducir a una isleta donde el capitán había bajado. Yo me encontraba allí con otros muchos. Dio muestras de gran extrañeza al vernos, y levantando el dedo, quería sin duda decir que nos creía descendidos del cielo. – *Su figura*: Este hombre era tan grande que nuestra cabeza llegaba apenas a su cintura...”⁴⁴

⁴¹ FERNANDEZ cit. por CARREÑO in CARREÑO, Gastón – El Pecado de Ser Otro. Análisis a Algunas Representaciones..., *cit.*, p. 132.

⁴² ROJAS MIX cit. por CARREÑO in CARREÑO, Gastón – El Pecado de Ser Otro. Análisis a Algunas Representaciones..., *cit.*, p. 133.

⁴³ Idem

⁴⁴ PIGAFETTA, Antonio – Primer Viaje en torno del Globo [1536]. Edición del IV Centenario. Madrid: Calpe, 1922, p. 52.

O gigante representava a barbárie, a desproporção e a força destrutiva – características tradutoras da forma como a Europa vê o Novo Mundo e se justifica a si mesma⁴⁵.

Em determinado momento, por todos os dados empíricos que se foram perfilando, o *outro* imaginado foi confrontado com o *outro* encontrado. Contudo, a imagem mítica do indígena resistiu à sua adequação com a realidade, até que as características do *outro* a conseguem dissipar até à emergência da produção de uma nova imagem mítica que resgata alguns traços anteriores e produz imagens mais flexíveis na sua confrontação com o real. Ocorreu uma *reciclagem* da monstrosidade do indígena, passando a constituir-se como um ser aberrante, não pelo seu aspecto físico mas pelos seus costumes. Pela impossibilidade de revelar a monstrosidade física do outro, recorreu-se a monstrificação das suas práticas culturais⁴⁶.

A *antropofagia* acentua o carácter monstruoso do *outro*, constituindo-se este como um elemento importante que o afasta radicalmente da natureza do europeu. Cronistas e viajantes descreveram os hábitos canibais de grande parte dos indígenas do Novo Mundo e é Vesputio quem comparou as práticas de cozinha europeias com as práticas canibais.

Hans Standen através da sua obra, “*Véritable histoire et description d’un pays habité par des hommes sauvages, nus, féroces et anthropophages*” (1557), difundiu com detalhe as práticas canibais dos indígenas do Novo Mundo, sendo esta obra, mais tarde, recreada visualmente por Theodor De Bry. Uma ilustração cartográfica do séc. XVI, atribuída a Hans Holbein, o Jovem, ilustra na sua parte inferior cenas canibais, indicando o mapa *mundi* de então a existência de tais práticas naquele espaço do mundo⁴⁷.

A representação do *outro* como monstro resultou de uma complexa produção cultural em que foi concretizado um recorte da realidade, ocorrendo não só a projecção das intenções conscientes do autor, mas também as projecções de um todo cultural social ao qual se pertence. Toda a interpretação da iconografia sobre o *outro* dependeu grandemente da interpretação da sua

⁴⁵ Idem, *ibidem*, p. 82.

⁴⁶ CARREÑO, Gastón – El Pecado de Ser Otro. Análisis a Algunas Representaciones..., *cit.*

⁴⁷ SCHOENNENBECK, Sebastián – América monstruosa y la novela monstruosa..., *cit.*

cultura e história. Cada imagem é um fragmento de um todo da produção visual, orientada para a descrição e tradução duma realidade desconhecida, a partir de um universo conceptual conhecido.

O encontro entre duas culturas gera uma produção de imagens estereotipadas. Estas imagens podem não ser completamente falsas, mas que exageram determinados elementos da realidade ou omite outros. A criação de um estereotipo pode ser mais ou menos cruel, mais ou menos violento, contudo, em qualquer dos casos, carece necessariamente de nuances⁴⁸.

Todas as representações sobre a monstrosidade do *outro* culminaram na (re)construção de um imaginário particular sobre o Novo Mundo, conferindo sentido, quer ao indígena, quer às categorias conceptuais europeias. O imaginário assumiu-se como o aspecto central na construção de opiniões, crenças e concepções sobre os novos territórios.

3. Os *outros* filhos de Adão e Eva: origem e natureza do *outro*

O europeu ao chamar *índio* ao nativo conferiu-lhe uma nova identidade. Ainda hoje nos referimos a ele com essa designação ou, à semelhança dos conquistadores espanhóis do séc. XVI, continuamos a considerá-lo como o *Outro*. Este aspecto explica-se pelo facto de que:

“... desde el momento mismo en que los europeos pusieron los ojos sobre los aborígenes de este continente, éstos dejaron de tener una historia propia para pasar a ser personajes secundarios de la historia ajena. La invasión europea no sólo destruyó su religión y costumbres, sino que les arrebató su identidad. De ser individuos dentro de un grupo humano específico, pasaron a ser clasificados bajo un único membrete, el de «indios» que ni siquiera se refiere a ellos estrictamente hablando. El europeo, proviniera de donde proviniera, nunca vio en estos hombres lo que, para bien o para mal, eran, sino lo que él consideraba que eran o que debían ser [...]. Puede decirse que ninguno de los grandes

⁴⁸ BURKE, Peter – *Eyewitnessing. The uses of Images as Historical Evidence*. New York: Cornell University Press, 2008.

defensores del indio – franciscanos, dominicos, agustinos o jesuitas, lo mismo da – logró comprender la naturaleza de estos hombres”⁴⁹.

Importa debater a questão da *origem e natureza* do *outro* aquando da sua “descoberta”.

Aquando da descoberta do “Quarto Continente”, a temática relativa à *origem* dos seus habitantes nativos (os índios) emergiu como debate intenso entre os eruditos da época. A sua alusão nos textos da época foi resultante da capacidade de assumir uma nova e desconcertante realidade, da qual não se tinha qualquer conhecimento. O Novo Mundo suscitou um acalorado e profundo interesse, na medida em que era revelado aos olhos da velha Europa um *mundo* completamente novo, evidenciando a “inutilidade” das prédicas evangélicas e dos textos sagrados, que preconizavam que a palavra de Deus tinha alcançado todos os confins da terra⁵⁰.

Os primeiros anos da conquista monopolizaram a atenção dos cronistas na descrição dos novos territórios e dos povos indígenas evitando, de certo modo, focar a problemática da origem dos índios (o que implicava dificuldades teológicas e de interpretação das Sagradas Escrituras). Só na segunda metade do séc. XVI surgem diversas hipóteses, assentes em fontes históricas (sagradas e profanas), tentando explicar o que ocorreu com as tribos perdidas de Israel, onde foram parar os habitantes da desaparecida Atlântida, onde ficava localizado o Paraíso Terrestre, se teriam ou não chegado Apóstolos ao Novo Mundo ou, até mesmo, onde tinham chegado os filhos de Noé na sua missão de povoar o mundo após o dilúvio⁵¹.

Após as iniciais e múltiplas conjecturas teológicas que consideravam o indígena como criatura sem alma (e como tal, não pertencente à espécie humana) estando apto para ser escravizado, apareceram opiniões de novos autores, relativamente à origem do “*indios do ocidente*”. Ambas as correntes

⁴⁹ FROST cit. por ESPINOSA in ESPINOSA, Maria del Carmen – La Palabra Conquistadora. Las Crónicas Jesuitas sobre el Noroeste Novohispano. *Anales de Literatura Española*. 13 (1999) 167.

⁵⁰ FERNÁNDEZ MARCOS, Natauo; FERNANDEZ TEJERO, Emilia – *Biblia y Humanismo. Textos, talentos y controversias del siglo XVI español*. Madrid: Fundación Universitaria Española, 1997.

⁵¹ CAMACHO DELGADO, José Manuel – Los nuevos hijos de Adán. Diego Andrés Rocha y el origen de los Indios Occidentales in BARRERA, T. (ed.) – *Herencia Cultural de España: siglos XVII y XVIII*. Madrid: Iberoamericana, 2008, p. 149-170.

convergir em dois pontos essenciais: a) todos os homens, do Novo e Velho mundos, descendem dos primeiros pais bíblicos – Adão e Eva; b) os primeiros habitantes aportaram ao Novo Mundo após o Dilúvio Universal (assegurando a descendência directa de algum dos três filhos de Noé: Sem, Cam ou de Jafet).

Autores contemporâneos, caso de Miguel Valboa⁵², tentaram explicar a origem dos índios ocidentais, mobilizando os argumentos “credíveis” disponíveis. Era imprescindível demonstrar (com base nalguns versículos Bíblicos – Livro I dos Reis, cap. 9, versículos: 10 e 11 e 26 a 28 – nos quais se faz alusão às viagens realizadas pelos judeus a uma terra incógnita e misteriosa chamada de Ofir⁵³) que os habitantes do Novo Mundo descendiam de Adão e Eva pois, caso contrário, seria difícil sustentar o argumento de serem verdadeiros homens com alma (o argumento de que o indígena não tinha alma era sustentado por aqueles que o pretendiam escravizar). Assim, identifica-se a América com o mito de Ofir.

Mas, de onde procediam aqueles povos? O padre Acosta considerava que os descobrimentos realizados revelaram a existência de povos que antigos autores (Plínio, Séneca) já tinham preconizado⁵⁴. Até mesmo a própria Bíblia “*insinua*” a existência do Novo Mundo. Para Acosta esses habitantes eram descendentes de Noé e, portanto, descendentes remotos de Adão e Eva. Acosta levanta duas hipóteses polémicas para a época: a origem judaica do novo povo encontrado ou a sua possível proveniência da Atlântida (segundo Platão, a Atlântida era um espaço tão grande como a África e a Ásia juntas). Os estudiosos (exegetas) da época chegaram mesmo a analisar as semelhanças entre judeus e índios. Relativamente aos povos que habitavam o novo continente, Frei Juan de Torquemada⁵⁵ lamentou a falta de documentos, tendo claro que eram um povo muito antigo:

⁵² Miguel Cabello Valboa (1535-1608), clérigo e cronista espanhol, autor de *Miscelánea Antártica* (1586), obra fundamental da historiografia americana.

⁵³ Região mencionada na Bíblia, onde há abundância de ouro e outras riquezas. Colombo, após a sua terceira viagem, identifica o Haiti com o Ofir bíblico, assente nas considerações de inúmeros pensadores da época.

⁵⁴ ACOSTA, J. – *Historia Natural y Moral...*, cit.

⁵⁵ Fr. Juan de Torquemada (1557?-1624), padre franciscano e historiador. Autor de obras relacionadas com o México do séc. XVI.

“Fuerza es que no habiendo noticia de los antiguos moradores y naturales de esta tierra. de qué gente sea. ni de qué familia haya venido. ni en nuestra España haya tal noticia de ninguno de los escritores, que andemos a ojos cerrados dando vueltas y rodeando la verdad y por ventura no llamando a su puerta en mucho tiempo; y así me parece que debieron de ser de alguna gente antiquísima de aquella que se repartió y dividió luego después del Diluvio...”⁵⁶

E como se difundiram os habitantes da terra? Como chegaram até este Novo Mundo? O Frade Gregório Garcia⁵⁷ tentou conciliar todas as teorias da época sobre a questão, sintetizando de forma eclética e enciclopédica a origem do *índio do ocidente*⁵⁸:

- 1) os primeiros habitantes chegaram por mar, com orientação da altura do Pólo, pela posição das estrelas e por algum instrumento de navegação. Supõe-se que tivessem algum conhecimento daquelas terras;
- 2) Acosta considerou que chegaram por vontade própria, ou mesmo, arrastados por marés ou por tempestades;
- 3) os primeiros indígenas chegaram caminhando, sem rumo, ao longo dos tempos;
- 4) Alejo Venejas considerava a possível origem cartaginesa;
- 5) originários das dez tribos de judeus, cativas do rei da Assíria, Salmanasar;
- 6) Garcia cita Arias Montano apontou que os habitantes da Nova Espanha e do Perú eram originários do mítico território de Ofir;
- 7) seguindo Gómara e Agustín de Zárate, criou a lenda da Atlântida, cujas dimensões colossais permitiram a chegada dos europeus às ilhas de Barlovento e daí povoar terra firme;
- 8) outra hipótese, que deriva da anterior, foi a possibilidade de tais viagens às Índias terem ocorrido na época pós-romana, quando parte da península falava a língua castelhana;

⁵⁶TORQUEMADA, Juan – *Monarquía indiana de los veinte y un libros rituales y monarquía indiana, con el origen y guerras de los indios occidentales, de sus poblaciones, descubrimiento, conquista, conversión y otras cosas maravillosas de la misma tierra*. México: Universidad Nacional Autónoma de México, Instituto de Investigaciones. 1979 [1615], vol. 1, cap. IX, p. 36.

⁵⁷ Autor da obra *Origen de los indios del Nuevo Mundo y Indias Occidentales* (1607).

⁵⁸ CAMACHO DELGADO, José Manuel – *Los nuevos hijos de Adán...*, cit.

9) que os habitantes tinham origem nos gregos;

10) ou que tenham origem nos fenícios.

A temática da origem dos índios detinha em pleno séc. XVII, não apenas um valor antropológico mas também importantes implicações no âmbito do direito, da política e da economia. Defender qualquer das posturas era legitimar a pertença dos territórios do ultramar, como forma de recuperar espaços que outrora pertenceram à coroa espanhola⁵⁹.

O cronista Diego Andrés Rocha, na sua obra *Tratado Unico Y Singular Del Origen De Los Indios Del Peru, Mejico, Santa Fe Y Chile* (1681), construiu um discurso mobilizando e manipulando textos bíblicos, tendo por fim interesses políticos e estratégicos da coroa espanhola. O cronista considerou, então, que o povoamento do Novo Mundo ocorreu após o dilúvio, onde teve papel importante Jafet, filho de Noé, e cujos descendentes passaram às Índias ocidentais, graças à proximidade da Atlântida:

“Que estas Indias occidentales, después del diluvio universal, se comenzaron a poblar por los descendientes de Jafet, hijo de Noé; hijo de Noé; de Jafet descendió Tubal, quien pobló a España, (...) y sus descendientes la ocuparon y poblaron, y de ellos, como estaban vecinos a la isla Atlántida, vinieron poblando por ella y llegaron a tierra firme, que corre por la parte de Cartagena, y va bojeando todo este mar del Sur por sus costa hasta el cabo Mendozino y estrecho y reino de Anian y provincia Quivira, confinante con el Asia, que todo este círculo de tierra, contando por el Norte y Sur, hacen más de 700 leguas, mediando también el estrecho de Magallanes. Que éstos fuesen los primeros, lo dicta la razón, y también la cercanía del continente de Cádiz con Cartagena de estas Indias, pues de aquél a ésta se continuaba la isla Atlántida por mil leguas y más, como con evidencia se probó...”⁶⁰.

Assistimos, portanto, ao uso político do indígena, mobilizando inclusive argumentos teológicos, para justificar a legitimidade das possessões de Espanha no Novo Mundo. Como reforço da argumentação teológica, Andrés Rocha apresenta a América como uma recompensa de Deus aos Reis Católicos, por terem expulso os mouros e judeus da Península.

⁵⁹ CAMACHO DELGADO, José Manuel – Los nuevos hijos de Adán..., *cit.*

⁶⁰ ANDRÉS ROCHA, Diego – *Tratado Unico Y Singular Del Origen De Los Indios Del Peru, Mejico, Santa Fe Y Chile*. Madrid: Ediciones elaleph.com, 2000 [1681], p. 46.

Rocha chegou a comparar Fernando, o Católico, a Moisés, estabelecendo um paralelismo entre a conquista da Terra Prometida por Israel (libertando-a da opressão do Egito) e a Conquista do Novo Mundo por Espanha (salvando os indígenas do pecado mortal e trazendo-os para o fé católica). E a origem dos animais que se encontram no Novo Mundo? Muitos destes não tinham correspondente no mundo conhecido. Escreve Frei Juan de Torquemada que estes obviamente eram provenientes da Arca de Noé:

“... que como los ángeles los trajeron al Arca para que en ella se salvaran y no pudiesen de todo punto, de esa misma manera los pasarían a diversas partidas del mundo, para que allí se conservasen y aumentasen; y no disuena esta razón a buen entendimiento, antes es conforme a ella; pues no es tan sabrosa la compañía de una bestia fiera que obligue a un hombre a que la desee, antes huye de ella como del enemigo.”⁶¹

Numa postura racionalista, o padre Acosta aponta de “*qué manera pasaron bestias y ganados a las tierras de Indias*”⁶², esclarecendo que os animais entraram no Novo mundo devido à proximidade dos continentes.

Todo o debate sobre a construção social e cultural do *outro* (da sua origem e da sua natureza) é um debate que assume a centralidade entre os eruditos dos séculos XVI e XVII, ao constatarem a existência de um novo mundo e, fundamentalmente, de um Novo Homem. Toda a discussão e compreensão antropológica do *Outro* desta época permite, em muito, aceder à compreensão antropológica do Homem de Hoje da América Latina, no que diz respeito à construção da sua identidade e modo de ser e estar no Mundo.

Comentário Final

A empresa dos descobrimentos do Novo Mundo foi herdeira do espírito medieval. A “*quarta parte do mundo*”, inicialmente inventada, fruto de todo um repertório do imaginário construído e acumulado foi sendo descoberta.

⁶¹ TORQUEMADA, Juan – *Monarquía indiana de los veinte y un libros rituales...*, cit., Livro I, cap. VIII, p. 36.

⁶² ACOSTA, J. – *Historia Natural y Moral...*, cit., cap. XXI, p. 60.

O imaginário medieval cedeu lugar à construção do conhecimento da modernidade, pelas explorações científicas que permitiram conhecer, classificar, ordenar e organizar o conhecimento e o mundo.

A Europa deslocou toda a esfera do imaginário mítico e teológico medievais para os novos territórios e, ao mesmo tempo, encontrou novos “elementos” que permitiram aos produtores de imagens reconstruir velhos mitos. A América a partir da sua descoberta transformou-se num verdadeiro “viveiro” e repositório de imagens intimamente ligadas ao imaginário Europeu, herdeiro de uma tradição cristã. Não podemos compreender a América se esquecemos que ela é fruto das *Utopias* Europeias. São os mitos trazidos do Velho Continente que nos permitem compreender o nascimento da *Utopia* renascentista.

Do contacto com um novo mundo, com uma nova realidade, decorre o nascimento da modernidade com a evolução do conhecimento (sobre a cartografia, a fauna, a flora) e uma discussão antropológica e filosófica sobre o *outro*. Olhar o *outro*, segundo a discussão e concepção erudita da época, vai muito além da análise antropológica e etnográfica, tocando as preocupações religiosas e políticas.

O imaginário permitiu aos europeus desvendar o novo, o maravilhoso e o extraordinário. Os mitos da antiguidade quase que assumiram uma identidade e uma confirmação da sua *real* existência no contacto com o novo mundo natural e com os *novos filhos* de Adão e Eva. Atribuir ao *outro* traços da monstruosidade do imaginário medieval foi a primeira abordagem antropológica para o conhecimento, compreensão e entendimento dos novos *humanos*, à luz de todo o manancial cultural acumulado ao longo de séculos. Sereias, amazonas, gigantes, unicórnios, canibais, pessoas sem cabeça, pessoas com cauda, pessoas com enormes orelhas são alguns dos exemplos desse maravilhoso e fantástico imaginário projectado na nova realidade.

A monstruosidade do *outro* era a representação simbólica do pecado. A imagem do *outro* como monstro era a representação do *outro* sem alma, sem fé cristã. Toda a iconografia que proliferou no espaço colonial assumiu-se como tentativa de impor uma nova ordem visual e monopolizar a representação do sagrado, enquanto dispositivo de denominação simbólica e real, tentando alcançar a domesticação dos sentidos. Mas a discussão erudita sobre a *origem e natureza* do *outro* desenrola-se com base em argumentação

teológica e bíblica e fundamentada em textos de autores clássicos. Contudo, todas as correntes convergiam em dois pontos: que todos os homens (do Novo e Velho mundos) descendiam de Adão e Eva e que os primeiros homens chegaram ao Novo Mundo após o Dilúvio Universal.

A discussão em torno do “índio do ocidente” atingiu na época contornos políticos (do direito e da economia), para além da discussão antropológica. O indígena foi *usado* com finalidade política, mobilizando argumentos teológicos para justificar a legitimidade das possessões de Espanha no Novo Mundo.

Resumo: Este artigo analisa o texto, que descreve o fim da primeira etapa da exploração do reino de Portugal e do mundo hispânico, bem como as várias interpretações históricas e críticas ao longo dos séculos. Para tal, analisa-se a importância do texto no contexto da descoberta e do reconhecimento da nova Colónia Real, nas condições administrativas da Coroa portuguesa. A partir de uma análise dos principais relatos de aclamação de D. João IV na cidade de Goa, capital do Estado Português da Índia, este artigo procura recuperar as condições e as discussões que legitimaram a aclamação de D. João IV, e descrevem as várias interpretações académicas e literárias.

Abstract: The Acclamation of 1640, which marked the end of sixty years of political dependence between the Kingdom of Portugal and the Spanish Monarchy, has been the object of many historiographical interpretations in the past two centuries. However, the dynamics which led to the recognition of the new regime by the various components of the Portuguese Crown have been largely neglected by these interpretations. Through an analysis of the main descriptions of the acclamation of D. João IV in the city of Goa, capital of the Portuguese State of India, this paper aims to scrutinize the conditions and discussions which legitimated the enthronement of D. João IV, questioning their academic meanings and interpretations.

Palavras-chave: Goa; Acclamação; Cerimónias; Cultura Portuguesa.

Key words: Goa; Acclamation; Ceremonies; Cultural Culture.

Key words: Goa; Acclamation; Ceremonies; Cultural Culture.

Este artigo é a versão aumentada e corrigida de um capítulo de uma tese de doutoramento intitulada A Acclamação de 1640 em Goa, da autoria de Patrícia da Silva, defendida em 2013 na Universidade de Coimbra sob a orientação da Professora Doutora Maria de Lurdes Albuquerque, e aprovada pela Comissão de Avaliação e Acreditação da Universidade de Coimbra.

«A feliz aclamação del Rey Dom João o IV». Cerimónias e cultura política na Goa seiscentista*

José Miguel Ferreira

Centro de História de Além-mar, FCSH-UNL/UAç

jose.mourafferreira1988@gmail.com

Texto recebido em /Text submitted on: 29/05/2013

Texto aprovado em /Text approved on: 14/10/2013

Resumo/Abstract:

A *Restauração* de 1640, que ditou o fim de sessenta anos de agregação do reino de Portugal à Monarquia Hispânica, tem sido alvo de múltiplas interpretações historiográficas ao longo dos últimos dois séculos. Menos conhecidas são, no entanto, as dinâmicas que marcaram o reconhecimento da nova Casa Real nas conquistas ultramarinas da Coroa portuguesa. A partir de uma análise dos principais relatos da aclamação de D. João IV na cidade de Goa, capital do Estado Português da Índia, este artigo procura recuperar as cerimónias e os discursos que legitimaram a subida ao trono de D. João IV, interpretando os seus múltiplos significados e leituras.

The *Restauração* of 1640, which marked the end of sixty years of political aggregation between the Kingdom of Portugal and the Spanish Monarchy, has been the object of many historiographical interpretations in the past two centuries. However, the dynamics which lead to the recognition of the new regimen by the overseas conquests of the Portuguese Crown have been hitherto neglected by these interpretations. Through an analysis of the main descriptions of the acclamation of D. João IV in the city of Goa, capital of the Portuguese State of India, this paper aims to scrutinize the ceremonies and discourses which legitimized the enthronization of D. João IV, questioning their multiple meanings and interpretations.

Palavras chave/Keywords:

Goa; *Restauração*; Cerimónias; Cultura Política.

Goa; *Restauração*; Ceremonies; Political Culture.

* Este estudo é a versão aumentada e corrigida de um capítulo de uma tese de mestrado intitulada *A Restauração de 1640 e o Estado Português da Índia. Agentes, Espaços e Dinâmicas*, defendida em Dezembro de 2011 na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e orientada pela Prof. Doutora Alexandra Pelúcia, a quem agradeço todo o apoio e acompanhamento.

Nos inícios do mês de Março de 1642, na igreja lisboeta de Santo Antão-o-Novo, durante a tradicional celebração do primeiro Domingo de Páscoa, um padre rogou aos fiéis que juntassem as suas vozes em louvor a Deus pelas boas novas chegadas do Oriente. Alguns dias antes, desembarcara em Lisboa um mensageiro que trouxera consigo a notícia de D. João IV ter sido aclamado como rei legítimo e natural nas praças e fortalezas do Estado da Índia. Relatando este sucesso, a *Gazeta* desse mês anunciava então aos seus leitores «que el Rey nosso Senhor estaua já naquellas partes aclamado por Rey, com grande aplauso até dos príncipes Moiros»¹.

Mais de um ano antes, no dia 1 de Dezembro de 1640, a cidade de Lisboa fora palco de uma revolta que ditara o fim de seis décadas de agregação da Coroa portuguesa à Monarquia Hispânica e levava à aclamação de D. João, duque de Bragança, como rei de Portugal. Sobejamente conhecidos, estes acontecimentos têm ocupado um lugar primordial – ainda que nem sempre incontroverso –, na construção da memória histórica portuguesa. Afirmando-se, desde o primeiro momento, como um episódio marcante da identidade política do reino, a presença da *Restauração* na mitografia nacional ganharia um novo fôlego na segunda metade do século XIX e acabaria por se institucionalizar durante o Estado Novo, atingindo o seu apogeu com as comemorações centenárias de 1940². De então para cá este período continuou a ser revisitado pelos historiadores, com a publicação de novos estudos que procuraram questionar a carga nacionalista e comemorativa que lhe fora conferida pela historiografia mais afecta ao regime.

O caso muda, porém, de figura quando perscrutamos as implicações do fim da união dinástica no império português e, sobretudo, no Estado da Índia. Embora os estudos recentes de Rafael Valladares e Edval de Souza Barros ofereçam um novo olhar sobre esta conjuntura³, a forma como a aclamação

¹ DIAS, Eurico Gomes – *Gazetas da Restauração, 1641-1668. Uma revisão das estratégias diplomático-militares portuguesas*. Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros, 2006, p. 53.

² ANDRADE, Luís Oliveira – *História e Memória. A Restauração de 1640: do Liberalismo às Comemorações Centenárias de 1940*. Coimbra: Minerva, 2001.

³ VALLADARES, Rafael – *Castilla y Portugal en Asia (1580-1680): Declive Imperial y Adaptación*. Leuven: Leuven University Press, 2001 e BARROS, Edval de Souza – *Negócios de Tanta Importância: O Conselho Ultramarino e a Disputa pela Condução da Guerra no Atlântico e no Índico (1643-1661)*. Lisboa: CHAM, 2008.

de D. João IV foi conhecida, interpretada e celebrada nos territórios asiáticos da Coroa de Portugal é ainda um tema relativamente inexplorado. Em parte, esta ausência deve-se ao próprio sucesso alcançado pelo movimento que levou a dinastia de Bragança ao trono. De facto, a legitimidade do novo rei parece ter sido reconhecida sem grandes delongas por grande parte das cidades e fortalezas a que se estendia a jurisdição portuguesa. Por conseguinte, este desfecho acabou por se «naturalizar», tornando-se um dado adquirido e raras vezes problematizado. Este desinteresse vai ainda de encontro ao esquecimento a que tem sido votada a história do Estado da Índia durante o século XVII, tradicionalmente encarado pela historiografia nacional e internacional como um período de recuo e declínio da presença portuguesa na Ásia⁴.

No entanto, a verdade é que poucos dias depois da aclamação de D. João IV em Lisboa, celebrada no dia 15 de Dezembro de 1640, foram dados os primeiros passos no sentido de fazer chegar ao Oriente a notícia do sucesso da revolta⁵. Apesar dos inúmeros desafios com que a nova Casa Real se confrontava, garantir a lealdade dos vassallos que serviam nos longínquos territórios asiáticos parecia ser uma matéria demasiado importante para ser olvidada. Sendo assim, ao longo dos meses que se seguiram, a cerimónia de aclamação realizada no reino seria reproduzida em cada uma das praças do Estado da Índia. Cumpria-se, deste modo, a vontade do novo rei que, desejando ver reconhecida e consagrada a sua legitimidade, ordenara ao vice-rei da Índia, João da Silva Telo, que remetesse para Lisboa os autos destas celebrações⁶.

Tomando como ponto de partida a importância destas práticas cerimoniais no âmbito da cultura política coeva, este artigo procura contribuir para colmatar a já referida ausência de estudos sobre o contexto da *Restauração* no Estado da Índia. Dois propósitos orientam então as páginas que se seguem. Em primeiro lugar, averiguar o papel das cerimónias de aclamação enquanto

⁴ Para uma revisão crítica deste paradigma historiográfico, ver AMES, Glenn – *Renascent Empire? The House of Braganza and the Quest for Stability in Portuguese Monsoon Asia, c.1640-1683*. Amsterdam: Amsterdam University Press, 2000.

⁵ Arquivo Nacional da Torre do Tombo (Lisboa), Conselho da Fazenda, livro 161, fls. 181v-182.

⁶ Arquivo Nacional da Torre do Tombo (Lisboa), Livros das Monções, livro 49, fls. 1-4.

formas de representação do poder que formalizavam uma nova realidade política através da reprodução de gestos, discursos e símbolos. Em segundo, interrogar as relações que se estabeleciam entre as práticas cerimoniais, os seus contextos e os seus agentes, interpretando conjuntamente os actos e os sentidos que lhes foram atribuídos pelos diferentes relatos e descrições.

Os caminhos da historiografia

Ao longo das últimas décadas, os historiadores têm demonstrado um interesse renovado pelos aspectos figurativos e cénicos do poder. Recuperando os caminhos trilhados pelas obras pioneiras de autores como Marc Bloch ou Ernst Kantorowicz⁷, estes estudos têm procurado interpretar as relações entre as práticas cerimoniais e a cultura política das monarquias europeias. Observando os dispositivos simbólicos mobilizados pelas sociedades de Antigo Regime, estes contributos enriqueceram o nosso conhecimento acerca de alguns dos momentos fundamentais da vida pública coeva, como os funerais, as cerimónias de aclamação ou as entradas régias⁸.

Em grande medida, esta renovação historiográfica tem sido baseada num encontro frutífero com outras áreas disciplinares – como a antropologia ou a sociologia – que permitiu aos historiadores apelar a um conjunto de referências canónicas, que vão desde o funcionalismo durkheimiano à «realeza sagrada» de James Frazer, passando pela noção de «estado-teatro»,

⁷ BLOCH, Marc – *Les Rois Thaumaturges: Étude sur le Caractère Surnaturel Attribué à la Puissance Royale Particulièrement en France et en Angleterre*. Paris: Gallimard, 1983 [1ª edição 1924] e KANTOROWICZ, Ernst – *The King's Two Bodies: A Study in Mediaeval Political Theology*. Princeton: Princeton University Press, 1997 [1ª edição, 1957].

⁸ Entre os inúmeros estudos publicados nas últimas décadas sobre as cerimónias da monarquia portuguesa, ver CURTO, Diogo Ramada – Ritos e Cerimónias da Monarquia em Portugal (séculos XVI a XVIII) in BETHENCOURT, Francisco e CURTO, Diogo Ramada (eds.) – *A Memória da Nação*. Lisboa: Sá da Costa, 1991, p. 201-265; CARDOSO, Ângela Miranda – «Um Rei leva a sua alma às Sedes Eternas». *Representações do Poder no Portugal de Quinhentos*. Lisboa: Faculdade de Letras; Universidade de Lisboa, 1997; CARDIM, Pedro – *Cortes e Cultura Política no Portugal do Antigo Regime*. Lisboa: Cosmos, 1998, p. 53-92; MEGIANI, Ana Paula – *O Rei Ausente: Festa e Cultura Política nas Visitas dos Filipes a Portugal (1581-1619)*. São Paulo: Alameda, 2004 e BUESCU, Ana Isabel – A morte do rei. Tumulização e cerimónias de trasladação dos reais corpos (1499-1582). *Ler História*, 60 (2011) 9-33.

proposta pelo antropólogo norte-americano Clifford Geertz com base na sua investigação sobre os rituais de poder na ilha de Bali⁹. À luz deste encontro, as cerimónias, espectáculos e festas passaram não só a ser lidas como afirmações simbólicas do poder e da legitimidade das monarquias modernas, consagrando a ordem política vigente e os seus valores constitutivos, mas também como momentos de diálogo entre as diferentes ordens que compunham a comunidade.

Todavia, apesar do seu potencial analítico, esta combinação ecléctica de autores e correntes teóricas não pode deixar de ser problematizada. O próprio eclectismo das referências acarreta o risco de essencializar os seus contributos, retirando-os do seu contexto de produção e tomando por evidente a sua adequação ao objecto de estudo. Como bem salientou o historiador francês Philippe Buc, na obra que dedicou à arqueologia do conceito de «ritual» na liturgia medieval e nas ciências sociais, esta importação de modelos teóricos deve ser cautelosa, tendo sempre em conta as suas genealogias intelectuais e evitando tomar por adquiridos os significados ou a eficácia das cerimónias e dos rituais políticos¹⁰. Longe de implicarem qualquer cepticismo em relação às múltiplas virtudes de uma abordagem transdisciplinar, estas ressalvas são o resultado de um esforço para delimitar e caracterizar, ainda que de forma sucinta, o campo em que se insere este artigo, prevenindo deste modo os riscos de uma apropriação simplista das ideias de autores como Bloch ou Kantorowicz.

O passo seguinte será, então, uma tentativa de localizar as festas de aclamação no universo das práticas cerimoniais da monarquia portuguesa. No seu *Vocabulario Portuguez & Latino*, considerado como o primeiro dicionário da língua portuguesa, o clérigo e académico teatino Raphael Bluteau definia a aclamação como um momento de «nomeação pública de Príncipe, Rey, [ou] Emperador, com aprovação, & applauso do povo»¹¹.

⁹ DURKHEIM, Émile – *Les Formes Élémentaires de la Vie Religieuse*. Paris: PUF, 1960 [1ª edição, 1912]; GEERTZ, Clifford – *Negara. The Theatre State in Nineteenth Century Bali*. Princeton: Princeton University Press, 1980 e FRAZER, James – *Le Rameau d'Or*. Paris: Éditions Robert Laffont, vol. 1, p. 1-480, 1981 [1ª edição, 1890].

¹⁰ BUC, Philippe – *The Dangers of Ritual. Between Early Medieval Texts and Social Scientific Theory*. Princeton: Princeton University Press, 2001.

¹¹ BLUTEAU, Raphael – *Vocabulario Portuguez & Latino*, vol. 1. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1728, p. 71.

Contando com a presença do rei, dos principais oficiais da sua Casa e de representantes dos três estados do reino, a cerimónia de aclamação desdobrava-se em diversos actos sequenciais, entre os quais se destacavam a nomeação do sucessor ao trono, o juramento através do qual o novo rei confirmava que iria respeitar as leis fundamentais do reino, o reconhecimento da legitimidade do monarca pelos dignitários presentes e, por fim, a sua aclamação pública e festiva. Segundo Pedro Cardim, estes actos e gestos codificados reencenariam os momentos fundacionais do reino, renovando os vínculos que interligavam o rei e o corpo político. Estes vínculos, simultaneamente jurídicos e religiosos, pressuporiam não só a fidelidade dos vassallos ao monarca, mas também o reconhecimento de que este deveria governar em prol do bem comum. Neste sentido, as cerimónias de aclamação sublinhavam a autoridade paternal do rei e o seu papel enquanto garante da justiça e de uma ordem política harmoniosa¹².

No entanto, se desviarmos o olhar da cerimónia tal como esta era encenada na capital do reino e nos centrarmos na sua reprodução nos territórios imperiais, torna-se evidente que é necessário tomar em consideração os artifícios postos em cena para elidir a distância física que separava o rei dos vassallos que o serviam nas conquistas ultramarinas. Esclarecer os contornos desta questão significa, porém, confrontar a ausência de trabalhos dedicados ao papel dos rituais na manutenção da ordem imperial. De facto, se no que toca ao Brasil e à América espanhola esta temática tem vindo a atrair a atenção dos historiadores, a verdade é que são ainda muito incipientes os estudos análogos consagrados ao Estado da Índia¹³.

¹² CARDIM, Pedro – Ceremonial, Political Allegiance and Religious Constraints in Seventeenth-Century Portugal in PAIVA, José Pedro (ed.) – *Religious Ceremonials and Images: Power and Social Meaning (1400-1750)*. Coimbra: Palimage, 2002, p. 351-368.

¹³ Entre os diversos estudos relativos ao Brasil e à América espanhola, ver JANCÓS, István e KANTOR, Íris (eds.) – *Festa: Cultura e Sociabilidade na América Portuguesa*. São Paulo: Hucitec, 2001 e OSORIO, Alejandra – *Inventing Lima. Baroque Modernity in Peru's South Sea Metropolis*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2008. Em relação ao Estado da Índia, as abordagens mais consistentes encontram-se no capítulo que Catarina Madeira Santos dedica à corte dos vice-reis e nas páginas de Diogo Ramada Curto sobre a aclamação de D. João IV em Macau. Cf. SANTOS, Catarina Madeira – «Goa é a Chave de Toda a Índia»: *Perfil Político da Capital do Estado da Índia, 1505-1570*. Lisboa, CNCDP, 1999, p. 211-278 e CURTO, Diogo Ramada – *Cultura Política no Tempo dos Filipines*. Lisboa: Edições 70, 2011, p. 259-274.

Por fim, nenhum inquérito às práticas cerimoniais postas em cena no contexto da *Restauração* pode deixar de ter em conta as circunstâncias excepcionais que marcaram a subida ao trono de D. João IV. O «ciclo natural», em que à morte de um rei se seguiam as exéquias fúnebres e a aclamação do seu sucessor, fora bruscamente interrompido pela revolta do 1º de Dezembro de 1640. Neste contexto, a aclamação de D. João IV no Estado da Índia não se limitava a representar uma renovação dos laços de obediência entre o rei e os seus vassallos. Implicava também a ruptura com um monarca – Filipe IV – que dezoito anos antes havia sido aclamado pelas mesmas cidades e fortalezas como soberano legítimo e natural. Representava portanto uma escolha, mais ou menos consciente, entre manter a obediência à Casa de Áustria ou apostar no sucesso da sublevação de Portugal.

A aclamação e a cidade

Goa, 11 de Setembro de 1641. Entre as três e as quatro horas da tarde o vice-rei D. João da Silva Telo, conde de Aveiras¹⁴, deixou a sua residência na fortaleza da cidade, encaminhando-se para a Sé Catedral na companhia dos principais fidalgos e oficiais da capital do Estado da Índia. Na frente do cortejo seguia o *tanadar-mor* com a «gente da terra»¹⁵, seguidos pela

¹⁴ Nascido no último quartel do século XVI, João da Silva Telo de Meneses era o filho mais velho do segundo casamento de Diogo da Silva, regedor da Casa da Suplicação e 8º Senhor de Vagos, com Margarida de Meneses, filha de João Teles de Meneses, governador de Lisboa. Participou na reconquista da Baía em 1625 e foi nomeado para o posto de governador da praça marroquina de Mazagão, no ano de 1630. Foi o último vice-rei da Índia a ser nomeado por Filipe IV, em Fevereiro de 1640, sendo agraciado com o título de conde de Aveiras. O seu governo foi marcado pelas dificuldades causadas pela guerra com os neerlandeses e pela mudança dinástica portuguesa. Regressou ao reino em 1645, onde ocupou o posto de regedor da Casa da Suplicação, antes de ser novamente nomeado para vice-rei da Índia em 1650, recebendo a promessa da sua elevação a marquês. Porém, o atraso no apresto das embarcações obrigou a armada a invernar na costa de Moçambique, onde o João da Silva Telo acabaria por falecer antes de ter iniciado o seu segundo mandato como vice-rei. Cf. GAIO, Manuel José da Costa Felgueiras – *Nobiliário de Famílias de Portugal*. Braga: Carvalhos de Basto, v. 9, t. 26, 1990, p. 389-390 e Arquivo Nacional da Torre do Tombo (Lisboa), Arquivos da Casa dos Condes de Aveiras e dos Marqueses de Vagos, maio 11, Mercês, 1547-1788.

¹⁵ O *tanadar-mor* era o oficial encarregado da captação dos direitos e tributos pagos pelas comunidades rurais da ilha de Tiswadi, onde se localizava a cidade de Goa. Cf. DALGADO,

guarda do vice-rei. À entrada da Sé, que fora decorada com panos de seda, aguardavam os vereadores e procuradores da cidade, enquanto no seu interior se encontrava já o arcebispo primaz. Caminhando para o interior da Sé, foi aspergido com água benta e rezou diante da capela do Santíssimo Sacramento, antes de se dirigir à capela-mor, onde fora erguido um teatro com cinco degraus alcatifados, no topo dos quais se encontrava uma imponente cadeira de veludo carmesim. Enquanto o conde de Aveiras se instalava no assento que lhe fora destinado, os representantes dos três estados da cidade ocupavam os seus lugares à beira dos degraus. À direita do vice-rei, os eclesiásticos. À sua esquerda, os fidalgos e ministros da Coroa. Ao centro, os representantes da cidade.

Depois de ter sido escutado um discurso proferido pelo chanceler Luís Mergulhão Borges, em que este proclamara a legitimidade do novo monarca e a fidelidade que lhe era devida por todos os vassalos, o vice-rei ajoelhou-se diante de um missal e de um crucifixo, jurando solenemente reconhecer D. João IV como seu rei e senhor. Diante do mesmo missal juraram, em seguida, o arcebispo primaz, em seu nome e de todas as pessoas eclesiásticas do Oriente, e o capitão da cidade, por si e pelos demais capitães do Estado da Índia. A cerimónia não terminaria, porém, sem que estalasse uma disputa de precedências entre os representantes da cidade e os fidalgos, que apenas foi resolvida quando o vice-rei decidiu que jurariam primeiramente os oficiais da Câmara e só depois os fidalgos e ministros da Coroa. Uma vez finalizados estes juramentos, o capitão da cidade desfraldou a bandeira real – que mantivera junto a si desde o início da cerimónia – e fez soar por três vezes o tradicional pregão aclamatório: «Real, Real, Real, pelo muito alto e muito poderoso Rey Dom João o 4º deste nome, nosso Senhor em Portugal», no que foi secundado por todos os presentes. Abandonando a Sé Catedral ao som do *Te Deum Laudamus*, o cortejo caminhou pelas principais ruas da cidade, detendo-se diante do edifício da Misericórdia, na rua Direita e no terreiro da fortaleza para repetir a mesma aclamação de «Real, Real, Real», enquanto se faziam ouvir as salvas de artilharia dos fortes da barra.

Os parágrafos anteriores reproduzem sucintamente o desenrolar da cerimónia, tal como esta é descrita no *Auto do Levantamento da Magestade d'El Rey Dom João quarto*, lavrado pelo secretário do Estado da Índia, André de Salema¹⁶. A riqueza da descrição possibilita diversas linhas interpretativas, a mais imediata das quais relativa aos espaços da cidade e ao seu simbolismo. Os locais escolhidos para repetir o pregão aclamatório – a Sé Catedral, a Misericórdia, a rua Direita e o terreiro da fortaleza – eram investidos de uma importância simbólica decisiva, correspondendo aos principais espaços de poder político, religioso e económico em que se viam representados os diferentes grupos e instituições da cidade. Mesmo os lugares ocupados no interior da Sé Catedral não deixavam de reproduzir simbolicamente as posições hierárquicas dos distintos actores sociais, originando conflitos de precedências como o que opôs a nobreza aos ministros da cidade.

Porém, apesar de minuciosa, a descrição de André de Salema nada nos diz sobre os preparativos que antecederam a cerimónia. Para elucidar esta questão é-nos necessário recuar até 9 de Setembro de 1641, dia em que as novas de Lisboa começaram a ser divulgadas na cidade. Nessa manhã, os oficiais da Câmara, acompanhados pelo capitão, prelados, fidalgos e outros moradores – constituindo, segundo nos é dito, «hum corpo místico» – dirigiram-se à fortaleza onde, na presença do conde de Aveiras e do seu séquito, afirmaram a sua intenção de reconhecer D. João IV como monarca legítimo¹⁷. A acreditar no relato de Manuel Jácome de Mesquita, autor da mais conhecida descrição destes acontecimentos, o vice-rei teria então solicitado ao secretário que «descubriçe nos papeis da Secretaria exemplo de semelhante acto, que seruisse de modelo a esta acção, ajustandonos nella com o que sempre se fez»¹⁸.

Os actos cerimoniais deveriam assim marcar uma continuidade, seguindo as formas tradicionais e reiterando simbolicamente a legitimidade da

¹⁶ Biblioteca Pública de Évora, Mss. Códice CXVI/2-11, doc. 6.

¹⁷ Arquivo Histórico Ultramarino (Lisboa), Índia, caixa 23, doc. 82.

¹⁸ MESQUITA, Manuel Jácome – *Relaçam do que socedeo na cidade de Goa...* Goa: Colégio de São Paulo, 1643 *apud* BOXER, Charles (ed.) – *A Aclamação del rei D. João IV em Goa e Macau: Relações Contemporâneas Reeditadas e Anotadas*. Lisboa: Tipografia José Fernandes Júnior, 1932, p. 26.

sucessão ao trono. A sua preparação implicava, consequentemente, seguir um guião previamente estabelecido e fixado em sucessivos autos e regimentos. O modelo mais próximo para estes actos seria, à partida, a aclamação de Filipe IV, no dia 5 de Fevereiro de 1623, ocasião mais recente em que um rei fora jurado na cidade. A consulta do auto de levantamento deste monarca confirma, de resto, esta intuição. Desde os actores sociais presentes, à ordem das suas acções, passando pelo aparato simbólico e pelos espaços da cidade percorridos, as semelhanças entre ambas as descrições são marcadas. Até mesmo a disputa de precedências entre os representantes da cidade e os fidalgos se encontra presente na cerimónia de 1623, com o mesmo desfecho¹⁹. Pelo menos ao nível formal, ambas as cerimónias pareciam limitar-se a pôr em cena um enredo previamente conhecido e fixado que, apesar das alterações pontuais sofridas ao longo do tempo, não se havia modificado substancialmente durante a União Dinástica.

Todavia, a aclamação de Filipe IV estava longe de ser a única referência para as festividades que assinalaram a subida ao trono de D. João IV. As semelhanças entre as duas ocasiões tornam-se, quicá, mais compreensíveis se tivermos em consideração que Goa, enquanto capital do Estado da Índia, era uma cidade que há muito se acostumara a ser palco de cerimónias civis ou religiosas. Uma e outra vez, as suas principais ruas e praças eram percorridas por cortejos e procissões cujos percursos, não raras vezes, se assemelhavam aos que foram anteriormente descritos. Estas práticas cerimoniais eram, de resto, um dos tópicos predilectos dos viajantes estrangeiros que descreveram a cidade entre o final do século XVI e a primeira metade do século XVII, chegando o aventureiro italiano Pietro della Valle a afirmar que em nenhum outro local da cristandade se realizavam tantas procissões e festas religiosas como em Goa, sede metropolitana do Oriente²⁰.

¹⁹ PISSURLENCAR, Panduranga (ed.) – *Assentos do Conselho de Estado*, vol. 1. Goa: Tipografia Rangel, 1958, p. 152-157. De resto, poucos dias antes do juramento de Filipe IV na cidade, o vice-rei D. Francisco da Gama mandara registar a ordem que se deveria adoptar durante a cerimónia, a qual parece ter sido seguida de forma bastante próxima em ambas as aclamações. Cf. RIVARA, Joaquim Heliodoro da Cunha (ed.) – *Archivo Portuguez Oriental*, fasc. 2. Nova Deli: Asia Educational Services, 1992, p. 242-243 [1ª edição, 1857-1877].

²⁰ VALLE, Pietro della – *The Travels of Pietro della Valle in Índia*, vol. 1. Nova Deli: Asia Educational Services, 1991, p. 415 [1ª edição, 1664].

Assumindo diferentes encarnações, estes momentos de celebração pública foram inscritos na vida, nas sociabilidades e na geografia da cidade. Documentos como o regimento que fixava a ordem com que cada novo vice-rei deveria ser recebido não se limitavam então a definir os protagonistas, as precedências e o percurso dos cortejos. Deixavam também indicações precisas acerca do ordenamento do espaço urbano, instituindo rotinas e comportamentos apropriados às ocasiões festivas. As artérias chave da cidade viam-se assim disciplinadas – mesmo que de forma efêmera – ordenando-se às autoridades que tivessem «muita conta com fazer dar lugar e afastar a gente» e dando-se indicações expressas para que as casas situadas nas ruas principais apresentassem as janelas «alcatifadas, e as portas enrramadas, e tudo ornamentado o mais ricamente que poder ser»²¹. Não faltariam então modelos para as celebrações, ainda que, como veremos mais adiante, estas procurassem reproduzir uma dialéctica entre o respeito pela tradição e a espontaneidade das demonstrações de alegria.

O estatuto da cidade enquanto capital do Estado da Índia permite-nos também compreender algumas das especificidades da aclamação de D. João IV em Goa. Se, como observamos na descrição de André de Salema, o rei ausente se tornava presente em Goa através de dispositivos simbólicos como a bandeira real, a verdade é que a sua comparência era também assegurada pelo vice-rei, no qual haviam sido delegados os poderes do monarca. Deste modo, como demonstrou Catarina Madeira Santos, o vice-rei estava apto a representar o papel do monarca, assumindo os seus gestos e atributos nas cerimónias de poder²². Assim se explica que o conde de Aveiras jurasse em nome do rei que as liberdades e mercês dos vassallos seriam respeitadas. De resto, a preeminência de Goa levava também a que o arcebispo primaz jurasse a sua lealdade por todas as dioceses do Oriente e que o capitão da cidade o fizesse por todas as restantes capitânias, até que estas o pudessem confirmar.

²¹ RIVARA, Joaquim Heliodoro da Cunha (ed.) – *Archivo Portuguez Oriental*, cit., p. 221-226.

²² SANTOS, Catarina Madeira – «Goa é a Chave de Toda a Índia»..., cit., p. 248-278.

Realidades textuais

Longe de significar o fim das celebrações, o juramento de D. João IV foi apenas o início de mais de um mês de festividades, que se prolongaram até ao juramento do príncipe herdeiro D. Teodósio, a 20 de Outubro²³. Estas comemorações compreendiam, desde logo, actos solenes que contavam com a presença das principais autoridades da cidade, do vice-rei ao arcebispo primaz. Porém, a aclamação do novo rei foi igualmente celebrada com manifestações de cariz diferente, que constam de algumas passagens da *Relação* de Manuel Jácome de Mesquita, em que este descreve «as festas publicas, assy de dia de touros, carreiras, disfarces (...) como de noite, de encamizadas lustrozas, & aparatozas, & de luminarias que durarão quinze dias contínuos, acompanhando as ilhas circunvizinhas, & ainda os Mouros, & gentios da terra firme ouuerão, que deuião concorrer nestes applauzos como fizeraõ pello contentamento que também receberaõ com a venturoza noua»²⁴.

De certo modo, estas demonstrações parecem corresponder a uma realidade muito diferente dos actos que referimos anteriormente. Os seus protagonistas não são nomeados da mesma forma e os espaços onde se realizam parecem também ser outros. Seria, porém, simplista partir desta constatação para a enunciação de uma dicotomia estrita entre comportamentos considerados «populares» e outros, mais solenes, que seriam próprios das elites. Desde logo, porque estas celebrações eram, também elas, pensadas e ordenadas previamente, como se verifica pela consulta do, já citado, regimento de entrada dos vice-reis em Goa, no qual são enumeradas algumas das manifestações festivas com que estes deviam ser recebidos, a saber: «huã follia de oyto pessoas muito estreitada e lustrosa»; «huã dança de siganas»; «outra dança de mourisca»; e ainda «outra dança darcos»²⁵. As «luminárias»

²³ Estas celebrações terão começado por quinze dias de iluminações e festas que culminaram numa procissão pelas ruas da cidade, com o vice-rei e o arcebispo à cabeça, Cf. Arquivo Histórico Ultramarino (Lisboa), Índia, caixa 23, doc. 82.

²⁴ MESQUITA, Manuel Jácome – *Relaçam do que socedeo na cidade de Goa...* Goa: Colégio de São Paulo, 1643 *apud* BOXER, Charles (ed.) – *A Aclamação del rei D. João IV...*, cit., p. 38.

²⁵ RIVARA, Joaquim Heliodoro da Cunha (ed.) – *Archivo Portuguez Oriental*, cit., p. 225.

e «encamizadas lustrozas» dos dias que se seguiram à aclamação de D. João IV não deixariam de completar a representação da alegria da cidade, exteriorizada na exuberância dos festejos.

Permanece, todavia, a questão: como interpretar essa «grande e geral alegria» com que, segundo o vice-rei, a subida ao trono do novo rei havia sido recebida em Goa²⁶? Seria a expressão fiel do sentimento dos moradores perante o fim da união dinástica? Ou seria antes um reflexo de comportamentos normativos previamente estabelecidos? Uma saída possível para este dilema passa, simultaneamente, por questionar a espontaneidade das celebrações e por matizar o monopólio da Coroa sobre as cerimónias, sublinhando o seu carácter polissémico e encarando-as como momentos de «comunicação pluridireccional», no seio dos quais conviviam diversas mensagens alternativas. Neste sentido se, por um lado, as festividades dramatizavam um corpo político orgânico e permitiam, pela sua repetição nas diferentes localidades do reino e das conquistas, imaginar a união das partes em torno da legitimidade de D. João IV, estas poderiam igualmente ser vistas como uma oportunidade de afirmação da cidade e daqueles que a representavam²⁷.

Estas diferentes leituras estendiam-se, por maioria de razão, aos relatos escritos no seguimento das cerimónias. Mais do que reconstruir a sequência de actos que procuravam descrever, o desafio passa assim por encarar estes relatos enquanto realidades textuais, no seio das quais conviviam diferentes objectivos e estratégias argumentativas²⁸. Desde logo porque, longe de reflectirem de forma acríica os factos presenciados, estas narrativas (como quaisquer outras) construíam leituras interpretativas das festividades que, provavelmente, se basearam tanto nos comportamentos normativos expectáveis e nas referências da cultura política em que se inseriam, como na reprodução exacta das contingências da ocasião. Para mais, se a performance dos actos cerimoniais era efémera, a sua relevância estava

²⁶ Arquivo Nacional da Torre do Tombo (Lisboa), Livros das Monções, livro 48, fls. 72-73v.

²⁷ CARDIM, Pedro – *Cortes e Cultura Política...*, cit., p. 53-55 e CURTO, Diogo Ramada – *Cultura Política...*, cit., p. 264-265.

²⁸ VOIGT, Lisa – *Imperial Celebrations, Local Triumphs: The Rhetoric of Festival Accounts in the Portuguese Empire*, *Hispanic Review*, vol. 79, nº 1 (2011) 17-19.

longe de se esgotar no momento. Em primeiro lugar, porque o público perante o qual se representava a alegria e fidelidade da cidade – entre o qual se contava, acima de todos os outros, o próprio rei – não se resumia a quem se encontrava em Goa nesse momento. Ora, não podendo presenciar as celebrações, restava a esse público a opção de as testemunhar através das descrições que procuravam perpetuar a sua memória. Em segundo lugar, porque essa dimensão performativa interagia com referências textuais – como observamos na ordem dada pelo vice-rei para que se encontrassem textos que pudessem servir de modelo para a aclamação –, razão pela qual os preparativos, as festividades e a sua interpretação textual devem ser analisadas desde o ponto de vista das relações que estabeleceram entre si e não de forma isolada.

Olhemos então, novamente, para a *Relação* de Manuel Jácome de Mesquita. Impresso em 1643, no colégio jesuíta de S. Paulo-o-Novo, em Goa, este texto constitui a mais completa descrição dos acontecimentos que marcaram a aclamação de D. João IV na capital do Estado da Índia. No entanto, apesar da importância desta obra, pouco ou nada sabemos acerca da identidade do autor, para além do facto de ter sido morador na cidade e testemunha dos eventos que relata²⁹. Dedicada ao príncipe herdeiro D. Teodósio, a *Relação* apresenta-se como «hum relato desta fidelidade Portuguesa» demonstrada pelos habitantes de Goa na ocasião do reconhecimento do novo rei. O autor não se cansa assim de referir o ânimo e a alegria com que as novas do reino foram recebidas e festejadas entre os moradores da cidade. Deste pano de fundo sobressai, todavia, aquele que é, sem dúvida, o protagonista da narrativa: D. João da Silva Telo e Meneses, conde de Aveiras. O texto constitui assim um verdadeiro panegírico do vice-rei, o qual é descrito, de acordo com a linguagem das virtudes comum na literatura coeva, como alguém cuja «piedade christam, valor, & zelo do bem de sua Pátria, junto com a experiência do governo (...) era o crédito com

²⁹ A *Biblioteca Lusitana*, de Barbosa Machado, nada acrescenta a estas informações, confirmando apenas que não se conhecem outros textos da autoria de Manuel Jácome de Mesquita. Cf. MACHADO, Diogo Barbosa – *Bibliotheca Lusitana histórica, crítica e cronológica*, tomo 3. Lisboa: Oficina de Ignacio Rodrigues, 1741-1759, p. 287-288.

que o céu nos prometia huas vésperas alegres dos bens, que nos preparava, & das felizes novas que em breve nos enuiou»³⁰.

As interrogações que pairam em torno da figura de Manuel Jácome de Mesquita tornam impossível reconstituir os laços que o ligavam ao vice-rei, embora não seja difícil presumir que o autor da *Relação* se inseria no círculo de clientes e apaniguados do conde de Aveiras. Certo é que, ao longo de todo o texto, o relato nunca deixa de seguir o vice-rei, enfatizando o seu papel no curso dos acontecimentos. A sua lealdade, amor à pátria e virtude são demonstradas, uma e outra vez, não só pela alegria com que recebeu a notícia da revolta de Lisboa, mas também pela forma como nunca descurou as suas responsabilidades. Deste modo, mesmo perante o alvoroço de toda a cidade, o vice-rei não esqueceu «as obrigações do lugar em que estaua» e «o serviço de seu Rey», demonstrando a sua prudência na forma como recomendou aos moradores que não descurassem a defesa da cidade, ameaçada pelo bloqueio neerlandês³¹. Estas breves passagens sublinham aquele que, como já foi referido, parece ser o sentido dominante da narrativa: o elogio do desempenho do vice-rei enquanto principal dinamizador da aclamação de D. João IV em Goa. Apresentando-se como uma minuciosa reconstrução das provas de lealdade oferecidas pelos moradores de Goa ao seu monarca legítimo e natural, o relato de Manuel Jácome de Mesquita não deixa contudo de incorporar uma estratégia discursiva em que a descrição das cerimónias surge como um argumento para afirmar o desempenho de um protagonista digno de fama, honra e mercês régias.

³⁰ MESQUITA, Manuel Jácome – *Relaçam do que socedee na cidade de Goa...* Goa: Colégio de São Paulo, 1643 *apud* BOXER, Charles (ed.) – *A Aclamação del rei D. João IV...*, cit., p. 14 e 17. O tom encomiástico com que o conde de Aveiras é louvado ao longo do texto não escapou a Charles Boxer, que pressupôs que o vice-rei fomentara a sua publicação, juntamente com a do sermão proferido pelo dominicano frei Manuel da Cruz na ocasião do juramento do príncipe herdeiro.

³¹ MESQUITA, Manuel Jácome – *Relaçam do que socedee na cidade de Goa...* Goa: Colégio de São Paulo, 1643 *apud* BOXER, Charles (ed.) – *A Aclamação del rei D. João IV...*, cit., p. 25.

Ver o Rei

Em jeito de conclusão observaremos, em seguida, um outro exemplo de como as descrições da aclamação de D. João IV podiam ser postas ao serviço de estratégias diferenciadas, numa conjugação de motivações, objectivos e significados distintos. Nestes parágrafos finais deixaremos então a cidade de Goa e rumaremos a Lisboa, capital do reino. No dia 21 de Dezembro de 1645, o padre Diogo de Areda, da Companhia de Jesus, pregou na Capela Real um sermão dedicado ao apóstolo S. Tomé³². Tema relativamente comum na parenética da *Restauração*, a vida do «Apóstolo da Índia» servia como pretexto para que o pregador jesuíta exaltasse os feitos dos portugueses no Oriente, durante os anos em que haviam tido reis naturais. Contudo, a ocasião surgia igualmente como uma oportunidade para elogiar a lealdade dos que – como o próprio Diogo de Areda – haviam aclamado D. João IV em Goa, interpretando as suas acções à luz do exemplo bíblico de S. Tomé:

«Na feliz aclamação de sua Magestade, que Deos nos guarde, todos os Portuguezes que assistião aqui em Portugal crerão porque virão: virão que elRey de Castella foi excluído da posse de Portugal (...) virão que em seu lugar nos deu Deos hum Rey legítimo, & natural tão desejado, & tanto para desejar, virão, & crerão porque virão. Porém *beati qui non viderunt & crediderunt*. Os portugueses que estauamos na Índia são os bemaumentados, porque nem virão Rey, nem ouiraõ aclamaçam, nem gosarão os aplausos daquelles dias, nem celebraraõ os viuas daquelle tempo, & com tudo creraõ com tanto affecto, obedecerão com tanta pontualidade, festejaraõ com tanta demonstração, alegrãose com tanto excesso, que mereceraõ, & não lhes

³² AREDA, Diogo de – *Sermão do Apostolo S. Thomé, que pregou o R.P. Diogo de Areda da Companhia de Jesus em seu próprio dia, na Capella Real de Sua Magestade aos 21 de Dezembro*. Lisboa: Oficina de Domingos Lopes Rosa, 1646. O Pe. Diogo de Areda S.J. (1599-1671) tinha uma longa experiência de missão no Oriente, tendo passado largos anos na Índia, onde ensinou Teologia no colégio de Goa e exerceu o cargo de reitor do colégio de Chaul. Segundo a *Relação* de Manuel Jácome de Mesquita, terá proferido um sermão no dia da Exaltação da Santa Cruz em Goa, pouco depois da chegada das novas da subida ao trono de D. João IV. Em meados da década de 1640 regressou em definitivo ao reino, Cf. MARQUES, João Francisco – *A Parenética Portuguesa e a Restauração, 1640-1668. A Revolta e a Mentalidade*, vol. 2. Porto: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1989, p. 334-335.

faltaram gratificações da mesma Magestade que tinham longe dos olhos, mas dentro do coração.³³»

Ver para crer. Tópico corrente numa cultura política que valorizava a figura régia como garante da ordem e em que se multiplicavam os artifícios simbólicos que procuravam tornar presente um rei ausente³⁴. Tópico particularmente importante em Portugal durante os anos de agregação à Monarquia Hispânica, por via das muitas vozes que lamentavam amargamente a subalternização política da cidade de Lisboa, como consequência da mudança da corte régia para Madrid³⁵. No que toca ao Estado da Índia a questão colocava-se, é claro, de maneira diferente, uma vez que cidades como Goa, Macau ou Cochim nunca tiveram o privilégio da presença real. Muitos dos que haviam nascido nestas cidades, ou que nelas se haviam radicado, jamais teriam a oportunidade de ver o rei, ou de sequer se encontrar no mesmo continente que ele. Poderia essa distância física enfraquecer os vínculos de amor e fidelidade que ligavam os súbditos ao seu rei? Afastando essa possibilidade, o padre Diogo de Areda considerava que, pelo contrário, os vassallos que serviam na longínqua capital do Estado da Índia excediam todos os outros em demonstrações de lealdade, porque o faziam sem terem o privilégio de ver o rei. «Bem-aventurados os portugueses da Índia, porque crerão o que não virão»³⁶.

O religioso jesuíta não era, para mais, o único a expressar tais sentimentos. Estes ecoam igualmente nas palavras do vice-rei conde de Aveiras que declarava serem os habitantes de Goa «dignos de Vossa Magestade por os olhos (...) e que por viverem apartados da presença de Vossa Magestade não serão os que menos experimentem de sua real grandeza»³⁷. Longe de reflectir um esfriamento dos laços que sustentavam a coesão do corpo político, a distância que separava o Estado da Índia de Lisboa convertia-se então num argumento que permitia valorizar o comportamento dos portugueses que,

³³ AREDA, Diogo de – *Sermão do Apostolo S. Thome...*, cit., fl. 5.

³⁴ OSORIO, Alejandra – *Inventing Lima...*, cit., p. 82-84.

³⁵ BOUZA ALVAREZ, Fernando – Lisboa sozinha, quase viúva. A cidade e a mudança da corte no Portugal dos Filipes. *Portugal no tempo dos Filipes: Política, Cultura, Representações, 1580-1668*. Lisboa: Cosmos, 2000, p. 159-183.

³⁶ AREDA, Diogo de – *Sermão do Apostolo S. Thome...*, cit., fl. 5.

³⁷ Arquivo Nacional da Torre do Tombo (Lisboa), Livros das Monções, livro 48, fls. 72-73v.

não obstante viverem longe do reino, haviam celebrado a entronização de D. João IV com sinceras demonstrações de alegria. De resto, a utilização deste tipo de argumentos estava longe de ser exclusiva destes textos ou sequer do período da *Restauração*. Num estudo recente, Lisa Voigt demonstrou como estratégias discursivas semelhantes foram adoptadas em relatos de entradas cerimoniais e festividades no Brasil setecentista, transformando a posição periférica numa marca de superioridade e honra acrescida, combatendo a subalternização política e celebrando o espaço local num momento de aparente reconhecimento da autoridade central³⁸.

Todavia, no que a Goa diz respeito, este tipo de discurso surgia a par com outros argumentos que enfatizavam a sua centralidade enquanto capital do Estado da Índia e sede metropolitana do Oriente. Distante face ao reino, era contudo a «metropoli da Índia; & nella como em cabeça de todas as mais Cidades, & fortalezas deste grande Império»³⁹. Pela sua dupla capitalidade – por presença simultânea do vice-rei e do arcebispo primaz – a cidade de Goa assumia características que a aproximavam excepcionalmente de Lisboa. Distância e centralidade. Longe de serem opostas, ambas as linhas de argumentação convergiam assim nas mesmas narrativas, contribuindo para forjar uma imagem de Goa no momento da aclamação de D. João IV. Observar esta complexa teia de representações e estratégias discursivas, que procuravam simultaneamente enaltecer a fidelidade da cidade e intervir numa arena política concebida à escala das relações entre o reino e o império, permite-nos então aceder a alguns dos mecanismos que caracterizaram as cerimónias de aclamação nos territórios ultramarinos da Coroa portuguesa sem, no entanto, perder de vista as contingências e especificidades que marcavam os diferentes contextos locais.

³⁸ VOIGT, Lisa – *Imperial Celebrations...*, cit., p. 37-38.

³⁹ Manuel Jácome de Mesquita, *Relaçam do que socedeeo na cidade de Goa...*, Colégio de São Paulo, Goa, 1643 apud BOXER, Charles (ed.) – *A Aclamação del rei D. João IV...*, cit., p. 31.

Linguagem Política e Leituras do *Contrato Social* nos alvares da Revolução Liberal em Portugal*

Ana Cristina Araújo

Professora da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
Investigadora integrada do Centro de História da Sociedade e da Cultura
araujo.anacris@sapo.pt

Texto recebido em /Text submitted on: 07/06/2013

Texto aprovado em /Text approved on: 08/11/2013

Resumo/Abstract:

O vocabulário político que impulsionou a expansão editorial e periódica em Portugal, em finais do século XVIII, tem subjacente a divulgação do pensamento de Jean-Jacques Rousseau. Depois da Revolução de 1820, o *Contrato Social* (1762) foi traduzido para português e conheceu três edições no espaço de um ano.

Os publicistas liberais e os escritores mais acutilantes inspiraram-se diretamente em Jean-Jacques Rousseau para sublinharem a importância dos direitos do homem e do cidadão e as vantagens do pacto social e das leis. Por outro lado, as controvérsias em torno dos conceitos de *vontade geral*, *opinião pública* e *religião civil* evidenciam os limites colocados à aceitação, com reservas, da teoria política do *Contrato Social*. Ainda assim, para reforçar o lado prático de adesão afetiva à causa liberal, a sociabilidade política, assente na observância sagrada da lei e no compromisso do contrato social, confere um papel primacial à catequese revolucionária e à educação cívica do povo.

Jean-Jacques Rousseau philosophy was the driving force behind the political vocabulary that fostered the editorial and periodical publishing burst in Portugal, in the end of XVIII century. After 1820 Revolution, the *Social Contract* (1762) was translated into Portuguese and published in three different editions within one year.

Liberals and activist writers found their direct inspiration in Jean-Jacques Rousseau to highlight the importance of civil and human rights, as well as the advantages of the social pact and law. On the other hand, controversy around concepts of general will, public opinion and civil religion show limits to acceptance, although with restrictions, of the political theory behind the *Social Contract*. Even though political sociability - based in a sacred obedience to the law and commitment to social contract - puts revolutionary catechism and civic education of the people in a privileged role to strengthen the practical aspects of affective-based adhesion to the liberal cause.

Palavras chave/Keywords:

Contrato Social; Catecismos Políticos; Opinião Pública; Patriotismo.

Social Contract; Political Catechisms; Public Opinion; Patriotism.

* Este artigo aprofunda e amplia a temática da comunicação que apresentei ao *Colóquio Jean-Jacques Rousseau em debate. Sociedade, Política e Estado. Trezentos anos depois*, realizado na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, a 7 de Dezembro de 2012.

No século das Luzes, Jean-Jacques Rousseau radicaliza, com argumentos filosóficos, o campo de enunciação da teoria política. No *Contrato Social* (1762), instrumento fundamental para a compreensão prospectiva do pensamento político contemporâneo, explicita o que entende por “princípios do direito político” e articula esses princípios da ciência da legislação com as instituições que, em abstracto, asseguram a criação e conservação de sociedades politicamente organizadas. Em termos filosóficos, os limites da vida política demarcam, no seu pensamento, as possibilidades de renovação da legitimidade dos governos. Dito de outro modo, a crítica radical à sociedade, em nome da natureza e do direito natural, suporta o carácter contratual e voluntário do pacto de associação política, forjado artificialmente para garantir a conservação e proteção do indivíduo e, simultaneamente, preservar intacta a sua liberdade original, problema central do direito político.

Especificando, segundo Rousseau, a comunidade política assenta numa convenção voluntária que em si mesma encerra uma razão forte para gerar obediência na sociedade civil. O contrato social, que define os termos desta convenção, acarreta, assim, uma alienação total de todos os direitos do indivíduo no estado natural. Desta alienação resulta a formação do corpo político, encarado como um todo, e dele emerge um poder soberano que consente e respeita a vontade geral que o gerou. Logo, a legislação e os actos de soberania só são por definição legítimos se emanarem da vontade geral, desse “eu comum” que subsume livremente o interesse particular na conveniência do todo social e no bem da comunidade.

Os especialistas da obra política de Jean-Jacques Rousseau tem sublinhado a importância da distinção entre os princípios filosóficos que explicam a natureza da lei e as regras da prudência política que justificam o modo da sua aplicação¹. A natureza da lei, que exige uma alienação total dos direitos naturais, torna possível a obediência livremente consentida à norma civil imposta pelo Estado. Nesta perspectiva, pode dizer-se que Rousseau equaciona a questão da natureza da lei em função da sua finalidade.

¹ Problemática tratada por COBBAN, Alfred – *Rousseau and the Modern State*. Londres: Shoe String Press, 1961 (1ª ed. 1934); DERATHÉ, Robert *Jean-Jacques Rousseau et la science politique de son temps*. Paris: J. Vrin, 1995; e, especialmente, por MASTERS, Roger D. – *La Philosophie politique de Rousseau* (trad. Gerard Colonna d'Istria & Jean-Pierre Guillot). Paris: ENS Éditions, 2002 (1ª ed. 1968).

Na sociedade civil, a vigência e obediência à lei operam-se no quadro de determinadas formas de governo. Nos livros III e IV do *Contrato Social*, consagrados à “forma do governo”, Rousseau desenvolve a questão do regime particular que convém a uma determinada sociedade, com o objectivo de salientar os meios utilizados para reforçar “a Constituição do Estado”, isto é, os princípios considerados fundamentais para a manutenção de uma ordem estável. Portanto, a intenção de Rousseau não é apenas a de descrever o estabelecimento da sociedade política, mas a de fundar em razões justas e aceitáveis a obediência legítima a um poder que emana da vontade geral.

Sem pretender sustentar qualquer apropriação doutrinária da obra do filósofo genebrino – não é esse o nosso propósito –, importa ressaltar que Rousseau, em carta ao seu editor, considera que o conteúdo do *Contrato Social* é “une matière difficile, faite pour un petit nombre de lecteurs”². Consciente ou não do futuro de um livro que, pela intensa polémica que logo suscitou, parecia destinado a perdurar, o filósofo não oculta, todavia, a dificuldade da matéria nele tratada. Depois daquele primeiro juízo, Rousseau, confrontado com a popularidade dos seus escritos, procura preservar a unidade do seu sistema filosófico e salvar a singularidade dos conceitos que desenvolvera em matéria de política e educação. Nos *Dialogues*, dá voz a um interlocutor imaginário, de naturalidade francesa, que procura contrariar interpretações supostamente erróneas e abusivas da obra de Rousseau e que aponta para uma releitura, ou melhor, para uma “segunda leitura” do seu pensamento filosófico. Original no método que engendra para impor uma interpretação, o autor ousa desta forma sobrepor o seu juízo ao livre entendimento do leitor. No essencial, converte o ponto de chegada do seu pensamento – exposto em *l'Émile* e no *Contrat Social*, ambos editados em 1762 – na razão axial do seu discurso filosófico: “J’avais senti [diz o interlocutor francês] dès ma première lecture que ses écrits marchaient dans un certain ordre qu’il fallait trouver pour suivre la chaîne de leur contenu. J’avais cru que cet ordre était rétrograde à celui de leur publication, et que l’auteur remontant de principe en principes n’avait atteint les premiers que dans les derniers écrits. Il fallait donc pour marcher par synthèse commencer

² Carta de Jean-Jacques Rousseau a Rey, datada de 4 de Abril de 1762, *apud* MASTERS, Roger D. – *La Philosophie politique de Rousseau*. Paris: ENS Éditions, 2002, p. 355.

par ceux-ci, et c'est ce que je fis en m'attachant d'abord à l'*Émile* par lequel il a fini, les deux autres écrits qu'il a publiés depuis ne faisant plus partie de son système, et n'étant destinés qu'à la défense personnelle de sa patrie et de son honneur."³

Esta proposta de releitura encerra uma classificação e aponta, de forma inequívoca, para um esquema compreensivo global da obra do filósofo de Genebra, sendo intencionalmente escrita para uso e meditação dos seus contemporâneos. Ainda assim, no século XVIII, em países como Portugal, em que a censura estatal é forte mas não inexpugnável, o pensamento filosófico e político de Rousseau não pode dissociar-se das leituras antitéticas produzidas por censores, leitores, divulgadores e tradutores. Nesta perspetiva, ser contemporâneo de Rousseau significava ter notícia do rasto polémico das suas ideias e implicava, também, aceder ao julgamento crítico da sua obra.

Apesar das conhecidas restrições de acesso às novidades literárias da Europa das Luzes, a introdução precoce dos mais importantes títulos de Jean-Jacques Rousseau em Portugal não deixa de ser surpreendente. Nos anos 60 e 70 do século XVIII, textos fundamentais como o *Discours sur les sciences et les arts* (1750), o *Discours sur l'origine et les fondements de l'inégalité parmi les hommes* (1755), *Émile ou de l'Éducation* (1762), *Du Contrat Social* (1762), e uma série de compilações, saídas de diferentes prelos europeus entre 1763 e 1796, constam de importantes catálogos de livreiros e estão presentes em inúmeras bibliotecas públicas e particulares portuguesas.⁴

Controvérsias em torno de Jean-Jacques Rousseau

O contexto repressivo e censório em que ocorre o persistente processo de difusão das obras do filósofo de Genebra põe à prova as competências

³ Jean-Jacques Rousseau – *Oeuvres Complètes, Dialogues, III*, vol. I. Paris: Gallimard, Bibliothèque de la Pléiade, 1964, p. 932. As duas obras posteriores ao *Contrat Social* e a *l'Émile* que surgem referenciadas no texto são, respectivamente, as *Lettres écrites de la Montagne* e a *Lettre à M. Christophe de Beaumont*.

⁴ MACHADO, Fernando Augusto – *Rousseau em Portugal. Da clandestinidade setecentista à legalidade vintista*. Porto: Campo das Letras, 2000, p. 183-186.

linguísticas em francês e inglês das elites cultas portuguesas⁵, mas também evidencia a necessidade sentida por uma parte desses agentes culturais de refutação pública das teses de Rousseau, em matérias de religião e política. As mais significativas tomadas de posição pública contra Jean-Jacques Rousseau configuram, assim, a necessidade de uma clara demarcação crítica e surgem, de facto, na sequência de processos inquisitoriais célebres, como o que atingiu o matemático, poeta e filósofo José Anastácio da Cunha (1778)⁶. Do mesmo modo, a leitura da obra do filósofo de Genebra permanece como móbil central de acusação no auto da devassa de 1781, que sentenciou, como ativos divulgadores da obra de Rousseau e perigosos livres-pensadores, vários jovens estudantes da Universidade de Coimbra, naturais do reino e do Brasil⁷.

Em articulação com a repressão inquisitorial e policial, sabe-se que a vulgarização dos ideais de Rousseau foi dinamizada a partir de pequenos círculos de leitura organizados a partir do núcleo militar de Valença do Minho, onde pontuam José Anastácio da Cunha e Diogo Ferrier, do plural universo académico de Coimbra, em que avultam vivas manifestações de contestação juvenil e de outros focos de livre pensamento que irradiam no Porto, em Lamego e em Lisboa. Na capital portuguesa, os sequazes do “filosofismo irreligioso”, de inspiração rousseauiana, atingem maior projecção social. Fazem-se notar nos salões eruditos e nas tertúlias de café, mas também animam as desavenças literárias que minam o convívio intelectual da casa do Risco da Ribeira das Naus e atingem as redes de sociabilidade tecidas no seio da Real Academia das Ciências de Lisboa⁸.

Em paralelo, e de forma mais ou menos anónima, outros divulgadores fizeram correr rios de tinta em polémicas espúrias, norteadas por conceitos, ideias e aspirações de matriz rousseauiana, como a que ocorreu, nos anos

⁵ ARAÚJO, Ana Cristina – Modalidades de Leitura das Luzes no tempo de Pombal. *Revista de História – Centro de História da Universidade do Porto*. X (1990) 105-127.

⁶ FERRO, João Pedro (ed.) – *O processo de José Anastácio da Cunha na Inquisição de Coimbra (1778)*. Lisboa: Palas, 1987.

⁷ RAMOS, Luís A. de Oliveira – Sobre os ilustrados da Academia de Coimbra. *Estudos de Homenagem a João Francisco Marques*. Porto: Faculdade de Letras, 2001, vol. II, p. 311-326.

⁸ RAMOS, Luís A. de Oliveira – *Sob o Signo das Luzes*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1988, p. 138-141.

oitenta, com a publicação e refutação pública da obra intitulada *Filósofo Solitário*. O autor tradutor deste texto de combate retoma a crítica, lançada por Jean-Jacques Rousseau, ao modo de vida urbano no século XVIII, nomeadamente quando aborda a corrupção introduzida pelo luxo, pelos espetáculos e pela moda. Em contrapartida, sublinha a associação entre a virtude e a liberdade do homem, sustentando que a filosofia é filha da liberdade e só esta impede a escravidão social⁹.

Com o debate polarizado em torno das questões da sociabilidade e da religião, uma das mais significativas obras francesas de refutação sistemática do pensamento do mais temido dos filósofos do século acabaria por ser publicada, em Portugal, em 1787. Trata-se de *O Deísmo Refutado por si mesmo, ou exame dos principios de incredulidade, espalhados nas diferentes obras de João Jacques Rousseau, em forma de cartas*, do abade Bergier, traduzido e dado à estampa por Francisco Coelho da Silva, vinte e dois anos depois da 1ª edição francesa. No prólogo que acompanha a tradução, o editor português não escamoteia a geral aceitação e popularidade do pensamento do autor de *Émile*, esforçando-se por tornar perceptíveis a todo o género de leitores as ideias que são objeto de crítica.

À medida que proliferam as transgressões ocultas e as derivas clandestinas de seguidores ocultos, como a Marquesa de Alorna, e de críticos contundentes do filósofo, como Bento José de Sousa Farinha, a imprensa periódica contribui, igualmente, para mediatização progressiva do ideário político do autor do *Contrat Social*¹⁰. Antes e depois da Revolução Francesa, Rousseau torna-se objecto recorrente de notícia. O *Jornal Enciclopédico*, em artigo de Maio de 1789, considera que o “merecimento próprio” de Rousseau em matéria moral “é sobejo para conciliar a aprovação e estímulo de todos os inteligentes”¹¹. Um mês depois, uma elogiosa transcrição retirada da introdução de Mercier às *Oeuvres Complètes* (1788) de Rousseau tornava mais atrativa esta edição que, apesar de proibida, era publicitada para subscrição. Este volte de face em relação ao autor do *Contrato Social*

⁹ ARAÚJO, Ana Cristina – *O Filósofo Solitário e a esfera pública das Luzes. Estudos de Homenagem a L. A. de Oliveira Ramos*. Porto: Faculdade de Letras, 2004, vol. I, p. 201.

¹⁰ ARAÚJO, Ana Cristina – *A Cultura das Luzes em Portugal. Temas e Problemas*. Lisboa: Livros Horizonte, 2003, p. 84 e ss.

¹¹ *Jornal Encyclopedico*, Maio-1789, vol. V, p. 296.

patenteia-se, sem reservas, no comentário feito à segunda edição do livro de Schwarz, *Reflexions sur l'Esclavage des Negres* (1788). A notícia desta obra surge envolta numa velada crítica dirigida aos que atacam os ‘espíritos quiméricos’ e defendem os ‘Direitos do Homem’. O articulista do jornal louva, assim, os sequazes do pensamento de Jean-Jacques Rousseau, assumindo a defesa da liberdade e dos direitos dos cidadãos¹².

Ao mesmo tempo, no campo da pedagogia, *Émile ou de l'Éducation* é motivo de viva controvérsia. Em Janeiro de 1792, o redator do *Jornal Enciclopédico* admite não ser razoável “seguir à risca” o sistema de Rousseau, mas acrescenta que “sempre que houver ocasião de o pôr em prática sem dificuldade se tirará dele proveito”. A fratura crítica provocada por esta obra, que, ao contrário de outros títulos de Rousseau, não conheceu qualquer tradução integral no nosso país, no século XIX, é atenuada pela publicação, em 1816, no periódico o *Investigador Portuguez*, de um esclarecedor texto de crítica e comentário, *O Homem singular ou Emilio no mundo*, de Augusto Lafontaine, publicado também, autonomamente, em 1822. Antes da revolução portuguesa de 1820, Francisco Freire de Carvalho, professor do Colégio Real dos Nobres, tenta ainda traduzir o *Contrat Social*, mas é dissuadido de o fazer pela Junta Censória¹³.

Novos códigos de linguagem política

O juízo crítico suscitado pelas ideias de Rousseau acentuou-se depois da Revolução Francesa. Mais concretamente, a luta em prol da emancipação do povo permaneceu como farol de esperança para os resistentes portugueses que procuraram ligar o sentimento de lealdade e de sacrifício pela pátria, no período das invasões francesas (1807-1811), à observância da liberdade. Neste quadro, importa considerar as referências ideológicas de que partem João Bernardo da Rocha Loureiro e Pato Moniz, redatores do primeiro jornal liberal português editado no reino, *O Correio da Península ou Novo*

¹² *Jornal Encyclopedico*, Maio-1789, vol. V, p. 41.

¹³ MACHADO, Fernando Augusto – *Almeida Garrett e a introdução do pensamento educacional de Rousseau em Portugal*. Porto: Asa, 1993, p. 111.

Telégrafo (1809-1810). Neste jornal, os câmbios da convenção linguística denotam os novos usos da linguagem política e o seu impacto na sociedade.

A circulação de textos de propaganda tornara-se então mais intensa à escala da Península Ibérica. *O Correio da Península* divulga extratos do *Semanario Patriotico*, do *Diario de Badajoz* e de outras folhas periódicas. A guerra movida pela imprensa, considerada necessária e justa, visava inflamar os ânimos das gentes lusas, ou, como então se dizia, mobilizar o “clamor da pátria” para a defesa da nação abatida, conforme escreve Pato de Moniz no artigo “Patriotismo”, publicado no *Correio da Península*¹⁴. Em Janeiro de 1810, aquele redator assinava, no referido periódico, um longo artigo intitulado “*A Opinião Pública*”, baseando-se no ensaio que, sobre o mesmo tema, acabava de ser publicado em *El Espectador Sevillano*. À maneira de Rousseau, o articulista rotula a “opinião pública” de “mãe fecunda de heroísmo” e de “força motriz da energia nacional”¹⁵. Articula os juízos de interesse geral com as virtudes cívicas que promanam da educação e do direito público e sustenta, seguindo as teses do autor do *Contrato Social*, que sem o *consensus omnium* conferido pela opinião pública a sociedade ficaria privada de liberdade e os cidadãos dos seus direitos.

Em outros textos recorre, igualmente, a conceitos de Rousseau, como o de lei, na aceção de emanção da vontade geral, ou o conceito de liberdade, entendida como condição resultante, na sociedade civil, do respeito e da observância da lei, ou seja, como direito de não obedecer senão à norma ditada pela vontade geral. Os redatores do jornal chegam mesmo a citar o *Contrato Social*, como acontece no artigo em que reproduzem uma passagem do capítulo IX do livro III, referente às características de um bom governo¹⁶. Porém, também denunciam os excessos de “absoluta liberdade e igualdade” de demagogos como Championet, Marat e Robespierre que instauraram o terror em França e de verdugos das nações da Europa como Napoleão Bonaparte, tomando todos como discípulo de Rousseau e de Robespierre¹⁷.

¹⁴ BOISVERT, Georges – *Un pionnier de la propagande liberale au Portugal: João Bernardo da Rocha Loureiro (1778-1853)*. Paris: F. C. Gulbenkian, 1982, p. 318-319; Cf. *Correio da Península*, 1809, vol. 1, p. 312.

¹⁵ *Correio da Península*, 1810, vol. 2, p. 9-14.

¹⁶ *Correio da Península*, 1809, vol. I, p. 255.

¹⁷ *Correio da Península*, 1809, vol. 1, p. 182-183.

A memória dos atropelos governativos, dos tumultos e do terror que marcaram o curso revolucionário em França, é, de resto, recorrentemente evocada, pela propaganda liberal em Portugal, para justificar a assimilação crítica da teoria política de Rousseau. A partir da *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão* discute-se a noção de liberdade natural e de liberdade civil e política. Com base na constituição republicana de 1793, questiona-se o alcance do deslocamento da sede soberania, do rei para o povo. No cerne deste debate encontra-se, invariavelmente, Rousseau.

Em 1813, no rescaldo das acaloradas discussões ocorridas nas Cortes de Cádiz, Liberato Freire de Carvalho, referindo-se a liberdades, direitos e garantias dos cidadãos, escreve nas páginas do jornal *O Investigador Portuguez* que “tudo quanto o celebre Rousseau disse no seu discurso sobre a desigualdade dos homens não he mais do que o desafio de hum philosopho que aborrece a sociedade, cuja necessidade todavia não pode negar. Tudo quanto elle disse e desenvolveo no seu *Contacto Social* he pela maior parte ocioso, inútil, impraticável ou prejudicial”¹⁸.

Este liberal moderado, exilado em Londres, sem pôr em causa a aspiração de perfectibilidade do homem, considerava, todavia, utópica “a reforma geral do género humano”. No plano político, a recusa do contrato de constituição da sociedade civil, invalidava a ideia de liberdade recíproca dos indivíduos depositários da soberania popular, organizados em comunidade política e elevados à categoria de cidadãos. O pacto social, ao conferir, artificialmente, direitos iguais a todos e a cada um dos seus membros, tornava legítima a associação e pacífica a sociabilidade. Portanto, para ser livre e viver em paz o homem tinha que estar submetido à lei. A resistência expressa à aceitação destes princípios, de fundo pactual, tinha subentendida a visão histórica e orgânica da sociedade que apontava para o restabelecimento da “liberdade dos antigos” e para a partilha de soberania entre o rei e o povo. Na base deste pressuposto, considera-se “ilusório” e “perigoso” o princípio de que “todo o poder vem do povo”. As lições da tradição antiga e moderna, confirmavam que a experiência da tirania dos trinta em Atenas, a anarquia

¹⁸ *O Investigador Portuguez em Inglaterra ou Jornal Literario, Politico*. Londres, Agosto de 1813, VII, p. 196.

da Convenção em França e o rastilho das revoluções de independência na América Espanhola tinham em comum a defesa da soberania popular¹⁹.

A soberania era imprescritível e inalienável, valia como atributo e não como título de propriedade de pessoa ou grupo. Na base desta ideia, os mentores da Revolução de 1820 procuraram, na discussão dos artigos da Constituição de 1822, restringir a onipotência do poder constituinte e a inviolabilidade do direito de resistência contra a tirania e o arbítrio dos governantes. Apesar de ter sido largamente sustentada pelos sectores moderados, esta prevenção não convenceu a maioria dos constituintes vintistas que, na esteira de Rousseau e, especialmente, de Sièyes, consagram, na Constituição de 1822, o princípio de que “a soberania reside essencialmente em a Nação. Não pode, porém, ser exercitada senão pelos seus representantes legalmente eleitos. Nenhum indivíduo ou corporação exerce autoridade pública que não derive da mesma Nação” (artigo 26).

No fulcro da sociedade política, a soberania popular, mitigada pela exigência moderna da representação – cada deputado, independentemente do seu círculo eleitoral, devia representar toda a nação –, converte-se em reduto do poder constituinte e não se esgota na norma que a constitucionaliza. É impossível não ver esta formulação como um prudente afastamento das teses sustentadas por Rousseau no livro 2º do *Contrato Social*. Na verdade, a leitura desta obra vulgarizou-se enormemente, em Portugal, em vésperas da aprovação da Constituição de 1822. Com algum exagero, um contemporâneo, José Acúrsio das Neves, erigiu o *Contrato Social* em principal oráculo da Assembleia Constituinte, ou melhor, das Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa²⁰.

Edições, leituras e anotações ao *Contrato Social*

Livro de cabeceira para alguns deputados, jornalistas e membros de sociedades patrióticas, porém citado de forma muito parcimoniosa em Cortes

¹⁹ Com mais referências vide MACHADO, Fernando Augusto – *Rousseau em Portugal...*, cit., p. 446.

²⁰ NEVES, José Acúrsio das – Cartas de um português aos seus concidadãos sobre diferentes objectos de utilidade geral e individual in *Obras Completas de José Acúrsio das Neves*. Porto: Edições Afrontamento, s.d., vol. VI, p. 81.

e na imprensa de opinião²¹, o *Contrato Social ou Princípios do Direito Politico* conheceu duas traduções em língua portuguesa e, seguramente, três edições distintas, logo a seguir à revolução de 1820. A edição popular saiu primeiramente em fascículos nas páginas do jornal mensal *O Compilador*, começando a publicar-se em Novembro de 1821. Vendia-se o jornal avulso a 480 réis e a assinatura semestral a 2400 réis. A versão compilada à parte, editada pela tipografia Rollandiana, em 1821, é diferente da que encontramos nas páginas de *O Compilador*, ou seja, comporta o livro 4º do *Contrato Social*, que, dada a suspensão do jornal, em Agosto de 1822, não chegou a publicar-se, integralmente, em fascículos. A tradução portuguesa, provavelmente da autoria do principal redator do referido periódico, José Baptista Gastão, reproduz a versão completa da obra – sem fazer menção ao manuscrito de Genève, revisto por Rousseau – e é anotada, isto é, apresenta cinco preciosos comentários da responsabilidade do tradutor, em notas de roda pé.

No mesmo ano em que correu em Lisboa esta edição, publicou-se em Paris uma outra, também em português, com a chancela da casa Firmino Didot²². Destinava-se igualmente ao mercado livreiro nacional e o tradutor, o afrancesado Bento Luís Viana, dedicou a sua versão do *Contrato Social* a Simão da Rocha Loureiro, familiar do articulista do jornal *O Portuguez* que se publicava em Londres. Ignoramos a tiragem que tiveram as duas edições de 1821 do *Contrato Social*, mas admitimos que cada uma não tenha sido inferior a 1500 exemplares.

Em 1823, a Imprensa da Universidade de Coimbra, a pedido do livreiro Jacques António Orcel, imprime 2000 exemplares daquela que foi a 3ª edição portuguesa do *Contrato Social*. O registo do livro de contas das obras impressas com a chancela da Universidade diz respeito ao mês de Abril de 1823²³. Nessa altura, os sinais de colapso do regime liberal eram evidentes e avolumavam os receios de pesadas represálias dos absolutistas. Sobrevindo o golpe contra-revolucionário da Vilafrancada, em finais de Maio desse ano,

²¹ PINA, Ana Maria – *De Rousseau ao imaginário da Revolução de 1820*. Lisboa: INIC, 1988.

²² OUTEIRINHO, Fernanda – As traduções da obra de Rousseau em Portugal: texto e paratexto. *Revista da Faculdade de Letras – Línguas e Literaturas*. Vol. XII (1995) 397.

²³ Arquivo da Universidade de Coimbra, *Imprensa – Contas das obras dos particulares*, liv. 153, fl. 52.

é de admitir, dada a inexistência de exemplares desta edição em bibliotecas nacionais, que foram destruídos todos ou quase todos os exemplares então impressos do *Contrato Social*.

Ora, se este dado novo tem alguma importância, pela negativa, na história da receção da obra de Rousseau em Portugal, mais relevante se afigura, em termos de protocolo de leitura, a primeira tradução anotada da mesma obra. Os comentários e as advertências que pontuam o texto apontam para a articulação possível da teoria política de Jean-Jacques Rousseau com as bases da Constituição de 1822.

A primeira nota do tradutor, colocada na abertura ao livro 1º do *Contrato Social*, remete para a experiência de participação democrática dos cidadãos num “Estado livre”, por meio de voto e participação cívica. Os direitos outorgados pela cidade de Genebra aos seus cidadãos davam ao filósofo sobejos motivos “para amar a sua Pátria”. Insinuando inevitáveis diferenças na forma de governo de uma pequena república e de uma monarquia pluricontinental o anotador escreve: “Rousseau aplaudia-se, julgava-se feliz por ter nascido cidadão de um Estado livre, da pequena Republica de Genebra. Com mais razão os actuaes portuguezes de ambos os hemispherios se devem regozijar por verem passar do estado do mais arbitrário despotismo á condição de homens livres, de cidadãos constitucionais, membros da soberania de uma nação respeitável”²⁴. Fica claro que, qualquer que fosse o fim da união civil, a liberdade inalienável dos cidadãos garantia a força e a unidade do Estado, cuja finalidade era a conservação e a prosperidade dos seus membros. O problema estava em encontrar uma forma de associação e de governo que defendesse melhor a união de todas as partes da monarquia. Se, no plano da linguagem política, a sintonia de conceitos é evidente, no campo da teoria política afasta-se a possibilidade de um governo republicano. O modelo das repúblicas independentes da América espanhola é mesmo totalmente silenciado. Em contraponto com a escravização imposta por um

²⁴ ROUSSEAU, Jean-Jacques – *O Contracto Social ou Principios do Direito Politico*, traduzido pelos redactores de *O Compilador*. Lisboa: Typ. Rollandiana, 1821, p. 4. Utilizamos nas notas seguintes esta edição da obra, seguida, sempre que se justifique, da referência às *Oeuvres Complètes, Du Contrat Social*, vol. III. Paris: Gallimard, Bibliothèque de la Pléiade, 1964.

governo despótico, as vantagens da monarquia constitucional sobressaem nas duas notas seguintes²⁵.

Estas ressalvas não limitam, no essencial, a aceitação da matéria dos dois primeiros livros do *Contrato Social*, centrados na fundamentação da sociedade civil, na legitimidade da lei e na força da vontade geral. Relembre-se que, segundo Rousseau, as cláusulas de associação visam o bem comum e quando bem compreendidas resumem-se a uma só, a saber: “a alienação total de cada associado com todos os seus direitos a toda a comunidade. [...] cada um dando-se por inteiro, a condição he igual para todos, e nenhum tem interesse em a tornar onerosa a outros”²⁶. Por este meio, a liberdade civil dos indivíduos era constituída por convenção, ou seja, por um ato de reconhecimento explícito que fundava a legitimidade do todo político. Este ato de reconhecimento, exprimindo-se sob a forma de lei, emanava da vontade geral²⁷. O compromisso total gerado pela vontade geral dava origem a “um corpo moral e colectivo”, cuja unidade e essencialidade não era metafísica ou quimérica mas política. Logo, a isonomia que a lei institui tem o seu fundamento no “eu comum” que sustem o todo soberano. “Pelo que, se, por um lado, o Soberano nascido do contrato, é composto por todos os contratantes e a eles deve a sua existência e realidade, por outro, constitui a condição essencial para que os indivíduos passem da ordem natural, dominada pelo instinto, para a ordem política, salto que só o Soberano, através do Legislador, poderia instaurar e constantemente renovar. Deste modo, a Soberania impõe-se como uma força simultaneamente imanente e transcendente aos poderes que constitui”²⁸.

Aceites as premissas que convertiam o contrato em fonte de regulação da sociedade civil, o anotador suscita a clarificação do problema da repre-

²⁵ ROUSSEAU, Jean-Jacques – *O Contracto Social...*, cit., p. 6 e 8.

²⁶ ROUSSEAU, Jean-Jacques – *O Contracto Social...*, cit., p. 19. Cf. *Oeuvres Complètes*, vol. III, *Du Contrat Social*, liv. I, VI, p. 360-361.

²⁷ BERNARDI, Bruno – *La fabrique des concepts: recherches sur l'invention conceptuelle chez Rousseau*. Paris: Honoré Champion, 2006; SPITZ, Jean-Fabien – *La liberté politique. Essai de généalogie conceptuelle*. Paris: PUF, col. Léviathan, 1995; DERATHÉ, Robert – *Jean-Jacques Rousseau et la science politique de son temps*. Paris: J. Vrin, 1995.

²⁸ CATROGA, Fernando – Em nome da Nação in CATROGA, Fernando e ALMEIDA, Pedro Tavares de (coord.) – *Res Publica. Cidadania e representação política em Portugal, 1820-1926*. Lisboa: Assembleia da República/Biblioteca Nacional, 2010, p. 26.

sentação, em termos que se afiguram mais próximos do pensamento de Sieyès. Segundo Rousseau, “a soberania não pode ser representada, pela mesma razão que não pode ser alienada; ella consiste essencialmente na vontade geral, e a vontade não se representa”²⁹. Logo, “os deputados do povo não podem por tanto ser seus representantes, eles não são mais que seus procuradores, nada podem concluir definitivamente”³⁰. Mais, “no instante em que um povo se dá representantes já não é livre não existe”³¹. Ora, é precisamente nesta frase do capítulo XV do livro 3º que o tradutor português coloca uma anotação crítica. Contra a ideia de que o legislador coincide e se identifica com os cidadãos livres da *res publica*, ou seja, em desabono da unicidade do Estado, sobressai a tese de que nos Estados livres e independentes a autoridade política tem uma base eletiva. Por isso, e em detrimento do modelo das repúblicas antigas, conclui o nosso anotador que “o meio de eleger representantes he uma invenção moderna, não há duvida, mas he elle o único que, nas circumstancias modernas, pôde mais facilmente exhibir a maioria da vontade da Nação, isto he a lei: – e o Estado he livre e existe”³². Esta formulação, herdeira da tradição instaurada pela constituição de 1791 (art.º 3º), consagra o primado da nação sobre o povo e consente, por via indirecta, a representação política de todos os membros da sociedade, de acordo com o conceito de representação nominal defendido por Sieyès no opúsculo *Qu'est-ce que le tiers état?*

Por último, o comentário apostado ao 4º livro introduz na leitura da obra uma evidente linha de fratura na aperceção sacralizada do poder – que apela à “santificação do contrato social” – e, concomitantemente, na visão do Estado como instância criadora e encarnadora de uma religião civil. Como é sabido, Rousseau defende, em coexistência com outros credos, “uma profissão de fé puramente civil, cujos artigos cumpre ao soberano fixar, não precisamente como dogmas de religião, mas sim como sentimentos de sociabilidade, sem

²⁹ ROUSSEAU, Jean-Jacques – *O Contracto Social...*, cit., p. 141. Cf. *Oeuvres Complètes*, vol. III, *Du Contrat Social*, liv. 3, XV, p. 429.

³⁰ ROUSSEAU, Jean-Jacques – *O Contracto Social...*, cit., p. 141. Cf. *Oeuvres Complètes*, vol. III, *Du Contrat Social*, liv. 3, XV, p. 429-430.

³¹ ROUSSEAU, Jean-Jacques – *O Contracto Social...*, cit., p. 143. Cf. *Oeuvres Complètes*, vol. III, *Du Contrat Social*, liv. 3, XVI, p. 431.

³² ROUSSEAU, Jean-Jacques – *O Contracto Social...*, cit., p. 144. Cf. *Oeuvres Complètes*, vol. III, *Du Contrat Social*, liv. 3, XV, p. 431.

os quaes he impossivel ser bom cidadão”³³. Esta profissão de fé civil revestia um carácter coactivo, moldava-se por princípios simples, compagináveis com outras crenças e visava garantir o unanimismo na sociedade política.

Apresentando-se como criação de um Estado aconfessional, esta nova “religião do cidadão” dicotomiza a autonomia do juízo político da função mediadora da igreja³⁴. Para chegar a este estágio, Rousseau resume a pluralidade do religioso a três grandes sistemas: a “religião do padre” com “duas legislações, dois chefes e duas pátrias”, a terrena e a celestial (o cristianismo histórico); a religião do cidadão que “reúne o culto divino e o amor das leis, fazendo da pátria o objeto de adoração dos cidadãos” (com matriz nas religiões pagãs da Antiguidade); e a religião do homem, interior, “sem templos nem altares” (teísta, deísta e puramente evangélica, etc.). Não sendo nenhuma das religiões consideradas isenta de consequências práticas de monta na ordem política, o cristianismo é particularmente visado na apreciação crítica de Rousseau. Partindo do pressuposto de que “uma sociedade de verdadeiros christãos não seria uma sociedade de homens”³⁵, conclui que o cristão é escatologicamente arrastado para fora do mundo. Por outro lado, a sua inserção na vida da igreja é fonte de dissídio, servidão e dependência. E como a religião civil comportava uma moral pública autónoma e pressupunha uma fidelidade à pátria capaz de religar, pelo sentimento, todos os cidadãos, o universalismo cristão podia sempre contender com o patriotismo exigido à conservação do Estado. Enfim, para Rousseau, qualquer que fosse a perspectiva de atuação do cristão na *polis*, ela afigurava-se perniciosa à unidade social e à homogeneidade política da *res publica*.

A religião civil apresentava-se assim como síntese superior de uma crença supletiva que favorecia a sociabilidade na *polis* e gravava, na consciência e

³³ ROUSSEAU, Jean-Jacques – *O Contracto Social*..., cit., p. 201. Cf. *Oeuvres Complètes*, vol. III, *Du Contrat Social*, liv. 4, VIII, p. 468.

³⁴ RIZZI, L. – Religione civile e laicità in Rousseau. *Il Politico. Revista Italiana di Scienze Politiche*, 1996, anno LXI, 3, p. 443-462. Cf. WATERLOT, Gislain – *Rousseau. Religion et politique*. Paris: PUF, 2004; BERNARDI, Bruno et al. (dir.) – *Religion, Liberté, Justice: un commentaire des Lettres écrites de la Montagne de J.-J. Rousseau*. Paris: Vrin, 2005.

³⁵ ROUSSEAU, Jean-Jacques – *O Contracto Social* ...cit., p. 197. Cf. *Oeuvres Complètes*, vol. III, *Du Contrat Social*, liv. 4, VIII, p. 465.

no coração de cada um, os deveres do cidadão³⁶. As suas regas eram claras e simples e os seus reduzidos dogmas fixados de acordo com a vontade geral. No essencial, limitavam-se a pressupor a existência de uma divindade providente ou de um princípio de criação inteligente e benfazejo, a proclamar a “santidade do contrato social” e das leis e a zelar pela felicidade dos justos e pela condenação dos maus e dos criminosos. Pela negativa, a religião civil recusa somente a intolerância.

Em face deste corpo de princípios avoluma-se a perplexidade do tradutor e insinuam-se as suas reservas aos capítulos do livro 4º do *Contrato Social* dedicados à questão da tolerância, do direito e da utilidade da religião num Estado soberano e livre. Compreende-se. A abertura crítica à “religião do cidadão” implicava a defesa de um laço estreito entre a religião civil (rejeitada) e o soberano. Mas, do mesmo modo que se recusava a aliança entre a laicidade da lei, a sacralidade do Estado e a fé civil dos cidadãos, procurava-se reforçar o lado prático e moral da adesão afetiva à causa liberal, através do conceito de opinião pública. Por isso, na antevisão do artigo 17º da Constituição de 1822 que consagra, no quadro da monarquia constitucional portuguesa, “a religião católica, apostólica romana como a religião da nação” e adivinhando a resistência da igreja e, mais ainda, as possíveis divisões entre conservadores e liberais a respeito da liberdade religiosa e de cultos, o(s) tradutore(s) lavra(m) a seguinte advertência: “O capítulo do *Contrato Social* sobre *Religião Civil* não foi suprimido em nossa tradução, para que toda a obra apparecesse completamente traduzida. Não nos atrevemos a fazer-lhe notas, porque medimos a distância que vai de nós a tão profundo autor; e porque nos convencemos que algumas doutrinas religiosas que ela encerra, e muitas das quaes nós desaprovamos, farião nos ânimos dos religiosos portuguezes tamanha sensação como a que experimentámos; isto é, que lhes havião de interessar as coisas de razão, julgar as de opinião, e conservar-se inabaláveis sobre as da verdadeira fé”³⁷.

Este breve comentário reflete o apego à liberdade e à tolerância por parte de um entusiasta da ordem liberal e, acima de tudo, torna público o respeito

³⁶ CATROGA, Fernando – *Entre Deuses e Césares. Secularização, laicidade e religião civil*. Coimbra: Almedina, 2006, p. 109-127.

³⁷ ROUSSEAU, Jean-Jacques – *O Contracto Social...*, cit., p. 204.

e a admiração pela obra política do pensador genebrino. Mas também vem confirmar a fraqueza da auto-suficiência racional da teoria política de Rousseau, nem sempre adaptável às circunstâncias históricas que ditaram a vulgarização da sua linguagem política.

A dimensão demopédica do *Contrato Social*: sociabilidade política e catecismos do cidadão

Ainda assim, das largas centenas de escritos de atualidade política que contribuíram para colocar na ordem do dia os conceitos de *liberdade, igualdade, vontade geral, opinião pública e soberania nacional* e que se destinavam convencer o povo das virtudes de um governo legítimo, de base constitucional, os “catecismos políticos”, os “catecismos do cidadão” e os “catecismos constitucionais”, muito em voga neste período, foram igualmente concebidos sob a influência direta e indireta de Rousseau³⁸. Tornavam pregnante e instrutivo o credo político liberal. Disseminavam, recorrendo ao formalismo do ensino religioso, os deveres do cidadão e os sagrados princípios da Constituição de 1822. Enfim, tomavam de empréstimo o espírito da religião civil de Rousseau, dando espaço à hierofania política, sem ousarem suplantar o papel da igreja católica na sociedade portuguesa.

Dos vários títulos então publicados, merecem especial relevo: o *Catecismo Político Constitucional, regulado segundo a Constituição Portuguesa* (1823) adaptado de um catecismo espanhol, conforme esclarece, no prólogo, o tradutor António Herculano Debonis. A fidelidade ao pensamento de Rousseau é explicitamente afirmada no jogo de perguntas e respostas sobre os conceitos de “liberdade”, “lei”, “povo” e “instrução pública”. Se algumas passagens do catecismo são transcrições do *Contrato Social*, em outras partes do texto retoma-se o acento republicano e democrático do genebrino como o comprova a seguinte afirmação radical: “o rei é um cidadão como os

³⁸ VARGUES, Isabel Nobre – A linguagem religiosa e a propaganda política (1820-1823). *Revista de História das Ideias*. 9 (1987) 452-479; VARGUES, Isabel Nobre – A fé política liberal. *Revista de História das Ideias*. 11 (1989) 277-285.

mais, que recebe a sua auctoridade da Nação”³⁹. Idêntica opinião transmite o *Manual Politico do Cidadão Constitucional* (1820), esclarecendo que “o governo democrático ou republicano he aquelle em que o povo he livre e se governa a si mesmo pelos seus magistrados, que elle mesmo elege” As vantagens desta forma de governo são, de resto, facilmente compreensíveis: – “sendo fundada no amor da liberdade, e igualdade, eleva os cidadãos e as virtudes heroicas e acende nas suas almas o mais vivo patriotismo”⁴⁰. Porém, por mais perfeito que fosse, teoricamente, o modelo das modernas repúblicas nascidas depois da Revolução Francesa, os grandes Estados dificilmente consentiam, sob pena de rebelião, que o povo participasse diretamente do tribunal supremo e da sanção de todas as leis.

Feita a ressalva, a dimensão demopédica rousseuniana ressurge no *Cahecismo Politico do Cidadão Portuguez* (1823), da autoria de Rodrigo Ferreira da Costa. Apostado em demonstrar a justeza da formação da sociedade civil e a legitimidade do governo, este autor demarca o seu catecismo da esfera sobrenatural ou transcendente, considerando-o a meio caminho daquilo a que chama um “catecismo científico”. Destina assim a exposição dos direitos e obrigações do homem natural e social e dos princípios da ordem política à educação cívica da mocidade portuguesa. Não deixa de sacralizar o estatuto do indivíduo como cidadão, mas faz coexistir este sentimento com a necessidade de uma educação pública que fortaleça a identidade política da nação. Neste ponto, à pergunta: “Como se illustra a vontade geral?” Responde o autor do catecismo: “Pela deliberação e discussão pública dos negócios comuns. E esta controvérsia só pode ser promovida pela liberdade de pensar, falar, escrever, e imprimir. A tolerância das opiniões he o foco da illustração”⁴¹. Por meio da livre expressão das ideias, a “opinião pública” – segundo Rousseau – julga os costumes e os propósitos comuns dos cidadãos, gerando o consenso necessário à manifestação da vontade geral. Irmãs gémeas na vida social, “l’opinion publique est à la

³⁹ *Catecismo Polytico Constitucional, regulado segundo a Constituição Portugueza*, por A. H. D., 2ª edição mais correcta e augmentada. Lisboa: Typ. Rollandiana, 1823, p. 17.

⁴⁰ *Manual Politico do Cidadão Constitucional*. Lisboa: Imprensa da Viuva Neves e Filhos, 1820, p. 10.

⁴¹ COSTA, Rodrigo Ferreira da – *Cahecismo Politico do Cidadão Portuguez ou Exposição dos direitos e obrigações do homem natural e social*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1823, p. 90.

volonte générale ce que le sentiment intérieur est á la raison: sa fonction n'est pas de faire voir au peuple son bien mais de lui faire aimer"⁴².

Ora levar os cidadãos a amarem a lei e educá-los para servirem a causa pública era a finalidade principal dos catecismos políticos. Neles, o patriotismo, à semelhança do que defendera Rousseau, tem lugar destacado, pois o amor à pátria era “o primeiro dever do cidadão” e o “princípio gerador de todas as virtudes sociaes”. “Sem amor à patria dissolve-se o Estado, e morre o corpo político”⁴³.

Em suma: a prática da “cidadania virtuosa”, assente na liberdade individual, fazia da salvaguarda deste direito uma obrigação totalitária, apontando para um terrível compromisso de dependência do cidadão em relação ao Estado e imponho-lhe, no limite, o sacrifício da vida em prol da defesa da pátria. Este desenvolvimento da teoria política de Rousseau, particularmente explorado pela literatura propagandística dos primeiros catecismos revolucionários em Portugal, contribuiu, em termos práticos, para fixar a linguagem da Revolução e definir a radicalidade do combate liberal em defesa da causa pública.

The Inquisitorial Process was one of the most controversial aspects of the history of the Inquisition. Main target of criticism by the New Christians, who claimed the iniquity of the Portuguese procedure, it is still today regarded by the historiography as a symbol of a tyrannical system.

Considering that a correct understanding of the Inquisitorial process can only be reached if wider the European legal culture. Even so, it does so, this paper proposes a comparative study between the procedure's provided by the Portuguese Tribunal of Holy Office, established by the 1494 *Regimento do Santo Ofício*, and those practiced by the secular courts, regulated by the *Ordenações Filipinas*.

Through a comparative analysis that on one hand employs the concept of jurisprudence, and on the other, the legal theory, we aim to detect the similarities and differences between the two legal institutions, mainly checking if similar legal extensions and processes had the same nature as general or exceptional rules.

Palavras-chave: Key words

Processo inquisitorial; Processo penal secular; Processo Penal.

Inquisitorial process; Secular courts process; Criminal procedure.

⁴² BERNARDI, Bruno – Rousseau et la généalogie du concept d'opinion publique in O'DEA, Michael (dir.) – *Jean-Jacques en 2012. Jusqu'enfin mon nom doit vivre*. SVEC, 2012-1, p. 117.

⁴³ COSTA, Rodrigo Ferreira da – *Cahecismo Politico do Cidadão Portuguez...*, cit., p. 112.

Processo inquisitorial e processo régio: semelhanças e diferenças (o caso português)

Ana Santiago de Faria

Universidade de Coimbra

anasantiagofaria@gmail.com

Texto recebido em /Text submitted on: 28/05/2013

Texto aprovado em /Text approved on: 19/11/2013

Resumo/Abstract:

O processo inquisitorial foi um dos aspetos mais polémicos da História da Inquisição. Alvo preferencial das críticas dos cristãos-novos, que alegavam a especificidade do procedimento português, é ainda hoje considerado pela historiografia como um procedimento de natureza excecional.

Partindo da premissa que um correto entendimento do processo inquisitorial passa por enquadrá-lo como parte da cultura jurídica europeia de que é originário, propõe-se um estudo comparativo entre o processo praticado no Tribunal do Santo Ofício Português, tal como consagrado no Regimento do Santo Ofício de 1640, com o direito processual penal secular, regulado nas Ordenações Filipinas.

Através de uma análise comparativa que autonomiza, por um lado, a marcha do processo, por outro, a teoria da prova, pretende-se aferir quais as semelhanças e diferenças existentes entre as duas justiças, nomeadamente se institutos e práticas jurídicas similares possuíam a mesma natureza, enquanto normas gerais ou excecionais.

The Inquisitorial Process was one of the most controversial aspects of the History of the Inquisition. Main target of criticism by the New Christians, who claimed the uniqueness of the Portuguese procedure, it is still today regarded by the historiography as a procedure of exceptional nature.

Considering that a correct understanding of the Inquisitorial process involves framing it within the european law culture from which it derives, this paper proposes a comparative study between the procedures practiced by the Portuguese Tribunal of Holy Office, as enshrined by the 1640s *Regimento do Santo Ofício*, and those practiced by the Secular courts, regulated by the *Ordenações Filipinas*.

Through a comparative analysis that on one hand empowers the conduct of proceedings, and on the other, the proof theory, we aim to assess the similarities and differences between the two legal institutions, namely assessing if similar legal institutions and practices had the same nature, as general or exceptional rules.

Palavras chave/Keywords:

Processo inquisitorial; Processo penal secular; Processo Penal.

Inquisitorial process; Secular courts process; Criminal procedure.

* Agradeço ao Prof. Doutor José Pedro Paiva a revisão e os comentários feitos a este artigo.

“Todo o processo (...) permanecia secreto, até à sentença: ou seja, opaco não só para o público, mas para o próprio acusado (...) impossível ter acesso às peças do processo, impossível conhecer a identidade dos denunciantes, impossível saber o sentido dos depoimentos (...)”¹

Com estas palavras de Michel Foucault, através das quais descreveu o processo criminal francês na Época Moderna, não se pretende mais do que chamar a atenção para o seguinte: que práticas comumente associadas ao Tribunal da Fé não eram estranhas a outras jurisdições penais, e mais especificamente às seculares. Porém, a analogia entre os dois processos, cuja origem se encontra na utilização de um mesmo modelo processual – o inquisitivo – tem os seus limites e não equivale a uniformidade de procedimentos².

O tema deste estudo surgiu dessa constatação e do equacionar de algumas questões que creio fundamentais, entre as quais saliento: aferir da existência de institutos e práticas judiciais similares às duas jurisdições e se essas figuras jurídicas, quando análogas, possuíam a mesma natureza, enquanto normas gerais ou excepcionais. Para tanto, propõe-se uma análise comparativa que autonomiza, por um lado, a marcha do processo; por outro, a teoria da prova.

É necessário, no entanto, delimitar o alcance da comparação proposta. Temporalmente visa o século XVII e as primeiras décadas do século XVIII. No processo inquisitorial, o enfoque incidirá nas causas contra os denunciados³. No foro secular, a realidade é mais complexa. As Ordenações Filipinas previam um processo comum que podia seguir uma estrutura mais próxima do modelo acusatório ou um modelo mais acentuadamente inquisitivo, conforme existisse ou não querela e acusação de parte. Ao lado desse processo comum existiam formas processuais sumárias, que não se

¹ FOUCAULT, Michel – *Vigiar e Punir: nascimento da Prisão*. Petrópolis: Editora Vozes, 2007, p. 37.

² Sobre a origem e o desenvolvimento do processo inquisitivo, veja-se a síntese de PIFFERI, M. – *Diritto comune e inquisitio ex officio* in PROSPERI, A. (ed.) – *Dizionario Storico dell'Inquisizione*. Pisa: Edizioni della Normale, 2010, Vol. I, p. 492-495.

³ Por se revestir de uma natureza diferente, mais próxima do foro penitencial, o processo dos apresentados não será abordado.

encontravam regulamentadas e que eram seguidas em dois casos: nos crimes leves e nos delitos mais graves⁴. No que toca ao foro secular abordar-se-á, por um lado, o processo comum *ex officio*, e não o fundado em querela e acusação de parte; por outro lado, o processo sumário nos crimes graves.

No que respeita às fontes utilizadas, cabe fazer duas advertências. Em primeiro lugar, e no que toca ao foro secular, salientam-se as restrições que a ausência de processos acarreta, obrigando, na análise da marcha processual do processo comum, à circunscrição das fontes, às Ordenações e à doutrina⁵; este obstáculo é ainda mais premente na forma sumária, dado não se encontrar sequer regulamentada⁶. Em segundo lugar, e no que se refere à teoria da prova, considero que ao contrário da marcha processual, tanto a lei, como sobretudo a doutrina, constituem fontes privilegiadas para o seu estudo, uma vez que os processos concretos dificilmente permitem inferir o complexo sistema em que assentavam as decisões judiciais.

⁴ Ver FREIRE, Pascoal de Melo – Instituições de Direito Criminal Português. *Boletim do Ministério da Justiça*. 155 e 156 (1966); SOUSA, Joaquim José Caetano Pereira – *Primeiras Linhas sobre o Processo Criminal*. Lisboa: Oficina de Simão Thaddeu Ferreira, 1800, p. 25.

⁵ A ausência de processos explica em grande parte a escassez de trabalhos historiográficos neste campo; os poucos que se conhecem têm como fontes as Ordenações e a doutrina, como é o caso do estudo de ALBUQUERQUE, Paulo Pinto de – *A Reforma da Justiça Criminal em Portugal e na Europa*. Coimbra: Almedina, 2003, p. 25-73. Existem alguns estudos locais baseados predominantemente nos perdões de parte que, embora tenham importantes contribuições para o estudo do processo penal, refletem uma realidade jurisdicional – local e no campo dos delitos privados – que não é a aqui visada; uma síntese da principal bibliografia nessa matéria pode ser vista em NETO, Margarida Sobral – “Violências do quotidiano” in *O universo da comunidade rural*, Coimbra: Palimage, 2010.

⁶ Para o estudo do processo sumário recorreu-se à obra de Álvares Pegas que reconstituiu três processos-crime instaurados na sequência do crime do Senhor Roubado da Igreja de Odivelas; Álvares Pegas interveio nesses processos na qualidade de advogado de defesa e como tal foi um observador privilegiado, não só descreveu com detalhe os passos fundamentais dos processos, como transcreveu grande parte dos autos: PEGAS, Manuel Álvares – *Tratado Histórico, e Jurídico sobre o Sacrilégio Furto, Execravel Sacrilégio que se fez em Parochial Igreja de Odivelas, Termo da Cidade de Lisboa, na noite de dez para onze do Mez de Mayo de 1671*. Madrid: oficina Roque de Miranda, 1678.

A marcha do processo

I. O Processo secular comum *ex officio*

A ação penal *ex officio* iniciava-se com a instauração de uma devassa, que mais não era do que uma inquirição geral que visava a obtenção de informações. Com origem, quer em denúncia, quer em “qualquer notícia ou informação”, as devassas tinham um limite: apenas ocorriam nos casos consignados na lei⁷. Encontravam-se previstas duas espécies: as gerais e as especiais, podendo ambas culminar na formação do corpo do delito⁸. Em que situações?

Em primeiro lugar, era necessário que das informações recolhidas nas devassas tivesse resultado a identificação de um determinado delito, bem como do seu presumível autor. Porém, da natureza dos crimes, decorria uma importante distinção doutrinal: ao lado do corpo do delito direto – que deixava vestígios, podendo formar-se para além dos testemunhos, por observação ocular – configurava-se o corpo do delito indireto, formado pelo exame das testemunhas, por conjeturas e presunções⁹. Com base no corpo do delito, procedia-se ao despacho de pronúncia e daí a importância que a doutrina dava à sua configuração, não sendo suprível nem com a confissão do réu¹⁰.

⁷ LEITÃO, Mateus Homem – *Do Direito Lusitano: dividido em três tratados: Agravos, Cartas de Seguro, Inquirições*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2009 (edição original em latim de 1645), p. 393. Quanto à admissibilidade das denúncias anónimas, ver FREIRE, Pascoal de Melo – *Instituições de Direito...*, cit., (156), p. 100-102; e Livro V, Títulos: 2 (blasfémia); 6 (lesa-majestade); 12 (moeda falsa); 13 (sodomia, bestialidade e molície), *Ordenações Filipinas*, Edição «fac-simile» da edição feita por Cândido Mendes de Almeida, Rio de Janeiro, 1870. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1985 (adiante designadas apenas por Ord. Fil.).

⁸ As devassas gerais visavam delitos incertos, mas crimes específicos e em alguns casos pessoas determinadas; as especiais visavam delitos certos, podendo o autor ser conhecido ou não (Ord. Fil., Livro I, Tit. 65, §31-33; §39-72). Ver LEITÃO, Mateus Homem – *Do Direito Lusitano...*, cit., p. 371-553.

⁹ Ver CABRAL, António Vanguerve – *Pratica Judicial...*, cit., p. 256-257; SOUSA, Joaquim José Caetano Pereira – *Primeiras Linhas...*, cit., p. 12; FREIRE, Pascoal de Melo – *Instituições de Direito Criminal...*, cit., (156), p. 96-97.

¹⁰ SOUSA, Joaquim José Caetano Pereira – *Primeiras Linhas...*, cit., p. 11; FERREIRA, Manuel Lopes – *Pratica Criminal...*, cit., Tomo II, p. 8; CABRAL, António Vanguerve – *Pratica Judicial...*, cit., p. 255-256.

No despacho de pronúncia, onde o suspeito era constituído réu no processo, decidia-se da prisão ou do livramento do réu pronunciado, sendo que esta última hipótese apenas ocorria nos casos de delitos “muito leves”¹¹. Diga-se, igualmente, que era neste momento, e se da pronúncia resultasse que o réu “merecesse ser preso”, que se procedia ao sequestro de bens, caso o delito estatuisse a pena de confisco¹².

Para lá das considerações relativas à prova que o despacho de pronúncia levanta, cabe aqui levantar três importantes questões, antes de passar à segunda fase do processo.

Quando podia o réu ser preso? A prisão antes da culpa formada, isto é, antes da pronúncia, era permitida em dois casos: em “flagrante delito” e em todos os delitos que “provados merecessem morte natural” (que eram muitos!). Atente-se, no entanto, que em ambos os casos se previam prazos curtos para o encarceramento sem culpa formada¹³. Se eram ou não cumpridos é outra questão¹⁴.

A prisão do réu era uma prática comum? Não sendo possível, por falta de dados, responder a esta questão, é importante referir que existiam diversas figuras que evitavam o encarceramento do réu, entre as quais cabe destacar as cartas de seguro¹⁵. Figura do direito pátrio que tinha uma aplicação vasta e que, *grosso modo*, evitava o encarceramento do réu, ficando este obrigado

¹¹ LEITÃO, Mateus Homem – *Do Direito Lusitano...*, cit., p. 393 e segs.; FREIRE, Pascoal de Melo – *Instituições de Direito Criminal...*, cit., p. 104-105.

¹² Ord. Fil., Livro V, Tit. 126, §11. Entre os crimes que previam a pena de confisco: Tit. 1 (heresia); Tit. 6 (lesa-majestade); Tit. 12 (moeda falsa); Tit. 13 (sodomia).

¹³ A expressão “flagrante delito” é usada por Pereira e Sousa, mas não deixa de ser *sui generis*, dado que a ordenação possibilita ao juiz se “parecer que são culpados” a prisão até seis pessoas – Ord. Fil., Livro I, Tit. 65, §37. Ver SOUSA, Joaquim José Caetano Pereira – *Primeiras Linhas...*, cit., p. 15. O outro caso a que se alude no texto resulta da lei da reforma da justiça de 6 de Dezembro de 1612, §14. Tanto o texto da lei como um comentário ao seu teor podem ser vistos em CABRAL, António Vanguerve – *Pratica Judicial...*, cit., p. 107-155.

¹⁴ António Manuel Hespanha refere que nos dados que analisou se encontram “não poucos casos de indivíduos detidos à ordem de qualquer entidade (...), sem qualquer acusação precisa”. Cf. HESPANHA, António Manuel – Da «Institia» à «Disciplina». *Separata do Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra*. Estudos em homenagem ao Prof. Doutor Eduardo Correia. Coimbra: s.n., 1986, p. 32.

¹⁵ Refira-se igualmente a homenagem e a fiança, Ord. Fil., Livro V, Tit. 120; Tit. 131. Ver FREIRE, Pascoal de Melo – *Instituições de Direito Criminal...*, cit., (156), p. 110-117; CABRAL, António Vanguerve – *Pratica Judicial...*, cit., p. 267.

a comparecer em juízo sob pena de ser preso se não o cumprisse¹⁶. A sua admissibilidade era tal que mesmo perante delitos de extrema gravidade era admitida¹⁷. A única exceção: o crime de lesa-majestade, assim o referia Mateus Homem Leitão, “nunca vi ou ouvi que são concedidas cartas de seguro, nem o uso admitiu”¹⁸.

A terceira pergunta prende-se com o momento da inquirição do réu. Quando era o réu inquirido e qual o objetivo dessa inquirição?

Não resulta claro o momento da inquirição do réu nem das ordenações, nem da doutrina¹⁹. Não tenho dúvidas que a inquirição poderia ocorrer ao longo de todo o processo, mas com efeitos distintos: durante a inquirição-devassa e até à pronúncia, a inquirição era considerada extrajudicial, sem valor probatório, por isso tinha que ser repetida logo após a pronúncia – se daí resultasse a prisão do réu –, ou após a acusação, já na fase probatória do processo²⁰.

Quanto ao objetivo dessa inquirição radicava na obtenção da confissão, à volta da qual “todo o mecanismo processual gira”²¹.

Na segunda fase do processo, que consistia no julgamento da causa, distinguem-se três partes: a fixação da lide, a fase probatória e a prolação da sentença.

A fixação da lide, isto é, a definição da questão judicial e da postura das partes no processo, resultava dos articulados admitidos. Iniciava-se com a apresentação da acusação ou libelo da justiça, devendo-se nela narrar

¹⁶ Ord. Fil., Livro V, Tit. 129. Sobre as cartas de seguro e a complexidade que revestiam, ver LEITÃO, Mateus Homem – *Do Direito Lusitano...*, cit., p. 213-368; FREIRE, Pascoal de Melo – *Instituições de Direito Criminal...*, cit., (156), p. 118-125.

¹⁷ Ord. Fil., Livro I, Tit. 7; §8.

¹⁸ LEITÃO, Mateus Homem – *Do Direito Lusitano...*, cit., p. 284.

¹⁹ Ord. Fil., Livro III, Tit. 32, pr.; §1 e 3. Ver CABRAL, António Vanguerve – *Prática Judicial...*, cit., p. 259; FREIRE, Pascoal de Melo – *Instituições de Direito Criminal...*, cit., (156), p. 132.

²⁰ Veja-se SOUSA, Joaquim José Caetano Pereira – *Primeiras Linhas...*, cit., p. 41; FREIRE, Pascoal de Melo – *Instituições de Direito Criminal...*, cit., (156), p. 131. Uma realidade similar em Castela é descrita por ALONSO ROMERO, María Paz – *El Proceso Penal en Castilla (Siglos XIII-XVIII)*. Salamanca: Universidad Salamanca, 1982, p. 209.

²¹ ALONSO ROMERO, María Paz – *El Proceso Penal...*, cit., p. 205 (tradução minha). Sobre o modo como o juiz devia atuar no interrogatório, ver FERREIRA, Manuel Lopes – *Prática Criminal...*, cit., Tomo II, p. 4-8.

o delito e suas circunstâncias, determinando-se o seu tempo e lugar²². Ainda antes de o réu responder ao libelo, apresentando a contrariedade, podia alegar exceções²³. Na contrariedade ou contestação do réu, objetavam-se diretamente os artigos da acusação; se aceite, era dado prazo ao réu (dilação) para nomear testemunhas para prova dos artigos apresentados²⁴.

Dava-se assim início à fase probatória. Para além da inquirição das testemunhas apresentadas pelo réu, tinha lugar nesta fase a reinquirição das testemunhas da justiça, dado que os depoimentos colhidos na devassa eram considerados extrajudiciais e por regra não constituíam prova. Quando ocorriam e como se processavam?

Não havia lugar à reinquirição em dois casos. Primeiro, quando o réu assinasse o “termo de judiciais” conferindo validade aos depoimentos²⁵. Em segundo lugar, quer o depoimento das testemunhas ausentes, quer o das testemunhas já falecidas, dada a impossibilidade de serem reinquiridas, tinham-se por judiciais²⁶.

Quanto ao modo como se processavam as inquirições é necessário distinguir dois momentos: o juramento e o depoimento²⁷. Ao juramento o réu assistia, devendo ser citado para esse fim, sob pena de nulidade; já a inquirição, propriamente dita, era secreta²⁸.

Findas as inquirições das testemunhas, o réu poderia, se entendesse, apresentar contraditas que visavam atacar a admissibilidade de determinadas

²² Ord. Fil., Livro V, Tit. 124, pr. Ver SOUSA, Joaquim José Caetano Pereira – *Primeiras Linhas...*, cit., p. 32.

²³ Ord. Fil., Livro V, Tit. 124, pr.; Livro III, Tit. 49, §2. As exceções dilatórias ou peremptórias estavam reguladas nas Ord. Fil., Livro 3, Tit. 49 e 50 e distinguiam-se conforme diferiam (entre estas, o incidente de suspeição do juiz, a incompetência do foro) ou extinguíam a ação (entre estas, a prescrição e o caso julgado).

²⁴ Ord. Fil., Livro V, Tit. 124, pr., §1 e 2; Livro III, Tit. 54; Tit. 55, §2 (número de testemunhas admitidas).

²⁵ Termo que era feito durante a dilação dada para a contrariedade. Ver Lei da reformação da justiça de 6 de Dezembro de 1612, §18. A este propósito veja-se Mateus Homem Leitão que referenciava alguns abusos por parte dos juizes que forçavam os réus a fazer o termo de judiciais. LEITÃO, Mateus Homem – *Do Direito Lusitano...*, cit., p. 551-552.

²⁶ Ord. Fil., Livro III, Tit. 62, §1. LEITÃO, Mateus Homem – *Do Direito Lusitano...*, cit., p. 553. Com uma opinião diferente, FREIRE, Pascoal de Melo – *Instituições de Direito Criminal...*, cit., (156), p. 129-130.

²⁷ As regras gerais relativas à inquirição das testemunhas encontram-se nas Ord. Fil., Livro I, Tit. 86.

²⁸ Ord. Fil., Livro III, Tit. 1, §13; Livro I, Tit. 86, pr.; e Livro III, Tit. 62, §1.

peessoas como testemunhas e não o teor do seu depoimento que, o réu, nessa data, desconhecia²⁹. Se fossem relevantes, o juiz assinava termo breve para que se procedesse à sua prova³⁰.

Finda a produção de prova, as inquirições eram abertas e publicadas, para que o réu alegasse de direito. Atente-se, no entanto, que tal apenas ocorria nos casos em que o réu estivesse preso, isto é, estando o réu livre ou seguro, “ser-lhe-ha dada vista do feito, com as inquirições e razões do acusador cerradas e selladas”³¹.

Nos delitos de sodomia, bestialidade e molície, o juiz – a seu arbítrio – poderia não só manter as inquirições cerradas e seladas, como ocultar o nome das testemunhas aos réus³².

Dando-se por encerrado o período probatório, o processo era concluso para que se aferisse do eventual uso do tormento ou para que se lavrasse sentença³³.

Acrescente-se que, ao longo de todo o processo, eram admitidos diversos recursos. Para além do incidente de suspeição do juiz, era admitido recurso de agravo de todas as decisões interlocutórias, nomeadamente, dos despachos de: pronúncia, tormento e recusa das contraditas; também a falta de juramento das testemunhas e a sentença final conheciam recurso de agravo. A apelação tinha necessariamente lugar nos feitos crime julgados em primeira instância³⁴.

²⁹ Ord. Fil., Livro V, Tit. 124, §4 e Livro III; Tit. 58, pr., §2 e 4 (número de testemunhas admitidas).

³⁰ SOUSA, Joaquim José Caetano Pereira – *Primeiras Linhas...*, cit., p. 40.

³¹ Ord. Fil., Livro V, Tit. 124, §5.

³² Ord. Fil., Livro V, Tit. 13, §7.

³³ Sobre a sentença e sua execução, veja-se SOUSA, Joaquim José Caetano Pereira – *Primeiras Linhas...*, cit., p. 48-58; FREIRE, Pascoal de Melo – “Instituições de Direito Criminal...”, cit., (156), p. 147-156.

³⁴ Sobre os recursos e as diferenças entre apelação e agravo, ver LEITÃO, Mateus Homem – *Do Direito Lusitano...*, cit., p. 5-212.

II. O processo sumário no foro secular

Melo Freire é quem, com mais detalhe, trata do processo sumário, que tal como referido não se encontra regulado nas Ordenações³⁵. Para o jurista, não se exigiam solenidades nesta forma de processo, mas devia obrigatoriamente constar: o corpo do delito, os depoimentos das testemunhas, o interrogatório do réu, suas respostas e tudo o mais que seja “exigido pelo direito natural para a defesa dos réus”. Acrescentava ainda que não se podiam omitir as “partes substanciais do processo”, isto é, a possibilidade de recurso, a contradita das testemunhas e o seu reexame³⁶. Seria assim?

Para que se possa responder a esta questão proponho-me, a partir da obra de Manuel Álvares Pegas relativa ao crime do Senhor Roubado, na Igreja de Odivelas, analisar os três processos-crime julgados na Casa da Suplicação, que o jurista reconstituiu, tendo neles intervindo na qualidade de advogado de defesa³⁷.

Na sequência do crime da Igreja paroquial de Odivelas ocorrido na noite de 10 para 11 de Maio de 1671, foi ordenada devassa para que “se fizesse nele toda a demonstração”³⁸.

Decorria a devassa, quando, a 25 de Junho, foi enviada para Lisboa carta provida do chantre da Sé da Guarda, dando conta que um João Rodrigues havia denunciado seu irmão, Manuel Mendes Soares, bem como quatro indivíduos residentes em Lisboa, a mando de quem Manuel Mendes Soares praticara o dito sacrilégio. Enviava-se carta com a denúncia.

³⁵ Não encontrei na doutrina nenhum autor que explicitasse com clareza como se estruturava o processo sumário; note-se que Melo Freire não indicava o que era o processo sumário, mas o que devia ser essa forma processual, no seu entender. Também Maria Paz Alonso fala de idêntica realidade para o caso de Castela; o seu estudo possui uma boa síntese para se entender a origem da forma sumária, ver ALONSO ROMERO, María Paz – *El Proceso Penal...*, cit., p. 287-315.

³⁶ FREIRE, Pascoal de Melo – *Instituições de Direito Criminal...*, cit., (156) p. 79-80 e 108-109.

³⁷ PEGAS, Manuel Álvares – *Tratado Historico...*, cit.. Chame-se a atenção para a obra de autoria de Jorge Martins, onde se trata os processos-crime referidos na reconstituição de Álvares Pegas – fonte usada pelo historiador – como se tivessem sido julgados no Tribunal da Fé. Trata-se de um erro, como se poderá ver no seguimento deste artigo (veja-se em especial a defesa de António Ferreira por Álvares Pegas). Martins, Jorge – *O senhor Roubado, a Inquisição e a Questão Judaica*. Póvoa de Santo Adrião: Europress, 2002.

³⁸ PEGAS, Manuel Álvares – *Tratado Historico...*, cit., p. 61 e 65.

Em 27 de Junho, o regedor das justiças e os demais juízes nomeados, ordenaram a prisão de todos os intervenientes, denunciante e denunciados, para que se fizessem as “perguntas convenientes”³⁹.

A 11 de Agosto em acórdão da Relação, os desembargadores decidiram que “para que na prisão não se dilatassem os presos mais de 10 dias (...) vistas “as testemunhas, & papéis juntos, perguntas,& mais diligências, não resulta culpa” contra os denunciados e ordena que saiam em liberdade. Quanto ao denunciante, João Rodrigues, mandam que os autos se façam sumários, com parecer do senhor regedor, e que “diga de feyto, & de direito em termo de cinco dias”⁴⁰. Nomeiam-lhe como defensor Álvares Pegas⁴¹.

Não cabe aqui tratar do conteúdo da defesa de Pegas, mas apenas chamar a atenção para dois aspetos. Primeiro, resulta da defesa que o advogado teve acesso aos autos e a todo o seu conteúdo. Segundo, que a defesa consistiu em alegações de facto e de direito. A 17 de Agosto foi proferida sentença, condenando-se o réu João Rodrigues, por jurar falso em juízo, “que pelas ruas públicas, & costumadas seja (...) publicamente açoitado com barão e pregão, & que vá degradado por tempo de dez anos para S.Thomé”. Na sentença é dado o prazo de 24 horas para que o réu deduzisse embargos. Foram rejeitados e a sentença executou-se⁴².

O segundo processo-crime contra Maria dos Santos é em tudo similar e também aqui o “feitiço se vira contra o feiticeiro”; Maria dos Santos denunciante, transforma-se em ré por falso testemunho. Como única diferença, a confissão da ré. O processo foi breve, apenas nove dias decorreram entre o acórdão que ordena os autos sumários e a sentença. Diga-se que esta é novamente exemplar, açoites e degredo por quatro anos para Castro Marim⁴³.

O terceiro processo-crime foi movido contra António Ferreira que veio a ser condenado pelo crime de furto e sacrilégio. António Ferreira foi preso e inquirido a 17 de Outubro de 1671, tendo-se encontrado uma cruz de prata

³⁹ Idem, p. 76.

⁴⁰ De acordo com as ordenações cabia ao regedor da Casa da Suplicação a decisão de “proceder sumariamente (...) vista a qualidade do caso, e prova, e todo bem considerado”, Ord. Fil., Livro I, Tit. 1, §16.

⁴¹ Idem, p. 76-77

⁴² Idem, p. 78-101.

⁴³ Idem, p. 103-117.

entre os seus pertences⁴⁴. Se primeiro afirmou que tinha acompanhado dois homens que desconhecia, veio mais tarde a negar a coautoria, confessando ter cometido o crime sozinho. Em 18 de Outubro havendo dúvidas se o réu devia ser posto a tormento “para descobrir cúmplices” foram nomeados mais juízes⁴⁵. No dia seguinte, mandou-se que os autos fossem conclusos para sentença, sem se fazerem diligências no tormento. Foi então ordenado que o processo se fizesse sumário e dada a prova existente foram concedidas 24 horas para defesa⁴⁶.

O acórdão de 19 de Outubro, que decidiu não dar tratos ao réu, viria a ser embargado quer pelo promotor da justiça, quer pelo procurador da corte; requereram estes – em embargos separados – que se desse tormento ao réu vista a impossibilidade de aquele ter cometido o crime sozinho, apontando-se uma série de diminuições na confissão do réu. A 12 de Novembro era emitido o acórdão relativo aos embargos, que decidia pela sua procedência parcial. Ordenava-se que o réu “seja metido a tormento em cabeça alhea para declarar os sócios, para o que se lhe dá três tratos espertos”⁴⁷.

António Ferreira acabaria por nomear alguns nomes no tormento, vindo porém a retratar-se na ratificação. Mas, dado que havia declarado o paradeiro das “meyas do menino jesus”, uma das suas diminuições, foram as diligências consideradas suficientes e dado o prazo de três dias, “visto o que mais acresceu” para alegações. Pegas alegou mais uma vez de facto e de direito, mas iniciou a sua defesa aduzindo a exceção do foro. No seu parecer o crime em causa não era *mixti fori*, sendo sim da competência do foro inquisitorial, dado que “resulta contra ele presunção de sentir mal contra nossa Fé Catholica”; acrescentava que, “não se deve considerar que he mais conveniente ser o reo castigado no foro secular” uma vez que o Santo Ofício “castiga com brandura”, não deixando, no entanto, de apontar

⁴⁴ No mesmo dia da inquirição foram ouvidos dois ourives que comprovaram que a cruz era pertença de um vaso que se encontrava na Igreja. Idem, p. 69.

⁴⁵ Os processos sumários eram vistos em Mesa, sendo esta constituída por seis desembargadores, porém, caso o regedor entendesse poderiam ser nomeados mais juízes. Ord. Fil., Livro 1, Tit. 1, §6 e 16.

⁴⁶ PEGAS, Manuel Álvares – *Tratado Historico...*, cit., p. 118-119.

⁴⁷ Idem, p. 120-132. Os embargos eram apenas procedentes quanto ao tormento, não quanto a outras diligências de prova que se requereram, como foi o caso da averiguação sobre os parentes do réu “porque pode ser herege” (embargo do procurador da corte, p. 129).

que no Tribunal da Fé “semelhantes delinquentes” são igualmente relaxados à justiça secular. De seguida, alegava-se sobre o mérito da causa, pedindo-se a condenação do réu em pena extraordinária, tendo em conta a idade (19 anos), confissão espontânea, “simplicidade, ignorancia, & bebedice”, factos que excluía o dolo⁴⁸.

A sentença foi proferida em 20 de Novembro de 1671, pouco mais de um mês havia passado sobre a data da prisão de António Ferreira. Em 23 de Novembro foram rejeitados os embargos interpostos pelo réu e no mesmo dia executou-se a sentença, onde se impunha: “havendo porém respeito a ser o reo hum homem rustico, bárbaro, de pouco juízo, o condenam somente, a que com barão, & pregão pelas ruas publicas, & costumadas seja arrastado, & levado à praça do rocio (...) onde lhe serão decepadas ambas as mãos, & queimadas à sua vista, & depois seu corpo será queimado, & feito por fogo pó, para que delle não haja memória, & o condenam (...) em perdimento, & confiscação de todos os seus bens”⁴⁹.

Ressalvando o carácter residual, bem como a exemplaridade da punição, dos crimes acima referidos, que conclusões se podem tirar⁵⁰?

Creio que resulta evidente que a forma sumária reduzia a formalidade ao mínimo em prol da celeridade, estabelecendo-se os prazos ao arbítrio do juiz. Não só se condensa numa só fase o inquérito e a acusação, daí resultando que o despacho de pronúncia e o libelo da justiça surjam fundidos num só ato formal, como, não existindo verdadeiramente uma etapa de fixação da lide – não se inferindo qualquer sinal de contraditório – também a prova se produz nessa grande fase, sendo legítimo perguntar se havia lugar ao reexame das testemunhas e a contraditas.

Quanto ao reexame das testemunhas, a sua inexistência é manifesta, dado que a fase probatória não tem autonomia; o que não quer necessariamente dizer que o réu não pudesse ser citado para o juramento das testemunhas. É certo que a defesa do réu era extensa e com fundamentos de facto e de direito, e que a prova da justiça era “aberta e publicada”, sendo a sentença recorável; porém, não só se condensam num só ato os vários passos que

⁴⁸ Idem, p. 133-167.

⁴⁹ Idem, p. 171.

⁵⁰ Para um estudo sobre a litigiosidade na Idade Moderna, ver HESPAÑHA, António Manuel – Da «Institia» à «Disciplina»..., *cit.*

aquela revestia na forma comum – dedução de exceções, contrariedade e alegações de direito – como resulta claro que a fase probatória já tinha terminado, não se vendo como poderia o réu apresentar prova para defesa ou contraditas. A fazê-lo, teria que ser antes do despacho que faz os autos sumários, em condições que não se conseguem apurar.

III. A marcha do processo inquisitorial

O juízo inquisitorial iniciava-se com origem em denúncia, não sendo admitido o anonimato. Esta é a regra, mas, como era usual, tinha exceção: salvo se parecesse “que convém ao serviço de Deus”⁵¹.

Iniciava-se assim uma primeira fase de inquérito, em que os depoimentos eram tomados, podendo igualmente ocorrer outras diligências conforme o delito em causa⁵². As denúncias e demais diligências, juntamente com o requerimento do promotor, a quem cabia promover o processo por parte da justiça, eram remetidas à Mesa, para que, sendo caso, se decretasse a prisão do denunciado e consequente confisco de bens, caso este tivesse lugar⁵³.

Cabe aqui perguntar se, à semelhança do processo secular, existia corpo do delito no foro inquisitorial? Poderia existir, mas não lhe era dada igual relevância, dado que a confissão supria a sua falta, prática não admissível no foro secular⁵⁴.

⁵¹ Sobre as denúncias, seus requisitos formais e a forma como se deviam registar, ver Livro II, Tit. 3; *Regimento do Santo Officio da Inquisição, dos Reynos de Portugal*. Lisboa: Manoel da Silva, 1640 (adiante designado apenas por Reg.).

⁵² Os delitos em que se exigiam outras diligências eram: a solicitação (informações sobre o crédito dos denunciantes), bigamia (verificação da existência de ambos os matrimónios, por meio de certidões ou testemunhas) as denunciações de “palavras ou feitos duvidosos” (deveriam ser qualificadas), Reg., Livro II, Tit. 2, §8; Tit. 3, §4, 10, 11.

⁵³ Reg., Livro I, Tit. 6, §18; Livro II, Tit. 4, §1, 7. O breve de 1681, que permitiu o reinício da atividade processual da Inquisição, suspensa pelo papa desde 1674, mandou que o confisco passasse a ocorrer após a sentença, ver MARCOCCI, Giuseppe; PAIVA, José Pedro – *História da Inquisição Portuguesa 1536-1821*. Lisboa: Esfera dos Livros, 2013, p. 240.

⁵⁴ Vejam-se os comentários do inquisidor Portocarrero sobre o corpo do delito em FEITLER, Bruno – Da ‘Prova’ como objeto de análise da praxis Inquisitorial: o Problema dos Testemunhos Singulares no Santo Ofício Português in FONSECA, Ricardo e LEITE, Airton (ed.) – *História do Direito em Perspetiva*. Curitiba: Juruá Editora, 2008, p. 306.

De seguida, tinham lugar as sessões de interrogatório do réu (de genealogia, *in genere e in specie*) sendo o réu admoestado antes de cada sessão para que confessasse as culpas que tinha, mas que lhe não eram declaradas⁵⁵.

A segunda fase do processo era semelhante ao processo comum, na sua formalidade, entenda-se. Ao libelo acusatório, apresentado pelo promotor, seguia-se a resposta do réu e indicação de prova; em seguida, procedia-se à publicação da prova da justiça, podendo o réu em resposta apresentar contraditas. Se estas fossem aceites, cabia ao réu nomear testemunhas para que se procedesse à sua inquirição; colhidos os depoimentos das testemunhas nomeadas, o processo era concluso para despacho, onde se decidia, consoante a prova existente, pelo uso do tormento; ou, se proferia o assento final⁵⁶.

Vejam-se as diferenças. Em primeiro lugar, a mais relevante, habitualmente designada por segredo processual: a ocultação ao réu dos nomes das testemunhas, bem como das circunstâncias de tempo e lugar do delito (indicadas no foro secular, logo no libelo acusatório). Sendo assim, a apresentação das contraditas, em que se impugnava o crédito das testemunhas, tinha à partida uma limitação que a tornava de facto num “jogo de adivinhação”, uma vez que a sua aceitação pela Mesa estava dependente de o réu acertar na identificação correta das testemunhas⁵⁷.

A segunda diferença radica no conteúdo e extensão da defesa. No foro inquisitorial não se podiam apresentar exceções, salvo o incidente de suspeição de ministros e oficiais do Santo Ofício, nem alegar o que apenas servisse para “embaraçar e dilatar” o processo; tão pouco, as alegações de direito se encontravam previstas⁵⁸. Acresce que, até 1681, não eram admitidas testemunhas cristãs-novas, salvo “se não possam [os artigos]

⁵⁵ Sobre o modo como deveriam decorrer estas sessões, Reg. Livro II, Tit. 6. Existem igualmente inúmeros livros contendo formulários sobre a matéria, estipulando-se para cada delito as perguntas tipo, consoante a sessão em causa; ver, entre outros, o livro de formulários mandado fazer por D. Francisco de Castro, Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT)/Conselho Geral do Santo Ofício (CGSO), Livro 163.

⁵⁶ Todos estes passos encontram-se regulados no Livro II do Regimento.

⁵⁷ Podia no caso de recusa das contraditas ou da aceitação de poucos artigos ser decretada a realização de diligências oficiosas; estas tinham, porém, carácter residual. Veja-se o Reg., Livro II, Tit. 10, §12.

⁵⁸ Reg., Livro I, Tit. 9, §4; Livro II, Tit. 8, §9 e Tit. 10, §2 (igualmente sobre o número de testemunhas, mais reduzido que no foro secular).

provar por outras”⁵⁹. Em prol do réu, previa-se a repetição da defesa, caso esta fosse considerada insuficiente, bem como a realização de diligências *ex officio* para prova de contraditas aceites, se o réu não houvesse nomeado testemunhas⁶⁰.

Em terceiro lugar, a reinquirição das testemunhas. Embora estivesse prevista essa possibilidade no Regimento de 1640, no caso de dúvidas relativas ao crédito das testemunhas, sabe-se que na generalidade dos casos tal não era praticado⁶¹. No entanto, após o breve de 1681, a repregunta das testemunhas passou a ser obrigatória, passando a ser feita em trâmites até mais amplos do que no processo secular, dado que não se encontrava previsto que, por termo, o réu pudesse tornar as testemunhas judiciais⁶².

Acrescente-se, por último, que era admitido recurso por parte do réu de todos os despachos e sentenças “que tiverem dano irreparável ou força definitiva”, como era o caso do não recebimento da defesa e das contraditas, e da sentença do tormento; excluía-se expressamente a possibilidade de recorrer da sentença final⁶³.

Da Prova

É através do sistema legal de provas do processo inquisitivo que se conhecem as provas admissíveis e a forma como eram valoradas. Ora, esse sistema resultante do labor dos doutores do direito comum foi acolhido nos dois foros de que aqui se trata⁶⁴.

⁵⁹ Reg., Livro I, Tit. 9, §5; Livro II, Tit. 10, §2. Sobre o breve, ver MARCOCCI, Giuseppe; PAIVA, José Pedro – *História da Inquisição Portuguesa...*, cit., p. 240.

⁶⁰ Reg., Livro II, Tit. 11, §5; Tit. 10, §11.

⁶¹ Reg., Livro II, Tit. 11, §3. Veja-se a este propósito a defesa desta prática por D. Francisco de Castro, na carta enviada a Felipe II em 24 de Maio de 1632 em resposta às queixas dos cristãos-novos, ANNT/CGSO, Livro 235, fl. 56.

⁶² Tal como no foro secular os depoimentos dos defuntos e ausentes eram considerados judiciais, segundo estilo do Conselho Geral. Ver ANTT/CGSO, Livro 289, fl. 171. Sobre o breve de 1681, MARCOCCI, Giuseppe; PAIVA, José Pedro – *História da Inquisição...*, cit., p. 240.

⁶³ Reg. Livro II, Tit. 21.

⁶⁴ Ord. Fil., Livro III, Tit. 52. Pode ver-se uma descrição do sistema usado no Tribunal da Fé, de autoria de Bartolomeu de Monteagudo em ANTT/CGSO, Livro 467 (não numerado).

O sistema estava construído segundo uma classificação que distinguia a prova em graus: provas plenas, provas semiplenas e indícios. Entre as provas plenas temos a confissão e o duplo testemunho concordante de testemunhas legais. As provas semiplenas englobavam o testemunho singular, a fuga e a má fama. Os indícios, podendo ser veementes ou leves, eram de diversa ordem, como inimizade, ameaças, rumores, entre outros. A partir desta formulação, procedia-se a uma verdadeira “contabilização” das provas: duas provas semiplenas formavam uma prova plena; os indícios, sendo tabelados em um quarto ou um oitavo de prova, poderiam somar-se a outras provas perfazendo-se uma prova plena⁶⁵.

A mais reiterada crítica feita contra o Tribunal da Fé português, prendeu-se com as condenações com base em testemunhos singulares. Apesar do Regimento estipular que em regra não se poderia prender (ou condenar) com base em testemunhos singulares, na verdade, para além das exceções previstas no próprio Regimento, recorria-se à condenação, quer com base na distinção da singularidade, quer com o recurso à soma de diversos testemunhos⁶⁶.

No foro secular, embora fossem admitidos, tinham claramente um carácter excecional. O testemunho singular fazia prova no crime que punia as mulheres barregãs dos religiosos, sendo a acumulação de dois testemunhos singulares prova suficiente nos crimes de sodomia, bestialidade e molície⁶⁷.

Outro ponto essencial prende-se com as testemunhas inábeis, isto é, as que não poderiam ser aceites, podendo a sua admissibilidade ser impugnada em sede de contraditas.

No foro inquisitorial apenas a inimizade era motivo de exclusão; as restantes testemunhas ditas inábeis eram admitidas, embora se considerassem diminuídas no seu crédito; defeito suprido pela sua acumulação

⁶⁵ GILISSEN, John – *Introdução Histórica ao Direito*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2008 (edição original é de 1979), p. 178.

⁶⁶ Reg. Livro II, Tit. 4, §4. Sobre a singularidade e as críticas ao uso dos testemunhos singulares, ver LÓPEZ-SALAZAR CODES, Ana Isabel – “Che si riduca al modo di procedere do Castiglia”. El debate sobre el Procedimiento Inquisitorial Portugués en Tiempos de los Austrias. *Hispania Sacra* LIX. 119 (2007) 243-268; FEITLER, Bruno – Da ‘Prova’ como objecto de..., *cit.*. Quanto à soma dos testemunhos vejam-se as regras detalhadas expostas por Bartolomeu de Monteagudo, ANTT/CGSO, Livro 467 (não numerado).

⁶⁷ Ord. Fil., Liv. 5, Tit. 30, pr.; Tit. 13, §7.

que, embora tivesse regras, possuía toda uma aritmética muitas vezes difícil de alcançar⁶⁸. Refira-se, no entanto, que o testemunho dado por parente (e quanto mais próximo mais eficaz) supria os defeitos das testemunhas (na totalidade ou parcialmente), quer da singularidade quer da inabilidade⁶⁹.

Neste último ponto, o foro secular afastava-se diametralmente do Santo Ofício, uma vez que os parentes eram considerados testemunhas inábeis. Igualmente inábeis eram os escravos, os judeus e mouros em querelas entre cristãos, os desassissados, os menores de catorze anos, o inimigo capital e os presos por crimes graves, mas, diga-se que a própria ordenação que consagrava tão amplo conceito de inábil excecionava praticamente caso por caso essa mesma regra em determinadas situações⁷⁰. Existem, porém, dois casos em que as testemunhas inábeis eram expressamente admitidas⁷¹. O primeiro, no crime de lesa-majestade; o segundo, na aleivosia, “maldade cometida atraçoeiramente sob mostrança de amizade” diz a Ordenação; ora, esta descrição não configura propriamente um crime, mas sim uma conduta agravante que se poderia verificar em determinados delitos. A aplicar-se esta disposição, estava aberta a porta a uma larga admissão de testemunhos inábeis⁷².

É com base nesse sistema tabelado de provas que assentavam as decisões fulcrais do processo, como sejam a prisão do réu, a sentença de tormento e a decisão final.

Quanto ao encarceramento, creio que os dois foros não diferiam grandemente. Apesar de o Regimento indicar a necessidade de existência de prova “que razoavelmente pareça bastante para se proceder por ela a condenação”, sabe-se que na prática tal não acontecia⁷³. Na justiça secular a prisão do réu

⁶⁸ Entre as inabilidades, refira-se a má fama, a infâmia, a excomunhão, a cumplicidade, a menoridade, entre outras apontadas por Bartolomeu de Monteagudo, ANTT/CGSO, Livro 467 (não numerado).

⁶⁹ ANTT/CGSO, Livro 467 (não numerado) e Reg. Livro II, Tit. 4, §4.

⁷⁰ Ord. Fil. Liv. III, Tit. 56.

⁷¹ Ord. Fil. Liv. V, Tit. 6, §29; Tit. 37, §3.

⁷² Ord. Fil., Liv. V, Tit. 37, pr.

⁷³ Reg. Livro II, Tit. 4, §4 e 5. Veja-se o que se diz mais à frente sobre o juízo de inocência ou condenação na decisão final.

era deixada ao arbítrio do juiz, bastando “uma prova menor do que para condenar (...) e, segundo muitos bastam conjecturas e presunções”⁷⁴.

O uso do tormento visava a obtenção da confissão, a prova plena que em ambos os processos se almejava. Excecionalmente era usado *in caput alienum*, isto é, visando a delação de cúmplices (foi o caso de António Ferreira)⁷⁵. As regras a que obedecia encontravam-se maioritariamente e em ambos os foros, não na legislação, mas na doutrina dos doutores do direito comum, sendo por isso em tudo similares, quanto à fase em que ocorria – final da fase probatória –, pessoas excluídas, atos formais a ela associados, possibilidade de repetição, tipo de tormento, etc.⁷⁶; e, no que é mais importante, os casos em que ocorria, um equilíbrio difícil de aferir entre a existência de indícios suficientes para pôr a tormento e a inexistência de prova bastante para condenar, tendo a contabilização das provas novamente um papel essencial⁷⁷.

Importa ressaltar, no entanto, que a prática efetiva do tormento no foro secular esteve, pelo que se conhece, longe das cifras conhecidas para o Tribunal da Fé⁷⁸.

Relativamente à decisão final, importa questionar se existia um juízo de inocência ou de culpabilidade. Creio que não. Na verdade, “entre a inocência e a culpabilidade havia um estado intermédio a que se podia

⁷⁴ Ord. Fil., Livro V, Tit. 117, §12. LEITÃO, Mateus Homem – *Do Direito Lusitano...*, cit., p. 217.

⁷⁵ Reg., Livro II, Tit. 14, §13.

⁷⁶ No foro secular veja-se: Ord. Fil., Livro V, Tit. 133 e FERREIRA, Manuel Lopes – *Prática...*, cit., Tomo III, p. 89-111; CABRAL, António Vanguerve – *Prática Judicial...*, cit., p. 337; Na inquisição: Reg. Livro II, Tit. 14; ANTT/CGSO, Livro 467 (não numerado); PEREIRA, Isaías da Rosa – *Documentos para a História da Inquisição em Portugal. Cartório Dominicano Português fasc. 18*. Porto: Arquivo Histórico Dominicano Português, 1984, p. 109-112. Veja-se a síntese de MARCOCCI, Giuseppe; PAIVA, José Pedro – *História da Inquisição...*, cit., p. 200.

⁷⁷ Pode ver-se uma correspondência entre a prova existente e o tipo e grau de tormento em ANTT/CGSO, Livro 467 (não numerado).

⁷⁸ Assento da Casa da Suplicação de 1661 que restringe o uso do tormento aos crimes com pena de morte natural, Ord. Fil. Livro V, Tit. 133, nota; embora não existam dados para o uso do tormento em Portugal no foro secular, tudo indica que teve um carácter residual, FERREIRA, Manuel Lopes – *Prática...*, cit., tomo I, p. 11; ver igualmente, HESPANHA, António Manuel – *Da «Institia» à «Disciplina»...*, cit.. Na Inquisição veja-se os números apresentados em MARCOCCI, Giuseppe; PAIVA, José Pedro – *História da Inquisição...*, cit., p. 200.

chegar, por presunções, por difamação (...), por uma prova incompleta (...) no qual o réu não é considerado nem culpado nem inocente, senão possível culpado” e onde, por conseguinte, não era aplicada a pena ordinária, mas as extraordinárias, onde pontuavam a abjuração e as penas espirituais; daí que as absolvições fossem raras⁷⁹.

No foro secular muito dificilmente se consegue aferir dessa realidade, sobretudo perceptível na análise de processos concretos. Cabe dizer, no entanto, que no crime de sodomia esse “meio juízo” era previsto⁸⁰.

Conclusão

A comparação efetuada entre os dois foros, embora deixando de lado um grande número de questões atinentes ao processo, permite que se faça uma reflexão sobre a natureza do processo inquisitorial, no quadro do direito penal do Antigo Regime em Portugal.

Creio que resulta claro que os institutos, figuras e mecanismos jurídicos usados nos dois foros são similares, dado que o seu substrato teórico é o mesmo, a cultura jurídica do direito comum. A existência desta cultura jurídica, combinação de direito romano e de direito canónico, deve ser realçada, pois só nesse âmbito é possível compreender como foi um importante auxiliar de interpretação e integração das normas jurídicas, mas igualmente um limite fundamental ao arbítrio judicial, tanto no foro secular como no inquisitorial⁸¹.

O processo inquisitorial, embora seguindo a estrutura formal do processo ordinário secular, e nisso se afasta consideravelmente da forma sumária,

⁷⁹ ALONSO ROMERO, María Paz – *El Proceso Penal...*, cit., p. 21, no sentido desta ser uma das características mais evidentes do sistema processual vigente em Castela na Idade Moderna. Quanto à raridade das absolvições, MARCOCCI, Giuseppe; PAIVA, José Pedro – *História da Inquisição...*, cit., p. 361.

⁸⁰ Ord. Fil., Livro 5, Tit. 13, §6.

⁸¹ Também a colegialidade das decisões e a sua fiscalização constituíam um importante e significativo limite ao arbítrio dos juizes. Veja-se que no processo inquisitorial e com mais expressividade no processo sumário secular, não só as decisões eram colegiais, como existiam mecanismos de fiscalização das decisões; no foro secular através de uma ampla gama de recursos admissíveis; no foro inquisitorial, sobretudo através da vigilância efetuada pelo Conselho Geral sobre a atividade dos Tribunais Distritais.

partilha com esta algumas características, onde a diminuição do contraditório e o carácter acentuadamente inquisitivo pontuam, sem, no entanto, ter o habitual corolário da sumariedade, a celeridade⁸².

No âmbito da prova, o Tribunal da Fé e o foro secular partilham o mesmo “quadro mental”, mas a norma excecional do foro secular, transforma-se em regra no foro inquisitorial. Nem sempre expressamente, como é o caso dos testemunhos singulares, mas através de exceções e de formulações indeterminadas. Esta aglutinação no processo inquisitorial de um conjunto de regras previstas no foro secular a título sobretudo excecional, explica-se por a heresia ter sido configurada como crime de lesa-majestade divina, à imagem e semelhança da lesa-majestade humana, paralelismo que se deteta amiúde na doutrina e igualmente numa particularidade: apenas nesses dois delitos “atrocíssimos”, os defuntos podiam ser processados⁸³.

Mas existem algumas particularidades no processo inquisitorial. A primeira, o segredo. Não só enquanto ocultação do nome das testemunhas e das circunstâncias do delito, mas sobretudo enquanto cultura. Existia uma cultura de segredo, que não tinha paralelo no foro secular e que se encontra bem espelhada no Regimento “não há cousa em que o segredo não seja necessário”⁸⁴. As reais consequências dessa cultura na marcha processual e, sobretudo, no que toca às normas previstas no Regimento em prol do réu, não são possíveis de alcançar sem um estudo apurado dos processos que confronte a norma com a prática.

A segunda prende-se com os efeitos da confissão. Se na justiça secular a confissão levava à condenação e à aplicação da pena ordinária (se bem que poderia ser atenuada, dado o estatuto de confitente), no processo

⁸² Em idêntico sentido, no que toca ao predomínio da orientação inquisitiva sobre a acusatória, configurando uma bipartição processual atenuada, ver VALIENTE, Tomás – Relaciones de la Inquisición con el aparato institucional del Estado in *Gobierno e instituciones en la España del Antiguo Regime*. Madrid: Alianza Editorial, 1982, p. 13-35. O facto de se tratar de um processo formal e moroso, não permite a sua caracterização como um processo sumário, opinião sufragada por Pérez Martín para o caso espanhol, ver PÉREZ MARTÍN, Antonio – La doctrina jurídica y el proceso inquisitorial in ESCUDERO, Antón (coord.) – *Perfiles jurídicos de la inquisición española*. Madrid: 1989, p. 279-321.

⁸³ Bula *Vergentis in senium* de Inocêncio III (1199). Ord. Fil., Livro V, Tit. 6, §11. Reg., Tit. 18.

⁸⁴ Reg. Livro I, Tit. 1, §7.

inquisitorial, a confissão é valorada de forma positiva e em favor do réu, levando à aplicação de penas extraordinárias. Quanto mais cedo na marcha processual o réu confessasse, mais leve seria o castigo; era, sem dúvida, a essa particularidade que se referia Manuel Álvares Pegas ao dizer que a Inquisição “castiga com brandura”, dado que António Ferreira era confitente⁸⁵. Note-se, no entanto, que este regime mais benigno tinha o seu reverso da medalha na relapsia, duramente castigada pela Inquisição com as “mais graves penas”⁸⁶.

Era o processo inquisitorial de natureza excecional? Se a excecionalidade, enquanto desvio à regra geral, se aferir em relação ao processo secular comum, então a resposta é claramente afirmativa. Contudo, não se pode esquecer que no processo penal do Antigo Regime, o processo inquisitorial não era o único com essa natureza e a exceção, por paradoxal que seja, era recorrente.

⁸⁵ PEGAS, Manuel Álvares – *Tratado Historico ...*, cit., p. 141. Particularidade já apontada em MARCOCCI, Giuseppe; PAIVA, José Pedro – *História da Inquisição...*, cit., p. 199.

⁸⁶ Reg., Livro III, Tit. 6, §2.

Utopia e Profetismo no Século das Luzes

D. José (1761-1788), Príncipe do Brasil, Imperador do Mundo*

Ana Isabel Buescu

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da UNL/ CHAM

anabuescu@netcabo.pt

Texto recebido em /Text submitted on: 22/02/2013

Texto aprovado em /Text approved on: 31/07/2013

Resumo/Abstract:

Tendo por base um manuscrito da Biblioteca da Ajuda, oferecido a D. José, Príncipe do Brasil, este texto procura evidenciar como a “constelação mítica” das origens de Portugal e do seu destino imperial, em que o milagre de Ourique e o Juramento de Afonso Henriques têm um lugar central, estão ainda presentes na cultura política no século das Luzes. Em gestação desde pelo menos o século XV, tal construção ideológica culminaria no século XVII na utopia, messiânica e profética, do Quinto Império. Caberia à nação portuguesa, escolhida por Deus nos campos de Ourique para espalhar universalmente a fé, erguer um império cristão onde a paz e a concórdia reinariam. Dedicada a um príncipe então destinado a ser rei de Portugal não é, portanto, uma concepção insólita ou excepcional: antes continua a veicular, no “racional” século XVIII, uma memória nacional ancorada no mito fundador. Mais: como veremos, o século XVIII ajudou activamente a transmitir o edifício mítico das origens ao século XIX, até à polémica em que pontificou Alexandre Herculano.

This essay is based on a late seventeenth manuscript, the *Fidelidade Portuguesa*, which can be found at the Biblioteca da Ajuda. It was intended to be offered to the then heir to the Portuguese throne, Prince José. The main objective of this text is to stress how the “mythical constellation” of the origins of the Portuguese monarchy (the miraculous “appearance” of Christ to the first king at the battlefield against the Moors and the “Oath” of Afonso Henriques) and its future imperial destiny as the Christian Fifth Empire are still central in the political and historical discourse in the Enlightenment. Based upon some medieval legends, the “miracle” of the appearance of Christ evolved and became, during the sixteenth century, fully integrated in the political discourse of the Portuguese Crown. Finally, in the context of the loss of independence to Spain in 1580, this mythical discourse became a messianic believe, where the future Christian Fifth Empire with spiritual and temporal power, set to take its place in a new era, would become a reality with the Portuguese monarchy. Dedicated to the prince who would (but didn’t) become king, we can conclude that this ideological perspective is not exceptional, but the vehicle of a persistent ideological believe in the rational eighteenth century. And more: it was, decisively, the eighteenth century, as this manuscript abundantly shows, that transmitted this myth of origins to the nineteenth century, when it was the object of the debate in which the great Portuguese historian Alexandre Herculano actively participated.

Palavras chave/Keywords:

Príncipe D. José; Ourique; Quinto-Império; Século das Luzes.

Prince D. José; Ourique; Fifth Empire; Enlightenment.

* Texto inédito, reformulado, da comunicação apresentada ao Colóquio *A Imagética de uma Nova Humanidade – representações identitárias no tempo e no espaço* (FLUL, 2009).

Ao P. João Francisco Marques

*“Será de Portugal o Imperio do Mundo, e ao seu Solio tributarão os mayores Monarcas, e Lisboa será coroada cabeça do Universo”*¹

1. Um códice setecentista da Biblioteca da Ajuda – autoria e destinatário

Nos fundos da Biblioteca da Ajuda, que incorpora muito daquilo que foi a antiga biblioteca dos reis de Portugal, o título de um códice do século XVIII chamou a nossa atenção: *Fidelidade Portuguesa às vozes de Jesus Christo. Misterioza Sucesão de seos Monarcas, desempenhada no Senhor D. Joze Francisco Xavier de Paula Antonio Domingos Agostinho Anastacio, Principe do Brazil, Futuro Imperador Maximo*². Trata-se de um volume *in folio* de 260 folhas, encadernado, com um número muito apreciável de ilustrações aquareladas, em bom estado de conservação e envolto numa já puída capa de seda rosa. O códice não ostenta qualquer data.

O seu destinatário era o príncipe D. José (1761-1788), filho primogénito da rainha D. Maria I e de D. Pedro III, e neto do rei D. José, figura hoje pouco conhecida, mas que, pela sua condição de filho varão mais velho, estava destinado a ser rei. O seu título de Príncipe do Brasil remetia, aliás, para a sua condição de herdeiro do trono, pois fora “[...] *estabelecido pelo Senhor Rey D. João 4º para os primogénitos dos reaes successores da Coroa Luzitana*”³. Nascido em 1761 na “Real Barraca” da Ajuda, o príncipe D. José recebeu o nome do avô materno e uma cuidada educação, determinada pelo seu régio avô mas traçada pela mão de Pombal⁴ em que

¹ *Fidelidade Portuguesa*..., fol. 207. V. nota seguinte.

² Biblioteca da Ajuda (Lisboa), 49-XI-17.

³ BA, 49-XI-17, fol. 198. Título criado por D. João IV em 1645, a favor de seu filho primogénito, D. Teodósio. O príncipe D. José foi também príncipe da Beira (2º), título criado em 1734 por D. João V a favor da futura D. Maria I.

⁴ Biblioteca Pública de Évora, cod. 592-14, “Decreto sobre a educação e instrução do Príncipe D. José” (cópia). Maria Beatriz Nizza da Silva estuda uma outra cópia deste decreto do rei D. José I, de 7 de Dezembro de 1768, sobre a educação a ministrar ao seu neto, presuntivo futuro herdeiro da coroa portuguesa, em A educação de um príncipe no período

pontificaram o matemático Miguel Franzini⁵ e o prestigiado homem da Igreja e de letras, Frei Manuel do Cenáculo Villas-Boas, também seu confessor, um dos expoentes da cultura das Luzes em Portugal⁶.

A educação recebida parece ter dado frutos, sendo D. José considerado, em vida, um homem dado às coisas do mundo da cultura, atento à política e às ideias, prometendo tornar-se um rei esclarecido. A moderna historiografia, que pouco tem olhado para esta figura, recolheu e tendeu a confirmar a imagem legada do príncipe do Brasil –, o único estudo sobre o príncipe, publicado em 1989 por ocasião do segundo centenário da sua morte, intitula-se *Um príncipe iluminado português: D. José (1761-1788)*⁷. Casado com a sua tia materna, a infanta D. Maria Francisca Benedita em 1777, poucos dias antes da morte do rei D. José, casamento do qual não houve filhos, o príncipe do Brasil veio a falecer, de varíola, aos 28 anos de idade, a 11 de Setembro de 1788, em Lisboa. Com a sua morte, foi o seu irmão, o infante D. João (n. 1767), quem herdou o título de príncipe do Brasil e veio a ser rei de Portugal. Morrendo prematuramente e não cumprindo, afinal, o seu régio destino, a figura de D. José, sobre cujos ombros pendiam grandes expectativas⁸ e cuja morte foi muito chorada⁹, viu-se progressivamente envolta em obscuridade, caindo praticamente no esquecimento.

pombalino. *Revista de História das Ideias*, vol. IV, *O Marquês de Pombal e o seu Tempo*, tomo I (1982-83) 377-383.

⁵ Também mestre de matemática do filho de Pombal, D. José Francisco.

⁶ Sobre Cenáculo, v., entre vários outros estudos, os de MARCADÉ, Jacques – *Frei Manuel do Cenáculo Villas Boas. Évêque de Beja, Archevêque d'Évora /1770-1814*. Paris: Centro Cultural Português, 1978; VAZ, Francisco A. Lourenço e CALIXTO, José António – *Frei Manuel do Cenáculo construtor de bibliotecas*. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2006.

⁷ FERRO, João Pedro – *Um príncipe iluminado português: D. José (1761-1788)*. Lisboa: Lucifer Edições, 1989.

⁸ Num quadro de incerteza política, em que se destaca o processo que conduz à queda de Pombal e consequente viragem política (a “Viradeira”) e a fragilidade psíquica da rainha D. Maria, sua mãe. V. RAMOS, Luís de Oliveira – *D. Maria I*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2007; BOLÉO, Luísa de Paiva – *D. Maria I. A rainha Louca*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2009.

⁹ V. a abundante lista de publicações e elogios fúnebres editados aquando do seu passamento, em *No 2º Centenário da Morte do Príncipe D. José (1761-1788)*. Exposição organizada pela Sociedade Portuguesa de Estudos do Século XVIII, em colaboração com o Palácio de Queluz e o Grémio Rebeldia, Palácio de Queluz, Dezº 1988-Fevº de 1989. Lisboa, 1988, 82-95.

É, pois, a este príncipe que é dirigida a *Fidelidade Portuguesa*...¹⁰, longo e cuidado manuscrito de 260 fólhos, que não apresenta indicação explícita de autoria nem data. Sem podermos atribuir-lhe uma data exacta, é possível situá-la entre 1777, ano da subida ao trono de D. Maria I, que figura no manuscrito na sua condição de rainha de Portugal – e 1788, ano da morte do príncipe do Brasil, a quem a obra é dirigida. Quanto à autoria, não constando embora no texto, ela é comprovada num outro documento existente na mesma Biblioteca, que ajuda ainda a esclarecer de que forma o manuscrito foi incorporado na biblioteca régia portuguesa¹¹.

A 5 de Fevereiro de 1836 um certo Manuel António da Costa de Lima endereçava uma carta à rainha D. Maria II, que se iniciava nestes termos:

“Senhora

Hum benemerito Parente meu, o Beneficiado Nicolao Joze Barbosa, natural da Villa de Vianna do Minho, dotado de varias habilidades nas Artes Liberaes, tendo composto curiozamente varias Obras scientificas, que levarão descaminho, deixou-me em Legado, entre outros, este precioso e singular Livro original, intitulado = Fidelidade Portuguesa, o qual elle intentava dedicar ao Excelso e Grande Principe o Senhor D. José Segundo, de Saudosa Memoria, Augusto Tio de Vossa Magestade Fidelissima”¹².

O destaque com que o manuscrito da *Fidelidade Portuguesa*, um legado que lhe ficara do seu falecido parente, surgia na carta de Manuel da Costa de Lima, fazendo dele oferta à rainha, é justificado pela finalidade da

¹⁰ Numa miscelânea da BNP de opúsculos de início do século XIX, o nº 3 intitula-se *Origem da Fidelidade Portuguesa*, Lisboa: Impressão Régia, 1811, que consultámos em virtude da proximidade com o título do manuscrito da Biblioteca da Ajuda. Claramente inserido, em termos de conteúdos, no contexto das invasões francesas e da fuga da família real e corte para o Brasil, é um pequeno texto de cariz histórico-patriótico, que faz um resumo da História portuguesa, desde os Lusitanos ao século XIX, procurando demonstrar a constante e ininterrupta fidelidade dos Lusitanos/Portugueses à sua história e aos seus reis desde a fundação até ao culminante momento da fuga para o Brasil. Na referência a Afonso Henriques, não consta a referência à dimensão miraculosa de Ourique, nem qualquer alusão a uma histórica tocada pelo sagrado, pelo que, salvo a coincidência do título e o tom vibrante, este opúsculo pouco tem a ver com a estrutura e sentido ideológico central da *Fidelidade Portuguesa*... da BA.

¹¹ BA, 54-X-32, nº 490. Agradecemos à Dr^a Conceição Geada, da Biblioteca da Ajuda, a chamada de atenção para este importante documento com referência à autoria da *Fidelidade Portuguesa*.

¹² BA, 54-X-32, nº 490, fol. 1-1v.

missiva: apresentando-se perante a monarca como alguém que já servira “*Vossa Magestade e ao Estado*”, durante cerca de doze anos, na carreira da magistratura¹³, Manuel da Costa de Lima tivera de abandonar, por “*negócios domésticos*”, como dizia, a carreira que abraçara. Agora, achando-se “*ainda em vigor, e mais desembaraçado para continuar na sobredicta honorífica Carreira*”, oferecia-se para novamente se colocar ao “*Serviço de Vossa Magestade, e da Nação, a quem dezoje ser util no Emprego, que de mim se confiar*”¹⁴.

A forma de “solenizar”, por assim dizer, o pedido que fazia à rainha era ofertar-lhe o “*precioso, e singular Livro original*”, da autoria do seu familiar Nicolau José Barbosa, que lho havia deixado; não um livro qualquer, mas um livro único, como só um manuscrito podia ser, um livro materialmente rico na profusão dos seus desenhos e na cor das suas ilustrações mas, acima de tudo, do nosso ponto de vista, um livro com uma indiscutível ligação simbólica com a monarquia e a sua memória, que o tornava um objecto absolutamente adequado e próprio para oferecer à rainha de Portugal. Tal facto não terá passado despercebido a Manuel da Costa de Lima. E o livro entrou na biblioteca da rainha.

Esta carta de 1836 permite, pois, desvendar a questão da autoria da *Fidelidade Portuguesa*, mas apenas isso. Na verdade, pouco mais conseguimos apurar sobre o beneficiado Nicolau José Barbosa, natural de Viana do Minho, já que o seu nome não figura em qualquer dicionário ou biblioteca de autores, o que nos impede de perceber a sua inserção social e trajectória profissional e, até, a proximidade com a corte a cujo príncipe herdeiro tinha expressa intenção de dedicar a *Fidelidade Portuguesa*, talvez mesmo oferecer. Esta não é, aliás, uma questão de somenos, já que uma obra com estas características não se destinava à fruição do seu autor, ou a ser apenas a eventual matriz de uma futura edição impressa: ao realizá-la, Nicolau José Barbosa acalentava certamente expectativas que não temos elementos para definir nem situar. Apenas sabemos, novamente pela carta do seu familiar que, além desta, foi Nicolau Barbosa autor de outras

¹³ “ [...] já na qualidade de Juiz de fôra de Ourém, já de Auditor em Thomar, e já de Corregedor, Provedor, Superintendente da Candelaria e Conservador de Fabricas de Seda em Bragança [...]”. *Ibidem*, fol. 2.

¹⁴ *Ibidem*, fol. 2-2v.

“*Obras científicas, que levarão descaminho*”. Existiu um Nicolau José Soares Barbosa (1750-1833), bacharel, professor da língua grega da Vila de Tomar, de gramática no Colégio das Artes e lente na cadeira de Retórica e Poética na Universidade de Coimbra, falecendo, com 83 anos, na sua quinta e Monte Arroio em Coimbra, que pensámos poder corresponder ao autor da *Fidelidade Portuguesa*.... Dos seus vários irmãos destacaram-se Luís Soares Barbosa, médico em Leiria, o padre António Soares Barbosa, professor na Universidade de Coimbra, e o padre Jerónimo Soares Barbosa (1737-1816), sócio da Academia das Ciências, professor de Humanidades e deputado da Junta Literária na Universidade. Mas a naturalidade da família é Leiria, e a carta do parente do autor da *Fidelidade*... refere explicitamente que Nicolau José Barbosa era natural de Viana do Minho [Castelo], pelo que descartamos esta hipótese de identificação. Há contudo informações sobre a nossa figura no Arquivo Distrital de Braga, a justificar uma ulterior pesquisa¹⁵. Por outro lado, esse aprofundamento na investigação torna-se ainda mais pertinente dado existir, segundo nos foi comunicado, alguns manuscritos depositados no Arquivo Distrital de Braga que reproduzem um programa iconográfico idêntico ao do códice da Ajuda, o que parece sugerir uma possível proximidade ou, até, sobreposição de autoria com o códice da Ajuda¹⁶.

¹⁵ Informações recolhidas em <http://www.familiasdeleiria.com/pd1.htm>, consultado em 10 de Fevereiro de 2013. Também no *Diccionario Bibliographico Portuguez* de SILVA, Inocêncio Francisco da Silva não encontramos, consultados vários dos seus volumes, qualquer referência ao autor da *Fidelidade Portuguesa*. No cartório da Câmara Eclesiástica de Braga / fundo Inquirições De Genere/ – Arquivo Distrital de Braga, o processo nº 13719, pasta 584, relativo à habilitação de Nicolau José Barbosa, realizada em 1751.03.22, esclarece que aquele beneficiado, filho de João Barbosa Tavares e Micaela Arcangela Pereira, era natural da freguesia de Viana do Castelo – Santa Maria Maior. http://epl.di.uminho.pt/~jcr/PROJS/inquiricoes/novo_pgsql/igenere/fs_alfabetica.html.

¹⁶ De acordo com esta informação, muitas das imagens são iguais (Cf. figura 4 – Cronologia dos Senhores Reis de Portugal; figura 5 – *Fidelidade Portuguesa*; figura 9 – *Alusão ao Imperio Maximo do Serenissimo Principe do Brazil*, etc.). Ms 355 *Portugal Glorioso* (209 fls); Ms 355 A *Gloria de Portugal*; Cronologia dos Reis de Portugal (fls 6 a 36); Ms. 355C *Mas quem será o Imperador Máximo?* (fls. 179-203).

2. A História do reino de Portugal: uma visão profética e messiânica

O “*precioso, e singular Livro*” oferecido à rainha D. Maria II em 1836 é um livro sobre história de Portugal. Mas logo o título adverte para que se trata de uma certa visão dessa mesma história: a “*Misterioza Sucesão*” dos monarcas portugueses, desde o Conde D. Henrique, “*Gloriozo Progenitor da Monarchia Luzitana*”¹⁷, até D. Maria I e D. Pedro III, 23^{os} reis de Portugal¹⁸, são concebidos como momentos e etapas que preparam a consumação de um império católico e universal, erguido sob o signo da monarquia portuguesa e protagonizado pelo futuro monarca, o jovem príncipe do Brasil. Assim, a figura do príncipe D. José, que culmina a evocação da galeria de todos os reis de Portugal, não representa apenas uma natural e legítima sucessão na coroa portuguesa, mas é inscrita num horizonte mais amplo, promissório e imperial, à escala do mundo. Na verdade, o futuro D. José II, príncipe do Brasil, perfila-se, de acordo com esta visão, como o “*Futuro Imperador Máximo*”¹⁹, que reinará sobre todo o orbe: “*Será de Portugal o Imperio do Mundo, e ao seu Solio tributarão os mayores Monarcas, e Lisboa será coroada cabeça do universo*”²⁰.

2.1. A constelação mítico-política de Ourique (séculos XV-XIX)

A ideia central da *Fidelidade Portuguesa* filia-se, de forma indiscutível, na “constelação mítico-política” relativa à monarquia portuguesa que, em gestação desde o século XV²¹, cristalizada no século XVI em torno do episódio fundador e sacralizador de Ourique, culminaria no século XVII, antes da Restauração de 1640 e depois dela, como demonstram os trabalhos de João Francisco Marques, na utopia, messiânica e profética, do Quinto

¹⁷ BA, 49-XI-17, fols. 10-22.

¹⁸ *Ibidem*, fols. 187-197v.

¹⁹ *Ibidem*, fol. 198.

²⁰ *Ibidem*, fol. 207.

²¹ CINTRA, Luís Filipe Lindley – Sobre a formação e evolução da lenda de Ourique (até à Crónica de 1419). *Revista da Faculdade de Letras de Lisboa*, tomo XXIII, 3^a série, 1 (1957) 168-215; NASCIMENTO, Aires Augusto – O milagre de Ourique num texto latino-medieval de 1416. *Revista da Faculdade de Letras de Lisboa*, 4^a série, 2 (1978) 365-374.

Império²². Segundo esta, caberia à Nação Portuguesa, escolhida por Deus nos campos de Ourique para espalhar universalmente a fé cristã, como testemunhara Afonso Henriques no seu “Juramento”, erguer um império cristão onde para sempre a paz e a concórdia reinariam. Depois dos outros quatro grandes impérios que o mundo conheçera, o Quinto Império, cristão e beatífico, seria português. Não nos vamos deter com pormenor na edificação desta “constelação mítica” já por nós estudada²³, imprescindível para compreender de que forma ela constituiu um corpo ideológico coerente e sedimentado enquanto representação das origens da nacionalidade e visão promissória de um futuro colectivo a cumprir.

O que pretendemos sublinhar é que o aparelho lendário de Ourique – milagre, batalha, vitória, fundação da nacionalidade – tal como surge numa obra como a *Fidelidade Portuguesa*, dedicada a um príncipe destinado então a ser rei de Portugal, não é, portanto, uma concepção insólita ou excepcional: antes continua a veicular, no “racional” século XVIII, uma memória nacional indiscutivelmente ancorada no mito fundador das origens, “monumento” – chave de uma interpretação secular do Portugal independente, e no

²² MARQUES, João Francisco – *A Parenética Portuguesa e a Dominação Filipina*, 2 vols.. Porto: INIC, 1986; IDEM – *A Parenética Portuguesa e a Restauração 1640-1668. A Revolta e a Mentalidade*, Prefácio de Jean Delumeau, 2 vols.. Porto: INIC, 1989; IDEM – *A Utopia do Quinto Império e os Pregadores da Restauração*, Organização, Introdução e Notas de João Francisco Marques. Vila Nova de Famalicão: Edições Quasi, 2007; v. ainda BUESCU, Ana Isabel – ‘Sentimento’ e ‘Esperanças’ de Portugal – da legitimidade de D. João IV. *Penélope. Fazer e Desfazer a História*, 9/10, *Actas do Encontro sobre A Restauração e a sua Época* (1993) 169-188. Sobre o enraizamento da ideia do Quinto Império na sua articulação ideológica com o espírito de Cruzada, v. THOMAZ, Luís Filipe Reis e ALVES, Jorge Santos – Da Cruzada ao Quinto Império, in BETHENCOURT, Francisco e CURTO, Diogo Ramada (ed.) – *A Memória da Nação*, Colóquio do Gabinete de Estudos de Simbologia (1987), Lisboa: Sá da Costa, 1991, p. 81-165.

²³ Expressão de GODINHO, Vitorino Magalhães. BUESCU, Ana Isabel Buescu – Um mito das origens da nacionalidade: o milagre de Ourique, in *A Memória da Nação*, cit., p. 49-69; IDEM – Vínculos da memória: Ourique e a fundação do reino in CENTENO, Yvette K. (ed.) – *Portugal: Mitos Revisitados. Da Fundação à Modernidade*. Lisboa: Edições Salamandra, 1993, p. 11-50; IDEM – *A profecia que nos deu patria: o milagre de Ourique na cultura portuguesa (séculos XV-XVIII)*. *Actas do 2º Congresso Histórico de Guimarães. D. Afonso Henriques e a sua Época* (Guimarães, Outubro de 1996), vol. 3, *D. Afonso Henriques na História e na Arte*. Guimarães: Câmara Municipal e Universidade do Minho, 1997, p. 195-211. IDEM – Afonso Henriques no século XVI: momentos & imagens, corpos & lugares. *Na corte dos reis de Portugal. Saberes, ritos e memórias*. Lisboa: Colibri, 2010, p. 185-209.

destino promissório e imperial do reino. Mais: como veremos, o próprio século XVIII ajudou activamente a transmitir o edifício mítico das origens de Portugal ao século XIX, até à definitiva polémica em que pontificou Alexandre Herculano²⁴.

A configuração do duplo episódio – militar e sobrenatural – como momento da fundação e a sua incorporação na memória “oficial” do reino encontrou um outro desenvolvimento também ele significativo no extremo final do reinado de D. João III (1521-1557) quando, em 1556, se deu início à primeira tentativa de canonização de Afonso Henriques, processo que tem de entender-se no duplo quadro da piedade e do zelo dos cônegos de Santa Cruz de Coimbra e de uma atenção de que era objecto a nível oficial. Já D. Manuel (1495-1521) procurara dignificar a memória do fundador da monarquia, mandando edificar-lhe novo e magnífico túmulo em Santa Cruz de Coimbra²⁵, em cujo epitáfio passava a constar a referência à aparição²⁶. De ambas as iniciativas régias resulta clara a importância ideológica que no século XVI a monarquia conferia à comemoração das origens,

²⁴ BUESCU, Ana Isabel – *O Milagre de Ourique e a História de Portugal de Alexandre Herculano. Uma Polémica Oitocentista*. Lisboa: INIC, 1987; IDEM – Ourique no século XIX: polémica e perplexidade, in *A Construção Social do Passado*, Actas do Encontro realizado a 27 e 28 de Novembro de 1987. Lisboa: APH, 1992, p. 191-204. Se a polémica oitocentista em torno do milagre de Ourique cedo se revestirá de contornos marcadamente ideológicos no âmbito do confronto político de então, o seu ponto de partida incontestável – e que até ao fim não deixará de integrá-la – é a questão da tradição fundadora e, por parte dos seus defensores, a necessidade de a conservar, independentemente da historicidade do facto, contra a crítica “dissolvente” de Herculano. A maior perplexidade reside na impossibilidade em circunscrever esta polémica à hipocrisia e à feição reaccionária com que Herculano julgava caracterizá-la em bloco. A polémica oitocentista de Ourique não é apenas a questão do clero; ela vem também demonstrar que em meados do século XIX a tradição fundadora correspondia a uma representação multissecular das origens, sem dúvida fortemente ideologizada e apropriada por círculos políticos bem determinados, mas ainda operatória.

²⁵ GÓIS, Damião de – *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel (1566-67)*, IV Parte, cap. LXXV (edição de J. M. Teixeira de Carvalho e David Lopes). Coimbra: Imprensa da Universidade, 1926, 204. A estátua jacente do novo túmulo de Afonso Henriques, na capela-mor da igreja do Mosteiro de Santa Cruz, foi muito provavelmente obra do escultor francês Nicolau Chanterene, que deixou também o seu nome ligado ao Mosteiro dos Jerónimos. V. DIAS, Pedro – *Nicolau Chanterene, escultor da Renascença*. Lisboa: Publicações Ciência e Vida, 1987, p. 63.

²⁶ BRANDÃO, Frei António – *Monarchia Lusitana*, III Parte, Livro VI, cap. XXXVIII, fols. 266v-267v. V. também CASTRO, Augusto Mendes Simões de – *Os túmulos de D. Affonso Henriques e de D. Sancho I*. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1885.

bem como o lugar central que Ourique tinha nessa celebração. A representação iconográfica do milagre na magnífica genealogia iluminada encomendada pelo infante D. Fernando (1507-1534), irmão de D. João III, confirma não só a sua definitiva inscrição na memória das origens do reino, como dá conta do relevo que esse processo e essa representação tinham nos círculos da corte régia no século de Quinhentos²⁷.

A multiplicidade dos planos nos quais é possível detectar a funcionalidade do episódio de Ourique permite concluir que ele se encontrava indiscutivelmente apropriado pelo discurso ideológico no século XVI, e incorporado numa memória “nacional” do reino impulsionada e sancionada pela coroa. Mas seria o século XVII, por um conjunto de factores e contextos, em particular o da situação política marcada pela monarquia dual, a assinalar a sua definitiva consagração, facto estreitamente ligado ao labor da historiografia alcobacense, e tomou forma com a “descoberta” do juramento de Afonso Henriques em Alcobaça, publicado pela primeira vez na segunda edição dos *Diálogos de Vária História* (1599) de Pedro de Mariz, e que reapareceu, pela mão de Frei Bernardo de Brito, na *Crónica de Cister* (1602). Além da sua reprodução frequente, em latim ou português, em muitas obras impressas, o juramento seria objecto de intensa circulação manuscrita, quer em miscelâneas de carácter histórico e literário²⁸, de cariz sebastianista²⁹, ou ainda em obras que se ocupam da descrição das armas nacionais e da nobreza do reino³⁰. A “descoberta” do juramento conferia, como é fácil

²⁷ AGUIAR, António – *A genealogia iluminada do infante D. Fernando por António de Holanda e Simão Bening. Estudo histórico e crítico*. Lisboa: s.e., 1962, reprodução do fol. 8, 32.

²⁸ V. apenas a título de exemplo, BNP, cod. 560, fols. 77-78; cod. 665, fols. 258-259; cod. 8572, fols. 25-25v; Pomb. 68, fols. 14-17; IAN/TT, misc. ms. 1113, fol. 155; misc. ms. 1817, fol. 142; BGUC, cod. 169, fols. 89v-91v; cod. 180, fols. 132-134; cod. 348, fols. 43v-45; cod. 488, fols. 10-12; cod. 493, fols. 193v-194v; cod. 510, fols. 254-254v; cod. 581, fols. 212v-215; BA, 49-XI-46, fols. 9-13 e fols. 291-297v, esta cópia antecedeida das “actas das Cortes de Lamego”, fols. 279-289, 50-V-35, fols. 66v-68; 51-I-66, 2-3;

²⁹ BNP, cod. 125, fols. 74-77v; cod. 400, fols. 198v-201v; cod. 551, fols. 70-74; cod. 10740, p. 278-283.

³⁰ V. por exemplo, BGUC, cod. 490, fols. 269v-280v. A descrição da origem das armas nacionais, dadas por Cristo em Ourique a Afonso Henriques funciona aqui como uma “introdução” a um “*Compendio breue na materia de nobresa e fidalguia destes Reynos*” (fols. 272-280v), que encerra com a descrição das armas de algumas cidades e reinos. V. ainda BNP, cod. 655, *Manifesto politico do fundamento e origem das Armas dos Reynos*

entender, uma nova dimensão ao episódio, e representava o completar da tradição: se a batalha e o milagre eram os elementos de fundação, o “juramento” de Afonso Henriques, do qual constavam as promessas de Cristo ao primeiro monarca, representava a garantia da continuidade em que avultava uma inequívoca dimensão promissória e imperial³¹.

Nesta noção de que o milagre representava também um chamamento do “novo povo eleito”, o princípio justificativo da missão universal dos portugueses, se estabelecia, aliás, a estreita articulação entre o mito fundador e o messianismo sebastico, um dos tópicos que assinala e constitui uma das singularidades da cultura portuguesa, com uma expressão muito particular nos finais do século XVI e no século XVII³². O P. António Vieira, figura que de forma mais expressiva dá corpo a essa confluência, inscrevia de modo decisivo a fundação do reino e a aparição de Cristo, primeiro e último garante do Quinto Império, no quadro do seu pensamento milenarista e messiânico³³. Vieira via nas palavras de Cristo – “*Volo in te et in semine tuo, imperium mihi stabilire*” – a promessa de um império cristão universal, encarnado por um descendente do primeiro rei português. Destino e vocação imperiais, realidade a cumprir, implícita nas palavras de Cristo ao fundador do reino. Toda esta concepção ideológica não só está presente na *Fidelidade Portuguesa* de Nicolau José Barbosa, como é ela que representa, sem dúvida, o seu fio condutor.

A sua consagração definitiva seria indissociável da Restauração, que nele encontrou, a par da recuperação das cortes de Lamego, um referente indispensável ao seu discurso legitimador. É esse o sentido do episódio,

de Portugal..., fols. 178v-187v. Paradigma desta “matriz” de Ourique como origem das armas encontram-lo nos belíssimos *Tropheus Lusitanos* (1632) de António Soares de Albergaria, em que a figuração heráldica dos escudos e armas dos titulares da nobreza do reino de Portugal é antecedida de uma gravura do “Apparecimento de Christo a El Rey Dom Affonso Henriques” (fol. 7), a que se seguem as “Armas do Reyno de Portugal, dadas a ElRey Dom Affonso Henriques”.

³¹ BRANDÃO, Frei António – *Monarchia Lusitana*, III Parte, Livro X, cap. V, fols. 128v-129.

³² Sobre a articulação entre as figuras de Afonso Henriques e D. Sebastião e o messianismo político, v. VALENSI, Lucette – *Fábulas da Memória. A Gloriosa Batalha dos Três Reis*, Lisboa: Edições Asa, 1996 (1ª ed. francesa 1992).

³³ VIEIRA, António – *História do Futuro*, cap. IV, p. 72-73, cap. V, p. 85, cap. VIII, p. 120-122 e 135-136, Introdução, actualização do texto e notas por BUESCU, Maria Leonor Carvalhão, 2ª edição, Lisboa, IN-CM, 1992.

frequentemente invocado pela literatura restauracionista, da mão direita de Cristo que, no dia da aclamação de D. João IV, quando o arcebispo de Lisboa, D. Rodrigo da Cunha, se dirigia da Sé para a casa da Câmara, milagrosamente se despregara da cruz, sucesso no qual se pretende ver um estreito vínculo entre Ourique e a independência do reino³⁴. A Restauração significava a refundação da monarquia, e o retomar de uma legitimidade estabelecida pelo próprio Cristo em Ourique. O despregar miraculoso do braço da cruz era um dos múltiplos *sinais* que mostravam a legitimidade do novo monarca, herdeiro das promessas de Cristo a Afonso Henriques. Este episódio manteria uma aceitação considerável, no âmbito de uma leitura providencialista da Restauração e, de modo mais lato, da história nacional³⁵.

Pode, portanto, afirmar-se que no século XVII a representação histórica e historiográfica das origens, no quadro acima delineado, se ancorava, com uma frequência eloquente, nessa “constelação mítica” em torno de Ourique. Assim, por exemplo, a *Genealogia dos Reis de Portugal* (1653), no fundo uma síntese da história do reino, incorpora, no que diz respeito às origens do Portugal, todo o aparelho de Ourique, desde a narrativa do milagre, incluindo o “juramento” de Afonso Henriques (fols. 5-13), as Cortes de Lamego (fols. 279-289) e uma cópia do “juramento” do primeiro rei (fols. 291-297v)³⁶. O episódio de Ourique é também uma referência nuclear na oratória patriótica pós-aclamatória, estudada de modo sistemático na sua plurifuncionalidade

³⁴ Como é flagrante na obra *À Santidade do Monarca Ecclesiástico Innocencio X. Expoem Portugal as causas de seu sentimento, & de suas esperanças*, obra publicada anónima, em Lisboa, por Paulo Craesbeek, 1646, e atribuída a João Pinto Ribeiro, p. 41-42.

³⁵ É o caso mais tardio da obra *A Política Moral, e Civil Aula da Nobreza Lusitana*, Tomo VI (1754), Livro III, cap. X, 380, da autoria de CASTRO, Damião António de Faria, autor aliás muito citado no âmbito da polémica oitocentista, onde se regista, no capítulo respeitante à “feliz Acclamação de El Rey D. João IV”, a ocorrência pública daquele episódio milagroso. Este surge de forma recorrente nos sermões da época, como estudou, de forma exaustiva, MARQUES, João Francisco – *A Parenética Portuguesa...*, cit.; IDEM – *A Utopia do Quinto Império ...*, cit.; e o próprio João Pinto Ribeiro, nas *Injustas successions dos Reis de Leam e de Castella: & isenção de Portugal*, Lisboa: Pedro Craesbeeck, 1642, refere como sinal da aprovação divina que sempre coube a este Reino o episódio do despregar do braço da cruz (ed. *Obras Varias...*, T. II, Coimbra: José Antunes da Silva, 1730, p. 112). A representação do episódio consta também de um pano de azulejos, de um importante conjunto de cenas alusivas aos momentos mais importantes da Restauração, no jardim do Palácio dos Condes de Almada, hoje Palácio da Independência.

³⁶ BA, cod. 49-XI-46.

por João Francisco Marques, e surge também de forma explícita e destacada na argumentação de figuras que tiveram um protagonismo assinalável na diplomacia da Restauração, como é o caso de António de Sousa de Macedo e António Pais Viegas. Os exemplos poderiam multiplicar-se o que, não invalidando o facto de a sua utilização hiperbólica radicar na sua condição de objecto de propaganda numa conjuntura particular, aponta para a presença inequívoca desta “constelação mítica” – origens/Ourique/ /juramento/ povo eleito/ refundação em 1640 – num discurso político-ideológico que servia o Coroa. No limite, poderá estabelecer-se o contraste entre o tradicionalismo e o arcaísmo deste edifício ideológico, articulado e inscrito na dinâmica de resistência à monarquia dual, e o factor de “modernidade” que aquela representou em termos institucionais e do próprio desenvolvimento do Estado³⁷.

Emblemático do estreito vínculo estabelecido entre uma restauração “prodigiosa” e a sanção sagrada que presidiu à fundação do reino, e do eco que o próprio poder lhe conferia, acaba por ser o facto de, logo nas primeiras cortes celebradas após a Restauração, em 1641, D. João IV ser instado pela nobreza a retomar o processo de canonização de Afonso Henriques, juntamente com o de Nuno Álvares Pereira³⁸ – um, o herói fundador do reino, o outro o “fundador” da Casa de Bragança, agora transformada em Casa Real. Sentido idêntico parece ter a primeira edição da *Crónica de D. João I* (I Parte), publicada em 1644 e oferecida a D. João IV, que ostentava no rosto a representação do milagre que presidira à fundação do reino.

E chegamos ao século XVIII. No século XVIII encontramos, é certo, a posição crítica de um Luís António Verney, que no *Verdadeiro Método de Estudar*, publicado em 1746, punha em causa a veracidade da aparição e a pertinência da tradição de Ourique³⁹, assim como casos, embora raros, em que é possível entrever as reservas que o episódio suscitava, para lá da

³⁷ HESPANHA, António – O Governo dos Áustrias e a “modernização” da constituição política portuguesa. *Penélope. Fazer e Desfazer a História*, 2 (1989) 49-73.

³⁸ *Capítulos Gerais apresentados a ElRey D. Ioão nosso Senhor IIII deste nome, XVIII Rey de Portugal, nas cortes celebradas em Lisboa com os tres Estados em 28 de laneiro de 1641*, Lisboa: Paulo Craesbeeck, 1645, cap. XXXVI da Nobreza, p. 60.

³⁹ A propósito das obras de carácter profético e messiânico do P. António Vieira. VERNEY, Luís António – *Verdadeiro Método de Estudar*, Tomo I, Valença: Off. de Antonio Balle, 1746, p. 206-208.

sua legitimação oficial. A *Verdade das Historias por Questões Problematicas* (1701) da autoria de Luís Nunes Tinoco, contador do Tribunal dos Contos do Reino, obra de carácter sincrético que inventaria e discorre sobre mais de cem questões objecto de controvérsia entre vários autores, inclui entre elas a aparição de Cristo a Afonso Henriques⁴⁰. Mas tais posições parecem ser excepcionais, e provenientes “das margens”, se assim podemos dizer – como é o caso, de certa maneira, do próprio Verney. Na verdade, a tradição de Ourique mantinha uma apreciável importância ideológica e uma vitalidade talvez surpreendente. A *Relaçam Verdadeira da Appariçam de Christo Senhor Nosso, no Campo de Ourique, ao Santo Rey Dom Affonso Henriques, e da Batalha, em que Venceo cinco Reis, e Quatrocentos mil Mouros*, publicada em 1753, de Dionísio Teixeira de Aguiar, familiar do Santo Officio, é a este respeito significativa.

A *Relaçam Verdadeira*... sintetizava, por um lado, os elementos essenciais da já secular tradição de Ourique e, por outro, reflectia os parâmetros da sua aceitação no século XVIII. Das três licenças que autorizavam a sua publicação, duas – a do Santo Officio e a do Ordinário – incidiam, naturalmente, no facto de a *Relaçam* não conter “*cousa alguma contra a Fé, ou bons costumes*”. A terceira licença, do Paço, justificava a aprovação no facto de o conteúdo da obra corresponder à celebração de “[...] *hum dos pontos mais certos e infalliveis da nossa Historia*”. Este parecer era da autoria de Filipe José da Gama, membro da Academia Real da História, dos Arcades de Roma e de várias sociedades literárias existentes no país, o que nos parece significativo, bem como, evidentemente, o facto de emitir o parecer na sua qualidade de censor régio.

É ideologicamente relevante constatar-mos, como já tivemos ocasião de assinalar em estudos anteriores sobre a construção do episódio fundador, que a elite erudita setecentista, através de alguns dos seus mais prestigiados nomes, concedeu um importante lugar ao milagre de Ourique na constituição da memória nacional. Assinalar tal facto no contexto da inserção ideológica e intelectual do texto que estudamos é importante, pois que, justamente,

⁴⁰ BGUC, cod. 345, TINOCO, Luís Nunes – *Verdade das historias por questões problematicas. Em que se apontão as razões, que dão os Autores sobre varias opiniões de algúas cousas, que ou se tê por fabulozas, ou não ha de ellas certeza constante*, fols. 157-159.

nos encontramos agora numa época mais ou menos contemporânea em que viveu o autor da *Fidelidade Portuguesa*. A este respeito são de destacar os casos de Barbosa Machado na sua monumental *Bibliotheca Lusitana*, na entrada relativa a Afonso Henriques, (T.I, 1741)⁴¹, de António Caetano de Sousa no *Agiologio Lusitano* (1744)⁴² e, mais significativo ainda, na *Historia Genealogica da Casa Real Portuguesa*, em cujo Tomo I (1735), no capítulo dedicado a Afonso Henriques, se veicula todo o aparelho lendário de Ourique⁴³, figurando o texto do “juramento” nas respectivas *Provas* (1739)⁴⁴, do erudito Frei Manuel do Cenáculo Villas-Boas nos *Cuidados Literários* (1791)⁴⁵, ou ainda de Tomás Caetano de Bem nas *Memorias Historicas e Chronologicas da Sagrada Religião dos Clerigos Regulares...* (1792)⁴⁶, entre outros nomes que poderiam aqui ser invocados⁴⁷.

Não espanta, pois, que muitos anos mais tarde o P. Francisco Recreio, o mais violento adversário de Herculano na polémica oitocentista sobre o milagre quando, carreando “testemunhos” em favor da veracidade da

⁴¹ *Bibliotheca Lusitana*, Tomo I, 1741, p. 11-15.

⁴² O Tomo IV do monumental *Agiologio Lusitano dos Santos, e Varões Illustres em virtude do Reino de Portugal, e suas Conquistas*, Lisboa, Regia Officina Sylviana, e da Academia Real, 1744, continuação da obra iniciada por Jorge Cardoso em 1652 consagra, na efeméride respeitante ao dia 25 de Julho, uma pormenorizadíssima referência ao episódio de Ourique (280-285), e o respectivo “*Commentario*” (289-301), que inclui o texto do juramento em latim e português, é uma sequência cerrada de autores nacionais e estrangeiros que referem o milagre de Ourique. Este conjunto de autoridades veiculado por António Caetano de Sousa seria, aliás, um dos argumentos mais invocados pelos defensores de Ourique na polémica que teria lugar com Herculano no século XIX.

⁴³ *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, 2ª ed. Tomo I, Coimbra: Atlântida Editora, 1946, p. 32-36.

⁴⁴ *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, Tomo I, Coimbra: Atlântida Editora, 1946, p. 7-9.

⁴⁵ *Cuidados Literários do Prelado de Beja em graça do seu Bispado*, artigo intitulado “*Historia Ecclesiastica*”, Lisboa: Off. de Simão Thaddeo Ferreira, 1791, p. 361-401. Atribuída à sua autoria existe ainda uma obra constituída por uma pequena introdução de exaltação de Ourique e por sete estampas, intitulada *Graças concedidas por Christo no Campo de Ourique, acontecidas em outros tempos e repetidas no actual, conformes aos desenhos de suas idades*, Lisboa: Impressão Régia, 1813.

⁴⁶ BEM, Tomás Caetano de – *Memorias Historicas e Chronologicas da Sagrada Religião dos Clerigos Regulares em Portugal e suas Conquistas, na India Oriental*, T. I, Lisboa: Régia Off. Typ., 1792, p. 167.

⁴⁷ Sobre o tratamento do milagre de Ourique pela Academia Portuguesa de História, v. MOTA, Isabel Ferreira da – *A Academia Real da História. Os intelectuais, o poder cultural e o poder monárquico no séc. XVIII*. Coimbra: Minerva, 2003, p. 72-73.

aparição, invocava com particular ênfase o século XVIII que, com uma acentuada “*tendencia para desmoronar o edificio das velhas crenças historicas*”, não abatera, contudo, a tradição de Ourique⁴⁸. E não era essa a indiscutida imagem das origens, a ser pedagogicamente inculcada e transmitida aos nobres e filhos da aristocracia, como veiculava *A Politica Moral, e Civil Aula da Nobreza Lusitana*, publicada em 1754, da autoria de Damião António de Faria e Castro?⁴⁹

Este empenhamento da erudição setecentista em sustentar o “monumento” de Ourique deve ser visto em articulação com a importância que a Coroa e a Igreja continuam a conferir ao processo de canonização de Afonso Henriques, processo em que, no reinado de D. João V, e ainda no de D. José, D. João de Santa Maria de Jesus, cónego regular de Santa Cruz de Coimbra, assumiu notoriedade na sistematização de materiais tendentes a fundamentar um pedido⁵⁰ a que era dado um cunho público e nacional⁵¹

⁴⁸ RECREIO, P. Francisco – *A Batalha de Ourique e a Historia de Portugal de A. Herculanio. Contraposição Critico-Historica*, Parte I, Lisboa: Typ. de G. M. Martins, 1854, p. 39.

⁴⁹ CASTRO, Damião António de Faria e – *A Politica Moral, e Civil Aula da Nobreza Lusitana*, Tomo VI (1754), Livro III, cap. X, p. 380.

⁵⁰ Materiais que constam, nomeadamente, das suas obras *Fama Posthuma do Gloriosissimo Senhor Rey D. Affonso Henriques, primeiro Monarcha do Imperio Lusitano, com a noticia do estado da sua Canonização*, e dos *Quesitos sobre as acções do Senhor Rey D. Affonso Henriques em ordem à sua canonização* (1752). V. BROCHADO, I. F. da Costa – *Tentativas de canonização de El-Rei D. Afonso Henriques. Anais da Academia Portuguesa da História*, 3ª série, VIII (1958) 307-337.

⁵¹ Em edital público, não datado, publicado provavelmente em 1747, por ocasião da instrução do processo no reinado de D. João V, encimado por uma água-forte representando a aparição de Cristo a Afonso Henriques, pedia-se que “[...] *toda a pessoa, q tiver noticia de algumas Imagens do Virtuoso Rey D. Affonso, ou de culto, respeito, veneração pública, ou particular, que se lhe tribute: ou tiver, ou souber de alguns livros não impressos, ou qualquer genero de documentos, e papeis manuscriptos, e ainda livros, e papeis impressos, se forem raros, q fallem do Veneravel Rey, queira por serviço de Deos, e de Sua Magestade, por honra da Nação, e pela muita obrigação, q todos os Portuguezes devem ter a este nosso primeiro Libertador, dar parte do q tiver, ou souber: o que cada hum poderá fazer comunicando-o por si, por via dos seus Parochos, ou por quem lhe parecer, aos Senhores Ordinarios das suas Dioceses, ou aos Prelados das Casas Professas, e Collegios da Companhia de Jesus, ou de Mosteiros de Conegos Regulares de Santo Agostinho; os quaes todos tem aviso, para remetterem as noticias, q se lhes derem, em ordem a se mandarem para Roma*”. O exemplar consultado faz parte do cod. 1520 da BGUC, maço contendo três itens: uma cópia dos cento e quarenta quesitos sobre os quais deveria assentar o processo de canonização, com o título *Conimbricensis Canonizationis Servi Dei Alphonsi Henrici, seu Henrichij primi Portugallie Regis Sancti Nuncupati*, dos quais há vários outros manuscritos noutras bibliotecas (BNP, cod. 572, 573, 742, 883; BA, 49-II-15, e várias no IAN/TT).

num contexto em que o messianismo político joanino deve ser sublinhado⁵². Ainda no século XVIII o patriarca D. Tomás de Almeida solicitava ao Papa Bento XIV a concessão ao clero português, em virtude da grande devoção em Portugal pelas Cinco Chagas de Cristo, do ofício e missa das Cinco Chagas, existente desde 1733. Requeria-se ainda a concessão de um aditamento ao ofício, na versão especialmente destinada a Portugal, de um texto referente ao aparecimento de Cristo a Afonso Henriques, numa explícita referência à relação que se considerava existir entre o milagre e a inscrição das cinco chagas no brasão nacional. Tanto o ofício como o aditamento referente à aparição foram concedidos por Roma em 1753⁵³. No século XIX, este aditamento seria invocado por alguns defensores da aparição como testemunho coevo do milagre, da autoria de S. Bernardo de Claraval, e nessa medida considerado como uma das provas mais importantes do milagre, equívoco que Alexandre Herculano se apressaria a desmontar em 1850, no célebre opúsculo *Eu e o Clero*⁵⁴.

Já nos finais do século, o P. António Pereira de Figueiredo, da Congregação do Oratório, grande teórico do regalismo pombalino, publicava os *Novos Testemunhos da milagrosa aparição de Christo Senhor Nosso a El Rei D. Affonso Henriques antes da famosa Batalha do Campo d'Ourique, e Exemplos parallelos, que nos induzão à pia crença de tão portentoso caso* (1786)⁵⁵. Discurso porventura já defensivo na sua estrutura e na sua

O segundo item é uma obra manuscrita, em cuja capa se lê ter pertencido à Livraria do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, intitulado *Officiũ Propriũ B. Alphonsi Primi Lusitaniae Regis*, 17 fols. não numerados. O terceiro é constituído pelo edital que referimos.

⁵² ARAÚJO, Ana Cristina – Morte Memória e Piedade Barroca, *Revista de História das Ideias*, 11 (1989) 154 e ss.

⁵³ Pode ver-se o texto do decreto que fez a concessão do ofício para Portugal em 1753 em PAIVA, Dionísio António de – *Quintanário Meditativo, e Fervorosa supplica em louvor das cinco Chagas de Nosso Senhor Jesus Christo. Offerecido ao mesmo Senhor; e por Elle dadas, para Braçoens do seu imperio, ao Real Tronco Luzitano*, Lisboa: Off. de José de Aquino Bulhoens, 1797.

⁵⁴ BUESCU, Ana Isabel – *O Milagre de Ourique...*, cit., p. 38-39.

⁵⁵ Este texto do P. António Pereira de Figueiredo é reeditado em 1809 com aditamentos, na Impressão Régia, numa conjuntura bem específica e sob o título sugestivo de *Dissertação historica e critica, em que se prova a milagrosa aparição de Christo Senhor Nosso a El Rei D. Affonso Henriques antes da famosa Batalha do Campo de Ourique, publicada em 1786 por seu author o erudito P. Antonio Pereira de Figueiredo, Agora novamente accrescentada com o auto do juramento do mesmo rei em Latim e Portuguez, e com varias anotações e autoridades, que devem persuadir, e convencer a todos os fieis portugueses da verdade de*

articulação, os *Novos Testemunhos...*, da autoria de um homem de grande prestígio intelectual, seriam objecto de ampla divulgação, e a sua importância na fundamentação da veracidade da aparição culminaria, aliás, no lugar de relevo que assumiriam na polémica oitocentista sobre o milagre⁵⁶.

3. A *Fidelidade Portuguesa* e o seu programa iconográfico

Regressando à *Fidelidade Portuguesa*, poderemos agora perceber melhor como as ideias centrais em que assenta a sua construção e o seu discurso não são, ao contrário do que poderia fazer crer uma leitura mais apressada ou, sobretudo, cultural e ideologicamente descontextualizada, um mero efeito ou artifício retórico ao serviço da monarquia – e do seu autor – mas antes uma síntese que reactualizava, projectando-a de novo, uma certa ideia, uma certa imagem, uma certa representação da monarquia portuguesa, que fora, afinal, lentamente edificada ao longo dos séculos. E esta imagem, em que a “constelação mítica” de Ourique tem um lugar de privilégio, interage com um outro elemento que assume uma dimensão singular na *Fidelidade Portuguesa*: a iconografia.

3.1. Reis e rainhas de Portugal

Na verdade, o “investimento iconográfico” desta obra tem, no seu conjunto, uma inegável relevância e interesse: nela podemos encontrar, à medida que se desenrolam as “Breves Reflexões” sobre cada um dos reis de Portugal, pequenas sínteses de vida e acções de cada monarca, incluindo o conde D. Henrique, “*Glorioso Progenitor da Monarquia Lusitana*”⁵⁷. Maior destaque visual tem ainda uma galeria completa de “retratos”, ou melhor, de representações das efígies de todas as rainhas de Portugal

hum facto tão portentoso. Offerecida à Nação Portuguesa por hum dos seus mais verdadeiros Patriotas, para os animar e esforçar nas presentes circunstancias da guerra contra os inimigos da Religião e do Throno.

⁵⁶ V. BUESCU, Ana Isabel – *O Milagre de Ourique...*, cit., p. 83-90.

⁵⁷ *Fidelidade Portuguesa...*, fols. 10-22.

até D. Maria I – com a excepção de D. Mécia, mulher de D. Sancho II (1209?10-1248), o medieval “*rex inutilis*”, que veio a ser deposto. Também a “Breve Reflexão” relativa ao igualmente deposto D. Afonso VI⁵⁸ não é acompanhada da efígie da rainha D. Maria Francisca, que “transita” para o texto relativo a D. Pedro II, antecedendo o retrato de D. Maria Sofia, segunda mulher deste monarca⁵⁹. Imaginadas umas, como as efígies das rainhas medievais, visivelmente inspiradas em retratos fixados pela pintura ou pela gravura para os casos mais recentes, não tendo embora qualidade artística, estas efígies constituem, sem dúvida, um dos pontos de interesse iconográfico deste manuscrito (Figura 1).

Figura 1



Curiosamente, não existem as efígies dos reis, facto que nos parece, em parte, apenas explicável por ser um momento em que o poder político se declinava no feminino, já que era uma mulher, D. Maria I, que então ocupava o trono. Em todo o caso, é flagrante o contraste entre um texto que é

⁵⁸ *Ibidem*, fols. 148-151.

⁵⁹ *Ibidem*, fols. 152-160.

organizado em torno da memória dos monarcas reinantes, mas sem lhes seja associada uma imagem, ao contrário do que acontece com as rainhas, em que o poder evocativo da imagem se substitui ao próprio texto. Não deixa de ser significativo verificar como, nesta seriação, enquanto o conde D. Henrique surge na sua condição de “*Gloriozo Progenitor da Monarquia Lusitana*”, D. Teresa, sua mulher, é expressamente apresentada como primeira rainha de Portugal; desta forma, D. Mafalda, mulher do rei Fundador acaba por surgir como segunda rainha de Portugal...

A única exceção a esta galeria no feminino é a do rei D. João V, representado numa magnífica e majestosa imagem, que contudo não identificámos no âmbito da abundante iconografia deste monarca (Figura 2)⁶⁰.

Figura 2



Como figuras masculinas de condição régia temos ainda a meia e encoberta efigie de D. Pedro III, casado com D. Maria I e, finalmente o herdeiro da coroa, filho primogénito de D. Maria I, D. José Francisco, príncipe

⁶⁰ Sobre os retratos e iconografia régia deste monarca, v. SALDANHA, Nuno (coord.) – *Joanni V Magnifico*. Lisboa: IPPAR, 1994.

do Brasil, numa gravura que também pensamos ser desconhecida, não figurando em qualquer elenco das imagens que se conhecem deste príncipe⁶¹ (Figura 3). Pelo aparato, composição e majestade, era bem o retrato do futuro rei de Portugal, envergando armadura, ostentando a cruz de Cristo

Figura 3



ao peito e segurando um globo com os signos do zodíaco encimado por uma coroa. Para o autor da *Fidelidade Portuguesa*, tratava-se do “futuro Imperador Maximo”, como pode ler-se na respectiva legenda. Surge ainda a evocação imagética de um outro rei, embora recorrendo-se a uma estratégia iconográfica diferente: em vez de um retrato ou efígie do rei, assinala-se a memória de D. José através de um desenho à pena que reproduz de forma fiel o monumento equestre do monarca, da autoria de Machado de Castro, inaugurado em 1775⁶².

⁶¹ V. o exaustivo levantamento iconográfico em *No 2º Centenário da Morte do Príncipe D. José (1761-1788)*, cit.

⁶² *Fidelidade Portuguesa*..., fol. 182.

3.2. A emblemática régia

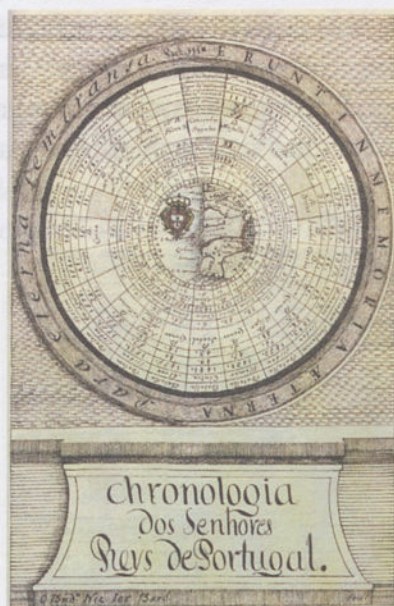
Além da galeria de efígies das rainhas e dos retratos de D. João V e do príncipe D. José, a *Fidelidade Portuguesa* inclui uma notável sequência relativa à emblemática régia, com os desenhos, aguarelados, dos escudos de armas e das empresas de quase todos os reis de Portugal até D. Maria I⁶³. Nesta referência e identificação da memória dos reis passados não falta a indicação do respectivo cognome, pormenor que acaba por se revelar interessante, pois podemos ver como vários coincidem com os actuais cognomes, mas não todos. São eles: Afonso Henriques, o *Conquistador*; Sancho I, o *Povoador*; Afonso II, o *Legislador*; Sancho II, o *Magnífico*; Afonso III, o *Restaurador*; Dinis, o *Justo*; Afonso IV, o *Ousado*; Pedro I, o *Rigoroso*; Fernando, o *Gentil*; João I, o *Vingador*; Duarte, o *Eloquente*; Afonso V, o *Guerreiro*; João II, o *Perfeito*; Manuel, o *Feliz*; João III, o *Piedoso*; Sebastião, o *Animoso*; Henrique, o *Casto*; João IV, o *Afortunado*; Afonso VI, o *Afável*; Pedro II, o *Pacífico*; João V, o *Espiritual*; José I, o *Triunfante*. Sintetizando a memória dos reis e do reino, não falta também uma imagem com a “*Chronologia dos Senhores Reis de Portugal*”, uma grande esfera com o mapa de Portugal e as armas régias no centro e, 11 em círculos concêntricos referindo, de dentro para fora: número de ordem do rei desde o início da monarquia portuguesa; o nome do monarca; data de nascimento; local de nascimento; idade de ascensão ao trono; nome da rainha consorte; anos de reinado; idade que tinha quando morreu; ano da morte; lugar da morte; lugar de sepultura (Figura 4).

Relevante é, ainda, e também em articulação com uma breve mas interessante descrição do reino de Portugal e suas províncias, a presença de um elemento poderosamente identificador – os emblemas das cidades de cada província, desenhados com minúcia e aguarelados⁶⁴.

⁶³ Muito provavelmente, várias delas são historicamente infundadas, ou pelo menos reconstituídas, embora não todas – como é o caso da empresa de D. João II, visualmente muito conseguida. *Fidelidade Portuguesa*..., cit., fol. 108.

⁶⁴ *Ibidem*, fols. 131v-143.

Figura 4



3.3. Um destino universal

Mas, como dizíamos, é na ideia central deste texto, proclamando um destino universal para o sucessor da coroa portuguesa, em que a utopia política se cruza com a ideia de um Portugal profetizado, que o programa iconográfico da *Fidelidade Portuguesa* encontra, do nosso ponto de vista, a sua mais expressiva materialização. Desde logo, no desenho aguarelado, personificando, numa imponente figura feminina, a Fidelidade Portuguesa e o seu destino imperial. Esta figura, cujos olhos se voltam para os céus, de onde emana a palavra divina de incitamento presente no texto do Juramento do primeiro monarca – *Deferatur nomen meum in exteris gentes* – sustenta com a mão direita um pendão com o nome de Cristo, na mão esquerda segura uma chave de grandes dimensões, e ostenta ao pescoço um colar de onde pende o escudo português. Encontra-se em pé, sobre o orbe terrestre, com todos os continentes representados, assinalando a Europa com o pendão. O cenário é o oceano e as naus partindo, identificadas com bandeiras portuguesas. O destino imperial atribuído a Portugal é bem patente no amontoado de

Lamego, também em latim e português⁶⁷ e até a voz de Luís de Camões n' *Os Lusíadas* (1572), cujos versos sobre a aparição se transcrevem⁶⁸. No interior do texto, assumindo uma centralidade que é também simbólica, encontramos a necessária, e diríamos quase “inevitável” tradução iconológica, com um desenho aguarelado da “*Prodigiosa aparição [sic] de Jesus Cristo no Campo de Ourique*”, incorporando todos os elementos “canónicos” do episódio fundador⁶⁹ (Figura 6).

Figura 6



Aliás, como já sugerimos, depois da nova e decisiva funcionalidade do episódio fundador na Restauração, o “racional” século XVIII, com a chancela da mais destacada erudição setecentista, tem um papel mais importante do que normalmente se lhe atribui na legitimidade e no triunfo da constelação mítico-política de Ourique – da “aparição” promissória de Cristo às Cortes de Lamego, passando pela sacralização da figura do primeiro monarca

⁶⁷ *Ibidem*, fols. 35v-39v.

⁶⁸ *Ibidem*, fol. 33.

⁶⁹ *Ibidem*, fol. 34.

– na memória da realeza portuguesa. Digamos que, com D. João V, essa constelação se torna, também, um “emblema” da grandeza e da majestade de um rei e de uma monarquia – não por acaso, como vimos, é no reinado de D. João V que se verifica um novo e oficial impulso ao processo de canonização de Afonso Henriques⁷⁰. E esse triunfo é indissociável de uma dimensão iconográfica, como testemunha a cada vez mais comum inserção do episódio nas árvores genealógicas dos Reis de Portugal, sejam elas mais imponentes, como é o caso da árvore que podemos ver na Academia das Ciências, em Lisboa⁷¹ ou mais modestas, como sucede em tantas obras de carácter genealógico que existem em profusão nas nossas bibliotecas⁷²...

Mas outras imagens ainda enfatizam, algumas delas de forma visualmente bastante elaborada, esse papel singular confiado por Cristo à monarquia portuguesa, como podemos ver na árvore dos reis portugueses desde a fundação, em que, nas frases que a acompanham, Ourique surge como óbvia e expressa intertextualidade (figura 7).

3.4. Um rei que não houve: D. José II

É portanto sob o signo de uma monarquia profetizada e herdando toda uma história cuja sùmula e protagonistas se resumem na já referida “*Chronologia dos Senhores Reys de Portugal*”, “para eterna lembrança” que surge, como que em apoteose, a figura de “*Dom José 2º Príncipe do Brazil, Futuro Imperador Maximo*”⁷³, que havia de ostentar, pois, de acordo com a vontade divina, o imperial diadema inscrito no seu próprio nome (figura 8), reinando sobre toda a terra (Figura 9).

⁷⁰ V. *supra*, notas 50 e 51, e ainda BA, 49-XI-51, *Vida do Beamventurado Servo de Deus ElRey D. Afonso Henriques 1º de Portugal*, que tem transcrito no final o texto das Cortes de Lamego.

⁷¹ Árvore Genealógica dos Reis de Portugal. Autor anónimo, meados do século XVIII (a.1760), óleo sobre tela, Academia das Ciências de Lisboa. Reproduzido, por exemplo, em *D. João VI e o seu Tempo*, Exposição e Catálogo, Palácio Nacional da Ajuda, Maio-Junho de 1999, Lisboa, CNCDP, 1999, p. 169.

⁷² V., apenas a título de exemplo, BA, 50-IV-21, fols. 247 e 249, que, pela sua dimensão, e apesar do nosso pedido, não foi tecnicamente possível reproduzir.

⁷³ *Fidelidade Portuguesa...*, fols. 198-218.

De acordo com esta concepção, seria, pois, D. José II a encarnar a fidelidade portuguesa a Cristo e a uma Igreja de destino universal – como pode ver-se nas imagens de teor católico mais explícito, o *Mundo Catholico Imperio de Portugal*, tendo a seus pés a heresia (Figura 10) e o *Triunfo da Santa Fe* (Figura 11) –, protagonizando e conduzindo, enfim, o reino de Portugal a cumprir um destino anunciado e prometido ao Rei Fundador. A prematura morte do príncipe do Brasil, em 1788, veio retirar sentido ao edifício “profético” da *Fidelidade Portuguesa* de Nicolau José Barbosa. Mas nem por isso esta deixa de ser um eloquente testemunho de como, ainda em meados do século XVIII, o discurso e a retórica política em torno da monarquia – neste caso com uma importante componente imagética – recorria e incorporava uma enraizada representação das origens e do destino do reino de Portugal, entre o sagrado, o profetismo imperial e o profano, no declinar do século das Luzes.

Figura 7



Figura 8



Figura 9



Figura 10



Figura 11



As Romarias no Planalto Beirão, desde os inícios do Século XVIII

José Manuel Azevedo e Silva

Professor Jubilado da FLUC

Membro do Centro de História da Sociedade e da Cultura

jazevedosilva@gmail.com

Texto recebido em /Text submitted on: 13/03/2013

Texto aprovado em /Text approved on: 15/11/2013

Resumo/Abstract:

Neste estudo, começamos por nos situar nos princípios do século XVIII e por captar a rede de santuários e de outros tipos de templos do planalto beirão dedicados à Virgem Maria, nas suas múltiplas invocações, constantes do *Santuário Mariano*, de Frei Agostinho de Santa Maria. O autor publicou, em volumes separados, os santuários respeitantes às três dioceses que então (como hoje, com o ajustamento dos seus limites) estão presentes neste espaço geográfico. Seguindo a ordem alfabética, temos as dioceses de Coimbra, da Guarda e de Viseu. Este foi o seu único critério organizativo. Tendo a plena consciência de podermos incorrer nalguma imprecisão, face à divisão administrativa dos concelhos de então e de agora, esforçamo-nos por “arrumar” os templos (santuário, capela, ermida ou igreja matriz) que abrigavam a imagem da Virgem Maria, dentro da jurisdição de cada um dos actuais 17 municípios do planalto beirão. Abordaremos também, ontem como hoje, os cultos não marianos, a simbiose entre o sagrado e o profano e os principais santuários e romarias em honra e glória do Senhor, bem como o sentido das preces ou o cumprimento de promessas dos crentes aos santos e santas da sua devoção.

In this article, we start by placing ourselves at the beginning of the 18th century and mapping, in the so called Planalto Beirão (the Beira Plateau), the network of shrines and other types of temples dedicated to the Virgin Mary, in Her multiple denominations, collected from *Santuário Mariano* by Agostinho de Santa Maria. This author, in three separate volumes, made an inventory of the shrines located in the three dioceses which, at that time, (as well as today, with some adjustments of their limits), were situated in the mentioned geographical area. Following the alphabetical order, we have the dioceses of Coimbra, Guarda and Viseu. This was the author's only organizational criterion. Being fully aware that we can incur some inaccuracy, given the administrative division of the municipalities of that time and nowadays, we tried to assign to each temple (shrine, chapel, small chapel or parish church) that housed the image of the Virgin Mary, a place within the jurisdiction of each of the existing 17 municipalities of the Beira Plateau. We also approached – in the past and nowadays – non-Marian worship, the symbiosis between the sacred and the profane and the main shrines and pilgrimages in honour and glory of the Lord, as well as the meaning of prayers and the fulfilment of promises that believers made to the saints of their devotion.

Palavras chave/Keywords:

Romarias; Planalto beirão; Templos; Culto mariano; Outros cultos.

Popular pilgrimages; Beira Plateau; Temples; Marian worship; Other forms of worship.

As romarias de antanho eram (e continuam a ser) um bom exemplo da simbiose entre o sagrado e o profano e pressupunham uma dupla caminhada dos romeiros entre a sua morada e a capela, ermida, igreja ou santuário que albergava a sagrada imagem da sua veneração. No aspecto religioso, assumiam dois sentidos: o da prece, na perspectiva de obter do santo ou santa da sua devoção determinada “maravilha” (milagre) pela sua intercessão junto de Deus; o do cumprimento da promessa anteriormente feita e já milagrosamente satisfeita. Retenha-se que, milagres, só Deus os faz. Os santos são meros intercessores e instrumentos dessas teofanias. Na esfera do profano, o caminho de ida e de regresso (principalmente o primeiro) e os momentos passados no exterior do templo, mais intensos se havia arraial e/ou feira, eram tempo de manifestações de alegria e de festa.

Objectar-se-á que hoje continuam a realizar-se romarias. É verdade, mas a grande maioria dos romeiros desloca-se de automóvel ou de autocarro e, em relação àqueles que vão a pé, porque essa caminhada faz parte da prece ou do cumprimento do voto, não se vê, como outrora, ninguém a cantar e a dançar ao som de flautas, de pífaros, de instrumentos de cordas, de concertinas, de harmónicas bucais, de pandeiros, de pandeiretas, de ferrinhos.

Vejamos os 108 templos marianos do planalto beirão, seguindo a ordem alfabética das dioceses e dos concelhos.

1. Na diocese de Coimbra

Arganil: Nossa Senhora de Montalto, no alto da vila; Nossa Senhora do Loureiro, junto à povoação de Pombeiro.

Celorico da Beira: Nossa Senhora da Anunciada, entre as vilas de Linhares e da Mesquitela “*em terras de huma quinta dos senhores de Mello*” (ermida particular); Nossa Senhora da Saúde, no lugar de “*Villa Sueyro do Chão*”; Nossa Senhora da Ajuda, na “*Villa da Mesquitella*”; Nossa Senhora da Graça era patrona do lugar de Vila Ruiva, mas a sua imagem estava na matriz da Mesquitela.

Gouveia: Nossa Senhora da Vera Cruz, em “*hum outeiro*”; Nossa Senhora de Celas, nas margens do Rio Torto “*quando se vay meter no Mondego*”; Nossa Senhora do Monte, em Mangualde da Serra; Nossa

Senhora do Couto, junto à estrada “*que vay de Gouvea para Mello*”; Nossa Senhora da Sedarça, no “*termo de Folgoso*”; Nossa Senhora dos Linhares (actual Senhora dos Verdes¹), situada “*em hum monte, a que chamão o monte Algião*”; Nossa Senhora das Neves, “*em huma Capela*” do convento das “*Religiosas de Santa Clara*”, de Vinhó; Nossa Senhora do Porto, “*fora da Villa de Gouvea, e junto ao rio Mil*”; Nossa Senhora da Estrela, do lugar de São Paio; Nossa Senhora da Tosse, cuja imagem estava na mesma ermida de Nossa Senhora da Estrela.

Oliveira do Hospital: Nossa Senhora das Preces ou do Culcurinho, no “*termo da vila de Avô*”, freguesia da Aldeia das Dez; Nossa Senhora do Mosteyro, ou das Neves, “*junto da Villa de Avô*”.

Santa Comba Dão: Nossa Senhora do Rosário, imagem colocada no altar colateral da parte do evangelho da igreja matriz da povoação de Couto do Mosteiro; Nossa Senhora da Assunção, padroeira de Treixedo, com a sua imagem colocada no centro do altar-mor.

Seia: Nossa Senhora da Ribeira, na freguesia de Folhadosa, “*em alegre campo vizinho à ribeyra, ou rio Alva*”; Nossa Senhora do Espinheiro, no lugar de Póvoa Velha, da “*Parochia da Villa de Cea, que lhe fica em distância de meya legoa*”; Nossa Senhora da Lomba, “*a norte do lugar de Pinhanços*”; Nossa Senhora do Desterro, de S. Romão, “*distante da Villa meya legoa e do rio Alva cousa de trinta passos*”².

2. Na diocese da Guarda

Relembrando o que em outro lugar foi dito, convém esclarecer que, do concelho da Guarda, apenas nos interessa a parte voltada para oeste.

¹ CRESPO, José – Romarias Típicas da Beira. A Senhora dos Verdes. *Beira Alta*. XLIII, nº 4 (1984) 597-600.

² SANTA MARIA, Frei Agostinho de – *Santuário Mariano*.... Lisboa: Na Officina de António Pedroso, Galram, 1707-1723, vol. IV, p. 494-678. O santuário de Nossa Senhora do Desterro, com suas dez capelinhas, fica a 3km de S. Romão, junto ao rio Alva. A sua festividade é a 2 de Abril. Até à primeira metade do século XX era uma grande romaria, aí acorriam os pastores com seus rebanhos, sendo representado um votivo auto pastoril. Cf. BRAGA, Teófilo – *História da Poesia Popular Portuguesa*, 3ª edição, 2 vols., Lisboa: Manuel Gomes-Editor, 1902-1905, p. 258-260.

Acontece ainda que, no tempo em que Frei Agostinho de Santa Maria escreveu o *Santuário Mariano*, os então municípios de Linhares e de Mesquitela, hoje integrados no concelho de Celorico da Beira, pertenciam à diocese de Coimbra e só o restante território deste município era da jurisdição da diocese da Guarda. Daí que nos volte a aparecer aqui de novo Celorico da Beira. Idêntica situação ocorria no território do actual concelho de Santa Comba Dão, então partido entre as dioceses de Coimbra e de Viseu.

Celorico da Beira: Nossa Senhora dos Açores, na aldeia de Açores, a uma légua e meia de distância a les-nordeste da vila de Celorico. A imagem desta Senhora está ligada à lenda do açor³.

Guarda: Nossa Senhora do Templo, com santuário situado “*fora dos muros da Cidade da Guarda, para a parte do Occidente*”.

3. Na diocese de Viseu

Aguiar da Beira: Nossa Senhora da Purificação, em Pena Verde, perto de Queiriz e de Dornelas; Nossa Senhora do Castelo, em um monte próximo da vila; Nossa Senhora da Luz, na aldeia de Coruche, termo desta vila; Nossa Senhora da Conceição, “*do mesmo Lugar de Coruche*”, em um vizinho monte fora da aldeia; Nossa Senhora do Carregal, “*do Lugar da Cortiçada*”, no monte da Cavaca; Nossa Senhora do Pilar “*da mesma Parochia da Cortiçada*” (capela particular); Nossa Senhora do Pranto, próximo da aldeia do Souto; Nossa Senhora das Neves, padroeira da igreja matriz de Gradiz, colocada no altar-mor; Nossa Senhora do Vencimento ou do Mosteiro, a meia légua da aldeia e freguesia do Pinheiro⁴. Embora Nossa Senhora da Lapa fique já nos limites de Sernancelhe, muitos romeiros do concelho de Aguiar da Beira e de outros do planalto beirão acorriam em romaria ao seu santuário⁵.

³ SANTA MARIA, Frei Agostinho de – *ob. cit.*, vol. III, p. 32-57.

⁴ Cf. COSTA, Fernando Jorge dos Santos – *Aguiar da Beira – Monografia*. Aguiar da Beira: Município de Aguiar da Beira, 2009, p. 200-202.

⁵ *Ibidem*, p. 35 e 36; VASCONCELLOS, J. Leite de – *Romanceiro Português*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1960, vol. II, p. 505.

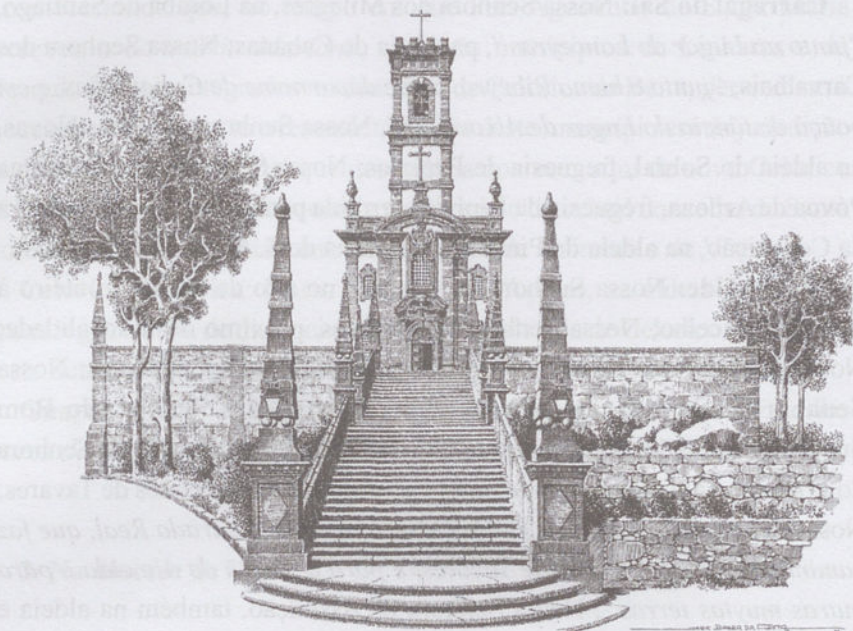
Carregal do Sal: Nossa Senhora dos Milagres, na Lomba de Santiago, “*junto ao Lugar de Lanceyras*”, paróquia de Cabanas; Nossa Senhora dos Carvalhais, “*junto a huma Ribeyra, a que dão o nome de Cabaninhas, e em pouca distância do Lugar de Alvarellas*”; Nossa Senhora das Boas Novas, na aldeia do Sobral, freguesia de Papízios; Nossa Senhora da Arnoza, na Póvoa de Arnoza, freguesia de Papízios (ermida particular); Nossa Senhora da Conceição, na aldeia de Pinheiro, freguesia de S. Miguel de Papízios.

Mangualde: Nossa Senhora do Castelo, no alto do monte fronteiro à sede do concelho; Nossa Senhora de Cervães, próximo desta localidade; Nossa Senhora dos Remédios, igualmente na Póvoa de Cervães; Nossa Senhora dos Verdes, em Abrunhosa-a-Velha; Nossa Senhora do Bom Sucesso, no alto do monte da então vila de Chãs de Tavares; Nossa Senhora do Pranto, no alto de um monte junto à povoação de Guimarães de Tavares; Nossa Senhora da Saúde, na Cunha Alta, à beira da “*estrada Real, que faz caminho para o Concelho de Tavares, e para a Praça de Almeida e para outras muytas terras*”; Nossa Senhora da Assunção, também na aldeia e paróquia da Cunha Alta; Nossa Senhora dos Prazeres, a alguma distância a sudoeste de Aldeia de Carvalho, freguesia de Alcafache; Nossa Senhora das Neves, próximo da aldeia e paróquia de Lobelhe do Mato; Nossa Senhora do Monte ou Nossa Senhora da Cabeça, num ponto alto da cerca do Mosteiro de Maceira Dão⁶.

Nelas: Nossa Senhora do Viso, no alto de um monte de Carvalhal Redondo; Nossa Senhora da Tosse, na aldeia de “*Toladal*” (actual Folhadal), freguesia de Nelas; Nossa Senhora do Viso, em Canas de Senhorim; Nossa Senhora da Expectação, em Vilar Seco (a sua antiga ermida passou a ser a igreja matriz quando foi criada a paróquia).

Penalva do Castelo: Nossa Senhora da Consolação, no Casal das Donas, aldeia da freguesia de S. Pedro do Castelo de Penalva; Nossa Senhora da Ribeira, de Entre as Águas, entre o rio Dão e o seu afluente Coja; Nossa Senhora da Expectação ou da Corga, na aldeia da Corga, freguesia de S. Martinho de Pindo; Nossa Senhora da Assunção, “*da mesma freguesia*

⁶ Para uma abordagem explicativa dos onze santuários marianos do actual termo do concelho de Mangualde, veja-se SILVA, José Manuel Azevedo e – *Notícias e Memórias Paroquiais Setecentistas – Mangualde*. Coimbra: Palimage – Centro de História da Sociedade e da Cultura, 2009, p. 102-111.



Santuário de Nossa Senhora do Castelo – Mangualde

de S. Martinho”; Nossa Senhora da Ribeira, na freguesia da Ínsua, entre o rio Dão e a ribeira de Coja, junto a esta (alguns dão-lhe o título de Senhora da Luz).

Santa Comba Dão: Nossa Senhora da Ribeira ou do Pranto, junto ao rio Mondego, na paróquia de Pinheiro de Ázere.

Sátão: Nossa Senhora das Romãs, no côncavo do promontório do Barrocal, próximo da aldeia de Romãs, *“do termo de Gufar”*, quatro léguas a leste de Viseu; Nossa Senhora da Esperança, na aldeia de Abrunhosa, freguesia de S. Miguel de Vila Boa.

Tondela: Nossa Senhora da Natividade, de Besteiros, também venerada sob a invocação de Nossa Senhora do Campo; Nossa Senhora da Esperança, no lugar e freguesia de S. Pedro de Mouraz, *“dista da Cidade de Viseu três legoas e meya para a parte do sul, e meya legoa da Villa de Tondella, e ficará distante da estrada Real, que vay para Coimbra, pouco mais de dous tiros de mosquete”*; Nossa Senhora de Guadalupe, da paróquia de *“Ardavaz”*, actualmente Dardavaz; Nossa Senhora do Castro, na freguesia

de S. Julião da Lomba, “*termo de Besteyros*”; Nossa Senhora da Expectação ou da Rua Fria, a leste da aldeia de Santa Ovaia de Baixo, freguesia de Canas de Sabugosa; Nossa Senhora do Rosário, “*do Lugar e Freguesia de Villar*”, do termo de Besteiros; Nossa Senhora da Penha de França, em um monte próximo da aldeia de Muna, freguesia de Santiago, termo de Besteiros; Nossa Senhora da Assunção, padroeira da igreja matriz de Tondela, com a imagem colocada no altar-mor; Nossa Senhora do Guardão, junto ao lugar e freguesia de Guardão; Nossa Senhora do Rosário, venerada na igreja matriz de Guardão, no altar colateral do lado da epístola; Nossa Senhora da Assunção, a que vulgarmente chamam Senhora da Ribeira, na freguesia de Parada; Nossa Senhora do Pranto, em Sabugosa; Nossa Senhora da Conceição, na aldeia de Parada, freguesia de S. Miguel do Outeiro; Nossa Senhora das Neves, no altar lateral do lado da epístola da igreja matriz de Ferreirós, junto ao rio Dão.

Viseu: Nossa Senhora de Pedrogal, padroeira da sé de Viseu, com a sua imagem colocada no altar-mor (os da cidade chamavam-lhe “*Nossa Senhora do Altar-Mor*” e outros Nossa Senhora da Assunção); Nossa Senhora de Silgueiros ou da Assunção, na paróquia de Silgueiros; Nossa Senhora da Conceição, com imagem colocada na capela do lado do evangelho da igreja do Convento de S. Francisco de Orgens; Nossa Senhora da Luz, lugar e paróquia de Farminhão; Nossa Senhora da Anunciação, no lugar de Carracedo, paróquia de Farminhão, “*em distância de hum quarto de legoa*”, a norte; Nossa Senhora da Conceição, numa ermida anexa à igreja matriz de Farminhão; Nossa Senhora do Rosário, na igreja matriz de Farminhão; Nossa Senhora do Carmo, venerada também na igreja matriz de Farminhão; Nossa Senhora das Neves, numa pequena ermida da Quinta do Outeiro, paróquia de S. Miguel, “*termo da cidade*”; Nossa Senhora da Vitória, do lugar de Carragozela, paróquia de Cavernães, cerca de uma légua a nascente da cidade; Nossa Senhora do Castro, em um monte alto, no lugar de Vila de Souto, uma légua a norte da cidade; Nossa Senhora do Ribeiro, junto de um pequeno ribeiro, perto do lugar de Routal, paróquia de Torredeita; Nossa Senhora da Expectação ou do Ó, na freguesia de São Cipriano, no alto do monte da Portela, uma légua a ocidente de Viseu; Nossa Senhora das Neves, na aldeia e freguesia do Salvador, próximo da cidade de Viseu, a sul, junto ao rio Pavia; Nossa Senhora da Conceição, no Campo da Cava

de Viriato; Senhora da Oliveira ou do Ó, na aldeia de Oliveira, freguesia de S. João de Lourosa e a sua ermida também era chamada da Senhora do Ó ou da Expectação do Parto; Nossa Senhora dos Prazeres, na povoação de Abraveses, anexa à freguesia da Sé; Nossa Senhora dos Prazeres, no lugar de Pascoal, próximo de Abraveses; Nossa Senhora do Freixo, junto à aldeia de Sanguinhedo (onde terá existido um antigo freixo), da freguesia de Côta; Nossa Senhora da Conceição, no lugar e paróquia de Mondão, uma légua a norte de Viseu; Nossa Senhora da Conceição, dentro de Mondão, fundada por António Rebelo Velho e benzida em 9 de Setembro de 1685 (capela particular); Nossa Senhora da Expectação ou da Prenhada, na Quinta do Covelo, de Valeriano Coelho de Sousa, a oriente da cidade, na freguesia de S. Pedro de França (capela particular); Nossa Senhora da Penha ou da Pena, no alto de um monte, defronte da Quinta do Covelo, freguesia de S. Pedro de França; Nossa Senhora do Ribeiro de Frades, na Quinta dos Frades, de António Coelho de Campos, freguesia de S. João de Lourosa (capela particular); Nossa Senhora da Nazaré, em Lourosa de Baixo; Nossa Senhora dos Escravos, em Lourosa de Cima; Nossa Senhora da Estrela, na aldeia do Souto, freguesia de S. João Baptista, a ocidente de Viseu; Nossa Senhora do Egipto, na freguesia de S. Cipriano, uma légua a ocidente da cidade; Nossa Senhora da Victória, na aldeia de Mozelos, freguesia do Campo da Madalena, meia légua a Norte de Viseu; Nossa Senhora da Ouvida, do Rosário ou das Neves, a Leste da povoação de Ranhados, da freguesia da sé; Nossa Senhora do Rosário, em Santos Evos, uma légua a leste da cidade; Nossa Senhora do Rosário, na capela colateral do lado da epístola da igreja matriz da paróquia de Campo, próximo e a norte da cidade⁷.

4. O culto mariano

Tomando o que atrás ficou dito, seguindo o autor do *Santuário Mariano*, existiam, nos princípios do século XVIII, no território do planalto beirão, 108 templos com imagens de diversas invocações de Nossa Senhora (21 na diocese de Coimbra, 2 na da Guarda voltada para o planalto, e 85

⁷ SANTA MARIA, Frei Agostinho de – *ob. cit.*, vol. V, p. 141-537 e vol. VII, p. 465-467.

na de Viseu). Desta totalidade, 8 tinham a respectiva imagem em capelas particulares, 6 em mosteiros e 11 no altar-mor ou num dos altares colaterais de uma igreja matriz. Feitas as contas, temos que 85 invocações marianas tinham templo próprio (santuário, igreja, capela, ermida).

Convém sublinhar que 40 (37%) dos templos marianos tinham irmandades, com um corpo de irmãos geralmente numeroso e de composição bastante diversificada. Vejamos alguns exemplos mais representativos: a de Nossa Senhora de Silgueiros, ou da Assunção, congregava “*cem Irmãos Leygos*”; a de Nossa Senhora do Ribeiro, de Torredeita, tinha 171 irmãos leigos e 9 sacerdotes; a de Nossa Senhora da Expectação, de Santa Ovaia de Baixo, era formada por 70 irmãos, 30 irmãs, 1 capelão a alguns sacerdotes; a de Nossa Senhora da Penha de França contava 200 irmãos e 50 irmãs; a de Nossa Senhora da Assunção, de Tondela, dispunha de muitos leigos e 70 sacerdotes; a de Nossa Senhora do Rosário, da matriz de Guardão, incorporava 150 irmãos casados e suas mulheres; a de Nossa Senhora da Purificação, de Pena Verde, tinha 120 irmãos, 30 irmãs e 12 sacerdotes; a de Nossa Senhora das Neves, de Gradiz, era constituída por 250 irmãos; a de Nossa Senhora da Ouvida, do Rosário ou das Neves, de Ranhados, tinha 160 irmãos e 25 irmãs donzelas e viúvas; a de Nossa Senhora da Victória, de Mozelos, contava apenas 33 irmãos; a de Nossa Senhora dos Verdes, de Abrunhosa-a-Velha, tinha 200 irmãos; a de Nossa Senhora dos Prazeres, de Aldeia de Carvalho, constava 150 irmãos e 10 irmãs; a de Nossa Senhora das Neves, de Lobelhe do Mato, congregava 150 irmãos e 12 irmãs, provenientes de 5 freguesias (Lobelhe, Fornos de Maceira Dão, Alcafache, Moimenta do Dão e Espinho)⁸. Caso curioso é o de Nossa Senhora do Rosário, do lugar e freguesia de Vilar (Besteiros) que tinha 2 irmandades⁹. Em alguns casos, não é indicado o número de irmãos, mas o autor do *Santuário Mariano* regista expressões como “*tem hũa nobre Irmandade*”.

Muitas das imagens de Nossa Senhora tinham, naquela época, tomado o nome da povoação, do sítio ou das suas características geográficas ou mesmo de um elemento da flora. Ilustremos com alguns exemplos: Senhora

⁸ *Ibidem*, vol. V, p. 192-197, 245-251, 291-297, 304, 309, 372-374, 386-389, 427 e 428, 443 e 444, 528-532, 524, 526, 183-185, 500-505, 496-500. No presente, os irmãos e irmãs são apenas de Lobelhe e de Moimenta.

⁹ *Ibidem*, p. 300-304.

do Monte, Mangualde da Serra (Gouveia), porque a imagem aparecera no “*Monte Alfatema, entre tres carvalhos*”; Senhora da Ribeira, em Folhadosa (Seia), porque o santuário ficava “*vizinho à ribeyra ou rio Alva*”; Senhora do Espinheiro, da Póvoa (Seia), onde terá existido um velho espinheiro; Senhora dos Linhares, Aljão (Gouveia), onde eram cultivados mimosos campos de linho; Senhora dos Carvalhais (Carregal do Sal); Senhora do Ribeiro, porque o santuário estava junto de um pequeno ribeiro, perto da povoação de Routal (Viseu); Senhora da Ribeira ou de Entre as Águas (Penalva do Castelo), porque a sua “Casa” ficava entre o rio Dão e a foz do seu afluente Coja); Senhora do Freixo, Sanguinhedo (Viseu), pois, segundo tradição antiga, aqui terá existido um velho freixo); Senhora dos Escravos, Lourosa de Cima (Viseu), pelo facto de os devotos que fundaram a sua primitiva ermida se terem considerado seus escravos; finalmente, em relação à Senhora do Loureiro, “*junto à Villa de Pombeyro*” (Arganil), é caso para questionar por que não tomou o nome de Pombeiro e sim o de Loureiro¹⁰.

Quanto ao culto dos devotos perante os “*prodígios e maravilhas*” que as diferentes invocações de Nossa Senhora obravam, podemos dizer que muitas intercediam perante Deus no domínio da “clínica geral”, outras eram portadoras de certas “especialidades”, outras ainda não deixavam de atender aos aspectos gerais, mas eram mais “eficazes” num determinado domínio específico. Por outro lado, as invocações de alguns santuários marianos eram objecto de uma devoção local, muitas abrangiam romeiros devotos de povos circunvizinhos e algumas atraíam peregrinos de lugares longínquos e, nestes casos, os santuários tinham, normalmente, casas próprias para acolher os romeiros, durante uma ou mais noites.

Vamos documentar: Nossa Senhora do Monte, de Mangualde da Serra (estando na Serra da Estrela, advogava a favor dos mareantes) “*todos os que a invocavão, assim na terra como no mar, achavão prompta a sua protecção, porque os enfermos em terra achavão certo o remédio de sua saúde, e os que no mar se vião naufragar, erão livres do perigo logo que invocavão esta Soberana Estrella, e chegavão ao porto com bonança*”; à Nossa Senhora da Tosse, de S. Paio (Gouveia), deram-lhe esta invocação

¹⁰ *Ibidem*, vol. IV, p. 511-513, 527-529, 529-531, 531 e 532; vol. V, p. 210-214, 245-251, 461-467, 486-488; vol. VII, p. 465-467.

“por ser advogada desta moléstia, e enfadonha queyxa”; em relação a Nossa Senhora de Pedrogal, da Sé de Viseu “a devoção, que toda aquela Cidade tem a esta Senhora he muyto grande; he não só os moradores della, e os de todo aquelle Bispado, mas ainda de fora delle vem muytas pessoas com grande devoção a buscar nesta milagrosa Senhora o alivio em seus trabalhos, e o remédio de suas necessidades”; o santuário de Nossa Senhora do Espinheiro, da Póvoa Velha (Seia) tem “muytas casas de romagem, aonde pousão, e descansão os romeiros, e peregrinos”. Nossa Senhora de Treixedo (Santa Comba Dão) obrava “muytas maravilhas, e milagres a favor dos seus devotos, e principalmente nas mulheres, que padecem faltas de leyte para alimento de seus charos filhinhos”; a Nossa Senhora da Pena ou da Penha (Viseu) “tem muyta fé, e devoção os moradores do Lugar do Covello”; à festividade de Nossa Senhora do Monte ou da Cabeça, no Mosteiro de Maceira Dão (Mangualde), no dia 3 de Maio (mais tarde passará para Quinta-Feira de Ascensão) acorria muita gente das redondezas “em romaria a visitar aquella milagrosa Imagem”, com suas ofertas em acção de graças pela cura dos seus achaques, particularmente as “dorés de cabeça”¹¹.

5. Evolução dos santuários e das romarias

A realidade do universo dos santuários e das romarias não é estática. O culto e a devoção de algumas das invocações podiam aumentar ou, ao invés, entrar em decadência e, normalmente, os seus templos em ruínas. Em relação a Nossa Senhora do Mosteiro ou das Neves, de Avô, diz Frei Agostinho de Santa Maria, em 1712, que “antigamente era Santuário muyto celebre, e venerado, erão grandes os concursos das romagens, mas como a frieza humana he tão grande, faltando quem accenda, e excite o fogo da devoção, não so esta se esfria, mas se acaba de todo”¹². Situação idêntica acontecia, em 1716, com Nossa Senhora de Silgueiros ou da Assunção¹³.

¹¹ *Ibidem*, vol. IV, p. 511-513, 529-531, 674; vol. V, p. 141-144, 214-218, 496 e 497, 514-516.

¹² *Ibidem*, vol. IV, p. 648-651

¹³ *Ibidem*, vol. V, p. 197.

Por outro lado, alguns santuários marianos e respectivas romarias foram sendo restaurados e ampliados e outros foram surgindo até aos nossos dias.

6. Romarias e santuários não marianos

Embora em menor número, não podemos esquecer santuários e romagens de padroeiros não marianos. Destaquemos, entre outros, os casos das grandes romarias do planalto beirão em honra do Senhor do Calvário, em Gouveia, ou do Senhor dos Caminhos, no Sátão. E outros exemplos podem aduzir-se, nomeadamente, as festas e romarias em honra do Senhor do Calvário na Lajeosa do Dão (Tondela) e na Folhadosa (Seia); do Anjo da Guarda, em Vila Chã (Seia); de Santa Eufémia, em Celorico da Beira (romaria e feira), na Matança, Fornos de Algodres (romaria e feira); em Tondela, em Nelas, em Cepões (Viseu) e em Paranhos (Seia); de S. Bartolomeu, em Senhorim, concelho de Nelas (feira, romaria e banho purificador no Rio Santo)¹⁴; de São Miguel, na Muxagata (Fornos de Algodres); de S. Brás, em Juncais e de Santo Amaro, na Fuinha, Fornos de Algodres (romarias e feiras)¹⁵; do Senhor dos Milagres (Tábua), do Senhor da Serra, Carapinha (Tábua). Do Senhor do Castelinho, no lugar de Ancinho (Aguiar da Beira), a que está ligada a lenda de uma mulher que terá sonhado com a imagem de Nosso Senhor perdida nuns penhascos e que tem a sua festa na “primeira domingo de Setembro com grande romaria”¹⁶.

¹⁴ Na tarde de 23 de Agosto, «ao aproximar-se do Poço Santo, a procissão, e preparando-se o pároco para o benzer, já muitos doentes se aglomeram nas duas margens: e mal o sacerdote deita a bênção, logo aqueles começam tomando banho, isto é, *banho santo*, no açude, e qual mais prestes». Ver LOUREIRO, J. Pinto – *O Concelho de Nelas, antiga Terra de Senhorim*. Coimbra: Instituto de Coimbra, 1940, p. 207.

¹⁵ Relativamente às festas e romarias do concelho de Fornos de Algodres, veja-se MARQUES, Monsenhor José Pinheiro – *Terras de Algodres (Concelho de Fornos)*, Reedição facsimilada conforme a primeira edição, de 1938. Fornos de Algodres: Câmara Municipal de Fornos de Algodres, 2001, p. 188 e 189.

¹⁶ COSTA, Fernando Jorge dos Santos – *ob. cit.*, p. 238, 239 e 425-427.



Ermita do Senhor do Castelinho, em Ancinho (Aguiar da Beira)

7. O sagrado e o profano nas romarias

Como expressivamente diz Lucena do Vale, referindo-se às afamadas romarias da Senhora do Castelo, de Mangualde, do Senhor dos Caminhos, de Sátão, da Santa Eufémia, de Ranhados, da Senhora dos Verdes, de Fornos de Algodres, da Senhora do Viso, de S. Bartolomeu, «havia-as que desbancavam povo de três e mais léguas em redor. Vinham os romeiros, em grandes ranchos, alegres, endomingados, de pé descalço por mor da caminhada, eles de camisa branca, alva de neve, de casaco ao ombro, as botas enfiadas no varapau pelas presilhas; elas, garridas, de blusas berrantes, saia preta, os sapatos na mão, “xales” de merino à cabeça, sobre os cestos da merenda. E a caminhada sob o sol primaveril ou à torreira do verão, regada com vinho do barril ou da borracha a tiracolo, amenizada com a música da cantiga, era já uma reinação»¹⁷:

¹⁷ Como vemos, as manifestações profanas das romarias não aconteciam apenas junto aos santuários, ocorriam também e principalmente durante o percurso a pé do caminho de ida (com mais exuberância) e no de regresso. Por outro lado, convém relevar que a realidade

Cá vamos p'rá romaria,
A cantar e a dançar!
Tristezas não pagam dívidas,
Rapazes toca a gozar!¹⁸

Por vezes, iam de véspera para não perderem a missa nem o sermão do dia e, «toda a tarde, após o almoço suculento, por entre as mesas do doce – *os beijos, as cavaquinhas, corações, pirolitos e laranjadas* – era um regabofe de se lhe tirar o chapéu! A banda de música, no coreto coberto com ramos de loureiro, enchia os ares de sons estridentes e alegres que desanuviavam os espíritos; os foguetes arrebentavam nos ares e o povo dançava e ria! As pipas de vinho, sobre os carros de bois, despejavam-se umas atrás das outras»¹⁹.

Também, com muita frequência, as romarias foram e continuam a ser ocasiões de feira. E, nestes casos, o profano precede o sagrado, uma vez que, por regra, as feiras e as festas profanas, nomeadamente as romarias a pé no percurso de ida, precedem as religiosas. Já nos princípios do século XVIII, havia feira na festividade de Nossa Senhora da Natividade, de Besteiros (Tondela) na de Nossa Senhora de Guadalupe, em Ardavaz (Tondela), na de Nossa Senhora da Expectação ou da Corga (Penalva do Castelo), na de Nossa Senhora de Cervães (Mangualde), onde se faziam “*outros muytos festejos, de danças, e comédias*”, na de Nossa Senhora da Conceição, do Campo de Viriato (Viseu), celebrada em 8 de Setembro, onde desde há muito se fazia “*huma notável feyra que veio a dar origem à Feira de São Mateus, em 21 desse mês*”²⁰.

Mas, mesmo quando tal não sucedia formalmente, nas imediações do santuário, na sequência do que atrás se disse, além dos coretos para os concertos das bandas filarmónicas, «alinhavam-se sempre tendinhas de doce, de “comes e bebes”, melancias aos montes, tascos improvisados debaixo

traçada por A. Lucena do Vale para esta região pode estender-se, com uma ou outra variante, a todo o planalto beirão.

¹⁸ VALE, A. Lucena – *De passeio à Beira Alta*, 2ª edição (1ª edição em 1956). Lisboa: Direcção Geral da Educação Permanente, 1973, p. 51 e 52.

¹⁹ *Ibidem*, p. 52.

²⁰ SANTA MARIA, Frei Agostinho de – *ob. cit.*, vol. V, p. 145-153, 228-230, 468-471, 163-166 e 318-324.

de qualquer árvore, com o pipo amarrado ao carro, flores de papel, louça, cestos, por vezes especialidades ou artesanato local, bugigangas, etc»²¹.

Um caso muito peculiar é a tradicional romaria da Tia Baptista. Soror Baptista do Céu Custódia ingressou no convento franciscano de Vinho (Gouveia) e tomou hábito em 1701, aos 22 anos. Segundo a tradição e a penumbra da lenda, sempre manifestou extremoso enlevo pelo Menino Jesus. O povo foi-lhe atribuindo sucessivos milagres, “canonizou-a” com o nome carinhoso de Tia Baptista e prestou-lhe acrisolado culto, emergente da mais genuína crença popular. A esta festa sempre afluíram, desde o século XVIII, muitos romeiros de várias léguas em redor. Dantes, «o caminho fazia-se a pé, em ranchos alegres e rumorosos, com adufes, pandeiros, harmoniuns, e gaitas de beijo, o que dava aso a descantes, cantigas ao desafio e às “modas” populares de que tão rico e belo é o nosso folclore»²².

Convém registar que as manifestações festivas se faziam mais no percurso de ida; no de regresso, já cansados, os romeiros pensavam mais em chegar a casa. O dichote popular que vem a seguir traduz este estado de espírito. «Para onde vais?» – Resposta alegre e exuberante: «vou para a festa!!!». «Donde vens?» – Resposta triste e sorumbática: «venho da festa!!!».

A este propósito, é magistralmente ilustrativa a seguinte passagem de Aquilino Ribeiro: «O caminho para a romaria, salvo o que tinha de desintencional, era autêntica parada de folclore. Exumavam-se das arcas, dentre mentrastos, os trajes de ver a Deus: chailes de franjas, capotes com dois cabeções forrados de baeta vermelha e fivela de prata, chambrinhos vistosos, o chapéu braguês, chanquinhas de verniz, com uma prega de cores nos fêstos, que passam e vão largando o sonido quási musical do cascavel, lenços ramalhudos, gloriosos, produto duma estampania ultra-impressionista concebida, dir-se-ia, para alegrar a alma dos melancólicos. Cantava-se a modinha, que teria inventado há que mundos o troveiro de ofício, aligeirando-se a jornada com as tocatas do harmónio ou o funfarrum da rabeca ou dos

²¹ OLIVEIRA, Ernesto Veiga de – *Festividades Cíclicas em Portugal*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1984, p. 219.

²² CRESPO, José – Romarias Típicas da Beira. A Tia Baptista de Vinho. *Beira Alta*, Viseu: Assembleia Distrital de Viseu, 1984, vol. XLIII, nº 1 e 2, p. 281-289.

ferrinhos. Os faias voltavam com o registo do orago entalado na fita do chapéu a par da pena de pavão e às vezes com a cabeça rachada»²³.

²³ RIBEIRO, Aquilino – As Beiras sob o ponto de vista etnográfico, *Seara Nova*, nº 731 (1941) 229.

Doutrinas e profilaxia da tuberculose em Portugal nos finais do século XIX

Ismael Cerqueira Vieira

CITCEM – Universidade do Porto

CEIS20 – Universidade de Coimbra

ismaelcerqueira@gmail.com

Texto recebido em /Text submitted on: 09/05/2013

Texto aprovado em /Text approved on: 30/09/2013

Resumo/Abstract:

A tuberculose é hoje tida como uma doença infetocontagiosa. Todavia, até finais do século XIX perseveraram duas doutrinas opostas, a da hereditariedade e a do contágio.

Mesmo após a revolução pasteuriana e as provas laboratoriais da infeto-contagiosidade demonstradas por Villemin (1865) e por Koch (1882), a comunidade médica portuguesa tardou em perfilhar o contagionismo da tuberculose mantendo-se fiel à doutrina da hereditariedade. Esta questão teve como consequência, além da errada formação dos médicos, o atraso das campanhas profiláticas num país pobre e fustigado pela tuberculose, que era das primeiras causas de morte em Portugal. Neste trabalho pretende-se discutir um tema antigo da medicina portuguesa, nomeadamente a difícil aceitação da doutrina da contagiosidade da tuberculose e a sua influência na prevenção organizada.

Today tuberculosis is regarded as an infectious and contagious disease. However until de late nineteenth century endured two opposing doctrines, the heredity and the contagion. Even before the Pasteurian revolution and laboratory evidences about the infectiousness and contagiousness demonstrated by Villemin (1865) and Koch (1882), the Portuguese medical community delayed to accept contagion of tuberculosis and stayed faithful to the doctrine of heredity. The consequences of that question resulted, besides the wrong training of doctors, in the delay of prophylactic campaigns in a poor country and harassed by tuberculosis, which was the first cause of death in Portugal. This paper aims to discuss a theme of old Portuguese medicine, in particular the difficult acceptance of the doctrine of contagiousness of tuberculosis and its influence in the organized prevention.

Palavras chave/Keywords:

Tuberculose; Medicina; Contágio; Hereditariedade; Profilaxia.

Tuberculosis; Medicine, Contagion, Heredity; Prophylaxis.

A gênese da questão

Desde a Antiguidade que a tuberculose está descrita pelos povos do mundo mediterrânico. Egípcios, hebreus, gregos e romanos, todos eles se reportavam a uma doença caracterizada pelo estado de magreza e pela expectoração sanguinolenta dos doentes – a tísica. Mesmo com descrições bastante detalhadas acerca da semiologia da doença, como fez Hipócrates de Cós, a verdade é que a natureza e a causa desta patologia nunca foram comprovadas cientificamente até à segunda metade do século XIX.

As duas teorias acerca da origem da tuberculose, a da hereditariedade e a do contágio, conhecem-se desde a Grécia Antiga: Hipócrates considerava que era hereditária, sendo célebre o seu aforismo “dum tísico nasce outro tísico”, e os filósofos atomistas pré-socráticos e Galeno consideravam-na contagiosa defendendo que se propagava através de sementes, à semelhança do reino vegetal¹.

A questão tomou outras proporções durante o Renascimento, quando em 1546 Girolamo Fracastoro de Florença advogou que a tísica era fruto do contágio pelos materiais emanados da respiração ou das secreções dos doentes tísicos por meio de animálculos. Inspirada nesta teoria a República de Lucca promulgou no século seguinte a primeira legislação de profilaxia da tísica de que há memória na Europa. Mas por volta de 1650, a Faculdade de Medicina de Paris sustentava a ideia de que a doença era hereditária.

No decorrer do século XVIII e impulsionado pela microscopia, o contributo mais destacado para a doutrina etiológica da tuberculose foi dado por Benjamin Marten, com a publicação em 1720 da obra «*A New Theory of Consumption: More Especially of a Phthisis or a Consumption of the Lungs*». Aí fez uma síntese das doutrinas etiológicas existentes, das explicações humorais às teorias físicas e mecânicas do seu século, mas verificou que não tinham fundamentação científica. Acreditava que a tísica podia ser causada por animálculos que se introduziam nas veias e eram levados pelo sangue para os pulmões, onde punham ovos que por sua vez provocavam

¹ MARADONA HIDALGO, José Antonio – *Tuberculosis: Historia de su conocimiento*. Oviedo: Universidad de Oviedo, 2009, p. 30-32 e 51.

obstruções, inflamação e ulceração dos tecidos². A teoria dos animálculos de Marten teve alguns apoiantes como Cotton Mather de Boston, que ia mais longe ao considerar a possibilidade da quimioterapia contra os animálculos, e Thomas Reid que o citou na sua obra «*Essay on the Phthisis Pulmonalis*»³.

No dealbar do século XIX, com as reformas no ensino da medicina e com os trabalhos dos anatomopatologistas franceses, especialmente Corvisart, Bayle e Laennec, emergiu uma nova conceção de doença que correlacionava os sintomas *ante mortem* com as lesões *post mortem*. É neste sentido que o estudo da tísica e de outras doenças progrediu e fundamentou-se numa nova corrente de pensamento, que no entanto só trouxe conhecimentos válidos no campo do diagnóstico, da semiologia e da anatomopatologia ficando o problema etiológico adiado.

Em meados da centúria quando a utilização do microscópio passou a fazer parte do quotidiano dos cientistas, o estudo dos tecidos e das células dominou as pesquisas médicas. O tubérculo tornou-se assim o centro das atenções. Destacaram-se neste período os trabalhos de histologia e citologia do tubérculo de Hermann Lebert, de Benno Reinhard e de Rodolf Virchow. Este último, sendo o mais importante, acreditava que o tubérculo era um linfoma formado pela proliferação de tecido conjuntivo que se transformava em células pequenas com núcleo grosso ou em células gigantes multinucleares. No entanto persistiu o mistério sobre a origem do tubérculo⁴.

Foram as pesquisas laboratoriais, orientadas desde 1830 para o estudo da parasitologia, dos vírus, venenos obscuros e animálculos, que vieram aclarar a causa da doença. Em 1840, Hendel retomou a teoria dos animálculos e em 1857 Buhl afirmou a partir de evidências anatómicas que a tuberculose era provocada por um fator específico. Pouco tempo depois outros cientistas dedicaram-se ao isolamento das bactérias através da sua criação em culturas, sustentando que a saliva era um meio transmissor da bactéria.

² DOETSCH, Raymond N. – Benjamin Marten and His “New Theory of Consumptions”. *Microbiological Reviews*. V. 42:3 (1978) 521-528. (<http://mmbr.asm.org/cgi/reprint/42/3/521.pdf> consultado em 2012.02.15).

³ SHRYOCK, Richard Harrison – *National Tuberculosis Association (1904-1954): A Study of the Voluntary Health Movement in the United States*. Nova Iorque: Arno Press, 1977, p. 9.

⁴ ROCHA, Augusto – Sobre a evolução da doutrina da tuberculose. *Coimbra Médica*. 15:11 (1895) 165-169.

Em 1865 Jean-Antoine Villemin provou a contagiosidade da doença pela inoculação de produtos da tuberculose humana em animais. Numa série de experiências realizadas em coelhos e porquinhos-da-índia provou que introduzindo no corpo destes animais fragmentos de substâncias tuberculosas eles adquiriam tuberculosas verdadeiras. Esta confirmação veio abalar todas as teorias sobre a natureza da tuberculose até então, acarretando também implicações práticas na profilaxia da moléstia⁵.

Mas foi Robert Koch o responsável pela descoberta do bacilo da tuberculose, batizado mais tarde com o seu nome: bacilo de Koch (BK). Em 1881 iniciou os trabalhos em torno da tuberculose no laboratório de Berlim com o material proveniente dum cadáver dum homem de trinta e dois anos. No ano seguinte fez o anúncio da grande descoberta à Sociedade de Fisiologia de Berlim a 24 de Março de 1882, demonstrando cientificamente que o BK era a causa única da tuberculose, sem o qual não existia a doença. Ficou igualmente provada a unidade da tuberculose, que podia afetar a maior parte dos órgãos, sistemas e tecidos. Esta descoberta não foi aceite unanimemente, uma vez que os opositores à teoria contagionista continuaram a negar a causa específica. Mas a verdade é que as pretensas causas da tuberculose como a má ventilação ou a má alimentação passaram a ser apenas condições que favoreciam o contágio⁶. Com o advento da bacteriologia modificou-se radicalmente o conceito etiopatológico da tuberculose, apesar de muitos médicos se manterem reticentes face às novas teorias.

No que diz respeito a Portugal, a medicina nacional foi sobretudo uma seguidora atenta dos trabalhos empreendidos no estrangeiro. Apesar de não ter dado um contributo original e decisivo à fisiologia, numa forma geral os médicos portugueses estiveram atualizados em relação às novidades surgidas das investigações estrangeiras, promovendo também o debate em torno dessas descobertas.

Os clássicos da medicina portuguesa, Amato Lusitano e Zacuto Lusitano, escreveram sobre a tísica em parâmetros enquadráveis na sua época. Ambos deram importância sobretudo às manifestações exteriores e percetíveis.

⁵ FREITAS, António Joaquim de – *A tuberculose considerada sob o ponto de vista da contagiosidade e parasitismo*. Porto: Imprensa Moderna, 1887. Tese Inaugural, p. 29-39.

⁶ ROCHA, Augusto – *Sobre a evolução da doutrina da tuberculose*. *Coimbra Médica*. 15:12 (1895) 185-189.

veis da doença, dedicando particular atenção à semiologia. No entanto, Zacuto Lusitano e depois Ribeiro Sanches eram partidários da doutrina contagiosa de Fracastoro embora na sua altura reinasse uma certa confusão acerca da etiologia da doença⁷.

Claramente contagionista era João Curvo Semedo, que no século XVIII escrevia na sua «*Polyanthea Medicinal*»:

Huma das cousas que encomendo muito aos Medicos modernos he que quando morrer algum tísico, fação logo queimar todas as roupas, e cousas do uso do tal tísico, porque não se pode explicar quam pegajosa seja esta doença; basta dizer que vi dous religiosos Trinos, que sendo moços, e robustos, se fizeram tísicos de morarem em huma cella em que, havia muitos annos, morrera um tísico.⁸

Este extrato mostra que Curvo Semedo considerava a tísica uma doença contagiosa, classificando-a de “pegajosa” e exemplificando com o caso de dois religiosos que contraíram a tísica por habitarem na cela que pertenceu a um tísico já falecido. Também Francisco Fonseca Henriques advogava a contagiosidade da moléstia, recomendando o isolamento dos tísicos e o afastamento das crianças e adolescentes dos doentes⁹. Por aqui se depreende que a teoria do contágio era conhecida pelos médicos portugueses, o que aconteceu até à transição do século XVIII para o XIX, afirmando-se a partir daí o anti-contagionismo e a teoria da hereditariedade que vigorou até às descobertas de Villemin e Koch.

A difícil aceitação da teoria do contágio

O difícil começo do século XIX em Portugal, marcado pelas invasões francesas, pela tutela inglesa e posterior guerra civil entre Absolutistas e Liberais, desarticulou os progressos nos vários domínios científicos,

⁷ MIRA, Matias Ferreira de e CARVALHO, Lopo de – *La lutte contre la tuberculose au Portugal*. Lisboa: ANT, 1936, p. 12-13.

⁸ SEMEDO, João Curvo – *Polyanthea Medicinal*. Lisboa: Officina dos Herdeiros de António Pedrozo Galram, 1741, p. 171-172.

⁹ CARVALHO, Augusto da Silva – *Apontamentos para a História da Tuberculose*. Lisboa: Imprensa Médica, 1934. Sep. de «A Medicina Contemporânea», p. 13-17.

medicina incluída. Na primeira metade do século XIX, Paris converteu-se no centro de maior desenvolvimento médico da altura o que atraiu vários portugueses exilados ou em viagens de formação. Foram vários os que fizeram da tuberculose o objeto de estudo da sua tese como José Albino Cardoso Gerales, António da Costa Paiva, José Joaquim Pereira Reimão ou José Joaquim Barbosa. Por exemplo, António da Costa Paiva entendia que na génese do problema estava a má conformação do tórax e sobretudo a predisposição hereditária para adquirir a doença. Acreditava na curabilidade da tísica pulmonar e criticava a posição dos médicos portugueses retrógrados que não estavam atualizados em relação aos conhecimentos e técnicas de diagnóstico da altura.

Mas foram mormente os professores e alunos das Escolas Médico-cirúrgicas do Porto e Lisboa que contribuíram desde meados de Oitocentos de forma objetiva para a difusão dos conhecimentos da tuberculose, especialmente no que diz respeito à patologia e terapêutica¹⁰.

Podemos dizer que até à década de 1860, altura em que Villemin publicou os dados da sua investigação e provas concretas da inoculabilidade da tuberculose em animais, os médicos portugueses não partilhavam duma orientação doutrinária única relativa à natureza e origem da tuberculose. Em 1841, José Pereira Mendes baseado em casos de tuberculose infantil na Casa Pia de Lisboa defendeu a existência duma tísica própria da infância sediada nos brônquios. Segundo o autor a tísica brônquica era fruto da inflamação, ocorrendo em indivíduos predispostos hereditariamente e com temperamento linfático¹¹, o que fazia dele partidário da teoria dos humores e da doutrina hereditária.

Em 1845, a «Gazeta Médica do Porto» publicou um artigo anónimo¹² sobre a patologia das escrófulas (adenites tuberculosas) concebendo-a como uma doença de transmissão hereditária pelo casamento. No mesmo ano o

¹⁰ A primeira tese em medicina escrita em Portugal sobre tuberculose data de 1857, é manuscrita e provém da Escola Médico-cirúrgica do Porto. Versa sobre tuberculose cirúrgica, mais propriamente sobre a patologia e tratamento dos tumores brancos. Cf. PINTO, Albino Ribeiro – *Algumas considerações sobre tumores brancos*. Porto: [s.n.], 1857. Tese Inaugural.

¹¹ MENDES, José Pereira – *Algumas considerações sobre huma especie de tísica propria da infancia*. *Jornal da Sociedade de Sciencias Medicas de Lisboa*. 13 (1841) 8-15.

¹² ESCRÓFULAS. *Gazeta Medica do Porto*. 3 (1945) 244-246.

Conselho de Saúde Pública do Reino publicou o quadro nosográfico¹³ oficial, no qual podemos verificar a confusão reinante ao nível da classificação da doença, senão vejamos: os “tubérculos”, os “tubérculos pulmonares” e os “tubérculos mesentéricos” eram classificados individualmente como lesões orgânicas, as “escrófulas” eram tidas como lesões orgânicas locais, e os “tumores brancos” como tumores. Esta nosografia não faz qualquer menção à tísica ou à tuberculose, não a incluindo na quarta secção da Classe III respeitante às doenças de índole respiratória, o que evidencia o desconhecimento da natureza, da origem e diferentes formas da doença por parte dos médicos.

Em 1870 saiu uma portaria¹⁴ destinada a substituir o quadro nosográfico anterior, que identificava a tuberculose e as escrófulas como pertencendo à 1.ª classe, correspondente às doenças gerais, conjuntamente com um enorme manancial de doenças, entre elas as infetocontagiosas como a cólera, febre tifoide, sarampo, escarlatina, etc. A tísica pulmonar figurava na 4.ª classe, correspondente às doenças do aparelho respiratório e os “tumores brancos” às doenças dos órgãos de locomoção. Verifica-se mais uma vez a pluralidade de vocábulos empregues para designar a tuberculose, denotando a ausência dum pensamento unicista em torno da doença. Não existia uma separação entre o que era a tuberculose, caracterizada pela presença de tubérculos nos pulmões, e de tísica pulmonar, identificada como doença marcada pela anorexia. Esta taxonomia é marcada pelos trabalhos dos patologistas e dos histologistas da primeira metade do século, que advogavam a existência duma pluralidade de doenças, que no entanto mais tarde se veio a descobrir que tinham o mesmo agente causal.

Um artigo datado de Setembro de 1858 afirmava que a tísica era o resultado duma discrasia ou da inflamação e outro artigo de 1866, com um título bastante sugestivo acerca do estado dos conhecimentos, atribuiu os tubérculos à falta de ação do pâncreas sobre os ácidos gordos¹⁵.

¹³ EDITAL de 31 de Dezembro de 1844: Quadro nosographico. Lisboa: Conselho de Saúde Pública do Reino. *Gazeta Médica do Porto*. 3 (1945) 141-144.

¹⁴ PORTARIA de 12 de Dezembro de 1870 in *Annaes de Saude Publica do Reino: Legislação Sanitária*, 1. Lisboa: Imprensa Nacional, 1901, p. 110-118.

¹⁵ Vide TUBERCULOSE pulmonar. *Gazeta Médica de Lisboa*. 6:137 (1858) 268-270 e MAIS uma etiologia do tubérculo. *Gazeta Médica de Lisboa*. 5 (1866) 138.

Os ecos das experiências de Villemin rapidamente chegaram a Portugal, tendo-se publicado vários artigos com a descrição das suas experiências sobre a transmissibilidade da doença entre os animais. Fonssagrives e Guérin tornaram-se contagionistas declarados citando o facto de existirem casos de transmissão conjugal por coabitação, embora não considerassem a tísica como uma doença das mais contagiosas. É um facto comprovado que muitos artigos médicos da época tinham a preocupação de proteção social dos doentes, porque apesar de considerarem a tuberculose contagiosa e transmissível, tentavam dissimular a perigosidade da doença. Alegavam geralmente que não tinha uma incidência tão grave como outras doenças e chamavam à atenção para a não ostracização dos doentes nem a recusa de assistência, aconselhando concomitantemente a tomada de medidas preventivas¹⁶.

Mas a atitude para ignorar o contágio não era específica dos médicos portugueses. O historiador americano Richard Shryock¹⁷ afirmou que os médicos insistiam mais nas origens hereditárias da doença em detrimento do contágio, porque a tuberculose enquanto doença não reunia um conjunto de fatores que suscitava o medo em proporção idêntica às grandes epidemias. Mais do que a mortalidade real, o medo duma doença advinha do carácter repentino e violento, do grau de sofrimento que causava, da repulsa suscitada pelas sequelas e da capacidade desfigurante. Ora, a tuberculose sendo uma doença essencialmente crónica, cujos sintomas evoluíam gradualmente e cuja faceta mais visível era a anorexia, suscitava muito mais um sentimento de fatalismo e resignação do que uma histeria coletiva que levava à tomada de medidas imediatas e espontâneas como aconteceu com a peste bubónica ou a cólera. Esta atitude perante a tuberculose teve como efeito a lentidão na tomada de medidas preventivas, o que justifica a alta morbilidade, a elevada mortalidade e a dificuldade de defesa coletiva perante o problema.

A partir de 1882 publicaram-se vários artigos nos quais se confirmou a contagiosidade da doença nos animais, estabelecendo-se várias medidas de

¹⁶ Ver a propósito destas posições os artigos publicados na *Gazeta Médica de Lisboa*: A TUBERCULOSE considerada como doença virulenta. *Gazeta Médica de Lisboa*. 5 (1866) 661-663, CONTAGIOSIBILIDADE da tísica. *Gazeta Médica de Lisboa*. 7 (1868) 135-136 e SOBRE a transmissão da tísica pulmonar. *Gazeta Médica de Lisboa*. 7 (1868) 298-299.

¹⁷ Cf. SHRYOCK, Richard Harrison – *National Tuberculosis...*, cit, p. 37-39.

higiene veterinária destinadas a evitar a propagação da enfermidade, mas as posições médicas relativamente ao contágio entre humanos mantiveram-se reservadas. A identificação do BK teve nos anos subsequentes uma difusão crescente no jornalismo médico português. No entanto, a Sociedade das Ciências Médicas de Lisboa, oficialmente não contagionista¹⁸, não se pronunciou acerca da descoberta de Koch no seu periódico durante cinco anos, o que levou Ricardo Jorge em 1883¹⁹ a criticar severamente o atraso da medicina nacional.

A primeira referência na imprensa médica portuguesa à descoberta do BK data de 30 de Março de 1882 na «Gazeta dos Hospitais Militares», apenas seis dias após a sua revelação. Também o «Correio Médico de Lisboa» e o «Coimbra Médica» noticiaram a contagiosidade da tísica e do seu micróbio. Silva Amado²⁰ fez uma síntese das ideias contagionistas advogadas pelos médicos dos séculos XVIII e XIX, concluindo com a referência aos trabalhos de Koch. No artigo do «Coimbra Médica», assinado por Nemo²¹, o autor sublinhou a importância do diagnóstico pela bacterioscopia para a despistagem da doença, o papel da profilaxia para a limitação do contágio e a terapêutica, permaneceu contudo a dúvida sobre a curabilidade. Por esta altura Maximiano Lemos publicou um extenso artigo²² onde, depois de ter feito uma descrição histórica e exaustiva das pesquisas destinadas a provar o contágio e transmissibilidade em animais, mostrou-se defensor da doutrina do contágio porque só esta era experimentalmente conclusiva e válida.

Ao nível académico a maior parte das teses em medicina da década de 1870 e inícios da década de 1880 foram pródigas em afirmar a origem hereditária da doença, fosse pela transmissão direta e genética da doença de pais para filhos, fosse pela transmissão da predisposição à contração da

¹⁸ BARROSA, Hernâni – O conceito da tuberculose na medicina portuguesa. *Portugal Médico*. 8:7 (1925) 293.

¹⁹ Vide LEMOS JÚNIOR, Maximiano – *Anuario dos Progressos da Medicina em Portugal: 1.º Anno, 1883*. Porto: Depósito Geral: Campos & Godinho, 1884, p. iii-vi.

²⁰ AMADO, J. J. da Silva – A etiologia da tísica. *O Correio Médico de Lisboa*. 11:14 (1882) 134-135

²¹ NEMO – O micróbio do tubérculo. *Coimbra Médica*. 3:15 (1883) 221-223.

²² Cf. LEMOS JÚNIOR, Maximiano – Estudos sobre a tuberculose: o contágio e sua prophylaxia. *A Medicina Contemporânea*. 1:19, 21, 23, 24, 26, 28 e 30 (1883).

doença: «não se nasce tuberculoso, mas tuberculizável»²³. Mas nenhuma das posições era extremista, pelo contrário várias delas eram híbridas, defendendo o predomínio da hereditariedade mas afirmando a possibilidade de existir o contágio em casos raros ou acidentais. Um bom exemplo desta linha de pensamento encontra-se na tese de concurso de António de Oliveira Monteiro onde apesar de falar das experiências de Villemin em torno da transmissão da tuberculose pela inoculação, recusava a admitir a origem contagiosa. Defendeu que a tísica tinha na sua origem causas internas inacessíveis à experimentação, jogando a diátese um papel preponderante²⁴.

Por razões que desconhecemos, entre 1882 e 1887 só foi produzida uma única tese datada de 1885, que tratava da terapêutica da tísica pelas viagens marítimas e pelos climas quentes, não fazendo o autor qualquer menção à etiologia da doença. O vazio existente na produção académica sobre o tema da origem da tuberculose adiou a difusão da descoberta do bacilo de Koch durante cinco anos, sendo feita pela primeira vez em 1887 em três teses inaugurais, duas do Porto e uma em Lisboa. Em Lisboa, Manuel Gonçalves Marques²⁵ apresentou uma dissertação acerca da infeto-contagiosidade da tísica, defendendo convictamente a teoria do contágio operado pelo BK. Nas teses do Porto²⁶ ambos os autores referem a descoberta de Koch e as repercussões das descobertas bacteriológicas ao nível da definição da verdadeira etiologia da tuberculose, confirmando a teoria do contágio, a natureza unitária e parasitária da doença. Apesar da lacuna temporal entre a descoberta de Koch e o aparecimento das suas conclusões em trabalhos universitários das escolas médicas portuguesas, a teoria do contágio criou raízes a que poucos ou nenhuns se atreviam a opor, muito embora a hereditariedade não desaparecesse por completo dos registos médicos.

²³ SOUSA, José Agostinho de – *Breve estudo acerca da unidade da phthisica pulmonar*. Lisboa, 1880. Tese de Inaugural, p. 42.

²⁴ MONTEIRO, António de Oliveira – *Será a Phthisica pulmonar uma affecção contagiosa?* Coimbra: Imprensa Litteraria, 1869. Tese de Concurso, p. 58-59.

²⁵ MARQUES, Manoel Gonçalves – *Considerações sobre a infeto-contagiosidade da tuberculose*. Lisboa: Typ. de Eduardo Roza, 1887. Tese Inaugural.

²⁶ Cf. GUIMARÃES, Rodrigo António Teixeira – *O tratamento climaterico da tuberculose pulmonar e a Serra da Estrella*. Porto: Typ. de A. J. da Silva Teixeira, 1887. Tese Inaugural e FREITAS, António Joaquim de – *A tuberculose considerada sob o ponto de vista da contagiosidade e parasitismo*. Porto: Imprensa Moderna, 1887. Tese Inaugural.

Na viragem do século XIX para o XX, a discussão em torno da tuberculose herdada ou da tuberculose contraída constituía ainda um pomo de discórdia entre os médicos. A crença na tuberculose herdada subsistiu até tarde, não só pelo aspeto médico e científico, mas pelas questões sociais que acarretava. Considerar a tuberculose como uma doença estritamente contagiosa, num período em que ela era tão vulgar como a sua terapêutica ineficaz, podia gerar na população um sentimento de revolta que compromettesse a ordem social. Com a descoberta do BK, os médicos deixaram de poder afirmar que a tuberculose era hereditária por si só e por isso reconfiguraram as suas teorias. Surgiu na terminologia médica o “herdo-contágio” e a “herdo-predisposição”.

A ideia de que a tuberculose era uma doença congénita e transmitida de pais para filhos, modificou-se ao longo dos anos e assumiu formas cada vez mais lógicas. A primeira evolução registada foi no sentido de se considerar não a hereditariedade da doença *per se* mas sim a hereditariedade da predisposição para contrair a moléstia. Os defensores da hereditariedade esforçaram-se por definir com precisão o papel da influência hereditária. Uns defendiam a herança do terreno, admitindo a transmissão de pais para filhos numa predisposição especial ligada a um conjunto de atributos físicos, químicos e dinâmicos que tornava os potenciais doentes mais acessíveis às influências do contágio: denominava-se “herdo-predisposição”²⁷. Os médicos consideravam que várias doenças dos ascendentes, como o alcoolismo, a sífilis, as escrófulas ou a diabetes, levavam os descendentes a herdar “a virtualidade, a predisposição”²⁸. Por outras palavras, não se nascia tuberculoso mas tuberculizável. Outros sustentavam a hereditariedade do germen, através do qual o bacilo era transmitido ao feto por meio dum contágio *ante-partum*, também conhecido por “herdo-contágio” ou herança bacilar²⁹. Os médicos que sustentavam esta posição admitiam que os micróbios patogénicos contidos no sangue da mãe passavam para a placenta

²⁷ MORA, Eduardo – *Algumas palavras sobre as causas de tuberculose nas crianças*. Lisboa: Typ. Minerva Central, 1894. Tese Inaugural, p. 20.

²⁸ CAMACHO, Manuel de Brito – *A herança mórbida: apontamentos de hygiene*. Lisboa: Tip. Eduardo Rosa, 1889. Tese de Inaugural, p. 21.

²⁹ MORA, Eduardo – *Algumas palavras...*, cit., p. 20 e CARVALHO, A. V. Campos de – *Tuberculose e gestação*. Coimbra: Typ. França Amado, 1896. Tese de Licenciatura, p. 78-79.

e consequentemente para o feto. Pelo lado paterno considerava-se também que o esperma bacilífero podia ser o responsável pela transmissão da doença. Por causa destas ideias nos anos finais do século XIX subsistia ainda uma concepção hereditária da tuberculose, mas em moldes distintos da existente antes dos estudos bacteriológicos.

Paulatinamente a classe médica nacional foi aceitando a nova doutrina contagionista, não só pela irrefutabilidade das provas como também pela afirmação da bacteriologia em Portugal que colheu vários cultores de renome. Se atendermos às teses produzidas nas escolas médicas portuguesas³⁰ entre 1882, data da descoberta do BK, e 1901 é possível verificar que das cinquenta e sete dissertações, 33 delas defenderam como causa exclusiva o bacilo de Koch e o contágio como forma de transmissão, 4 teses defendiam a causa hereditária e 7 defendiam ambas. Das remanescentes, 7 não abordavam a questão da natureza ou da etiologia e das outras 6 só possuímos a referência bibliográfica uma vez que não se encontravam disponíveis para consulta. Significa isto que 58% dos autores defendiam o contágio, 7% defendiam a hereditariedade como a única causa e 12% consideravam ambas as possibilidades. Se tivermos em conta que este último grupo aceita o contágio, então temos 70% dos médicos a admitir a infeto-contagiosidade da tuberculose. Os autores que defendem unicamente a via de transmissão hereditária são minoritários, quatro em números absolutos, havendo uma incontestável afirmação das ideias contagionistas neste período. A partir de 1901 as menções à etiologia reportam-se exclusivamente ao bacilo de Koch como a causa única da tuberculose³¹.

³⁰ Estas teses dizem respeito às dissertações inaugurais, de concurso e doutoramento existentes nas bibliotecas das Faculdades de Medicina do Porto, Coimbra e Lisboa. Para uma descrição mais detalhada do estudo das teses em tisiologia, veja-se a nossa dissertação de doutoramento: VIEIRA, Ismael Cerqueira – *Conhecer, tratar e combater a “peste branca”*. *A tisiologia e a luta contra a tuberculose em Portugal (1853-1975)*. Porto: FLUP, 2012. Tese de Doutoramento.

³¹ Cf. VIEIRA, Ismael Cerqueira – *Conhecer, tratar e combater a “peste branca”*..., p. 84-85.

A profilaxia da tuberculose em tempo de incertezas científicas

A lenta percepção e aceitação da natureza infetocontagiosa da tuberculose e a falta de medidas de prevenção e assistência tiveram efeitos epidemiológicos assinaláveis. Nos últimos decénios do século XIX, a tuberculose sob todas as formas era uma das principais responsáveis pela mortalidade nas principais cidades do país, ultrapassando todas as outras doenças infecciosas juntas. O Quadro 1 mostra a mortalidade comparada por tuberculose, doenças infetocontagiosas e demais doenças em Lisboa e no Porto, para o período em que é possível ter dados simultâneos antes da organização duma estatística verdadeiramente nacional, isto é 1893-1900.

Quadro 1 – Mortalidade geral nas cidades de Lisboa e Porto (1893-1900)

Cidade de Lisboa									
Causa de morte	1893	1894	1895	1896	1897	1898	1899	1900	Total
Tuberculose ^{a)}	1580	1678	1828	1862	1574	1336	1201	1275	12334
Doenças infetocontagiosas ^{b)}	394	430	503	573	531	550	325	230	3536
Outras doenças ^{c)}	4844	5092	6016	6310	5386	3491	3331	3654	38124
Causas indeterminadas	1188	1228	995	1276	1235	3944	3876	4046	17788
Total	8006	8428	9342	10021	8726	9321	8733	9205	71782
Cidade do Porto									
Causa de morte	1893	1894	1895	1896	1897	1898	1899	1900	Total
Tuberculose ^{a)}	721	705	628	696	668	603	859	810	5690
Doenças infetocontagiosas ^{b)}	358	408	190	254	381	450	725	191	2957
Outras doenças ^{c)}	3209	3053	2707	3316	2970	3002	3346	3027	24630
Causas indeterminadas	565	567	515	742	615	623	693	596	4916
Total	4853	4733	4040	5008	4634	4678	5623	4624	38193

Fonte: *Boletim mensal de estatística sanitária* [Porto] (1893-1900) e *Boletim de saúde e higiene municipal de Lisboa* (1893-1900)

- a) Agrupa tuberculose pulmonar, escrofulose e outras tuberculosas sem designação de sede.
 b) Agrupa a febre tifoide, varíola, sarampo, escarlatina, coqueluche, difteria, garrotilho e “outras moléstias” epidémicas.
 c) Agrupa 24 campos: cancro, meningite, apoplexia e amolecimento cerebral, eclampsia não puerperal, doenças do sistema nervoso, lesões do coração, doenças do aparelho circulatório, bronquite aguda, bronquite crónica, pneumonia e broncopneumonia, outras doenças do aparelho respiratório, moléstias do estômago, hérnias e obstruções intestinais, outras doenças do aparelho digestivo, cirrose do fígado, outras moléstias do fígado, nefrite e Mal de Bright, outras doenças do aparelho urinário, doenças dos órgãos genitais, septicemia puerperal, outras doenças puerperais, debilidade congénita e vícios de conformação, debilidade senil, suicídio, mortes violentas.

Se atentarmos aos valores absolutos do Quadro 1 verificamos que as tuberculoses são uma das principais causas de morte, ultrapassando em Lisboa e Porto o total de todas as doenças infetocontagiosas. Em relação à mortalidade geral, a tuberculose representava cerca de 17% de todas as mortes na capital e cerca de 15% no Porto entre 1893 e 1900. Devemos no entanto dizer que o número de mortes por tuberculose seria ainda maior se considerarmos que uma percentagem das mortes por causa indeterminada encobriam casos de tuberculose não diagnosticadas, por erro de diagnóstico ou propositadamente para esconder o que era considerado como uma doença socialmente estigmatizante³².

Apesar de caber às tuberculoses uma fatia considerável da mortalidade geral e de suplantar as principais doenças infetocontagiosas, muito pouco foi feito para preveni-la no século XIX. Sobre esta situação insurgiram-se higienistas como Miguel Bombarda e Tiago de Almeida que criticavam a inatividade do governo, que preferia gastar elevadas somas de dinheiro num sistema quarentenário dirigido a algumas epidemias que em nada se comparavam ao número de vítimas feitas pelo BK³³.

Todavia, não se pode pensar que os médicos não tiveram consciência do problema, pois antes da teoria do contágio ser aceite já várias medidas preventivas haviam sido pensadas.

Se a Medicina não tem meios certos e seguros para dominar a diathese tuberculosa, depois da sua evolução, um dos seus ramos, a Higiene, encerra em si elementos, que, oppurtunamente aproveitados, tem produzido óptimos benefícios, logrando sopear aquella manifestação diathetica.

[...] Se a herança é uma das causas, que mais poderosamente concorre para a propagação da pthysica, é claro que devemos occupar-

³² Veja-se a propósito disto BIRABEN, Jean-Noël – La tuberculose et la dissimulation des causes de décès in BARDET, Jean-Pierre [et al.] – *Peurs et terreurs face à la contagion: Choléra, tuberculose, syphilis (XIXe-XXe siècles)*. Paris: Fayard, 1988, p. 184-198.

³³ Cf. BOMBARDA, Miguel – Hospitalização de Tuberculosos. *Jornal da Sociedade das Sciencias Medicas de Lisboa*. 61 (1897) 406-409 e ALMEIDA, Tiago de – A tuberculose em Vianna: necessidade de um sanatório. *Jornal da Sociedade das Sciencias Medicas de Lisboa*. 61 (1897) 65-68.

nos, embora muito perfunctoriamente, d'uma questão delicada, o casamento, ponto de partida de tantas doenças chronicas.³⁴

Este excerto chama à atenção para a problemática do casamento. Uma vez que a tuberculose era considerada hereditária e o casamento era tido como a única forma socialmente aceitável de enquadrar a reprodução, aquele tornou-se a origem do problema. Os casamentos impróprios eram “uma causa da degenerescência ethnica (...) que condenava a um viver miserável e a uma morte prematura as gerações que vão vindo”³⁵. Os casamentos impróprios eram todos aqueles que se celebravam fruto de paixões exacerbadas, por conveniências familiares, casamentos em idades tardias, casamentos entre nubentes com idades muito desiguais, casamentos consanguíneos e casamentos entre um nubente são e um doente ou os dois doentes.

A idade aconselhada pelos médicos para o casamento era entre os 22 e os 45 anos para homens e entre os 17 e os 35 anos para as mulheres³⁶. A partir destas faixas etárias considerava-se que o líquido espermático dos homens estava viciado pela velhice e os óvulos e o corpo da mulher impróprios para serem fecundados e transportar uma nova vida. Como consequência, os filhos dessas uniões nasciam com debilidade constitucional. Com a descoberta do BK, os médicos deixaram de poder afirmar que a tuberculose era hereditária, por isso o principal problema do casamento era o “herdo-contágio” e a “herança do terreno” de que já falamos anteriormente.

Nesta conceção entravam outros fatores causais que não só os casamentos em idade tardia ou casamentos entre doentes e sadios. Acreditava-se que doenças como a sífilis, a escrofulose e o alcoolismo eram responsáveis pela diátese tuberculosa. Mais tarde o despertar da consciência das más condições de vida dos pobres canalizou a atenção dos higienistas para os problemas da má alimentação, do modo de vida desregrado e da ignorância de preceitos higiénicos como fatores predisponentes à contração da tuberculose.

³⁴ CAMPOS, Joaquim Borges Garcia de – *Demonstração anatomo-pathologica e clinica da curabilidade da pthysica pulmonar: seo tratamento prophylactyco*. Porto: Typ. de José Coelho Ferreira, 1871. Tese Inaugural, p. 33-34.

³⁵ CAMACHO, Manuel de Brito – *A herança morbida...*, cit., p. 6-7.

³⁶ CAMPOS, Joaquim Borges Garcia de – *Demonstração anatomo-pathologica...*, cit., p. 34.

Impossibilitados de negar a etiologia microbiana pelas provas bacteriológicas, os médicos fizeram das condições de vida perniciosas o fulcro da questão causal da tuberculose e o ponto de partida da intervenção profilática. Uma vez que o casamento estava na base social da reprodução de potenciais doentes, as primeiras recomendações iam no sentido de proibir a contração do matrimónio aos tuberculosos. Um cônjuge infetava o outro e ambos produziram uma descendência de tarados, inúteis e infelizes. Aqui o médico devia ter um papel ativo na obstrução dos casamentos perigosos. Uma vez consumado o casamento deveria haver por parte dos cônjuges medidas profiláticas. Egas Moniz na sua obra «A vida sexual» defendeu claramente que “Em casos de tuberculose não só deve haver separação de leitos, mas também separação de quarto [...] As relações sexuais devem ser abolidas”³⁷.

Outros foram mais longe ao considerar que se devia praticar no Homem uma espécie de zootecnia semelhante à seleção realizada pelos criadores de gado para aperfeiçoar a raça³⁸. Mas geralmente as indicações médicas iam no sentido das mulheres grávidas evitarem a doença ou a sua marcha. Eram sugeridos exercícios suaves, passeios, uso de vestidos cómodos e reforço da alimentação. As tuberculosas não deveriam amamentar, sendo preferível que o fizesse uma ama saudável. Nas classes pobres a má alimentação, o trabalho excessivo e a falta de resguardo perante as situações climatéricas eram apontadas como podendo afetar o desenvolvimento do feto e a sua constituição. Nas classes ricas era desaconselhado frequentar jantares, teatros e bailes durante a gravidez por se considerar também a existência duma certa “etiologia moral” da tuberculose. Viver desregradamente, ser alcoólico, ser prostituta ou frequentador de prostituição era meio caminho para ser candidato à tuberculose³⁹.

Com a aceitação da contagiosidade os médicos insistiram noutros meios como a declaração obrigatória e na guerra ao bacilo, que por sua vez se desdobrava em múltiplas facetas.

³⁷ MONIZ, Egas – *A vida sexual: physiologia e pathologia*, 3.^a ed. Lisboa: Ferreira Editores, 1913, p. 298.

³⁸ SIMÕES, Augusto Filipe – *A civilização, a educação e a phthisica*. Lisboa: Livraria Ferreira, 1879, p. 48.

³⁹ BARNES, David S. – *The making of social disease: tuberculosis in Nineteenth-Century France*. Berkeley; Los Angeles; Londres: University of California Press, 1995, p. 76.

A declaração obrigatória, isto é a obrigação legal dos médicos reportarem casos de tuberculose às autoridades, representava para muitos a derradeira forma de controlo da doença. Se fosse bem aplicada e se existissem meios de isolamento ou tratamento eficazes teria sido uma arma extraordinária contra a doença. Mas esta questão gerou uma enorme controvérsia entre os médicos porque atacava um dos princípios sagrados da medicina: a confidencialidade médico-paciente⁴⁰. Em França um referendo promovido pelo «*Journal des Praticiens*» mostrou que 98,4% dos médicos era contra a declaração obrigatória⁴¹.

A declaração obrigatória enformava vários problemas, desde logo o estigma social advindo do rótulo “tuberculoso”. Além disso, os médicos alegavam ser uma violação do segredo profissional, como também a falta de um enquadramento assistencial alargado a todos os tuberculosos retirava qualquer utilidade à declaração. Existiam ainda outras questões pertinentes como a separação de pais e de filhos menores, as pesadas exigências financeiras para a eventualidade duma intervenção estatal no sentido do isolamento compulsivo e ainda as dificuldades impostas pelos meios tecnológicos que podiam levar a erros de diagnóstico. No essencial, a declaração obrigatória atacava não só o sigilo médico como a limitação das liberdades individuais. Somava-se a isto a pretensões de alguns higienistas em isolar os doentes e houve mesmo quem defendesse a criação de “tuberculosarias” à semelhança das leprosarias medievais⁴².

A legislação portuguesa em torno da declaração obrigatória da doença também não era muito evidente quanto à finalidade. Até ao final do século XIX conhecem-se três disposições legais nesse sentido. O primeiro é o Decreto de Lei n.º 284 de 3 de Dezembro de 1868⁴³ que organizou o serviço superior de saúde pública, onde se pode ler no artigo 44.º “Todo o facultativo clínico, que observar qualquer caso de moléstia contagiosa, epidémica ou suspeita, dará parte do facto ao respectivo administrador do concelho, e em Lisboa e Porto aos commissarios de polícia civil”. Contudo, devemos chamar

⁴⁰ BARNES, David S. – *The making...*, cit., p. 104.

⁴¹ CASTANHEIRA, Acúrcio Gil Carvalho – *Tuberculose pulmonar: sua história e profilaxia*. Coimbra: Tip. Popular, 1919. Tese de Doutoramento, p. 21.

⁴² BARNES, David S. – *The making...*, cit., p. 104-108.

⁴³ DECRETO n.º 284/1868. D. de L. 284 (14-12-1868).

à atenção para o facto de não prever nenhuma ação depois da notificação e em segundo lugar ela era desadequada no caso da tuberculose, uma vez que nesta data não era considerada uma doença contagiosa.

Em 1894, publica-se novo decreto⁴⁴ por influência dum decreto francês semelhante promulgado um ano antes, visando a declaração de doenças contagiosas e evitáveis, com a finalidade de se proceder à desinfecção de habitações e objetos pertencentes aos falecidos devido às moléstias contagiosas. Apesar das boas intenções, o alcance desta medida pós-morte era limitada por não contemplar uma prevenção em vida do doente e restantes familiares. Decorrente destes decretos publicou-se em 1897 o «Regulamento de profilaxia contra o contágio da tuberculose»⁴⁵ do concelho da Guarda, que obrigava os proprietários de hotéis, hospedarias e casas de habitação a participar ao comissário de polícia civil a chegada de hóspedes, bem como ao comissário de polícia a matrícula de todos os doentes tuberculosos que se estabelecessem no concelho em busca de tratamento. Nenhum outro documento acerca da declaração dos casos de tuberculose se pode encontrar até à criação do «Regulamento geral dos serviços de saúde e beneficência pública»⁴⁶ de 1901, que introduziu a obrigatoriedade da declaração de doenças contagiosas incluindo a tuberculose, e do «Regulamento dos serviços de profilaxia da tuberculose»⁴⁷ de 1902, a primeira legislação específica sobre profilaxia da tuberculose ao nível nacional.

Acerca da implementação da declaração obrigatória ficam muitas dúvidas, porque os benefícios não eram muito evidentes nem para os médicos nem para os pacientes. Divulgar o diagnóstico de tuberculose poderia equivaler à morte social dum doente, representando uma responsabilidade que nenhum médico queria assumir. Estudos interrompidos, carreiras

⁴⁴ DECRETO n.º 83/1894. D. do G. 284 (14-04-1894).

⁴⁵ REGULAMENTO de prophylaxia contra o contagio da tuberculose. *Jornal da Sociedade das Sciencias Medicas de Lisboa*. 61 (1897) 193-195 e NOVO regulamento dos tuberculosos da Guarda. *Jornal da Sociedade das Sciencias Medicas de Lisboa*. 61 (1897) 413-417.

⁴⁶ REGULAMENTO geral dos serviços de saúde e beneficência pública. D. do G. 292 (26-12-1901) p. 1031-1070.

⁴⁷ REGULAMENTO dos serviços de prophylaxia da tuberculose. D. do G. 198 (04-09-1902).

destruídas, casamentos suspensos, laços sociais desfeitos eram algumas das consequências imediatas da declaração⁴⁸.

Quanto ao sigilo médico existia uma enorme resistência dos clínicos na notificação pública da tuberculose dos seus pacientes. Isto liga-se não só à preservação duma deontologia própria, como também à manutenção da sua clientela burguesa, que não estava interessada em estar conotada a uma doença tida como da pobreza e da miséria.

Questões legais à parte, o combate contra a tuberculose foi essencialmente um combate contra o bacilo e como tal a aplicação da profilaxia procurava obstaculizar a progressão da doença pela tomada de medidas em determinados campos de saúde pública. Os principais temas diziam respeito à higiene alimentar, especialmente da carne e do leite de animais tuberculosos, à desinfecção de habitações e objetos e à campanha contra o escarro.

Com o reconhecimento da origem bacteriana da doença, a luta contra a tuberculose passou a ter como inimigo público n.º 1 o bacilo de Koch e com isto a propaganda antituberculose focou a sua atenção na prevenção do contacto direto ou indireto com o BK por meio de produtos infetados como a carne, o leite e os escarros secos.

Em 1865, Villemin tinham mostrado que a tuberculose era contagiosa e inoculável entre animais da mesma espécie e que o gado bovino era particularmente afetado⁴⁹. Mais tarde concluiu-se que a tuberculose era transmissível entre animais e era veiculada pelo sangue, carne e leite⁵⁰. Mas como a tuberculose causada pelo bacilo bovino nunca atingiu as proporções da tuberculose provocada pela estirpe humana, não lhe foi atribuída muita importância até se terem empreendido estudos consistentes sobre a transmissibilidade da doença do animal ao homem e sobre a infecciosidade dos produtos de origem animal. O *Mycobacterium bovis* entrava no corpo humano pela inalação, inoculação e ingestão de alimentos

⁴⁸ Cf. PÔRTO, Ângela – Representações sociais da tuberculose: estigma e preconceito. *Rev. Saúde Pública*. 41:1 (2007) 46 (<http://www.scielo.br/pdf/rsp/v41s1/6493.pdf>, consultado em 2012.10.09).

⁴⁹ VILLEMIN, Jean Antoine – *Études sur la tuberculose: preuves rationnelles et expérimentales de sa spécificité et de son inoculabilité*. Paris: J.-B. Baillière, 1868, p. 407 e 485.

⁵⁰ DA TRANSMISSIBILIDADE da tuberculose por meio da carne e do leite de vaccas phthisicas. *O Correio Médico de Lisboa*. 10:5 (1881) 52.

contaminados. A inalação de poeiras contendo os bacilos bovinos ou gotículas bacilíferas provenientes da respiração ou tosse do animal era possível, a par da inoculação possibilitada pela vacinação com produtos de bovinos tuberculosos no caso da vacina contra a varíola, mas era sobretudo pela ingestão de alimentos contaminados que se efetuava o contágio por via intestinal.

A ingestão de carne, sangue ou leite contaminado era perigoso sobretudo para as crianças que devido à menor resistência imunitária ficavam sujeitas à tuberculização por via intestinal. A infeção por via animal era responsável pelas tuberculoses intestinais, também designadas por peritonites tuberculosas, que podiam provocar obstruções intestinais agudas que requeriam intervenções cirúrgicas num curto espaço de tempo. Os médicos consideravam o bacilo bovino como o responsável por quase metade de todos os casos de meningite tuberculosa – a forma mais rápida e letal da doença – estando também associado à tuberculose osteoarticular, ganglionar e cutânea.

Em Portugal podemos fazer recuar a preocupação com a saúde do gado e com a prevenção da tuberculose bovina a 1862. O Decreto de 12 de Março de 1862⁵¹ veio dar poderes aos intendentes de pecuária para vigiar a sanidade do gado e prevenir epizootias e enzootias pelo combate à transmissão da doença. Cerca de duas décadas depois foi publicada a Portaria de 29 de Outubro de 1886⁵² que pretendia combater as doenças das espécies pecuárias transmissíveis ao homem pelo aumento da fiscalização das vacarias nas capitais de distrito e determinar os meios de fiscalização sanitária de carácter permanente a pôr em prática de modo a atenuar a transmissão da tuberculose⁵³. O problema da infeção por alimentos de origem bovina foi de tal modo encarado seriamente pelos médicos e veterinários que nos anos subsequentes gerou-se uma importante discussão científica acerca das medidas preventivas da tuberculose bovina, nomeadamente no Congresso da Tuberculose em 1895.

⁵¹ REGULAMENTO das funções dos veterinários. D. de L. n.º 86 (16-04-1862).

⁵² PORTARIA de 29 de Outubro. D. do G. n.º 247 (29-10-1886).

⁵³ ROCHA, Augusto – Policia Sanitaria. *Coimbra Médica*. 6:22 (1886) 337-339.

A portaria de 1886 estabelecendo uma relação entre tuberculose humana e bovina, destinava-se a implementar medidas para a esterilização do leite de vaca. Em Portugal era prática corrente beber-se o leite acabado de mungir, encontrando-se nas ruas das cidades vendedores ambulantes que traziam atrás de si o animal, servindo o cliente em plena via pública. Existia também uma velha crença espalhada pelas províncias portuguesas de que o leite podia restituir a saúde aos tísicos e sob esse pretexto consumia-se o leite diretamente do úbere da vaca correndo o “risco de beber a morte no licor a que vão pedir a vida”⁵⁴.

Impedir a expansão da tuberculose bovina e a sua transmissão ao homem implicava depurar as fontes de contágio. A pasteurização do leite pela ebulição era considerada o método mais eficaz. Ao nível da zoo-profilaxia, os médicos e veterinários insistiam na melhoria das condições higiénicas dos estábulos (iluminação, ventilação, remoção de imundices), na melhoria da alimentação dos animais⁵⁵ e na utilização exclusiva de carnes estampilhadas ou carimbadas por um inspetor⁵⁶.

No caso da carne, a esterilização pelo calor era o modo mais indicado, embora a profilaxia passasse também pela melhoria da higiene dos matadouros onde a contaminação se fazia por contacto das carnes boas com carnes bacilizadas, pelo contacto com mesas, facas e chão impregnado de bacilos⁵⁷. Todavia, implementar medidas profiláticas no campo da pecuária era difícil, porque além de ser um alimento importante e dificilmente desperdiçado, os interesses económicos dos negociantes esbarravam contra os ditames higiénicos. Conquanto o discurso de médicos e veterinários fosse no sentido de rejeitar carnes visivelmente tuberculizadas este era um assunto melindroso pela ingerência nos negócios dos criadores de gado⁵⁸.

⁵⁴ NOGUEIRA, João Viegas Paula – A tuberculose animal nas suas relações com a tuberculose humana. *Coimbra Médica*. 15:16 (1895) 251.

⁵⁵ SILVESTRE, A. Melo – A higiene do leite na cidade de Coimbra. *Coimbra Médica*. 4:1 (1937) 88-106.

⁵⁶ CASTRO, Manuel de Seça e – *Luctando contra a Tuberculose*. Famalicão: Typ. Minerva, 1909. Tese Inaugural, p. 56.

⁵⁷ SANTOS, Geraldos dos – Lucta contra a tuberculose. *Tuberculose: Boletim da Assistência Nacional aos Tuberculosos*. 3:8 (1908) 39-45 e AS CARNES tuberculosas na difusão da tuberculose. *A Medicina Contemporânea*. 13:17 (1910) 133.

⁵⁸ NOGUEIRA, João Viegas Paula – A tuberculose animal..., *cit.*, 256-257.

Duma forma geral as análises aos produtos alimentares tinham consequências diretas na economia portuguesa. Tocar na reputação de alguns produtos como o vinho do Porto e mesmo na aguardente, no azeite ou no leite equivalia a avultados prejuízos, pelo que existia alguma cautela ao falar sobre o assunto. Assegurar um controlo eficaz neste domínio não seria fácil nem pacífico embora os laboratórios em atividade nos inícios do século XX dedicassem cerca de 70% da sua atividade à análise aos alimentos⁵⁹.

Outra questão ligada à disseminação do bacilo e muito focada pelos médicos foi o hábito de escarrar. Nos finais do século XIX com a questão da poluição microbiana no auge, a grande preocupação dos higienistas centrou-se nos escarros dos tuberculosos. Era comum as pessoas escarrarem no chão, nas paredes, nos móveis, nos lenços ou na roupa: “Em Portugal escarra-se em toda a parte (escarra-se até na cabeça do visinho); o escarro secca, e esta perigosa poeira, carregada de micróbios e de toxinas tuberculosas, espalha-se por toda a parte”⁶⁰.

Koch tinha descoberto que os escarros secos eram mais perigosos do que os húmidos, porque nestes os germes mantinham-se aglutinados. O escarro projetado no chão depois de seco ia para a atmosfera sob a forma de poeira, posto em movimento pelo vento, pelas vassouradas, pela sacudidela de tapetes ou pela limpeza dos móveis. Os processos de transmissão dos bacilos eram numerosos, desde a saliva para colar selos, aos bilhetes de cinema folheados com a ajuda dum dedo molhado em saliva, as canetas mordiscadas pelas empregadas de escritório ou o recém-nascido israelita contaminado pelo rabino tuberculoso que sugava o sangue do pénis do bebé depois da circuncisão⁶¹.

Contra esta forma de contaminação invisível a única solução era a prevenção. Para combater a nocividade dos escarros os higienistas defenderam duas formas de ação: existência de legislação que proibisse o escarro

⁵⁹ PEREIRA, Ana Leonor e PITA, João Rui – *Pasteur in Portugal: public health and the diffusion of hygiene* in RIEDE, Philip; PEREIRA, Ana Leonor; PITA, João Rui – *História ecológico-institucional do corpo*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2006, p. 25.

⁶⁰ SÁ, Joaquim Dias de – *Luta contra a tuberculose*. Porto: Typ. Minerva, 1901. Tese Inaugural, p. 48.

⁶¹ DARMON, Pierre – É proibido escarrar in LE GOFF, Jacques [et al.] – *As Doenças têm História*. Lisboa: Terramar, 1997, p. 250.

projetado diretamente no chão e a utilização de recetáculos (escarradores) que pudessem isolar e neutralizar a virulência do BK. Estes dois modos de ação não eram separáveis, na medida que a proibição de expetorar no chão implicava como alternativa a utilização de escarradores contendo substâncias antissépticas. Guilherme Ennes defendia que a ação profilática devia convergir para a esterilização dos escarros e para o asseio dos tuberculosos, porque tudo o resto era secundário⁶². A proteção da família do tuberculoso e da sociedade passava em grande medida pela assepsia, pelo asseio absoluto dos tuberculosos, pela supressão das poeiras e pelo uso dos escarradores públicos e portáteis.

A legislação portuguesa em torno deste assunto nunca foi muito prolixa e é difícil dizer se foi eficaz. Os primeiros regulamentos que proibiram a projeção de escarros no chão e exigiram a utilização de escarradores fixos ou portáteis foram promulgados na cidade da Guarda em 1897⁶³. Em 1901, António de Lancastre, que era então secretário-geral da ANT, escreveu um ofício ao governador civil de Lisboa, chamando à atenção para o problema do escarro como meio de transmissão da tuberculose. Nele diz que apesar do mau princípio de escarrar na via pública, se esta fosse bem iluminada os bacilos eram neutralizados pela luz solar. Um ano mais tarde o Governo Civil de Lisboa promulgou um edital⁶⁴ onde proibia escarrar e cuspir nos transportes públicos e em locais públicos como templos, escolas, colégios, asilos, fábricas, hotéis, cafés, casas de espetáculos, hospitais, etc., devendo esses locais estarem apetrechados com escarradores. Cuspir fora deles era interdito e a violação do regulamento acarretava multas para os prevaricadores entre 500 e 1000 réis.

Contudo, a dificuldade de pôr em prática a regulamentação higiénica e a fiscalização dos comportamentos levou os médicos a apostar na divulgação de preceitos higiénicos através da imprensa escrita, de conferências, de editais ou através das homilias dos párocos, que eram instruídos nos

⁶² ENNES, Guilherme José – Desinfecção domiciliaria em casos de tuberculose onde não haja desinfecção pública. *A Medicina Moderna*. 3:89 (1901) 167-168.

⁶³ REGULAMENTO de prophylacia..., *cit.*, 193-195 e NOVO regulamento dos tuberculosos..., *cit.*, 413-417.

⁶⁴ EDITAL de 14 de março de 1902 in *Boletim dos serviços sanitários do Reino*. Lisboa: Imprensa Nacional. 2 (1902) 8-9.

seminários acerca das regras preventivas contra a terrível “peste branca”. Neste domínio assumiu particular atenção a sensibilização para fazer uso de escarradores fixos ou de bolso. Estes deviam conter soluções antissépticas de formol, lisol, ácido fénico, creolina, ácido pirolenhoso para neutralizar a virulência dos bacilos⁶⁵.

Foto 1 – Escarrador portátil



Fonte: Coleção do museu da Liga Portuguesa de Profilaxia Social.

Foto de Ismael Vieira.

Paralelamente à preocupação com os produtos da expetoração dos tuberculosos, os higienistas recomendavam alguns cuidados especiais como a desinfecção da boca, a desinfecção das mãos, a desinfecção dos excrementos e matérias fecais, a desinfecção de brinquedos, mobílias, vidros, roupas de vestir e de cama de forma a proteger o maior número de pessoas da doença.

⁶⁵ ENNES, Guilherme – A desinfecção dos escarras. *A Medicina Contemporânea*. V. 1, n. 39 (1898) 318-319.

Conclusão

Nos finais do século XIX, a tuberculose tornou-se um mal ubíquo na sociedade portuguesa e cuja natureza era incompreendida tanto pela população como pela classe médica. Apesar da importante descoberta do bacilo da tuberculose em 1882, a comunidade médica portuguesa tardou em aceitar resolutamente a natureza específica e contagiosa da doença. A tuberculose era considerada por muitos como uma doença da miséria, embora vitimasse ricos e pobre, e por isso fizeram dela um tabu social. Gradualmente a aceitação da teoria do contágio permitiu consciencializar os poderes públicos e médicos para a necessidade de intervir no sentido preventivo. Com isto gerou-se uma verdadeira “bacilofobia” porque o germe estava omnipresente nos alimentos, nos escarros, na saliva, no chão, nas paredes dos quartos, na roupa e na pele, desencadeando uma das maiores lutas do homem contra a doença de que há registo na História. Inicialmente foram adotadas medidas simples e possíveis para o conhecimento e tecnologia da altura, sendo que a insistência dos médicos na profilaxia mostra duas realidades: em primeiro lugar a consciência da necessidade de evitar o contágio pela prevenção e desinfeção e em segundo lugar a completa impotência terapêutica da medicina face a esta doença. Foi preciso esperar até à segunda metade do século XX para ver a mortalidade cair em Portugal.

Palavras-chave:

História Contemporânea; História Urbana; Linha do Ferro; Suburbanização; Tifóide; Contemporânea História; História Urbana; Caminho de Ferro; Suburbanização; Tifóide.

O presente artigo resulta de um trabalho de pesquisa capitulado no âmbito do mestrado de Mestrado, defendido em Janeiro de 2013 na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade de Lisboa – FAULSHX, sob a orientação do professor Doutor António Ribeiro. Referências bibliográficas principais do trabalho encontram-se no anexo de Lisboa, Lisboa, I.C.E.H., 30.11.2013.

Linha de Cascais: muito mais do que uma via-férrea turística, um estímulo à concentração populacional na faixa costeira por ela servida (1911-1944)*

Joana Catarina Vieira Paulino

Instituto de História Contemporânea – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da

Universidade Nova de Lisboa

joana_paulino40@hotmail.com

Texto recebido em /Text submitted on: 30/05/2013

Texto aprovado em /Text approved on: 22/10/2013

Resumo/Abstract:

A linha de Cascais, construída no final do século XIX e tendo, inicialmente, um feto turístico, de veraneio e prática de banhos, acabou por se revelar uma via-férrea que promoveu a concentração de população de facto no espaço suburbano e rural por ela servido, nomeadamente, entre Algés e Cascais. Cabe, neste estudo, verificar: qual o alcance da influência do caminho-de-ferro; quais as povoações que, em termos demográficos, se destacavam e se estas já tinham alguma importância anterior, em termos de quantitativos populacionais e sectores de actividade a elas associados; e, para finalizar, qual o carácter de ocupação da faixa costeira pela população, nomeadamente, se é contínuo ou descontínuo. Visa-se, assim, à luz da presença do caminho-de-ferro (e, nos anos 20 do século XX, mediante a sua electrificação, que constituiu um estímulo e um factor atractivo), estudar o processo de suburbanização da cidade de Lisboa para Oeste, junto à zona ribeirinha, o qual, alguns anos mais tarde, originou a formação de parte integrante da Área Metropolitana de Lisboa.

Cascais railway, built in the end of the 19th century and initially having a touristic and sea bathing propose, turned out to be a railway that promoted population's concentration in the suburban and rural areas where it passed by, mainly, between Algés and Cascais. In this study we want to verify: the influence's scope of the railway; which were, in a demographic analysis, the most important settlements and if they already had an earlier importance related to demographic quantitatives and to the presence of a certain activity; and, to finish, what was the character of coast's occupation by the population, namely, if it was continuous or not. It is intended, therefore, through the presence of the railway (and, in the twenties of 20th century, considering its electrification, which made it a lot more attractive), to study Lisbon's suburbanization process to the West, by the coast, a space that, a few years later, integrated Lisbon's Metropolitan Area.

Palavras chave/Keywords:

História Contemporânea; História Urbana; Linha de Cascais; Suburbanização; Turismo.

Contemporary History; Urban History; Cascais Railway; Suburbanization; Tourism.

* O presente estudo resulta da adaptação do terceiro capítulo da minha Dissertação de Mestrado, defendida em Janeiro de 2013 na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade de Lisboa – PAULINO, Joana, *A linha de Cascais: construção e modernização. Reflexos no turismo e no processo de suburbanização da cidade de Lisboa*. Lisboa: F.C.S.H.-U.N.L., 2013.

O fito de construção da linha de caminho-de-ferro que vai do Cais do Sodré a Cascais residiu no turismo, um sector económico emergente no século XIX. No que concerne à faixa costeira em estudo, tal encontra-se relacionado com o crescente gosto pelos banhos de mar, pelas praias e, num sentido mais abrangente, pela prática de vilegiatura.

Este objectivo de edificação subjacente ajuda a justificar a forma parcelar como a linha de Cascais foi construída e inaugurada pela sua concessionária, a Companhia Real dos Caminhos de Ferro Portugueses – em Setembro de 1889 foi aberto o troço entre Pedrouços e Cascais, respondendo ao apelo dos banhos de mar e do gosto pela vilegiatura. O próprio monarca, D. Luís (1838-1889, reinado: 1861-1889), compreendeu a necessidade de existência do caminho-de-ferro para o desenvolvimento turístico de toda a zona ribeirinha (e não apenas da vila de Cascais) motivo pelo qual, a título de exemplo, exigiu passagens de nível superiores e inferiores para o serviço das praias, tantas quanto necessárias.¹ Por sua vez, o troço urbano entre Pedrouços e Alcântara-Mar só viria a ser inaugurado em 1891 e, o segmento entre esta última estação e o Cais do Sodré, em 1895.²

Contudo, não descurando a importância que a linha de Cascais teve para o desenvolvimento turístico do espaço costeiro e que constituiu o mote para a sua construção, sobretudo, a partir de 1895, com a chegada do caminho-de-ferro ao epicentro da cidade, esta tornou-se numa via de forte movimento intra-urbano. Tal tendência só culminou com a consolidação do eléctrico da Companhia Carris de Ferro de Lisboa, inaugurado em 1901, como meio de transporte concorrencial e preferencial ao caminho-de-ferro no trajecto urbano até Algés. A partir de então, a linha de Cascais começou a perder o seu pendor citadino, ascendendo a importância do tráfego rural, nomeadamente, da cidade para as estações das povoações suburbanas e rurais e entre estas últimas.

Cabe, antes de mais e como ponto de partida, atestar, no que concerne à linha de Cascais, o que é considerado espaço urbano e espaço rural, uma

¹ Arquivo Histórico e Fotográfico da Comboios de Portugal (Lisboa), *Carta de D. Luís I à C.R.C.F.P. aprovando o projecto de 2 de Julho de 1887*, fl. 1.

² A Companhia Real dos Caminhos de Ferro Portugueses tornou-se concessionária da construção e exploração da linha de caminho-de-ferro de Cascais por alvará régio de 9 de Abril de 1887.

vez que a via-férrea em estudo serve cerca de 25 quilómetros junto ao rio Tejo, albergando esta «duplicidade». Assim, deve-se definir, de acordo com a divisão administrativa de 1940, a zona urbana, que vai do Cais do Sodré a Pedrouços, por estar inserida no concelho de Lisboa e, a zona rural, que vai de Algés a Cascais, enquadrada nos concelhos de Oeiras e Cascais. Não se deve esquecer, no entanto, que a zona rural abrange uma área que, pela sua proximidade e relação directa com a cidade é considerada suburbana. Trata-se das povoações de Algés, Dafundo e Cruz Quebrada, questão que será aprofundada *a posteriori*.³

Assim, o que se pretende neste estudo é, partindo da ideia de predomínio do tráfego suburbano e rural, entre Algés e Cascais, atestar a relação entre a presença do caminho-de-ferro e o crescimento da população de facto nas povoações enquadradas nesta parcela de costa, no período censitário compreendido entre 1911-1940.⁴ Poder-se-á falar de uma suburbanização da cidade de Lisboa para Oeste, junto à zona ribeirinha que daria origem, alguns anos mais tarde, a parte integrante da Área Metropolitana de Lisboa?⁵

³ Na zona urbana integram-se as estações do Cais do Sodré, Santos, Alcântara-Mar, Junqueira, Belém, Bom Sucesso e Pedrouços. Já a zona rural conta com as estações de Algés, Dafundo, Cruz Quebrada, Caxias, Paço de Arcos, Santo Amaro, Oeiras, Carcavelos, Parede, Cai-Água, São João do Estoril, Estoril, Monte Estoril e Cascais.

⁴ Não se pode descurar que, no período em estudo, a linha de Cascais já se encontrava modernizada. Em 1926 esta foi electrificada, abandonando a anterior tracção a vapor e constituindo a primeira via-férrea portuguesa a ser dotada de tal símbolo de progresso, com um distanciamento de 30 anos face à seguinte via a ser modernizada, a linha de Sintra. Este empreendimento teve como mentor o empresário Fausto Cardoso de Figueiredo (1880-1950), pertencente tanto aos altos cargos da Companhia Real dos Caminhos de Ferro Portugueses, como sendo um dos sócios principais da Sociedade Estoril, empresa à qual a Companhia concessionou, pelo prazo de 50 anos, a electrificação e exploração do caminho-de-ferro de Cascais, por contrato assinado em Agosto de 1918.

⁵ A análise só foi feita para o período de 29 anos, entre 1911 e 1940, pois só existem dados da população de facto ao nível da povoação para estes dois últimos anos. Considerou-se como hipótese extrapolar os dados para o período anterior a 1911. Contudo, chegou-se à conclusão de que os cálculos obtidos reflectiriam a presença de uma linha de caminho-de-ferro que, então, ainda não tinha sido construída.

Tendo-se extraído os dados da população de facto de cada um dos lugares da zona suburbana e rural (dos concelhos de Oeiras e Cascais na divisão administrativa de 1940) seleccionaram-se aqueles que, em 1911, possuíam mais de 100 habitantes, calculando-se a respectiva Taxa de Crescimento Anual Médio (TCAM), de forma a caracterizar a sua evolução durante os 29 anos intermédios. Como já foi referido, deve-se considerar que, no período em estudo, foi electrificada a linha de Cascais, tornando a área costeira mais atractiva, uma vez que as viagens eram muito mais rápidas, mais baratas e mais cómodas. Assim, um dos

O crescimento dos centros de povoamento constitui uma temática pouco estudada, não só no que concerne à linha que liga a Cascais, como a outros espaços suburbanos e rurais das cidades portuguesas, motivo pelo qual existem algumas questões às quais se pretende responder. Contudo, antes de passar a essa problematização, cabe fazer uma introdução geral onde são invocadas as mutações urbanas nas centúrias de Oitocentos e Novecentos, no seu quadrante nacional e especificando o caso da cidade de Lisboa.

Feito este «preâmbulo» e partindo do princípio de que existe uma relação entre a evolução da população de facto nas povoações servidas pelo caminho-de-ferro e a presença deste meio de transporte, visa-se verificar se o caminho-de-ferro promoveu a concentração populacional na zona interior, na faixa litoral, ou seja, junto ao espaço por ele servido, ou em ambos os locais. Desta forma, pode-se atestar, ou não, a existência de um processo de suburbanização na circunvalação férrea à cidade em direcção ao seu Oeste ribeirinho.

De seguida, cabe levar a cabo uma análise micro-espacial, que passa pela verificação das povoações de destaque, ou seja, aquelas cuja relação anteriormente estabelecida era mais forte e quais as características desses mesmos locais – já tinham, ou não, algum relevo pelas actividades neles implementadas, as quais poderiam ser um atractivo à concentração populacional pré-existente? Tal serve de ponto de partida para verificar se o crescimento da população ao longo da faixa costeira teve um carácter contínuo ou descontínuo.

As mutações urbanas dos séculos XIX e XX

O crescimento urbano português foi lento, por comparação com a restante Europa. Tal está relacionado com o fraco desenvolvimento económico nacional, na primeira metade de Oitocentos, e com o débil crescimento da indústria, que não estimulou a concentração populacional em núcleos

factores que terá estimulado o aumento da população de facto nas povoações analisadas não será, apenas, a presença do caminho-de-ferro, mas também a sua modernização. Para a análise e representação dos dados foi utilizado um Sistema de Informação Geográfico (SIG).

urbanos. Por outro lado, o peso da população urbana encontrava-se associado às duas maiores cidades portuguesas, Lisboa e Porto. “Essa escassa urbanização, polarizada entre Lisboa e Porto, pouco se altera desde o princípio da centúria (XIX) e indica o desfasamento do País no contexto europeu. Apesar da recuperação em finais do século, este continua a ser mais um País de vilas e grandes aldeias do que de verdadeiras cidades”.⁶ Não se esqueça que, todavia, no contexto europeu, as cidades de Lisboa e Porto apresentavam dimensões médias.

“A taxa de urbanização da Europa (excluindo a Rússia) evoluiu drasticamente dos 19% em 1850 para os 48% em 1930. No caso de Portugal, (...) os valores eram consideravelmente mais baixos, cerca de 13% em 1864 e 24% em 1930 (...). Sabendo-se que existe uma relação entre a taxa de urbanização e a evolução da riqueza nacional, este resultado é um sinal claro das dificuldades de modernização económica e social do país”.⁷ Neste contexto, o peso de Lisboa na população urbana, em 1864, correspondia a 37% e a do Porto a 17%, enquanto, em 1930, o valor da primeira cidade cresce pouco, para os 39% e, o da segunda cidade diminui, para os 15,33%. Registe-se, desde as primeiras décadas do século XX, o crescimento populacional significativo dos núcleos urbanos de média dimensão (entre 10 000 e 40 000 habitantes).

A partir do século XIX deu-se também uma transformação interna nas cidades, que pode ser dividida em três momentos estruturantes: “(...) o núcleo de povoamento inicial [«centro/núcleo histórico»], que no último quartel de Oitocentos perde a liderança do crescimento urbano; uma zona intermédia, que se afirma como o principal receptáculo de população durante o período do apogeu populacional da cidade dos anos 1930 a 1960 [primeira «coroa circular» e outras periferias]; e, por fim, as áreas de limite urbano (...)”.⁸ Desta forma, por volta de 1890, emergiram os centros de

⁶ RODRIGUES, Teresa – *Nascer e morrer na Lisboa Oitocentista. Migrações, mortalidade e desenvolvimento*. Lisboa: Edições Cosmo, 1995, p. 45-46; PINHEIRO, Magda (ed.) – *Cidade e Metrópole. Centralidades e Marginalidades*. Oeiras: Celta Editora, 2001, p. 7; SILVA, Álvaro Ferreira da – *A evolução da rede urbana portuguesa (1801-1940). Análise Social*, vol. XXXII (143-1944) (1997) 786-789.

⁷ SILVEIRA, Luís (ed.) – *Caminhos de ferro, população e desigualdades territoriais em Portugal, 1801-1930. Ler História*. 61 (2011) 21.

⁸ PINHEIRO, Magda (ed.) – *Cidade e Metrópole...*, cit., p. 7.

povoamento exteriores às duas grandes cidades, que atraíram população nos anos posteriores e se revelaram determinantes no contexto do crescimento demográfico dos lugares circundantes às mesmas. Tal motivou uma outra alteração no equilíbrio do sistema urbano que, iniciando-se em 1890, só se consolidou nos anos 60-80 do século XX, relacionada com o processo de metropolização.⁹

Vejamos como tal se processou na cidade de Lisboa, que sempre constituiu um polo de concentração da população no contexto nacional. Nela vários factores sustentaram tais mutações de entre os quais se destaca, indo ao encontro do presente estudo, a construção da rede férrea, na segunda metade de Oitocentos, que distinguiu a capital do contexto nacional, ao que se deve associar o seu porto, local de entrada na Europa e saída para a América.¹⁰ Já o *Inquérito Industrial de 1881* retratou a nova realidade económica portuguesa, fundada no sector industrial e intensificada a partir do mesmo momento.¹¹

Antes do terramoto de 1755, a população lisboeta concentrava-se no núcleo histórico junto ao Tejo, na actual Baixa Pombalina (freguesias de Conceição Nova, Santa Justa, Mártires, São Julião e São Nicolau).¹² A partir da reconstrução da capital, acelerou-se “(...) o processo de expansão urbana para a zona dos planaltos ao longo do rio (Santos e Belém) e sobretudo para o interior, incluindo a Penha de França, o Campo de Santa Clara e também o Rato, Campolide e o Campo Grande”.¹³

Desde meados de Oitocentos, deu-se uma saturação fruto do aumento da população residente no centro histórico. Acresceu a construção da estrada da circunvalação (1852), delimitando o futuro crescimento de Lisboa e facilitando a ocupação demográfica da periferia. Esta exteriorização

⁹ SILVA, Álvaro Ferreira da – A evolução da rede..., *cit.*, p. 810.

¹⁰ SILVA, Álvaro Ferreira da – A evolução da rede..., *cit.*, p. 810.

¹¹ RODRIGUES, Teresa – *Nascer e morrer...*, *cit.*, p. 43.

¹² FERREIRA, Vítor Matias – *A cidade de Lisboa: de capital do império a centro da metrópole*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1987, p. 85 e 110.

¹³ PINHEIRO, Magda (ed.) – *Cidade e Metrópole...*, *cit.*, p. 9.

urbana foi acompanhada por alterações administrativas, fazendo crescer as dimensões da capital e aumentando as freguesias e bairros.¹⁴

Assim, a partir de 1878, quando já circulavam as carreiras de americanos (que, aliadas à estrada da circunvalação, colmatavam os problemas de circulação interna), Lisboa cresceu para a considerada primeira «coroa circular», o que foi favorecido pela substituição do Passeio Público pela Avenida de Liberdade, inaugurada a 4 de Agosto de 1879, e acompanhando dois eixos com elevado peso demográfico: das Avenidas Novas para o Campo Grande e da Avenida Almirante Reis para o Lumiar. Este aumento demográfico resultou, sobretudo, de “(...) um crescimento de «conquista» de populações *não-naturais* daquele concelho, oriundas, por isso, de «meios rurais» situados, na generalidade, no próximo exterior ao distrito de Lisboa”.¹⁵

Indo ao encontro do espaço ribeirinho em análise, mas ainda dentro do limite administrativo da cidade, pode-se considerar um outro eixo de

¹⁴ A estrada da circunvalação – tendo como limites a Oeste a Rua Maria Pia, a Norte a Avenida Duque de Ávila e, a Este, a Rua Morais Soares – motivou a ocupação demográfica da zona norte de Lisboa. Esta foi responsável pela reformulação do limite da cidade (1885), passando a capital a ser composta por 6500 hectares e correspondendo ao seguinte espaço: “Partindo da actual pelo vale de Chelas, vá entroncar com a estrada militar até Benfica, e abrangendo esta povoação, e percorrendo a margem esquerda da ribeira de Algés, termine na ponte do mesmo nome” (VENTURA, António (ed.) – *História da Companhia Carris de Ferro de Lisboa*. Lisboa: Companhia Carris de Ferro de Lisboa / Academia Portuguesa da História, 2006, p. 57). Em 1886, além de parte das freguesias que havia perdido para os concelhos de Belém e Olivais, Lisboa anexou as freguesias de Camarate e Sacavém, passando a capital a ter uma dimensão de 8 244 hectares. Porém, esta vasta extensão não significava que todo o espaço estivesse urbanizado – «expansão urbana sem urbanização». ALVES, Daniel – *Evolução das freguesias da cidade de Lisboa ao longo do século XIX*. SIGMA – Sistema de Informação Geográfica e Modelação de Dados Aplicados à História de Portugal (2004), p. 2 (<http://www2.fcsh.unl.pt/deps/historia/docs/lisboa.pdf>, consultado em 2013.05.29); FERREIRA, Jaime – Um século de moagem em Portugal, de 1821 a 1920. Das fábricas às Companhias e aos grupos de Portugal e Colónias e da Sociedade Industrial Aliança in ALVES, Jorge Fernandes (coord.) – *A indústria portuguesa em perspectiva histórica: actas do Colóquio*. Porto: Centro Leonardo Coimbra / Faculdade de Letras da Universidade do Porto, s.d., p. 4; FERREIRA, Vítor Matias – *A cidade de Lisboa...*, cit., p. 89 e 110; PINHEIRO, Magda (ed.) – *Cidade e Metrópole...*, cit., p. 8; RODRIGUES, Teresa – *Nascer e morrer...*, cit., p. 50-51; VENTURA, António (ed.) – *História da Companhia...*, cit., p. 58.

¹⁵ FERREIRA, Vítor Matias – *A cidade de Lisboa...*, cit., p. 95 e 99-100; PINHEIRO, Magda (ed.) – *Cidade e Metrópole...*, cit., p. 9; PINHEIRO, Magda – *Biografia de Lisboa*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2011, p. 250.

crescimento, as freguesias de Alcântara e Belém, ocupadas por indústrias e comércio dependentes do porto de Lisboa.¹⁶

Correspondendo ao que pode ser considerada a segunda «coroa circular», por um maior afastamento ao centro histórico, deu-se a expansão da cidade noutros eixos. Tal resultou da saturação do centro e da primeira coroa, bem como do elevado custo do solo para urbanização. Neste grupo integra-se o concelho de Oeiras, bem como a restante marginal, onde se destacam as povoações de Algés, Paço de Arcos, Oeiras, Parede, Estoril e Cascais, que já tinham uma população de facto significativa estando, igualmente, associadas a uma ou mais actividades económicas, como se verá. Acrescente-se o eixo Benfica-Amadora-Queluz-Sintra, acompanhando a linha de Sintra, construída em 1887 e electrificada em 1956; Loures; Vila Franca de Xira-Arruda dos Vinhos; Sobral de Monte Agraço; bem como povoações da margem sul do Tejo, nomeadamente, o Barreiro e Montijo com o seu elevado atractivo industrial.

Este crescimento das povoações periféricas é o prenúncio da Área Metropolitana de Lisboa, que se forma nos anos 70 do século XX, assistindo-se a uma mutação de funções: a zona central deixa de ter um cariz residencial para predominarem as funções administrativas e comerciais, enquanto as povoações periféricas passam a constituir zonas dormitório, ainda que

¹⁶ Teresa – *Nascer e morrer...*, cit., p. 54. Por exemplo, em Alcântara localizavam-se a Companhia de Fiação e Tecidos Lisbonense e a de Fiação e Tecidos do Alto de Santo Amaro, a Fábrica da Cabrinha, a Fábrica de Louça de Lopes e C.^a e, a partir de 1898, a Companhia União Fabril. Nesta freguesia, ao trabalho industrial deve-se somar uma ocupação residencial associada ao operariado e à pequena burguesia industrial, como existia, por exemplo, no Bairro do Calvário, situado entre a Junqueira e Alcântara, o que levou a um duplicar da população entre 1890-1950. Contrastando, e remetendo para um estrato social mais elevado, a elite ocupava Belém, entre a Junqueira e o Restelo, espaço que quase triplicou a sua população no mesmo hiato cronológico. António Ventura refere que os empresários pretendiam que os trabalhadores habitassem junto às fábricas, concedendo-lhes subsídios para pagarem as suas rendas. Assim, as habitações eram edificadas nas zonas marginais da cidade, como o vale de Alcântara, tendo a Companhia de Fiação e Tecidos Lisbonense sido pioneira neste tipo de iniciativa. VENTURA, António (ed.) – *História da Companhia...*, cit., p. 77 e 85. Sobre Alcântara, refira-se VIDAL, Frédéric – *Les habitants d'Alcântara. Histoire sociale d'un quartier de Lisbonne au début du XXe siècle*. Lyon: s.n., 2003. FERREIRA, Vítor Matias – *A cidade de Lisboa...*, cit., p. 112; PINHEIRO, Magda (ed.) – *Cidade e Metrópole...*, cit., p. 66; VENTURA, António (ed.) – *História da Companhia...*, cit., p. 63, 72, 77 e 85.

espacialmente descontínuas, desenhando o que Vítor Matias Ferreira designa de «manchas d'óleo».¹⁷

É ainda de referir que, tanto no caso do desenvolvimento das povoações em torno de Lisboa, como do Porto, aquelas que apresentavam um maior crescimento populacional são as que possuíam maior e melhor acesso aos meios de transporte. Numa primeira fase, o caminho-de-ferro motivou o rápido e forte crescimento de Lisboa e do Porto, bem como das povoações envolventes.¹⁸ Também os americanos e os *tramways* tiveram um papel decisivo, sendo que "(...) acompanharam a expansão dos limites legais da cidade, precedendo nalguns casos a urbanização".¹⁹ Some-se, já no século XX, o papel do automóvel.

O crescimento das povoações da linha de Cascais (1911-1940)

Parta-se da ideia historiograficamente aceite e desenvolvida no ponto anterior de uma grande concentração populacional no centro histórico de Lisboa, que motivava um encarecimento do custo do solo, levando à ocupação dos espaços periféricos ainda dentro da cidade e, depois, fora dela, estimulando o desenvolvimento de centros de povoamento, sobretudo, a partir de 1890.

Como já foi referido, um dos eixos de crescimento foi junto à zona ribeirinha, tendo o caminho-de-ferro estimulado e promovido a fixação de habitantes entre Algés e Cascais, sobretudo, nos espaços suburbanos onde já se encontrava estabelecido algum sector de actividade. Neste sentido, quando analisado o tráfego da linha de Cascais, as povoações que emergiam como principais eram Algés, Paço de Arcos, Oeiras, Parede, Estoril e Cascais.²⁰

¹⁷ FERREIRA, Vítor Matias – *A cidade de Lisboa...*, cit., p. 236 e 242.

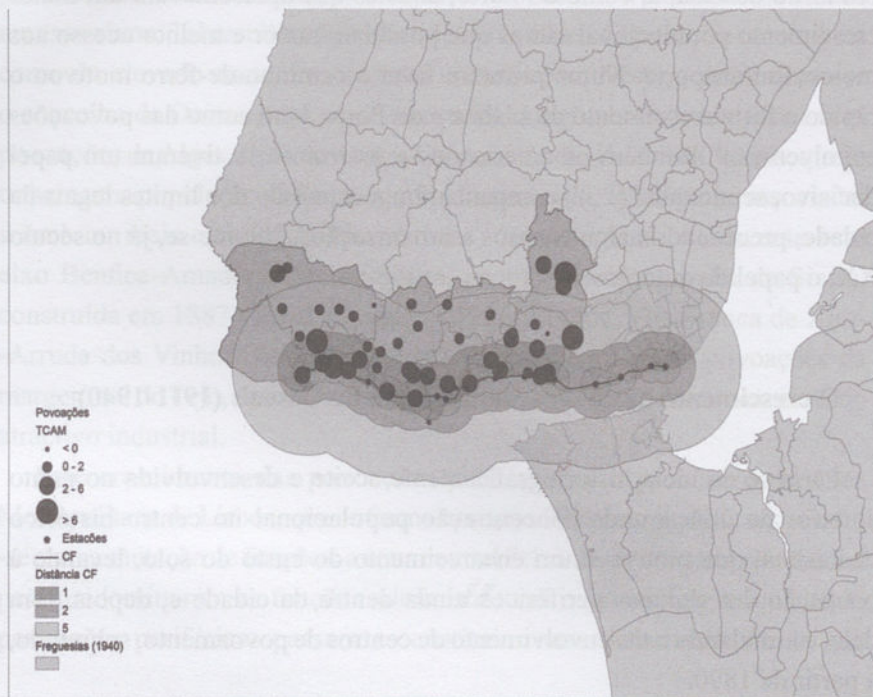
¹⁸ PINHEIRO, Magda – *Cidade e Caminhos de Ferro*. Lisboa: Centro de Estudos de História Contemporânea Portuguesa, 2008, p. 46.

¹⁹ PINHEIRO, Magda – *Cidade e Caminhos...*, cit., p. 56.

²⁰ Para esta conclusão foi calculado o tráfego percentual anual de cada estação, fazendo ressaltar aquelas que estavam acima da média (mesmo que o estivessem apenas em um ano). Consultar: PAULINO, Joana – *A linha de Cascais ...*, cit., p. 99, 102-103 e 106-107.

Imagem 1 – Crescimento da população de facto nas povoações dos concelhos de Cascais e Oeiras com mais de 100 habitantes

Divisão administrativa de 1940; TCAM (1911-1940) e distância ao caminho-de-ferro (1 quilómetro, 2 quilómetros e 5 quilómetros).



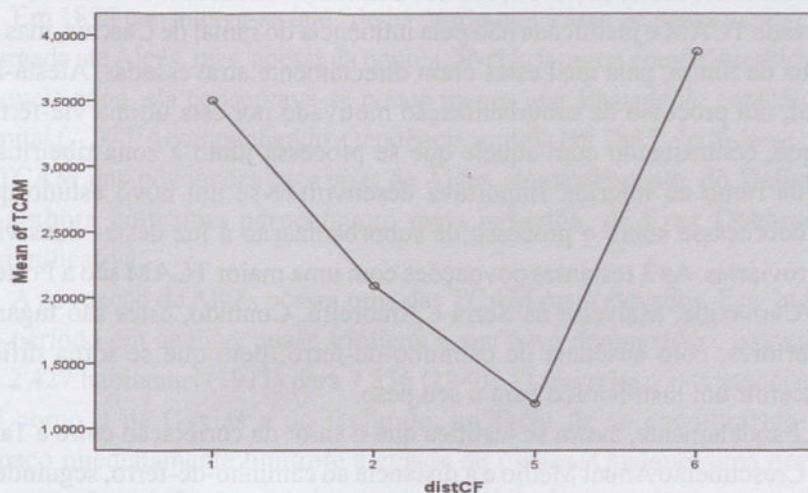
Fonte: MINISTÉRIO DAS FINANÇAS – DIRECÇÃO GERAL DE ESTATÍSTICA – 4ª REPARTIÇÃO – *Estatística Demográfica – Censo da População de Portugal no 1º de Dezembro de 1911*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1913; INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA – *VIII Recenseamento geral da população no Continente e Ilhas Adjacentes em 12 de Dezembro de 1940*. Lisboa: Imprensa Nacional. 1945.

Vejamos, agora, qual a influência do caminho-de-ferro – este motivou um incremento do povoamento da zona litoral, da zona interior, de ambas ou apenas de uma delas?

Como se pode constatar pela imagem anteriormente apresentada, as povoações com uma Taxa de Crescimento Anual Médio (TCAM) mais elevada correspondem, grosso modo, àquelas que se situam junto ao ramal de Cascais, nomeadamente, a uma distância inferior ou igual a 1 quilómetro, salvo 5 excepções de seguida enunciadas. Desta forma, existe uma relação entre a proximidade a este meio de transporte e o crescimento da população

de facto nas povoações por ele servidas. Enquanto a TCAM das povoações localizadas no primeiro anel do buffer (= ou <1 km) se situa entre os 2-6% e, para o caso do Estoril, acima dos 6%, conforme nos afastamos da via-férrea, sobretudo, em distâncias superiores a 5 quilómetros, esta tendência tende a dissipar-se, apresentando os lugares uma TCAM inferior a 2% e, em dois casos particulares (na Outorela e em Manique), emergindo percentagens negativas.

Imagem 2 – Relação entre TCAM (1911-1940) e a distância ao caminho-de-ferro



Fonte: MINISTÉRIO DAS FINANÇAS – DIRECÇÃO GERAL DE ESTATÍSTICA – 4ª REPARTIÇÃO – *Estatística Demográfica – Censo da População de Portugal no 1º de Dezembro de 1911*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1913; INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA – *VIII Recenseamento geral da população no Continente e Ilhas Adjacentes em 12 de Dezembro de 1940*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1945.

Tabela 1 – Número de povoações para cada classe de distância ao caminho-de-ferro e respectiva média

Classes DistCF	Nº de Povoações	Média
1	13	3,506
2	10	2,092
5	16	1,197
6	6	3,877

Fonte: MINISTÉRIO DAS FINANÇAS – DIRECÇÃO GERAL DE ESTATÍSTICA – 4ª REPARTIÇÃO – *Estatística Demográfica...*, cit.; INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA – *VIII Recenseamento geral...*, cit.

A surpresa surge quando se analisa a mesma taxa no que concerne às povoações com um afastamento igual ou superior a 6 quilómetros: embora constituam um número mais reduzido, de 6 lugares, apresentam um crescimento percentual anual de cerca de 3,88%, suplantando o valor das zonas próximas da linha de Cascais.

Não obstante, os valores apresentados neste último caso podem ser facilmente explicados. Tendo-se adoptado a divisão administrativa de 1940, deve-se ter em conta que o concelho de Oeiras tinha grandes dimensões. Incluíam-se, neste, as povoações da Amadora, Venda Nova e Damaia, cuja elevada TCAM é justificada não pela influência do ramal de Cascais, mas da linha de Sintra, pela qual estas eram directamente atravessadas. Atesta-se, aqui, um processo de suburbanização motivado por esta última via-férrea e que, contrastando com aquele que se processa junto à zona ribeirinha, se dá rumo ao interior. Importava desenvolver-se um novo estudo que se debruçasse sobre o processo de suburbanização à luz destas duas vias ferroviárias. As 3 restantes povoações com uma maior TCAM são a Portela de Carnaxide, Malveira da Serra e Amoreira. Contudo, estes são lugares interiores, com ausência de caminho-de-ferro, pelo que se torna difícil discernir um justificativo para o seu peso.

Paralelamente, assim se justifica que o valor da correlação entre a Taxa de Crescimento Anual Médio e a distância ao caminho-de-ferro, seguindo o método de Pearson, seja de 0,016, revelando uma fraca relação entre ambos os elementos de análise.

Sabendo que o crescimento junto ao litoral foi mais relevante do que na zona interior, quais as povoações com uma TCAM mais representativa e que, neste sentido, contribuíram para a suburbanização de Lisboa na faixa costeira para Oeste?

Tabela 2– Evolução da população de facto nas principais povoações servidas pela linha de Cascais e respectiva TCAM

Povoação	PopFacto1911	PopFacto1940	TCAM
Algés	2 427	7 836	4,12
Caxias	579	1 507	3,35
Dafundo	945	2 244	3,03
Paço de Arcos	1 571	3 502	2,80

Povoação	PopFacto1911	PopFacto1940	TCAM
Oeiras	1 715	4 011	2,97
Parede	1 301	4 603	4,45
Estoril	298	2 935	8,20
Cascais	3 445	7 115	2,53

Fonte: MINISTÉRIO DAS FINANÇAS – DIRECÇÃO GERAL DE ESTATÍSTICA – 4^a REPARTIÇÃO – *Estatística Demográfica...*, cit.; INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA – *VIII Recenseamento geral...*, cit.

Em 1895 constatava-se que “de há muito que a área da nossa capital foi alargada até Algés, mas, apesar da população cobrir numa grande intensidade naquela zona, ela conservava-se pouco menos que afastada do coração da capital (...)”.²¹ Acompanhando a tendência sentida em 1895, verifica-se que a TCAM das povoações próximas de Algés, nomeadamente, do Dafundo e, embora com uma percentagem mais reduzida, da Cruz Quebrada, é significativa.

A povoação de Algés possui uma das TCAM mais elevadas. Este lugar, no período em análise, quase triplicou o seu peso demográfico, passando de 2 427 habitantes (1911) para 7 836 (1940). O seu relevo está associado, tal como o de Caxias e do Dafundo, ao facto de se encontrarem no espaço imediatamente limítrofe à cidade de Lisboa. Qualquer uma destas 3 povoações pode-se considerar um subúrbio da capital, uma vez que desenvolvem uma relação funcional e de dependência face a esta. Assiste-se, assim, a uma ocupação de lugares que não estavam associados à presença de indústrias fabris e manufactureiras, constituindo zonas residenciais limítrofes à cidade de Lisboa. Tal é verificado pelo trânsito de passageiros, a partir do qual se nota esta relação entre a capital e Algés, bem como entre a primeira, Dafundo e Cruz Quebrada, ainda que com menor importância por comparação à primeira povoação.²²

Assim, de Algés à Cruz Quebrada pode-se atestar uma ocupação espacial com um carácter contínuo, sem ruptura desde o núcleo da grande cidade. Tal pode-se encontrar relacionado não só com a presença do caminho-de-ferro, como com a extensão do *tramway* eléctrico à Cruz Quebrada,

²¹ COSTA, Leonildo de Mendonça – *Gazeta dos Caminhos de Ferro*, 185 (1895) 260.

²² PAULINO, Joana – *A linha de Cascais...*, cit., p. 91-107.

em 1911.²³ O espaço entre Algés e a Cruz Quebrada estava a contribuir para o processo de suburbanização, pela ocupação residencial deste segmento, o que justificava o investimento nesta modernização e atesta a existência do tráfego da periferia urbana para o seu interior.

Considere-se que o crescimento da população de facto, entre 1911-1940, no espaço compreendido entre a Cruz Quebrada e Cascais, se deu em povoações que já eram dotadas de algum desenvolvimento, como Paço de Arcos, Oeiras, Parede, Estoril e Cascais. Estas contribuíram, no que concerne ao tráfego de passageiros, para a existência de deslocações no seio do espaço rural, podendo-se verificar o seu carácter pendular, nomeadamente, de movimentações menores ocorridas entre as estações mais próximas.²⁴

Quanto a Paço de Arcos e Oeiras, embora possuam umas das TCAM mais reduzidas, com um crescimento de 1 571 habitantes (1911) para 3 502 (1940) e de 1 715 (1911) para 4 011 (1940), respectivamente, de acordo com o *Inquérito Industrial de 1881*, ambas as povoações estavam associadas ao sector extrativo. Segundo a mesma fonte, em Paço de Arcos existiam pedreiras, cuja “(...) maior quantidade de pedra explorada para cantaria é destinada ao revestimento de muros de cais, especialmente das obras do porto de Lisboa, onde ela é empregada largamente (...)”.²⁵ Por sua vez, na povoação de Oeiras, existiam pedreiras exploradas por Hersent e Genelioux, cuja extração era destinada ao porto de Lisboa e indo o calcário para os Açores. Possivelmente, aquando da conclusão das obras do porto de Lisboa o sector extrativo poderá ter perdido a sua importância, justificando a baixa TCAM. É ainda invocado que estas duas povoações eram dotadas de um desenvolvimento industrial significativo, o que ajudou a manter um crescimento da população de facto sustentado.²⁶ Por outro lado, não se deve descuidar a importância de Paço de Arcos nas práticas de veraneio, sobretudo, ao Domingo.²⁷ Ainda que esta seja uma povoação atractiva para a prática de

²³ PINHEIRO, Magda – *Impacto da construção ferroviária sobre a cidade de Lisboa*. S.l.: s.n, s.d., p. 12.

²⁴ Ver PAULINO, Joana – *A linha de Cascais...*, cit., p. 91-107.

²⁵ *Inquérito Industrial de 1881: inquérito directo*, Vol. I. Lisboa: Imprensa Nacional, 1881-1883, p. 235.

²⁶ *Inquérito Industrial...*, cit., p. 235.

²⁷ COLAÇO, Branca de Gonta (ed.) – *Memórias da Linha de Cascais*. Lisboa: Parceria António Maria Vieira, 1999, p. 35.

banhos e, sendo referido que apenas o era num dia, associam-se movimentos pendulares, em detrimento de uma ocupação absoluta do espaço.

Na povoação da Parede, cuja TCAM é de 4,45, a mais elevada a seguir ao Estoril, verifica-se mais do que um triplicar da população nos 29 anos de análise. Neste lugar, a estação ferroviária tinha sido construída quase exclusivamente para o serviço das pedreiras. Simultaneamente, “esta localidade tem uma das estâncias balneares mais afamadas do País. O microclima suave e a elevada concentração de iodo na sua praia converteram esta freguesia do concelho de Cascais num lugar de excelência para o tratamento de doenças ósseas”, estando este espaço associado a um veraneio medicinal, terapêutico e cientificamente certificado.²⁸ Foi por este motivo que aí se fixou o Sanatório de Santa Ana (1904) considerado, à data, um dos melhores hospitais ortopédicos da Europa.²⁹ Segundo Pedro Martins, por volta de 1930-1940, a Parede era, fundamentalmente, uma área residencial, considerando a existência de poucos hotéis.³⁰

Este atractivo medicinal, que se deve associar ao sector económico emergente, o turismo, também justifica o peso de São João do Estoril, Estoril e Monte Estoril. A presença de estâncias termais nestas zonas, dotadas de edifícios de lazer, como casinos e casas de jogo de fortuna e azar, tornou-as atractivas enquanto espaços residenciais. Neste contexto, ressalta o crescimento do Estoril, sobretudo, a partir da construção do projecto cosmopolita e internacional de Fausto de Figueiredo, o Parque Estoril. A sua TCAM é a mais elevada havendo um aumento de 8,20% por ano, que corresponde a uma transição de apenas 298 (1911) pessoas para 2 935 (1940), o que é explicado pelo loteamento dos terrenos junto ao Parque Estoril, constituindo este um «chamariz» à fixação de população. Por outro lado, considere-se que as pessoas que trabalhavam no Parque e nas infraestruturas por ele desenvolvidas residiam neste espaço ou nas povoações próximas. Neste contexto, o Estoril destacava-se enquanto local de lazer,

²⁸ SILVA, José Ribeiro da (ed.) – *Os comboios em Portugal. Do vapor à electricidade*, vol. IV. Lisboa: Terramar, 2008, p. 229.

²⁹ SILVA, José Ribeiro da (ed.) – *Os comboios...*, cit., p. 229; MARTINS, Pedro – *Contributos para uma história do ir à praia em Portugal*. Lisboa: F.C.S.H.-U.N.L., 2011, p. 37-39.

³⁰ MARTINS, Pedro – *Contributos para ...*, cit., p. 44-45.

com um turismo vocacionado para o cosmopolitismo e de cariz internacional, tendo o projecto de Fausto de Figueiredo incrementado a urbanização em seu torno, a qual foi, igualmente incentivada pela electrificação do ramal de Cascais.³¹

Quanto a Cascais, esta era uma vila piscatória, cuja importância não remonta à presença do caminho-de-ferro, ainda que este a tenha dinamizado. O destaque atribuído à mesma está relacionado com a prática turística e, com ela, ao gosto pelos banhos de mar e veraneio. Tal justifica que, em 1911 já existissem 3 445 habitantes, o maior valor de todas as povoações analisadas. Contudo, o seu crescimento não foi tão significativo como as restantes contabilizando-se, em 1940, 7 115 habitantes. Ainda que continuasse a ser das povoações com um maior número de pessoas, o seu crescimento demográfico nestes 29 anos não foi tão significativo como noutras localidades.

Pode-se, assim, atestar um crescimento do espaço suburbano à cidade de Lisboa e uma tendência para delimitação da zona metropolitana a Oeste da capital e junto à zona ribeirinha. Este processo de suburbanização, ainda que na mesma faixa costeira, realizou-se de acordo com dois padrões distintos. Por um lado, a população ocupou os lugares imediatamente limítrofes à cidade, como Algés, Dafundo e Cruz Quebrada. Por outro, emerge um outro tipo de ocupação do espaço, extremamente vinculado à presença do caminho-de-ferro e à existência de aglomerados cujo desenvolvimento era notório pela existência de determinados sectores de actividade (fosse pela extracção ou pelo turismo/práticas de vilegiatura). Estão incluídos neste grupo Paço de Arcos, Oeiras, Parede, São João do Estoril, Estoril, Monte Estoril e Cascais. Como se constata pelo afastamento entre cada uma destas povoações, pode-se concluir que a sua ocupação estimulou uma ruptura com a fixação contínua que se tinha processado até à Cruz Quebrada, sendo indissociável da proximidade a pontos de trabalho e ao caminho-de-ferro. Estas povoações, contrastando com Algés, Dafundo e Cruz Quebrada, não tinham uma relação funcional e dependente da capital.

³¹ MARTINS, Pedro – *Contributos para ...*, cit., p. 45-47.

Conclusão

Perante a falta de estudos sobre a linha de Cascais e considerando a actual hipótese de encerramento da mesma, é relevante estudar não só a sua construção e modernização, como também os seus reflexos na população por ela servida.

A análise concretizada permitiu verificar que o ramal de Cascais constituiu, efectivamente, um dos eixos de expansão e crescimento da cidade de Lisboa para fora de si mesma. Num momento inicial, e correspondendo ao seu fito de construção, este caminho-de-ferro revelou-se crucial para as deslocações da cidade para o espaço rural, servido por praias. Esta tendência alterou-se com a abertura da estação do Cais do Sodré (1895), que atribuiu um pendor urbano ao tráfego nesta via-férrea. Inaugurado o eléctrico, como meio concorrencial (1901), a linha de Cascais retomou a importância das suas ligações de, para e dentro da área rural, o que se encontra relacionado com o desenvolvimento dos centros de povoamento por ela servidos, cuja população de facto cresce de forma significativa. Assim, pode-se integrar o espaço marginal atravessado pelo ramal de Cascais no processo de suburbanização da cidade de Lisboa.

A utilização de um Sistema de Informação Geográfico permitiu atestar o crescimento da população de facto com particular concentração junto ao caminho-de-ferro e, com ele, acompanhando a zona litoral. Entre 1911-1940, deu-se um processo de suburbanização a Oeste de Lisboa, que se fez sentir nas povoações limítrofes à grande cidade, nomeadamente, Algés, Dafundo e Cruz Quebrada, com uma ocupação contínua do espaço, ainda que estes lugares fossem, essencialmente, dormitórios, estando dependentes da capital. Neles não se pode invocar apenas a influência da via-férrea, mas também do eléctrico, com *terminus* na Cruz Quebrada.

Por sua vez, noutras povoações servidas pelo caminho-de-ferro, como são o caso de Paço de Arcos, Oeiras, Parede, Estoril, e Cascais, verificou-se um aumento da ocupação demográfica do espaço, a qual já tinha algum relevo, ao que se deve associar não só o papel da via-férrea, como também o facto de a elas estar associado determinado sector de actividade, fosse ele primário, como a extracção, ou terciário, como o turismo. Alguns anos mais tarde estas povoações viriam a constituir a Área Metropolitana de Lisboa.

É um facto que esta via-férrea ajudou na promoção da suburbanização de Lisboa. Há que fazê-la perdurar na memória, emergindo o presente estudo como um contributo tanto para a história dos caminhos-de-ferro, como para a história regional e social.

Bibliografia

Fontes

Arquivos

Arquivo Histórico e Fotográfico da Comboios de Portugal

GFundos: Fundos Modernos; Fundo: CP; Secção: Administração;
SSecção: Secretaria-Geral; Série: Contratos e Documentação Afim;
SSérie: Linha de Cascais-Sociedade Estoril, caixas 484 e 485.

Arquivo da Fundação Museu Nacional Ferroviário – Armando Ginestal Machado

Disponível em: <http://www.fmnf.pt/arquivo> – PT/FMNF/DGCF-DFECF/8-Série – Linha de Cascais – 1874-1940.

Instituto Nacional de Estatística

Fontes impressas

Inquérito Industrial de 1881: inquérito directo, Vol. I. Lisboa: Imprensa Nacional, 1881-1883.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA – *VIII Recenseamento geral da população no Continente e Ilhas Adjacentes em 12 de Dezembro de 1940*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1945.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS – DIRECÇÃO GERAL DE ESTATÍSTICA – 4ª REPARTIÇÃO – *Estatística Demográfica – Censo da População de Portugal no 1º de Dezembro de 1911*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1913.

Periódicos

COSTA, Leonildo de Mendonça – *Gazeta dos Caminhos de Ferro*, 185 (1895).

Estudos

- ALVES, Daniel – *Evolução das freguesias da cidade de Lisboa ao longo do século XIX. SIGMA – Sistema de Informação Geográfica e Modelação de Dados Aplicados à História de Portugal* (2004), (<http://www2.fcsh.unl.pt/deps/historia/docs/lisboa.pdf>, consultado em 2013.05.29).
- COLAÇO, Branca de Gonta (ed.) – *Memórias da Linha de Cascais*. Lisboa: Parceria António Maria Vieira, 1999.
- FERREIRA, Jaime – Um século de moagem em Portugal, de 1821 a 1920. Das fábricas às Companhias e aos grupos de Portugal e Colónias e da Sociedade Industrial Aliança in ALVES, Jorge Fernandes (coord.) – *A indústria portuense em perspectiva histórica: actas do Colóquio*. Porto: Centro Leonardo Coimbra / Faculdade de Letras da Universidade do Porto, s.d., p. 271-283.
- FERREIRA, Vítor Matias – *A cidade de Lisboa: de capital do império a centro da metrópole*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1987.
- MARTINS, Pedro – *Contributos para uma história do ir à praia em Portugal*. Lisboa: F.C.S.H.-U.N.L., 2011.
- PAULINO, Joana – *A linha de Cascais: construção e modernização. Reflexos no turismo e no processo de suburbanização da cidade de Lisboa*. Lisboa: F.C.S.H.-U.N.L., 2013.
- PINHEIRO, Magda – *Biografia de Lisboa*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2011.
- PINHEIRO, Magda – *Cidade de Caminhos de Ferro*. Lisboa: Centro de Estudos de História Contemporânea Portuguesa, 2008.
- PINHEIRO, Magda (ed.) – *Cidade e Metrópole. Centralidades e Marginalidades*. Oeiras: Celta Editora, 2001.
- PINHEIRO, Magda – *Impacto da construção ferroviária sobre a cidade de Lisboa*. S.l.: s.n., s.d.
- RODRIGUES, Teresa – *Nascer e morrer na Lisboa Oitocentista. Migrações, mortalidade e desenvolvimento*. Lisboa: Edições Cosmo, 1995.
- SILVA, Álvaro Ferreira da – A evolução da rede urbana portuguesa (1801-1940). *Análise Social*, vol. XXXII (143-1944) (1997).
- SILVA, José Ribeiro da (ed.) – *Os comboios em Portugal. Do vapor à electricidade*, vol. IV. Lisboa: Terramar, 2008.
- SILVEIRA, Luís (et. al.) – Caminhos de ferro, população e desigualdades territoriais em Portugal, 1801-1930. *Ler História*. 61 (2011) 7-37.

VENTURA, António (ed.) – *História da Companhia Carris de Ferro de Lisboa*. Lisboa: Companhia Carris de Ferro de Lisboa / Academia Portuguesa da História, 2006.

VIDAL, Frédéric – *Les habitants d'Alcântara. Histoire sociale d'un quartier de Lisbonne au début du XXe siècle*. Lyon: s.n., 2003.

Tempo de Passagem: Os Governos Provisórios no Contexto da Adesão de Portugal à CEE (1974-76)

Alice Cunha

Instituto de História Contemporânea – Universidade Nova de Lisboa
alice_mpbcc@hotmail.com

Texto recebido em /Text submitted on: 20/05/2013

Texto aprovado em /Text approved on: 10/11/2013

Resumo/Abstract:

A ligação de Portugal com a Comunidade Económica Europeia conheceu diferentes vertentes ao longo do tempo, derivado das vicissitudes da época, das circunstâncias, da política e da economia. Neste aspecto, o 25 de Abril de 1974 estabelece uma fronteira entre um relacionamento estritamente económico e um outro de índole económica mas também política. Este artigo analisará precisamente este espaço de fronteira e os dois anos durante os quais serão evidentes as indecisões dos governos provisórios sobre as fórmulas a adoptar no seu relacionamento com a CEE; e também o apoio, político mas também financeiro, da CEE, condicionado a uma evolução favorável à democracia no país.

The relationship between Portugal and the European Economic Community (EEC) knew different features over time, mainly as a result of political and economical contingencies. To this regard, the 1974's 25 de Abril established a boundary between a strictly economic association and another that would surpass its economic nature and endeavor also to its political nature. This article examines precisely this frontier and the two years during which it will be evident the indecision that the provisional governments would have regarding the formulas to be adopted to what concerns the country's relationship with the EEC; and also the support, political but also financial, given by the EEC, which was restricted upon the favorable development of democracy in the country.

Palavras chave/Keywords:

Comunidade Económica Europeia; Governos provisórios; Política externa; Portugal.

European Economic Community; Provisional governments; Foreign policy; Portugal.

*“Amputado o país do «império», colocava-se-lhe um dos mais complexos e graves desafios estratégicos da sua História: o de se redefinir em termos do seu posicionamento internacional. Problema singularmente mal consciencializado, mal discutido e mal compreendido entre os safanões convulsivos do processo revolucionário ou no seu duro e conflitual rescaldo.”*¹

Introdução

Durante anos, no decorrer do Estado Novo, Portugal havia-se acostumado a lidar com a Comunidade Económica Europeia (CEE), maximizando dessa relação os maiores proveitos possíveis e pagando o mínimo dos custos por si aceitáveis. Do lado da CEE, a convivência económica com Portugal também era pacífica. Este relacionamento tranquilo foi abalado a 25 de Abril de 1974 e despoletou uma série de acontecimentos que forçaram tanto o Estado português como os Estados-membros e as instituições comunitárias a redefinirem as suas respectivas posições.

A transição para a democracia portuguesa tem vindo a ser amplamente estudada², incluindo em vertentes específicas, como é o caso da memória, dos partidos políticos, do Conselho da Revolução e do auxílio externo³.

¹ ROSAS, Fernando – A revolução portuguesa de 1974/5 in MARTINS, Fernando e OLIVEIRA, Pedro Aires (coord.) – *As Revoluções Contemporâneas*. Lisboa: Colibri, 2005, p. 220.

² DURÁN MUÑOZ, Rafael – *Acciones colectivas y transiciones a la democracia: Espanha y Portugal, 1974-1977*. Madrid: Centro de Estudios Avanzados en Ciencias Sociales, 1997; CRUZ, Manuel Braga da – *Transições históricas e reformas políticas em Portugal*. Lisboa: Bizâncio, 1999; MARTINS, Fernando e OLIVEIRA, P. A. (coord.) – *As revoluções contemporâneas*. Lisboa: Colibri, 2005; MINOTOS, Marietta (ed.) – *The transition to democracy in Spain, Portugal and Greece thirty years after*. Athens: Foundation Konstantinos G. Karamanlis, 2006; LEMUS, Encarnación, ROSAS, F. e VARELA, R. (coord.) – *O fim das ditaduras ibéricas (1974-1978) = El fin de las dictaduras ibéricas (1974-1978)*. Lisboa; Sevilha: Edições Pluma-Fundación Pública Andaluza Centro de Estudios Andaluces, 2010.

³ BRITO, Alexandra Barahona de, GONZÁLEZ-ENRÍQUEZ, C. e AGUILAR FERNÁNDEZ, Paloma (coord.) – *Política da memória: verdade e justiça na transição para a democracia*. Lisboa: ICS, 2004; SABLOSKY, Juliet Antunes – *O PS e a transição para a democracia: relações com os partidos socialistas*. Lisboa: Notícias, 2000; LISI, Marco – *Um*

Por outro lado, a adesão de Portugal à então CEE também começa a ser objecto de estudo de alguns trabalhos académicos mais recentes⁴.

Conjugando ambos, neste artigo pretendemos, numa abordagem histórica, cruzar um pequeno período de tempo do Estado e da História Contemporânea portuguesa com o da própria evolução e essência do projecto de integração europeu, que perfilhava desde o início o princípio da democracia. Assim, o artigo examina de que modo é que os seis governos provisórios pós-25 de Abril se relacionaram com a Europa comunitária, no que diz respeito às suas opções de política externa e de ajuda económica e financeira. Para tal, recorreremos não apenas a bibliografia especializada – trabalhos académicos, narrativas pessoais, documentos oficiais –, mas também a fontes arquivísticas, com a utilização de documentação disponível no Arquivo Histórico-Diplomático, e também nos *Archives Historiques de la Commission Européenne* (Bruxelas) e *Historical Archives of the European Union* (Florença).

Poder-se-ia considerar que, uma vez findo o Estado Novo, também estaria “ultrapassável o *handicap político* que não permitia uma total relação com as Comunidades, ou seja, uma relação de aproximação e aprofundamento no sentido da adesão do Estado português como membro de pleno direito

partido revolucionário na transição para a democracia: o PCP entre 1974 e 1976. Lisboa: ISCTE, 2002; REZOLA, Maria Inácia – *O Conselho da Revolução e a transição para a democracia em Portugal (1974-1976)*. Lisboa: Campo da Comunicação, 2006; SÁ, Tiago da Mota Veiga Moreira de – *Os Estados Unidos da América e o processo de transição para a democracia em Portugal: o apoio à instauração da democracia (1974-1976)*. Lisboa: Universidade Lusíada, 2001; FONSECA, Ana Mónica – *É preciso regar os Cravos! A Social Democracia Alemã e a transição portuguesa para a democracia (1974-1976)*. Lisboa: ISCTE, 2011.

⁴ FERREIRA, Luiz Gongaza – *Portugal e as Comunidades Europeias – do 25 de Abril ao pedido de adesão*. Lisboa: Vega, 2001; VARIZ, Manuel de Santos – *Da adesão de Portugal às Comunidades Europeias (1947-1986)*. Lisboa: FLUL, 2001; CUNHA, Alice – *A descoberta da Europa – a adesão de Portugal às Comunidades Europeias*. Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros, 2007; CASTRO, Francisco Niny de – *O pedido de adesão de Portugal às Comunidades Europeias – aspectos político-diplomáticos*. Cascais: Principia, 2010; CHAVES, Miguel de Matos – *As negociações de adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia – C.E.E.: 1977/1985*. Lisboa: UCP, 2012; CUNHA, Alice – *O alargamento ibérico da Comunidade Económica Europeia: a experiência portuguesa*. Lisboa: FCSH, 2012.

na CEE”⁵, mas tal não seria nem um dado adquirido, nem de todo assim tão linear, como demonstraremos ao longo do texto.

Opções de política externa

O Programa do Movimento das Forças Armadas (MFA) é muito lacónico quanto à política externa, constando apenas que o governo provisório orientar-se-á “pelos princípios da independência nacional e da igualdade entre os Estados, da não ingerência nos assuntos internos dos outros países e da defesa da paz, alargando e diversificando relações internacionais com base na amizade e cooperação”, acrescentando que “respeitará os compromissos internacionais decorrentes dos tratados em vigor”⁶. Esta falta de clareza irá, todavia, ser restringida devido a dois dos princípios que imperam nesse Programa – democratização e descolonização – que, em conjunto, contribuirão para “uma alteração de fundo na orientação externa do Estado português”⁷.

Como refere Rui Almeida, “a unidade europeia não estava nos horizontes dos autores do golpe de Abril. Quer o programa do MFA, quer os documentos programáticos que se seguiram, apontaram sempre para outras metas e outros destinos, nem sempre condizentes com a adesão às Comunidades Europeias”⁸, ao que acrescia o facto de “a liderança militar

⁵ MENDES, Pedro – A dimensão internacional da transição democrática em Portugal: a influência da Europa. *População e Sociedade*, 11 (2004) 184.

⁶ *Programa do Movimento das Forças Armadas*, ponto 7.

⁷ TEIXEIRA, Nuno Severiano – Entre a África e a Europa: A Política Externa Portuguesa 1890-2000 in PINTO, António Costa (coord.) – *Portugal Contemporâneo*. Lisboa: Dom Quixote, 2005, p. 112.

O Programa do MFA foi alterado pelo primeiro Pacto MFA/Partidos, em 1975, no qual apenas é referido que, no que diz respeito a relações externas, os diplomas aprovados pela Assembleia da República têm que ser apreciados e promulgados pelo Conselho da Revolução. Ao Pacto MFA/Partidos seguiu-se o Plano de Acção Política do MFA e do IV Governo Provisório que, à semelhança do anterior, não evoluiu na definição de referências concretas quanto ao futuro da política externa portuguesa. O mesmo acontecendo com o segundo Pacto MFA/Partidos (*Plataforma de Acordo Constitucional entre o MFA e os Partidos Políticos*), aprovado em 1976.

⁸ ALMEIDA, Rui Lourenço Amaral de – *Portugal e a Europa – Ideias, Factos e Desafios*. Lisboa: Edições Sílabo, 2005, p. 269.

revolucionária [estar] comprometida, em questões de política externa, com uma orientação terceiro-mundista e a maioria dos militares ainda não tinha formulado qualquer opinião sobre a CE”⁹. No entanto, a CEE figurava na lista de preocupações da Junta de Salvação Nacional, como se comprova no Decreto-Lei n.º 203/74 de 15 de Maio, no qual se advoga a “intensificação das relações comerciais e políticas com os países da Comunidade Económica Europeia”.

Nos primeiros tempos da recém-designada democracia, sobretudo após o 28 de Setembro, instalou-se uma “luta surda e muda sobre as grandes opções da política externa portuguesa”¹⁰. Não existia uma verdadeira orientação quanto às opções a tomar, o que contribuiu para uma multiplicação de auto-nomeados centros de decisão e de contacto com o exterior, de entre os quais figuravam a Igreja, partidos, sindicatos, organizações de informação e grupos económicos¹¹ que, individualmente, tinham o seu próprio entendimento e agenda¹² e estabeleciam os seus próprios contactos, o que favoreceu a concorrência entre instituições e indivíduos, sendo que durante 1975 “a desarticulação do sistema de relações externas do País estará consumada”, não existindo já aliança inglesa, nem Brasil, nem África¹³.

A questão da orientação da política externa¹⁴ é pertinente, na medida em que as opções tomadas serão definidoras do relacionamento futuro do Estado português com os outros Estados, europeus e mundiais. Se bem que

⁹ SABLOSKY, Juliet Antunes – *O PS e a Transição para a Democracia: Relações com os Partidos Socialistas*. Lisboa: Notícias, 2000, p. 115.

¹⁰ FERREIRA, José Medeiros – Aspectos Internacionais da Revolução Portuguesa. *Prospectivas*. 2 (1980) 10.

¹¹ TELO, António José – A Revolução e a Posição de Portugal no Mundo in ROSAS, Fernando (coord.) – *Portugal e a Transição para a Democracia (1974-1976)*. Lisboa: Colibri, 1999, p. 276.

¹² A este respeito, António Telo refere que “os agentes multiplicam-se e quase todos têm projectos e estratégias próprios (...) os projectos e estratégias são muitas vezes bizarros e exóticos, só compreensíveis tendo em conta a mentalidade muito própria e original das personagens envolvidas, que, sem estarem preparados na sua maioria, são arrastados no turbilhão da mudança rápida”. TELO, António José – *A Revolução...*, cit., p. 276.

¹³ CASTRO, Armando Antunes e SOUSA, J. F. – Teses sobre uma Estratégia de Relações Externas para Portugal nos Anos 80. *Nação e Defesa*. 24 (1982) 16.

¹⁴ Sobre a formulação e a implementação das decisões de política externa entre 1974 e 1976, consultar: MOREIRA, Diogo – Transitional Foreign Policy: Actors, Institutions and Norms. *Portuguese Journal of Social Science*, 4, No. 3 (2005) 123-144.

não haja uma opção exclusiva, há sempre uma opção dominante que, até então, havia sido o Atlântico e as colónias.

De entre o leque de opções hipoteticamente disponível, figuravam a CEE/espaço europeu ocidental; a adopção de um modelo de isolamento total (=albanização); a inserção no bloco dos Estados do Terceiro Mundo; a efectivação da adesão ao bloco dos países de economia centralizada¹⁵; e ainda a criação de um espaço económico, que correspondesse aos países de expressão portuguesa. Estas hipóteses eram suportadas por diferentes intervenientes da esfera política, sendo que Vasco Rato aponta três grandes estratégias em torno da política externa:

- o PCP e os seus aliados gonçalvistas defendiam o alinhamento de Portugal com a União Soviética e os demais membros do “bloco socialista”, o que se traduziria numa reorientação radical na política externa e de defesa, sendo uma estratégia de reorientação do Ocidente para Leste;

- os “meloantunistas” ou moderados do MFA eram partidários de uma estratégia terceiro-mundista, a qual preconizava a adopção de uma política externa neutral e solidária com o Terceiro Mundo, sem corte de relacionamento com os países europeus, embora sem integração plena na Europa, devido ao subdesenvolvimento económico português;

- após o 25 de Novembro de 1975, a primeira opção é inviabilizada, a segunda enfraquecida, e surge a opção democrática/ocidental, que surge “virtualmente inquestionável”; é apresentada pelos partidos à direita do PCP e pelos sectores militares tradicionalistas, na qual é assegurada que a consolidação da democracia pressupõe a adesão à CEE e a preservação do laço transatlântico¹⁶.

Na realidade, além da opção europeia, a praticabilidade das restantes opções era reduzida. Como salienta José Cândido de Azevedo, “o problema que se coloca (...) no dealbar da década actual [70] já não é verdadeiramente o de optar ou não pela Europa. Essa opção estava feita”¹⁷, sendo classificadas

¹⁵ CUNHA, Paulo de Pitta e – *O Desafio da Integração Europeia*. Lisboa: Imprensa Nacional–Casa da Moeda, 1980, p. 50-51.

¹⁶ RATO, Vasco – A Revolução de Abril na Política Externa in ALMEIDA, João Marques de e RAMOS, R. (ed.) – *Revoluções, Política Externa e Política de Defesa em Portugal: Séc. XIX-XX*. Lisboa: Edições Cosmos e Instituto de Defesa Nacional, 2008, p. 209-215.

¹⁷ AZEVEDO, J. Cândido de – *Portugal, Europa face ao Mercado Comum – Dossier da Adesão de Portugal à CEE*. Lisboa: Livraria Bertrand, 1978, p. 28.

de “totalmente fantasistas as posições dos que (...) defendiam modelos de desenvolvimento auto-sustentado, (...) e advogavam a intensificação das relações económicas com países do Terceiro Mundo e do bloco comunista”¹⁸. De resto, “as análises não marxistas (...) estavam todas de acordo em que não havia uma alternativa política viável à adesão à CEE” e que “das três opções políticas alternativas – a via independente, a do COMECON e a do Terceiro Mundo –, nenhuma era viável”¹⁹. Mesmo assim, a opção europeia não reunia, como observamos, consenso, tendo tanto apoiantes à adesão, como detractores da mesma (ultranacionalistas, comunistas, terceiro-mundistas), e adeptos do regime comercial, na vertente da associação²⁰.

Durante esta fase de transição pós-25 de Abril, em relação à política externa podemos delimitar três períodos distintos, nos quais sobressaem diferentes prioridades:

- a descolonização, até 25 de Novembro de 1975, na qual é contemplado o alargamento das relações diplomáticas, nomeadamente aos países do Leste, à África, Ásia e mundo árabe;

- a definição do tipo de regime a estabelecer no país, procurando apoios no estrangeiro; aproximação à CEE, com vista à angariação de financiamento para o Estado e o aprofundamento das relações comerciais;

- a Europa que, a partir do final de 1975, começa a reforçar a sua posição no contexto da definição da política externa portuguesa²¹.

Será, deste modo, apenas em 1976, quase dois anos após o 25 de Abril, que haverá um “corte com as políticas africanas, terceiro-mundistas, gonzalvistas e europeio-comercialistas que ainda em 1975 se digladiavam nas mais altas instâncias do poder político”²².

¹⁸ LOPES, José Silva – Portugal e a Transição para a Democracia: Que Modelo Económico? in ROSAS, Fernando (coord.) – *Portugal e a Transição para a Democracia (1974-1976)*. Lisboa: Edições Colibri, 1999, p. 176.

¹⁹ LEITÃO, Nicolau Andresen (org.) – *20 Anos de Integração Europeia (1986-2006): O Testemunho Português*. Chamusca: Edições Cosmos, 2007, p. 275.

²⁰ GAMA, Jaime – A Adesão de Portugal às Comunidades Europeias. *Política Internacional*, 10 (1993) 8.

²¹ TELO, António José – A Revolução..., *cit.*, p. 281-308.

²² FERREIRA, José Medeiros – *A Nova Era Europeia – De Genebra a Amesterdão*. Lisboa: Editorial Notícias, 1999, p. 37.

O discurso e a prática: democracia e ajuda financeira

A situação política portuguesa e as solicitações apresentadas à CEE fizeram com que diversos responsáveis europeus²³ visitassem Portugal a partir de 1974, sendo as mesmas retribuídas por representantes governamentais portugueses²⁴ visitassem Portugal a partir de 1974, sendo as mesmas retribuídas por representantes governamentais portugueses que pretendiam conhecer qual a posição da CEE em relação a Portugal e às suas pretensões.

Menos de um mês após o 25 de Abril, o I Governo Provisório (GP) inicia funções a 16 de Maio de 1974, mas apenas durará dois meses e dois dias, devido à demissão do Primeiro-ministro Adelino da Palma Carlos,

²³ Presidente em exercício do Conselho Van der Stöel, comissários Claude Cheysson e Altiero Spinelli (13-15 de Dezembro de 1974); director-geral das Relações Externas Wellenstein, director Relações Externas Roland de Kergorlay; presidente da Comissão Xavier Ortoli. Archives Historiques de la Commission Européenne (AHCE), BAC 250/1980 n.º 372, “Relations entre la Communauté et le Portugal”, 4 Février 1975.

²⁴ Ministro da Economia Rui Vilar; Ernesto Melo Antunes e José da Silva Lopes.

A primeira visita oficial dos novos dirigentes políticos à Comissão aconteceu a 26 de Junho de 1974, com o Primeiro-ministro Adelino da Palma Carlos, acompanhado pelo ministro dos Negócios Estrangeiros Mário Soares, que se reuniram com o presidente da Comissão Xavier Ortoli e com o comissário Christopher Soames, com quem falaram sobre a situação política e económica portuguesa e sobre o relacionamento futuro entre Portugal e a CEE. Da parte dos dirigentes da CEE foi dito que a associação não seria a melhor fórmula para o seu relacionamento futuro. AHCE, BAC 250/1980 n.º 372, “Relations entre la Communauté et le Portugal”, 4 Février 1975.

A 15 de Novembro de 1974, o ministro da Economia Rui Vilar visita a Comissão, por iniciativa portuguesa, no contexto do desenvolvimento e eventual aprofundamento das relações entre Portugal e a CEE, onde se reuniu com Sir Christopher Soames, o mais longo dos encontros, e também com Claude Cheysson, Xavier Ortoli e Altiero Spinelli. No encontro com o comissário Soames, o ministro explicou a situação portuguesa no que diz respeito aos aspectos económicos e sociais e como resposta obteve o reconhecimento das dificuldades inerentes à descolonização e à democratização, e às dificuldades económicas no contexto da grave situação económica internacional, acrescentando que se a CEE não correspondesse aos anseios portugueses, não seria por falta de vontade, mas devido aos seus próprios problemas (AHCE, BAC 250/1980 n.º 248, “Visit by Mr. E. P. Vilar, Minister for Economic Affairs in Portugal”). Na reunião que teve com Spinelli, o ministro apontou os três problemas principais com os quais Portugal se deparava – investimento privado europeu, transferência de tecnologia adaptada à indústria portuguesa, cooperação industrial entre pequenas e médias empresas portuguesas e europeias. Da parte da CEE, Spinelli afirmou que a Comissão estava política e economicamente disposta a ajudar Portugal nas suas pretensões, na medida da sua competência, solicitando para tal dados adicionais, sobretudo a nível de legislação. AHCE, BAC 250/1980 n.º 248, “Visite de Monsieur Vilar, Ministre Portugais de l’Economie chez M. Spinelli, vendredi 15 novembre 1974”.

na sequência de manifestações e de greves. No que diz respeito à Europa, no seu Programa de Governo consta a “intensificação das relações comerciais e políticas com os Países da Comunidade Económica Europeia”²⁵, e mesmo em tão curto período de tempo de vigência deste governo, houve a possibilidade, na terceira reunião do Comité Misto²⁶ CEE-Portugal, realizada em Bruxelas, a 27 de Junho de 1974, para o governo português exprimir a intenção de recorrer à cláusula evolutiva²⁷, demonstrando assim interesse na “consolidação e intensificação das relações existentes” com a CEE²⁸, e o seu ministro dos Negócios Estrangeiros, Mário Soares, anunciar que “a política externa de Portugal vai mudar 180º graus”²⁹. Estas palavras podem ser lidas no contexto de um governo ao qual faltava uma definição política clara e no qual o Ministro “encontrava margem suficiente para ir pondo em prática as suas ideias relativamente à política externa portuguesa (...), mas com alguma cautela, atendendo à delicadeza política do momento”³⁰.

De resto, em conferência de imprensa, realizada no Palácio das Necessidades, a 13 de Setembro de 1974, o então Ministro faz um ponto de situação sobre os aspectos mais importantes da política externa do país, na qual inclui o Mercado Comum, designação habitual à época para designar a CEE. A esse respeito refere que o governo fez uma primeira abordagem, sob a forma de encontros bilaterais e multilaterais, à CEE, mas que à data a melhor opção, validada por todas as partes, seria a de melhorar e ampliar

²⁵ PORTUGAL – *Governo Provisório: Homens e Programa*. Lisboa: Ministério da Comunicação Social, 1974, p. 42.

²⁶ Entidade encarregada de gerir o acordo de comércio livre de 1972.

²⁷ Manifestou também esperança de que a CEE ajudasse rapidamente a economia portuguesa; sublinhando igualmente o vínculo do país para com o princípio democrático e para com os objectivos fundamentais da CEE. AHCE, BAC 250/1980 n.º 372, “Relations entre la Communauté et le Portugal”, 4 Février 1975. Do lado da CEE, notou-se com agrado a evolução da política portuguesa em direcção à democracia e demonstrou-se satisfação pela possibilidade de encetar relações mais estreitas com Portugal.

²⁸ ALMEIDA, Rui Lourenço Amaral de – *Portugal e a Europa...*, cit., p. 275.

²⁹ SOARES, Mário – Portugal e a Transição para a Democracia: Um Testemunho Pessoal in ROSAS, Fernando (coord.) – *Portugal e a Transição para a Democracia (1974-1976)*. Lisboa: Colibri, 1999, p. 326.

³⁰ SEBASTIÃO, Dina Sofia Neves – *Mário Soares e a Europa: Pensamento e Acção*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2010, p. 56.

os acordos comerciais existentes, considerando todavia que não importava apenas fortalecer laços a nível económico, mas também ao nível político³¹.

Curiosamente, adiante, respondendo, a um jornalista belga que o questionou sobre os planos portugueses para a adesão ao Mercado Comum, disse que o país “não deveria, desde logo, pretender um estatuto de associado e, menos ainda, um acordo de integração, porque o estado de desenvolvimento da nossa economia não o permite” e acrescenta que a adesão não era assim possível na altura, e que a liberdade de circulação de capitais, pessoas e bens seria desastrosa para a economia portuguesa de então³².

Mesmo assim, e vivendo tempos conturbados, Portugal começou a renegociar alguns termos dos acordos de 1972³³, ao abrigo da cláusula evolutiva, que eram, na realidade, mais benéficos para a CEE do que para Portugal, dado que oficializaram uma relação já existente entre ambos e que era mais favorável à CEE.

Logo no dia seguinte à demissão de Adelino da Palma Carlos, inicia funções Vasco Gonçalves com o II GP em cuja formação, ao contrário do carácter pluripartidário do I GP, prevaleceu o entendimento entre os militares do MFA e o PCP, iniciando-se então uma viragem à esquerda. Mas este GP também será de curta duração, sendo que a 25 de Novembro, já tomará posse o III GP, que não só assume formalmente no respectivo programa a vontade de aprofundamento das relações de cooperação a vários níveis³⁴, como irá apresentar propostas para modificar determinadas cláusulas dos acordos comerciais CEE-Portugal, e para alargar a cooperação a outros domínios.

Na reunião do Comité Misto, realizada em Lisboa, a 25 e 26 de Novembro de 1974, o III Governo Provisório reitera a sua intenção de que certas

³¹ SOARES, Mário – *Portugal's new foreign policy*. Lisbon: Ministry of Foreign Affairs, 1974, p. 27-28.

³² SOARES, Mário – *Portugal's...*, cit., p. 37-38.

³³ Acerca da abertura das negociações para a revisão dos acordos de 1972, negociações propriamente ditas e consequentes Protocolo Adicional e Protocolo Financeiro consultar: AHCE, BAC 48/1984 n.º 563/3, 4 e 5; AHCE, BAC 48/1984 n.º 564/1, 2, 3, 4 e 5.

³⁴ SILVA, António Martins da – *Portugal e a Europa – Distanciamento e Reencontro – A Ideia de Europa e a Integração Europeia: Ecos, Reacções e Posicionamentos (1830-2005)*. Viseu: Palimage Editores, 2005, p. 409.

cláusulas dos acordos sejam modificadas³⁵, mas será apenas a 20 de Janeiro de 1976, que o Conselho de Ministros da CEE autorizou a Comissão a encetar negociações com Portugal, sendo que só depois de quase seis meses de negociações, é que as delegações portuguesa e comunitária chegariam a acordo, a 9 de Junho de 1976³⁶, sobre o conteúdo do Protocolo Adicional ao Acordo de 1972 e sobre um Protocolo Financeiro³⁷.

Este será, porém, um empreendimento fugaz, pois uma remodelação governamental conduzirá, quatro meses mais tarde, ao IV GP, que terá, em relação à Europa, uma posição “delicadamente distante mas reticente”³⁸.

De visita a Bona (19 e 20 de Maio de 1975), o ministro dos Negócios Estrangeiros deste GP, Ernesto Melo Antunes, referiu expressamente que,

³⁵ Havia sido já na terceira reunião do Comitê Misto CEE-Portugal, realizada a 27 de Junho de 1974, que o governo português exprimiu a intenção de recorrer à cláusula evolutiva. No entanto, de acordo com as observações da CEE, na reunião de Novembro, a delegação portuguesa limitou-se a apresentar propostas genéricas no âmbito da cooperação financeira, sem ser específica quanto às mesmas, numa altura em que nem sequer se conhecia ainda a orientação de política económica por parte do governo, dado que ainda estava a ser formulado um plano económico para o país. AHCE, BAC 250/1980 n.º 372, “Relations entre la Communauté et le Portugal”, 4 Février 1975.

Previamente, o Conselho, reunido a 12 de Novembro de 1974, havia dado o seu assentimento para que a delegação comunitária no Comitê Misto examinasse as pretensões portuguesas e para tal recolhesse todos os elementos necessários, de modo a formular recomendações, para que fossem iniciadas, no tempo e no modo apropriados, negociações. AHCE, BAC 48/1984 n.º 563/1, “Communication à la Commission transmise par Sir Christopher Soames, Vice-Président”, 13 Mai 1975.

³⁶ Como sugeriu Christopher Soames a Francisco Sá Carneiro, seria do interesse de Portugal assegurar um acordo antes das eleições, o que implicaria, por um lado, aceitar cláusulas que não satisfaziam por completo as pretensões portuguesas, sendo que, no fundo, os termos do mandato concedido à Comissão dificilmente seria objecto de revisão e melhoramento por parte dos Estados-membros. AHCE, BAC 250/1980 n.º 504, “Record of a call on Sir Christopher Soames by Mr. Sá Carneiro, President of the Portuguese Popular Democratic Party, and Professor Sousa on 27 January 1976”, 28 January 1976.

³⁷ Com o Protocolo Adicional foram melhorados certos aspectos comerciais, com regimes mais favoráveis para determinadas exportações portuguesas e com maior protecção para a indústria, complementando e expandindo os acordos de 1972 ao nível da agricultura, comércio e indústria, e abrangendo novos sectores através de cooperação a nível do emprego e da segurança social e também da cooperação financeira, industrial e tecnológica. No que diz respeito à cooperação financeira, o Protocolo Financeiro previa uma ajuda de emergência de 180 milhões UC.

³⁸ MARTINS, Maria Helena Gomes – *Portugal e a Aproximação à Europa – Do Acordo de 1972 ao Pedido de Adesão*, Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 2006, p. 106.

na altura, uma adesão de Portugal à CEE estava excluída, devido nomeadamente ao fraco desenvolvimento económico³⁹. Mas subjacente a tal declaração, estava uma inflexão governativa à esquerda, que havia culminado com o 11 de Março de 1975 e com as consequentes nacionalizações. Justamente, “a radicalização do processo revolucionário irá dificultar o estreitamento de relações com a Europa”, não apenas pela rigidez da CEE em apenas apoiar um regime democrático, mas muito também porque os governos provisórios, sobretudo o IV e o V, “não estão empenhados neste reforço, tendo sido rejeitada qualquer hipótese de associação à Comunidade e assumido expressamente o relacionamento privilegiado com os países do Terceiro Mundo”⁴⁰, embora não se notasse especificamente em Melo Antunes “falta de interesse pela CEE, nem reacções negativas à aproximação à Europa. Melo Antunes é claramente pró-europeu”⁴¹.

Assistiu-se, assim, na primavera de 1975, a um agravamento da situação política, sendo apenas a 25 de Novembro desse ano que um golpe militar travará os avanços da esquerda. A CEE mantinha-se atenta ao desenrolar dos acontecimentos e inquietava-se com a sucessão dos governos provisórios e, sobretudo, com a tendência para a instauração de um regime de esquerda, vislumbrando a possibilidade de o país rumar em direcção ao comunismo⁴², pelo que respondia com muita cautela às solicitações portuguesas.

Ainda assim, expectante⁴³ em relação ao rumo que Portugal iria tomar, os encontros sucediam-se, tendo sido, por esta altura, recebido o comissário

³⁹ AHCE, BAC 48/1984 n.º 563/1, AHCE, BAC 48/1984 n.º 563/1, “Note à l'Attention du Président Ortolí sous Couvert du Vice-Président Sir Christopher Soames – Visite de M. Melo Antunes, ministre des Affaires Étrangères”, 23 Mai 1975.

⁴⁰ SILVA, António Martins da – *Portugal e a Europa...*, cit., p. 410.

⁴¹ BRITO, José Maria Brandão de, ROLLO, M. F. e AMARAL, J. F. (ed.) – *Portugal e a Europa...*, cit., p. 204.

⁴² A presença dos comunistas nos governos provisórios nunca foi bem encarada por nenhum Estado-membro. A RFA, sobretudo, depois do 25 Abril, ajudou na construir a oposição aos radicais e aos comunistas, sendo, nesse sentido, responsável pelo regime no poder desde final de 1975. Sobre o papel da RFA na transição para a democracia portuguesa, consultar: FONSECA, Ana Mónica – The Federal Republic of Germany and the Portuguese Transition to Democracy (1974-1976). *Journal of European Integration History*. 15, No. 1 (2009) 35-56.

⁴³ Mesmo neste clima de incerteza, a 5 de Maio de 1975, o Conselho irá pedir à Comissão que elabore um relatório sobre as relações entre Portugal e a CEE para, com base nesse documento, encetar discussões sobre o seu relacionamento futuro. AHCE, BAC 48/1984

Christopher Soames⁴⁴, constando na agenda desta visita os acordos CEE-Portugal, as relações entre Portugal e a CEE, a evolução política portuguesa e a sua política externa.

Quadro I – Os governos provisórios e o seu relacionamento com a CEE

Governo Provisório	Relação com a CEE (avanços e recuos)
I, Adelino da Palma Carlos 16/05 a 18/07/1974	intenção de renegociar os acordos comerciais de 1972 e manifestação dessa intenção
II, Vasco Gonçalves 18/07 a 30/09/1974	afastamento
III, Vasco Gonçalves 30/09/1974 a 26/03/1975	propostas para modificar certas cláusulas do acordo comercial de 1972
IV, Vasco Gonçalves 26/03 a 08/08/1975	afastamento e hesitação
V, Vasco Gonçalves 08/08 a 19/09/1975	rejeição de qualquer hipótese de associação à CEE
VI, Pinheiro de Azevedo 19/09/1975 a 23/07/1976	renegociação do acordo comercial de 1972, tendentes à obtenção de ajudas e de formas de cooperação

Fonte: elaboração própria.

Mesmo perante este cenário adverso, no seio da CEE existia o entendimento de que não se deveria desamparar o país, pelo que a Comissão sugeriu, em Junho de 1975, uma ajuda económica e financeira de emergência, de modo a contribuir para o desenvolvimento económico do país e para mostrar aos portugueses que está disposta a ajudar um povo que está a

n.º 563/1, “Communication à la Commission Transmise par Sir Christopher Soames, Vice-Président”, 13 Mai 1975.

⁴⁴ Entre 11 e 13 de Fevereiro 1975, vem acompanhado por Roland de Kergorlay, tendo-se encontrado com os ministros Emilio Rui Vilar, Mário Soares, José da Silva Lopes, e com o Primeiro-ministro Vasco Gonçalves e o Presidente da República, general Francisco Costa Gomes, além de representantes da Confederação da Indústria Portuguesa e da Intersindical. AHCE, BAC 250/1980 n.º 372.

Durante esta visita foram debatidos a situação económica do país e o Programa Económico e Social (ainda não era um plano). No final da reunião com Rui Vilar, este definiu as ambições portuguesas em relação à CEE: compreensão e confiança pelo caminho que Portugal está a trilhar, que ainda não está claramente definido; no âmbito social, melhoria da situação dos trabalhadores portugueses na CEE; apoio financeiro; e cooperação industrial e tecnológica. Soames respondeu que da parte da CEE Portugal terá ajuda no período de transição, mas para tal Portugal terá que dar indicações concretas nesse sentido. AHCE, BAC 25/1980 n.º 1897/1 – “Sir Christopher Soames’ visit to Lisbon 12-13 February, 1975”.

caminhar no sentido da democracia⁴⁵. Francisco Castro analisa a influência que tanto a CEE como os Estados Unidos da América (EUA) tiveram no período de transição para a democracia portuguesa, revelando duas posições distintas: para os EUA a presença de comunistas no governo não seria tolerada, mas não interviria, pelo que Portugal deveria servir de exemplo sobre os efeitos de uma governação comunista; para a CEE, deviam-se auxiliar os moderados, tendo em vista conduzir a evolução política rumo a uma democracia parlamentar⁴⁶. Esta divergência de posições foi, aliás, também benéfica para a CEE, na medida em que “ao ser protelado o auxílio americano, a contribuição europeia tornava-se ainda mais decisiva, levando a CEE a granjear espaço político de afirmação por entre as superpotências”⁴⁷.

No Conselho Europeu de Julho⁴⁸, existe o entendimento de que a ajuda comunitária deve estar condicionada à evolução para a democracia pluralista, entendimento reafirmado em Outubro seguinte no Luxemburgo, ou seja, que o apoio da CEE dependia verdadeiramente da evolução da situação política portuguesa, o que nos remete para a relação entre democracia e ajuda financeira: a este respeito, a Comissão é peremptória quando menciona que “a ajuda de urgência deve enquadrar-se claramente numa perspectiva de consolidação de uma democracia pluralista em Portugal, sendo do

⁴⁵ Nesta comunicação é referido o “interesse natural em apoiar o esforço de Portugal no sentido da consolidação da ordem democrática e do progresso económico e social”, sendo recomendado que o apoio da CEE à democracia portuguesa seja concretizado “rapidamente e de forma espectacular”, de modo a não desiludir os portugueses, e assim ter um maior efeito político. AHCE, BAC 250/1980 n.º 378, COM (75) 287 Final, “Communication de la Commission au Conseil relative aux mesures à prendre en faveur du Portugal”, 11 Juin 1975.

⁴⁶ CASTRO, Francisco – A CEE e o PREC. *Penélope*. 26 (2002) 123-157.

⁴⁷ VICENTE, Paulo Jorge Carvalho de Santos – *Aqui sopram os ventos da Europa: os governos portugueses perante o federalismo e a integração europeia (1960-2002)*. Lisboa: FCSH, 2011, p. 264.

⁴⁸ Realizado entre 16 e 17, em Bruxelas, nas suas conclusões figura uma declaração sobre Portugal, na qual consta que a CEE está disposta a cooperar mais estreitamente no domínio económico e financeiro com Portugal, disposição essa que está condicionada a um Estado democrático pluralista. Historical Archives of the European Union (HAEU), BAC079/1982-229; AHCE, BAC 79/1982 n.º 229.

O assunto foi sendo acompanhado, e em reunião do Conselho de assuntos externos, a 15 de Setembro 1975, no que diz respeito às relações com Portugal, afirma-se que as perspectivas políticas parecem melhores para Portugal; pelo que, quando se confirmar um desenvolvimento positivo, poder-se-á concretizar a resolução de Julho do Conselho Europeu. HAEU, EN-000408.

interesse da Comunidade apoiar Portugal para esse fim” acrescentando, porém, que, “se Portugal não prosseguir esse objectivo ou se tal se tornar inatingível, todos os argumentos apresentados em favor dessa ajuda perderão a sua validade”⁴⁹. Precisamente sobre a relação existente entre democracia e integração europeia, Robert Fishman é da opinião que a CEE moldou, mas não fez as democracias do Sul da Europa, aquando da sua pretensão de se tornarem Estados-membros⁵⁰, o que é corroborado pelas leituras acima, nas quais é demonstrado que a concessão de uma ajuda é condicionada à opção por um regime democrático.

A promessa de ajuda financeira, do lado da CEE, já havia sido proferida a 26 de Maio de 1975, depois de um Conselho de Ministros da CEE. No entanto, a 24 de Junho de 1975, os ministros dos Negócios Estrangeiros estavam reticentes quanto ao apoio económico a conceder a Portugal, devido à falta de estabilidade política, o que se traduziu, posteriormente, num veto do presidente francês, a 17 de Julho, a um empréstimo por parte da CEE. A Comissão Europeia, por seu lado, num memorando de 11 de Junho, corrobora essa pretensão, defendendo um auxílio económico para ajudar a democracia portuguesa⁵¹.

⁴⁹ AHCE, BAC 250/1980 n.º 378, COM (75) 287 Final.

Sobre os últimos desenvolvimentos acerca da condicionalidade democrática como pressuposto para a adesão, consultar: PRIDHAM, Geoffrey – *Designing Democracy: EU Enlargement and Regime Change in Post-communist Europe*. Houndmills: Palgrave Macmillan, 2005; MATTLI, Walter and PLÜMPER, Thomas – The Demand-side Politics of EU Enlargement: Democracy and the Application for EU Membership. *Journal of European Public Policy*. 9, Issue 4 (2002) 550-574.

⁵⁰ FISHMAN, Robert M. – Shaping, not Making, Democracy: The European Union and the Post-Authoritarian Political Transformations of Spain and Portugal. *South European Society and Politics*, volume 8, issue 1-2 (2003) 32.

⁵¹ Durante a sessão de Estrasburgo do Parlamento Europeu (16 a 20 de Junho de 1975), o comissário europeu responsável pelas relações externas, Christopher Soames, apelou à CEE para concederem uma ajuda imediata e substancial a Portugal, ajuda essa que representaria “a expressão prática da Comissão no sentido de que a Comunidade deveria ajudar Portugal a progredir no sentido de uma democracia pluralista”. Aliás, a Comissão desde o início que definiu os termos de uma ajuda: a instauração, consolidação de uma democracia e a defesa dos direitos humanos. Esta proposta era apresentada numa altura em que crescia o cepticismo entre os líderes europeus em relação aos últimos desenvolvimentos ocorridos em Portugal, e não estavam confiantes em relação ao efeito que uma ajuda poderia ter. Do lado da Comissão, esta proponha uma extensão dos acordos comerciais de 1972. HAEU, CPPE-000496.

Entretanto, nas eleições para a Assembleia Constituinte, a 25 de Abril de 1975, o Partido Socialista obtém a vitória, o que indiciaria mudanças no cenário político, com um maior distanciamento em relação aos comunistas e a sua progressiva saída dos cargos governamentais.

Com a saída de Vasco Gonçalves e a formação do VI GP, de carácter pluripartidário, liderado pelo Almirante Pinheiro de Azevedo, nomeado pelo Presidente da República, general Costa Gomes, e, embora na tomada de posse se continuasse a advogar “a via do socialismo e da democracia pluralista para atingirmos a sociedade socialista”⁵², também se defendia a preferência que “através de um modelo democrático, aumentasse os seus graus de relação com as diversas Instituições Europeias”⁵³, a CEE voltou a acreditar que Portugal seguiria a via da democracia pluralista, pelo que será já durante a vigência desse Governo, já sem uma marca comunista acentuada que, na reunião do Conselho, a 7 de Outubro de 1975, à qual assistia uma delegação portuguesa, na qual estavam os ministros Melo Antunes e Jorge Campinos, foi concedida uma ajuda financeira excepcional de emergência a Portugal⁵⁴.

No início de 1976, quando começa a estabilização da democracia portuguesa, por um lado, e a renegociação dos acordos comerciais de 1972 por outro, ainda não se vislumbra a hipótese da adesão à CEE, o que não invalida que com essas negociações se comecem “a mexer as coisas e as vontades no sentido da aceitação da ideia da adesão”⁵⁵.

Conclusão

Ao longo deste artigo evidenciamos a relação dos governos provisórios com a CEE numa perspectiva de adesão futura do país àquela organização,

⁵² AZEVEDO, Pinheiro de – *Entrevistas*. Lisboa: Ministério da Comunicação Social, 1976, p. 37 (entrevista concedida ao *O Jornal* a 12-3-1976).

⁵³ AZEVEDO, Pinheiro de – *Entrevistas*. *cit.*, p. 63 (entrevista concedida ao jornal *A Luta* a 21-4-1976).

⁵⁴ O Banco Europeu de Investimento disponibilizaria créditos no montante de 150 milhões de unidade de conta (à taxa de câmbio de 1975, representava cerca de cinco milhões de contos, aproximadamente 12,4 milhões de euros actualmente) com bonificação do juro de 3% (=30 milhões de unidade de conta), paga pelo orçamento comunitário. Para mais detalhes sobre a ajuda excepcional de urgência, consultar: AHCE, BAC 48/1984 n.º 563/1, 2, 3 e 4.

⁵⁵ FERREIRA, Luiz Gonzaga – *Portugal e as Comunidades Europeias – Do 25 de Abril ao Pedido de Adesão*. Lisboa: Vega, 2001, p. 91.

e qual o seu contributo para a aproximação e/ou afastamento em relação à mesma, durante um tempo de passagem em que se ensaiavam diferentes modelos de uma democracia à experiência.

Tentamos contribuir para um melhor entendimento do que foi a relação estabelecida entre os governos provisórios e a CEE durante a fase pré-constitucional do novo regime político português, numa altura em que a questão central residia no processo de descolonização, e todos os governos provisórios advogavam a via do socialismo e a instauração de uma democracia pluralista com vista a se alcançar uma verdadeira sociedade socialista, pelo que é neste enquadramento que devemos entender a questão da CEE e da integração europeia.

Durante dois anos apenas (entre Abril de 1974 e Abril de 1976) advogaram-se, sem grande debate, todavia, diversas opções de política externa e do lugar que o país deveria ocupar no mundo. Neste período, a CEE surge sempre como uma referência vaga nos programas dos governos provisórios e sempre numa vertente económica, pois não se afigurava conveniente estreitar relacionamentos políticos com potências capitalistas, como a Europa.

Num ambiente ideológico de esquerda, na prossecução de uma via socialista de Estado e de sociedade, a CEE era apenas uma entre outras opções potencialmente definidoras da identidade futura do país e do seu enquadramento geopolítico-económico, pelo que se compreende que durante a vigência dos governos provisórios a integração fosse “uma questão que só raramente era aflorada”⁵⁶.

No cômputo geral, durante a vigência destes governos de transição, singraram três visões distintas e concorrentes: durante o I, II e III governos prevaleceu a estratégia euro-atlântica e pró-ocidental, defendida por Mário Soares; no IV e VI governos sobressaiu a opção “terceiro-mundista”, neutralista e não-alinhada de Melo Antunes; e, por fim, durante os II a V governos, prosseguiu-se uma direcção pró-soviética perfilhada por Vasco Gonçalves⁵⁷.

⁵⁶ BRITO, José Maria Brandão de, ROLLO, M. F. e AMARAL, J. F. (ed.) – *Portugal e a Europa – Testemunhos dos Protagonistas*. Lisboa: Tinta da China, 2011, p. 202.

⁵⁷ MENDES, Pedro – *A dimensão...*, cit., p. 176.

Por seu lado, a CEE não deixou de apoiar politicamente Portugal, condicionando, porém, a sua ajuda a nível financeiro à instauração do regime democrático. E foi apenas quando foram sanadas as principais tendências de um regime à esquerda que a CEE materializou esse apoio, em 1976, através da celebração de dois novos protocolos complementares aos acordos comerciais de 1972.

A História portuguesa conta com muitos tempos de passagem de um momento histórico para outro. Neste tempo, que conheceu seis governos provisórios, cuja durabilidade oscilou entre um e dez meses, qualquer definição ou elaboração mais precisa, concreta, estruturante, acerca do relacionamento, e seus moldes, do país com a CEE, seria caracterizada por falta de peso político e legitimidade, pelo que não estava, assim, destinado ser um governo provisório a aprofundar os contornos de um relacionamento já existente, mas com potencialidades para ser desenvolvido.

Ovos, Ovos, Ovos e mais Ovos

Cultura, Economia, Dietética e Gastronomia

Isabel M. R. Mendes Drumond Braga

Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

isabeldrumondbraga@hotmail.com

Texto recebido em /Text submitted on: 06/05/2013

Texto aprovado em /Text approved on: 14/10/2013

Resumo/Abstract:

Partindo de fontes diversificadas, nomeadamente iconografia, livros de receitas, obras de medicina, provérbios e contratos agrários, pretendeu analisar-se e explicar-se a relevância dos ovos no quotidiano de outrora. O estudo abrange em especial: valor real e valor simbólico do ovo, o ovo na cultura popular, na medicina, no receituário de beleza e na gastronomia.

Using diverse sources, including iconography, cookbooks, books of medicine, proverbs and land contracts, is intended to analyze and explain the relevance of the eggs in the everyday life of the past. The study covers in particular: real value and symbolic value of the egg, the egg in popular culture, medicine, beauty recipes and cuisine.

Palavras chave/Keywords:

Ovo; Medicina; Beleza; Culinária; Gastronomia.

Egg; Medicine; Beauty; Cooking; Food.

Ovos, ovos, ovos e mais ovos. Pequenininhos como os de codorniz, de tamanho normal – porque mais comuns – os de galinha, um pouco maiores os de pata e os de perua, enormes os de avestruz, para nos ficarmos no reino dos galiformes. Também podemos juntar os de criaturas mais exóticas como cobras, crocodilos e tartarugas. Simples ou pintados com motivos fitomórficos, zoomórficos ou outros, presentes na alimentação, em algumas mezinhas, em cosméticos e na decoração de ambientes domésticos, os ovos podem ser verdadeiros ou realizados em materiais tão diversos como madeira, pedra, vidro, cristal ou metais preciosos, com vista a aplicações diversas. Encontramo-los como modestos objectos de madeira destinados a coser meias, utilizados por gerações do passado, como pisa-papéis elegantes de pedras coloridas, de vidro e até de cristal, nos escritórios, como candeeiros de mesa de tamanhos variados, realizados em diversos materiais, como caixas de prata e como jóias magníficas, pensemos nas criações Fabergé. E o rol continua em permanente actualização.

1. O ovo: significado simbólico e significado real

“Qual dos dois fosse o primeiro, o ovo ou a galinha, é questão que ninguém pode decidir”¹. Este antigo problema não escapou a Rafael Bluteau, na entrada “ovo” da sua obra *Vocabulário Portuguez e Latino* publicada entre 1712 e 1728². Esta formulação levar-nos-ia muito longe, nomeadamente à criação do universo e de todas as criaturas, ao princípio da vida. No entanto, o que aqui se pretende é bem mais limitado, trata-se do simbolismo do ovo nas sociedades ocidentais. Nessa conformidade, em sentido lato, o ovo aparece como símbolo da vida, que contem os quatro elementos: a terra na casca, a água na clara, o fogo na gema e o ar no espaço entre a clara e a casca³.

¹ BLUTEAU, Rafael – *Vocabulario Portuguez e Latino*, vol. 6, Lisboa: Oficina de Pascoal da Silva, 1720, p. 143.

² Sobre este intelectual, cf. BRAGA, Isabel M. R. Mendes Drumond – D. Rafael Bluteau na Corte Portuguesa (1668-1734). *Cultura, Religião e Quotidiano. Portugal (século XVIII)*. Lisboa: Hugin, 2005, p. 7-82.

³ BLUTEAU, Rafael – *Vocabulario Portuguez e Latino...*, cit., vol. 6, p. 143.

O ovo pela sua forma e pelas suas características é associado às ideias de nascimento, renascimento e renovação cíclica daí ser comum a sua oferta na Páscoa, quer na actualidade – basta pensar nos numerosos ovos de chocolate produzidos em cada quadra pascal – quer no passado. Neste caso, a situação mais especial é constituída pelas peças de joalharia em forma de ovo, produzidas na Rússia por encomendas dos czares Alexandre III (1845-1894) e Nicolau II (1868-1918). Para a igreja ortodoxa, a Páscoa constitui um momento muito relevante do calendário litúrgico. No século XIX, já era comum a troca de ovos de galinha decorados e três beijos para festejar o momento. Pela Páscoa de 1885, o czar Alexandre III decidiu ir mais longe e encomendou ao joalheiro oficial da Corte – Karl Gustavovich Faberge, que adoptou o nome de Peter Carl Fabergé (São Petersburgo, 1846 – Lausanne, 1920), jovem com formação em vários espaços europeus, que aos 24 anos herdara do pai Gustavo Fabergé a casa de jóias formada em 1842 – uma jóia decorativa em forma de ovo para presentear a czarina Maria Feodorovna (1847-1929), de origem dinamarquesa e de nome inicial Dagmar. Foi a primeira de 56 encomendas (número estimado) entre 1885 e 1916, tendo a produção sido interrompida em resultado da revolução bolchevique (1917). Os ovos, produzidos em platina, ouro, prata, cobre, quartzo, jade ou lápis-lazúli e decorados com gemas diversas entre as quais diamantes, eram também sujeitos a técnicas de aplicação de esmalte. Cada ovo era uma peça única com decoração inspirada em obras de arte e cenas de história da Rússia. Ao abrir o ovo a presenteada encontrava uma surpresa: uma galinha, um coelho, uma coroa imperial, uma carruagem, um biombo e muitos outros motivos em miniatura, pois as peças tinham cerca de 13 centímetros. A prática iniciada por Alexandre III teve continuidade com o czar Nicolau II que, a partir de 1895, passou a encomendar dois ovos, um para sua mãe a czarina Maria Feodorovna e outro para a sua mulher Alexandra Feodorovna (1872-1918), de origem alemã e de nome inicial Alix von Hessen und Rhein. Os ovos Fabergé, actualmente espalhados por vários países, em colecções públicas e privadas, atingem preços elevadíssimos em leilões⁴.

⁴ Ovos Imperiais Fabergé < <http://www.antiguidades.com.br/ovosimperiaisfaberge.htm> > consultado a 19 de Julho de 2011; Ovos Imperiais Fabergé < http://www.girafamania.com.br/europeu/materia_russa_faberge.html > consultado a 19 de Julho de 2011.

Simbólicas são também muitas das acepções do discurso proverbial. Enquanto elementos da cultura popular, os provérbios são relativamente atemporais no sentido em que aparecem como o resultado da antiga sabedoria, impondo-se, por isso, como argumento de autoridade, veiculando acepções tidas como verdadeiras para diferentes tempos e espaços, não obstante remeterem mais para o passado do que para o comportamento futuro⁵. Podem assumir o aspecto de sugestões, conselhos, avisos e regras práticas e caracterizam-se, de entre outros aspectos, por se apresentarem no tempo presente, expressando verdades sempre válidas⁶. Descrevem estados de coisas gerais, não admitindo leituras episódicas só compreensíveis num espaço ou num tempo. No entanto, se uns suscitam uma interpretação literal, outros desencadeiam a necessidade de uma interpretação figurada⁷. São textos curtos, com uma estrutura concisa, anónimos, ou melhor, da autoria da respectiva comunidade linguística e cultural, os quais fazem circular uma experiência colectiva⁸, o que não impede a semelhança de provérbios da autoria de comunidades diferentes⁹. Fixemo-nos nos provérbios relativos

⁵ MATTOSO, José – *O Essencial sobre os Provérbios Medievais Portugueses*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1987; COSTA, Hamilton – *La Réprésentation du Corps dans la Littérature Populaire Portugaise: Le Discours Proverbial in Littérature Orale Traditionnelle Populaire. Actes du Colloque*, Paris, [s.n.], 1987, p. 561-576; LOPES, Ana Cristina Macário – *Texto Proverbial Português. Elementos para uma Análise Semântica e Pragmática*. Coimbra: Dissertação de Doutoramento em Linguística Portuguesa apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1992; VIANA, Mário – A Vinha e o Vinho nos Provérbios e na Cultura Popular, *Revista da Biblioteca Nacional*, 2.^a série, vol. 8, n.º 1, Lisboa (1993) 7-22; BRAGA, Isabel M. R. Mendes Drumond – Castela e os Castelhanos nos Provérbios Portugueses. *Cooperação e Conflito. Portugal, Castela e Aragão (séculos XV-XVII)*. Lisboa: Universitária Editora, 2002, p. 261-271.

⁶ SCHMIDT-RADEFELDT, Jürge – Descrição Semântica e Funções Semanóticas do Provérbio, *Estudos de Linguística Portuguesa*, organização do mesmo e de José G. Herculano de Carvalho. Coimbra: Coimbra Editora, 1984, p. 216.

⁷ LOPES, Ana Cristina Macário – *Texto Proverbial...*, cit., p. 21.

⁸ SCHMIDT-RADEFELDT, Jürge – Descrição Semântica..., cit., p. 213.

⁹ GHITESCU, Micaela – Os Provérbios – Traço de União entre Irmãos. *Actas do I Congresso Internacional de Literaturas Lusófonas (= Nós. Revista de Lusofonia*, n.ºs 19-20), Pontevedra, Braga, 1991, p. 357-360; FUNK, Gabriela – O Provérbio como Ponte entre diferentes Culturas. *Portugal, Indien und Deutschland. Portugal, Índia e Alemanha. Akten der V. Deutsch-Portugiesischen Arbeitsgespräche. Actas do V Encontro Luso-Alemão*, coordenação de Helmut Siepmann, Köln, Zentrum Portugiesischsprachige Welt, Lisboa, Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 2000, p. 345-353.

ao ovo, a partir da compilação de António Delicado, publicada em 1651¹⁰ e da realizada por Rafael Bluteau, no princípio do século XVIII¹¹.

Começemos por analisar os provérbios em que o ovo nos aparece como alimento, ou seja, aqueles em que o ovo tem um significado literal. “Um ovo há mister sal e fogo” ou, numa variante, “Um ovo quer sal e fogo” e “Lá vai o mal onde comem o ovo sem sal”, numa clara alusão à preferência pelo ovo cozinhado e temperado em detrimento do ovo cru. No mesmo sentido, mas com mais requinte: “Ovo assado, meio; ovo cozido, ovo inteiro; frito, ovo e meio”. Isto é, o provérbio dá conta de uma clara hierarquia na maneira de preparar o alimento. Por ordem decrescente: frito, cozido e assado. Em nenhum destes casos se associam os ovos ao açúcar. Curiosamente, parte destes entendimentos do senso comum tiveram tradução na prescrição médica. O médico Francisco da Fonseca Henriques, em obra publicada em 1721, fez saber que os ovos – referia-se aos de galinha – deveriam ser comidos com sal “não só porque excita o apetite mas também porque o sal emenda o lentor que têm os ovos, com o qual muitas vezes causam náuseas e enjoos de estômago”¹². Já no que se refere às técnicas culinárias o mesmo autor sugere, por ordem decrescente, ovos escalfados, cozidos, assados e fritos e sempre de consistência branda¹³. Neste caso, o provérbio aparece-nos preconizando o contrário “Ovo brando, comer embaraçado”, o que poderá também ter um significado simbólico distinto: atitudes pouco seguras ou falta de autoridade têm como consequência problemas. Finalmente, “Quem me dá um ovo não me quer morto”, valoriza o papel nutricional do alimento.

Os restantes provérbios remetem para outros níveis de análise. A valorização dos ovos portugueses em detrimento dos ovos importados: “Ovo de Portugal não há mister sal”¹⁴; a faceta nutritiva do alimento:

¹⁰ DELICADO, António – *Adágios Portugueses reduzidos a Lugares Communs*, nova edição revista e prefaciada por Luís Chaves. Lisboa: Livraria Universal, 1923, p. 93, 95, 126, 129, 137, 140, 144, 161-163, 200, 206.

¹¹ BLUTEAU, Rafael – *Vocabulario Portuguez e Latino...*, cit., vol. 6, p. 144-145. Bluteau apresenta todos os provérbios já compilados por Delicado e acrescenta mais alguns.

¹² HENRIQUES, Francisco da Fonseca – *Anchora Medicinal para Conservar a Vida com Saude*. Lisboa: Oficina da Música, 1721, cap. VIII, p. 177.

¹³ HENRIQUES, Francisco da Fonseca – *Anchora Medicinal...*, cit., p. 177-178.

¹⁴ Apesar de Portugal recorrer pontualmente à importação de ovos, também os exportou. Por exemplo, vendiam-se ovos, assim como galinhas, de Lagos para Cádiz. Pelo menos há

“A criado novo, pão e ovo; depois de velho, pão e Demo”, tentando demonstrar a relação da qualidade do alimento e a força de trabalho dos mais jovens, um investimento não necessário face aos idosos. Por outro lado, “De mau corvo, mau ovo”, fomenta a ideia da necessidade de possuir boas aves para obter bons ovos. Sentidos totalmente figurados apresentam os provérbios “Mal vai a raposa quando anda aos gritos e pior quando anda aos ovos” ou “Cacarejar e não pôr ovo”. Ou seja, falta de descrição e alvoroço são perniciosos e recurso a alimentos não adequados só podem evidenciar problemas graves. No segundo caso, a frase denuncia o alarde e a falta de resultados, comuns aos que gostam de se evidenciar. Igualmente apresenta um sentido figurado o provérbio “A galinha aperta-lhe o ninho e pôr-te-á o ovo”. Isto é, a pressão permite obter resultados.

Apesar de os foros, como veremos a seguir, não serem frequentemente compostos por ovos e, sobretudo, porque os ovos eram alimentos acessíveis, houve, mesmo assim, quem reclamasse do pagamento dos ditos foros preconizando que “De foro nem um ovo”. Com sentido afim se apresenta “Não o tive pelo ovo, senão pelo foro”. Na verdade, a frase pode ser vista em perspectivas diferenciadas ou o senhor exige o ovo, de valor irrisório, para manter o estatuto ou a exigência do senhor torna-se indigna da sua posição¹⁵. Por outro lado, “Deu-me Deus um ovo e esse goro” remete para benesses recebidas e frustrações. Nestes casos, os ovos não se apresentam como alimentos desejados ou portadores de especial importância. “Cheio como um ovo”, não apresenta dificuldade de interpretação, enquanto “Parece que saiu da casca do ovo” se refere a alguém que começa a evidenciar vontade própria. “Ao frir dos ovos o vereis” remete para a necessidade de, atempadamente, as pessoas se prevenirem para o que lhes possa acontecer, de modo a não serem apanhadas de surpresa. Apesar de os ovos não serem exactamente produtos sazonais, “Rainha é a galinha que põe ovos na vindima”, não deixa de valorizar a ave que em Setembro dava ovos.

Na actualidade, não podemos deixar de lembrar que, certas pessoas, para diminuírem outras sem grandes habilidades não deixam de utilizar a frase

registo de tal ter acontecido em Junho de 1791. Cf. PAULA, Glória de Santana – *Lagos (1745-1792). Dinâmicas Económicas e Elites de Poder*. Lisboa: Estar, 2001, p. 32.

¹⁵ Tais são os entendimentos de MATTOSO, José – *O Essencial sobre...*, cit., p. 19-20.

“nem sabe fritar um ovo”¹⁶, o que nos remete para a pouca importância e para o primarismo do acto, em termos do senso comum.

Do ponto de vista da prática alimentar quotidiana, os ovos tiveram um papel importante em termos nutricionais. Mas, paralelamente a esta função, não deixaram de apresentar um significado simbólico. Se é um facto que em todos os meios sociais se consumiram ovos, também não deixa de ser verdade que nem todos os preparavam da mesma maneira. Mais do que isso, em certos momentos, e em determinados espaços, estiveram ligados à alimentação dos dias de jejum e abstinência, isto é, aos pratos consumidos nos dias magros. Recordemos que se aos católicos – ao contrário do que se passou com os judeus e com os muçulmanos – não se interditarão alimentos, também é certo que alguns foram proibidos em determinados momentos do calendário litúrgico, nomeadamente nas épocas que antecederiam as grandes solenidades religiosas. Efectivamente, o jejum católico é herdeiro da prática judaica e está presente nas Sagradas Escrituras, apresentando-se como um elemento de piedade que foi adoptado como rito penitencial, apoio e complemento da oração, súplica ao divino e preparação do reencontro entre o humano e o sagrado, no entendimento da Igreja. Se em sentido literal, o jejum significa a abstinência do consumo alimentar durante um determinado tempo, na prática, acabou por se assumir apenas como ausência do consumo de carne e, por vezes, também de lacticínios e de ovos. Ou seja, de carne e de outras substâncias animais, o que indirectamente valoriza a carne na alimentação do passado¹⁷.

Qual foi a prática corrente em termos dos dias de jejum? Abstinência apenas da carne, que se substituíra por peixe, ou também dos ovos e lacticí-

¹⁶ Vejam-se as reflexões que a frase suscitou a DAVIDSON, Alan – *The Oxford Companion to Food*, 2.^a edição. Oxford: Oxford University Press, 2006, p. 269.

¹⁷ Sobre os jejuns, cf. FLANDRIN, Jean-Louis – *L'Ordre des Mets*. Paris: Editions Odile Jacob, 2002, p. 44-46; LAURIOUX, Bruno – *Manger au Moyen Age. Pratiques et Discours Alimentaires en Europe au XIV^e et XV^e siècles*. Paris: Hachette, 2002, p. 103-116; VANESSE, Claude – Le Jeûne dans les Débats Confessionnels au XVI^e siècle in *Le Boire et le Manger au XVI^e siècle*, Saint-Etienne: Publications de l'Université de Saint-Etienne, 2004, p. 237-252; MONTANARI, Massimo – *La Fame e l'Abbondanza. Storia dell'Alimentazione in Europa*, 5.^a edição. Roma: Bari, Laterza, 2005, p. 98-103; FERRIÈRES, Madeleine – *Nourritures Canailles*. Paris: Editions du Seuil, 2007, p. 187-188; QUELLIER, Florent – *La Table des Français. Une Histoire Culturelle (XV^e-début du XIX^e siècle)*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2007, p. 126-132.

nios? A resposta passa pelo conhecimento do maior ou menor rigor dos bispos nas dioceses. Consequentemente, já se vislumbra que se verificaram variações muito significativas. Se em algumas obras de culinária francesa da Época Moderna, os ovos aparecem a integrar as entradas e as receitas de ovos para dias magros são mais numerosas do que as que contemplam os dias gordos¹⁸, em algumas dioceses francesas e de outros Reinos, o consumo de ovos ou foi prescrito ou objecto de dispensa¹⁹. Em Portugal, por exemplo, sabe-se que os ovos chegaram a ser objecto de restrições. As constituições sinodais do bispado de Coimbra, de 1591, proibiam que, na Quaresma, se apregoassem ovos, assim como leite, manteiga e queijos frescos. O mesmo documento vedava o consumo de tais produtos nos dias de jejum nos portos de mar²⁰. No entanto, no convento de Nossa Senhora dos Remédios, de Braga, em 1637, o visitador D. Sebastião de Matos de Noronha, ordenou que nos dias de maior penitência (quartas, sextas e sábados), a abadessa mandasse providenciar cação, bacalhau e outros peixes secos para evitar atitudes relaxadas, mais advertindo que “quando não houver peixe fresco na terra em presso que caiba na ração que se da em dinheiro às religiosas e quando falte tudo haja provisão de ovos para que com dous ovos e hũas ervas guizadas com charidade e amor possam passar e às noites se lhes dará sempre pello menos hum ovo com hum piqueno de queijo ou fruta quando houver”²¹. Idêntico problema se verificou no convento do Salvador, de Braga, no mesmo ano²². Nos conventos franciscanos de Santa Clara, do Porto²³,

¹⁸ FLANDRIN, Jean-Louis – *L'Ordre des Mets...*, cit., p. 44-46

¹⁹ QUELLIER, Florent – *La Table des Français...*, cit., p. 126-132.

²⁰ OLIVEIRA, António de – *A Vida Económica e Social de Coimbra de 1537 a 1640*, primeira parte, vol. II. Coimbra: Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras, Instituto de Estudos Históricos Dr. António de Vasconcelos, 1972, p. 343.

²¹ Braga, Arquivo Distrital de Braga (A.D.B.), *Visitas e Devassas*, liv. 19, fol. 22v. Cf. BRAGA, Isabel M. R. Mendes Drumond – *Vaidades nos Conventos Femininos ou das Dificuldades em deixar a Vida Mundana (séculos XVII-XVIII)*. *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, vol. 10, tomo 1, Coimbra (2010) 305-322. Disponível no endereço <http://www.uc.pt/chsc/rhsc/rhsc_10>.

²² Braga, A.D.B., *Visitas e Devassas*, liv. 30, fol. 24v. Cf. BRAGA, Isabel M. R. Mendes Drumond – *Vaidades nos Conventos Femininos...*, cit.

²³ FERNANDES, Maria Eugénia Mata – *O Mosteiro de Santa Clara do Porto em meados do século XVIII*. Porto: Arquivo Histórico, Câmara Municipal do Porto, 1992, p. 182.

e da Encarnação, do Funchal²⁴, o peixe podia igualmente ser substituído pelos ovos durante a Quaresma, no século XVIII.

Na cadeia da Junqueira, em Lisboa, estabelecimento onde se encontravam presos políticos, durante a segunda metade do século XVIII, nos dias de peixe os nobres eram agraciados com três ovos e os não nobres com dois. Posteriormente, os ovos foram substituídos por quantias monetárias, o que valeu a um dos detidos, o seguinte comentário “com isso nos deram um grande alívio, porque juntamente nos ficou cedida licença para empregarmos esse pequeno cabedal em outras coisas que mais nos satisfizessem”²⁵.

Por outro lado, recorde-se que as chamadas bulas da cruzada, que possibilitavam aos fiéis que as adquirissem ficarem desobrigados da abstinência pascal de carne, ovos, leite e gorduras animais foram comuns e constituíram uma fonte de receitas para a Igreja²⁶ quer em Portugal continental quer nas colónias, veja-se o caso concreto ocorrido no Rio de Janeiro. Apesar de os ovos serem comuns, momentos houve em que se verificaram faltas, notadas inclusivamente por homens da Igreja. Por exemplo, o bispo do Rio de Janeiro, D. José Caetano da Silva Coutinho, em pastoral de 8 de Março de 1811, fez saber que os colonos careciam de verduras, lacticínios e ovos. No mesmo documento tornou claro que era preferível permitir dispensas alimentares na Quaresma do que ver os católicos afastarem-se dos princípios da Igreja. Mais acrescentou que no seu bispado, nos dias de abstinência, era aceite o consumo de ovos e lacticínios, nomeadamente manteiga, a par de unto de vaca, de porco e toucinho para temperar já que não se produzia azeite²⁷.

²⁴ GOMES, Eduarda Maria de Sousa – *O Convento da Encarnação do Funchal. Subsídios para a sua História (1660-1777)*. Funchal: Secretaria Regional do Turismo e Cultura, Centro de Estudos de História do Atlântico, 1995, p. 133.

²⁵ PORTUGAL, D. João de Almeida – *As Prisões da Junqueira durante o Ministério do Marquês de Pombal escritas ali mesmo pelo Marquês de Alorna, uma das suas vítimas, publicadas conforme o original, por José de Sousa Amado, presbítero secular, conforme a primeira edição de 1857*. Lisboa: Frenesi, 2005, p. 30.

²⁶ BRAGA, Paulo Drumond – Igreja, Igrejas e Culto in *Portugal da Paz da Restauração ao Ouro do Brasil*, coordenação de Avelino de Freitas de Meneses (= *Nova História de Portugal*, direcção de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, vol. 7). Lisboa: Presença, 2001, p. 112.

²⁷ ALGRANTI, Leila Mezan – ‘Dias Gordos’ e ‘Dias Magros’: Calendário Religioso e Práticas Alimentares Católicas em São Paulo e Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX) in *A Igreja no Brasil. Normas e Práticas durante a Vigência das Constituições Primeiras do*

2. O ovo na economia de outrora

Os ovos eram caros ou baratos? Os seus preços foram sofrendo alterações relativas face a outros alimentos? Quem podia consumir ovos? Na falta de um levantamento dos preços dos géneros alimentares ao longo dos tempos, apenas temos dados pontuais para determinados momentos. Por exemplo, segundo A. H. de Oliveira Marques, o preço dos ovos terá aumentado quatro vezes de meados do século XII a meados do século XIII, acompanhando, aliás, a tendência das galinhas e dos coelhos. Aumentaram mais do que os patos (estes, duas vezes) e menos do que os pombos (seis vezes)²⁸. Em 1524, D. João III, seus irmãos e capelães consumiram 1.364 ovos em 22 dias, isto é, mais de 113 dúzias, as quais custaram 20 reais cada uma²⁹. Na década de 30 do século XVI, cada dúzia ascendia a preços entre os 46 e os 50 reais³⁰. No Funchal, em 1732, um ovo custava cinco réis e, conseqüentemente, uma dúzia, 60³¹. Mais tarde, em 1796, no Porto, um ovo custava pouco mais de 3 réis e uma dúzia ficava-se pelos 40 réis³². Nesse mesmo ano, Carrère, um estrangeiro que visitou Lisboa, afirmou que então uma dúzia de ovos se obtinha a troco de 180 réis³³, mais de o quádruplo da quantia antes referida, o que demonstra o habitual e distorcido olhar dos estrangeiros, embora não seja de excluir que, em Lisboa, os ovos fossem mais caros do que no Porto. Tendo em conta o valor nutricional do ovo uma realidade parece clara ao

Arcebispo da Bahia, organização de Bruno Feitler e Evergton Sales Souza. São Paulo: Editora Unifesp, 2011, p. 276 e 279.

²⁸ MARQUES, A. H. de Oliveira – A Circulação e a Troca de Produtos in *Portugal em Definição de Fontes (1096-1325). Do Condado Portucalense à Crise do Século XIV*, coordenação de Maria Helena da Cruz Coelho e Amando Luís de Carvalho Homem (= *Nova História de Portugal*, direcção de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, vol. 3). Lisboa: Presença, 1996, p. 521.

²⁹ SANTOS, Maria José Azevedo – *Jantar e Cear na Corte de D. João III*, leitura, transcrição e notas de dois Livros de Cozinha do Rei (1524 e 1532). Vila do Conde, Coimbra, [s.n.], 2002, p. 41.

³⁰ SANTOS, Maria José Azevedo – A Escrita serve à Mesa in *Saberes e Sabores. Actas. Chaves: Delegação Regional de Cultura do Norte*, 2006, p. 28-29.

³¹ GOMES, Eduarda Maria de Sousa – *O Convento da Encarnação do Funchal...*, cit., p. 133.

³² FERNANDES, Maria Eugénia Mata – *O Mosteiro de Santa Clara do Porto...*, cit., p. 178.

³³ CARRÈRE, J. B. F. – *Panorama de Lisboa no ano de 1796*, tradução, prefácio e notas de Castelo Branco Chaves. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1989, p. 97.

longo dos tempos: era bem mais barato consumir ovos do que carne ou peixe, em especial se tivermos em conta os peixes mais apreciados, tais como linguados e salmonetes. Aliás, já no século XVI, Gil Vicente considerara que os ovos eram os produtos alimentares mais acessíveis que se podiam encontrar, referindo-se especialmente aos de pata³⁴.

Através dos contratos de exploração agrária podemos verificar que as terras não cultivadas pelos seus donos podiam ser objecto de cedência a terceiros através de três tipos de contratos: arrendamentos (por anos), emprazamentos (por vidas) e aforamentos (perpétuos). Os arrendamentos eram contratos breves que permitiam uma grande flexibilidade de gestão, podendo os senhores alterar o modo de exploração dos bens, a duração dos prazos e a natureza e o montante das rendas. Levavam a um esgotamento rápido e à não realização de melhorias por parte dos foreiros. Os aforamentos eram bons para os foreiros pois as benfeitorias que fizessem beneficiavam os seus descendentes. Não permitiam actualizar rendas e, consequentemente, eram raros. Só eram utilizados para arrotear terras e secar terrenos pantanosos. O tipo de contrato dominante era o de aforamento. Era um contrato mais equilibrado. Podia ser de uma a quatro vidas (as vidas dos foreiros propriamente ditas). O mais comum era a realização de contratos de três vidas. Por exemplo, os membros do casal e um filho. Quando se passava de uma vida para outra pagava-se a lutuosa (igual a um foro). Independentemente do tipo de contrato, o foreiro ficava obrigado ao pagamento de um foro, a renda senhorial, o qual era composto por uma parte principal, o cânon e por uma parte secundária, as direituras, foragens ou miúncas.

O cânon podia ser solvido em numerário ou em géneros, constituir uma quantia fixa ou uma percentagem de colheita (quota parciária). As direituras eram pagas em diversos artigos como vinho, azeite, pão, galinhas, cereais, ovos, queijos, mel, cera, gado, de entre outros, ou pequenas quantias em

³⁴ No Auto de Mofina Mendes pode ler-se a respeito da feira de Trancoso: “Do que este azeite render/ comprarei ovos de pata, que é a cousa mais barata qu’eu de lá posso trazer. E estes ovos chocarão; / cada ovo dará um pato,/ e cada pato um tostão,/ que passará de um milhão/ e meio, a vender barato”. Cf. Gil Vicente, *Copilaçam de Todalas Obras de Gil Vicente*, introdução e normalização do texto de Maria Leonor Carvalhão Buescu, vol. 1, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1983, p. 115.

dinheiro. Em Portugal predominaram as rendas em géneros e em montantes fixos no que respeita às zonas rurais. Nas zonas periurbanas as rendas em dinheiro eram muito comuns, tal como em lugares mais distantes dos senhorios dificilmente controláveis e cujos produtos não se transportavam com facilidade³⁵.

Pelos muitos contratos que se conservaram e que foram objecto de estudo, na Idade Média e na Idade Moderna, as direituras, miúnças ou foragens complementavam os cânones que os arrendatários deviam aos proprietários das terras, com eles constituindo a renda senhorial. Nas partes secundárias das rendas, os ovos ocupavam o seu lugar, embora com pouco relevo. Assim, por exemplo, nos séculos XIV e XV, 8,2% das direituras recebidas pelo mosteiro de Alcobaça, um dos mais ricos de Portugal, eram compostas por ovos e peles de animais³⁶. Na mesma época, em zonas tão diferentes como a região de Loures³⁷ e a encosta ocidental da Serra da Estrela³⁸, os ovos achavam-se em terceiro lugar na lista das direituras.

Outros exemplos: em 1459, quatro casais situados na actual freguesia de São Paulo de Frades, concelho de Coimbra, então pertencentes ao mosteiro de São Paulo de Almaziva, deviam-lhe, cada um, pelo São Martinho, dois capões, uma dúzia de ovos e outra de pães alvos brancos³⁹. Em 1506,

³⁵ MARREIROS, Maria Rosa Ferreira – Os Proventos da Terra e do Mar in *Portugal em Definição de Fontes (1096-1325). Do Condado Portucalense à Crise do Século XIV*, coordenação de Maria Helena da Cruz Coelho e Amando Luís de Carvalho Homem (= *Nova História de Portugal*, direcção de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, vol. 3). Lisboa: Presença, 1996, p. 464; MARQUES, A. H. de Oliveira – *Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV* (= *Nova História de Portugal*, direcção de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, vol. 4). Lisboa, 1986, p. 91-92; RODRIGUES, Ana Maria S. A. – A Propriedade Rural in *Portugal do Renascimento à Crise Dinástica*, coordenação de João José Alves Dias (= *Nova História de Portugal*, direcção de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, vol. 5). Lisboa: Presença, 1998, p. 97-99.

³⁶ GONÇALVES, Iria – *O Património do Mosteiro de Alcobaça nos Séculos XIV e XV*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 1989, p. 295.

³⁷ OLIVEIRA, José Augusto da Cunha Freitas de – *Organização do Espaço e Gestão de Riquezas. Loures nos Séculos XIV e XV*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, Centro de Estudos Históricos, 1999, p. 117.

³⁸ PINA, Isabel Castro – *A Encosta Ocidental da Serra da Estrela. Um Espaço Rural na Idade Média*. Cascais: Patrimonia, 1998, p. 106-107.

³⁹ SANTOS, Maria José Azevedo – *Vida e Morte de um Mosteiro Cisterciense. S. Paulo de Almaziva (Séculos XIII-XVI)*. Lisboa: Colibri, 1998, p. 301.

na sua comenda de Montalvão, a Ordem de Cristo recebia um total de 138 ovos em direituras de propriedades arrendadas, onde predominavam as vinhas⁴⁰. Em 1521, os rendeiros do mosteiro de São João de Tarouca pagavam-lhe 125 ovos, a par de 193 galinhas, 34 marrãs, 21 carneiros, 12 cabritos e outros animais⁴¹.

Para bastante mais tarde, temos dados referentes ao mosteiro lisboeta de São Vicente de Fora. Em 1678, recebeu um total de 110 ovos. Cerca de um século depois, em 1776, essa quantia desceu para 51, subindo para 63 em 1791, mas note-se que em ambos os casos tal apenas se refere a um único local de proveniência, São Julião do Tojal⁴². Por outro lado, a quinta da Agualva, pertencente ao convento de São João Evangelista de Xabregas, em Lisboa, devia-lhe 24 ovos em 1718, 12 em 1767 e 24 em 1799. Na mesma congregação, mas na Colegiada do Salvador, de Vilar de Frades, os seus rendeiros entregavam-lhe, em 1821, 48 ovos⁴³.

Ao longo dos tempos, muito especialmente antes das actuais possibilidades da refrigeração e do embalamento a vácuo, as pessoas sempre demonstraram grande preocupação em conservar os alimentos, para que, na época em que os não havia frescos, os mesmos se pudessem consumir num estado diferente. As soluções passaram pela secagem das frutas, com a obtenção de passas de ameixa, maçã, marmelo, pêra, pêssego e uva; pela conservação das frutas através da realização de doces e geleias, pela salga e secagem de peixe e de carne, neste caso com a produção de buchos, chouriços, linguiças, morcelas, presuntos e salsichas; e ainda pela utilização de achar, isto é, uma espécie de pickles; de salmoiras para peixe, toucinho e queijo, sem esquecer que este último também se mantinha em azeite e também se secava. Ou seja, dentro das possibilidades existentes procurava-se a preservação de carne,

⁴⁰ *Tombo da Ordem de Cristo*, vol. 1 (*Comendas a Sul do Tejo. 1505-1509*), organização e revisão geral de Iria Gonçalves, Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, Centro de Estudos Históricos, 2002, p. 49-58.

⁴¹ COELHO, Maria Helena da Cruz – S. João de Tarouca em Tempos de Quinhentos in *Homens, Espaços e Poderes. Século XI-XVI*, vol. 2 (*Domínio Senhorial*). Lisboa: Horizonte, 1990, p. 178.

⁴² COELHO, Maria de Fátima – Bens Eclesiásticos. Crúzios in *Dicionário de História da Igreja em Portugal*, direcção de A. A. Banha de Andrade, vol. 2. Lisboa: Resistência, 1983, p. 647.

⁴³ COELHO, Maria de Fátima – Bens Eclesiásticos. Lóios in *Dicionário de História da Igreja em Portugal...*, cit., vol. 2, p. 667 e 672.

peixe, frutos, legumes e queijos. Cabe perguntar como se procedia face aos ovos. Na verdade, os ovos não eram sazonais como os frutos, os legumes ou os queijos, nem se obtinham em quantidades que importasse guardar para épocas de menos recursos. Ou seja, nada se fez para os manter, uma vez que eram relativamente acessíveis e se podiam obter durante todo o ano. Estas realidades seculares só se viam ameaçadas em tempos de guerra.

Durante a II Guerra Mundial (1939-1945), tal como em outros momentos de conflitos bélicos do passado, as carências alimentares abrangeram quer as tropas quer as populações em geral. Fome e guerra eram e continuam a ser aliadas. Às restantes preocupações juntaram-se as de nutrir as pessoas e, em tempo de guerra, novas práticas dietéticas se foram impondo. Foi neste contexto que a Inglaterra dos anos 40 produziu ovos em pó. A introdução do novo produto, tão necessário quanto desconhecido, foi acompanhado por panfletos explicativos destinados à população. Havia que ensinar a utilizar os ovos em pó, bem melhores em massas do que para consumo em cru. Fazia saber-se que, apesar da textura e do sabor não serem os dos ovos frescos, em termos nutricionais juntar uma colher de pó de ovo a duas colheres de água correspondia a um ovo fresco⁴⁴. Os ovos em pó nasceram de uma necessidade premente em tempo de guerra e, posteriormente, foram incluídos em muitos preparados industriais, como massas, bolachas e bolos, sendo hoje comuns especialmente em pastelaria.

3. O ovo: mezinha e cosmético

Ao longo dos tempos, as teorias médicas foram dando alguma importância ao ovo enquanto alimento que poderia integrar as dietas alimentares dos indivíduos sãos e das pessoas doentes. Se bem que, por exemplo, açúcar e marmelada pudessem ser considerados alimentos prescritos como fármacos que reforçavam a dieta de acordo com as concepções hipocrático-galénicas ainda em vigor, no entendimento de então, os ovos raramente tiveram tal estatuto, apesar de serem entendidos como benéficos para os debilitados.

⁴⁴ *Eating for Victory. Healthy Home Front Cooking on War Ration. Reproductions of Official Second World War Instruction Leaflets*, prefácio de Jill Norman. Londres: Michael O'Mara Books Limited, 2007, p. 7, 13.

Assim se compreende a fraca representatividade dos ovos nas dietas alimentares dos enfermos quer nos hospitais normais quer nos de recobro, especialmente em épocas mais recuadas. Mesmo assim, alguns casos ficaram documentados.

Para o século XVI, sabemos que os ovos entravam, ainda que muito marginalmente, na dieta alimentar dos doentes internados. Assim, o regimento do Hospital de São Lázaro, de Coimbra, outorgado, em 1502, por D. Manuel I, mandava que fossem dados aos enfermos ovos provenientes de foros⁴⁵. Igualmente no início do século XVI, no Hospital Real, das Caldas, os ovos entravam na ceia dos enfermos, a mais frugal das refeições. Estavam ausentes do jantar mas, no caso dos doentes mais fracos, que tinham direito a mais duas refeições, almoço e merenda, integravam esses repastos conjuntamente com conservas e vinho. Às sextas-feiras, quando se verificavam faltas de uvas e passas também eram consumidos⁴⁶. Mais tarde, por volta de 1610, caldos de galinhas com gemas de ovos eram os pratos consumidos ao almoço dos que se achavam mais fracos, no Hospital Real de Todos os Santos, de Lisboa⁴⁷. Por outro lado, entre Outubro de 1764 e Junho de 1765, no Hospital da Convalescença, de Coimbra, gastaram-se 120 réis em ovos, o que representou apenas 0,08% do total das despesas com a alimentação dos doentes. Uma percentagem muito baixa em termos absolutos e irrisória se tivermos em perspectiva outros géneros. Basta comparar com as frangas e as galinhas, com as quais se despenderam 63.925 réis, ou seja, 41,2% do total⁴⁸. Um pouco melhor representados estavam os ovos na dieta dos doentes do Hospital Real, das Caldas, uma vez que entre 1749 e 1774, representaram 5% das despesas alimentares⁴⁹. No século XIX,

⁴⁵ OLIVEIRA, António de – *A Vida Económica e Social de Coimbra...*, cit., vol. II, p. 354.

⁴⁶ RODRIGUES, Lisbeth de Oliveira – Os Géneros Alimentares de um Hospital Quinhentista: o Caso do Hospital das Caldas em Vida da Rainha D. Leonor in *De Portas Adentro. Comer, Vestir, Habitar (ss. XVI-XIX)*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, Valladolid, Secretariado de Publicaciones e Intercambio Editorial, 2010, p. 57.

⁴⁷ LEMOS, Maximiano de – *História da Medicina em Portugal. Doutrinas e Instituições*, 3.^a edição, vol. 1. Lisboa: Dom Quixote, Ordem dos Médicos, 1991, p. 138.

⁴⁸ LOPES, Maria Antónia – *Pobreza, Assistência e Controlo Social. Coimbra (1750-1850)*, vol. 1. Viseu: Palimage, 2000, p. 656.

⁴⁹ RODRIGUES, Isabel Maria Pereira – *Doença e Cura: Virtude do Hospital Real das Caldas (1706-1777)*. Lisboa: Dissertação de Mestrado em História Moderna apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2007, p. 112.

a situação parece ter conhecido alterações, pelo menos em alguns espaços como o Hospital da Misericórdia, de Vila Viçosa, embora se desconheça a percentagem que os ovos ocupavam nos gastos da alimentação destinada aos enfermos⁵⁰. Estas realidades não constituíram especificidades portuguesas. Por exemplo, na Época Medieval, no Hospital de Las Huelgas, de Burgos, os ovos substituíram o peixe, em alguns dias⁵¹, enquanto no século XVII, a dieta fornecida aos convalescentes internados no Hospital dos Peregrinos, de Nápoles, não contava com ovos, ao contrário do que acontecia com as refeições fornecidas pela instituição aos peregrinos, com excepção das dos dias quaresmais⁵². Ainda no que se refere aos enfermos, note-se que as dietas alimentares dos cativos estantes em poder dos muçulmanos, os quais eram objecto de resgate pelos padres da Ordem da Santíssima Trindade ao longo do século XVIII, compreendiam quantidades significativas de ovos, uns para serem ingeridos e outros eventualmente para aplicações tópicas, em especial para enfermidades de olhos, para todos os que adoeciam após o resgate e durante a viagem de regresso a Portugal⁵³.

Se pensarmos que entre os mais fracos se contam os enfermos, mas também as crianças e as mulheres que amamentavam, tentemos verificar o que se entendia face a estes grupos, através de textos diversificados. Começemos pelas crianças. Por exemplo, em 1734, Martinho de Mendonça de Pina e Proença nos seus *Apontamentos para a Educação de hum Menino Nobre* fez saber de forma muito sóbria que “lacticínios e ovos frescos são alimentos muito próprios para a primeira idade”⁵⁴, dando continuidade a ideias defendidas antes. Por seu lado, a partir do século XVII, os chamados

⁵⁰ ARAÚJO, Maria Marta Lobo de – *A Misericórdia de Vila Viçosa de finais do Antigo Regime à República*. [s.l.]: Santa Casa da Misericórdia de Vila Real, 2010, p. 187-200.

⁵¹ TOMÁS PÉREZ, Magdalena Santo – El Uso Terapéutico de la Alimentación en la Baja Edad Media in *Alimentar la Ciudad en la Edad Media*. Logroño: Instituto de Estudios Riojanos, 2009, p. 459-490.

⁵² SALVEMINI, Raffaella – Il Consumo Alimentari negli Ospedali Napoletani: Aspetti e Problemi di un Approccio Economico (secc. XVI-XVIII) in *Alimentazione e Nutrizione secc. XIII-XVIII*, direcção de Simonetta Cavacchio. Florença: Le Monnier, 1997, p. 851-866.

⁵³ LÁZARO, António – Bacalhau e Doces de várias Castas: sustento e regalos no Resgate Geral de Argel de 1754. Comunicação apresentada ao colóquio *O Tempo dos Alimentos e os Alimentos no Tempo: Olhares sobre a Alimentação através da História*, mas não publicada nas actas.

⁵⁴ PROENÇA, Martinho de Mendonça de Pina e – *Apontamentos para a Educação de hum Menino Nobre*. Lisboa: José António da Silva, 1734, p. 8.

espelhos de príncipes – obras de teoria política destinadas a educar os futuros monarcas, nas quais se valorizava a defesa da fé e do bem comum, a liberalidade (isto é, a obrigação moral de dar, de fazer mercês), a justiça, a prudência, a clemência e a misericórdia, não deixavam de fazer considerações sobre a natureza do poder, ao reflectirem sobre as características de uma boa governação – começaram a incluir outros dados relevantes acerca da criação dos jovens desde a puerícia até à idade adulta. Neste contexto, couberam reflexões acerca do consumo de ovos. Por exemplo, Manuel da Silva Leitão, na *Arte da Vida, ou Vida com Arte*, publicada em 1738, mostrou-se contrário aos doces de ovos em particular após lautos pratos de carne, ao considerar que não havia “maior perdição” do que comer ovos-moles ou “ainda de qualquer sorte encapelados, dizendo que a este prato por mais rico ninguém perdoa” após uma refeição pesada de carnes guisadas, cozidas ou assadas, o resultado poderia ser “boca de mel, coração de fel”⁵⁵.

As mulheres que amamentavam sempre se preocuparam em fazer aumentar o leite, sendo diversos os recursos, desde regimes alimentares baseados no quente e no húmido (por exemplo, caldos de galinha, gemas de ovos, lacticínios, amêndoas e pinhões)⁵⁶, passando pelo apelo ao divino. Na Casa Real portuguesa, D. Águeda Maria Cardosa, foi ama da Princesa D. Isabel Luísa Josefa, filha de D. Maria Francisca Isabel e do regente D. Pedro. A preocupação com a criação da primogénita do casal foi visível nos cuidados postos na alimentação da ama antes e durante o período de aleitação. Entre os alimentos que compunham o regime da ama contavam-se: galinha, carneiro, toucinho, frutas e legumes diversos e um pratinho de ovos doces⁵⁷. Não podemos esquecer que a ama-de-leite, ao fornecer o alimento à criança, estava a ser responsável pela sua saúde presente e futura⁵⁸.

⁵⁵ SILVA, Manuel Leitão da – *Arte com Vida, ou Vida com Arte*. Lisboa Ocidental: António Pedroso Galvão, 1738, p. 162.

⁵⁶ Sobre esta matéria, cf. BRAGA, Paulo Drumond – *Leite. Biografia de um Género Alimentar*. Sintra: Colares Editora, 2004.

⁵⁷ BRAGA, Isabel M. R. Mendes Drumond, BRAGA, Paulo Drumond – *Duas Rainhas em Tempo de Novos Equilíbrios Europeus. Maria Francisca Isabel de Saboia. Maria Sofia Isabel de Neuburg*. [Lisboa]: Círculo de Leitores, 2011, p. 185-186.

⁵⁸ PALMER, María del Carmen Simón – El Cuidado del Cuerpo de las Personas Reales: de los Médicos a los Cocineros en el Real Alcázar in *Le Corps dans la Société Espagnole des XVI^e et XVII^e siècles. Colloque International*, dir. de Agostin Redondo. Paris: Publications de la Sorbonne, 1990, p. 120.

Os ovos também aparecem ligados às práticas mágicas. As adivinhações serviam para saber o paradeiro de pessoas desaparecidas e de bens roubados e ainda para prever o futuro dos que procuravam as feiticeiras. Muitas adivinhações utilizavam a água como recurso ritual. Nela se lia o que se pretendia saber, sobretudo se à mesma se juntassem outros produtos tais como ovos⁵⁹, azeite, cardo, cevada, farinha e sal⁶⁰. A água funcionava, assim, como um espelho revelador do agente dos malefícios, ou da situação de uma determinada pessoa ou alma, uma vez que a conjugação dos elementos simbolicamente valorizados, ao misturarem-se assumiam formas diversas susceptíveis de interpretação. Veja-se o caso, por exemplo, dos que lançavam ovos – clara e gema – na água e recitavam diversas palavras entendendo que apareceriam figuras que revelariam o que desejavam saber. Caso interessante, entre muitos, é o de certa feiticeira que tentou adivinhar se um seu cliente do sexo masculino tinha ou não ingerido peçonha para, a partir daí, estabelecido o diagnóstico, poder propor uma cura. Segundo as palavras do denunciante, a feiticeira “tomou um alguidar cheio de água e lhe lançou três ovos dizendo a ele declarante que se um daqueles ovos saltasse para o ar e voltasse a cair no dito alguidar era sinal que lhe tinham dado peçonha”⁶¹.

Na Idade Média, recorria-se a ovos com fins terapêuticos. Consta que a Rainha D. Isabel de Aragão, viúva de D. Dinis, estancou o sangue das feridas de um leproso usando uma clara de ovo, revelando conhecimento das propriedades hemostáticas da clara do ovo⁶². Num tratado médico português do século XV, feito a partir de obras de Galeno, Hipócrates, Avicena, Frei Gil de Santarém e muitos outros, claras e gemas de ovos entraram na preparação de unguentos destinados à cura de doenças tão diferentes como chagas (palavra genérica que designava ferimentos diversos, desde os que

⁵⁹ BETHENCOURT, Francisco – *O Imaginário da Magia, Feiticeiras, Saludadores e Nigromantes no século XVI*, Lisboa, 1987, p. 37-39; PAIVA, José Pedro – *Práticas e Crenças Mágicas. O Medo e a Necessidade dos Mágicos na Diocese de Coimbra (1650-1740)*. Coimbra: Minerva, 1992, p. 131.

⁶⁰ BETHENCOURT, Francisco – *O Imaginário da Magia...*, cit., p. 37-44.

⁶¹ BRAGA, Isabel M. R. Mendes Drumond – *Os Estrangeiros e a Inquisição Portuguesa (Séculos XVI-XVII)*. Lisboa: Hugin, 2002, p. 303.

⁶² ANDRADE, Maria Filomena – *Rainha Santa, Mãe Exemplar. Isabel de Aragão*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2012, p. 218.

eram feitos por armas aos provocados por quedas, passando pelas úlceras), alguns males oculares, queimaduras e sarna⁶³.

No século XVI, utilizava-se gema de ovo na preparação de um emplastro a colocar sobre os apostemas das vítimas de peste. Pelo menos, tal aconteceu num caso conhecido de Março de 1580⁶⁴. Rafael Bluteau, no início do século XVIII, também referiu que com gemas de ovos se preparava uma manipulação relevante contra a peste, denominada *electuarium ab ovo*. Provavelmente, trata-se do mesmo emplastro já utilizado no século de Quinhentos. As virtudes terapêuticas do ovo eram igualmente úteis para outros problemas de saúde, segundo este autor. Assim, o ovo era diurético e, em aplicações tópicas, servia para acabar com febres intermitentes⁶⁵.

O médico Francisco da Fonseca Henriques, na sua obra *Anchora Medicinal*, publicada em 1721, fez alguma apologia dos ovos. Entendendo que eram alimento e condimento de manjares, fez a distinção entre o valor da gema “de boa substância” e a clara que “nutre muito”. Considerou que deveriam ser consumidos frescos, em especial do mesmo dia em que tinham sido postos “que a estes chamam ovos de ouro, aos de dois dias, ovos de prata e aos do terceiro dia, ovos de ferro”, e que era preferível escolher os que se apresentassem brancos e longos. Do ponto de vista terapêutico entendeu serem apropriados para pessoas de todas as idades, e, em especial, para convalescentes, debilitados e tísicos. Porém, gente biliosa deveria abster-se do consumo de ovos, enquanto os que tinham cálculos renais ou gota os poderiam ingerir segundo a sua opinião, que não era consensual na comunidade médica de então. Finalmente, o médico referiu-se ao que considerou serem as muitas virtudes medicinais dos ovos para diferentes males. As gemas serviam para eliminar dores de dentes e dores hemorroidais, para a supressão de manchas e sinais provocados por bexigas (varíola) e para a supuração de apostemas (tumores). As claras eram úteis quer ingeridas nos casos de pacientes que escarravam sangue quer como uso tópico em

⁶³ TAVARES, Maria José Pimenta Ferro – Hospitais, Doenças e Saúde Pública in *Congresso Comemorativo do V Centenário da Fundação do Hospital Real do Espírito Santo de Évora. Actas*. Évora: Hospital do Espírito Santo, 1996, p. 52-59.

⁶⁴ MIRA, M. Ferreira – *História da Medicina Portuguesa*. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1947, p. 126.

⁶⁵ BLUTEAU, Rafael – *Vocabulario Portuguez e Latino...*, cit., vol. 6, p. 143.

inflamações. As cascas dos ovos – depois de trituradas e transformadas em pó – poderiam ser utilizadas para quebrar e excluir as pedras dos rins, isto é os cálculos renais e, finalmente, a película branca que se encontra entre a casca e a clara era vista como portadora de virtudes diuréticas e cicatrizantes, nomeadamente quando colocada sobre feridas de caneladas⁶⁶.

Na actualidade, a discussão médica é, naturalmente, outra. O problema da riqueza do ovo em gordura leva a que não seja aconselhado o consumo de mais do que um por dia para pessoas sem problemas de saúde mas a abstenção ou a redução significativa para os que padecem de colesterol elevado, se bem que esta tese tradicional não seja totalmente consensual. Por outro lado, atendendo à riqueza de cálcio que se encontra na casca de ovo – composta essencialmente por carbonato de cálcio – um dos caminhos propostos por nutricionistas é o seu aproveitamento na alimentação humana. Experiências efectuadas em Goiás levaram os investigadores a adicionar um grama de pó de casca de ovo a 100 gramas de cereal ou farinha, integrantes de 10 preparados de baixo custo e de consumo habitual na região: arroz cozido, arroz doce, beiju com margarina, biscoito de polvilho, biscoito frito doce, biscoito frito salgado, bolinho de chuva, bolo de fubá de milho, bolo simples e farofa de ovo e banana. As conclusões do estudo foram promissoras. A adição do pó de casca de ovo nas proporções referidas às formulações enunciadas permitiu contribuir de forma significativa para a ingestão de quantidades de cálcio suficientes para jovens e adultos, prevenindo a osteoporose, sem prejuízo do sabor dos pratos⁶⁷.

Outras preocupações referem-se à qualidade sanitária dos ovos, o que se articula também com as questões de saúde. Na realidade, o que leva os

⁶⁶ HENRIQUES, Francisco da Fonseca – *Anchora Medicinal...*, cit., p. 176-180.

⁶⁷ NAVES, Maria Margareth Veloso, FERNANDES, Daniela Canuto, PRADO, Carla Marques Maia, TEIXEIRA, Luís Sávio Medeiros – Fortificação de Alimentos com Pó de Ovo como Fonte de Cálcio in *Ciência, Tecnologia, Alimentos*, vol. 27, n.º 1, Campinas (2007) 99-103. Outros usos mais prosaicos para a casaca de ovo são, por exemplo, o seu aproveitamento enquanto fertilizante natural, como elemento que ajuda a controlar pragas de caracóis e lesmas, que facilita a limpeza de superfícies duras, e que, juntamente com a clara, pode ser utilizado como máscara de beleza. Cf. *Ciência Relativa: 12 usos com a casca velha de ovo* <<http://cienciarelativa.blogspot.com/2011/06/12-usos-com-casca-velha-de-ovo.html>>. Consultado a 19 de Julho de 2011. No passado, Bluteau referiu que os melhores relógios de areia, as ampulhetas, se faziam com cascas de ovo moídas e transformadas em pó. Cf. BLUTEAU, Rafael – *Vocabulario Portuguez e Latino...*, cit., vol. 6, p. 144.

consumidores a adquirir os ovos num determinado espaço? A frescura, o tamanho, a higiene da casca, a cor da gema, o tamanho do ovo, a refrigeração ou o conhecimento da procedência do produto? Naturalmente que apenas pesquisas concretas podem dar respostas às interrogações. No caso de várias entrevistas levadas a cabo em diversas cidades do Estado de São Paulo, as respostas foram de molde a concluir que persistem muitas atitudes e ideias equivocadas por parte das consumidoras (só foram entrevistadas mulheres), sendo necessárias campanhas educativas para esclarecer as prioridades⁶⁸. Não é difícil imaginar que as conclusões das autoras do estudo possam ser válidas quer para outros espaços brasileiros quer para Portugal.

No passado como no presente, os cosméticos foram seduzindo gerações⁶⁹. A sua aplicação esteve sempre directamente relacionada com os estatutos sociais e culturais do utilizador. As concepções estéticas e os padrões de beleza variaram com as épocas e com os grupos humanos e, em alguns casos, o que para uns era sinónimo de beleza e distinção era, para outros, prova de selvajaria, mau gosto ou vulgaridade. Pensemos, por exemplo, que as índias pintadas, tatuadas e depiladas estavam longe de corresponder aos padrões estéticos dos europeus durante a Época Moderna, não obstante serem visíveis palavras de deslumbramento por parte de alguns que com as mesmas contactaram⁷⁰.

⁶⁸ RODRIGUES, Kátia Regina Martini, SALAY, Elisabete – Atitudes de Granjeiros, Atacadistas, Varejistas e Consumidores em relação à Qualidade dos Ovos de Galinha *in Natura*, *Revista de Nutrição*, vol. 14, n.º 3, Campinas (2001) 185-193. Sobre a relação alimentação de galinhas, cor da gema de ovo e colorantes da gema, cf. MARINO E BÍSCARO, Luciana, CANNIATI-BRAZACA, Solange Guidolin – Cor, Betacaroteno e Colesterol em Gema de Ovos obtidos de Poedeiras que receberam diferentes Dietas, *Ciência e Agrotecnologia*, vol. 30, Lavras (2006) 1-6.

⁶⁹ PITA, João Rui – Breve História dos Cosméticos *in Munda*, n.º 32, Coimbra (1996) 17-28; REBELO, Maria de Lourdes Godinho e PITA, João Rui – Cosméticos: sua evolução *in Medicamento, História e Sociedade*, n.º 8, Coimbra (1988) 23-28; PEREIRA, Ana Leonor, PITA, João Rui – Liturgia Higienista no século XIX. Pistas para um Estudo, *Revista de História das Ideias*, vol. 15, Coimbra (1993) 437-559; Idem, La Publicité Pharmaceutique, Médicale et Cosmétique dans la Revue *A Ilustração* (Paris, 1884-1892), *Revue d'Histoire de la Pharmacie*, tomo 43, n.º 309, Paris (1996) 159-168; Idem, Publicidade a Cosméticos (séculos XIX-XX), *Munda*, n.º 35, Coimbra (1998) 29-40.

⁷⁰ PEREIRA, Ana Maria Fontes – *As Muitas Faces de Eva: Imagens da Mulher Índia na Literatura sobre o Brasil (séculos XVI a XVII)*. Viseu: Dissertação de Mestrado em História da Época dos Descobrimentos Portugueses apresentada à Universidade Católica – Pólo de Viseu, 2002.

No mundo ocidental, o uso de cosméticos, entendidos como produtos para limpar, corrigir, proteger, embelezar e retardar o envelhecimento cutâneo ou conservar e restabelecer a beleza dos dentes e dos cabelos⁷¹, difundiu-se durante o Renascimento, apesar de se terem verificado diversas resistências. O berço destas práticas, tal como o da estética em geral, foi a península itálica. Mas, um pouco por todo o lado, as críticas aos enfeites luxuosos, às modas e aos cosméticos marcou discursos de teólogos e moralistas, tendo também presença no teatro⁷² e na literatura dita popular.

Como a produção de artigos de beleza era artesanal e quase sempre caseira surgiram, um pouco por toda a Europa, diversos livros de receitas, alguns dos quais escritos por homens, de conteúdo eclético, dando conta de como preparar pratos de culinária, tinta de escrever, produtos diversos para eliminação de nódoas e ainda receitas de cosméticos diversos⁷³. Portugal não constituiu excepção neste panorama, conhecendo textos castelhanos e franceses⁷⁴ e produzindo os próprios. Tendo em conta um livro de receitas manuscrito da primeira metade do século XVIII, tanto quanto sabemos o

⁷¹ Sobre o conceito e a finalidade dos cosméticos, cf. PITA, João Rui – Breve História dos Cosméticos..., *cit.*, p. 17; BARATA, Eduardo A. F. – *Cosméticos. Arte e Ciência*. Lisboa, Porto, Coimbra, 2002.

⁷² Em 1659, Molière escreveu uma peça intitulada *As Preciosas Ridículas*. Na cena III o diálogo estabelecido entre Marieta e Gorgibus é revelador:

“Marieta – O que desejais Senhor?

Gorgibus – Onde estão as vossas amas?

Marieta – No seu gabinete.

Gorgibus – O que fazem?

Marieta – Pomada para os lábios.

Gorgibus – Muito pomadeiam elas... Dizei-lhe que desçam. Parece-me que, com as suas pomadas, essas inúteis querem arruinar-me. Por todo o lado só vejo claras de ovo, leite virginal e outras mil futilidades que desconheço. Desde que estamos aqui já gastaram, pelo menos, o toucinho de uma dúzia de porcos, e quatro criados viveriam diariamente com as patas de carneiro que elas usam”.

⁷³ GRIECO, Sara F. Matthews – O Corpo, Aparência e Sexualidade in *História das Mulheres no Ocidente*, direcção de George Duby e Michelle Perrot, vol. 3 (*Do Renascimento à Idade Moderna*), coordenação de Arlette Farge e Natalie Zemon Davis, tradução revista por Maria Helena da Cruz Coelho e Leontina Ventura. Porto: Afrontamento, 1994, p. 86; VIGARELLO, George – *Histoire de la Beauté. Le Corps et l'Art d'Embellir de la Renaissance à nos Jours*. Paris: Seuil, 2004, p. 46. Para o caso dos livros ingleses, cf. LEHMANN, Gilly – *The British Housewife. Cookery Books, Cooking and Society in Eighteenth-Century Britain*. Blackawaton: Prospect Books, 2003, p. 21, 30, 87, 92, 96, 163, *passim*.

⁷⁴ BUESCU, Ana Isabel – *Imagens do Príncipe. Discurso Normativo e Representações (1525-49)*. Lisboa: Cosmos, 1996, p. 232.

primeiro a apresentar receitas de cosméticos, analisemos o seu conteúdo. No que se refere às receitas de produtos de higiene e beleza, sabemos que as mesmas ocupam 5% do total da obra⁷⁵. Nelas contam-se perfumes (líquidos e

Quadro 1 – Ovos e Receituário de Beleza

Receita de como se faz hum Vinho Excelente para o Rosto para todos os Dias

Tomarão huas uvas gallegas maduras e espreme las hão muito bem em hua vazilha vidrada e despoes lança se este sumo em hum frasco que fique bem cheio e deitarão la dentro hum ovo fresco do mesmo dia com clara e gema e deicharão o frasco destapado para que lance fora o que ferver e tanto que não escumar nada e estiver muito bem sentado no fundo do mesmo frasco o pe se deitara com vagar em outra vazilha o vinho de sorte que fique mui claro e se limpara o frasco da borra e despoes de limpo se lhe tornara a lançar o vinho que ya estara muito puro e clareficado e para que se possa concervar hum anno sem se azedar lhe deitarão hum torrão de asucar cande muito bem mohido e hum vintem de solimão e trinta reis de alcanfor do mesmo modo se tape o frasco muito bem e se ponha ao sereno e ao ar nove dias de sorte que lhe não de sol e despoes disto uzarão delle mas advertindo que se ha de tirar para hua vazilha hua pouca parte do tal vinho por que lhe não faz bem bolirse sempre em todo e esta quantidade de tempero he para frasco de duas canadas.

Remedio para fazer Cabello donde falta

Tomem em unto e almastica de cada hum hua onça e meia e bollo armenico e cascas de roman bical e não havendo sejão de doces e azedas partes iguais e semente de linojo tudo queimado e feito em po e tanto alquene como o de maio e tudo destemperado e batido com vinagre e claras de ovos com o que untarão a parte pera algumas vezes.

Para se fazerem dos Cabellos Brancos Negros

Pizarão as cascas das nozes verdes e as hestillarão a fogo brando e o licor que deitarem guardareis e com o pente uzaras delle guardando o rosto e as maos tãobem lavando a parte com ovos de corvas batidos aproveita o mesmo effeito faz a cor não estillada e com a agoa que deitem molhando nelle o pente se pintiarão.

⁷⁵ BRAGA, Isabel M. R. Mendes Drumond – O Livro de Cozinha de Francisco Borges Henriques in *Do Primeiro Almoço à Ceia. Estudos de História da Alimentação*. Sintra: Colares, 2004, p. 61-99.

em pastilhas), pomadas para a cara e para os cabelos e ainda preparados para fazer crescer, escurecer e alourar o cabelo, a par de mistelas para eliminar verrugas e limpar os dentes. Em diversas destas receitas, nomeadamente um denominado vinho para o rosto, e dois preparados para cuidar dos cabelos, os ovos inteiros ou só a clara, apareceram como elementos que integravam esses cosméticos. Num caso, o do manipulado para escurecer o cabelo, especifica-se que deveriam ser de corvo fêmea, provavelmente porque os corvos são pretos⁷⁶.

4. O ovo na culinária do passado

“Hum bom cozinheiro sabe fazer ovos de cento e cinquenta castas”⁷⁷, eis o desafio ou a provocação de Rafael Bluteau, lançada após ter enunciado alguns títulos de receitas em que o ingrediente rei era o ovo: ovos escalfados, fritos, ou, em preparações mais sofisticadas, em aletria, em fatias, de talhadas, de trouxas, ovos reais “de muitas castas”, sem esquecer pastelinhos de ovos-moles e ovos recheados com carneiro ou com peixe.

Na verdade, o consumo de determinados pratos, mormente doces, esteve quase sempre ligado à ideia de festa. Por exemplo, quando das do Corpo de Deus realizadas no Porto, entre as refeições servidas pelo concelho, os ovos ocupavam o seu lugar entre os produtos utilizados, de entre outros, na feitura de desfeitos⁷⁸. Em 1475, entraram 10 dúzias de ovos e em 1494, 13 dúzias, embora neste caso alguns ovos possam ter sido utilizados na confecção de bolos⁷⁹. Desfeitos eram também consumidos, no século XVI, pelas freiras do Convento de Santa Clara, de Santarém, em especial

⁷⁶ Fonte: Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal (B.N.P.), Cod. 7376 [Receitas de milhores doces e de alguns guizados particulares e remedios de conhecida experiencia que fes Francisco Borges Henriques para o uzo da sua caza. No anno de 1715. Tem seo alfabeto no fim. 1715-1729], fols 102, 131-134, publicado em BRAGA, Isabel M. R. Mendes Drumond – Beleza e Sedução: à volta dos Cosméticos in *Vivências no Feminino. Poder, Violência e Marginalidade nos séculos XV a XIX*. Lisboa: Tribuna da História, 2007, p. 174-175, 177.

⁷⁷ BLUTEAU, Rafael – *Vocabulario Portuguez e Latino...*, cit., vol. 6, p. 144.

⁷⁸ Prato confeccionado com carne picada, ovos, pão ralado e especiarias.

⁷⁹ GONÇALVES, Iria – As Festas do ‘Corpus Christi’ do Porto na segunda metade do século XV. A participação do concelho in *Um Olhar sobre a Cidade Medieval*. Cascais: Patrimonia, 1996, p. 1069-1070.

durante o Natal e a Páscoa⁸⁰, momentos importantes do calendário litúrgico associados a determinados pratos, o que permite associar os alimentos não apenas às questões naturais como também, e neste caso, sobretudo, às questões culturais⁸¹. Mesmo nos mosteiros masculinos, a presença da doçaria era significativa, em especial nas épocas festivas. Por exemplo, em São Martinho, de Tibães, a festa de São Bento era ocasião para a aquisição de muitos doces nos quais os ovos assumiam um lugar de destaque: biscoitos, manjar real, melindres, ovos de ferraduras, ovos queimados, ovos reais, pastéis, pastéis dos remédios, tigelinhas de ovos-moles e viúvas, de entre outros⁸².

Na doçaria conventual, ovos, açúcar e, muitas vezes, amêndoas foram ingredientes omnipresentes. As comunidades femininas dedicaram-se frequentemente à doçaria para consumo próprio, oferta e comercialização, neste caso obtendo uma fonte de receita para as casas religiosas. Porém, nem sempre a actividade esteve isenta de problemas, nomeadamente em algumas épocas do calendário litúrgico quando as freiras se ocupavam mais dos afazeres culinários do que das práticas espirituais, merecendo críticas por parte dos visitantes⁸³. De notar que as designações de algumas receitas conventuais, nomeadamente as que usavam e abusavam dos ovos, remetem frequentemente para o universo quotidiano das monjas: barriguinhas de freiras, bolo do paraíso, broas de milho de Santa Clara, fatias de Santa Clara, manjar celeste e queijinhos do céu são exemplos, para ficarmos pelas receitas compiladas em 1729 pela irmã Leocádia do Monte do Carmo, do convento de Santa Clara, de Évora⁸⁴. Nunca é de mais salientar que algumas receitas

⁸⁰ BEIRANTE, Ângela – *Santarém Quinhentista*. Lisboa, [s.n.], 1981, p. 247-252.

⁸¹ Sobre estas questões, cf. MONTANARI, Massimo – *Il Cibo como Cultura*. Roma: Bari, Laterza, 2007, p. 105-108.

⁸² RAMOS, Anabela, SOARES, Deolinda e OLIVEIRA, Paulo – A Festa de São Bento: uma Viagem pela Gastronomia Beneditina, *Mínia*, 2.ª série, n.º 11-12, Braga (2004-2005) 71-112.

⁸³ Cf. BRAGA, Isabel M. R. Mendes Drumond – Vaidades nos Conventos Femininos ou das Dificuldades em deixar a Vida Mundana (séculos XVII-XVIII), *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, vol. 10, tomo 1, Coimbra (2010) 305-322. Disponível no endereço <http://www.uc.pt/chsc/rhsc/rhsc_10>.

⁸⁴ Cf. MONTE DO CARMO, Soror Maria Leocádia do – *Livro das Receitas de Doces e Cozinhados vários d'este Convento de Santa Clara d'Évora. 1729*, apresentação e notas de Manuel Silva Lopes. Lisboa: Barca Nova, 1988; ALGRANTI, Leila Mezan – Doces de Ovos, Doces de Freiras: a Doçaria dos Conventos portugueses no Livro de Receitas da Irmã

de doces conventuais portugueses chegaram ao Brasil, marcando a doçaria de determinadas regiões, de que é um bom exemplo, Pelotas, famosa pelos pastéis de Santa Clara, papos de anjos e tantos outros doces de origem conventual portuguesa⁸⁵.

Passemos um olhar atento pelos livros de culinária da Época Moderna que chegaram ao presente. De qualquer modo, quer os manuscritos quer os impressos não são muito abundantes⁸⁶. Apesar da pobreza numérica dos textos, comparativamente ao que se conhece para outros Reinos da Europa⁸⁷, recentemente têm sido publicados alguns conjuntos de receitas de casas particulares e de instituições religiosas que enriqueceram o conhecimento do receituário nacional dos séculos XVII a XX⁸⁸.

Maria Leocádia do Monte do Carmo (1729), *Cadernos Pagu*, n.º 17-18, Campinas (2001-2002) 397-408.

⁸⁵ *A Doçaria Tradicional de Pelotas*, 2.ª edição, Rio de Janeiro: Editora Senac Nacional, 2004.

⁸⁶ Veja-se o elenco das existências da Biblioteca Nacional de Lisboa, a par de um ou outro exemplar de colecções particulares in *Livros Portugueses de Cozinha*, 2.ª edição, organização, levantamento bibliográfico e iconográfico de Manuela Rêgo, Lisboa: Biblioteca Nacional, 1998.

⁸⁷ MENNELL, Stephen – *All Manners of Food. Eating and Taste in England and France from the Middle Ages to the Present*, 2.ª edição. Urbana and Chicago: University of Illinois Press, 1996, p. 166-199; HYMAN, Philip, HYMAN, Mary – *Imprimer la Cuisine: Les Livres de Cuisine en France entre le XV^e et le XVI^e siècles* in *Histoire de l'Alimentation*, dir. de Jean Paul Flandrin et Massimo Montanari. Paris: Fayard, 1996, p. 643-655; Idem, *Livres et Cuisine au XIX^e siècle* in *A Table au XIX^e siècle*. Paris: Musée d'Orsay, Flammarion, 2001, p. 80-89; LAURIOUX, Bruno – *Le Règne de Taillevent. Livres et Pratiques Culinaires à la fin du Moyen Age*. Paris: Publications de la Sorbonne, 1997; EHLERT, Trude – *Les Manuscrits Culinaires Médiévaux témoignent-ils d'un Modèle Alimentaire Allemand?* in *Histoire et Identités Alimentaires en Europe*, dir. de Martin Bruegel et Bruno Laurioux. [s.l.]: Hachette, 2002, p. 121-136.

⁸⁸ TAVARES, Paulino Mota – *Mesa, Doces e Amores no Século XVII Português*, prefácio de Maria José Azevedo Santos. Sintra: Colares, 1999; *Doces e Manjares do Século XIX. O Livro do Padre Brito*, prefácio de Maria José Azevedo Santos, leitura e notas de Paulino Mota Tavares. Coimbra: Fora de Texto, 1995; *O Livro de Receitas da Última Freira de Odivelas*, introdução, actualização do texto e notas de Maria Isabel de Vasconcelos Cabral. Lisboa: Verbo, 1999; TAVARES, Paulino Mota e CAVALHEIROS, Maria Leonor – *Quinta das Lágrimas. Cenário dos Amores de Pedro e Inês. História, Requentes e Sabores*. Sintra: Colares, 2002. Vejam-se ainda algumas receitas e um estudo sobre um interessante livro de cozinha de Francisco Borges Henriques, escrito na primeira metade do século XVIII, in BRAGA, Isabel M. R. Mendes Drumond – *O Livro de Cozinha de Francisco Borges Henriques* in *Do Primeiro Almoço à Ceia. Estudos de História da Alimentação*. Sintra: Colares, 2004, p. 61-99.

Na impossibilidade de, no âmbito de um artigo, se estudarem todas as receitas de doces e de salgados em cuja composição entram ovos, optámos pela análise de uma receita concreta, a de ovos-moles, actualmente um produto tradicional de origem e proveniência certificadas, o primeiro doce português a receber tal distinção e com confraria desde 26 de Março de 2009. Se os ovos-moles de Aveiro, tal como hoje se conhecem, não constam das obras de cozinha da Época Moderna⁸⁹, as receitas de ovos-moles estão presentes nas obras de Domingos Rodrigues (1680), de Lucas Rigaud (1780), na anónima *Arte Nova e Curiosa para Conserveiros, Confeiteiros e Copeiros* (1788) e no manuscrito de Francisco Borges Henriques (1715-1729). Desde logo, impõe-se verificar que receitas com a mesma designação não apresentam necessariamente os mesmos ingredientes nem idênticas maneiras de preparar o doce. Aliás, num caso, a receita de ovos-moles é um prato salgado.

Nas nove receitas dos séculos XVII e XVIII, com a designação de ovos-moles, pode verificar-se que, tal como acontecia em relação a outros preparados, não se verifica separação entre ingredientes e modo de confecção, não se indica o tempo de cozedura, nem se informa acerca do número de doces que cada receita permitia obter.

⁸⁹ Note-se que o mais antigo livro de receitas português contém um capítulo sobre manjares de ovos mas nele não consta a receita de ovos-moles. Cf. *Livro de Cozinha da Infanta D. Maria*, prólogo, leitura, notas aos textos, glossário e índices de Giacinto Manuppella, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1987. Sobre esta obra, foram produzidos trabalhos visando o estudo das questões alimentares e da análise codicológica do manuscrito. Cf. MARQUES, A. H. de Oliveira – *A Sociedade Medieval Portuguesa. Aspectos de Vida Quotidiana*, 4.^a edição. Lisboa: Sá da Costa, 1981, p. 7-22; ARNAUT, Salvador Dias – *A Arte de Comer em Portugal na Idade Média*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1986; O Mais Antigo Livro de Cozinha Português. Receitas e Sabores in *A Alimentação em Portugal na Idade Média, Fontes. Cultura. Sociedade*. Coimbra: [s.n.], 1997, p. 35-66; TELLES, Célia Marques – Características Grafemático-Fonéticas de um Manuscrito em Letra Gótica Cursiva in *IV Encontro Internacional de Estudos Medievais. Anais*, organização de Ângela Vaz Leão e Vanda de Oliveira Bittencourt. Belo Horizonte: Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 2003, p. 731-738.

Quadro 2 – Receitas de Ovos-Moles (séculos XVII e XVIII) em Livros de Leigos

Domingos Rodrigues, <i>Arte de Cozinha</i> (1680) ⁹⁰	Receituário Manuscrito de Francisco Borges Henriques (1715-1729) ⁹¹	Lucas Rigaud, <i>Cozinheiro Moderno</i> (1780) ⁹²	<i>Arte Nova e Curiosa para Conserveiros, Confeiteiros...</i> (1788) ⁹³
Ovos-Moles	Ovos molles brancos para comer logo	Ovos-Moles de vários modos ou Escalfados	Receita de Ovos-Moles
Deite-se (<i>sic</i>) em um arrátel de açúcar em ponto alto, quinze gemas de ovos, mexam-se muito bem enquanto se forem cozendo: depois de cozidos deitem-se no prato, e mandem-se à mesa com canela por cima.	A hum arratel de asucar deitarão dezoito ovos e so lhes deitarão três com claras, os quais se baterão como para ovos molles e o asucar se pora em ponto de ovos molles. Tirar ce hão do lume depois de estar em tempara e depois de abater a escuma se lhe deitarão os ovos e se mecherão muito bem e se baterão com hum pao de fazer fatias de pão de lo the ficarem muito brancos e ao depois se levarão ao lume não mais que a quentar e se deitarão em tigela ou pratos com canella por sima. Estes ovos em prato com obreias d ovo feitas em canudo e embrulhados no mesmo fundo com hum fuзо he dos pratos gavados (?).	Ponham-se ao lume numa caçarola meia de água com sal e um pouco de vinagre; em fervendo cozam nela os ovos que sejam frescos e quebrando-os, fiquem uns separados de outros; tirem-se fora antes que endureçam, passem-se para outra água que esteja morna; aparem-se e sirvam-se com vários molhos, como molho de substância, de essência, de presunto, sóssa [isto é, <i>sauce</i>] Robert, sóssa de enxovas, e alcaparras, molho branco, molho verde, com ragus de legumes, como são espargos, alfaces, chicórias, aipo, espinafres e azedas, ragu de trufas, de molejas, de cogumelos ou qualquer outro que bem parecer.	A cada dois arrátéis de açúcar duas dúzias e meia de ovos e fazem-se nesta forma: depois de clarificado o açúcar, deitarão arrátel e meio em um tacho e depois de estar alguma coisa grosso passarão as farras e as porão logo por ordem no prato em que houverem de deitar os ovos e deitarão um pequeno de açúcar por cima das fatias, para que fiquem bem brandas, e do meio arrátel que tinham apartado deitarão no tacho a parte maior e deixarão engrossar, até ponto de espadana que caia da colher, e terão os ovos batidos, só as gemas, e as botarão neste açúcar com fogo brando e mexendo sempre com a

⁹⁰ RODRIGUES, Domingos – *Arte de Cozinha*, leitura, apresentação, notas e glossário por Maria da Graça Pericão e Maria Isabel Faria. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1987, p. 158.

⁹¹ Lisboa, B.N.P., Cod. 7376 [Receitas de milhores doces e de alguns guizados particulares e remedios de conhecida experiencia que fes Francisco Borges Henriques para o uzo da sua caza. No anno de 1715. Tem seo alfabeto no fim. 1715-1729], fols 25, 36.

⁹² RIGAUD, Lucas – *Cozinheiro Moderno, ou Nova Arte de Cozinha*, prefácio de Alfredo Saramago. Sintra: Colares, 1999, p. 210-211.

⁹³ *Arte Nova e Curiosa para Conserveiros, e Copeiros e mais Pessoas que se ocupam em fazer Doces e Conservas com Frutas de várias qualidades e outras muitas Receitas particulares da mesma Arte*, estudo e actualização do texto de Isabel M. R. Mendes Drumond Braga. Sintra: Colares, 2004, p. 48-49.

Domingos Rodrigues, <i>Arte de Cozinha</i> (1680) ⁹⁰	Receituário Manuscrito de Francisco Borges Henriques (1715-1729) ⁹¹	Lucas Rigaud, <i>Cozinheiro Moderno</i> (1780) ⁹²	<i>Arte Nova e Curiosa para Conserveiros, Confeiteiros...</i> (1788) ⁹³
			colher e sempre para diante e como limpam o tacho estão feitos. Tirem-nos do fogo e os ponham sobre as fatias que acima digo e a menor parte do açúcar que tínhamos deixado botarão no tacho e engrossarão e botarão sobre o prato dos ovos e se quiserem os podem pulverizar com açúcar em pó e canela.
	Ovos molles de que uzamos A cada arratel de asucar se deitarão dezasseis ovos em ponto de cabelinho quebram ce os ovos e hum com clara e batidos todos muito bem batidos se deicha esfriar o asucar e despoes de estar em ponto se deitam os ovos todos de pancada dentro e se mechem muito bem e tornão a po llos ao lume mexendo ce sempre muito the estarem groços e como estiverem como caldo de farinha groco os deitarão aonde quiserem não enchendo muito as vasilhas porque levantão no forno e o milhor he cora los em caza com a tampa de cobre porque basta lhe faça hua cruas.		Receita de Ovos-Moles que possam ir à Índia Arrátel e meio de açú- car, duas dúzias de ovos, só gemas. Depois de o açúcar estar clarificado o porão em ponto de espadana, estando assim tirão o tacho do lume e o ponham no chão o espaço de meio quarto de hora e ali lhe deitarão as gemas batidas de golpe todas juntas e as mexerão muito bem, até que se liguem com o açúcar e depois disso tornarão o tacho ao lu- me e cozerão os ovos mexendo sempre no meio do tacho e o lume brando e muito cuidado que se não queime e irão cozendo os ovos até que tomem a colher e a sacudam no tacho e os que caírem se não misturem com os outros se não hão-de ficar de riba e então estão

Domingos Rodrigues, <i>Arte de Cozinha</i> (1680) ⁹⁰	Receituário Manuscrito de Francisco Borges Henriques (1715-1729) ⁹¹	Lucas Rigaud, <i>Cozinheiro Moderno</i> (1780) ⁹²	<i>Arte Nova e Curiosa para Conserveiros, Confeiteiros...</i> (1788) ⁹³
			cozidos e os tirem e deitem em panelas. Depois disto tomarão um pouco de açúcar no tacho limpo e o porão em ponto de marmelo e deitarão dele nas bocas das panelas até que cubram os ovos, depois de frio fica como caramelo. E assim vão à Índia, porque quando se partem estão os ovos por baixo muito brandos e não se corrompem. E não se faça de cada vez mais que quatro dúzias, que ficam melhores poucos a poucos.
	Outros [ovos molles] mais excelentes do Brasil Tomarão as gemas de ovos pardos e as hirão deitando em hum renço e descoarão por elle para hua vazilha e terão o asucar limpo em ponto de ficar bem e frio que esteja medirão hua tijella de calda e outra de ovos e hirão ao tacho aonde mecherão hua e outra couza the cozer e se lhe quiserem deitar amendoa lha deitarão a meio cozer que fique groço o que baste.		Receita de Ovos-Moles que se fazem na Castanheira Tomarão um arrátel de açúcar bom e depois de clarificado o porão em ponto de espadana, que não seja muito grosso, e como estiver assim o tirarão do lume e lhe deitarão duas dúzias de gemas de ovos muito bem batidos e como as mexerem bem as porão no lume e os cozerão até que limpe bem no tacho, que pareça ficam bem cozidos e os deitarão em uma panela vidrada e assim irão cozendo arrátel e arrátel até encher a panela de açúcar, e depois lhe porão por cima uma capa de açúcar, posto

Domingos Rodrigues, <i>Arte de Cozinha</i> (1680) ⁹⁰	Receituário Manuscrito de Francisco Borges Henriques (1715-1729) ⁹¹	Lucas Rigaud, <i>Cozinheiro Moderno</i> (1780) ⁹²	<i>Arte Nova e Curiosa para Conserveiros, Confeiteiros...</i> (1788) ⁹³
			em ponto muito alto de cobrir. E levará cada arrátel de açúcar dúzia e meia de gemas de ovos e para se cozerem se deve limpar muito bem o tacho.
	Outros ovos molles brancos A hum arratel de asucar posto em ponto de quebrar deitarão dezoito ovos e so tres com claras e estes ovos os baterão muito e enquanto os não deitarem no asucar os estarão sempre batendo e inda quando os forem deitando nelle e estara ao mesmo tempo outra pessoa mechendo os com hua colher no asucar e assim os porão em lume brando e mechendo se sempre the que queiram levantar fervura que emtão se tirem e lancem em prato ou palangana.		

Estamos perante um conjunto diversificado de receitas, todas com a designação de ovos-moles, as quais apresentaram aspectos comuns, nomeadamente o uso de gemas de ovos e de açúcar, embora em dois casos também se usem algumas claras. A proporção destes dois ingredientes variou (isto é, a cada arrátel de açúcar, ou seja a cada 0,459 quilos foram utilizadas 12, 15, 16, 18 ou 24 gemas), a utilização de diversos pontos de açúcar também se fez notar em algumas das preparações, nomeadamente alto, de cabelinho, de espadana, de marmelo e de quebrar, ao mesmo tempo que a canela foi sugerida como aromatizante em mais do que uma receita. Em dois casos, temos a indicação de duas fórmulas regionais, nestes casos

da Castanheira e do Brasil, o que, no caso da colónia, parece corresponder a uma readaptação da receita original, apesar de conter um elemento bem português, amêndoa, inexistente então naquele território. Por outro lado, receitas para suportarem viagens marítimas longas também foram referidas. O ponto de açúcar permitia a conservação mais duradoura. Note-se que todos estes preparados apareceram em receituários da autoria de leigos, embora em diversos casos, os autores tivessem conhecimento de receitas conventuais, facto que não escamoteavam, mas nunca o fizeram relativamente aos ovos-moles. De salientar que a hóstia ou obreia para envolver os referidos ovos-moles foi indicada, pela primeira vez, num receituário manuscrito da primeira metade do século XVIII.

Olhemos agora para o receituário conventual. Apenas encontrámos duas receitas de ovos-moles⁹⁴. A primeira, do século XVIII, concretamente de 1743, encontra-se num livro de um convento masculino, isto é, o *Caderno de Refeitório*⁹⁵, a segunda consta do *Livro de Receitas da última Freira de Odivelas*, uma compilação que reúne receitas dos séculos XV a XIX, pelo que torna impossível perceber a partir de que momento era preparada no mosteiro, sendo plausível apontar os séculos XVII ou XVIII⁹⁶. Em ambos os casos as receitas em nada se distinguem das congéneres dos receituários leigos, como se pode ver pelo quadro. Em suma, para os séculos XVII e XVIII, encontramos 11 receitas de ovos-moles: duas de receituários religiosos e nove de receituários leigos, tornando claro que o doce estava divulgado dentro e fora dos espaços conventuais e monásticos.

⁹⁴ Este número poderá aumentar, tendo em conta a recente disponibilização de dois manuscritos conventuais que temos em estudo.

⁹⁵ *Caderno do Refeitório. Comezainas, Mezinhas e Guloseimas*, apresentação e notas de Luís Filipe Coelho, 2.^a edição. Lisboa: Barca Nova, [1989], p. 67.

⁹⁶ *O Livro da Última Freira de Odivelas*, introdução, actualização do texto e notas de Maria Isabel de Vasconcelos Cabral. Lisboa: Verbo, 1999, p. 56.

Quadro 3 – Receitas de Ovos-Moles (séculos XVII e XVIII) em Livros de Eclesiásticos

<i>Caderno do Refeitório</i>	<i>O Livro de Receitas da Última Freira de Odivelas</i>
Ovos-Moles	Ovos-Moles
Deitem-se em uma libra de açúcar em ponto alto, quinze gemas de ovos, mexam-se muito bem enquanto forem cozendo, para que se não peguem e no fim lhes deitem água de flor e canela.	Batem-se não muito 15 gemas e duas claras. Poe-se uma medida de açúcar em ponto que quebre, e no mesmo lume que deve ser brando, se lançam os ovos, mexendo-se muito depressa. Tiram-se, voltam-se a por, mexendo sempre até engrossarem suficientemente. Quando ferver se lhe deita canela pisada e se forem ao forno deve estar muito brando.

Se tivermos em conta o que actualmente se sabe acerca dos ovos-moles de Aveiro, nomeadamente a composição da receita (gemas, açúcar em ponto – para uns de cabelo, para outros de estrada e para outros ainda de pasta) com invólucro de obreia ou hóstia passado por leve calda de açúcar ou com recurso ao armazenamento em barricas de madeira decoradas com paisagens da Ria de Aveiro – uma ideia original de Edmundo Chaves, datada da primeira metade do século XX – podemos considerar que as receitas actuais têm origem incerta, resultam de eventual transmissão oral de antigas freiras de algum dos conventos femininos de Aveiro⁹⁷ e têm antecedentes desde 1680, na obra já referida de Domingos Rodrigues. O recurso ao fogão de lenha, ao tacho de cobre, ao alguidar de barro e aos ovos de criação particular foi tendo tendência a desaparecer quer pelas novas opções das baterias de cozinha quer pela legislação reguladora da comercialização dos produtos alimentares. Não obstante, a qualidade do produto, a tradição do saber fazer e a consequente obtenção da designação de produto tradicional de origem e proveniência certificadas valem aos ovos-moles de Aveiro um estatuto.

⁹⁷ Cf. a obra colectiva e com contributos muito diversificados intitulada *Ovos-Moles de Aveiro*, [Aveiro], Confraria de São Gonçalo, s.d. Agradecemos à Senhora Dr.^a Carla Serôdio o envio deste texto em formato digital.

5. Ovos, ovos, ovos e mais ovos

Seja qual for a perspectiva de abordagem, e neste texto, estamos longe de as ter esgotado, apesar de termos percorrido, a arte, a cultura popular, a economia, a medicina, a dietética e a gastronomia, cremos que merecem toda a atenção enquanto recurso alimentar fácil de obter, a preços competitivos, comparativamente a outros géneros, e de elevado valor nutricional. Por outro lado, os ovos permitem ser encarados do ponto de vista simbólico e reinventados à mesa de forma constante tanto nos pratos doces quanto nos salgados. O valor de algumas receitas, em termos de património imaterial, e a possibilidade que as mesmas têm de atrair o turismo gastronómico significa que vale a pena investir na qualidade e na divulgação do receituário regional de Norte a Sul do país.

Recensões

CHASTANG, Pierre – *La ville, le gouvernement et l'écrit à Montpellier (XII^e-XIV^e siècles). Essai d'histoire sociale*. Paris: Publications de la Sorbonne, 2013.

A mais recente monografia do medievalista francês Pierre Chastang, intitulada *La ville, le gouvernement et l'écrit à Montpellier (XII^e-XIV^e siècles). Essai d'histoire sociale*, apresenta-se como um estudo de caso sobre a dimensão escritural de uma das mais importantes cidades do Sul de França, Montpellier, entre os anos de 1180 e 1350. O autor propõe uma análise das práticas de produção e de conservação documentais, refletindo sobre as dinâmicas sociais geradas pelo uso pragmático da escrita, no âmbito da governação da cidade. O período cronológico escolhido corresponde, *grosso modo*, à vigência de um regime político em Montpellier, que atribuía à comunidade, entendida como *universitas*, um forte poder de decisão na administração dos destinos da cidade, encontrando na dimensão escrita um meio para o exercício do poder. Como afirma o autor, “L'*universitas* urbaine, source du droit, est en même temps l'horizon du gouvernement des consuls, et l'écrit devient l'outil d'une nécessaire publicité des choix et des décisions qui seule garanti la légitimité de l'action des gouvernants. » (p. 48).

Pierre Chastang encontra, neste contexto político e social, uma cultura escrita urbana partilhada, cujos contornos e dinâmicas se propõe analisar, num total de 478 páginas, em três partes fundamentais em que a obra se divide.

Na primeira parte, denominada “Écrits et scripteurs”, o autor procura traçar e interpretar a paisagem documental do arquivo de Montpellier, identificando os vários fundos documentais e suas formas de preservação, e ainda os instrumentos de descrição disponíveis, designadamente os dois inventários mais antigos. Ainda nesta primeira parte, o autor aborda a função desempenhada pelos notários da cidade como promotores de práticas de escrita, que, servindo o sistema político vigente – o poder consular –, estavam simultaneamente ao dispor da comunidade, a *universitas*.

Na segunda parte, denominada “Une histoire scripturale du gouvernement consulaire montpelliérain”, o autor analisa as tipologias e as funções dos objectos escritos produzidos pelos escrivães e notários, em correlação com a evolução política do governo da cidade, identificando dois momentos distintos. Em torno de 1250 e 1260, a bem conhecida prática de produção e redacção de cartulários deu lugar ao registo de documentos *in extensum* ou por ementas, em livros de registo, de formato mais pequeno que os anteriores códices, onde se privilegiava a língua vulgar. Concebidos como espaços de utilização pragmática da escrita, quer pelo governo, quer pela *universitas*, estes livros permitiam o exercício de identidades e de autonomia de toda a comunidade. Num segundo momento, entre 1340 e 1370, num contexto de consolidação do Estado monárquico em França, verifica-se uma crescente apropriação, pelo governo da cidade, e pelo rei, das práticas de escrita e dos seus agentes, dando origem a uma recomposição dos equilíbrios estabelecidos entre a *universitas*, o poder local e o poder central.

Na terceira e última parte da obra, sob o título “L’écrit, outil du gouvernement urbain”, o autor reflecte sobre o impacto social e político da utilização, pelo governo da cidade, de quatro tipos de documentos que, pela sua natureza específica, geram novas formas de racionalidade, promotoras de uma cultura burocrática cada vez mais consolidada. Os documentos em análise são aqueles que põem por escrito as práticas de listar, inquirir, avaliar e comunicar.

A obra em apreço é, ainda, constituída por um capítulo inicial, denominado “Les enjeux d’une monographie”, de apresentação do objecto e dos objectivos deste trabalho, bem como do contexto historiográfico em que se insere. Em posição final, esta obra apresenta uma bibliografia bastante extensa, maioritariamente composta por obras francesas e italianas,

um índice remissivo antroponímico e toponímico, e um índice geral. As ilustrações e a maior parte dos gráficos e quadros interpretativos, espalhados pela obra, encontram-se indicadas em índice próprio.

Alicerçado no amplo quadro conceptual e metodológico de historiadores como Jacques Le Goff, Michael Clanchy, Hagen Keller, Paolo Cammarosano e Armando Petrucci, e outros que se constituíram como seus discípulos, Pierre Chastang desenvolve, para a cidade de Montpellier, um exercício interpretativo das fontes disponíveis, já bem conhecido e testado para outras cidades, designadamente para o caso das cidades comunais italianas. Esse exercício consiste em reflectir sobre a relação de interdependência estabelecida entre práticas documentais e lógicas de poder, numa instância de emanação de uma *autoritas*, como a instância municipal, procurando evidenciar, num período cronológico determinado, as oscilações de equilíbrio que ocorrem a cada mudança de estratégia, quer no âmbito da cultura escrita, quer no âmbito do poder político. Neste sentido, a obra de Pierre Chastang não introduz uma novidade conceptual, neste já bem montado esquema hermenêutico, antes corrobora a pertinência historiográfica desta abordagem. Contudo, pensamos que *La ville, le gouvernement et l'écrit à Montpellier (XII^e-XIV^e siècles). Essai d'histoire sociale* evidencia três motivos essenciais de interesse.

O primeiro motivo é, obviamente, o facto de fornecer aos estudos sobre práticas de escrita urbana, o estudo de caso de Montpellier, uma cidade, a este título, quase desconhecida. Para além da caracterização das específicas práticas de escrita nesta cidade, e da divulgação do seu rico e bem preservado património documental, esta obra permite, a partir de agora, uma dimensão comparativa com outras cidades, em contextos políticos semelhantes.

O segundo motivo de interesse reside na consagração de Pierre Chastang como historiador de documentos. Com efeito, o autor evidencia nesta obra as suas exímias capacidades heurísticas no estudo dos mais diversos tipos documentais produzidos e conservados pela administração da cidade. Sobretudo na terceira parte da obra, o autor debruça-se sobre as fontes disponíveis, convocando conhecimentos históricos, linguísticos, codicológicos, paleográficos e diplomatísticos, entre outros. No esforço analítico destas fontes, Pierre Chastang encontra um espaço de reprodução de uma utensilagem, simultaneamente teórica e prática, de que já havia dado provas

em outras obras, como a sua tese de doutoramento, precisamente na análise de cartulários provenientes do Languedoc (*Lire, écrire, transcrire. Le travail des rédacteurs de cartulaires en Bas-Languedoc (XI^e-XIII^e siècles*. Paris, C.T.H.S., 2001), ou em artigos mais recentes, onde teoriza acerca da análise de textos medievais e da função do historiador, defendendo a necessidade de se privilegiar a historicidade dos documentos (como exemplo, em “L’archéologie du texte médiéval”, *Bulletin du centre d’études médiévales d’Auxerre*, hors série n° 2, 2008). A exemplaridade do seu trabalho analítico faz com que esta obra se torne incontornável no âmbito dos estudos de práticas de escrita em meio urbano, no período medieval.

O terceiro motivo de interesse encontra-se no subtítulo da obra, *Essai d’histoire sociale*. Em páginas iniciais, o autor declara que o grande objectivo deste trabalho é “d’examiner les implications sociales du développement d’un système de gouvernement par l’écrit” (p. 40). Diríamos que se trata de reflectir sobre o impacto social de uma inovação intelectual ou cultural, sendo que, neste contexto, parece-nos que as dimensões “social” e “cultural” são interdependentes e comunicantes. No entanto, o autor traz para o frontispício da obra uma deliberada e consciente afirmação da história social, de algum modo, em ruptura com a maior parte das obras de referência que utiliza, de origem italiana, francesa, inglesa ou alemã, nas quais o termo “social” não encontra tal protagonismo, preferindo-se antes o uso da expressão “história cultural” de significado abrangente. Pensamos que o facto de não ter introduzido o termo “cultural”, e antes ter optado pelo termo “social”, poderá ter um significado historiográfico de maior alcance. Estará Pierre Chastang a posicionar-se na difícil relação entre o termo “cultural” e o termo “social”, gerada pelas transformações historiográficas trazidas pela muito abrangente *New Cultural History*, da segunda metade do século XX, em que, por exemplo, o filão da História Cultural da Sociedade se parece ter sobreposto à História Social da Cultura? Peter Burke, na sua obra, *What is Cultural History?*, punha como potencial consequência da aparente apropriação pela história cultural de domínios não antes por si considerados, precisamente a “vingança/retorno da história social”.

Não nos parece que Pierre Chastang se encontre envolvido neste debate, de modo directo, mas o que é facto é que estão ausentes da bibliografia desta obra trabalhos fundamentais sobre práticas de escrita e de representação

simbólica pela escrita, levados a cabo por um grupo de historiadores oriundos da Europa Central, assumidamente adeptos da Nova História Cultural, que têm em Marco Mostert um dos seus maiores especialistas. Não se podendo tratar de uma lacuna de conhecimento, resta-nos presumir que se trata de uma opção do autor. Nesse sentido, parece-nos sair reforçada a ideia de que Pierre Chastang tenta demarcar-se de alguns trabalhos sobre práticas de escrita urbanas, abrindo uma perspectiva renovada de procurar relançar uma história social das cidades, em bases diferenciadas. Contudo, pensamos que em *La ville, le gouvernement et l'écrit à Montpellier (XII^e-XIV^e siècles). Essai d'histoire sociale* se evidencia apenas um primeiro fôlego dessa intenção, um ensaio, como o diz, sem ainda qualquer tipo de consolidação.

Filipa Roldão

filiparoldao@hotmail.com

***Pedro e Inês – O futuro do passado – Congresso Internacional*
– Coordenação Científica de Maria Helena da Cruz Coelho,
ed. Associação de Amigos de D. Pedro e D. Inês, Coimbra, 2013,
3 vols., 259+213+262 págs.**

Com o Alto Patrocínio de Sua Excelência o Presidente da República Portuguesa, o Congresso em epígrafe realizou-se, entre os dias 28 e 31 de Março, de 2012, em Coimbra, em Montemor-o-Velho e, a encerrar, em Alcobaça. Um número significativo de instituições, culturais ou científicas, e autarquias, uniram-se para a comemoração dos 650 anos da trasladação de Inês de Castro do Convento de Santa Clara para o Mosteiro de Alcobaça. Sob a coordenação científica de Maria Helena da Cruz Coelho, acompanhada de perto por uma Comissão de que fizeram parte Bernardo Vasconcelos e Sousa, Jorge Pereira de Sampaio (também Programador-Geral das Comemorações), José Carlos Seabra Pereira e a signatária desta recensão, foi criteriosamente construído um Simpósio internacional cuja envergadura a edição em apreço retrata de forma consistente. Com efeito, foi possível reunir mais de quatro dezenas de estudiosos da temática, portugueses (o maior número), brasileiros e espanhóis, entre eles referências da Litera-

tura, da Arte e da História inesianas. Do labor de quatro dias, em que só o entusiasmo, o convívio alegre e o esforço desempenhado pela Comissão Executiva conseguiram atenuar a fadiga própria das viagens e das jornadas longas de trabalho, resultou o tríptico bibliográfico que, em páginas, atinge a soma de mais de sete centenas. Os textos são da exclusiva responsabilidade dos autores, enquanto a edição ficou a cargo da *Associação dos Amigos de D. Pedro e D. Inês* criada, em 2005, aquando das comemorações dos 650 anos da morte de Inês de Castro, cuja característica está em congregar as principais autarquias pela história das quais passam, de uma forma ou de outra, os amores entre Pedro e Inês. Refiro-me, em particular, a Coimbra, a Montemor-o-Velho, a Alcobça, à Lourinhã, entre outros. Como recenseadora, torna-se claro que nos é muito difícil fazer uma apreciação crítica à obra na sua globalidade quer intrínseca quer mesmo extrínseca.

Ainda assim pode perguntar o leitor: o que traz de novo uma tão espessa publicação?

Em primeiro lugar, a presença, lado a lado, de dezenas de autores, consagrados uns, promissores outros. A diversidade das abordagens e das disciplinas e ciências: da iconografia e iconologia à música, do teatro à poesia, das artes à literatura, da história à divulgação de fontes inéditas ou pouco conhecidas.

São disto exemplo, “A fonte dos Amores no Arquivo da Quinta das Lágrimas, 1364-1916”, de Maria da Assunção Alarcão Júdice; “O mito de Inês de Castro nas letras alemãs dos séculos XVII e XVIII”, de Maria Manuela Gouveia Delille”; “Arremedos paródicos ao episódio de Inês de Castro”, de Manuel Ferro, entre tantos outros. Enfim, a revisitação de aspectos de temática inesiana para melhores reflexões, outras perspectivas, diferentes aproximações, múltiplas perguntas e dúvidas. Citem-se: “Por que foi morta Inês de Castro?”, de Bernardo Vasconcelos e Sousa; “Inês de Castro: memórias, lendas e o mito”, de Maria Leonor Machado de Sousa; “O túmulo de Inês de Castro: memória de uma Rainha”, de Francisco Pato de Macedo; “Los reinos de Portugal y Castilla en tempos de Inés de Castro”, de Ermelindo Portela Silva. Trata-se, na verdade, de um assunto interpelante, provocador, em tudo universal e perene.

Por último, uma menção especial merece o *Requiem a Inês de Castro*, do compositor Pedro Macedo Camacho, obra apresentada no âmbito do

Congresso, em estreia mundial, pela Orquestra Clássica do Centro e pelo Coro, hoje designado Inês de Castro, no dia 28 de Março, na Sé Nova de Coimbra.

Por tudo o que fica dito, o Congresso em apreço e a prova escrita, agora editada, contribuem para enriquecer a historiografia inesiana ao mesmo tempo que lançam sementes para o cultivo de novas espécies histórico-científicas e culturais sobre Pedro e Inês.

Maria José Azevedo Santos

Universidade de Coimbra e Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra
mazevedo_santos@yahoo.com

COELHO, Maria Helena da Cruz – *O Município de Coimbra. Monumentos Fundacionais. Promoção e Direcção do Projecto: Maria José Azevedo Santos. Editores: Câmara Municipal de Coimbra e Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2013, 258 págs.*

Coimbra celebrou, em 2011, 900 anos do foral outorgado aos habitantes da cidade, pelo Conde D. Henrique e D. Teresa, no dia 26 de Maio de 1111. Disso dá testemunho verdadeiro um “pedaço” de bom pergaminho de coiro, original, em visigótica de transição para a carolina, do presbítero D. Telo, conservado no Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Entretanto, o pelouro da cultura da Câmara Municipal tomou este aniversário como argumento feliz para conceber uma programação científico-cultural exigente, criativa e interdisciplinar.¹

Com efeito, o vasto programa comemorativo incluía a publicação não só do foral de 1111 mas de todos os documentos responsáveis pela origem, evolução e consolidação do concelho de Coimbra até ao século XVI. Vice-Presidente, então, da Autarquia de Coimbra, promovi e dirigi este projecto ambicioso, com a assessoria de Joana Gouveia Loureiro,

¹ Diga-se, a este propósito, que Coimbra recebeu o Prémio de *Melhor Programação Cultural Autárquica 2011* atribuído ex aequo pela Sociedade Portuguesa de Autores em cerimónia solene, no Centro Cultural de Belém, no dia 28 de Fevereiro de 2012.

cujo encargo foi entregue à especialista em História do Municipalismo, catedrática da Faculdade de Letras e investigadora do Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra, Maria Helena da Cruz Coelho. Quase dois anos de intenso labor produziram o estudo a que a autora deu o título *O Município de Coimbra. Monumentos Fundacionais*. Por sua vez, a co-edição com a Imprensa da Universidade de Coimbra, superiormente dirigida por Delfim Leão, foi coordenada de forma exemplar por Maria João Padez de Castro e revela ser, no tempo actual das cibernéticas bibliotecas, um livro de grande beleza, de ímpar qualidade, de prestígio, que faz jus, no século XXI, “à famosa arte da imprimeira”. A profundidade da investigação e densidade do texto são atenuadas pela mancha escrita em duas colunas, efeito favorável ao leitor, cujas vantagens já o homem medieval conhecia muito bem.

Com mais de duas centenas e meia de páginas, a obra apresenta-se marcadamente bicéfala. Com efeito, as primeiras 80 contextualizam os documentos em apreço, no reino de Portugal, e, em particular, no concelho de Coimbra desde os tempos romanos, tema recentemente aprofundado em obras de referência por Jorge de Alarcão, até ao século XVI. A 2ª parte é constituída pelas “memórias escritas”, ou seja, pela transcrição, estudo paleográfico, codicológico e diplomático, tradução, glossário e fac-símile de todos os documentos considerados fundadores de Coimbra/concelho, de 1085 a 1516, mais de 400 anos de história. É habitual estabelecer-se o termo *a quo* para os primórdios concelhios de Coimbra no ano de 1111 mas Maria Helena da Cruz Coelho quis deixar para lembrança, de todos nós conimbricenses, que antes de sermos condado já lutávamos pelo reconhecimento dos nossos costumes, privilégios e terras. Deste modo, o imperador da Hispânia, Afonso VI, vai ao encontro dos pedidos dos homens de Coimbra concedendo-lhes “com amor” um “documento de escritura de firmeza”, datado de Toledo, 29 de Maio de 1085, que confirma em 22 de Abril de 1093. Se acrescentarmos a esta carta, os conhecidos antecedentes, de naturezas diversas, da outorga do foral de 1111, compreendemos, como escreve a Autora, que “...o foral não estava a dar origem a um concelho, mas apenas lhe aumentava os privilégios e liberdades, e consignava, de uma forma precisa e explícita, os seus direitos e deveres” (p. 23). Por ele vê-se Coimbra/concelho com uma sede urbanizada embora com terras de cultivo

mesmo dentro das muralhas; quanto ao termo, esse era totalmente rural e, por isso, fonte abastecedora dos bens alimentares indispensáveis à cidade. No itinerário documental concelhio, a Autora detém-se, em seguida, nas posturas de 1145, as mais antigas até hoje conhecidas no reino de Portugal. Chegaram até nós em cópia de finais do século XII – inícios do XIII e são um paradigma do estilo de governação do rei D. Afonso Henriques que as legitima. Coimbra era um pólo de atracção e irradiação económico-comercial e industrial. A prosperidade ressalta das cláusulas maiores e menores do documento e a articulação de Coimbra com o restante território acentua-se com a outorga de D. Afonso Henriques, em 1179, de três forais às cidades de Santarém, Lisboa e Coimbra. A Autora disserta sobre este foral, e as suas repercussões na vida da cidade, com a autoridade de quem há muito o conhece e estuda (lembremos que o estudou e publicou por ocasião da celebração dos 800 anos, em 1979). “As memórias escritas”, bem como o livro, encerram com o foral manuelino de 1516. O título “Antecedentes: um foral caro e litigioso” não só desperta o interesse do leitor como deixa antever que a abordagem é inovadora e traz a lume dados até aqui ignorados. À semelhança de muitos outros, o foral manuelino de Coimbra está há quase 500 anos no concelho a que pertence, isto é, está guardado, num belíssimo estado de conservação, como prova o fac-símile, no Arquivo Municipal, na Casa Municipal da Cultura. Surge, como é do conhecimento geral, na sequência da chamada *Reforma dos Forais*, requerida desde o século XV pelos povos, em Cortes, que consistiu numa remodelação das leis, ou melhor, na adaptação das normas gerais às locais. D. Manuel empreendeu, deste modo, a maior e mais profunda acção governativa desta natureza traduzida, por um lado, na mobilização de escrivães, correctores, rubricadores, leigos, inquiridores, oficiais locais e gerais e, por outro, na despesa exorbitante feita com a aquisição de largas centenas de peles, de um número incalculável de penas e de litros de tinta de escrever, castanha, vermelha, azul, entre outras. Não esquecer ainda os gastos com os selos – regra geral de chumbo, na maioria desaparecidos, como acontece no nosso exemplar – com as encadernações de bom couro com ferragens de cobre, enfim, tudo em triplicado, pois eram feitos três exemplares de cada “livro”: um para a Câmara, outro para o senhorio e outro para o arquivo régio da Torre do Tombo.

Mas Coimbra, em particular, também despendeu forças e dinheiro para receber o seu foral. Factores distantes e outros próximos, dos quais merece destaque a discórdia entre o concelho e o Conde D. Pedro de Meneses, a propósito dos significativos rendimentos que este nobre possuía, e de que não desejava prescindir, explicam o que escrevemos. Sucederam-se confrontos, dentro e fora dos tribunais, usando as armas ofensivas e defensivas daqueles tempos, isto é, papéis e pergaminhos que em nenhum caso levantassem dúvidas. Compreensivelmente, o mal-estar instalava-se entre oficiais e rendeiros que cobravam os direitos da cidade. Coimbra apresentava, exibia, lia ou mandava ler os forais antigos, em particular o de 1179, de Afonso Henriques, e solicitava ao Rei o respeito pelos direitos e deveres há muito estabelecidos. O certo é que esta “guerra de diplomas” (parecendo antecipar as *bella diplomatica* do século XVII) provocou um atraso significativo na outorga do foral. Na verdade, Coimbra pedia ao rei, pelo menos desde 1505, a carta foraleira mas as respostas denunciavam cautela e prudência na redacção definitiva. Finalmente, com data de Lisboa, 4 de Agosto de 1516, o foral é outorgado. Todavia, só em 1517 vereadores, procuradores dos mesteres e outros oficiais tiveram acesso ao documento. A demora foi compensada, no entanto, pelo regozijo que o concelho de Coimbra experimentou ao verificar que tinham sido respeitadas as suas mais antigas e sagradas regalias.

O Município de Coimbra. Monumentos fundacionais é pela sua grandeza histórico-científica uma homenagem à cidade, às suas gentes e ao seu património que, por feliz coincidência, foi, igualmente, neste ano de 2013, inscrita na lista de *Bens da Humanidade*.

Concluo exprimindo a minha convicção de que as Câmaras Municipais, no que toca à sua história e ao seu património, não podem ficar pelo papel de receptores, antes devem chamar a si a responsabilidade de produzirem obras, pareceres, colóquios, rodeando-se para isso de especialistas, a fim de marcar a identidade colectiva local, valor único no contexto nacional e internacional.

Maria José Azevedo Santos

Universidade de Coimbra e Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra
mazevedo_santos@yahoo.com

RAMOS, Anabela e CLARO, Sara – *Alimentar o corpo, saciar a alma: Ritmos alimentares dos monges de Tibães, século XVII*, ed. Direcção Regional de Cultura do Norte, Vila Real, 2013, 258 págs.

É com especial regozijo que faço a recensão da obra mencionada em epígrafe.

Da autoria de duas jovens, uma nossa antiga aluna, cujo valor do trabalho feito se impôs à Direcção Regional de Cultura do Norte, que, por intermédio das Edições Afrontamento, patrocinou a edição, é quanto à imagem, impressão e acabamento, de assinalável qualidade e de muito bom gosto.

De seguida, apraz-nos referir que completa meio século a 1ª edição da obra de A.H. de Oliveira Marques, *A Sociedade Medieval Portuguesa* publicada por este notável historiador, justamente, no ano de 1964. O 1º capítulo leva o nome de “A Mesa” e continua a ser obrigatório lê-lo e citá-lo para quem aborde o tema da alimentação na Idade Média portuguesa.

Por sua vez, três anos mais tarde, sai da pena de Salvador Dias Arnaut, *A arte de comer em Portugal na Idade Média*, um estudo de cerca de 140 páginas, considerado “Introdução” ao *Livro de Cozinha da Infanta D. Maria de Portugal*, o livro português desta matéria mais antigo que até hoje se conhece, transcrito por Giacinto Manuppella. A 1ª edição, pois seguiram-se outras, saiu dos prelos, em Coimbra, no ano 1967.

Escrevia, então, o insigne medievalista da Universidade de Coimbra: “As notas que coligimos até ao fim do reinado de D. João II, e algumas vezes aproximamos um tanto ousadamente (como se o tempo não pudesse alterar o sentido das palavras), não pretendem passar de materiais para uma futura história da cozinha portuguesa – que há-de surgir (escusado seria dizê-lo) principalmente do estudo das fontes nacionais e não da projecção em Portugal da ciência averiguada para outros países”. Esta convicção judiciosa do nosso Mestre demorou, infelizmente, a concretizar-se. Na verdade, só nos finais do século XX, inícios do século XXI, a procura, o estudo e a divulgação das fontes manuscritas inéditas marcam um rumo novo na investigação do tema em apreço.²

² Diga-se, entretanto, que a criação, em 2008, na Faculdade de Letras de Coimbra, do Curso de Mestrado em *História da Alimentação. Fontes, Cultura e Sociedade*, o 1º e

Alimentar o corpo, saciar a alma é uma prova exemplar do que escrevemos. Está dividida em duas partes. A 1ª, a cargo de Anabela Ramos, é uma excelente exposição, – em grande parte abonada em fontes inéditas – sobre os hábitos alimentares dos monges beneditinos do Mosteiro de São Martinho de Tibães, no século XVII. Alude, em particular, à Regra de São Bento e às Constituições para retirar delas as normas reguladoras da alimentação da comunidade. Seguem-se as práticas da “alimentação quotidiana” e da “alimentação festiva”. A primeira permite visitar, por um lado, a cozinha, com os seus cozinheiros, alfaias culinárias e alimentos para os pratos, por outro, o refeitório onde “vemos” comer os religiosos e, à parte, o tinelo “casa onde comem os criados todos em mesa redonda”. Quanto à alimentação festiva, é muito interessante verificar o número considerável de celebrações que justificavam a abundância, a variedade e o requinte dos pratos consumidos. Surgem os peixes secos e frescos mais afamados, pescada, rodovalho, congro, robalo, linguado. De carne, as de caça, de criação, a que se juntavam, consoante as festas e épocas, o carneiro, a vitela, o cabrito, o leitão. Quanto aos doces, confeccionados por religiosas, fora do convento, a ementa tornava-se pantagruélica. Os ovos, o açúcar, o mel, as amêndoas, e outros ingredientes, davam forma e gosto a dezenas de gulodices que o leitor poderá “saborear”.

Por sua vez, a IIª parte do livro, de Sara Claro, leva o título *Arte de cozinha ou methodo de fazer guizados. Um receituário do século XVII na livraria do Mosteiro de Tibães*. Conservado no Arquivo Distrital de Braga, este manuscrito saiu do “segredo” para, em transcrição integral e criteriosa, ser conhecido por todos aqueles interessados na história em geral e na da alimentação em particular. A data crítica, com que concordo, localiza-o no século XVII. Na centúria seguinte, porém, já fazia parte dos 1ºs catálogos de manuscritos da livraria de Tibães. Infelizmente faltam-lhe as duas primeiras folhas que poderiam indicar, para além da cronologia certa, o autor, marcas de posse, e outros elementos. Todavia, estamos em presença de um conjunto, e não de uma colecção, de receitas. Com efeito, umas são de culinária,

único até hoje ministrado em universidades portuguesas, reforçou e está a consolidar um campo de pesquisa que era necessário desbravar.

outras de medicina popular³ (mezinhas), outras de conserva de peixe cru, e carne, (“conserva de perdizes que se levao à Índia, e eu as levei a Roma, p. 234); (“escabeche de sardinhas e mais peixe para levar para a Índia se for necessário”), outras ainda de munições (pólvora), outras de perfumes (pivetes e pastilhas) outras de tinta de escrever (“regimento para fazer tinta” p. 199)⁴, que, no total, atingem as três centenas. Seria interessante termos um gráfico com a percentagem de todas as receitas, pois ressaltaria melhor que, no entanto, a maior parte são de natureza culinária e dentro destas ocupam o 1º lugar as receitas de doces, de conserva, de colher, de fatia e outros. Sem admiração, as carnes, de caça ou de criação, a par da de vaca ou carneiro, e o pescado, de mar ou água doce, ocupam um lugar significativo. Presença marcam também as receitas de ovos, de leguminosas, de lacticínios e de frutas (alperces, peras, pêsegos, limões, marmelos). Estamos em presença de uma cozinha da época moderna, de uma forma geral destinada a camadas sociais de razoável poder económico como a média/alta nobreza, a burguesia e o clero abastado. A “alta cozinha”, dos banquetes reais e outros, não está aqui representada. A obra encerra com um índice das receitas, por ordem alfabética, e um glossário. Em relação a este último, seja-nos permitido sugerir que, numa próxima edição, que estou certa surgirá, façam parte muitos outros termos, curiosíssimos, que darão um bom contributo para o estudo da Língua Portuguesa ao mesmo tempo que revelarão a riqueza vocabular do manuscrito. Cito, por exemplo, milisias (melícia, espécie de morcela); imprensa (prensa); cágado (ave); tabefe (iguaria preparada com “leite, ovos e açúcar fervidos”); formigo (doce de colher); algália (substância

³ A estreita ligação entre culinária e medicina mereceu, há muito, chamada de atenção feita por Bruno Laurioux que denominou o facto por “cuisine medicalisée” (“Entre savoir et pratiques: le livre de cuisine à la fin du Moyen Age”, in *Médiévales*, 14, Paris, 1988. Cf. SANTOS, Maria José Azevedo – O mais antigo livro de Cozinha português – receitas e sabores in *Alimentação em Portugal na Idade Média, Fontes, Cultura, Sociedade*, Coimbra, 1997, p. 39. A autora salienta a presença, no total de sessenta e sete receitas, de sessenta e uma de culinária e cinco de mezinhas.

⁴ Lembremos, aqui, por exemplo, que *O Livro de Receitas da última freira de Odivelas* (Introdução, actualização do texto e notas de Maria Isabel de Vasconcelos Cabral, Verbo, 1999, p. 148-152), onde são copiadas 209 receitas, inclui seis receitas de tinta de escrever e duas de tinta para marcar a roupa das religiosas. Na verdade, embora as tintas de escrever levassem alguns produtos alimentares, como o vinho, o vinagre, a água, e, às vezes, açúcar candi, para dar brilho, o que as aproximava da culinária era também o modo de preparação. Eram precisos almofarizes, passadores, panelas, além do indispensável lume ou fogo.

animal de cheiro semelhante ao do almíscar); endros (plantas herbáceas); durázio (de polpa dura); miraolhos (mira-olho, variedade de pêssego).

A concluir a leitura do livro, dei por mim a pensar como é admirável verificar que por um receituário podemos percorrer toda uma sociedade, nos seus múltiplos aspectos: culturais e interculturais, sociais e económicos.

Tudo representado, imagine-se, num palco: a cozinha.

Maria José Azevedo Santos

Universidade de Coimbra e Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra
mazevedo_santos@yahoo.com

BORGES, Nelson Correia – *Doçaria Conventual de Lorvão*. Câmara Municipal de Penacova, 2013. 176 pág. ilustradas. ISBN: 978-972-99628-3-7.

Natural de Lorvão (1942), Nelson Correia Borges desde cedo se interessou pela história do mosteiro em torno do qual a povoação se desenvolvera, nomeadamente a partir do momento em que se decidiu, pelos meados da década de 70, a fazer o curso de História na Faculdade de Letras de Coimbra.

Assim, recordarei que, no âmbito da cadeira de Epigrafia, no ano lectivo de 1975-1976, estudou a única inscrição romana daí proveniente – cuja foto, aliás, insere na p. 15 – estudo que viria a publicar-se na revista *Conimbriga* (XV 1976 117-125), sob o título «Nova leitura da inscrição CIL II 6275a (Penacova)», e também no jornal *Notícias de Penacova* (2-9-1977, p. 2: «A inscrição romana de Lorvão»). Pouco tempo depois, deu à estampa os resultados da investigação que tivera como um dos pontos de partida a identificação de uma pedra visigótica «ornada de vide ondeada com cachos de uvas e gavinhas» que teria pertencido ao «primitivo templo» (p. 16), datável da época do bispo Lucêncio, a 2ª metade do século VI («Lucêncio, bispo de Conímbriga, e as origens do Mosteiro do Lorvão», *Conimbriga* XXIII 1984 143-158).

Tendo ingressado como docente na área de História da Arte, a sua dissertação de doutoramento, em 1992, foi, naturalmente, sobre *Arte Monástica em Lorvão: sombras e realidade*, obra que viria a ser publicada pela Fundação Calouste Gulbenkian, em 2001.

■ Ou seja, o livro ora em apreço insere-se numa contínua linha de investigação, que tem dado os melhores frutos. Na verdade, dotado de fina sensibilidade estética, exímio burilador da palavra, investigador probo e deveras exigente consigo próprio, o doutor Nelson Correia Borges brindou-nos agora com uma obra que não hesitarei em classificar de preciosa: pelo rigor da escrita, pela densidade e oportunidade do conteúdo, pela invulgar beleza do conjunto em que, inclusive, as ilustrações cumprem o que sempre lhes é pedido mas raramente se consegue – ilustram, documentam, embevecem!

■ E a escolha do vocábulo «embevecem» resulta – perdoe-se-me! – do real prazer que advém do simples manusear do volume, até!

■ Está a obra assim organizada: apresenta-a o presidente do município, Humberto Oliveira, na qualidade de editor; na «nota prévia», explica o autor o que vai ler-se e agradece a quem com ele partilhou a caminhada. «Mosteiro de Lorvão: uma casa com (muita) história» (p. 13-34) é a síntese, clara e bem estruturada, das peripécias por que o mosteiro passou e serve de pano de fundo, como é natural, ao tema específico a tratar, a «Doçaria Conventual», título do capítulo (p. 35-58) em que se explana a importância e a razão de ser da existência de uma doçaria nos conventos, pois que, se a regra monástica determinava horas de trabalho no campo ou em oficinas, também «ao dedicar horas à cozinha a monja estava a cumprir preceitos da sua regra» (p. 43). De resto, todos os sentidos no mosteiro devem ser exercitados: as manifestações artísticas «são encantamento para os olhos»; as melodias «transportam emoções através dos ouvidos»; os perfumes e os «incensos balouçados em turíbulos» excitam o olfacto; o tacto revela-se nas «mãos e lábios que tocam e beijam imagens e relíquias»; e o paladar «não desempenha menor papel nesta sinfonia dos sentidos» (p. 44).

■ Ressalte-se como o autor soube entrecruzar os secos dados históricos com instantâneos da vida monacal, integrando-os cuidadosamente na sociedade envolvente. Assim, não se esquece de que a arte da «doçaria era um modo de vincar a importância, o prestígio e a riqueza do mosteiro, através de ofertas que se tornaram frequentes» (p. 47), «mimos» que «propiciavam a convivialidade», numa simbologia de partilha, pois se julgava a instituição «pelo aparato das construções, pela estirpe da sua população conventual, pelas pessoas que a tinham protegido, tanto mais se fossem da família real e, em última análise, mas sem menor importância, pelos doces» (p. 48).

Compreende-se, pois, que o ‘prato forte’ do volume seja o minucioso receituário (p. 85-171), que o autor quis se aproximar o mais possível do original, consultando manuscritos e toda a documentação que lhe foi possível manusear e, sobretudo, bebendo o que a tradição oral lhe facultara: receitas «passadas de mães para filhas e muitas vezes resguardadas de estranhos, como segredo de família» (p. 12). «Fruto de variadas recolhas», não admira que «os enunciados apresentem diferenças notórias» (*ibidem*), que Nelson Correia Borges fez questão em manter, o que empresta, por vezes, um delicioso ar etnográfico e pessoal, como, por exemplo, a tigela que se «manda à mesa no caçoulo em que foi ao forno» (p. 165) ou o comentário de quem deu a receita dos tolos: «São muito aborrecidos de fazer, mas são uma delícia, muitíssimo finos» (p. 167); ou a dos beijinhos de Lorvão: «É lindo para enfeitar uma mesa!» (p. 93).

São ao todo 53 receitas, apresentadas por ordem alfabética do nome dos doces, precedida da explicação dos dez (!) pontos a que pode chegar o açúcar!

Num momento em que o património gastronómico se assume como património imaterial a proteger (a urgência das certificações, por exemplo) e a divulgar (vejam-se as determinações da Resolução do Conselho de Ministros n.º 96/2000, de 26 de Julho, que «considera a gastronomia portuguesa como um bem imaterial integrante do património cultural de Portugal»); em que a palavra «sabores» surge a cada esquina e em todas as épocas do ano e sob os mais diversos pretextos (Sabores do Mar, em Peniche; Sabores da Tapada Real, em Mafra; Sabores do Caldeirão, em S. Brás de Alportel... e tantos outros!); em que ao turista se faz questão em servir não apenas sol e mar ou monumentos de pedra e cal mas também esses saborosos «monumentos» fruto de ancestral labor – justifica-se que possamos qualificar de bem oportuna a edição deste volume. E porque «também se come com os olhos», como sói dizer-se, o requinte da sua maquetização; a magnífica selecção das imagens (a gerarem, as dos doces, avassaladoras sensações gustativas, em insidiosa tentação!...); o extremo cuidado posto na primorosa impressão – fazem deste um daqueles volumes que, se calhar, não vai servir de apoio a confecção de doces na cozinha, mas o seu lugar será na sala de visitas, à mão de folhear por quem nos visite.

Historiador por formação, etnógrafo por gosto, Nelson Correia Borges soube entremear os dados históricos e culinários com a reprodução fotográfica

dos doces, claro, tinha que ser, gulosamente apresentados (um apetite!), com seu palito trabalhado a condizer (outra das tradições não esquecidas!), e o papel recortado (são às dezenas estas minuciosas e delicadas obras primas do labor conventual, aqui reproduzidas da obra de Emanuel Ribeiro, *O Doce nunca Amargou...* publicada, em 1928, pela Imprensa da Universidade), e a reprodução dos utensílios e fotografias de pormenores artísticos quer do edifício quer do mobiliário antigo que constitui acervo do convento.

Acompanha esta arte a vida do mosteiro ao longo dos séculos – e o autor não se esquece de o assinalar: «Expoentes de hábitos alimentares refinados, regalo de paladares exigentes, os doces conventuais foram amáveis personagens de uma vida quieta e gentis embaixadores no século de um ideal de vida que os novos tempos vieram pôr em causa» (p. 48). E esses «novos tempos» são os que se seguem à extinção das Ordens Religiosas, em 1834. «De dádiva prestigiante passaram a humilde mercadoria», de tal modo que o próprio Alexandre Herculano – e o autor refere-o mais do que uma vez – não resistiu e escreveu, revoltado, uma carta a António de Serpa Pimentel, redactor do jornal «A Nação», «grito lancinante em que pede esmola para as monjas de Lorvão» (p. 72).

Deixei para o final um dos capítulos mais aliciantes do volume: aquele em que se transcreve e comenta o inflamado «elogio fúnebre do partido bule da Madre Bárbara Leonor, feito por D. Inês Benedita», em Abril de 1791, que Camilo Castelo Branco reproduzirá (texto aqui transcrito a p. 79-83, documento 2).

É que, aí, Nelson Correia Borges não apenas salienta, a par e passo, o brilho literário da prosa, ele próprio não se coíbe e deixa-se impregnar desse enlevo: «Mas, nesse dia de Abril, um funesto acaso transformou em cacos o predilectíssimo bule e, ao vê-lo assim destroçado, com ele se lhe partiu o coração, não podendo evitar ficar lavada em lágrimas!» (p. 62).

Há, depois, todo um esmiuçar das passagens que reflectem hábitos quotidianos («Tomar chá a qualquer hora e em qualquer lugar do mosteiro» – p. 70) e preciosas informações históricas que o autor explicita (o relevante papel que, por exemplo, a cerca detém no dia-a-dia da vivência monástica – p. 68). Assim, disse D. Inês Benedita que do bule «foi brioso seu augusto progenitor, Brioso este homem, que desprezou a aliança com a Il.^{ma} Fábrica Vandelli, que o pretendeu para consorte, só achou na Ex.^{ma}

Sr.^a D. Olaria digna esposa a seus altos merecimentos, sendo inumerável a sua descendência, que deu a todo o reino, e fora dele» (p. 64); e, em nota, explica Correia Borges que se trata de referências a conhecidas fábricas de faiança de Coimbra: a de Manuel da Costa Brioso, com tendas no Terreiro das Olarias; e a de Domingos Vandelli, fundada em Santa Clara no ano de 1784. Enamorara-se o bule «de sua prima D. Cafeteira, a que havia herdado o dote e importante herança de seu tio Açucareiro de Barros»: «alusão subtil e engraçada», anota o autor, «ao açúcar vindo do Brasil e às fortunas que se fizeram à custa do seu fabrico e tráfico» (p. 65).

Magnífico papel couché, de várias tonalidades, a condizer com as partes em que o livro se divide, recebeu, assim, um texto bem condimentado, requintadamente acompanhado de saborosas ilustrações. A saborear, de facto, como se degusta, em fim de tarde outonal, uma nevada (um «palermo coberto»...), na encosta de Penacova, com o Mondego serpenteando, sorrateiro, a nossos pés...

José d'Encarnação

Universidade de Coimbra

jde@fl.uc.pt

VAQUINHAS, Irene – *O casino da Figueira. Sua evolução histórica desde o Teatro Circo à actualidade (1884-1978)*. Coimbra: Palimage, 2012, 592 pp.

Irene Vaquinhas, enquanto investigadora, tem-nos habituado a trabalhos inovadores e surpreendentes, constituindo um grato exemplo para a tribo dos historiadores. Continua a ser uma referência a sua seminal tese de doutoramento – *Os campos de Coimbra, Montemor-o-Novo e Penacova de 1850 a 1918*, a que acrescem trabalhos diversificados na História das Mulheres (a começar pelo acompanhamento científico da edição francesa da obra com esse título), bem como diversos trabalhos e orientações nos domínios da História Económica e Social, da Museologia e do Património Cultural, da História da Vida Privada, da História das Mentalidades, ou, mais recentemente, a história do jogos de fortuna ou azar. Não enunciando

aqui títulos de todos conhecidos ou facilmente ao alcance de um clique, sublinharei que Irene Vaquinhas apresenta uma extensa e diversificada lista de trabalhos publicados em várias editoras e/ou em várias publicações científicas de prestígio, apresentando um labor intenso e regular ao longo dos anos da sua vida académica. A sua obra, para além de apresentar regularmente propostas inovadoras em campos pouco ou nada explorados, assenta sempre em investigação de profundidade, sustentada em preocupações teóricas e conhecimento /tratamento meticoloso das fontes.

Nesse quadro se inscreve o volume que hoje aqui nos traz, culminando essa escalada de trabalhos sobre a mulher, os costumes, o jogo, a economia. E nesta obra sobre o Casino da Figueira, focando a sua atenção sobre uma instituição muito específica, Irene Vaquinhas concilia sabiamente a escrita da história, a diversos níveis, com a economia, desenvolvendo uma perspetiva institucionalista, para nos fornecer um fresco temporalmente alargado (1884-1978) sobre as configurações e reconfigurações de uma cidade, a Figueira da Foz, que desenvolve uma ancoragem no lazer e no turismo para, a par da indústria, promover um parte substancial do seu crescimento e desenvolvimento.

Assim, revelando-nos o papel do Casino como âncora determinante, a autora mostra-nos também a importância da economia e da sociedade serem consideradas como um todo, como forma de superar as visões das pequenas parcelas isoladas, evidenciando que a economia está ligada à ação política, às mentalidades, à tradição, aos comportamentos e práticas. Nesse quadro, o papel das instituições é sempre relevante, na medida em que nos desvelam formas de comportamento (nos costumes, práticas, modos de pensar), surgindo como elementos fundamentais da cultura, que devem ser observados contudo numa dinâmica de evolução, longe de um equilíbrio estável, que representam interesses de múltiplos grupos sociais que se congregam em favor de reformas a favor do bem comum e não só de ganhos particulares. Estas posições ganharam relevo na transição do século XIX para o XX, procurando superar os limites do marginalismo de então. É nesse âmbito que Thorstein Veblen recupera para a dimensão económica uma visão holística, vislumbrando aquilo que descrevia como a emergência de uma classe ociosa, com necessidade de aparentar fidalguia, através de um consumo conspícuo e da emulação pecuniária, equacionando um quadro em

que o consumo exprime riqueza, ou seja, poder, prestígio, honra e sucesso numa cultura cada vez mais pecuniária, com as classes trabalhadoras a serem induzidas nos seus comportamentos pelas classes dominantes e ociosas, no seio das quais sublinhava o papel das mulheres como protagonistas desses comportamentos consumistas, enfaixadas em roupas e sapatos, longas unhas e penteados complicados, trajes caros a mostrarem que os maridos são ricos, ou seja, estamos perante uma sociedade de aparência, como assertivamente sublinha Irene Vaquinhas.

O lazer será então legitimado de diversas formas, quer na dimensão económica, superando os discursos centrados apenas no trabalho e na poupança que viam no consumo formas de luxo a que só uma estreita e aristocrática elite poderia assegurar, quer no discurso médico, de índole higienista, que valoriza o corpo e a sua área de ação na promoção/prevenção da saúde, de que o usufruto da praia e/ou das termas se tornam emblemas. Os economistas institucionalistas integram melhor do que ninguém a variável consumo no cerne da economia, vendo os gastos, para muitos supérfluos, como um processo de promoção de trabalho, uma fonte de rendimento e, por esta via ou pela da benemerência, como redistribuição de riqueza. Se o caso do jogo de fortuna ou azar é mais complexo por toda uma tradição proibitiva e pela venalidade dos seus excessos, a verdade é que a viagem e a deslocação que não fosse de trabalho também era, durante muito tempo, mal vista, sendo apenas assumida socialmente como negócio, procura de trabalho (migração) ou de cura ou preocupação científica. Mas o protagonismo de *flâneur*, esse viajar errante e curioso, que só procura conhecer a sociedade e a natureza, assumido pelos artistas românticos, vai ser transmitido socialmente, com a viagem sem obrigação a integrar as dimensões do lazer e da formação individual, fazendo emergir o turista e, com ele, gradualmente, a indústria do turismo, uma noção inicialmente difusa, mas significando que o turismo tem impacto indireto na economia, para lá dos dispositivos diretamente a ele ligados, sobretudo à medida que a prática do turismo se alarga e se massifica.

Para atrair turismo é preciso, dizem os teóricos, ter “vocação turística”, ou seja, equacionar objetivos numa perspetiva de “ganho de atratividade” e de “aumento de competitividade” do destino em relação a outros destinos, o que, para além das características naturais de uma localidade, passa pela oferta, de alojamento, de entretenimento e de lazer.

Desde o século XIX, pelo menos, que as localidades litorais e particularmente as terras com “foz”, ou seja, no enlace de rio e mar, pela sua paisagem diversificada e pelas praias são lugares de atração, de vilegiatura, sustentada nesse potencial hélió-marítimo, feliz expressão recuperada por Irene Vaquinhos de uma tese médica. Mas o desenvolvimento social exigiria mais, com a criação de estruturas e dispositivos tendentes a tornar a localidade acolhedora e a ação rentável.

Foi o que aconteceu na Figueira da Foz, como este livro tão clara e agradavelmente nos revela, numa luta dura e incessante da comunidade, registando uma memória urbana que tem no Casino da Figueira a instituição simbólica e real deste processo histórico de transformar uma cidade piscatória e portuária numa cidade balnear, de lazer, de espetáculos e de jogo, enfim, um polo de atração turística e numa referência nacional em termos de eventos artísticos. Registo feliz numa altura em que o casino assinala já 128 anos.

Como sintetiza a autora a abrir o livro,

são raríssimas as casas de espetáculos, em Portugal, que tenham uma existência tão longa e são em número, ainda mais escasso, as que têm desempenhado um papel de relevo na vida económica, social e cultural das localidades onde se instalaram. Durante largas décadas, o Grande Casino Peninsular foi um dos espaços mais representativos e emblemáticos da Figueira da Foz, senão mesmo o seu símbolo distintivo como local de veraneio e estância balnear. Desde a sua fundação, foi o epicentro de uma intensa vida social, cuja clientela, estritamente selecionada sob o ponto de vista económico e socioprofissional, lhe conferia uma fisionomia elitista, de cunho aristocrático, que a evolução dos tempos tenderia a esbater e a democratizar.

E a autora sublinha que a Figueira e a sua praia vão muito além da sua projeção nacional, sendo indissociáveis de uma intensa procura espanhola que demandava a melhor praia lusitana, como era considerada nos jornais espanhóis. Praia que era complementada pelo Casino, uma instituição que prestava múltiplos serviços de lazer, pois, nela, “o *banhista de bom-tom* apodera-se das suas salas e salões e é neles que se reúne, conversa, ouve música, assiste a sessões cinematográficas, dança, joga e flirta”.

Desafiando Paul Lafargue e o seu direito universal à preguiça, importa sublinhar que a vida de Casino não é para todos, exige comportamentos sociais padronizados:

Vestir-se para o Casino era uma arte subtil. Não bastava ser elegante, mostrar riqueza, ostentar o luxo, demonstrar que se pertencia às “classes abastadas”. Era preciso provar que se tinha um perfeito conhecimento da linguagem da aparência e das conveniências sociais, a qual impunha regras estritas quanto ao modo de trajar, sabendo-o adequar aos tipos de espetáculo ou, inclusive, à forma de estar em sociedade.

A música, os sons, a atmosfera de festa, tudo contribuía para criar a ilusão, esquecendo-se a sobriedade vigente nos locais de trabalho ou de residência... O prazer anicha-se nesses momentos que quebram a vivência quotidiana e que conciliam pudores e imperativos do desejo: esperá-los, prepará-los, vivê-los; depois comentá-los, repensá-los, guardando-os em álbuns de recordações imaginários...

O Grande Casino Peninsular é um pouco de tudo isto. Um espaço cultural, concretizado na realização de concertos, de saraus, de exposições, de carácter recreativo ou beneficente, e um espaço de lazer, consubstanciado nos salões de baile, nas salas de jogo ou na simples observação atenta da clientela que os frequentava.

Mas o Casino torna-se também um polo estruturante do processo de urbanização, ultrapassando em muito a mera atividade de lazer:

A conciliação harmoniosa desta dualidade de funções convertia o *Grande Casino Peninsular* no polo sensitivo do Bairro Novo, estruturando-se em seu torno os circuitos pedonais, os cafés-casinos com as suas salas de restaurante e de jogo e os seus agrupamentos de *jazz-band*, que anualmente, pela época balnear, conferiam à pacata e discreta cidade da Figueira da Foz a animação e o bulício de uma qualquer cosmopolita cidade de banhos...

A história do *Casino Peninsular* não se pode, pois, confinar aos estreitos limites da Rua dos Casinos ou à ociosidade dourada das salas de jogo, nem tão pouco pode ser unicamente encarada como um mero estudo de empresa, por mais vicissitudes que esta tenha passado, desde a sua fundação.

Ultrapassando as limitações que adviriam de uma mera história de empresa, Irene Vaquinhas oferece-nos várias histórias num só volume, qual matrioska russa: a história do Casino é uma contributo para a história da cidade num tempo definido, mas é também um contributo para a história do jogo, para a história social e das elites, para história da cultura e dos espetáculos, para a história das relações entre poder local e poder central. Tudo isso nos surge numa narrativa sabiamente urdida, num esforço

desmesurado pela busca de informação, com uma bibliografia extensíssima e um manancial de fontes inerentes à reconstituição histórica, em que avultam o fundo documental camarário da Figueira da Foz, que a autora considera extraordinariamente rico e bem organizado, e a imprensa periódica figueirense, com particular destaque para os jornais de maior longevidade: a *Gazeta da Figueira*, *O Figueirense*, a *Voz da Justiça* e o *Mar Alto*.

Nesta digressão, para ganharmos fôlego, somos convidados a ler uma narrativa organizada em nove capítulos, para além da introdução, conclusão, fontes e bibliografia e anexos, incluindo um caderno de belíssimas imagens. Um primeiro capítulo mostra-nos a afirmação da praia, os primórdios da vilegiatura marítima e papel de praia peninsular da Figueira da Foz, nesse processo de alteração das conceções de lazer. Não fugindo ao campo das rivalidades locais, entramos depois na criação do Teatro-Circo Saraiva de Carvalho e sua evolução até à sua definição como Casino Peninsular (1884-1895), à sua gradual distinção social em relação a outros casinos, e à sua capacidade de sobreviver face às proibições de jogo que ocorreram com Hintz Ribeiro e às indefinições que seguiram mesmo na República, não obstante o acalorado debate que se viveu no parlamento de então (1912). Quadro histórico em que se afirmou a construção de uma reputação: o Casino Peninsular como uma casa de recreio familiar, com programações diversificadas.

Com o decreto nº 14643, de 3 de dezembro de 1927, ultrapassaram-se as discussões parlamentares sobre o jogo, atividade central de um casino, e que sempre campeara nas praias, nas termas e nas cidades: nessa altura, o Estado regulamenta a atividade e tira vantagens financeiras. Figueira da Foz é uma das poucas localidades em que o jogo é autorizado e concessionado.

Dos primeiros anos da concessão do jogo (1928-1937), surgiria o Grande Casino Peninsular da Figueira da Foz, com contrato de adjudicação do exclusivo dos jogos de fortuna ou azar e a constituição da sociedade do Grande Casino Peninsular da Figueira da Foz SARL: tudo acabará por confluir no grupo CUF, através da casa bancária José Henriques Totta, Lda. A questão do jogo debate-se de novo, nessa altura, no seio do poder e também da empresa, dada a sua pouca rentabilidade em tempo de crise, mas a perda da concessão resulta num casino “mais *chic*, mais distinto, mais civilizado e decente, com “programas oficiais das festas”, a que a

acrescem os concertos e as “variedades”, as festas temáticas, o cinema sonoro, com o “reinado das fitas americanas”.

Não tendo a empresa construído o hotel previsto no contrato de concessão (decreto nº 36890, de 29 de maio de 1948), este foi dado como extinto, com a gestão a ser assumida pela Câmara Municipal. A gestão autárquica da exploração do jogo em tempo de guerra (1938-1948), a que não faltaram os refugiados alemães e os volframistas, ajuda a legitimar socialmente o jogo através da aplicação dos seus resultados e dos derivados de espetáculos à benemerência de entidades locais, ainda que esta exploração seja irregular.

O contributo do Grande Casino Peninsular para o aumento do fluxo turístico da cidade, atraindo visitantes e ativando sectores económicos, foi reconhecido pelo comércio local, como relata a autora, quando da homenagem de Dezembro de 1948, à Direção do casino, presidido por Álvaro Malafaia, ao tempo presidente da Câmara Municipal, sublinhando-se então a presença de “filhos da terra”, na direção da então criada Sociedade Figueira Praia, que aproximou a empresa dos figueirenses, de novo se “encarnando a esperança de uma verdadeira melhoria para toda a cidade, dado o lugar central que o casino ocupava na economia urbana”.

Finalmente, a 28 de Junho de 1953, tal como impunha o Decreto-lei nº 36890, foi inaugurado, com pompa e circunstância, o Grande-Hotel da Figueira, tendo estado presente na cerimónia, o Ministro do Interior, Engenheiro Cancela de Abreu.

A inauguração do Grande Hotel da Figueira significou um importante investimento na área do turismo. Tanto o Grande Hotel da Figueira como a Piscina-Praia vieram enriquecer a oferta turística e modernizar o tecido urbano, tendo conseguido prolongar os seus efeitos por longas décadas, com consequências duradouras e muito significativas até à atualidade, refere a autora. Os dois empreendimentos passaram a constituir infraestruturas fundamentais do aparelho económico e de animação da cidade, adquirindo grande significado na capacidade de captação de turistas e de atração dos mais diversos acontecimentos.

A Comissão Municipal de Turismo enquadrará o Grande Hotel e a Piscina-Praia na malha dos seus interesses de um modo especial a partir de 1958. As campanhas publicitárias relançam a nova imagem da cidade, projetando o Grande Casino Peninsular e o Grande Hotel da Figueira como

“dois elementos fundamentais da Figueira da Foz” e exibindo-os como “cartazes de efeito seguro no espírito do visitante”. A exemplo do sucedido na década anterior com o Grande Casino Peninsular, a Comissão Municipal de Turismo passou a realizar muitas das atividades festivas nos novos espaços recém-inaugurados.

Na assertivamente designada “era do “capitalismo sem complexos”, a Sociedade Figueira Praia revela expansão, no período 1951-1976, através de uma nova unidade hoteleira e a aquisição da propriedade denominada “Sotto Mayor”, transação formalizada em 1967, acompanhando as mudanças económicas e sociais e a evolução da conjuntura política. Veio o tempo das atividades culturais e recreativas, as festas “com ordem e animação” (1948-1958): “exposições, espetáculos e provas desportivas”. E, na sequência, chegou o tempo dos Festivais da Canção Portuguesa (1961-1973), com a televisão, introduzida em Portugal em 1957. A partir de 1961, os festivais da canção passam a realizar-se na Figueira da Foz, no Grande Casino Peninsular. Um período de grande projeção, quer pelas transmissões, quer pela visita de grandes artistas internacionais, permitindo projetar e consolidar a imagem da Figueira da Foz como uma estância balnear cosmopolita e popular: a “cidade-praia”, ação decalcada de outras estâncias europeias que se “lançaram” com a realização dos respetivos festivais (San Remo, em Itália, Benidorm e Palma de Maiorca, em Espanha), procurando-se promover a Figueira da Foz como destino turístico por excelência.

O Festival da Canção começou, pois, a integrar o “programa turístico da cidade” a partir de 1961, embora nem todos os festivais aqui realizados tenham sido transmitidos pela televisão, como aconteceu com o de 1964, por “dificuldades técnicas”, como se esclarece nas atas camarárias, mas que, segundo a autora, se afigura ter sido, acima de tudo, uma razão de problemas financeiros. Irene Vaquinhas sublinha o facto de os festivais proporcionarem uma abertura ao estrangeiro que vem reforçar momentos de mudança. Em Agosto de 1968, atua no casino Juan Manuel Serrat, um nome da “nova canção catalã” que chega à Figueira precedido de uma grande polémica: tendo sido selecionado para representar Espanha no Festival da Eurovisão de 1968, recusara-se a fazê-lo, por não lhe ter sido permitido cantar em catalão. Cerca de um ano depois, em 1969, Zeca Afonso, Adriano Correia de Oliveira, Manuel Freire, Rui Pato, Fátima Morais, entre outros

artistas de uma nova geração de cantores, representantes das “modernas expressões da nossa música”, atuaram no casino, quer em espetáculos a favor da Santa Casa da Misericórdia da Figueira, quer no 1º Festival da Música Popular Portuguesa

Um terceira parte da obra, é dedicada ao edifício, aos seus espaços, programas decorativos, adaptações e readaptações. E a um capítulo final, intitulado “Amigos de estimação: a colónia balnear espanhola”, no qual se evoca “Agosto, o mês das espanholas, o mês da alegria restolhenta e contagiosa, o mês que se vive sem se saber como, num estonteamento e numa vertigem”, conforme transcrição do jornal *O Figueirense*, de 25 de setembro de 1935. São muitas os testemunhos na imprensa de manifestações de apreço da comunidade do país vizinho pela “mais linda praia portuguesa”, com o Casino a organizar *Las noches del Casino Peninsular*.

Enfim, o Casino da Figueira, nas suas diversas configurações e fórmulas societárias que a administraram, foi um elemento central da atividade económica e social. A autora procurou, segundo afirma, identificar o contributo específico e singular de cada uma das empresas que a geriram e de captar a sua identidade como casino e casa de espetáculos na cidade da Figueira da Foz.

Eis um livro denso de informação, assente em escolhas criteriosas, de leitura agradável, com objetivos claramente alcançados, a ler com prazer e proveito não só dos figueirenses, mas sim de quantos se interessam pelo desenvolvimento local e sua explicação histórica, pela história das mentalidades e da cultura, pela história económica e social, pela história global.

Jorge Fernandes Alves

CITCEM/FLUP

jorge.f.alves@gmail.com

BOTELHO, Maria Leonor – *A Historiografia da Arquitectura da Época Românica em Portugal (1870-2010)*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2013 (866 páginas).

Em Maio de 2013, no âmbito da colecção “Textos universitários de Ciências Sociais e Humanas”, a Fundação Calouste Gulbenkian e a Fundação

para a Ciência e a Tecnologia publicaram *A Historiografia da Arquitectura da Época Românica em Portugal (1870-2010)*, de Maria Leonor Botelho. Esta obra corresponde à sua tese de Doutoramento em História da Arte, orientada por Lúcia Rosas, apresentada à Faculdade de Letras do Porto, defendida em Janeiro de 2011 e aprovada com distinção e louvor, por unanimidade.

O volumoso livro assim dado à estampa apresenta uma análise da produção historiográfica sobre a arquitectura românica, estudo que nos merece o maior realce, não só pelo seu carácter pioneiro, como também pela dimensão ampla do *corpus* que examina. Para o período assinalado, de cerca de 140 anos, é estudada a produção historiográfica de 25 autores, o que corresponde a 440 referências bibliográficas (artigos, teses, monografias e conferências) e ao tratamento de 259 estruturas arquitectónicas.

A obra divide-se em três partes. Antes de iniciar o estudo do referido *corpus* historiográfico, a autora dedica a primeira parte desta obra à “descoberta do estilo Românico”. Assim, partindo da ideia de que “a designação atribuída a um dado estilo exerce uma profunda influência sobre a interpretação que dele se faz” (p. 13), a autora contextualiza a emergência deste conceito. Com vista à fundamentação do aparecimento da nomenclatura de Românico, começa por apresentar a, mais antiga, construção dos conceitos de Idade Média e de Gótico, explicitando as matrizes histórico-culturais que lhes deram origem, nomeadamente, em Itália e na Alemanha.

Ainda nesta parte, a autora dedica um capítulo à discussão levada a cabo, nos inícios do século XIX, por estudiosos franceses e ingleses, acerca da terminologia de *romane* ou *romanesque*. Aqui, a atenção do leitor é despertada pela apresentação desses autores – das suas diferentes proveniências geográficas e vivências culturais – e pela demonstração das repercussões da utilização de ambos os termos, no estudo da arquitectura românica. O desenvolvimento inovador desta problemática, por explorar no panorama da historiografia nacional, assenta, em grande medida, na leitura crítica que Leonor Botelho faz da obra de Tina Bizarro, estimulando-nos para a leitura de uma autora pouco divulgada na Europa.

De resto, com base numa leitura crítica e criteriosa da mais recente bibliografia sobre o tema, são apresentados os contextos historiográficos francês e inglês em que se definiu o conceito de românico, nos séculos

XVII e XVIII. Deste modo, a autora traça o ambiente internacional em que se inseriu o início da valorização do estudo do Românico, em Portugal. Processo tardio, que a autora estabelece a partir de 1870, sendo que, até aí, entre nós, com o contributo de estudiosos estrangeiros como James Murphy e Francisco de Varnhagen, se reconheciam, na arquitectura medieval, tão-só, os estilos gótico e manuelino.

De seguida, na segunda parte da obra “Do conhecimento da arquitectura românica em Portugal”, a autora apresenta a informação produzida no nosso país sobre o Românico (entre 1870 e 2010), em três vertentes: a escrita, a imagem, e o restauro. Metodologicamente, a análise da escrita segue a cronologia de publicação dos diferentes trabalhos, fazendo apontamentos críticos aos conceitos utilizados nos respectivos contextos de produção. Assim, 1870 é indicado como o ano da inauguração da historiografia do românico em Portugal, valorizando-se sobremaneira o contributo de António Augusto Gonçalves e de Augusto Fuschini. A época de afirmação da historiografia do românico seria, apenas, entre 1908 e 1918, período em que se destacam autores decisivos como Manuel Monteiro e Joaquim de Vasconcelos. Entre 1918 e 1955, Maria Leonor Botelho inscreve a *golden age* da historiografia do Românico em Portugal, na qual, tendo em conta as afinidades temáticas e ideológicas, apresenta dois grupos de autores: o “Núcleo do Porto” e o “Círculo de Coimbra”. Deste período, realça a tendência, cada vez mais vincada, para a definição de um carácter científico e objectivo nos estudos de História da Arte. Logo de seguida, apresenta o intervalo estabelecido entre 1955 e 1966, atribuindo-lhe a construção de “um novo olhar” sobre o tema. Nele, constata, por um lado, a diminuição dos títulos publicados, por outro, a superior qualidade dos mesmos e o aparecimento de novos autores. Por fim, estuda o período estabelecido entre 1966 e a actualidade, identificando-o com a compreensão da Época Românica, ou seja, com o ponto de chegada de um caminho que se vinha a traçar no sentido de uma perspectiva globalizante do conceito. Sublinham-se, neste momento, os trabalhos de José Mattoso, de Carlos Alberto Ferreira de Almeida, de Manuel Real, de Jorge Barroca e de Lúcia Rosas.

Sendo Maria Leonor Botelho uma autora da actualidade, das suas conclusões e da forma como apresenta este trabalho – desde logo o título – percebe-se a sua adesão à compreensão do Românico como uma época

e, portanto, àquela última fase. Todavia, a sua investigação assenta numa abordagem distanciada dos vários contextos, resultando, assim, num estudo isento, claro e objectivante. Na sua análise, apesar de podermos reconhecer preferências, todos os autores são valorizados como actores relevantes no quadro cronológico em que actuaram.

Como já se disse, o estudo prossegue com a análise do conhecimento da arquitectura românica, através da imagem. Aqui, avalia-se o impacto da evolução da representação do Românico, inicialmente com base na gravura e, depois, na fotografia. Por fim, a autora problematiza o conhecimento do românico português através do restauro, estudando as intervenções da DGMEN, abordagem que lhe será cara desde a sua dissertação de Mestrado, na qual estudou os trabalhos realizados por esse organismo, na Sé do Porto⁵.

Se, nesta parte do estudo, a autora segue metodicamente o aparecimento das diferentes publicações, reproduções iconográficas ou fotográficas e programas de restauro, num discurso, por vezes, demasiado esquemático porque norteado pelas respectivas cronologias de produção, imediatamente a seguir brinda-nos com relevantes ensaios, numa terceira parte consagrada aos temas e debates do românico português. Aqui, principia por problematizar a temática “Românico e Território”, seguindo-se o estudo sobre a “Originalidade do românico português”. No primeiro ponto, relevam-se questões como a paróquia românica, destacando-se especialmente o contributo de Carlos Alberto Ferreira de Almeida na sua definição de paróquia medieval e na sua compreensão da relação desta com o território; seguidamente, debate-se a relação do românico com a reconquista, apresentando a evolução do estilo a partir da construção ou da reconstrução de igrejas no território reconquistado. Neste último ponto, talvez esperássemos encontrar algumas linhas dedicadas à arquitectura militar românica, mas a opção da autora por não o fazer compreende-se face à amplitude do seu estudo e à profundidade com que problematiza o papel decisivo da arquitectura religiosa na reorganização do território.

Por fim, com vista à demonstração da originalidade deste estilo em contexto nacional, Leonor Botelho faz a sua classificação, apoiando-se nos

⁵ BOTELHO, Maria Leonor – *A Sé do Porto no século XX*. Lisboa: Livros Horizonte, 2006.

trabalhos dos historiadores do românico português e salientando as especificidades geográficas, económicas, humanas e históricas que permitiram o aparecimento de particularidades locais. Ainda nesta última parte, debate o “Românico *rural* ou românico *popular*”, enquadrando a existência, entre nós, sobretudo na região Norte e na Beira Alta, de um *românico de resistência* que perduraria até ao século XVI. Por fim, estuda as influências estrangeiras no românico português, sendo que também elas concorreram para a definição do seu carácter particular. No desenvolvimento dos temas e debates da corrente arquitectónica em questão, esta obra proporciona-nos um conhecimento minucioso e aturado do seu estilo e dos autores que o estudaram, bem como a compreensão de uma época nos seus mais diversos aspectos económicos, políticos e religiosos.

Como elemento complementar, a *Historiografia da Arquitectura da Época Românica em Portugal* conta também com uma base de dados – *Corpus Historiográfico do Românico Português* – consultável em linha, no sítio www.marialeonorbotelho.com. Nela pode pesquisar-se toda a produção historiográfica que serve de fonte a esta obra. De acordo com as palavras da autora, o seu “conteúdo (...) é da exclusiva responsabilidade dos autores que desde 1870 foram escrevendo sobre o românico” (p. 679). Todavia, é ao seu trabalho que devemos a preciosa recolha, sistematização e disponibilização da informação. A base de dados em que sustentou a sua investigação constitui, assim, uma ferramenta, doravante, indispensável para o estudo, não só deste estilo arquitectónico, como também da época que o produziu.

Por tudo o que acima explanámos, pelos problemas que esta obra levanta, pelas respostas que dá, mas também por aquelas que deixa em aberto – desde logo, através das pertinentes ... que o seu texto apresenta – consideramos que o conhecimento de História da Arte Medieval e de História da Idade Média Portuguesa se fortaleceu com a apresentação desta tese, felizmente publicada e, agora, acessível ao grande público.

Maria Amélia Álvaro de Campos

melicampos@gmail.com

Notícias

Súmula das actividades do Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra

Ano de 2012

O Centro de História da Sociedade e da Cultura, unidade de I&D, financiada e avaliada pela FCT, é uma instituição orientada para a investigação histórica, sendo, sobretudo, constituída por historiadores. No decurso do ano de 2012, o seu corpo de especialistas integrou 33 investigadores e 54 colaboradores, institucionalmente ligados às Faculdades de Letras e de Economia da Universidade de Coimbra, à Universidade da Beira Interior (Covilhã), à Escola Superior de Educação de Coimbra, à Universidade Aberta e à Universidade de Valladolid. Utiliza metodologias interdisciplinares, analíticas e globalizantes, transversais e comparativas, privilegiando a diacronia (da época medieval ao período contemporâneo) e as diferentes escalas espaciais (do local ao regional e do nacional ao mundial), sendo muitos dos estudos realizados no quadro de parcerias nacionais e internacionais.

A sua actividade de investigação científica desenvolveu-se no âmbito de dois grandes projectos: *Sociedades, Poderes e Culturas: Portugal e os "outros"* (SOPOC), coordenado pela Prof. Doutora Maria Helena da Cruz Coelho e *História da Região Centro (HRC)*, coordenado pelo Prof. Doutor António de Oliveira.

No tocante ao 1º projecto, que se centra, prioritariamente, na visão da sociedade portuguesa em evolução conjuntural, com destaque para a história

política, história das instituições e das redes de poder, história do pensamento e das representações socioculturais, história do quotidiano e da vida privada, história religiosa e eclesiástica, historiografia e teoria da história, entre outras áreas temáticas que o estruturam, prestou-se, também, grande atenção aos diálogos de Portugal com a Lusofonia, em especial com o mundo Asiático.

A actividade dos membros que integram este projecto está espelhada na orientação avançada, de dissertações de mestrado e doutoramento, e na sua produção científica, concretizada em numerosas publicações e em divulgação oral, em muitos casos, em reuniões científicas internacionais:

Indicadores de Execução SOPOC	Total
PUBLICAÇÕES	
Livros	7
Capítulos de Livros	29
Edição de Livros	7
Apresentação de Livros e Prefácios	3
Recensões de Livros	3
Actas e Catálogos	6
Artigos em Revistas internacionais	8
Artigos em Revistas nacionais	4
COMUNICAÇÕES	
Comunicações em encontros científicos internacionais	70
Comunicações em encontros científicos nacionais	65
Co-organização de reuniões científicas	36
FORMAÇÃO AVANÇADA	
Teses de Doutoramento	2
Dissertações de Mestrado	4

No que respeita ao projecto *História da Região Centro (HRC)*, este tem como objectivo o estudo de um território relativamente extenso, mas homogéneo em termos socioculturais, cujas fronteiras foram definidas pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDR). Visa fornecer informações para a caracterização da Região Centro (dados históricos qualitativos e quantitativos); trabalhar em rede

com outras entidades da Região (universidades, autarquias, empresas, entre outras); colaborar numa rede de regiões europeias; publicar documentos e estudos que permitam uma melhor definição da região objecto de estudo. No decurso do ano de 2012, o projecto continuou a ser robustecido por diversos estudos e publicações de fontes, de modo a definir identidades à escala regional e local, para suportar eventuais possibilidades de crescimento e de desenvolvimento no terreno. O resultado do labor levado a cabo por esta linha de investigação está expresso no seguinte quadro:

Indicadores de Execução HRC	Total
PUBLICAÇÕES	
Livros	4
Capítulos de Livros	10
Edição de Livros	2
Apresentação de Livros e Prefácios	1
Actas e Catálogos	2
Artigos em Revistas internacionais	2
Artigos em Revistas nacionais	5
COMUNICAÇÕES	
Comunicações em encontros científicos internacionais	4
Comunicações em encontros científicos nacionais	30
Co-organização de reuniões científicas	6
FORMAÇÃO AVANÇADA	
Teses de Doutoramento	2
Dissertações de Mestrado	5

III Colóquio Internacional sobre os Moçárabes

«Coimbra e o seu espaço: terra de moçárabes (sécs. VIII-XII)»

FCSH, 19 de Outubro de 2012; org. IEM, CHSC

Depois de dois Colóquios Internacionais sobre os Moçárabes, o I em 2009 e o II em 2010, ambos organizados no âmbito do Protocolo entre o Instituto de Estudos Medievais (IEM/FCSH) e o Centro de Estudos Luso-Árabes

de Silves (CELAS) e em que se privilegiou uma abordagem generalista da temática, procurando fazer, simultaneamente, um ponto de situação sobre o tema e traçar linhas passíveis de investigação dentro da mesma área científica, foi opção, a iniciar neste III Colóquio, o enveredar, de futuro, por uma abordagem diferente, considerada “monográfica”. Prevista para decorrer em três sessões, pretendem, nela, estudar, sucessivamente, os três mais conhecidos, e principais, núcleos moçárabes do espaço português, e respectivas áreas envolventes: Coimbra (2012), sucedendo-lhe Faro e Lisboa, em data e ordem ainda por estabelecer.

Dando cumprimento a este desiderato, realizou-se, no dia 19 de Outubro de 2012, no Edifício I&D da FCSH – UNL, o III Colóquio Internacional sobre os Moçárabes, intitulado «*Coimbra e o seu espaço: terra de moçárabes (sécs. VIII-XII)*», coordenado pelos Doutores António Rei (IEM/FCSH/UNL) e Leontina Ventura (FLUC/CHSC/UC), e coorganizado pelo Instituto de Estudos Medievais da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (IEM) e pelo Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra (CHSC).

Tomando pois Coimbra e o território do seu entorno como caso de estudo, num esforço de convergência entre especialidades, reflectiu-se sobre a sociedade conimbricense – os condes de Coimbra no século VIII-IX e as elites coimbrãs ao tempo de D. Sesnando –, a toponímia moçárabe do antigo Condado de Coimbra, a arte moçárabe da região de Coimbra, a iluminura moçárabe do mosteiro de Lorvão e as relações entre mosteiros moçárabes da zona de Coimbra e igrejas moçárabes de Lisboa.

Participaram neste Colóquio, os Doutores Leontina Ventura (Universidade de Coimbra), António Rei, Adelaide Miranda e Alcía Miguélez (IEM – Universidade Nova de Lisboa), Maria Luisa Azevedo (ISET-Porto), o Dr. Manuel Real (Ex-Director do Arquivo Histórico da Câmara Municipal do Porto) e os Mestres Mário Gouveia e Ana Lemos (IEM – Universidade Nova de Lisboa), e Inês Lourinho (CH-FL-Universidade de Lisboa).

Finalizada cada uma das partes do Colóquio (manhã e tarde), abriu-se espaço para debate, que se revelou extremamente fecundo e profícuo.

Encerrou-se o Colóquio com a apresentação pública do livro *O Gharb al-Andalus al-Aqsâ na Geografia Árabe (sécs. III h. / IX d.C – XI h. / XVII d.C.)*, coletânea de 26 fontes geográficas árabes relativas ao atual

espaço português, com apresentação, estudo introdutório, tradução e edição crítica de António Rei, editado pelo Instituto de Estudos Medievais.

Leontina Ventura

Universidade de Coimbra e Centro de História da Sociedade e da Cultura

ldvdf@fl.uc.pt

António Rei

Instituto de Estudos Medievais

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas Universidade Nova de Lisboa

ajrei@sapo.pt

**I Encontro de Doutorandos do 3º Ciclo em Altos Estudos em História
da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
8 e 9 de Março 2013**

Nos dias 8 e 9 de Março teve lugar na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra o I Encontro de Doutorandos do 3º Ciclo em Altos Estudos em História da FLUC. Dirigido aos estudantes de Estudos Doutorais em História desta Faculdade, a iniciativa teve, entre outras finalidades, dar a conhecer investigações em curso e promover a sua divulgação junto do público, suscitar reflexões sobre as matérias objeto de pesquisa ou os respetivos parâmetros metodológicos e favorecer o acesso a informações e/ou fontes historiográficas que possam ser úteis aos estudos em curso. Finalmente, tinha-se em vista incentivar o debate científico e o interconhecimento de investigadores da mesma área deste estabelecimento de ensino, e promover a discussão aberta entre discentes e docentes de diversa formação, fundamentais a um aturado trabalho de pesquisa. Ao repto lançado responderam estudantes do 3º Ciclo em Altos Estudos em História, criado e homologado no âmbito do Processo de Bolonha e acreditado pela Agência de Acreditação e Avaliação do Ensino Superior (A3ES), no ano de 2011. Igualmente o fizeram estudantes de anteriores cursos pré-Bolonha, inscritos em doutoramentos tutoriais ou nos cursos de Altos Estudos Contemporâneos (História Contemporânea e Estudos

Internacionais Comparativos) e no Doutorado em Identidades Práticas e Representações no Mundo Contemporâneo, dirigidos, respetivamente, pelos Doutores Fernando Catroga e Amadeu Carvalho Homem.

As finalidades deste I Encontro de Doutorandos em Altos Estudos em História não estiveram, porém, confinadas aos objetivos atrás descritos. Pretendeu-se, num contexto de estreitamento de relações entre o curso de História e os seus diplomados, dar visibilidade ao trabalho oculto e discreto da arqueologia de uma dissertação de doutoramento e colocá-lo ao serviço da comunidade e do desenvolvimento cultural e humano dos seus membros.

As sessões foram antecedidas por uma conferência inaugural, proferida pelo Doutor Fernando Catroga intitulada *A tensão entre a "liberdade dos antigos" e a "liberdade dos modernos" na representação política em Portugal (1822-1933)*.

As comunicações, num total de 24, cobrindo os vários períodos cronológicos, foram distribuídas por seis painéis subordinados aos seguintes temas: *Territórios, administrações e poderes locais, Contextos político-religiosos e atuação inquisitorial; Portugal, Brasil e os outros: contactos e confrontos, durante o primeiro dia, e Família, sociabilidades e emoções; Regime político, colonialismo e instituição castrense e Controlo, amparo e redes assistenciais*, no segundo dia.

Complementou este Encontro uma exposição bibliográfica das dissertações de doutoramento em História, defendidas nos últimos anos, organizada pela Biblioteca Central da Faculdade de Letras.

Os trabalhos terminaram com a conferência proferida pelo Doutor Faramerz Dabhowaila, da Universidade de Oxford, sobre *The sexual revolution*.

Este Encontro teve o apoio, para além dos órgãos institucionais, da Direção da Faculdade de Letras e do Departamento de História, Arqueologia e Artes, do Arquivo da Universidade de Coimbra, do Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra e da Comissão Organizadora das Conferências Internacionais de História.

A pluralidade e a variedade dos temas debatidos, o nível científico alcançado, bem como o elevado número de participantes demonstraram o interesse da iniciativa e as potencialidades das investigações de doutoramento em

curso, dando do Grupo de História uma imagem de atualização e de força científica e cultural.

Irene Vaquinhos

Universidade de Coimbra, Centro de História da Sociedade e da Cultura
irenemcv@fl.uc.pt

Leontina Ventura

Universidade de Coimbra, Centro de História da Sociedade e da Cultura
ldvdf@fl.uc.pt

Workshop ‘As Vias de Circulação no Portugal Medieval’

21 de Março de 2013

No dia 21 de Março de 2013 realizou-se, na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, o Workshop “As vias de circulação no Portugal medieval”, coordenado pelo Doutor Hermenegildo Fernandes (Universidade de Lisboa) e pela Doutora Covadonga Valdaliso (Universidade de Coimbra), e coorganizado pelo Centro de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e pelo Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra. Participaram nele a Doutora Maria Helena da Cruz Coelho (Universidade de Coimbra), a Doutora Amélia Aguiar Andrade (Universidade Nova de Lisboa), a Doutora Manuela Santos Silva (Universidade de Lisboa), os organizadores, e seis doutorandos da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (Luís Carlos Ribeiro Gonçalves, Ana Santos Leitão, Inês Lourinho, Ana Luísa Miranda, Manuel Fialho Silva e Maria da Graça Vicente).

O objetivo deste Workshop foi discutir até que ponto a representação gráfica da estrutura viária e dos sistemas de circulação em Portugal na Idade Média pode servir, nos estudos sobre o território medieval português, como ferramenta a utilizar, não apenas nas fases finais das investigações, mas também no percurso delas. Mesmo se nos estudos sobre território sobressai a cartografia, entendeu-se que a “representação gráfica”, num sentido amplo, envolvendo mapas, SIG e outras ferramentas, digitais ou não, se tem mostrado de grande valia no desenvolvimento das investigações

nestas temáticas. Partiu-se do princípio de que explorá-las, descobrir as suas possibilidades e as suas limitações, testá-las e tentar resolver, até onde for possível, os problemas técnicos que se apresentam ao longo das investigações, constitui apenas uma parte do trabalho que se pode realizar com elas. Assim, sublinhou-se a ideia de que a sua utilização tem que ser necessariamente acompanhada por uma problematização, essência do trabalho dos historiadores e base de todo estudo historiográfico. E essa problematização foi o ponto de partida.

Escolheu-se falar exclusivamente das vias, da sua estrutura, e do movimento através delas; dos diferentes sistemas de circulação, das rotas, dos percursos, dos itinerários, dos circuitos, dos roteiros. Como base, criou-se um esquema que pretendia abranger todos os aspetos que deveriam ser abordados, caso fosse desenvolvido um hipotético projeto de reconstrução do sistema viário medieval português. Estes aspetos foram comentados desde quatro pontos de vista: a estrutura viária e a circulação no Portugal cristão (Covadonga Valdaliso), por um lado, e no muçulmano (Inês Lourinho e Ana Luísa Miranda), pelo outro; e nos âmbitos local – concretamente nas regiões da Beira Interior Sul (Maria da Graça Vicente) e do Nordeste Alentejano (Ana Santos Leitão) –, urbano – a cidade de Lisboa (Manuel Fialho Silva) – e periurbano (Luís Carlos Ribeiro Gonçalves). Os quatro comentadores (Amélia Aguiar Andrade, Maria Helena da Cruz Coelho, Hermenegildo Fernandes e Manuela Santos Silva) salientaram a importância das vias como tema a revisitar, tendo em conta que poderia ser caracterizado como um tema de “História total”, por tocar em todos os aspetos (Sociedade, Economia, Política,...) da realidade medieval. Falou-se da necessidade de aumentar as grelhas de perguntas e de hipóteses a aplicar à temática; da conveniência de constituir equipas alargadas, transtemporais; e da importância de ter presente o fenómeno de reestruturação. Foi opinião unânime, no fim da jornada, que esta mesa de trabalho deveria ser o ponto de partida para um trabalho de equipa, centrado nesta temática.

Covadonga Valdaliso

covaldaliso@hotmail.com

Da Visigótica à Carolina

Seminário de paleografia altimedieval, a cargo de
Maria José Azevedo Santos (Professora Catedrática da
Universidade de Coimbra e Investigadora Integrada do
Centro de História da Sociedade e da Cultura da UC)
FLUP, 18 e 19 de Abril de 2013

Teve lugar, entre os dias 18 e 19 de Abril de 2013, na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, um seminário de paleografia altimedieval orientado pela Professora Doutora Maria José Azevedo Santos, que os organizadores entenderam intitular: *Da visigótica à carolina*. Ao retomarmos o título da dissertação de doutoramento que a nossa convidada apresentou há precisamente 25 anos, procurámos evidenciar a intenção de comemorar um trabalho a todos os títulos pioneiro, que persiste ainda hoje como a referência maior dos estudos paleográficos em Portugal¹.

Embora as formas gráficas dominantes nos séculos IX a XII tenham sido objecto de uma atenção inigualada em documentação posterior², a verdade é que os documentos deste período continuam, por norma, a ser excluídos dos cursos de leitura paleográfica. Algum desinteresse pelo estudo da Alta Idade Média na nossa historiografia e a circunstância de a esmagadora maioria destas escrituras estar já publicada ajudam a explicar o facto, mas não o justificam. O reconhecimento crescente da importância que a análise da materialidade dos textos assume no quadro de um paradigma renovado de crítica documental obriga-nos a retomar, com a maior atenção e profundidade possíveis, o estudo daquelas formas gráficas. Sob pena de nos vermos impedidos de aceder ao documento em toda a extensão das suas potencialidades informativas.

¹ SANTOS, Maria José Azevedo – *Da Visigótica à Carolina. A Escrita em Portugal de 882 a 1172*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1988. Reed.: Lisboa: FCG-JNICT, 1994.

² Ao trabalho de Maria José Azevedo Santos, acrescente-se o de António Ribeiro GUERRA – *Os diplomas privados em Portugal dos séculos IX a XII – Gestos e atitudes de rotina dos seus autores materiais*. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa, 2003.

Neste sentido, pareceu oportuno ao GIHM (Grupo Informal de História Medieval – U. Porto) convidar a Professora Maria José Azevedo Santos a percorrer ainda uma vez o caminho *Da visigótica à carolina*³. Pensado desde o início para alunos de pós-graduação e investigadores, este seminário contou com um elevado número de inscrições, que quase dobraram o número de vagas disponíveis. O lote final de 15 participantes incluiu alunos de licenciatura, mestrado e doutoramento das Universidades de Londres, Nova de Lisboa, Minho, Porto e Trás-os-Montes e Alto-Douro, bem como diversos profissionais vinculados a arquivos, escolas secundárias e outras instituições públicas de Portugal continental e da Madeira.

Respondendo ao desafio lançado pela organização de compatibilizar um conjunto de considerações teóricas sobre os modelos gráficos e textuais da Alta Idade Média com a análise prática de um dossier de documentos ilustrativos da evolução das formas de escrever na documentação *portuguesa* dos séculos IX a XII, a Professora Maria José Azevedo Santos concebeu um programa adaptado a quatro sessões, que ultrapassaram as 10 horas inicialmente previstas.

A primeira sessão iniciou-se com algumas considerações introdutórias ao estudo da paleografia altimedieval, em torno da língua dos documentos, da sua tipologia gráfica e sistemas braquigráficos e das várias formas de datação cronológica e tópica. Seguiu-se a referência ao que a conferencista designou de “conceitos preliminares da *Nova Paleografia*”, o que a levou a distinguir formas pessoais de escrever (personalizadas e canonizadas), escritas documentais e librárias, escritas de função administrativo-validatória ou ideológico-estética, escritas cursivas, semi-cursivas e elegantes, e escritas expostas e fechadas, para aludir depois à difusão social activa e passiva da escrita. Terminou esta primeira sessão com uma reflexão sobre a escrita enquanto manufactura e auto-representação.

A segunda sessão iniciou-se com uma referência à produção documental altimedieval, na dupla vertente dos seus agentes e centros produtores, para

³ A organização do seminário contou com o apoio do CITCEM (Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória), do Curso de Mestrado em Estudos Medievais da U. Porto e da Associação de Estudantes da FLUP. A Professora Doutora Maria José, por seu lado, representava o Centro de História da Sociedade e da Cultura da UC.

depois se deter especificamente na escrita visigótica e no seu particularismo, aludindo às características e tipos desta forma gráfica. Foram assim passadas em revista as diversas *visigóticas*: cursiva, semi-cursiva e redonda. Introduzido que estava o primeiro dos universos gráficos a abordar, passou-se, num segundo momento, à vertente mais prática do seminário, com a leitura e transcrição de um conjunto de cartas avulsas previamente selecionado; um trabalho que se prolongou durante a terceira sessão do seminário. Por fim, a última sessão, combinando os registos teórico e prático, foi dedicada à transição da visigótica para a carolina, com particular referência aos factores de introdução da nova tipologia gráfica.

A mestria com que Maria José Azevedo Santos nos conduziu na descoberta de um universo gráfico que era à partida estranho a todos pôs bem em evidência a sua vasta experiência no ensino da Paleografia e uma capacidade rara de iluminar escritas mais obscuras. Que no final todos estivessem de acordo na necessidade de repetir a experiência com documentação de períodos posteriores diz tudo do imenso privilégio que é *ler e compreender a escrita* na companhia de tão segura mão.

Maria João Oliveira e Silva

Bolseira de pós-doutoramento da FCT; Investigadora do CEHR/UCP e do CITCEM/UP
mariajoham@portugalmail.pt

André Evangelista Marques

Bolseiro de pós-doutoramento da FCT; Investigador do IEM/FCSH-UNL
andre.omarques@gmail.com

Encontros Culturais em São Cristóvão de Lafões

Mosteiro de S. Cristóvão de Lafões, 10 e 11 de Maio de 2013

Em Maio, no mosteiro de S. Cristóvão de Lafões, como vem sendo hábito, teve lugar mais uma realização dos *Encontros Culturais em S. Cristóvão*. Tratou-se da sua nona edição, desta vez sob o tema *Cister: por entre História e imaginário*.

Foi oportunidade para a apresentação de várias facetas da vida da Ordem, que ainda não tinham sido objecto de tratamento na realização. Foi também ensino para a continuidade da internacionalização do evento, desta feita pela

presença de dois reputados estudiosos de Cister, o Professor Paul Benoit, da Universidade Paris – Sorbonne, e da Doutora Joséphine Rouillard, investigadora.

Nos dois dias da realização trataram-se temas de sabor muito actual, na ideia e na forma, como a inovação, “*Les cisterciens et l’innovation technique au Moyen Age*”, pela palavra do Professor Benoit e da Doutora Rouillard, e, num sugestivo contributo de modernas tecnologias aplicadas à reconstituição histórica, assistiu-se à apresentação do “*Ensaio de reconstituição arquitectónica do mosteiro cisterciense medieval de São João de Tarouca*”, pelos Doutor Luís Sebastian e Prof. Doutor Paulo Bernardes (Direcção Regional de Cultura do Norte e Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, respectivamente).

Numa preocupação de congregar antigos e modernos, nos temas e nos intervenientes, assistiu-se ainda a intervenções da Professora Doutora Maria de Fátima Marinho (Faculdade de Letras da Universidade do Porto), que dissertou sobre um tema cisterciense na literatura portuguesa, “*Entre o rigor e a invenção. A propósito de “O Monge de Cister” de Alexandre Herculano*”; do Professor Doutor José Meirinhos (Faculdade de Letras da Universidade do Porto), que explanou acerca dos “*Manuscritos bernardinos em Portugal*”; do Professor Doutor Saul Gomes (Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra – Centro de História da Sociedade e da Cultura), que dissertou sobre “*O Mosteiro de Alcobaça em tempos de crise e de contestação*”, e de Mestre Ana Sampaio de Castro, que nos esclareceu sobre “*Os coutos medievais dos mosteiros cistercienses de São João de Tarouca e Santa Maria de Salzedas*”, tendo havido ainda ocasião para nova intervenção dos convidados estrangeiros, agora sobre uma realidade bem cisterciense, volvida tema clássico da historiografia respectiva, os conversos, na comunicação *Les convers cisterciens au Moyen Âge: statuts, nombre, place dans l’économie de l’ordre*. Cada um a seu modo e nas matérias em que se propôs, apresentou as linhas mais actuais da pesquisa nos respectivos temas, abrindo-o à problematização e diálogo com a assistência.

Os trabalhos completaram-se com o lançamento do *Livro do VIII Encontro Cultural de São Cristóvão de Lafões* (2012), dedicado a *Monasticon (II) – nos caminhos de Cister*, e com exposição do “*Projecto Divina Sonus Ruris: Arte religiosa sonora e multimédia em contexto rural*”, recolha de cantares e

tradições de cunho religioso, como o título indica, uma iniciativa da Binaural – Associação Cultural de Nodar. Seguiu-se a exibição do Grupo de Cantares de São Cristóvão de Lafões, no claustro do Mosteiro.

A generosidade dos especialistas, com a sua colaboração, e a do público, na sua adesão, indicam (assim o cremos) a validade da proposta surgida há uma década e em boa hora concretizada. Cister atrai, ainda hoje, pela aura da história que nos legou e que algumas das suas casas, em Portugal, procuram manter viva, seja por que forma for.

No final dos trabalhos, foi anunciado o tema e a data de realização do X Encontro Cultural em S. Cristóvão de Lafões, que terá lugar a 9 e 10 de Maio de 2014.

Como vem sendo hábito, o Encontro teve a colaboração do Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra através da participação activa dos seus membros, seja como conferencistas, seja através da presença na Comissão Científica (Presidência).

Maria Alegria Fernandes Marques

mfm@fl.uc.pt

II Congresso Brasileiro de Paleografia e Diplomática

Rio de Janeiro, 19-21 de Junho de 2013

O II Congresso Brasileiro de Paleografia e Diplomática realizou-se na cidade do Rio de Janeiro, Brasil, entre os dias 19 e 21 de Junho de 2013, nas dependências do Arquivo Nacional do Brasil, na mesma cidade, e foi patrocinado pelo Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, pela Câmara Técnica de Paleografia e Diplomática do Conselho Nacional de Arquivos do Ministério da Justiça, pelo Núcleo de Paleografia e Diplomática da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, pela Associação dos Arquivistas do Estado do Rio de Janeiro, pela Revista de História da Biblioteca Nacional e pelo Projeto Resgate de Documentação Histórica do Ministério das Relações Exteriores.

Este Congresso dá continuidade a um programado objetivo de estimular a Paleografia e a Diplomática nos estudos académicos e práticos brasileiros.

O Brasil é hoje o maior custodiador de documentos manuscritos, da época colonial (séculos XVI a XIX), de todo continente americano, e o Rio de Janeiro é a cidade que mais os contém.

Dentro deste espírito, a Comissão Científica, por unanimidade, escolheu como Conferencista mor, para Abertura do Congresso, a Prof. Dra Maria José Azevedo Santos, da Universidade de Coimbra, Investigadora Integrada do Centro de História da Sociedade e da Cultura da UC, tendo em vista sua inegável primazia, em assuntos pertinentes a paleografia e a diplomática no contexto cultural de Portugal.

O II Congresso Brasileiro de Paleografia e Diplomática iniciou-se com a Conferência de Abertura, no dia 19 de Junho, no Salão Auditório do Arquivo Nacional do Brasil, proferida pela Prof. Dra Maria José Azevedo Santos, da Universidade de Coimbra, Portugal, no que foi seguida de um coquetel festivo.

No dia 20 de Junho, pela manhã, seguiu-se a realização da Mesa 1 – *Ensino de Paleografia e Diplomática*, composta pelos palestrantes: Prof. Dr. João Eurípedes Franklin Leal (UNIRIO), Prof. Dra. Ana Regina Berwanger (UFRGS), Prof. Dra. Maria Helena Ochi Flexor (UFBA), Prof. Dra. Heloísa Liberalli Belloto (USP) sob mediação do Prof. Dr. Marcelo Nogueira de Siqueira (AN/UNIRIO).

Neste mesmo dia, na parte da tarde, houve a realização da Mesa 2 – *Normas Brasileiras de Transcrição Paleográfica*, composta pelos palestrantes: Prof. Dr. Jaime Antunes da Silva (Diretor do Arquivo Nacional), Prof. Dra. Vera Maria Accioli (UFP), Prof. Dr. João Eurípedes Franklin Leal (UNIRIO) sob mediação da Prof. Dra. Maria José Azevedo Santos (Universidade de Coimbra).

Durante manhã e tarde deste mesmo dia, houve, no Auditório 2, a apresentação de trabalhos, sobre paleografia e sobre diplomática, por estudantes e profissionais das áreas, em um total de dezesseis intervenções.

No dia 21 de Junho, pela manhã realizou-se a Mesa 3 – *A Diplomática e os documentos digitais*, composta pelos palestrantes: Prof. Dra. Heloísa Liberalli Belloto (USP), Dra. Cláudia Lacombe (Arq. Nac.), Prof. Dra.

Roseli Curi Rondinelli (CRB) e Prof. Dra. Ana Célia Rodrigues (UFF), sob mediação da Dra. Brenda Rocco (Arq.Nac.)

Neste mesmo dia, à tarde, realizou-se a Mesa 4 – *Instituições*, composta pelos palestrantes: Dr. Mauro Lerner Markowski (Arq.Nac.), Prof. Dra. Mary Angela Biason (M.I.) e o Prof. Dr. Carlos Roberto de Freitas (A. M. C.), tendo como mediador o Prof. Dr. Paulo Knauss (APERJ/IHGB).

Durante a manhã e a tarde continuou, no Auditório 2, a apresentação de trabalhos, sobre paleografia e diplomática, por estudantes e profissionais das áreas, em um total de quatorze intervenções.

O Encerramento dos trabalhos foi composto de uma fala da Professora Doutora Maria José Azevedo Santos, em representação da Universidade de Coimbra e do Centro de História da Sociedade e da Cultura, como Grande Homenageada do evento, seguida da fala do Sr. Diretor do Arquivo Nacional Prof. Dr. Jaime Antunes agradecendo a presença de todos e anunciando a realização do 3º Congresso Brasileiro de Paleografia e Diplomática em 2015.

João Eurípedes Franklin Leal

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

j.franklinleal@hotmail.com

XXXIX Congresso da Comissão Internacional de História Militar Turim, 1-6 de Setembro de 2013

Realizou-se em Turim, entre os dias 1 e 6 de Setembro de 2013, o 39.º congresso da Comissão Internacional de História Militar, uma iniciativa anual e que reúne especialistas de todo o Mundo, de todas as épocas e de todas as valências da história militar.

A Comissão Internacional de História Militar (CIHM) foi fundada em 1938 e encontra-se numa fase particularmente dinâmica da sua atividade. Atualmente, é presidida por um holandês, o Dr. Piet H. Kamphuis. A CIHM publica regularmente uma revista (a “Review”, já com 90 volumes editados), as Atas dos seus congressos e, ainda, uma newsletter semestral.

Ao longo destes 75 anos, Portugal tem ajudado a animar esta grande organização internacional, em especial a partir do momento em que foi formalmente criada a moderna Comissão Portuguesa de História Militar, primeiro sob a presidência do Senhor General Manuel Themudo Barata e, nos últimos anos, já sob a liderança do Senhor General Alexandre de Sousa Pinto, dois militares que gostam (e que sabem) muito de História e que têm conseguido fomentar o desenvolvimento da história militar em Portugal, dentro e fora das universidades e das escolas de ensino superior castrense. Aliás, Portugal já acolheu por mais do que uma vez o Congresso da Comissão Internacional, e tem uma representação distinta nos comités bibliográfico, arquivístico e educativo da CIHM.

Em 2013, o tema geral do congresso foi “Le Operazioni Interforze e Multinazionali nella Storia Militare” / “Joint and Combined Operations in the History of Warfare”. O evento, que reuniu cerca de duas centenas e meia de participantes de 36 países diferentes, constituiu também uma homenagem a um dos grandes animadores destes encontros científicos, o professor italiano Raimondo Luraghi, recentemente falecido.

Ao longo de seis dias, o tema do encontro foi explorado exaustivamente, tendo em conta a importância das operações militares combinadas (exército, marinha, aviação), ou conjuntas, envolvendo dois ou mais países, ao longo de toda a História, desde a Antiguidade Clássica até – claro está – aos nossos dias: basta pensar nas campanhas (“peace enforcement”, “peace keeping”, etc.) da NATO em cenários tão distantes e diversos quanto o Iraque, os Balcãs ou o Afeganistão.

A história militar portuguesa esteve representada em Turim através dos Senhores Coronéis Aniceto Afonso e David Martelo (que apresentaram uma comunicação conjunta, subordinada ao tema “Operation Mar Verde/ /Green Sea”) e do docente da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e Investigador Integrado do Centro de História da Sociedade e da Cultura, João Gouveia Monteiro, que falou sobre “Les croisés et la prise de Lisbonne, 1147”, no âmbito de uma mesa-redonda dedicada à Idade Média que contou também com a presença do conceituado investigador inglês Matthew Bennett (Academia de Sandhurst, Reino Unido), a quem coube

tratar o tema “Amphibious and Joint Operations in the Mediterranean in the Crusading Era c. 1050-c. 1250”.

João Gouveia Monteiro

Universidade de Coimbra e Centro de História da Sociedade e da Cultura da UC

jgmonteiro@mail.telepac.pt

Colóquio comemorativo do centenário do nascimento do Professor Salvador Dias Arnaut

O Centro de Estudos de História Local e Regional, Salvador Dias Arnaut (CEHLR – SDA) assinalou a passagem do centenário do nascimento do seu patrono – munícipe de Penela, eminente Historiador e Professor da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra – com a realização de um Colóquio, que ocorreu nos dias 26 de Outubro, 16 e 30 de Novembro.

Na sessão de abertura participaram o Vereador da Cultura da Câmara Municipal de Penela (Dr. Emídio Domingues), o Diretor da FLUC (Prof. Doutor José Pedro Paiva), a Prof.^a Doutora Maria Helena da Cruz Coelho (em representação do CHSC), a Prof.^a Doutora Margarida Sobral Neto (coordenadora científica do CEHLR – SDA) e Salvador Manuel Arnaut (neto de Salvador Dias Arnaut).

A conferência inaugural foi proferida pelo Prof. Doutor Jorge d'Alarcão que abordou o tema *Nas terras da Ladeia*. Apresentaram ainda comunicações, na sessão ocorrida no dia 26, professores da Faculdade de Letras que abordaram temas da História de Penela ou assuntos relacionados com a investigação do saudoso professor: Saul António Gomes, *Penela em finais da Idade Média*; Maria Helena da Cruz Coelho, “Boas” e “Más” rainhas nas *Crónicas de Fernão Lopes*; Guilhermina Mota, *Penela e a sua gente em meados do século XIX*; Rui Casção, *O concelho de Penela no século XIX*; Leontina Ventura, *A História Local na Historiografia do Professor Salvador Dias Arnaut* e o mestre Cristóvão da Mata, *A vereação de Penela: 1640-1834*.

Colaboraram na coordenação dos trabalhos os Professores Doutores António de Oliveira e Armando Luís de Carvalho Homem.

Os participantes no Colóquio tiveram ainda a oportunidade de fazer visitas ao castelo, guiada pelo Dr. Mário Duarte, e à Exposição bibliográfica da obra do Prof. Doutor Salvador Dias Arnaut (CEHLR).

O dia 16 de Novembro foi dedicado a sítios do património natural, arquitectónico e arqueológico do concelho de Penela: CISED (Centro de Interpretação do sistema Espeleológico do Dueça) (visita acompanhada pelo Doutor Lúcio Cunha), Quinta da Boiça (visita contextualizada por uma comunicação, da autoria da Doutora Ana Isabel Ribeiro subordinada ao tema *Os Garridos: percurso sociológico de uma família*, Museu e Vila Romana do Rabaçal (visita guiada pelo Doutor Miguel Pessoa).

No dia 30 de Novembro, realizou-se uma sessão do *Seminário Permanente de História Local e Regional* subordinado ao tema *Formas e significados das comemorações dos forais manuelinos: o caso dos forais manuelinos de Penela, Podentes e Rabaçal*. Esta sessão foi coordenada pela Doutora Margarida Sobral Neto.

O Colóquio contou com uma larga participação de munícipes de Penela, de professores (no âmbito de uma ação de formação de professores), de professores universitários e de amigos do Professor Salvador Dias Arnaut, assumindo-se como uma celebração da Vida do saudoso professor.

Margarida Sobral Neto

Coordenação científica do CEHLR – SDA
marnet95@gmail.com

Seminário Permanente de História Local e Regional

(Janeiro a Novembro de 2013)

Numa parceria entre o Centro de História da Sociedade e da Cultura e o Centro de Estudos de História Local e Regional, e sob a coordenação científica de Margarida Sobral Neto, prosseguiu, no ano de 2013, a realização do *Seminário Permanente de História Local e Regional*.

Nestes eventos científicos, foram abordados os seguintes temas:

Dia 26 de Janeiro de 2013, “A quinta da Boiça: percursos de uma propriedade e de uma família”, proferido pela Doutora Ana Isabel Sampaio Ribeiro.

Dia 23 de Fevereiro de 2013, “A vereação de Penela no século XVIII: perfil social do poder concelhio”, proferido pelo Dr. Cristóvão Mata.

Dia 27 de Abril de 2013, “A exploração de ferro na região de Penela, Figueiró dos Vinhos e Tomar nos séculos XVI e XVII”, proferido pelo Engenheiro Miguel Portela.

Dia 25 de Maio de 2013, “Pré-história na região de Penela. De D. Fernando ao Portal do Arqueólogo “, proferido pela Doutora Raquel Vilaça.

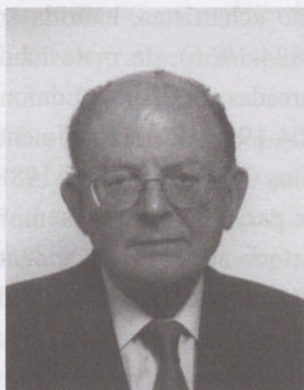
Dia 22 de Junho de 2013, sessão de lançamento e apresentação do livro “Geografia dos Afectos – As Reformas Político-Administrativas (sécs. XIX-XX)”, do Doutor Fernando Catroga.

Dia 30 de Novembro de 2013, “Comemorar os forais manuelinos: os casos de Penela, Rabaçal e Podentes”, proferido pela Doutora Margarida Sobral Neto.

Margarida Sobral Neto

Coordenação científica do CEHLR – SDA

marnet95@gmail.com



Robert Fossier

(1927-2012)

*«Os fidalgos das terras de Basto vão-
-se acabando. Tenho pena e saudades»*

Camilo CASTELO BRANCO⁴

*«Para Robert Fossier haverá
sempre um terreno a arrotear»*

Elisabeth MORNET⁵

Em Maio do ano de 2012 partiu do nosso convívio Robert Fossier, professor emérito da U. Paris I Panthéon-Sorbonne e destacado historiador das sociedades medievais.

⁴ «Filho (O) Natural», in *Novelas do Minho II*, (= *Obras Completas*, ed. Justino Mendes de ALMEIDA, vol. VIII), Porto, Lello & Irmão, 1988, p. 181.

⁵ Intervenção em homenagem a R. Fossier, Paris, 1995. Citação de memória.

Natural de Le Vésinet (Yvelines), Robert-Marcel Fossier cursou a École Nationale des Chartes (ENC), diplomando-se como arquivista-paleógrafo em 1949. Agregado em *História* pouco tempo decorrido, foi depois conservador da Bibliothèque Historique de Paris (1949-1953) e professor dos Liceus de Fontainebleau e Carnot [Paris] (1953-1957). Em 1957 ingressou como assistente na Sorbonne, passando em 1961 a *chargé de cours* da Universidade de Nancy. Em 1964 obteria o «doctorat d'État» na Sorbonne⁶, aí regressando (Paris I Panthéon-Sorbonne) como professor de *Histoire du Moyen Âge* em 1971. Por diversas vezes director do departamento de *História* da sua Universidade, retirar-se-ia em 1993, passando à situação de *professeur émérite*. Nos seus anos parisienses leccionou também na ENC, sua ALMA MATER, o seminário «Les sources de l'Histoire économique et sociale du Moyen âge»⁷.

Morreu em Meudon (Hauts-de-Seine). Foi casado com Lucie Fossier («née Dupont»), também arquivista-paleógrafa pela École des Chartes (1950), antiga directora adjunta do Institut de Recherche et d'Histoire des Textes.

O que fica de Robert Fossier?⁸ De formação «chartiste», haurida em tempos de magistério de Georges Tessier (1894-1966), de maturidade «sorbonnarde», em cronologia – e temáticas – marcadas por Charles-Edmond Perrin (1887-1974) ou Robert Boutruche (1904-1975), geracionalmente próximo de Jacques Heers (1924-2013), de Guy Fourquin (1925-1988) ou de Bernard Guenée (1927-2010), Fossier pareceu fixar-se sempre numa ruralidade «lato sensu», explorando a História agrícola do Ocidente medieval e as sociedades ligadas ao sector primário. A erudição advinda da formação «chartiste» sempre esteve presente. Enquanto que os seus percursos «sorbonnards» o colocariam em posições supostamente *conservadoras*, v.g. na recusa da dimensão ideológica de feudal / feudalidade *and so on*

⁶ Tese: Bibliografia, 1968.

⁷ V. Bibliografia, 1999.

⁸ Sobre o que o medievismo francês de finais de Novecentos possa transmitir ao novo século, cf. entre nós SOUSA, Bernardo Vasconcelos e – «Georges Duby (1919-1996): Uma história que continua», *Anais da Universidade Autónoma de Lisboa / História*, III / IV (1996-1997) 297-301.

(lembrem-se as querelas com Guy Bois e outros historiadores de formação materialista), preferindo em contrapartida *senhorio* como instituição-chave de muitas das suas problemáticas. Não se configurou, por outro lado, como um historiador de *élites* sociais ou políticas, antes como um estudioso desse *comum* marcante dos campos e das cidades da Idade Média ocidental⁹; e inexcedível em exposições sintéticas das hierarquizações sociais rurais ou urbanas¹⁰. Cronologicamente, tendeu a privilegiar um «longo século XII», marcando uma ruptura de fundo com as sociedades da Alta Idade Média¹¹ e uma diferenciação clara face às evoluções subsequentes a *ca.* 1250.

Professor com imagem de exigência, nem por isso deixou de formar discípulos, incluindo autores com percursos ulteriormente contrastantes (v.g. Élisabeth Mornet, Olivier Mattéoni). Mestre «de anfiteatro», privilegiando notáveis preleções perante vastos auditórios, jamais deixou de ser dialogante, em nada se inibindo quanto, por exemplo, a discutir métodos de avaliação de conhecimentos com representantes estudantis¹²; por alguma razão se não eximia a cargos de gestão universitária...

Em suma, um grande senhor de uma geração quase extinta...

Bibliografia: principais obras de Robert Fossier:

- 1949 – *La vie économique de l'abbaye de Clairvaux, des origines à la fin de la guerre de Cent ans (1115-1471)*, thèse École des Chartes, Paris.
 1968 – *Terre (La) et les hommes en Picardie jusqu'à la fin du XIII^e siècle*, Paris-Louvain, Nauwelaerts.
 1970 – *Histoire sociale de l'Occident Médiéval*, Paris, Armand Colin.
 1974a – *Chartes de coutumes en Picardie (XI^e-XIII^e s.)*, Paris.
 1974b (dir.) – *Histoire de la Picardie*, Toulouse, Privat.
 1978 – *Polyptiques et censiers (= Typologie des sources du Moyen âge occidental*, fasc. 28), Turnhout, Brepols.

⁹ Veja-se desde logo o título do seu último livro: *Bibliografia*, 2007.

¹⁰ A título de exemplo, cf. *Bibliografia*, 1970, 1982, 1984, 1991, 1992, 1995 e 2000.

¹¹ No plano peninsular, por exemplo, seria um *pró-ermamentista*. Cf. *Bibliografia*, 1982, vol. 1, p. 247-264.

¹² Testemunho de Jean-Philippe Genet.

- 1980 (em col. c/ J. CHAPELOT) – *Village (Le) et la maison au Moyen Âge*, Paris.
- 1982 – *Enfance de l'Europe, X^e-XII^e siècles. Aspects économiques et sociaux*, 1. *L'homme et son espace*, 2. *Structures et problèmes*, Paris, PUF.
- 1982-1983 (dir.) – *Moyen (Le) Âge*, 3 vols., Paris, PUF.
- 1984 – *Paysans d'Occident, XI^e-XIV^e siècles*, Paris, PUF.
- 1989 – *Cartulaire-chronique du prieuré de Saint-Georges d'Hesdin*, Paris.
- 1991 – *Société (La) médiévale*, Paris, Armand Colin.
- 1992 – *Hommes et villages d'Occident au Moyen Âge*, Paris, Publications de la Sorbonne.
- 1995 – *Villages et villageois au Moyen Âge*, Paris, Christian.
- 1999 – *L'histoire économique et sociale du Moyen Âge occidental: questions, sources, documents commentés*, Turnhout, Brepols.
- 2000 – *Travail (Le) au Moyen Âge*, Paris, Hachette.
- 2007 – *Ces gens du Moyen Âge*, Paris, Fayard, 2007. Trad. port.: *Gente da Idade Média*, Lisboa, Teorema, 2010.

Armando Luís de Carvalho Homem

Faculdade de Letras da Universidade do Porto
almisch@gmail.com

**Teses de Doutoramento, Dissertações de Mestrado
e Relatórios de Estágio/Projectos orientados por investigadores
integrados do Centro de História da Sociedade e da Cultura
em 2012-2013**

Este elenco tem por objectivo disponibilizar informação relativa às Teses de Doutoramento, Dissertações de Mestrado e Relatórios de Estágio/Projectos orientados ou co-orientados por investigadores do Centro de História da Sociedade e da Cultura e aprovados entre 1 de Setembro de 2012 e 31 de Outubro de 2013.

As referências vão ordenadas, no interior de cada *item*, pela data de realização das provas.

Doutoramento (3º ciclo)

Autor: Adelaide Manuela da Costa Duarte

Título: *Da colecção ao museu. O coleccionismo privado de arte moderna e contemporânea em Portugal, na segunda metade do século XX. Contributos para a História da Museologia*

Especialidade: História. Especialidade em Museologia e Património Cultural

Instituição: Universidade de Coimbra

Data das provas: 17 de Setembro de 2012

Orientadora: Irene Maria de Montezuma de Carvalho Mendes Vaquinhas

Co-orientadora: Lúcia Gualdina Marques de Almeida da Silva Matos
(Faculdade de Belas Artes do Porto)

Autor: Jaime Ricardo Teixeira Gouveia

Título: *A quarta porta do Inferno. O clero e a luxúria no espaço luso-americano (1640-1750)*

Especialidade: História e Civilização

Instituição: Instituto Universitário Europeu – Florença (Itália)

Data das provas: 29 de Outubro de 2012

Orientador: Bartolomé Yun-Casalilla

Co-orientador: José Pedro Paiva

Autor: Maria Amélia Álvaro de Campos

Título: *Santa Justa de Coimbra na Idade Média: o espaço urbano, religioso e sócio-económico*

Especialidade: História Medieval

Instituição: Universidade de Coimbra

Data das provas: 19 de Dezembro de 2012

Orientadora: Maria Helena da Cruz Coelho

Autor: Ana Maria Mendes Ruas Alves

Título: *O reyno de Deos e a sua justiça". D. Frei Inácio de Santa Teresa (1682-1751*

Especialidade: História Moderna

Instituição: Universidade de Coimbra

Data das provas: 27 de Março de 2013

Orientador: José Pedro Paiva

Autor: Anselmo Alves Neetzow

Título: *A Construção Colonial da Província Platina, nos Séculos XVI e XVII*

Especialidade: História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa

Instituição: Universidade de Coimbra

Data das provas: 30 de Abril de 2013

Orientador: José Manuel Azevedo e Silva

Autor: Maria Rosa de Morais Tomé

Título: *Justiça e Cidadania infantil em Portugal (1820-1978) e a Tutoria de Coimbra*

Especialidade: História Contemporânea

Instituição: Universidade de Coimbra

Data das provas: 8 de Julho de 2013

Orientadora: Maria Antónia Lopes

Co-orientadora: Alcina Martins

Autor: Ana Isabel Sampaio Sacramento Ribeiro

Título: *Nobrezas e Governança. Identidades e perfis sociais (Coimbra, 1777-1820)*

Especialidade: História Moderna

Instituição: Universidade de Coimbra

Data das provas: 26 de Setembro de 2013

Orientadora: Margarida Sobral Neto

Co-orientador: Joaquim Ramos de Carvalho.

Mestrado (2º ciclo)

Autor: Antero Manuel Casal Ribeiro Pires da Costa

Título: *Alimentação como Património Cultural Imaterial. Saber valorizar e preservar a nossa gastronomia*

Especialidade: Alimentação. Fontes. Cultura e Sociedade

Instituição: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Data das provas: 31 de Outubro de 2012

Orientadora: Maria Helena da Cruz Coelho

Co-orientadora: Carmen Soares

Autor: Cristóvão da Mata

Título: *O Concelho de Penela durante o Antigo Regime: um olhar sobre o poder local (1640-1834)*

Especialidade: História Moderna

Instituição: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Data das provas: 8 de Novembro de 2012

Orientadora: Margarida Sobral Neto

Co-orientador: Joaquim Ramos de Carvalho

Autor: Pedro Moreira Lopes

Título: *Museu Académico de Coimbra: evolução histórica, colecções e proposta de atualização*

Especialidade: História. Especialização em Museologia

Instituição: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Data das provas: 8 de Novembro de 2012

Orientadora: Irene Vaquinhas

Autor: Elen Biguelini

Título: *Uma união de mentes – casamento e educação das mulheres na Inglaterra de Jane Austen e Elizabeth Inchbald*

Especialidade: Estudos Feministas

Instituição: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Data das provas: 9 de Novembro de 2012

Orientadora: Maria Antónia Lopes

Co-orientadora: Isabel Pedro

Autor: Nuno Marques Freire

Título: *Aníbal Cavaco Silva, o PSD e a Evolução da Democracia Portuguesa: o XI Governo Constitucional (1987-1991)*

Especialidade: Ciência Política

Instituição: Universidade da Beira Interior

Data das provas: 13 de Novembro de 2012

Orientador: Alexandre António da Costa Luís

Autor: Ana Paula Ribeiro Resende Dias

Título: *Museu Nacional de Arqueologia Subaquática (Cartagena – Espanha). Contextualização, enquadramento e análise*

Especialidade: História. Especialização em Museologia

Instituição: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Data das provas: 15 de Novembro de 2012

Orientador: Irene Vaquinhas

Co-orientador: Adolfo António da Silveira Martins (Universidade Autónoma de Lisboa)

Autor: Alberto Cerqueira Caldeira Osório

Título: *História Local, Património e Ensino: uma aplicação didáctica*

Especialidade: História Moderna

Instituição: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Data das provas: 22 de Novembro de 2012

Orientadora: Margarida Sobral Neto

Autor: Octávio Cunha Gonçalves Simões Augusto

Título: *A Praça de Coimbra e a afirmação da Baixa. Origens, evolução urbanística e caracterização social*

Especialidade: História da Idade Média

Instituição: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Data das provas: 29 de Janeiro de 2013

Orientadora: Leontina Ventura

Autor: Jorge Manuel de Matos Pina Martins Prata

Título: *Poder e Justiça no Reinado de D. Afonso IV*

Especialidade: História da Idade Média

Instituição: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Data das provas: 30 de Janeiro de 2013

Orientadora: Leontina Ventura

Autor: Lídia Marisa Arrais Morais Rodrigues

Título: *Manifestações Tradicionais Carnavalescas. O Entrudo em Tibaldinho*

Especialidade: Animação Artística

Instituição: Escola Superior de Educação – Instituto Politécnico de Castelo Branco

Data das provas: 5 de Junho de 2013

Orientador: José Manuel Azevedo e Silva

Autor: Ana Maria Diamantino Correia

Título: *A assistência médica no concelho de Coruche: instituições, agentes e doentes (1820-1910)*

Especialidade: História Contemporânea

Instituição: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Data das provas: 16 de Outubro de 2013

Orientadora: Maria Antónia Lopes

Autor: Lúcia de Melo Varanda

Título: *D. António Luís de Meneses. O militar e o político*

Especialidade: História Moderna

Instituição: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Data das provas: 18 de Outubro de 2013

Orientadora: Margarida Sobral Neto

Autor: Fábio Morgado Lopes

Título: *Posturas de Leiria (séculos XVI-XIX): contributo para a administração municipal em Portugal,*

Especialidade: História Moderna

Instituição: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Data das provas: 18 de Outubro de 2013

Orientadora: Margarida Sobral Neto

Autor: Anita Pereira Tavares

Título: *A Medieval Terra de Cambra: Território e Sociedade*

Especialidade: História, Território, Poderes e Instituições

Instituição: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Data das provas: 25 de Outubro de 2013

Orientadora: Leontina Ventura

Autor: Carlos Manuel da Costa Moraes

Título: *Santa Comba Dão na Idade Média: uma multiplicidade de espaços e poderes*

Especialidade: História, Território, Poderes e Instituições

Instituição: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Data das provas: 25 de Outubro de 2013

Orientadora: Leontina Ventura

Autor: José Manuel Rodrigues Marto

Título: *A sopa – Entre gosto e desgosto. As crianças do pré-escolar face ao consumo de sopa*

Especialidade: Alimentação: Fontes, Cultura e Sociedade

Instituição: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Data das provas: 25 de Outubro de 2013

Orientador: Rui de Ascensão Ferreira Cascão

Co-orientadora: Cristina Maria Proença Padez (Departamento de Antropologia da Universidade de Coimbra).

Autor: Luís Miguel Lopes Teixeira da Rocha

Título: *O produto turístico Gastronomia: Exige-se ou não um novo modelo de serviço de mesa?*

Especialidade: Alimentação: Fontes, Cultura e Sociedade

Instituição: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Data das provas: 28 de Outubro de 2013

Orientador: Rui de Ascensão Ferreira Cascão.

Autor: Bruno Abreu da Costa

Título: *O sistema benéfico eclesiástico na diocese do Funchal (séculos XVI-XVII)*

Especialidade: História. Sociedades Políticas e Religiões

Instituição: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Data das provas: 29 de Outubro de 2013

Orientador: José Pedro Paiva

Autor: Ricardo Emanuel Pinheiro Vicente

Título: *Almoxarifes e Almoxarifados ao Tempo de D. Afonso IV. Evolução de uma Instituição*

Especialidade: História. Território, Poderes e Instituições

Instituição: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Data das provas: 30 de Outubro de 2013

Orientadora: Leontina Ventura

Relatórios de Estágio/Projectos (2º Ciclo)

Autor: Miriam Sofia Rocha

Título: *O Museu Municipal de Coimbra: contributo para o programa museológico do núcleo da Guitarra e do Fado de Coimbra (Estágio / Relatório)*

Especialidade: Política Cultural Autárquica

Instituição: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Data das provas: 10 de Setembro de 2012

Orientadora: Maria do Rosário Barbosa Morujão

Autor: Rita Rigueira Sá Marta

Título: *Autarquias e Cultura – Prioridades, Orçamentos e Resultados. Beira Interior Sul e Pinhal Interior Sul*

Especialidade: Política Cultural Autárquica

Instituição: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Data das provas: 8 de Novembro de 2012

Orientadora: Maria Helena da Cruz Coelho

Co-orientadora: Maria José Castanheira Neves

Autor: Ana Patrícia do Carmo Capitão

Título: *A fotografia como roteiro de viagens de Carlos Relvas. A elaboração de uma base de dados a partir do espólio fotográfico da Casa-Estúdio Carlos Relvas, da Golegã* (Estágio / Relatório)

Especialidade: História. Especialização em Museologia

Instituição: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Data das provas: 12 de Novembro de 2012

Orientadora: Irene Vaquinhas

Co-orientadora: Elsa Lourenço (Chefe de Divisão do Pelouro da Cultura da Câmara Municipal da Golegã)

Autor: Rute Pascoal

Título: *Projectos culturais e a Interioridade – Que desafios?*

Especialidade: Política Cultural Autárquica

Instituição: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Data das provas: 12 de Novembro de 2012

Orientadora: Maria Helena da Cruz Coelho

Co-orientadora: Maria Margarida Sobral da Silva Neto

Autor: Maria Manuela Ferreira da Cunha

Título: *Caldas de Vizela. Do passado à actualidade: uma proposta de reconversão* (Projecto)

Especialidade: História. Especialização em Museologia

Instituição: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Data das provas: 19 de Novembro de 2012

Orientadora: Maria Dalila Aguiar Rodrigues (Instituto Politécnico de Viseu)

Co-orientadora: Irene Vaquinhas

Autor: Alexandra da Cruz Gonçalves

Título: *A construção da biblioteca de um museu: o caso do Museu Nacional Machado de Castro* (Projecto)

Especialidade: História. Especialização em Museologia

Instituição: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Data das provas: 30 de Setembro de 2013

Orientadora: Irene Vaquinhas

Autor: Ricardo Nunes Lopes Martins Garcia Monteiro

Título: *Associativismo como veículo da cultura municipal em tempos de crise no Município de Seia*

Especialidade: Política Cultural Autárquica

Instituição: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Data das provas: 14 de Outubro de 2013

Orientadora: Maria Helena da Cruz Coelho

ISSN 1645-2259



13

9 771645 225004

Normas para aceitação de textos

Os artigos propostos devem ser inéditos e remetidos pelos autores à Direcção da *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, numa das seguintes línguas: português, castelhano, italiano, francês ou inglês.

Todos os artigos propostos para publicação serão sujeitos a apreciação por parte de dois especialistas externos, em processo dirigido pelo Coordenador do número da *Revista* e acompanhado pelo Director e Conselho Editorial, prevendo-se a possibilidade de ser sugerida ao autor a reformulação do texto original com vista à sua publicação.

Cada artigo não deverá exceder 50.000 caracteres (incluindo espaços em branco), deverá ser acompanhado de um resumo com um limite máximo de 200 palavras, bem como por um conjunto de palavras chave (mínimo 3, máximo 5). Os artigos deverão ser remetidos em ficheiro electrónico em formato Word, dirigido ao Coordenador da Revista, no qual, na primeira página, devem ser claramente explicitados os seguintes dados: nome do autor, filiação académica (máximo de 2 instituições), endereço postal, endereço electrónico e telefone.

Gráficos, tabelas e eventuais ilustrações devem ser remetidos em ficheiros autónomos, com indicação no texto do local onde devem ser inseridos. Cabe ao autor a responsabilidade de obter a competente autorização para a publicação de imagens que reclamem direitos de autoria. As referências bibliográficas e arquivísticas devem ser normalizadas de acordo com os seguintes exemplos, e fornecidas em notas de rodapé no final de cada página:

Monografias:

GUSDORF, Georges - *Les principes de la pensée au Siècle des Lumières*. Paris: Payot, 1971.

Obras colectivas:

TIENDA, Marta and GRUSKY, B. (ed.) - *Social stratification: class, race, and gender in sociological perspective*. Boulder; San Francisco; Oxford: Westview Press, 1994

Capítulos em monografias:

GIDDENS, Anthony - Elites and power in TIENDA, Marta and GRUSKY, B. (ed.) - *Social stratification: class, race, and gender in sociological perspective*. Boulder; San Francisco; Oxford: Westview Press, 1994, p. 170-174.

Artigos em publicações periódicas:

BOUZA ALVAREZ, Fernando - Lisboa sózinha quase viúva. A cidade e a mudança da corte no Portugal dos Filipes. *Penélope. Fazer e desfazer a História*. 13 (1994) 71-93.

Artigos ou textos na WEB:

SCHILLING, Ruth - Homagium or Hospitality?: The Struggle for Political Representation in Bremen around 1600. *Eras. School of Historical Studies on-line Journal* (2003), (http://www.arts.monash.edu.au/eras/edition_5/schillingarticle.htm, consultado em 2007.09.12).

Manuscritos:

Instituto Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (Lisboa) - Ministério do Reino, Livro 234, fl. 23.

A partir da segunda citação da mesma obra deve usar-se um sistema simplificado. Exemplos: GUSDORF, Georges - *Les principes...*, cit., p. 89; BOUZA ALVAREZ, Fernando - Lisboa sózinha..., cit., p. 90.

Nos anos em que o número de artigos aprovados exceder os limites orçamentais da Revista, a sua Direcção reserva-se o direito de protelar a publicação de alguns deles, garantindo, contudo, que esses textos serão publicados no número seguinte.

Serão enviadas aos autores provas tipográficas para correcção. Não se aceitarão alterações superiores a 5% do texto original.

Uma vez publicado o artigo, cada autor receberá gratuitamente vinte separatas do respectivo texto e um exemplar da *Revista*.

Para qualquer dúvida ou esclarecimento contactar o Director da Revista ou o Coordenador do respectivo número.

Guidelines for contributors

Texts should be original and written in one of the following languages - Portuguese, Spanish, Italian, French or English - and submitted by the authors to the Board of the *Journal of History of Society and Culture*.

All articles undergo peer review by two external referees, in a process supervised by the Coordinator of the current number of the *Magazine* and followed up by the Director of the Centre and the Editorial Board. There is the possibility of recommending to the author the reformulation of the original text in order to its publication.

Each article should not exceed 50,000 characters (including blank spaces), it should be accompanied by an abstract with a maximum limit of 200 words, as well as a set of keywords (minimum 3, maximum 5). The articles should be sent in an electronic file in Word format to the Coordinator of the Journal, in which, in the first page, should be clearly mentioned the following information: author's name, academic affiliation (maximum 2 institutions), address, electronic address and phone number.

Graphics, charts and illustrations should be sent in autonomous files, mentioning in the article's text the location where each one of them should appear. It is up to the author the responsibility to ensure the lawful authorization for publication of images which are protected by copyrights. Bibliographic and archival references should be normalised according to the following examples and standards, and must be given in end notes placed at the bottom of each page:

Monographies:

GUSDORF, Georges - *Les principes de la pensée au Siècle des Lumières*. Paris: Payot, 1971.

Collective publications:

TIENDA, Marta and GRUSKY, B. (ed.) - *Social stratification: class, race, and gender in sociological perspective*. Boulder; San Francisco; Oxford: Westview Press, 1994

Chapters in monographies:

GIDDENS, Anthony - Elites and power in TIENDA, Marta and GRUSKY, B. (ed.) - *Social stratification: class, race, and gender in sociological perspective*. Boulder; San Francisco; Oxford: Westview Press, 1994, p. 170-174.

Articles in periodical publications:

BOUZA ALVAREZ, Fernando - Lisboa sózinha quase viúva. A cidade e a mudança da corte no Portugal dos Filipes. *Penélope. Fazer e desfazer a História*. 13 (1994) 71-93.

Articles or texts in the WEB:

SCHILLING, Ruth - Homagium or Hospitality?: The Struggle for Political Representation in Bremen around 1600. *Eras. School of Historical Studies on-line Journal* (2003), (http://www.arts.monash.edu.au/eras/edition_5/schillingarticle.htm, consultado em 2007.09.12).

Manuscripts:

Instituto Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (Lisboa) - Ministério do Reino, Livro 234, fl. 23.

For second quotations of the same publication, one should use a simplified process. Examples: GUSDORF, Georges - *Les principes...*, cit., p. 89; BOUZA ALVAREZ, Fernando - Lisboa sózinha..., cit., p. 90.

Whenever the number of articles accepted are beyond the journal's budget, the editors are entitled to postpone the publication of a few given articles, guaranteeing, however, their publication in the following issue.

Printing proofs will be sent to the authors for revision before publication. Modifications that outrun 5% of the original text will not be accepted.

Once the paper is published, each author will gratuitously receive twenty printed copies of the article and one copy of the Journal.

For further information, please contact the Director of the Journal or the Coordinator of each volume.

Artigos

La recepción de "Annales" en España: las reuniones de metodología histórica de 1973 y 1982. Para una metodología aplicada a la historia social

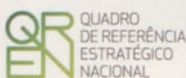
Antonio Eiras Roel	9
<i>Propuesta de interpretación de Rei D. Afonso, se Deus vos pardom</i>	
William S. Kurtz	67
<i>O território português nos inícios do século XIV. Espaço e narrativa nos relatos do reinado de D. Dinis</i>	
Covadonga Valdaliso	89
<i>A Jurisdicionalização do Poder: D. Afonso IV e o Chamamento Geral</i>	
Jorge Manuel de Matos Pina Martins Prata	103
<i>A Baixa de Coimbra em finais da Idade Média: Sociedade e cotidiano nas freguesias de S. Bartolomeu e Santiago</i>	
Octávio Cunha Gonçalves Simões Augusto	131
<i>Marcos de referência e topónimos da cidade medieval portuguesa: o exemplo de Coimbra nos séculos XIV e XV</i>	
Maria Amélia Alvaro de Campos	157
<i>Erasmus: la araña y el escarabajo</i>	
Virginia Iommi Echeverría	177
<i>Inquisição e Caridade – O caso do tribunal inquisitorial de Lisboa no século XVI</i>	
Daniel Norte Giebels	187
<i>Mundus Novus, Novus Homo. Cartografias do imaginário e do Outro no Novo Mundo (séc. XVI-XVII)</i>	
Luís Manuel Neves Costa	205
<i>«A felice acclamação del Rey Dom João o IV». Cerimónias e cultura política na Goa seiscentista</i>	
José Miguel Ferreira	231
<i>Linguagem Política e Leituras do Contrato Social nos alvares da Revolução Liberal em Portugal</i>	
Ana Cristina Araújo	249
<i>Processo inquisitorial e processo régio: semelhanças e diferenças (o caso português)</i>	
Ana Santiago de Faria	269
<i>Utopia e Profetismo no Século das Luzes. D. José (1761-1788), Príncipe do Brasil, Imperador do Mundo</i>	
Ana Isabel Buescu	291
<i>As Romarias no Planalto Beirão, desde os inícios do Século XVIII</i>	
José Manuel Azevedo e Silva	319
<i>Doutrinas e profilaxia da tuberculose em Portugal nos finais do século XIX</i>	
Ismael Cerqueira Vieira	335
<i>Linha de Cascais: muito mais do que uma via-férrea turística, um estímulo à concentração populacional na faixa costeira por ela servida (1911-1944)</i>	
Joana Catarina Vieira Paulino	361
<i>Tempo de Passagem: Os Governos Provisórios no Contexto da Adesão de Portugal à CEE (1974-76)</i>	
Alice Cunha	381
<i>Ovos, Ovos, Ovos e mais Ovos. Cultura, Economia, Dietética e Gastronomia</i>	
Isabel M. R. Mendes Drumond Braga	399
Recensões	433
Notícias	463



Palimage
Imagem Palavra

FCT Fundação para a Ciência e a Tecnologia

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA



UNIÃO EUROPEIA
Fundo Europeu
de Desenvolvimento Regional



9 771645 923001